MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CONSUNI

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023

Data: 24 de abril de 2023 (segunda-feira)
Horário: 14 horas
Modalidade: Sala dos Conselhos Superiores

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CONVOCAÇÃO

A Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes a **4ª Reunião Ordinária de 2023**, com data, horário e local, abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª, 5ª e 6ª reuniões extraordinárias de 2023;
2. Apreciação e deliberação sobre processos de afastamento;
3. Apreciação e deliberação sobre solicitação de retificação de prazo de período de afastamento;
4. Apreciação e deliberação sobre processo de redistribuição;
5. Apreciação e deliberação sobre o Processo nº 23091.016249/2022-95, que trata sobre alienação de bens móveis (leilão), encaminhado via Memorando Eletrônico nº 60/2023 – Proad;
6. Apreciação e deliberação sobre pedido de revisão da Resolução nº 30, de 27 de março de 2023, do Consuni da Ufersa, para que os bens constantes nos processos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-2022-47 e 23091.010939-2022-02 sejam autorizados para alienação através da modalidade leilão, conforme Memorando Eletrônico nº 56/2023 - Proad;
7. Outras ocorrências.

Data: 24 de abril de 2023 (segunda-feira).
Horário: 14 horas
Local: Sala dos Conselhos Superiores.

Mossoró-RN, 18 de abril de 2023.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Presidente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

1º PONTO

Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª, 5ª e 6ª reuniões extraordinárias de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, de forma remota, reuniu-se o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência da Reitora, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da terceira reunião extraordinária de dois mil e vinte e três. Estiveram presentes os conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Francisco Edcarlos Alves Leite** e **Samuel Oliveira de Azevedo**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Daniel Freitas Freire Martins**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **José Flávio Timoteo Júnior** e **Cláudio de Souza Rocha**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Kátia Cilene da Silva Moura** e **Midiã Medeiros Monteiro**; Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Daniel Valadão Silva** e **Rui Sales Júnior**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Sidnei Miyoshi Sakamoto** e **Lázaro Fabrício de França Souza**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva**; Centro de Engenharias (CE): **Alexandre José de Oliveira** e **Rodrigo Nogueira de Codes**; Representantes técnico-administrativos: **Maria Kaliane de Oliveira Morais**, **Gilcilene Lélia Souza do Nascimento** e **Jalmir Dantas de Araújo**; Representantes discentes: **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira**, **Guilherme Jarentchuk** e **Pedro Victor Cavalcante Santos**; Representante da comunidade: **Paulo Caetano Davi**. **Conselheiro com falta justificada:** Ulisses Levy Silvério dos Reis. **PAUTA: Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação acerca da continuidade da suspensão das atividades acadêmicas e administrativas da Ufersa, conforme Memorando Eletrônico nº 130/2023 – GAB. Tendo constatado quórum legal, a presidente, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a reunião. Em seguida, apresentou a justificativa de ausência do conselheiro Ulisses Levy Silvério dos Reis, a qual foi votada e aprovada com 20 votos favoráveis e 1 abstenção. Logo após, a presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, leu a pauta, colocou-a em discussão e agradeceu, enquanto gestora, ao egrégio Conselho por ter atendido massivamente à convocação e destacou a urgência da situação e o estado de instabilidade social, prioritariamente as questões de segurança. Sem discussões, a pauta da reunião foi votada e aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO**. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o primeiro ponto em discussão. A conselheira **Kátia Cilene da Silva Moura**, apesar de participar do Consuni representando o CCEN, expressou o posicionamento da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), bem como dos outros Pró-Reitores, que encaminharam para esta reunião todas as providências que já foram tomadas em relação à situação de segurança pública em que se encontra o Estado. Primeiramente, ela registrou que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proae) prontamente se disponibilizou a resolver o problema do Restaurante Universitário (RU); que a Gestão disponibilizou recurso de auxílio-alimentação aos alunos

moradores da Residência Universitária e, ainda, que, hoje pela manhã, houve a notícia de reforço na segurança para esses alunos que permaneceram na Residência; a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) manteve suas atividades, somente suspendendo a disponibilização dos veículos institucionais, para que eles não corram riscos circulando pela região; a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) se pronunciou por Memorando orientando os servidores sobre a realização de atividades remotas enquanto as atividades administrativas presenciais continuarem suspensas; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) não alterou sua rotina de atividades, somente não disponibilizou aulas presenciais, citando que recentemente houve a abertura do semestre letivo da pós-graduação; ademais, citou que todos os Pró-Reitores e Superintendentes estão à disposição dos conselheiros, caso julguem necessária a participação; por fim, sobre a Prograd, disse que esta enviou orientações aos professores, coordenadores de curso e chefes de departamento no que diz respeito a atividades não presenciais, apesar de que, depois que as normativas da pandemia foram revogadas, não haja autorização do Ministério da Educação (MEC) para o ensino remoto, a situação em que se encontra é um período excepcional e extraordinário, frisando que não se irá retornar ao remoto, mas realizar atividades *on-line* consideradas esporádicas, pois se espera que seja uma situação temporária; e, por fim, destacou que se está elaborando orientação em relação às monitorias e outros projetos de ensino a serem desenvolvidos com o apoio da Prograd, citando que a proposta que se traz aqui engloba dois aspectos específicos – um diz respeito a, caso seja julgado pertinente que as atividades presenciais sejam retomadas amanhã, que se reveja a situação de que muitos alunos que moram em outros municípios precisaram se deslocar e utilizaram-se de muitos recursos, por isso, o deslocamento para as aulas presenciais amanhã ficaria prejudicado, portanto, que se considere essa questão; outro, é que, em não se modificando drasticamente a situação de segurança, que se decida por manter as atividades remotas durante a próxima semana, para que as forças de segurança tenham tempo de minimizar essa situação, e os transportes voltem a funcionar. A conselheira **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira** afirmou que, hoje pela manhã, o Diretório Central Estudantil (DCE) organizou uma plenária estudantil para debater essa situação com os estudantes, e se chegou a algumas proposições a serem apresentadas; a primeira é que se deixe em suspenso por sete dias, no sentido de garantir que os estudantes, não só os que retornaram para suas cidades de origem, possam se programar para virem, mas também porque muitos ônibus foram comprometidos por parte dos incêndios, assim, por mais que se suspenda por sete dias, ainda ficará o dilema de médio a longo prazo de como se resolver essa situação dos ônibus nos municípios comprometidos; dessa forma, para reduzir os danos para o corpo estudantil, a proposta é que se estenda por mais uma semana. Além disso, outra preocupação é o funcionamento do RU, pois, durante a pandemia e o ensino remoto, os últimos entendimentos eram de que o RU se tratava de serviço essencial, e isso é destacado porque o auxílio-alimentação no valor de R$ 100,00 não dá conta da

realidade, ademais, muitos estudantes que não são moradores da Residência Pedagógica possuem gratuidade do RU e não irão receber o auxílio. Citou, ainda, a comunidade em geral, que paga em média R$ 2,00 e R$ 2,50 e, se não for nesse valor, não terão condições para realizarem suas refeições. Nesse sentido, sugere-se a manutenção do RU, propondo a logística de que seja por agendamento de refeições ou quentinhas, verificando-se formas para proteger os profissionais; outra alternativa seria estender o auxílio para todos os estudantes que possuem gratuidade no RU. Corrobora-se, também, com a ideia de que algumas atividades possam ser realizadas de forma remota, de modo que isso garanta alguns direitos aos estudantes, que deverão ser atribuições do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), que já está convocado para regulamentar isso, mas, obviamente, sem contabilizar falta etc. Por fim, outra questão apresentada foram os laboratórios, os quais possuem algumas atividades essenciais e coletas de dados que não podem ser paralisadas, dessa forma, há a demanda de manter essas atividades funcionando e que a Universidade esteja aberta para receber os estudantes e seus orientadores. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** reforçou que entendeu apenas a proposta da conselheira Kátia Cilene da Silva Moura, confirmando se a proposta seria a suspensão apenas das atividades presenciais, continuando de forma remota, somente durante a próxima semana, ou se seria paralisação total; e se, caso o Conselho decida pela paralisação total das atividades, seria possível aumentar ou alterar o calendário para que esses dias possam ser adicionados para cumprir a carga-horária. A conselheira **Kátia Cilene da Silva Moura**, em resposta ao conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, esclareceu que a proposta da Prograd é que as atividades permaneçam suspensas presencialmente, mas que continuem sendo realizadas de forma *on-line*, através de ferramentas digitais, para que não se comprometa ainda mais o calendário acadêmico, seguindo as orientações enviadas pela Prograd, frisando que atividades práticas como coleta de dados, manejo de animais e plantas etc., podem permanecer na modalidade presencial, e isso seria durante a semana seguinte a esta reunião. Ademais, disse que, se as atividades forem totalmente suspensas, não será uma escolha alterar o calendário, mas uma necessidade a fim de atender às exigências dos 100 dias letivos. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, solicitou a participação com fala dos Pró-Reitores Júlio César Rodrigues de Sousa e Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão, pois acredita que isso irá colaborar com a discussão sobre o Restaurante Universitário e as demais solicitações que dizem respeito aos estudantes e servidores, frisando que esta reunião está sendo realizada para orientar o momento emergencial, e que qualquer mudança suscitará uma nova convocação para ajustar as medidas. O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** disse que é necessário resolver as coisas de forma clara, como este Conselho está fazendo, que a nota publicada pela conselheira Kátia Cilene da Silva Moura sobre a possibilidade das aulas esporádicas foi muito importante e reiterou o posicionamento de Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira sobre a necessidade de passar ao menos 7 dias com a

suspensão das atividades presenciais, pois o clima de insegurança está grande e será necessário reavaliar se mantém ou não a suspensão das aulas presenciais; sobre o calendário acadêmico, concorda que seja prerrogativa do Consepe, e que alguns pontos levantados aqui devem ser separados. O conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** afirmou que conversou com o professor Reudismam Rolim de Sousa sobre alguns pontos pertinentes à continuidade da suspensão das atividades presenciais – uma das questões é que os alunos residentes universitários estão se sentindo muito inseguros; a segunda questão é que os servidores que viajaram para outras cidades se sentirão penalizados em retornar às atividades presenciais; o terceiro ponto é que as prefeituras próximas não estão liberando os ônibus; ademais, levantou a questão dos terceirizados, indagando como ficarão as atividades, se isso está sendo pensado; por fim, citou que iria questionar se os professores poderiam ter acesso aos seus gabinetes, e a conselheira Kátia Cilene da Silva Moura já esclareceu que sim. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, no que concerne ao apoio à segurança, citou que, quando teve conhecimento dos fatos que estavam acontecendo, já entrou em contato imediatamente com todos os comandantes das regiões onde estão os *campi* para dar o suporte, citando que, em Pau dos Ferros, a Tenente Coronel Myria de Freitas Suassuna tem dado o suporte, e esclareceu que não pode haver uma viatura parada em frente ao *campus* porque o contingente não atende, mas ela sempre está em contato, bem como, também, um estudante da Residência com quem mantém contato para monitoramento da situação, a fim de fazer o possível para amparar. Prosseguiu relatando que, quando foi necessário fechar os RU, trabalhou até a madrugada para fechar as folhas de pagamento e prontamente liberar, ressaltando que adiantou R$100 para o auxílio-café-da-manhã e para o auxílio-alimentação, frisando, com isso, que a parte da gestão superior foi feita, o recurso já está nos *campi*, e agora resta aguardar a transação bancária, esclarecendo que fecharão por uma dificuldade que o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Júlio César Rodrigues de Sousa, explicará melhor mediante deliberação de sua participação com fala. Ademais, no que concerne aos terceirizados, afirmou que eles permanecerão trabalhando de portões fechados e, se houver qualquer dificuldade na questão de transporte, já conversou com a Pró-Reitora de Administração, Arly Dayany Fernandes Lopes de Carvalho, para conversar com os fiscais e pensar no escalonamento, pois não é viável ficar totalmente sem servidores, tendo em vista que está aberta. Afirmou, ainda, que a Ufersa irá servir de base para receber policiais do estado do Ceará e a Força Nacional, informando que haverá uma concentração de esforços para resolver essa situação. Em seguida, colocou em votação a participação com fala dos Pró-Reitores Júlio César Rodrigues de Sousa (Proae) e Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão (Progepe), a qual foi votada e aprovada por unanimidade. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** complementou observando que, quando a "narcotraficância" se organiza, o faz de maneira planejada e um dos seus alvos são as instituições públicas, por uma tentativa de desmoralização da própria instituição formal que é o Estado. Com isso,

afirmou que estamos lidando com a questão da segurança pública de um patrimônio, que é uma universidade federal, e, nesse momento, deve-se refletir se a universidade tem uma política de segurança interna, independente da segurança pública, pois a segurança terceirizada da universidade sofreu baixas de orçamento e contingente e, nesse contexto, pediu atenção à Reitora para dar um reforço e fortalecer a segurança interna, pois a diminuição remete à segurança do aluno e do professor. Ademais, parabenizou o governo do Estado pela Força de Segurança Nacional e, ainda, a Força Federal instituída pelo ministro Flávio Dino e que está presente no Rio Grande do Norte. Lamentou que o RN e Mossoró mais uma vez estejam nesse alvo da "narcotraficância" organizada, solicitando à gestão reforço na segurança privada terceirizada, e parabenizou essa articulação feita com a Polícia Militar, endossando, também, que 7 dias são razoáveis para reestabelecer a tranquilidade. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, afirmou que também é testemunha da redução, ao longo dos anos, da vigilância e da portaria, citando que, quando assumiu a gestão, encontrou a Instituição com um quadro ainda mais reduzido, tendo sido considerada a questão da pandemia. Ressaltou, porém, que não é tão simples retornar ao quantitativo, pois já se aumentou, mas continua pequeno. Disse que as melhorias feitas referem-se à central de monitoramento melhor, câmeras funcionando com mais precisão, há um controle de pequenos furtos e alguns problemas que existiam reduziram bastante. Destacou que já vem trabalhando para o aumento do recurso de contratação de segurança há mais de um ano, havendo pensado em condições estratégicas e, hoje, a Polícia Militar é uma parceira. Disse que é importante mencionar que Mossoró é uma das poucas cidades que têm presídio federal, o que é um agravante para o contexto. O conselheiro **Daniel Valadão Silva** fez algumas considerações – houve uma suspensão das atividades na terça-feira, em que ele não pôde ministrar sua aula, ressaltando que já são praticamente 3 dias sem aula, e, para passar um período com aulas remotas, é necessário considerar a situação do estudante, indagando se ele tem condições de assistir nessa modalidade, pois não se pode prejudicar o discente. Nesse sentido, questiona se não deveria considerar 4 dias de suspensão total e, depois, o Consepe faria sua deliberação sobre o Calendário Acadêmico. Ressaltou que, na pós-graduação, existe a portaria ainda sobre as aulas remotas, e, nesse contexto, frisou que o RU é necessário também para esse público da pós-graduação. Posicionou-se favorável às atividades dos servidores serem facultativas, remota ou presencialmente, e entende que o mais correto é permanecer remoto para preservar a vida. Pediu, ainda, que o controle de entrada continue, pois está funcionando bem, e, além disso, solicitou maior celeridade na comunicação da gestão com servidores e alunos, pois, nos últimos dias, as informações oficiais chegaram através de redes sociais, em vez de canais oficiais. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, destacou que, quando publica qualquer coisa nas redes sociais, já tem encaminhado para todos os órgãos oficiais. Ressaltou que alguns diretores receberam Memorandos em tempo real, nem sequer os

abriram, mas, mesmo assim, afirmaram que a Reitora se comunicou oficialmente através da sua rede social. Frisou, novamente, que, quando publica em seu perfil, já tem sido encaminhado pelos canais oficiais. O convidado **Júlio César Rodrigues de Sousa** afirmou que, desde a terça-feira, quando se iniciaram os ataques criminosos no Rio Grande do Norte, foi feito um trabalho para manter o serviço da assistência estudantil, de forma que o RU ficou aberto nesse dia e se encerrou durante o jantar, e, nesse mesmo dia, já se decidiu sobre o auxílio financeiro para os residentes. Ademais, com o controle de acesso e a presença de policiais e vigilantes, afirmou que os discentes da moradia estão seguros. Sobre o funcionamento do RU, disse que conversou com as empresas para, a partir da próxima semana, comece a abrir, mesmo com fluxo menor de estudantes na universidade, a fim de atender os residentes e os discentes que ainda frequentarão a universidade nesse período, citando que, caso o Consuni decida pelas atividades remotas, pode-se rever a necessidade de abertura do RU, tendo em vista que os residentes podem decidir retornar às casas de suas famílias. O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** disse que, para a abertura do RU nos *campi*, é necessário que os ônibus estejam circulando. O convidado **Júlio César Rodrigues de Sousa** disse que, para isso, poder-se-ia verificar a possibilidade de uma viatura para escoltar o ônibus. O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** relatou que, em Angicos, para policiamento, existe apenas uma viatura, e os ônibus são um dos principais alvos de ataque. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, afirmou que Angicos está em uma situação diferenciada, pois em Caraúbas e em Pau dos Ferros o monitoramento está tranquilo. Por isso, frisou que irá ligar para o prefeito de Angicos após a presente reunião e que esse referido *campus* será tratado de forma diferenciada, em virtude disso. A conselheira **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira** afirmou que enviou um ofício à Proae pedindo para estender o auxílio de R$100, que caiu na conta dos residentes, também para os demais estudantes que não são residentes, mas que têm a gratuidade no RU, pois, embora não seja morador da Residência Universitária, também está em situação de vulnerabilidade socioeconômica e se planejou para fazer suas refeições no RU de forma gratuita. O convidado **Júlio César Rodrigues de Sousa** disse que a regra geral é gratuidade apenas para os residentes da moradia estudantil, mas, se algum outro discente possui a gratuidade, pode procurar a Proae e solicitar o auxílio. A convidada **Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão** disse que essa situação, denominada de caso fortuito ou força maior, surpreendeu a todos, e que enviou uma proposta por Memorando informando que a Progepe é favorável à manutenção do trabalho excepcionalmente remoto. Após isso, relatou que foi questionada, em vista de uma Instrução Normativa da Progepe, que determinou o retorno ao trabalho exclusivamente presencial, informando que não haveria mais hipótese de trabalho remoto; diante disso, esclareceu que essa IN foi publicada em razão do estado pandêmico e da norma federal, pois a Gestão de Pessoas da Ufersa é vinculada à Gestão de Pessoas do Governo Federal; dessa forma, destacou que aquela IN foi emitida em outro contexto, não

para todas as situações posteriores que viessem a ocorrer. Com isso, diante dessa situação emergencial, a proposta de que as atividades administrativas sejam realizadas prioritariamente de forma remota é válida. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que a normativa sobre teletrabalho em situações ocasionais de exceção, aprovada alguns meses atrás, pode servir de segurança jurídica. A convidada **Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão** afirmou que não mencionou a norma do teletrabalho porque este é vinculado ao *software* necessário, cujo piloto ainda está sendo trabalhado; por isso, nesses 7 dias, entende-se que a situação seja mais similar ao estado do remoto da pandemia. A conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Morais** disse que foi questionada sobre a mesma Instrução Normativa citada pela convidada Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão, e mencionou que a Resolução não foi revogada, relatando que solicitou que não fosse exatamente pensando nesses momentos em que pudesse vir a ser necessário o trabalho remoto, e, por conseguinte, a utilização daquelas tratativas. Afirmou que corrobora com a ideia de que as atividades acadêmicas tenham uma paralisação, tendo em vista a forma como as atividades remotas prejudicaram os discentes, e que em 7 dias há muito conteúdo, e que as atividades administrativas sejam remotas, e, apenas sob necessidade e com muita cautela, presenciais. A conselheira **Gilcilene Lélia Souza do Nascimento** afirmou que fez um ajuste na proposta encaminhada pela conselheira Kátia Cilene da Silva Moura. A conselheira **Kátia Cilene da Silva Moura** agradeceu e fez a leitura do encaminhamento: "PROPOSTA PROGRAD/PROAE/PROGEPE: Manutenção da suspensão das atividades acadêmicas presenciais até o dia 24/03, com a possibilidade de atividades *online*, utilizando tecnologias digitais de apoio à aprendizagem, sem prejuízo de frequência para os alunos e sem realizar atividades avaliativas. Durante esse período, realizar retorno gradual de funcionamento dos RUs; e trabalho administrativo, prioritariamente, remoto, podendo ser realizado de forma presencial, excepcionalmente.". O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** indagou se a situação dos RUs de cada *campus* ainda será discutida entre a Proae e as direções. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, confirmou e disse que, após a reunião, irá contatar o pessoal de Angicos. O conselheiro **Rodrigo Nogueira de Codes** afirmou que concorda com a proposta colocada, mas questionou sobre o calendário acadêmico, pois não foi colocado se ele permanece ou se será alterado. Ademais, como a proposta foi colocada como Prograd, Proae e Progepe, fica a dúvida sobre os discentes da pós-graduação, mas entende que valerá para toda a universidade. A conselheira **Kátia Cilene da Silva Moura** afirmou que o Pró-Reitor da PROPPG afirmou que a situação poderia ser resolvida com a proposta apresentada para a graduação, por isso se manteve o título, mas, sem problemas, pode-se alterar para "PROPOSTA PROGRAD/PROPPG/PROAE/PROGEPE". Sobre o calendário acadêmico, afirmou que é de competência do Consepe, então, na próxima reunião ordinária, será pedida a inserção de um ponto de pauta para que se decida se, diante dessa situação, o calendário acadêmico precisa ser modificado ou se podemos

manter, para não prejudicar a comunidade acadêmica. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante dos Santos** questionou como irão aferir esses prazos, citando que valerá até o dia 24/03 a proposta apresentada, mas afirmando que, pela perspectiva dos discentes e dos terceirizados, o que mais tem prejudicado é a questão do transporte público, indagando como irão aferir os novos rumos que a instituição irá seguir, como exemplo, o retorno. A presidente da reunião, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, disse que isso envolve a questão da segurança pública como um todo e, nesse momento, não é possível tomar uma decisão para longo prazo, apenas para o agora, e, mediante reuniões extraordinárias, tudo será decidido. Em seguida, colocou o encaminhamento lido pela conselheira Kátia Cilene da Silva Moura em votação, o qual foi votado e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a discutir, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, deu por encerrada a reunião e eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia _ de _ de dois mil e vinte e três, segue assinada pela presidente do Consuni, pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxx.

Presidente:

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira_____

Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):

Francisco Edcarlos Alves Leite_____

Samuel Oliveira de Azevedo_____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):

Hudson Pacheco Pinheiro_____

Daniel Freitas Freire Martins _____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):

José Flávio Timoteo Júnior_____

Cláudio de Souza Rocha_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):

Kátia Cilene da Silva Moura_____

Midiã Medeiros Monteiro _____

Centro de Ciências Agrárias (CCA):

Daniel Valadão Silva_____

Rui Sales Júnior_____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

Sidnei Miyoshi Sakamoto_____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Lázaro Fabrício de França Souza_____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):

Ângelo Magalhães Silva_____

Centro de Engenharias (CE):

Alexandre José de Oliveira_____

Rodrigo Nogueira de Codes_____

Representantes técnico-administrativos:

Maria Kaliane de Oliveira Morais_____

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento_____

Jalmir Dantas de Araújo_____

Representantes discentes:

Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira_____

Pedro Victor Cavalcante Santos_____

Guilherme Jarentchuk_____

Representante da comunidade:

Paulo Caetano Davi_____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra_____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, no formato híbrido, reuniu-se o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência do vice-reitor, **Roberto Vieira Pordeus**, para deliberar sobre a pauta da quinta reunião extraordinária de dois mil e vinte e três. Estiveram presentes os conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Samuel Oliveira de Azevedo**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Simone Maria da Rocha**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **José Flávio Timoteo Júnior** e **Cláudio de Souza Rocha**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Kátia Cilene da Silva Moura** e **Midiã Medeiros Monteiro**; Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Jean Berg Alves da Silva**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Sidnei Miyoshi Sakamoto**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva** e **Ulisses Levy Silvério dos Reis**; Centro de Engenharias (CE): **Alexandre José de Oliveira**; Representantes técnico-administrativos: **Jalmir Dantas de Araújo**, **Gilcilene Lélia Souza do Nascimento** e **Eurico Marx Sarmento Pedroza**; Representantes discentes: **Guilherme Jarentchuk**; Representante da comunidade: **Paulo Caetano Davi**. **Conselheiros com falta justificada**: Daniel Valadão Silva, Rodrigo Nogueira de Codes, Maria Kaliane de Oliveira Morais, Daniel Freitas Freire Martins e Lázaro Fabrício de França Souza. **PAUTA**: **Ponto único**: Ouvir a reitora, professora Ludmilla Carvalho Serafim de Oliveira, sobre o ponto seis da 3ª Reunião Ordinária do Consuni, em 27/03/2023, “Apreciação acerca dos esclarecimentos solicitados pela Resolução nº 24, de 23 de fevereiro de 2023, do Consuni da Ufersa, enviados por meio do Memorando Eletrônico nº 140/2023 – GAB” e deliberar e encaminhar. Tendo constado o quórum legal, o presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** declarou aberta a reunião e explicou que a magnífica reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira não pôde estar presente na reunião devido a um imprevisto ocorrido, a sua mãe apresentou um problema de saúde, então precisou acompanhá-la ao atendimento médico. Portanto, como o ponto está moldado especificamente para ouvir os seus esclarecimentos, sugeriu que a reunião fosse cancelada e marcada em outra data de acordo com a agenda da reitora. Em seguida, leu as justificativas de ausência dos conselheiros: Daniel Valadão Silva, Rodrigo Nogueira de Codes, Maria Kaliane de Oliveira Morais, Daniel Freitas Freire Martins e Lázaro Fabrício de França Souza, colocou-as em votação, sendo aprovadas por dezesseis votos favoráveis e um voto contrário. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** disse que as justificativas de ausências foram aprovadas, seguidamente deveria ocorrer a deliberação sobre a pauta, e que a reunião estava com um propósito de ouvir os esclarecimentos da reitora professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, porém, em sua ausência, a reunião está sendo conduzido pelo vice-reitor Roberto Vieira Pordeus, mas, mesmo assim, caso o Conselho quisesse, poderia ocorrer a deliberação; em contrapartida, expressou que entende que a proposta do presidente do conselho Roberto Vieira

Pordeus é pertinente e a reunião pode ocorrer em um momento posterior, mas solicitou que ocorresse o mais breve possível e que a reitora professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira realmente comparecesse à reunião, pois deve ser dado o direito da realização dos esclarecimentos, assim como, disse que possuía o interesse em ouvi-los. Finalizou solicitando que, antes que ocorresse a remarcação desta reunião em outra data, o Gabinete da Reitoria convocasse este Conselho para concluir a pauta da 3ª Reunião Ordinária de 2023. A conselheira **Simone Maria da Rocha** observou que seria interessante que seja solicitado aos conselheiros, que subscreveram a autoconvocação, que estejam presentes à reunião; enquanto conselheira suplente, disse que estava sempre à disposição para fazer parte deste Conselho quando for convocada, mas fica incongruente para as pessoas que assinaram esta convocação não estarem presentes na reunião, então, assim como a presença da reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, a presença dos conselheiros que realizaram a autoconvocação é muito importante. Expressou que o seu entendimento não seria para cancelar esta reunião, mas desconsiderar a sua existência, pois este ponto pode ser inserido até nas "Outras ocorrências" da reunião que ainda não foi concluída. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** corroborou com a conselheira Simone Maria da Rocha sobre a importância da presença dos conselheiros para prestarem os esclarecimentos necessários. Colocou que o mais prudente realmente seria cancelar esta reunião, pois, caso seja adiada, em outra data ele terá que presidir novamente, então, para que isso não ocorra, é necessário que a reunião seja cancelada. Além disso, informou a conselheira Simone Maria da Rocha que não é possível realizar a apreciação desse ponto nas "Outras ocorrências" da reunião. A conselheira **Simone Maria da Rocha** esclareceu que a sua sugestão não seria para que nas "Outras ocorrências" fossem realizados os esclarecimentos, mas, sim, que fosse debatido sobre a deliberação de uma reunião para tratar especificamente desse assunto. O conselheiro **Jean Berg Alves da Silva** concordou com todas as falas que foram expostas, mas disse que, como o conselheiro Alexandre José de Oliveira bem colocou, a reunião foi iniciada a partir do momento que as justificativas de ausências foram deliberadas, desse modo, a reunião está em curso e o momento agora está sendo para deliberar sobre a aprovação ou não da pauta; disse que o ponto poderia ser discutido nas "Outras ocorrências" da reunião que ainda não foi finalizada, mas atentou sobre a deliberação, pois neste ponto não pode ser realizada. Caso esta reunião seja remarcada, acontecerá o que foi mencionado pelo presidente do conselho Roberto Vieira Pordeus, os conselheiros presentes devem ser os mesmos que se fizeram presentes, assim como, o presidente deverá ser o vice-reitor Roberto Vieira Pordeus. Por conseguinte, considerou que o Conselho deveria deliberar a pauta, e caso não seja aprovada, seria realizada uma nova convocação. O conselheiro **Paulo Caetano Davi** expressou que assinou a convocação desta reunião e ia precisar tomar uma medicação que havia sido agendada, mas, pela importância da discussão, optou por estar presente para participar da reunião. Explicou que a discussão desse ponto não estava prevista na reunião que foi encerrada em "Outras ocorrências", por isso existiu a necessidade de se convocar uma reunião específica para discutir e deliberar sobre

esse assunto. Mediante as colocações expressadas, fica claro que o ponto deve ser deliberado por meio de uma nova convocação para que o Conselho possa discutir abertamente com todos os esclarecimentos necessários e requeridos. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** relatou que, na 3ª Reunião Ordinária de 2023 deste conselho, a reitora professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira se negou a responder as perguntas que foram realizadas insistentemente sobre este ponto e relatou que ela o respondeu que, se quisesse, poderia ir até o inferno para discutir esse ponto, mas que naquele momento, ela não iria discutir esse assunto. Então, disse que não precisou ir ao "inferno" por este motivo, somente realizou a convocação dos seus pares, que democraticamente assinaram a convocação e estão presentes para a discussão, porém, como a professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira está ausente, considerou prudente aguardar o tempo para a sua ampla defesa, mas ela deve explicações a este Conselho, à Ufersa e a toda a sociedade. Seguidamente, solicitou que a pauta fosse reprovada, a reunião encerrada e, assim, os conselheiros terão o livre arbítrio para assinar uma nova autoconvocação. Além disso, fez um apelo para que o encerramento da 3ª Reunião Ordinária 2023 não seja postergada e usada como um "escudo" para não haver a autoconvocação da próxima reunião extraordinária. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** esclareceu ao conselheiro Alexandre José de Oliveira, em relação à sua última fala, e disse que, por parte da Reitoria, essas situações não existem. Colocou que a agenda da reitora é bastante preenchida, então, esse motivo que foi citado pelo conselheiro Alexandre José de Oliveira, não foi a razão pela qual motivou a Reitoria em não ter realizado ainda a convocação para concluir a 3ª Reunião Ordinária de 2023 deste Conselho. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** colocou que o tempo é uma questão de prioridade e a sua indagação seria no sentido de quais prioridades a Universidade possui, seja a discussão como Conselho Superior ou qualquer outra coisa. Relatou que já houve algumas reuniões (de outras instâncias), mas a reitora não participou por estar em outros compromissos, desse modo, colocou que esses tipos de artifícios não devem ser utilizados. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou que além da agenda da Reitora, existe a agenda da Secretaria dos Órgãos Colegiados, que, por exemplo, hoje, haverá duas reuniões no mesmo dia, mas afirmou que brevemente ocorrerá a continuação da reunião. O conselheiro **Eurico Marx Sarmento Pedroza** registrou que os mandatos dos conselheiros do Consuni irão até o dia 24 de abril, por isso, solicitou que a continuação da 3ª Reunião Ordinária de 2023 fosse marcada o quanto antes, assim como a convocação sobre o ponto desta reunião, para que os conselheiros do mandato atual possam receber os devidos esclarecimentos em tempo oportuno. Sem mais colocações, o presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a pauta da reunião, que foi reprovada por unanimidade; por fim, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião e eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia _ de _ de dois mil e vinte e três, segue assinada pelo presidente do Consuni, pelos demais conselheiros presentes a esta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxxx.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Presidente:

Roberto Vieira Pordeus _____

Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):

Samuel Oliveira de Azevedo_____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):

Hudson Pacheco Pinheiro _____

Simone Maria da Rocha _____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):

Cláudio de Souza Rocha_____

José Flávio Timoteo Júnior_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):

Kátia Cilene da Silva Moura_____

Midiã Medeiros Monteiro _____

Centro de Ciências Agrárias (CCA):

Jean Berg Alves da Silva _____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

Sidnei Miyoshi Sakamoto _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):

Ulisses Levy Silvério dos Reis_____

Ângelo Magalhães Silva _____

Centro de Engenharias (CE):

Alexandre José de Oliveira_____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Representantes técnico-administrativos:

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento_____

Jalmir Dantas de Araújo_____

Eurico Marx Sarmento Pedroza _____

Representantes discentes:

Guilherme Jarentchuk _____

Representante da comunidade:

Paulo Caetano Davi _____

Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra_____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSTIÁRIO

ATA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, no formato híbrido, reuniu-se o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência do vice-reitor, **Roberto Vieira Pordeus**, para deliberar sobre a pauta da sexta reunião extraordinária de dois mil e vinte e três. Estiveram presentes os conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Francisco Edcarlos Alves Leite** e **Samuel Oliveira de Azevedo**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Daniel Freitas Freire Martins**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **José Flávio Timoteo Júnior** e **Cláudio de Souza Rocha**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Midiã Medeiros Monteiro** e **Kátia Cilene da Silva Moura**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Sidnei Miyoshi Sakamoto**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva**; Centro de Engenharias (CE): **Alexandre José de Oliveira** e **Rodrigo Nogueira de Codes**; Representantes técnico-administrativos: **Jalmir Dantas de Araújo**, **Gilcilene Lélia Souza do Nascimento** e **Eurico Marx Sarmento Pedroza**; Representantes discentes: **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira**, **Guilherme Jarentchuk** e **Pedro Victor Cavalcante Santos**; Representante da comunidade: **Paulo Caetano Davi**. Conselheiros com ausência justificada: Jean Berg Alves da Silva, Daniel Valadão Silva, Valéria Veras de Paula, Maria Kaliane de Oliveira Morais. Conselheiros com ausência não justificada: Lázaro Fabrício de França Souza e Ulisses Levy Silvério dos Reis. **PAUTA**: **Ponto único**: Esclarecimento da reitora a respeito da afirmação realizada na 9ª Reunião Ordinária do Consuni, em 25/10/2022, “caso esta Universidade não tenha interesse no curso e este não seja aprovado, os 11 códigos de vagas serão devolvidos ao MEC, pois vieram somente com esta finalidade.”, também tratados da mesma forma na 4ª Reunião Extraordinária do Consuni, em 01/12/2022. Consonante ao fato dos 11 códigos de vagas terem sido destinados posteriormente a outros fins e a falta de documentação comprobatória da pactuação mencionada, em tentativa de coerção da aprovação do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Consuni, com possibilidade para deliberações e encaminhamentos. Tendo constado o quórum legal, o presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** declarou aberta a reunião, em seguida, leu as justificativas de ausência dos conselheiros: Daniel Valadão Silva, Jean Berg Alves da Silva, Rui Sales Júnior, Valéria Veras de Paula, Maria Kaliane de Oliveira Morais e da magnífica reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira e colocou-as em discussão. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** relatou que, quando a autoconvocação foi enviada à Secretaria dos Órgãos Colegiados às 7 horas e 48 minutos, teve o cuidado de consultar posteriormente a agenda da reitora na página da Ufersa, e, neste horário, não possuía nenhum agendamento marcado para a data e o horário de hoje (13/04), então, a visita realizada pela reitora para a cidade de Santo Antônio poderia e deveria ter sido feita por outra pessoa da gestão, pois a autoconvocação foi realizada com o intuito de ouvi-la; neste sentido, propôs que a

sua justificativa de ausência não fosse aprovada, pois ela deveria estar presente na reunião. Também ressaltou que as reuniões deste Conselho (Consuni) precedem a outras atividades administrativas e acadêmicas da Universidade. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** informou que, sendo assim, colocará em votação as justificativas de ausência dos conselheiros de forma conjunta e a da Reitora será de forma separada. Em seguida, colocou em votação as justificativas de ausência dos conselheiros Daniel Valadão Silva, Jean Berg Alves da Silva, Rui Sales Júnior, Valéria Veras de Paula, Maria Kaliane de Oliveira Morais, que foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, colocou em votação a justificativa de ausência da magnífica reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, que foi reprovada com quatorze votos contrários, três votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, colocou em discussão a pauta. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** disse que deveria existir uma objetividade na discussão do ponto da autoconvocação, pois este não se trata da distribuição dos códigos de vagas, mas ouvir a Reitora sobre suas falas, mas se ela não quer falar a respeito, a responsabilidade não é deste Conselho; desse modo, defendeu que a pauta deveria ser aprovada e discutida, assim como realizar encaminhamentos na reunião caso seja necessário. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a pauta, que foi aprovada com um voto contrário. **PONTO ÚNICO**. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou em discussão o ponto de pauta. O conselheiro **Eurico Marx Sarmento Pedroza** disse que a reitora não pôde estar presente, mas enviou um documento de justificativa via e-mail, então questionou se haveria alguém que pudesse fazer um resumo deste documento, para ficar registrado na ata e para que as pessoas que estão acompanhando pudessem ter ciência do que foi colocado por ela; então, a partir disso, a discussão poderia ser iniciada. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** se manifestou de acordo com a solicitação do conselheiro Eurico Marx Sarmento Pedroza, e sugeriu que fosse convidada a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (Progepe), Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão, e a partir da sua explanação, a discussão poderia ser realizada. O conselheiro **Sidnei Miyoshi Sakamoto** disse que, se for necessário, a participação da convidada será votada, pois o vice-reitor Roberto Vieira Pordeus, que é representante da reitoria, não possui os esclarecimentos necessários para explicar ao Conselho. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** respondeu ao conselheiro Sidnei Miyoshi Sakamoto que se possuísse os esclarecimentos necessários, já tinha esclarecido desde o início da reunião; dessa forma, informou que não está acompanhando os andamentos das atividades da Reitora, então, ninguém melhor do que um representante dos Recursos Humanos/Assessoria Jurídica para fazer esses esclarecimentos. O conselheiro **Sidnei Miyoshi Sakamoto** disse ao presidente do conselho Roberto Vieira Pordeus que os esclarecimentos em relação ao ponto de pauta específico foram dados pela documentação anexa, e até mesmo comprovou que, conforme tudo o que foi alegado, o vice-reitor também foi mensageiro de uma inverdade e que nada daquilo existia. Portanto, a participação da convidada pode ser deliberada e, logo após, o Conselho poderá realizar as deliberações. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** disse que a

votação para a participação com fala da convidada poderia ser realizada, pois uma votação expressa a democracia, porém seria desnecessário, tendo em vista que os esclarecimentos devem ser realizados de forma pessoal pela Reitora, pois foi uma fala realizada por ela. Sendo assim, disse que não fazia sentido alguém explicar por ela, logo, a participação deveria ser reprovada. O conselheiro **Paulo Caetano Davi** corroborou com a sugestão do conselheiro Eurico Marx Sarmento Pedroza, para que uma pessoa com posse dessas informações pudesse explicar a documentação no lugar da Reitora, que seria a pessoa ideal. Disse que as explicações já foram dadas de acordo com a documentação escrita, mas a leitura desta fez com que a maioria concluísse que não eram satisfatórias as explicações, por isso, foi convocada mais uma reunião para que a Reitora pudesse realizar os esclarecimentos e comprovar tudo o que foi colocado nos documentos. Embora concordar com a preocupação do conselheiro Eurico Marx Sarmento Pedroza, disse que o Conselho continuará insistindo na explicação da própria Reitora e, em sua ausência, o vice-reitor Roberto Vieira Pordeus também poderia realizar os devidos esclarecimentos. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a participação com fala da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (Progepe), Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão, que foi reprovada com dez votos contrários, cinco votos favoráveis e três abstenções. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** relatou que, em uma matéria da revista “Cartacapital”, está posto que o vice-procurador-geral da República informou que o Ministério Público Eleitoral se manifestou, nesta quarta-feira (11), a favor da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro e leu um trecho da matéria onde informa que: “Na agenda questionada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Bolsonaro reuniu diplomatas de diversos países para repetir mentiras sobre o sistema eleitoral e atacar instituições brasileiras”, então disse que a alegação realizada pelo PDT, foi acatada pelo Ministério Público Federal, pois o ex-presidente realizou reuniões e repetiu mentiras. Dessa forma, disse que esse caso deveria ser refletido em relação a este Conselho, pois existiram algumas falas que foram comprovadas pelos documentos que não são verdadeiras e precisam ser apuradas e encaminhadas. Posto isto, encaminhou que, na ausência da reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira por escolha própria e por não querer ter participado das reuniões para prestar os devidos esclarecimentos, este Conselho deve encaminhar para a apuração pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), o que foi cometido pela professora Ludimilla ao tentar fazer afirmações que não são verdadeiras, assim como foi comprovado pelos documentos. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou que, atualmente no Brasil, as pessoas não sabem o que é verdade e o que é mentira, às vezes o que é verdade para alguém, pode ser uma mentira para outro, por isso que existem as *fakenews*. O conselheiro **Guilherme Jarentchuk** informou que gostaria de realizar um aparte à fala do presidente do conselho Roberto Vieira Pordeus, pois *fakenews* é um tema bastante relevante na atualidade e não está relacionado apenas a uma discordância, mas se conceitua baseado na propagação de uma notícia que de fato não é verdadeira, que implica em documentos, filmagens e fatos contrários ao que se está

argumentando; colocou que é justamente o que está ocorrendo neste caso; por essa razão, o assunto está sendo um ponto de pauta, pois a Reitora, em falas oficiais a este Conselho, trouxe alegações que não condizem com os próprios documentos que foram enviados por ela, logo, isso sim é uma *fakenews* e uma fala que não condiz com a realidade dos fatos, por isso corroborou com o entendimento do conselheiro Alexandre José de Oliveira de realizar um encaminhamento para a apuração dos fatos tanto ao MEC quanto para o MPF. O conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** esclareceu que as *fakenews* são informações divulgadas e republicadas por pessoas que não realizam a averiguação dos fatos para compreender se a notícia possui uma veracidade plena. Acrescentou que as *fakenews* podem estar inseridas no meio de informações verdadeiras para corroborar com a opinião emitida, assim como, pode ser simplesmente a distribuição de uma notícia pontual; como exemplo, citou o fato ocorrido em uma das reuniões do Consuni, na qual a repercussão se realizou de forma ampla na resposta dada pela reitora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira: “ponha-se no seu lugar” em relação à fala da conselheira Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira. Disse que a maior parte das pessoas divulga apenas o trecho dessa fala e não foi publicado o momento em que a conselheira Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira provocou a reitora (que é o papel dela como representante discente de representar a oposição); disse que, quando se divulga apenas um trecho, causa uma certa revolta ao ouvir a fala, mas quando o vídeo é visto como um todo, não se caracterizaria como uma *fakenews*, pois as pessoas teriam acesso ao contexto de forma geral e até formariam uma opinião sobre concordância e discordância dos fatos. Concluiu que as *fakenews* podem ser a propagação de notícias falsas, notícias parciais, inverdades no meio de verdades, mas que tudo isso deve e pode ser verificado de alguma maneira. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante Santos** disse ao presidente do conselho Roberto Vieira Pordeus que as questões políticas externas devem nortear as pessoas de uma forma pessoal, mas neste Conselho, está sendo tratada uma demanda interna e administrativa de moralidade pública, em que a gestora máxima desta Instituição propagou inverdades, manipulou discursos e influenciou conselheiros com informações não verdadeiras. Com isso, trouxe a definição da *Oxford* sobre “Pós-verdade”: *“Pela definição do dicionário [Oxford], pós-verdade quer dizer ‘algo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou crenças pessoais’. Em outros termos: a verdade perdeu o valor.”*, então disse que é nesse sentido que este Conselho vem buscando a realidade dos fatos; disse que a Reitoria encaminhou um arcabouço de documentos que os mesmos comprovam a inverdade que foi propagada. Falou sobre a responsabilidade que deve existir neste Conselho e que a administração pública é guiada por princípios de moralidade e probidade, então corroborou com o encaminhamento realizado pelo conselheiro Alexandre José de Oliveira. Também relembrou sobre a época em que o ponto em questão não foi aprovado e o Consuni recebeu diversos ataques vinculados à decisão que foi deliberada, e disse que tudo isso era um desrespeito com a administração pública e com a democracia dentro da Ufersa. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** disse que este

Conselho está julgando o que é verdade e mentira, mas ninguém prova que foi mentira, podia ser verdade e, em um momento posterior, a Reitora pode ter conseguido fazer com que as vagas permanecessem na Instituição. Disse que cabia a ela participar da reunião para esclarecer o que aconteceu, mas o Conselho não deveria taxar como mentira sem entender a sua defesa. O conselheiro **Sidnei Miyoshi Sakamoto** disse que a fala do conselheiro Pedro Victor Cavalcante Santos foi bastante satisfatória e que não era somente a “pós-verdade” que estava em questão, mas a "auto verdade", ou seja, se eu não concordo, é mentira. Por falar em inverdades, colocou que essas vagas, de acordo com os documentos, nunca foram destinadas ao curso de Arquitetura e Urbanismo no *campus* de Mossoró, assim como, não foram conquistadas por esta Gestão atual, mas foram uma demanda solicitada mediante a um Banco de Vagas em 2019. Disse que essa atitude usurpadora, que é de praxe da Reitora, não só do que ela conquista, mas em cima do que foi conquistado por Gestões anteriores, assim como a “pós-verdade” de que ela foi eleita, não só nomeada para o cargo de Reitora desta Universidade e até mesmo a doação de ovos de páscoa mediante a generosidade alheia, tudo isso faz parte de um leque que compõem o comportamento crônico da professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira. Disse que todas as provas que a Reitora utilizou para atestar que o que foi dito foi verdade, foram um tiro no próprio pé, e se for chamar a Pró-Reitora da Progepe para tentar contestar qualquer coisa, a documentação foi postada pelo próprio setor, então isso seria colocar uma servidora em uma situação de fragilidade, pois ela teria que sustentar uma informação não verdadeira relatada por parte do Gabinete ou teria que ser contra ao que foi afirmado, e tudo isso a colocaria em uma situação bastante frágil. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** disse que a questão do ponto em debate, é bem mais delicada do que simplesmente dizer que se trata de uma *fakenews*, o que foi dito foram informações repassadas ao Conselho, para que sejam tomadas decisões baseadas nelas; então, surgiu o ponto de pauta e os seus respectivos documentos, que foram lidos e relidos, e quando não possuem todas as informações necessárias, deve ser pesquisado de alguma maneira; disse que todas as decisões de algum Conselho são baseadas também nas informações que são ditas no momento da reunião, o que acaba contribuindo para o voto dos conselheiros, sendo assim, quando é dada uma informação que não é exatamente a correta, o voto do conselheiro fica prejudicado, assim como a decisão do Conselho. Relatou que também já foi dito, em reuniões passadas, que o curso de Educação do Campo havia sido removido do *campus* Angicos, mas, no momento da reunião, os conselheiros representantes do *campus* disseram que a informação não era coerente. Disse que, na Portaria que trata sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo, está posto que o curso deveria ser reestruturado e transferido para o *campus* Mossoró, mas, em outras reuniões, a Reitora afirmou que não se tratava da transferência do curso, apesar de estar escrito no documento; então, colocou que algumas informações que são repassadas para o Conselho afetam as decisões dos conselheiros e a Instituição como um todo; Desse modo, a questão está voltada principalmente para avaliar e analisar qual era o objetivo de repassar essas informações aos Conselhos. Relatou também que, quando a

Reitora afirmou que se o curso de Arquitetura e Urbanismo não fosse aprovado no campus Mossoró, as vagas retornariam ao MEC, questionou se essa questão se tratava de uma lei ou uma regra e a Reitora respondeu que isto estava sendo posto no momento da reunião, então, ela acabou se responsabilizando por isso, e essa informação afeta o Conselho. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** registrou que esta reunião é a terceira oportunidade que a professora Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira tem para falar sobre o assunto, mas que, na verdade, seria a quarta oportunidade; citou que houve uma oportunidade na 3ª Reunião Ordinária de 2023, na 4ª Reunião Extraordinária de 2023, no encerramento da 3ª Reunião Ordinária de 2023 no momento das “Outras Ocorrências” e hoje, na 6ª Reunião Extraordinária de 2023; então, foram quatro momentos diferentes que a professora não compareceu a este Conselho ou não quis falar, como ocorreu na 3ª Reunião Ordinária. Disse que deveria ficar esclarecido e consciente de que o Conselho não está tomando nenhuma ação “por trás”, pois foi solicitado responsavelmente que ela se explicasse por diversas vezes, mas ela não quis se explicar; sendo assim, o Conselho não pode mais adiar e precisa deliberar sobre este ponto. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante Santos** esclareceu que, quando o conselheiro Eurico Marx Sarmento Pedroza solicitou a participação de algum representante, foi para que quem está assistindo à reunião, tivesse conhecimento dos documentos, não foi para trazer ao debate a opinião da Progepe ou da Assessoria Jurídica, mas para apresentar um resumo dos documentos para quem está acompanhando a reunião entender o que estava sendo discutido. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** disse que gostaria de refazer o seu encaminhamento, alterando para a criação de uma comissão com a composição de três membros deste Conselho, a fim de redigir um documento e enviar ao MEC e ao MPF para realizar a apuração do que está sendo discutido, e que o documento seja feito com bastante celeridade para que possa ser deliberado em uma reunião extraordinária da semana seguinte; sugeriu que a comissão fosse composta pelos conselheiros: Pedro Victor Cavalcante Santos, Hudson Pacheco Pinheiro e a conselheira Midiã Medeiros Monteiro. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** sugeriu que um conselheiro representante técnico-administrativo fosse incluído na composição da Comissão. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** sugeriu o conselheiro que estava presente na reunião, Eurico Marx Sarmento Pedroza. O presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** questionou se todos os conselheiros indicados para a composição da comissão aceitavam participar sem objeções, e todos os conselheiros sinalizaram de forma positiva. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** sugeriu que o documento fosse elaborado até a próxima quarta-feira (19), para que seja apresentado e deliberado neste Conselho nesta data. Em seguida, o presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação o encaminhamento do conselheiro Alexandre José de Oliveira, que foi aprovado com dois votos contrários e uma abstenção. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** colocou que, como foi aprovado, na quarta-feira (19/04) seria a continuação desta reunião para que a documentação seja deliberada por este Conselho. A conselheira **Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira** disse que, se na próxima semana for a continuidade desta

reunião, não terá como sair uma Resolução do que acabou de ser deliberado, então teria que ser uma nova reunião extraordinária. O conselheiro **Alexandre José de Oliveira** concordou e disse que deveria ocorrer uma nova reunião extraordinária, ou seja, a 7ª Reunião Extraordinária. Nada mais havendo a discutir, o presidente do conselho **Roberto Vieira Pordeus** agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião e eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia _ de _ de dois mil e vinte e três, segue assinada pelo presidente do Consuni, pelos demais conselheiros presentes a esta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxxx.

Presidente:

Roberto Vieira Pordeus _____

Representantes docentes:

Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):

Francisco Edcarlos Alves Leite_____

Samuel Oliveira de Azevedo _____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):

Hudson Pacheco Pinheiro _____

Daniel Freitas Freire Martins_____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):

José Flávio Timoteo Júnior _____

Cláudio de Souza Rocha_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):

Midiã Medeiros Monteiro _____

Kátia Cilene da Silva Moura_____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

Sidnei Miyoshi Sakamoto _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):

Ângelo Magalhães Silva_____

Centro de Engenharias (CE):

Alexandre José de Oliveira_____

Rodrigo Nogueira de Codes _____

Representantes técnico-administrativos:

Jalmir Dantas de Araújo_____

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento _____

Eurico Marx Sarmento Pedroza_____

Representantes discentes:

Guilherme Jarentchuk _____

Pedro Victor Cavalcante Santos _____

Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira_____

Representante da comunidade:

Paulo Caetano Davi _____

Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra_____

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre processos de afastamento:

- Maria do Socorro Medeiros de Souza;
- Roner Ferreira da Costa.

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.018085/2022-90

ELETRÔNICO

Cadastrado em 09/11/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA	[redacted]	1571794

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO

Assunto do Processo:
022.11 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Unidade de Origem:
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:
MARISA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
09/11/2022	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
22/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
24/02/2023	DIRETORIA - CARAÚBAS (11.01.29.13)
03/03/2023	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
03/03/2023	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
03/03/2023	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
21/03/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
30/03/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL.

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Maria do Socorro Medeiros de Souza

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** 01/09/2019

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted]

Departamento/Setor: Departamento de Ciência e Tecnologia / Centro Multidisciplinar de Caraúbas.

Categoria Funcional: Professor do Magistério Superior (Nível 1 – Classe C – Professor Adjunto)

Tipo de Afastamento: Afastamento Total – Curso de Pós Graduação Stricto Sensu (Doutorado)

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): 10 **mês:** 04
Início do Exercício no Cargo: 27/06/2012(anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA – Mossoró – RN.

Nível: Doutorado

Área de concentração: Impactos Ambientais pelo Uso do Solo e da Água

Prazo previsto para realização do curso: Início: 01/03/2021 **Término:** 28/02/2025

Instituição de realização do Curso: Universidade Federal Rural do Semi- Árido
Cidade: Mossoró **Estado:** Rio Grande do Norte **País:** Brasil__

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estagio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

PROPPG

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

***Obs**. O afastamento para estágio pós-doutoral dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até **90 (noventa) dias antes do início do afastamento**. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 08/11/2022

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Dados: 2022.11.09 08:20:29 -03'00'

Assinatura do requerente

PROPPG

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para estágio pós-doutoral

Nome do solicitante:	
Local do Estagio (Universidade)*:*	
X No País ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 01 /02/ 2023 a 01/ 02/ 2025.	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Formulário de requerimento do afastamento;	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade do estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estagio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X)***..	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII **-** Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);** **XIII -** Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)
JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Maria do Socorro Medeiros de Souza, portador do CPF: [redacted] e ITEP/RN: [redacted],matrícula SIAPE nº [redacted],professor do Curso de Ciência e Tecnologia, lotado no Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), do Centro Multidisciplinar de Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — UFERSA, venho solicitar o afastamento integral das minhas atividades no período de 01/02/2023 a 0 1 /02/2025 para realização do curso de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi- Árido (UFERSA) – Mossoró-RN.

Justifico o afastamento integral, incialmente, com base na Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, em que dispõe e respalda, sobre normas e condições que contempla servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições, nesse em especial para Pós-Graduação Stricto Sensu, Doutorado, como docente do campus Caraúbas/RN, venho por meio deste solicitar afastamento em tempo integral com remuneração para cursar o curso de Pós-Graduação em nível de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi- Árido (UFERSA) – Mossoró- RN, como servidora pública federal com dedicação exclusiva, em exercício nesta instituição desde de 27 de junho de 2012, como docente do Campus Caraúbas/RN.

Desde meu ingresso na UFERSA, tenho cumprido sempre com dedicação, coerência e responsabilidade todas as atividades a mim designadas, buscando sempre o melhor para a instituição e para os discentes.

Quanto as atividades até então desempenhada, ministrei aulas nos cursos da Engenharia Cívil na disciplina: Hidráulica e no curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia na disciplina: Fenômenos de Transporte e nas ações em projeto de extensão e pesquisa. Nas outras ações, tive oportunidade de participar nas bancas dos Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além dos trabalhos aceitos, publicados e

PROPPG

apresentados em congresso nacionais e internacionais.

Com o objetivo de evoluir academicamente e contribuir ainda mais com a instituição, fiz o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação no Curso de Pós-Graduação a nível de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA, onde-se as aulas das disciplinas obrigatórias iniciaram no dia 05 de março de 2021. No entretanto, a distância me impossibilita de cursar as disciplinas e evoluir a pesquisa, o que impede o andamento do curso. Dessa forma, o afastamento será de fundamental importância para viabilizar o desenvolvimento do doutorado.

Dessa forma, o afastamento será de fundamental importância para viabilizar o desenvolvimento ao doutorado. A minha posição no Plano Anual de Qualificação, foi 4ª posição na classificada, cujo resultado encontra-se anexado neste processo.

Conto com a compreensão de todos e agradeço a oportunidade.

Data: 08 de novembro de 2022.

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]

Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Dados: 2022.11.09 08:21:13 -03'00'

Assinatura do requerente

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo III)

Plano de Trabalho Detalhado

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA
DOUTORADO

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA

Plano de Trabalho

ATENUADORES DE ESTRESSE SALINO EM MUDAS DE GENÓTIPOS DE GOIABEIRA IRRIGADOS COM ÁGUAS DE DISTINTAS SALINIDADES

Área de concentração: Manejo de Solo e Água no Semiárido

Linha de Pesquisa: Tratamento e Uso Agrícola de Resíduos e seus Impactos no Solo e Água

ORIENTADOR

Reginaldo Gomes Nobre – Professor Associado II, UFERSA

Mossoró -RN

2022

PROPPG

1.Introdução

A goiabeira (Psidium guajava L.) é uma planta originaria dos trópicos americanos, possuindo distribuição em quase todas as regiões tropicais e subtropicais do planeta, em consequência da sua fácil adaptação a diferentes climas, sendo o representante mais importante e conhecido da família das Mirtáceas. A goiaba apresenta significativos valores nutricionais, possui altos teores de vitaminas A e do complexo B, sendo uma excelente fonte de vitamina C (ácido ascórbico), superada apenas pela acerola, além disso, possui uma quantidade considerável de minerais como cálcio, fósforo e ferro (GONZAGA NETO, 2007).

Os maiores países produtores de goiaba no mundo são Índia, China, Tailândia, Paquistão, México e Indonésia, e o Brasil ocupa a sétima posição entre os maiores produtores de goiaba (RIBEIRO, 2018). No Brasil a área de produção de goiabas em 2016 ficou em torno de 17 mil hectares, com uma produção de 414.960 toneladas da fruta sendo o estado de Pernambuco o maior produtor, respondendo por 34% da produção total no país (ANUÁRIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 2018).

Entre os ramos do setor agrícola em grande expansão está à fruticultura, em crescente expansão no cultivo de frutas tropicais e de algumas frutas de clima temperado, a exemplo da goiaba. Atualmente, o Distrito Federal tem uma produção de goiabas distribuída em 239 hectares com uma produção anual de 7.071 toneladas em 208 ha e produtividade média em torno de 34ton/hectare, que geram R$ 10 milhões tornando o DF o 10º produtor do ranking desta fruta no país (AGRIANUAL, 2017).

Mudas de qualidade devem ser produzidas seguindo uma série de cuidados, iniciando na instalação do pomar até a obtenção do material e o manejo adequado para cada espécie (FRANZON et al, 2010). A instalação de pomares produtivos e longevos passa pela seleção e escolha de mudas de qualidade, por isso se faz importante a escolha do material propagativo com elevado padrão genético e agronômico, objetivando o crescimento vigoroso da cultura e uma produção elevada de frutos. A seleção de matrizes de clones sadios e adaptados ao clima do local de produção, a escolha de frutos maduros, sadios e bem formados é essencial para a produção de sementes (SOUZA et al., 2002).

A região semiárida do nordeste do Brasil se destaque em termos de produção agrícola

PROPPG

principalmente na exploração de fruteiras, no entanto, ocorre frequentemente escassez de águas de boa qualidade para uso na agricultura irrigada e, nestes períodos, como alternativa, muitos agricultores estão utilizando águas de qualidade não convencional em suas áreas, como por exemplo águas residuárias de esgoto doméstico tratado, águas salinas de poços e de drenagem agrícola e a salmoura de estações de tratamento de águas salobras (GHEYI et al., 2016).

A utilização de água salina na irrigação tem sido um desafio para produtores rurais e pesquisadores, que constantemente desenvolvem estudos para possibilitar o uso de água de qualidade inferior sem afetar a produtividade das culturas (NASCIMENTO et al., 2015).

A região semiárida do Nordeste brasileiro é caracterizada por apresentar escassez hídrica e irregularidade de distribuição das chuvas e, desta forma o sistema de produção necessariamente depende da irrigação (CAVALCANTE et al., 2011). Além disso, nas águas provenientes dos mananciais desta região, os valores de condutividade elétrica superior a 1,5 dS m^{-1} são comumente encontradas, o que pode provocar modificações morfológicas, estruturais e metabólicas nas plantas, comprometendo o crescimento, a floração, a qualidade do fruto, a redução do ciclo das culturas e produtividade (SILVA et al., 2009; NEVES et al., 2010).

O excesso de sais pode afetar os vegetais de várias formas, uma delas é a redução do potencial osmótico, o qual compromete o status hídrico celular, proporcionando redução na condutância estomática e consequentemente restrição nas trocas gasosas, limitando os processos fotossintéticos (KUSVURAN, 2012).

Os efeitos da salinidade estão atrelados com a redução do potencial osmótico do solo, limitando a absorção de água e influenciando negativamente nos processos bioquímicos e fisiológicos da planta (GHEYI et al., 2016). Dentre os processos fisiológicos que podem ser afetados pelo excesso de sais, destaca-se a fluorescência da clorofila e as trocas gasosas (AYDIN; KANT; TURAN, 2012).

No entanto, a salinidade seja dos solos ou mesmo da água de irrigação pode ser um dos fatores que limitam seu crescimento e desenvolvimento, principalmente nas regiões semiáridas. As baixas precipitações pluviométricas, drenagem insuficiente e a utilização de água de má qualidade induzem a formação de solos com alta concentração de sais nessas regiões (PEDROTTI et al., 2015).

O excesso de sais na zona de desenvolvimento radicular ocasiona efeitos deletérios às

PROPPG

plantas, proporcionando reduções na taxa de transpiração e no crescimento (SILVA et al., 2018).

As plantas podem se comportar de forma variada em relação aos limites de tolerância à salinidade, sendo que, dentro de uma mesma espécie pode haver variações entre genótipos, nos quais os efeitos podem variar entre as fases de crescimento e desenvolvimento (NEVES et al., 2008).

Esse comportamento possivelmente esteja relacionado ao mecanismo de aclimatação da planta ao ser submetida a condições de estresse, visto que, sob essas condições, as plantas tendem a fechar seus estômatos, ocasionando redução na transpiração foliar e consequentemente, menor perda de água (TAIZ et al., 2017).

Bezerra et al. (2018), trabalhando com goiabeira (CEa variando de 0,3 a 3,5 dSm^{-1}) em estresse salino, identificaram que o aumento da salinidade da água reduz a emergência e o crescimento dessa cultura. Desta forma, são importantes e necessários estudos que visem reduzir os efeitos deletérios da salinidade sobre as plantas.

Segundo Gomes et al. (2005), a salinidade causa efeitos osmóticos e tóxicos nas plantas pela atividade dos íons Na^+ e Cl^-, afetando muitos aspectos do metabolismo da planta, como reduções na transpiração, fotossíntese, translocação, respiração, desequilíbrio iônico e ou hídrico, que reflete diretamente no crescimento e na produção das culturas. A goiabeira é considerada moderadamente sensível a salinidade da água de irrigação onde, usando águas de salinidade acima de 1,5 dS m^{-1} ocorre decréscimo no crescimento, desenvolvimento e produção (DIAS et al., 2011; FREIRE et al., 2014; BEZERRA et al., 2018).

De acordo com Ayers e Westcot (1999) qualquer que seja sua fonte, a água utilizada na irrigação sempre contém sais que, em geral, variam expressivamente em qualidade e quantidade. E o uso de água de qualidade inferior, associado ao manejo do sistema solo-água-planta, e à deficiência do sistema de drenagem, contribuem com a salinização dos solos nas áreas irrigadas.

Os efeitos adversos dos sais dissolvidos nas águas ou nos solos, na maioria dos casos, são refletidos na inibição e desuniformidade do crescimento, com consequente declínio na capacidade produtiva e na qualidade dos produtos obtidos das plantas cultivadas (CAVALCANTE et al., 2010a).

O Ácido Salicílico (AS) é um regulador de crescimento endógeno de natureza fenólica, o

qual participa da regulação de processos fisiológicos nas plantas e também está relacionado com a resistência às doenças. O composto desempenha um papel fundamental na tolerância ao estresse hídrico (AZOOZ E YOUSSEF, 2010) ração e causa a abscisão foliar (KERBAUY, 2008).este sentido, a aplicação exógena de AS tem sido testada em diferentes cultivos agrícolas com a finalidade de investigar a capacidade deste em atenuar os efeitos adversos causados pela deficiência hídrica, a exemplo da pesquisa desenvolvida por CARVALHO et al. (2007), estudando o efeito do ácido salicílico sobre a germinação e o vigor de sementes de calêndula (*Calendula officinalis* L.) sob estresse térmico e hídrico no qual concluíram que a aplicação de ácido salicílico, contribuiu positivamente na germinação e no índice de velocidade de germinação considerando níveis de estresse hídrico e térmico a 35°C.

Diante dessa problemática, o uso de reguladores de crescimento vegetal é uma das técnicas que vem sendo utilizada para aumentar a tolerância das plantas a estresses, destacando-se o ácido salicílico (AS), um composto fenólico produzido naturalmente pela planta (KORDI; SAIDI; GHANBARI, 2013).

Em relação às formas de atenuação dos efeitos adversos dos estresses abióticos às plantas, recentemente tem sido estudada a aplicação exógena de ácido salicílico (AS) em espécies vegetais visando avaliar a atuação deste composto como atenuador de tais efeitos. O ácido salicílico (AS) é um composto fenólico considerado componente de uma nova classe de substâncias de crescimento em plantas, além dos hormônios vegetais, que atua como importante regulador de diversos processos fisiológicos na planta, incluindo a fotossíntese. Esse composto também é considerado um potencial agente antioxidante enzimático, estando relacionado à ativação de respostas em defesa no vegetal em condições de estresse (NOREEN et al., 2009).

O peróxido de hidrogênio (H_2O_2) é um componente vital para o desenvolvimento, metabolismo e homeostase de diferentes organismos (BIENERT et al., 2006). Nas plantas, o H_2O_2 é uma das ROS mais estáveis, estando envolvida nos processos de aclimatação, defesa e desenvolvimento (SLESAK et al., 2007). Diferentemente do superóxido, o peróxido de hidrogênio não é um radical livre e não apresenta carga, por isso, e devido à sua longa meia-vida quando comparada às de outras ROS, o mesmo pode atuar como uma molécula sinalizadora capaz de percorrer longas distâncias até o seu alvo (HALLIWELL, 2006).

O efeito benéfico do peróxido de hidrogênio em baixas concentrações podem estar

PROPPG

associado ao seu papel de molécula sinalizadora, regulando diversas vias, incluído respostas ao estresse salino (BAXTER et al., 2014).

Portanto, existe a necessidade de utilização de tecnologias que possibilitem a exploração agrícola racional; em resposta ao estresse salino, alguns pesquisadores têm verificado correlação positiva entre a acumulação de solutos orgânicos ou osmólitos (prolina, glicina betaína, trealose, sacarose entre outros) e a tolerância das culturas ao estresse salino (LACERDA et al., 2015). O aminoácido prolina é um soluto compatível no citossol que contribui para o equilíbrio osmótico intracelular, podendo também proteger enzimas citossólicas quando a concentração de íons aumenta e, consequentemente, manter o potencial hídrico e a turgescência das células. Além de osmorregulador, a prolina atua favorecendo o equilíbrio redox em células estressadas (LIMA et al., 2016).

O aminoácido prolina é o soluto compatível no citossol que contribui para o equilíbrio osmótico intracelular, quando a concentração de íons orgânicos é alta no vacúolo, podendo também proteger enzimas citossólicas quando a concentração de íons aumenta e, consequentemente, manter o potencial hídrico e a turgescência das células (LIMA et al., 2016).

Uma das alternativas que pode minimizar o efeito do estresse salino nas plantas é o processo de aclimatação a determinadas condições de estresse e constitui numa alternativa para aumentar a capacidade de sobrevivência das plantas a condições adversas. A aclimatação é um processo no qual a exposição prévia de um indivíduo a um determinado tipo de estresse provoca mudanças metabólicas que são responsáveis pelo aumento de sua tolerância a uma posterior exposição ao estresse (Gondim et al., 2011), sendo o peróxido de hidrogênio (H_2O_2) uma das alternativas promissoras no retardamento dos efeitos do estresse salino nas plantas (SILVA et al., 2016).

O peróxido de hidrogênio (H_2O_2) é um componente vital para o desenvolvimento, metabolismo e homeostase de diferentes organismos (BIENERT et al., 2006). Nas plantas, o H_2O_2 é uma das ROS mais estáveis, estando envolvida nos processos de aclimatação, defesa e desenvolvimento (SLESAK et al., 2007). Diferentemente do superóxido, o peróxido de hidrogênio não é um radical livre e não apresenta carga, por isso, e devido à sua longa meia-vida quando comparada às de outras ROS, o mesmo pode atuar como uma molécula sinalizadora capaz de percorrer longas distâncias até o seu alvo (HALLIWELL, 2006).

PROPPG

O H_2O_2 pode atuar de duas formas nas plantas: em altas concentrações provoca estresse oxidativo além de ativar a morte programada da célula e, em concentrações reduzidas, ele age como uma molécula mensageira envolvida na sinalização da aclimatação, aumentando a tolerância contra estresses abióticos (AZEVEDO NETO et al., 2005). O efeito benéfico do peróxido de hidrogênio em baixas concentrações podem estar associado ao seu papel de molécula sinalizadora, regulando diversas vias, incluído respostas ao estresse salino (BAXTER et al., 2014).

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

Avaliar o efeito da forma de aplicação de peróxido de hidrogênio, de doses e formas de aplicação de ácido salicílico e prolina na mitigação do estresse salino da água de irrigação de mudas dois genótipos da goiabeira.

2.2 Objetivos Específicos

Avaliar as variáveis de crescimento, desenvolvimento e fisiológicas de mudas de distintos materiais genéticos de goiabeira irrigadas com águas de diferentes salinidades associado a Ácido salicílico, prolina e peróxido.

Identificar a forma adequadas de aplicações dos atenuadores como peróxido de hidrogênio, prolina e do ácido salicílico, na mitigação do estresse salino da água de irrigação de cultivares de goiabeira;

Determinar o teor de salinidade das cultivares da goiabeira tolerante sem que haja comprometimento no desenvolvimento da cultura;

Avaliar a tolerância de mudas de cultivares de goiabeira quando irrigadas com águas salinizadas associado ao uso de atenuadores de estresse, AS, prolina e peróxido;

Identificar a concentração e a forma efetiva de aplicação do ácido salicílico que permita produção de mudas de goiaba de melhor qualidade;

Avaliar os impactos causados pela aplicação de águas salinas nas propriedades físicas e químicas do substrato cultivado com as mudas de goiabeira.

Hipóteses

As diferentes formas de aplicações dos atenuadores podem diminuir os danos decorrentes da salinidade da água de irrigação sobre a produções das mudas de genótipo da goiabeira;

PROPG

As cultivares da cultura da goiabeira podem apresentar tolerância variada ao estresse salino;

As diferentes doses de AS e prolina podem reduz o nível de salinidade na cultura da goiabeira.

4. Material e Métodos

A pesquisa será desenvolvida com duas espécies de cultivares de goiaba, a Paluma e Rica, a partir de três Experimentos (I, II e III) conduzidos durante os anos de 2022/2023 em condição de ambiente protegido (Telado).

O experimento será conduzido na área experimental do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, pertencente a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em Caraúbas – RN cujas coordenadas geográficas são 05º47'33" S, 37º33'24" W e altitude média de 144 m.

4.1 Experimento I

Objetiva avaliar diferentes formas de aplicação do peróxido de hidrogênio na tentativa de mitigar os efeitos do estresse salino da água de irrigação sob a produção de mudas de cultivares de goiabeira (Paluma e Rica).

A cv. Paluma é considerada um genótipo vigoroso, de fácil propagação, com boa tolerância a pragas e doenças, principalmente à ferrugem (*Puccinia psidii* Wint.) (Manica et at., 2001), além de ser, um material de fácil disponibilidade, sendo o mais cultivado no Brasil (DIAS et al., 2012), enquanto a cv. Rica que se destaca por apresentar boa produtividade e frutos de qualidade. Embora essa variedade tenha sido selecionada para fins industriais, seus frutos estão sendo comercializados para consumo in natura (EMBRAPA, 2010).

Delineamento experimental

O experimento será instalado em delineamento em blocos ao acaso e analisados em esquema fatorial 5 x 4 x 2 com três repetições, sendo cada parcela constituída por duas plantas. Os tratamento a serem testados serão compostos a partir da combinação do fator condutividade elétrica da água de irrigação (CEa), sendo estas,S1- 0,3; S2-1,1; S3-1,9;S4- 2,7 e S5-3,5 dS m^{-1} , associados a quatro métodos de aplicação de 20 µM de peróxido de hidrogênio - H_2O_2 (P1-sem aplicação de H_2O_2, P2- aplicação via embebição das sementes, P3- aplicação por pulverização foliar e P4- aplicação por embebição das sementes e pulverização foliar) e do fator

material vegetal onde serão estudados dois genótipos da goiabeira (G1 – Paluma e G2 – Rica).

As águas salinas serão preparadas a partir da água de abastecimento do local, que possui (CEa) de 0,3 dS m^{-1}, adicionando-se quantidades de sais de NaCl, $CaCl_2.2H_2O$ e $MgCl_2.6H_2O$, na proporção equivalente de 7:2:1, obedecendo-se a relação entre CEa e a concentração dos sais (mmolc L^{-1} = CE x 10) (RHOADES et al., 1992), sendo esta proporção comumente encontrada nas águas da região Nordeste do Brasil (MEDEIROS, 1992).

Os distintos níveis salinos a serem usados nesta pesquisa foram selecionados a partir de trabalhos desenvolvidos com a cultura goiabeira com águas salinas causa efeitos depressivos sobre o crescimento e desenvolvimento das plantas, incluindo a altura de plantas, diâmetro do caule, número de folhas e acúmulo de fitomassa e a atividade fotossintética (TÁVORA et al., 2001; CAVALCANTE et al., 2007; CAVALCANTE et al., 2010).

Na literatura não se constata indicação de quantidade de peróxido de hidrogênio a ser aplicado ou valores de referências para a goiabeira, neste sentido, nas distintas formas de aplicação de H_2O_2 será usado a dose de 20 µM pois, conforme Silva et al. (2019) e Souza et al. (2019), concentrações entre 10 e 30 µM induz a aclimatação de plantas de maracujazeiro amarelo e de cajueiro ao estresse salino.

Condução do experimento

Visando a realização do semeio, serão utilizadas sacolas plásticas de 1150 mL de capacidade, para favorecer melhor desenvolvimento do sistema radicular. Estas vão ser preenchidas com material de solo franco-arenoso, representativo da região de Caraúbas - RN, coletado na profundidade de 0-30 cm e, adicionado 5%, em base peso, de esterco bovino curtido. As sacolas serão dispostas em estrados de madeira a 15 cm de altura, para facilitar o manejo e estas terão furos na base para permitir a livre drenagem.

Serão analisadas as características química e físico-hídrica do substrato e do material de solo, conforme metodologias propostas pela Claessem (1997) sendo estas realizadas no início do experimento.

Antes do semeio, as sementes dos tratamentos embebição e embebição + pulverização vão passar por um pré-tratamento com peróxido de hidrogênio, onde serão imersas em uma concentração de 20 µM por um período de 36 horas no escuro. Devido a carências de informação para a cultura da goiaba quanto o tempo de embebição das sementes, decidiu-se usar o

PROPPG

estabelecido por Veloso et al. (2020).

O semeio será realizado colocando-se três sementes por sacola plástica na profundidade de 1,0 cm; após a estabilização da emergência das plântulas, será realizado o desbaste, deixando-se apenas a plântula mais vigorosa.

Durante o período experimental, o solo será mantido com umidade próxima da capacidade de campo, sendo que, do semeio até a estabilização da emergência das plântulas (aproximadamente 15 dias após o semeio - DAS) as plantas serão irrigadas com água de abastecimento (0,3 dS m^{-1}) e posteriormente passarão a receber água conforme tratamentos. As irrigações serão realizadas diariamente aplicando-se, em cada sacola plástica, um volume de água de forma a manter a umidade do solo próximo à capacidade de campo, sendo o volume aplicado determinado de acordo com a necessidade hídrica das plantas, estimada pelo balanço de água mediante subtração de volume drenado do volume aplicado da irrigação anterior, acrescido de uma fração de lixiviação de 0,10 e, para este processo, vão ser usadas 30 sacolas, escolhidas aleatoriamente, onde vão ser acoplados coletores às sacolas.

Aos 20, 40 e 60 DAS às plantas do tratamento P3 (pulverização foliar) e P4 (embebição das sementes + pulverização foliar) serão submetidas a aplicações de H_2O_2 (20 µM). As aplicações serão feitas manualmente às 17:00 horas, pulverizando as faces abaxial e adaxial das folhas, de modo a se obter o molhamento completo das folhas, utilizando-se de um borrifador.

Aos 30 DAS e, em intervalos de 30 dias, serão realizadas adubações foliares (N - 10%, P2O5 - 52%, K_2O - 10%, Ca - 0,1%, Zn - 0,02%, B - 0,02%, Fe - 0,15%, Mn - 0,1%, Cu - 0,02% e Mo - 0,005%) na proporção de 1 g do adubo para 1 L de água, aplicando-se 5 L, distribuídos nas plantas com auxílio de um pulverizador costal. Inicialmente também será realizada adubação com nitrogênio, fosforo e potássio conforme indicação para a cultura (NOVAIS et al., 1991).

O controle fitossanitário será de caráter preventivo e/ou curativo mediante a incidência de eventuais pragas e doenças. As pulverizações serão preferencialmente no período da tarde. As capinas serão feitas sempre que necessitar controlar a incidência de plantas invasoras, nocivas à cultura de interesse.

PROPPG

Avaliações

Será mensurado o percentual de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), conforme metodologia apresentada por Carvalho & Nakagawa (2000). Aos 25 dias após o semeio (DAS) e posteriormente, em intervalos de 15 dias serão realizadas as avaliações das variáveis: número de folhas, altura de planta, diâmetro do caule e área foliar. Aos 30, 60 e 90 DAS serão determinados a taxa de assimilação de CO_2, transpiração, condutância estomática, concentração interna de CO_2, a eficiência instantânea no uso da água, a eficiência instantânea da carboxilação, e a eficiência fotoquímica através dos parâmetros de fluorescência da clorofila a, incluindo: fluorescência inicial (Fo), fluorescência máxima (Fm), fluorescência variável (Fv), eficiência quântica do fotossistema II (Fv/Fm) e produção quântica do fotossistema II (Fo/Fm), e ainda, os teores de clorofila a, b e carotenoides.

Será também determinado as taxas de crescimento relativo e absoluto da altura e diâmetro do caule. E será também determinado as ao final do experimento será determinado teor relativo de água, e uma avaliação destrutiva, obtendo-se dados de fitomassas fresca e seca das folhas, do caule, de raízes e total por planta

Na contagem do número de folhas será considerado as que estiverem com limbo foliar totalmente aberto. O diâmetro caulinar será determinado a 3 cm do colo das plantas e a altura de planta medindo-se a distância entre o colo e o ponto de inserção da folha mais nova. A área foliar será obtida pelo produto do comprimento (C) pela largura (L) de cada folha, conforme metodologia contida em Almeida et al. (2006). A taxa de crescimento relativo e absoluto da altura e diâmetro do caule nos diversos intervalos de determinação das variáveis será mensurada conforme Benincasa (2003).

As leituras das variáveis fisiológicas vegetais serão determinadas usando-se o equipamento portátil de medição de fotossíntese "LCPro+" da ADC BioScientific Ltda para trocas gasosas e, o equipamento PEA – Hansatech para análise da eficiência fotoquímica nas plantas. Os teores de clorofila a, b e carotenóides (g m^{-2}) serão determinados, seguindo o método laboratorial desenvolvido por Arnon (1949). Serão feitas com um medidor portátil de fotossíntese (IRGA). O teor relativo de água será mensurado conforme Cairo (1995).

Será determinado ainda aos 60 e 90 DAS as relações hídricas, potencial osmótico e suculência foliar das mudas da goiabeira a partir das variáveis: teor relativo de água no limbo

PROPPG

foliar (TRA) de acordo com a metodologia de Weatherley (1950); o déficit de saturação hídrica (DSH) conforme Taiz & Zeiger (2013).Com o propósito de avaliar a capacidade de desruptura da membrana celular sob condições de estresse salino será o extravasamento de eletrólitos na membrana celular de acordo com Scott Campos et al. (2013); e a suculência foliar – SUC de acordo com Mantovani (1999).

Ao final do período experimental (aproximadamente 90 DAS), período que as mudas provavelmente estarão aptas para o transplantio em campo, vão ser separadas de cada planta as raízes da parte aérea (folhas e caule) sendo estas colocadas em sacolas de
papel devidamente identificadas e postas a secar em estufa, com circulação de ar, a 65 °C, até massa constante para obtenção dos dados de fitomassa seca.

A qualidade das mudas será determinada através do índice de qualidade de Dickson (IQD), por meio da fórmula de Dickson et al. (1960): IQD = [FST/(AP/DC) + (FSPA/FSR)], em que, IQD = índice de qualidade de Dickson; FST = fitomassa seca total de planta (g); AP = altura de planta (cm); DC = diâmetro do caule (mm); FSPA = fitomassa seca da parte aérea (g) e FSR = fitomassa seca de raiz (g).

No início e final do experimento, amostra de solo dos tratamentos será avaliada para verificar o efeito residual da água de irrigação. Outrossim, semanalmente será coletada água de drenagem para avaliar o pH e a condutividade elétrica.

-Análise estatística

As médias das variáveis serão submetidas à análise de variância, com Teste F (1 e 5% de probabilidade) e estudos de regressão para os níveis de salinidade. As médias dos fatores qualitativos (Métodos de aplicação de peróxido de hidrogênio e genótipos) serão comparadas pelo teste de Tukey (1 e 5% de probabilidade), utilizando software estatístico SISVAR/UFLA (FERREIRA, 2011).

4.2.2 Experimento II

Objetiva avaliar o efeito de doses e formas de aplicação de ácido salicílico como atenuante do estresse salino em mudas de goiabeiras cvs Paluma e Rica.

- Delineamento experimental

O experimento realizado em delineamento em blocos ao acaso e analisados em esquema

fatorial 5 x 4 x 4 x 2 com quatro repetições, sendo cada parcela constituída por uma planta; os tratamentos referente a CEa e a cultivares vão ser o mesmo usado no Experimento I**;** a estes, vão ser testado associado a estes, serão testados quatro métodos de aplicação de ácido salicílico (AS1= sem aplicação, AS2= embebição das sementes, AS3= aplicação via pulverização foliar e AS4 = aplicação por embebição das sementes e pulverização foliar) e ao fator concentração de ácido salicílico onde serão estudados quatro doses (0,0; 0,29; 1,0 e 1,71 µM).

As concentrações de ácido salicílico serão obtidas por dissolução em 30% de álcool etílico (95,5%) em água destilada, por se tratar de uma substância com baixo solubilidade em água à temperatura ambiente. O adjuvante Wil fix na concentração de 0,5 mL L^{-1} de solução vai ser usado para reduzir a tensão superficial do gotas na superfície da folha na preparação da solução.

Antes do semeio, as sementes dos tratamentos embebição e embebição + pulverização vão passar por um pré-tratamento com ácido salicílico, onde vão ser imersas em nas distintas concentrações (0,0; 0,29; 1,0 e 1,71 µM) um período de 12 horas. Devido a carências de informação para a cultura da goiaba quanto o tempo de embebição das sementes em ácido salicílico, decidiu-se usar o estabelecido por Moreira et al. (2014) com a cultura do melão.

Aos 20, 40 e 60 DAS às plantas do tratamento P3 (pulverização foliar) e P4 (embebição das sementes + pulverização foliar) serão submetidas a aplicações das distintas doses de ácido salicílico. As aplicações vão ser feitas manualmente às 17:00 horas, pulverizando as faces abaxial e adaxial das folhas, de modo a se obter o molhamento completo das folhagens, utilizando-se de um borrifador.

Todas as outras ações (Preparo do solo, enchimento e disposição das sacolas, semeio, adubações, irrigações, tratos culturais e fitossanitários, época de aplicação dos tratamentos) vão ser realizadas conforme descrito para o Experimento I.

- Avaliações

As distintas variáveis avaliadas no Experimento I, assim como, as épocas e métodos de determinação, serão mensuradas neste experimento.

- Análise estatística

As médias das variáveis serão submetidas à análise de variância, com Teste F (1 e 5% de probabilidade) e estudos de regressão para os níveis de salinidade e as doses de ácido salicílico.

PROPPG

As médias do fator qualitativo (Métodos de aplicação de ácido salicílico e as cultivares da goiabeira) e cultivares de goiabeiras serão comparadas pelo teste de Tukey (1 e 5% de probabilidade), utilizando software estatístico SISVAR/UFLA (FERREIRA, 2011).

4.2.3 Experimento III

Objetiva avaliar o efeito de doses e formas de aplicação prolina como atenuante do estresse salino em mudas das variedades de goiabeira Paluma e Rica.

Delineamento experimental

O experimento será realizado em delineamento em blocos ao acaso e analisados em esquema fatorial 5 x 4 x 4 x 2 com quatro repetições, sendo cada parcela constituída por uma planta; os tratamentos referente a CEa e cultivares será o mesmo usado no Experimento I associado a quatro métodos de aplicação de prolina (P1= sem aplicação, P2= embebição das sementes, P3= aplicação via pulverização foliar e P4 = aplicação por embebição das sementes e pulverização foliar) e ao fator concentração de prolina onde serão estudados quatro doses (0, 5, 10 e 15 mmol L^{-1}).

A goiabeira é uma espécie considerada moderadamente sensíveis a salinidade da água de irrigação apresentando decréscimo no crescimento, desenvolvimento e produção, quando irrigada com água de irrigação de salinidade acima de 1,5 dS m^{-1} (FREIRE et al., 2014; BEZERRA et al., 2018). As distintas ações referentes a condução (preparo do solo, enchimento das sacolas, semeio, irrigações, adubações, controle de pragas e doenças, aplicação dos tratamentos assim como, todas as avaliações (épocas e métodos) e análise estatística dos dados vão ser realizados conforme descritos nos experimentos I e II.

5. Literatura citada

AGAMI, R. A. Alleviating the adverse effects of NaCl stress in maize seedlings by pretreating seeds with salicylic acid and 24-epibrassinolide. South African Journal of Botany, Pietermaritzburg, v. 88, n. 1, p. 171-177, 2013.

AGRIANUAL 2017: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: FNP, informa economics, South America 2015. p. 277 - 280. AGRIANUAL 2017: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: FNP, informa economics, South America 2015. p. 277 - 280.

PROPPG

ALMEIDA, G.; SANTOS, J.; ZUCOLOTO, M.; VICENTINI, V.; MORAES, W., BREGONCIO, I.; COELHO, R. Estimativa de área foliar de graviola (*Annona muricata* L.) por meio de dimensões lineares do limbo foliar. Revista UNIVAP, v. 1, p.1035-1037, 2006.

ANUÁRIO Brasileiro da Fruticultura. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 88 p, 2018.

AYERS, R. S.; WESTCOT, D. W. **A qualidade da água na agricultura**. Campina Grande: UFPB, 1999. 218p.

AZOOZ, M. M.; YOUSSEF, M. M. Evaluation of heat shock and salycilic acid treatments as inducers of drought stress tolerance in hassawi wheat. American Journal of Plant Physiology, v. 5, n. 2, p. 56-70, 2010.

BENINCASA, M. M. P. Análise de crescimento de plantas: noções básicas. Jaboticabal: FUNEP, 2003. 42 p.

BEZERRA, D. L. et al. Physiological indices and growth of 'Paluma' guava under saline water irrigation and nitrogen fertigation. Caatinga, v. 31, n. 4, p. 808-816, 2018.

BOLWELL, G. P.; BINDSCHEDLER, L. V.; BLEE, K. A.; BUTT, V. S.; DAVIES, D. R.; GARDNER, S. L.; GERRISH, C.; MINIBAYEVA, F. The apoplastic oxidative burst in response to biotic stress in plants: a three-component system. Journal of Experimental Botany, Oxford, v. 53, n. 372, p. 1367- 1376, 2002.

CAIRO, P. A. R. Curso básico de relações hídricas de plantas. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Fitotecnia e Zootecnia, 1995. 32 p.

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. Sementes: Ciência, tecnologia e produção. 4.ed. Jaboticabal: FUNEP, 2000, 588p

CARVALHO, P. R.; MACHADO NETO, N. B.; CUSTÓDIO, C. C. Ácido salicílico em sementes de calêndula (*Calendula officinalis* L.) sob diferentes estresses. Revista Brasileira de Sementes, v. 29, n. 1, p.114-124, 2007.

CAVALCANTE, L. F. et al. Fontes e níveis da salinidade da água na formação de mudas de mamoeiro cv. Sunrise solo. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 31, p. 1281-1290, 2010a. Suplemento 1.

CAVALCANTE, L. F. et al. Water salinity and initial development of four guava (*Psidium guajava* L.) cultivar in north-eastern Brazil. **Journal of Fruit and Ornamental Plant Research**, Skierniewice, v. 15, p. 71-80, 2007.

PROPPG

CAVALCANTE, L. F; VIEIRA, M. S.; SANTOS, A. F.; OLIVEIRA, W. M.; NASCIMENTO, J. A. M. Água salina e esterco bovino líquido na formação de mudas de goiabeira cultivar Paluma. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v.32, n.1, p. 251-261, 2010.

CLAESSEN, M. E. C. (Org.). Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1997. 212 p. (EMBRAPA-CNPS. Doc. 1).

DIAS, M. J. T. SOUZA, H. A.; NATALE, W.; MODESTO, V. C.; ROZANE, D. E. Adubação com nitrogênio e potássio em mudas de goiabeira em viveiro comercial. Ciências Agrárias, v. 33, suplemento 1, p. 2837-2848, 2012.

DIAS, T. J.; CAVALCANTE, L. F.; LEON, M. J.; FREIRE, J. L. O.; MESQUITA, F. O.; SANTOS, G. P.; ALBUQUERQUE, R. P. F. Produção do maracujazeiro e resistência mecânica do solo com biofertilizante sob irrigação com águas salinas. Revista Ciência Agronômica, [S.I]. v.42, n.3, p.644-651, 2011.

FERREIRA, D. F. Sisvar: a computer statistical analysis system. Ciência e Agrotecnologia, Lavras, v. 35, n.6, p. 1039-1042, 2011.

FLORES, P.; CARVAJAL, M.; MARTINEZ, V. Salinity and ammonium/nitrate interactions on tomato plant development, nutrition, and metabolites. **Journal of Plant Nutrition**, Oxford, v. 24, n. 10, p. 1561-1573, 2001.

FREIRE, J. L. O.; DIAS, T. J.; CAVALCANTE, L. F.; FERNANDES, P. D.; LIMA NETO, A. J. Rendimento quântico e trocas gasosas em maracujazeiro amarelo sob salinidade hídrica, biofertilização e cobertura morta. Revista Ciência Agronômica, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 82-91, 2014.

GOMES, E. W. F. Variedades de bananeira tratadas com água salinizada em fase inicial de crescimento. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 9, p. 31-36, 2005. Suplemento.

GONZAGA NETO, L. Produção de goiaba. Fortaleza: Instituto Frutal, 2007. 64p.

IBGE (2017) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados: produção agrícola municipal. Rio de Janeiro. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457. Acessado em 15 de fevereiro de 2019.

LIMA, G. S. de; SANTOS, J. B. dos; SOARES, L. A. A. dos; GHEYI, H. R.; NOBRE, R. G. Irrigação com águas salinas e aplicação de prolina foliar em cultivo de pimentão 'All Big. Comunicata

PROPPG

Scientiae, v. 7, n. 4, p. 513, 2016.

MANTOVANI, A. A method to improve leaf succulence quantification. Brazilian Archives of Biology and Technology, v.42, n.1, p. 9-14, 1999.

MEDEIROS, J.F. Qualidade de água de irrigação e evolução da salinidade nas propriedades assistidas pelo GAT nos Estados de RN, PB e CE. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1992.173p. Dissertação Mestrado.

NEILL, S.; DESIKAN, R.; HANCOCK, J. Hydrogen peroxide signalling. Current Opinion in Plant Biology, Saint Louis, v. 5, n. 1, p. 388-395, 2002.

NOREEN, S.; ASHRAF, M.; HUSSAIN M.; JAMIL, A. Exogenous application of salicilic acid enhances antioxidative capacity in salt stressed sunflower (*Helianthus annus* L.) plants. **Pakistan Journal of Botany**, v. 41, n.1, p. 473-479, 2009.

PARIDA, A.; DAS, A. B. Salt tolerance and salinity effects on plants: a review. Ecotoxicology and Environmental Safety, v. 60, n. 3, p. 324-349, 2005.

RHOADES, J. P.; KANDIAH, A.; MASHALI, A. M. The use saline waters for crop production (Org). Roma: FAO, 1992.

RIBEIRO, L.R. O cultivo e o mercado de goiabas no Brasil. Revista Campo e Negócios – Hortifrúti, pag. 52-53, 2018.

SILVA, A.A.R. da; LIMA, G.S. de; AZEVEDO, C.A.V. de; VELOSO, L.L.de S.; GHEYI, H.R. Salicylic acid as an attenuator of salt stress in soursop. Caatinga, v. 33, p.1092-1101, 2020.

SINGH, P. K.; GAUTAM, S. Role of salicylic acid on physiological and biochemical mechanism of salinity stress tolerance in plants. Acta Physiologiae Plantarum, Varsóvia, v. 35, n. 8, p. 2345-2353, 2013.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954p

TÁVORA, F. J. A. F.; FERREIRA, R. G.; HERNANDEZ, F. F. F. Crescimento e relações hídricas em plantas de goiabeira submetidas a estresse salino com NaCl. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.23, n.2, p.441-446, 2001.

WEATHERLEY, P.E. Studies in water relations of cotton plant. In: The field measurament of water deficits in leaves. New Phytology, v.49, p.81-97, 1950.

PROPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

6.CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

	ANO I		ANO II		ANO III		ANO IV	
Atividade	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Cumprimento de disciplinas	X	X						
Revisão de literatura	X	X						
Redação do Projeto	X	X						
Defesa do Projeto	X							
Implantação e condução do experimento			X	X	X	X		
Coleta dos dados			X	X	X	X		
Tabulação, Edição e análise estatística dos dados			X	X	X	X		
Qualificação								
Apresentação e discussão dos resultados					X	X	X	X
Defesa da Tese							X	X

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo IV)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estágio e das datas de início e término do estágio;

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8313/8295 –
E.mail: pppgmsa@ufersa.edu.br

Resultado Final do Edital PROPPG Nº 28/2020

O Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água divulga o resultado Final do Edital PROPPG Nº 28/2020.

Informações Gerais do Edital:

5.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no processo de seleção deverá efetuar sua matrícula, dentro dos prazos fixados pelo Calendário Acadêmico da Pós-Graduação da UFERSA, mediante apresentação da documentação exigida.

5.2. Candidatos(as) selecionados(as) deverão confirmar o interesse pela vaga até o dia **20 de janeiro de 2021** (enviar e-mail para **ppgmsa@ufersa.edu.br**). A falta de confirmação do interesse no prazo fixado implica na desistência do candidato em matricular-se no PPGMSA, o que caracteriza a perda de vaga, e a consequente convocação do(a) respectivo(a) candidato(a) suplente, para ocupar a vaga ociosa, caso seja de interesse do PPGMSA.

5.3. A aprovação e classificação do(a) candidato(a) no processo de seleção regido por este edital não implicam no direito ao recebimento de bolsa de estudo, pois o PPGMSA não garante bolsa de estudo para nenhum(a) candidato(a) classificado(a). Porém, se no decorrer do Curso surgirem bolsas de estudo, as mesmas serão distribuídas aos alunos REGULARMENTE MATRICULADOS, de acordo com a pontuação bruta obtida na Prova de Títulos. Em caso de empate, a possível bolsa será distribuída para o candidato com maior pontuação final.

Informação: o PPGMSA não tem bolsa de mestrado ou doutorado para imediata implementação em março de 2021. O programa também não pode realizar uma previsão, visto que a CAPES fará uma nova redistribuição das bolsas em fevereiro de 2021.

Bolsas de Projetos do(a) Orientador(a): Bolsas conseguidas diretamente pelo(a) orientador(a) serão direcionadas para os seus respectivos orientados, sem necessariamente precisarem seguir o presente edital de seleção, visto que essas bolsas não são da cota da PPPGMSA com a CAPES ou CNPq.

Candidatos com vínculo externo ou interno com a UFERSA e candidatos que irão cursar o mestrado/doutorado com recursos próprios: Os aprovados devem enviar um e-mail (ppgmsa@ufersa.edu.br) informando outros **2 ou 3 docentes** como opção para orientação. A definição do orientador será realizada durante até o mês de fevereiro. Isso é necessário para evitar a concentração de mestrandos ou doutorandos em poucos docentes.

Mestrado

Orientadora: Carolina Malala Martins	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
RAFAEL LUIS SILVA DE MEDEIROS	Aprovado(a)
HELLANNY MATOS DA SILVA	Suplente
Orientador: Daniel Valadão Silva	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
KALINE SOARES DA SILVA	Aprovado(a)
GIÓRGIA SÁTIRO DE MOURA	Suplente
FÁBIO DO NASCIMENTO SALES	Suplente
ANA DÁLIA FERNANDES COSTA	Suplente
Orientador: Fábio Henrique Tavares de Oliveira	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
MÁRCIO JOSÉ PEREIRA	Aprovado(a)
GIOVANA SOARES DANINO	Suplente
MARINA GURGEL DE OLIVEIRA	Suplente
ALRIVAN GOMES DO RÊGO JÚNIOR	Suplente
MAXWELL DA SILVA	Suplente

Orientador: Francisco de Assis de Oliveira	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ANTONIO ARIEL ALVES DE OLIVEIRA	Aprovado(a)
MARIA GABRIELLA PEREIRA DOS SANTOS	Suplente
ADRIANA ANDRADE AZEVEDO	Suplente
Orientador: Glauber Henrique de Sousa Nunes	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ABRAÃO RODRIGUES DE ALMEIDA	Aprovado(a)
SABRINA QUEIROZ DE FREITAS	Suplente
THAYNARA CRISTINE MORAES COELHO	Suplente
Orientadora: Jeane Cruz Portela	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
THIAGO HENRIQUE CAVALCANTI DE MENDONÇA	Aprovado(a)
JOSEANE BARBOSA ARAUJO	Aprovado(a)
LUIRLA BENTO RAMALHO	Suplente
KAROLYNNE PEIXOTO DE MELO NASCIMENTO	Suplente
RAQUEL RODRIGUES GONÇALVES	Suplente
IRACILDA NAZARENO DE PAIVA MEDEIROS	Suplente
ERASMO CARLOS CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR	Suplente
VALDENIR PEREIRA MORAIS	Suplente

ELIFRAN DIAS MUNIZ	Suplente
FRIDA MICHELLE PEIXOTO PEREIRA	Suplente
LUANA RAIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	Suplente
RICARDO ALVES MAURÍCIO	Suplente
GABRIELA CARVALHO MAIA DE QUEIROZ	Suplente
RAABI INARAIR FERREIRA BRAZ	Suplente
MAYARA DA COSTA SANTOS	Suplente
LUAN GOMES DA SILVA	Suplente
VERIANA DANTAS DE SOUZA	Suplente
Orientador: José Francismar de Medeiros	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
CARLA JAMILE XAVIER CORDEIRO	Aprovado(a)
CLEYBSON JOSÉ CRUZ DA SILVA	Suplente
Orientador: Leilson Costa Grangeiro	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ANTÔNIO MATEUS PINHEIRO	Aprovado(a)
FRANCISCA NAYANE SARAIVA DA SILVA	Suplente
LINARA FERREIRA SOUSA SILVA	Suplente
Orientador: Luís César de Aquino Lemos Filho	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**

RAIONARA DANTAS FONSECA	Aprovado(a)
ÊMELE RÁDNA RODRIGUES DO VALE	Suplente
CLEITON DE FREITAS DUARTE	Suplente
ANDREA SOARES DE OLIVEIRA	Suplente
CLÉDSON LUCENA DE ARAÚJO	Suplente
MARIA CARINA MAIA BEZERRA	Suplente
Orientador: Miguel Ferreira Neto	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ISABEL CORREIA DA SILVA	Aprovado(a)
COSMA LAYSSA SANTOS GOMES	Suplente
TALYTA DE CARVALHO FERREIRA	Suplente
Orientador: Reginaldo Gomes Nobre	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ILMARA BEATRIZ MENEZES SILVA	Aprovado(a)
EMANOEL DOS SANTOS VASCONCELOS	Aprovado(a)
ANTONIO WELDER FREIRE DE OLIVEIRA	Suplente
LEONARDO CORDEIRO DA SILVA	Suplente
ALLANA PAULINO DA SILVA	Suplente
Candidatos com Vínculo Externo com a UFERSA	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**

MATHEUS SALES SOUZA ***	Aprovado(a)
ANTONIO DIEGO DA SILVA TEIXEIRA ***	Aprovado(a)
DÉBORA SILVA MARCELINO DE SOUSA ***	Aprovado(a)
TAYSA DAYANA FREIRE DE LIMA ***	Aprovado(a)
Candidatos com Recursos Próprios	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
CRISTIANO BENEVIDES FIRMINO **	Aprovado(a)
MAYARA ALANA SILVESTRE ARAÚJO **	Aprovado(a)

* Candidato(a) com vínculo empregatício com a UFERSA
** Candidato(a) sem vínculo empregatício e que irão cursar o mestrado com recursos próprios.
*** Candidato(a) com vínculo empregatício externo a UFERSA

Doutorado

Orientadora: Carolina Malala Martins	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
HELENA MARIA DE MORAIS NETA	Aprovado(a)
MARIA ALAÍNE DA CUNHA LIMA	Aprovado(a)
RAFAEL GUIMARÃES SILVA MORAES	Suplente
GLAUCIO DE MENESES SOUSA	Suplente
THATIANE GOMES ANDRADE	Suplente
ALINE ROMA TOMAZ	Suplente
HANNAH LERISSA HYDARADAYA MOURA SANTOS DE FARIAS VIEIRA	Suplente
Orientador: Fábio Henrique Tavares de Oliveira	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
FRANCISCO ÉDER RODRIGUES DE OLIVEIRA	Aprovado(a)
ÉRIC GEORGE MORAIS	Suplente
PATRYK RAMON GRACIANO ROSA WANDERSEE	Suplente
BELCHIOR OLIVEIRA TRIGUEIRO DA SILVA	Suplente
Orientador: Daniel Valadão Silva	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
CYDIANNE CAVALCANTE DA SILVA	Aprovado(a)
ALLISON RUAN DE MORAIS SILVA	Aprovado(a)

PALLOMA VITÓRIA CARLOS DE OLIVEIRA	Suplente
JOIZA MARIA CRUZ	Suplente
ALYCE HELIDA BASTOS DE SOUSA	Suplente
RANIERE DANTAS VALENCA	Suplente
Orientador: Leilson Costa Grangeiro	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ANDERSON ARAUJO ALVES	Aprovado(a)
RENATA RAMAYANE TORQUATO OLIVEIRA	Aprovado(a)
FRANCISCO EUDES DA SILVA	Suplente
DENISVALDO ARTUR DE MEIRELES	Suplente
LUANY GABRIELY DA SILVA	Suplente
MÁRCIO CRISTIAO DA SILVA	Suplente
Orientador: Miguel Ferreira Neto	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ERIC MATEUS SOARES DIAS	Aprovado(a)
VALDIVIA GOMES DE SOUSA BEZERRA	Suplente
MARCELO DA SILVA ANDRADE	Suplente
Orientador: José Francismar de Medeiros	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
RODRIGO RAFAEL DA SILVA	Aprovado(a)

RAUCHA CAROLINA DE OLIVEIRA	Suplente
Orientador: Reginaldo Gomes Nobre	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
WELLINGHTON ALVES GUEDES	Aprovado(a)
MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA *	Aprovado(a)
GENILSON LIMA DINIZ	Suplente
FAGNER NOGUEIRA FERREIRA	Suplente
VALÉRIA NAYARA SILVA DE OLIVEIRA	Suplente
RÉGIS CAVALCANTE VIEIRA	Suplente
ALZIRA MARIA DE SOUSA SILVA NETA	Suplente
YTALO ROBERTO PEREIRA DAMACENO	Suplente
VICTOR GURGEL PESSOA	Suplente
CRISTIANE SOUZA DE ARAÚJO	Suplente
LUZON TOSCANO NESTOR SANTIAGO	Suplente
WÉDINA RODRIGUES DE LIMA	Suplente
Orientador: Glauber Henrique de Sousa Nunes	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
FRANCISCO LINCO DE SOUZA TOMAZ	Aprovado(a)
KÍVIA SOARES DE OLIVEIRA	Aprovado(a)
LOUIZE NASCIMENTO	Suplente

ADRIANO FERREIRA MARTINS	Suplente
JOABE FREITAS CRISPIM	Suplente
TALISON EUGENIO DA COSTA	Suplente
ITACILHA MOZANA DO NASCIMENTO	Suplente
Candidatos com Vínculo com a UFERSA	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
BRENNO DAYANO AZEVEDO DA SILVEIRA *	Aprovado(a)
RUDNA ANGELICA VIEIRA DO VALE *	Aprovado(a)
MARIA DEUZILENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO MEDEIROS *	Aprovado(a)
FRANCYELLE GURGEL DE CASTRO ALVES *	Aprovado(a)
Candidatos com Vínculo Externo com a UFERSA	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ALDICLEBSON AUGUSTO FERNANDES DE BRITO ***	Aprovado(a)
ANDERSON PATRÍCIO FERNANDES DOS SANTOS ***	Aprovado(a)
JOILSON MARQUES FERREIRA FILHO ***	Aprovado(a)
TEREZA AMELIA LOPES CIZENANDO GUEDES ROCHA ***	Aprovado(a)
CAIO FRANKLIN VIEIRA DE FIGUEIREDO **	Suplente
JOSÉ EDSON DE ALBUQUERQUE ARAÚJO ***	Suplente
HÉLIO NOGUEIRA BEZERRA ***	Suplente
FELIPE BENTO DE ALBUQUERQUE ***	Suplente

EMANUEL FAUSTO DAS CHAGAS ***	Suplente
Candidatos com Recursos Próprios	
Nome do(a) candidato(a)	**Situação**
ARTHUR ALLAN SENA DE OLIVEIRA **	Aprovado(a) – Fábio Henrique
VALTER DA SILVA **	Aprovado(a) – Miguel Ferreira
MARIALDO SANTANA DA CUNHA **	Suplente
IVAN EUZÉBIO DA SILVA **	Suplente

* Candidato(a) com vínculo empregatício com a UFERSA. Primeiro concorrem na linha escolhida e depois entre os pares, de acordo com a resolução da UFERSA.
** Candidato(a) sem vínculo empregatício e que irão cursar o mestrado com recursos próprios.
*** Candidato(a) com vínculo empregatício externo a UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CNPJ: 24.529.265/0001-40
Av. Francisco Mota, 572 - Costa e Silva, CEP: 59625-900
(084) 3317-8295 - Fax: (084) 3317-8228 - e-mail: proppg@ufersa.edu.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA** é aluno(a) REGULAR vinculado(a) a esta universidade, sob o número [redacted], no programa de **DOUTORADO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA - DOUTORADO - MOSSORÓ**.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO do(a) Universidade Federal Rural do Semi-Árido, em Mossoró, 05 de Novembro de 2022.

Código de verificação:
f5bed11d2a

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/**, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CASO SEJA NECESSÁRIO TAL DOCUMENTO, É NECESSÁRIO COMPARECER AO DAE.

Histórico Escolar - Emitido em: 05/11/2022 às 09:17

Dados Pessoais

Nome: **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA** Matrícula: [redacted]

Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento: [redacted]

Nome do Pai:

Nome da Mãe: **MARIA JOSE MEDEIROS DE SOUZA**

Endereço: **-** Bairro: **-**

Município: UF:

Dados do Vínculo do Discente

Índices Acadêmicos
CR: **8.7636**

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA**

Nível: **DOUTORADO**

Curso: **DOUTORADO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA**

Currículo: **2012.1** Status: **ATIVO**

Área de Concentração: **MANEJO DE SOLO E ÁGUA NO SEMIÁRIDO**

Linha de Pesquisa:

Orientador: **1743293 - REGINALDO GOMES NOBRE**
Coorientador(es):

Forma de Ingresso: **SELECAO POS-GRADUACAO**

Mês/Ano Inicial: **MAR/2021** Mês Atual: **21º**

Suspensões: **0 meses** Prazo para Conclusão **FEV/2025**

Prorrogações: **0 meses**

Tipo Saída:

Mês/Ano de Saída: Data da Defesa:

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
07/2004	07/2004	PMS0003	EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA I	--	0	--	--	CUMPRIU
03/2021	07/2021	PMS0010	ÁGUA NO SISTEMA SOLO-PLANTA-ATMOSFERA *Dr. JOSE FRANCISMAR DE MEDEIROS (60h)*	01	60	100,0	9.6	APROVADO
03/2021	07/2021	PMS0029	QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO *Dr. FABIO HENRIQUE TAVARES DE OLIVEIRA (60h)*	01	60	100,0	7.3	APROVADO
03/2021	07/2021	PMS0030	TÓPICOS ESPECIAIS EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA I - INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS CROMATOGRÁFICOS PARA ANÁLISES EM SOLO E ÁGUA *Dr. ANA BEATRIZ ROCHA DE JESUS PASSOS (60h)*	01	60	100,0	8.5	APROVADO
03/2021	07/2021	PMS0041	SEMINÁRIO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA I *Dr. MARCELO TAVARES GURGEL (15h), Dr. KALINE DANTAS TRAVASSOS (15h)*	01	15	100,0	9.2	APROVADO
08/2021	12/2021	PMS0009	GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS *Dra. CAROLINA MALALA MARTINS SOUZA (60h)*	01	60	100,0	9.0	APROVADO
08/2021	12/2021	PMS0011	UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS NA AGRICULTURA *Dr. RAFAEL OLIVEIRA BATISTA (60h)*	01	60	100,0	9.7	APROVADO
08/2021	12/2021	PMS0026	MANEJO E CONTROLE DA SALINIDADE NA AGRICULTURA *Dr. FRANCISCO VANIES DA SILVA SA (30h), Dr. MIGUEL FERREIRA NETO (30h)*	01	60	100,0	8.8	APROVADO
08/2021	12/2021	PMS0048	IMPACTOS AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO *Dr. FABIO PEREIRA FAGUNDES (60h)*	01	60	100,0	9.1	APROVADO
03/2022	07/2022	PMS050	QUALIDADE DE ÁGUA PARA AGRICULTURA *Dr. REGINALDO GOMES NOBRE (60h)*	01	60	94,4	8.0	APROVADO
08/2022	--	PMS0007	TRABALHO DE TESE	--	0	--	--	MATRICULADO
--	--		APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	--	300	--	---	CUMPRIU

Histórico Escolar - Emitido em: 05/11/2022 às 09:17

Nome: **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA** Matrícula: **2021110035**

Carga Horária Integralizada/Pendente

	Obrigatórias	Optativos	Total
Exigido	180 h	540 h	720 h
Integralizado	180 h	600 h	780 h
Pendente*	0 h	0 h	0 h

*Contabilizado com base no valor estabelecido no mínimo exigido da estrutura curricular.

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes:4

Código	Componente Curricular		CH
PMS0004	EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA II		0 h
PMS0008	EXAME DE QUALIFICAÇÃO		0 h
PMS0007	TRABALHO DE TESE	Matriculado	0 h
PMS0002	SEMINÁRIOS EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA II		0 h

Equivalências:

Cumpriu PMS0001 - SEMINÁRIOS EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA I (0h) através de PMS0041 - SEMINÁRIO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA I (15h)

Observações:

- Aproveitamento de disciplinas aprovado na 3ª reunião ordinária do Colegiado do PPGMSA, que aconteceu no dia 18/06/2021. Disciplinas cursadas no Mestrado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) na Universidade Federal do Ceará: Salinidade do solo e qualidade da água de irrigação (3 créditos, nota 7,5); Irrigação por aspersão (3 créditos, nota 8,5); Projeto de irrigação (3 créditos, nota 8,9); Métodos estatísticos aplicados as ciências biológicas (4 créditos, nota 8,4); Princípios de irrigação e drenagem (4 créditos, nota 9,1) e Relação água-planta (3 créditos, nota 7,7). Total de 20 créditos.

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PROPPG. Favor, ler instruções no rodapé.

Portal do Discente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 05/11/2022 09:18

Atestado de Matrícula

Período Letivo:	**2022.2** (15/08/2022 à 17/12/2022)	Nível:	**DOUTORADO**
Matrícula:	[redacted]	Vínculo:	**REGULAR**
Nome:	**MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA**		
Programa:	**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA**		
Nível:	**DOUTORADO**		
Área de Concentração:	**MANEJO DE SOLO E ÁGUA NO SEMIÁRIDO**		
Orientador:	**REGINALDO GOMES NOBRE**		

Turmas Matriculadas: 0
Atividades Matriculadas: 1

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
PMS0007	**TRABALHO DE TESE** **Forma de Participação:** ATIVIDADE ACADÊMICA INDIVIDUAL	--	MATRICULADO	--

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **0196dc0701**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Elke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	61,6	5º	4 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	6º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	7º	4 anos

A docente Izabela Apolinario da Costa não apresentou a documentação comprobatória.

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Pontuação Final*	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	148,3	1º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	86,2	2º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	83,0	3º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	69,5	4º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	68,9	5º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	32,3	6º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	46,0	7º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	0,0	8º	1 ano

NOTA: *Foram aplicados os ajustes previstos no Parágrafo 2º do Artigo 7 da Resolução CONSUNI/UFERSA N.º 003/2018;

Caraúbas/RN, 14 de Outubro de 2022.

LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]
Digitally signed by LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]
Date: 2022.10.14 16:52:58 -03'00'

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva (Membro Titular - DE)

DENILSON MENEZES DE JESUS:[redacted]
Assinado de forma digital por DENILSON MENEZES DE JESUS:[redacted]
Dados: 2022.10.14 15:11:05 -03'00'

Denilson Menezes de Jesus (Membro Titular - DCT)

gov.br
Documento assinado digitalmente
BRUNO CORIOLANO DE ALMEIDA COSTA
Data: 14/10/2022 1[redacted]
Verifique em https://verificador.iti.br

Bruno Coriolano de Almeida Costa (Membro Titular - DLCH)

KELYANE BARBOZA DE ABREU:[redacted]
Assinado digitalmente por KELYANE BARBOZA DE ABREU:[redacted]
ND: CN=KELYANE BARBOZA DE ABREU:07541062413, OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.10.14 14:41:45-03'00'

Kelyane Barboza de Abreu (Membro Suplente - DCT)

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Eu,Maria do Socorro Medeiros de Souza, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o estágio para realizar o curso de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi- Árido (UFERSA) – Mossoró- RN, , pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido estágio, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do estágio pós-doutoral em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do estágio.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 08 de novembro de 2022.

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Dados: 2022.11.08 22:04:12 -03'00'

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA

[redacted]
Assinado digitalmente por DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO:[redacted]
ND: CN=DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO:10137710445, OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.11.08 19:37:22-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO
CPF:[redacted]

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted]
Digitally signed by EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted]
DN: CN=EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Reason: I am the author of this document
Location: UFERSA
Date: 2022-11-08 20:47:21
Foxit Reader Version: 10.0.0

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES
CPF:[redacted]

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Eu,Maria do Socorro Medeiros de Souza, portador do CPF nº [redacted] RG nº[redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o estágio para realizar o curso de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi- Árido (UFERSA) – Mossoró- RN, , pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido estágio, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do estágio pós-doutoral em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do estágio.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 08 de novembro de 2022.

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA:[redacted]
Dados: 2022.11.08 22:04:12 -03'00'

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA

[redacted]
Assinado digitalmente por DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO:10137710445
ND: CN=DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO:10137710445, OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.11.08 19:37:22-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

DANIEL CARLOS DE CARVALHO CRISOSTOMO
CPF: [redacted]

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted]
Digitally signed by EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted]
DN: CN=EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Reason: I am the author of this document
Location: UFERSA
Date: 2022-11-08 20:47:21
Foxit Reader Version: 10.0.0

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES
CPF: [redacted]

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

PROPPG

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 26 de junho de 2012, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 07 de novembro de 2022.

SIMONE MARIA DA ROCHA:[redacted]
Assinado de forma digital por SIMONE MARIA DA ROCHA:0[redacted]
Dados: 2022.11.07 13:34:52 -03'00'

Simone Maria da Rocha
Diretora do Campus Caraúbas

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], foi admitido(a) nesta Universidade em 27 de junho de 2012, ocupante do cargo de Progessor do Magistério Superior.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) possui de efetivo exercício prestado neste Órgão, no referido provimento, até a presente data, o tempo de contribuição de **3.783** dias, correspondente a **10 (dez)** anos, **04 (quatro)** mês(es) e **13 (treze)** dias, entre o período de 27/06/2012 a 04/11/2022.

Em dias

TEMPO BRUTO	3.783
Faltas	-
Licenças	-
Licenças sem vencimentos	-
Suspensões	-
Disponibilidades	-
Outras	-
TEMPO LÍQUIDO	3.783

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor(a) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e em observação a legislação vigente nesta data.

Caraúbas/RN, 04 de novembro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.11.04 14:20:15 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus Caraúbas

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 14:34:12 do dia 03/11/2022 , com validade até o dia 03/12/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: yAOInuSHtf8gWOxV8rgx

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA**, matrícula Siape nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 03/11/2022



Assinado de forma digital por ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO
Dados: 2022.11.03 22:27:20 -03'00'

Antônio Frankliney Viana Faustino
Pró-Reitor Adjunto

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (PDP)

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFERSA 2022 foi elaborado a partir do Diagnóstico das Necessidades de Desenvolvimento, aplicado entre os meses de agosto e setembro de 2021, alinhado por competências, ou seja, através da identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício do cargo ou da função, e considerando os normativos vigentes na instituição acerca do desenvolvimento e gestão de pessoas, a saber, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o Decreto n o 9.991/2019, de 28 de agosto de 2019, e a Instrução Normativa n o 21/202, de 01 de fevereiro de 2021. Os dois últimos, do Ministério da Economia, que balizarão as discussões acerca do PDP, contribuindo para a construção das ações de desenvolvimento a serem ofertadas aos servidores da UFERSA em 2022. Materialmente, foram aplicados três tipos diferentes de questionários, diferenciados entre técnicos administrativos, docentes e um instrumento à parte para identificação das necessidades de licenças e afastamentos formais direcionado à todas as categorias funcionais. Buscou-se levantar as necessidades de desenvolvimento dos nossos servidores técnicos administrativos e docentes, em três eixos principais:

- **Necessidades Gerais de Capacitação** – Aqui os servidores manifestaram quais necessidades de desenvolvimento deveriam ser desenvolvidas por todos os servidores da UFERSA;
- **Necessidades Setoriais de Capacitação** – Neste ponto, os servidores elencaram aquelas lacunas de capacitação presentes especificadamente em seus setores;
- **Necessidades Individuais de Capacitação e de Qualificação** – Onde os servidores manifestaram as suas necessidades particulares de capacitação para a melhor execução das suas atividades diárias, e; pontuaram as áreas do conhecimento nas quais teriam interesse de se qualificar em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, no ano de 2022. No terceiro questionário, os servidores deveriam informar sua intenção de afastamentos e licenças formais, bem como as áreas de interesse para que pudessem constar no Plano.

7.NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2022

É importante ressaltar que o Decreto nº 9.991/2019, estabelece a obrigatoriedadede que toda e qualquer ação de desenvolvimento a ser custeada, desenvolvida e/ou apoiada pela Universidade atenda a pelo menos uma das necessidades de desenvolvimento aprovadas pelo Órgão Central SIPEC.

Assim, seguem as 94 (noventa e quatro) necessidades de desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2022:

	NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO ANO 2022
1	Ampliar os seus conhecimentos sobre práticas inclusivas na universidade para receber melhor todos os cidadãos que vem até a nossa instituição
2	Aprimorar os conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD para uma melhor proteção e uso de dados da instituição.
3	Conhecer os princípios da integridade pública para debater temas como ética, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual e responsabilização dentro da instituição.

4	Aprender a manusear e alimentar corretamente o website da instituição bem como a utilização de ferramentas de edição de áudio e vídeo, para explorar o Marketing digital e as mídias atividades institucionais.
16	Atualizar conhecimentos sobre Diagnóstico por imagem em animais
17	Aprimorar os conhecimentos em Redação Oficial para assim aperfeiçoar a escrita e a formatação de documentos oficiais da instituição.
18	Melhorar a capacidade de planejamento, organização e execução das tarefas
19	Aprimorar os conhecimentos sobre os fluxos dos processos e dos procedimentos institucionais para diminuir o retrabalho dos servidores e unidades.
20	Aprimorar conhecimento sobre a gestão do tempo
21	Aprimorar conhecimentos e técnicas de mapeamento de processos para uma melhor organização e transparência dos processos e procedimentos institucionais.
22	Atualização de conhecimentos na área de gestão participativa
23	Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa para reduzir o retrabalho dos servidores e aumentar a transparência dos procedimentos institucionais.
24	Aprimorar técnicas de atendimento ao público para melhor receber o público interno e externo da Instituição.
25	Aperfeiçoar o relacionamento interpessoal e a sua capacidade de gerenciar conflitos desenvolvendo assim competências socioemocionais.
26	Desenvolver conhecimentos e habilidades na área de qualidade de vida (YOGA, AYURVEDA, MEDITAÇÃO, MINDFULNESS, FITOTERAPIA, ETC)
27	Adquirir conhecimentos na área de desenvolvimento sustentável e assim possibilitar a inclusão e efetivação de práticas mais sustentáveis na Universidade
28	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de segurança do trabalho e primeiros socorros para assim os servidores estarem preparados para atender aos riscos relacionados à saúde decorrido pelo trabalho realizado. Riscos relacionados a biossegurança, riscos elétricos, químicos, biológicos e físicos.
29	Aprimorar conhecimento em desenvolvimento de softwares
30	Aprimorar conhecimentos e discussões acerca dos atos normativos da instituição, sua aplicação prática, diretrizes a serem seguidas (resoluções, regimento, estatuto, etc.) para assim exercerem as suas atividades com maior segurança e eficiência.
31	Atualizar conhecimentos em BIM (*Building Information Modeling*)
32	Dominar a utilização de planilhas eletrônicas, tabelas dinâmicas e dashboards, com o uso de ferramentas como Excel (avançado) e *Power BI* para aperfeiçoar o cumprimento das atividades cotidianas dos TAE e Docentes.
33	Aprimorar conhecimentos sobre o processo de contratação e o gerenciamento de contratos para melhor geri-los.
34	Aprimorar os conhecimentos na área de governança, *compliance* e gestão de riscos para analisar e minimizar os riscos institucionais.
35	Aprimorar conhecimento em *Business Intelligence*.
36	Aprimorar conhecimento sobre produção textual e escrita de tese, artigos científicos e normas da ABNT
37	Atualizar conhecimentos sobre teorias da aprendizagem
38	Aprimorar conhecimento em raciocínio lógico
39	Adquirir conhecimentos sobre gestão da qualidade e sua aplicação nos mais diversos setores e atividades da instituição.
40	Desenvolver competências para Liderança e Gestão buscando aprimorar o desempenho das equipes.
41	Aprimorar os conhecimentos sobre as normas que regem a gestão de pessoas no âmbito do poder público federal.

42	Aprimorar os conhecimentos sobre a carreira dos servidores públicos federias
43	Aprimorar os conhecimentos em práticas laboratoriais, condução de experimentos, manuseio de equipamentos e manutenção deles, para gerir com qualidade e segurança os laboratórios da instituição
44	Aprimorar seus conhecimentos sobre a Missão, Visão e valores da Universidade, possibilitando o alinhamento das suas atividades com os propósitos da Instituição.
45	Desenvolver conhecimentos em psicologia organizacional para melhor atuar junto as demandas dos servidores da instituição
46	Aprimorar os seus conhecimentos em Gestão por Competência para aperfeiçoar as práticas de gestão de pessoas.
47	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Humanas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição.
48	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Sociais Aplicadas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
49	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Agrárias para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
50	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
51	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Biológicas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
52	Ampliar conhecimentos na área de Linguística, Letras e Artes para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
53	Adquirir conhecimentos sobre plágio em pesquisa acadêmica para evitar a fraude de trabalhos acadêmicos
54	Aprimorar habilidades na utilização de ferramentas utilizadas para videoconferência para otimizar o trabalho remoto.
55	Adquirir conhecimentos sobre repositório institucional: gestão, planejamento e implementação.
56	Conhecer melhor os mecanismos e ferramentas para promover a transparência pública.
57	Adquirir conhecimentos sobre inovação e gestão de mudanças para tornar a Instituição resiliente a mudança do cenário nacional.
58	Adquirir conhecimentos sobre Administração Estratégica para aperfeiçoar as condutas da alta administração da universidade
59	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de secretariado executivo para dar apoio aos servidores de secretarias
60	Adquirir conhecimentos sobre Gestão por Resultados para melhorar a eficiência da Instituição
61	Aperfeiçoar os conhecimentos relativos ao ensino, pesquisa, extensão e internacionalização.
62	Aprimorar conhecimentos relativos às metodologias ativas
63	Atualização de conhecimentos didático-pedagógicos no contexto da UFERSA
64	Aprimorar conhecimentos em metodologia do ensino e aprendizagem à distância e de novas tecnologias digitais no ensino superior
65	Aperfeiçoar conhecimento na área de Direito e temas transversais aos conteúdos jurídicos
66	Aperfeiçoar práticas de gestão da informação, arquivo e documentação.
67	Adquirir conhecimentos sobre a Nova Lei de Licitações para gerir melhor os processos licitatórios.
68	Adquirir experiência e fluência em Línguas estrangeiras para melhorar a comunicação interna e externa.
69	Aprofundar conhecimentos sobre a temática de gênero
70	Adquirir conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para promover a inclusão.

71	Aperfeiçoar conhecimentos de saúde pública, segurança do paciente para melhoria da prestação do serviço ao usuário de saúde do serviço
72	Desenvolver a escrita, a discussão e o tratamento de dados estatísticos
73	Aprimorar o uso de tecnologia da informação e tecnologias inovadoras úteis à gestão por resultados e para a aprendizagem.
74	Adquirir conhecimentos em técnicas atualizadas e sistemas em auditoria governamental para dar maior segurança aos processos de auditoria interna.
75	Desenvolver conhecimento voltados a capacitação de professores da Educação Básica
76	Obter conhecimentos técnicos avançados na área de edição, produção e designer editorial para apoiar o trabalho da editora da Universidade.
77	Aprimorar e aperfeiçoar técnicas voltadas a Administração Pública e às práticas administrativas
78	Desenvolver conhecimento no campo da prática pedagógica no ensino de Matemática
79	Conhecer e aperfeiçoar práticas e políticas públicas com foco no usuário.
80	Construir conhecimento sobre escrita, leitura e interpretação de documentos e códigos de TI.
81	Aprofundar o conhecimento na temática "Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho".
82	Obter conhecimentos relacionados ao cumprimento de legislações aplicáveis ao serviço público.
83	Aperfeiçoar conhecimentos em Biblioteca Universitária
84	Aprimorar competências específicas a Assistência Social na Educação Superior ou Assistência Estudantil
85	Ampliar conhecimentos em relação à saúde mental e sua interface com o sistema educacional
86	Aprimorar conhecimentos relativos a Processos Seletivos e Concursos Públicos
87	Aprimorar os conhecimentos sobre o uso dos sistemas do governo federal
88	Aprimorar oralidade na apresentação de palestras voltadas aos assuntos relacionados ao setor de Estágios.
89	Aprimorar conhecimentos de enfermagem, saúde coletiva, segurança do paciente, desenvolvimento e auxílio em atividades de ensino, pesquisa e extensão.
90	Atualizar conhecimento e habilidades no âmbito da Medicina Veterinária
91	Aprender sobre as inovações em políticas e práticas públicas com foco no usuário desenvolvidas no contexto pós pandemia.
92	Atualizar conhecimento nas diversas áreas voltadas à Gestão de Pessoas
93	Aperfeiçoar conhecimento nas áreas de acúmulo de cargos, empregos e funções públicas
94	Aprofundar o conhecimento na área de Segurança do Trabalho: Ergonomia, Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, Atendimento Pré-Hospitalar (APH), Primeiros Socorros, Prevenção e Combate a Incêndio, Proteção Individual e Coletiva, Acessibilidade, Qualidade de Vida no Trabalho etc.

8. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PREVISTAS NO PDP 2022

8.1 Ações de Desenvolvimento em Parceria com a ENAP – Modalidade à distância:

Durante todo o ano de 2022 os servidores da UFERSA, em acordo com as chefias imediatas, poderão se inscrever em qualquer um dos cursos listados abaixo:

Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa para reduzir o retrabalho dos	Técnicos-administrativos e Docentes.	20h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/74

Emitido em 08/11/2022

REQUERIMENTO Nº 2649/2022 - DIAP (11.01.38.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/11/2022 10:11)
MARISA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SECOR (11.01.38.05.03)
Matrícula: ###480#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2649**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **09/11/2022** e o código de verificação: **9792e93565**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5636/2022 - DCT (11.01.29.12.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 22 de novembro de 2022.

PARECER FAVORÁVEL

No presente processo nº 23091.018085/2022-90, a docente MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA, professora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar Caraúbas, solicita afastamento para qualificação no país durante o período de 08/02/2023 a 08/02/2025, para desempenhar atividades relacionadas ao seu curso de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) – Mossoró/RN.

Conforme consta na justificativa, o docente enfatiza a importância do afastamento para cursar as disciplinas presenciais, visto a necessidade de sua presença constante na UFERSA, campus Mossoró/RN

Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto com ocupação da vaga via concurso público a ser realizado.

O processo foi apresentado como ponto de pauta da 4ª Reunião Extraordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 21 de novembro de 2022. Desta forma, considerando a decisão da assembleia, o departamento manifesta-se **FAVORÁVEL** à solicitação do docente.

Encaminham-se os autos ao Conselho do Centro Multidisciplinar Caraúbas para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caraúbas/RN, 22 de novembro de 2022

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 13:56)
DANIELY FORMIGA BRAGA
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DCT (11.01.29.12.08)
Matrícula: ###724#0

Processo Associado: 23091.018085/2022-90

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5636**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **329608be2c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 989/2023 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 03 de março de 2023.

1. Trata-se de requerimento de afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por Maria do Socorro Medeiros de Souza, Matrícula Siape [redacted]

2. O pedido foi aprovado na 4ª Reunião Extraordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003 /2018, a saber:

a) requerimento formulado 90 (noventa) dias antes do início do afastamento;

b) adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 13 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral; IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu ou aceitação do candidato para realizar estágio pósdoutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente; VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG; VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º desta Resolução; e VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.)

c) disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado. Neste ponto específico, deve-se destacar que há disponibilidade de vagas para contratação de professor substituto no PQD 2023, razão pela qual, considerando a qualificação da requerente no plano, faz jus à contratação de substituto em seu favor.

d) obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e) Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato ad referendum.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 1ª Reunião Ordinária de 2023, realizada em 15 de fevereiro de 2023, APROVOU o requerimento formulado, **retificando de ofício a data inicial do afastamento para 08 de abril de 2023.**

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

Caraúbas, 24 de fevereiro de 2023.

(Assinado digitalmente em 03/03/2023 15:32)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Processo Associado: 23091.018085/2022-90

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **989**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **03/03/2023** e o código de verificação: **4fa7fca7aa**

PARECER DE AFASTAMENTO NO PAÍS DE SERVIDOR DOCENTE

(Afastamento para Doutorado)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO
Nº PROCESSO: **23091.018085/2022-90** **DATA DA SOLICITAÇÃO**: 09/11/2022 **SOLICITANTE**: MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA **SETOR/DEPARTAMENTO**: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **CENTRO**: CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS
INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO
OBJETIVO: DOUTORADO **PERÍODO**: 08/04/2023 a 08/02/2025 **PAÍS**: BRASIL **CIDADE**: MOSSORÓ **INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI- ÁRIDO
CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018 e Portaria UFERSA/GAB nº 0418/2016)
CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Páginas 6 e 7); **CONSIDERANDO** o Plano de Trabalho Detalhado (Anexo III) (Páginas 8 a 26); **CONSIDERANDO** a Declaração de Matrícula (Pagina 39); **CONSIDERANDO** o Histórico Escolar (Paginas 40 e 41); **CONSIDERANDO** o Termo de Declaração e Compromisso (Anexo VI) (Página 48); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 61); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável do Conselho de Centro (Páginas 63 a 64).
OBSERVAÇÕES
Segundo o parecer do Departamento (Página 61), o afastamento está de acordo Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018, não havendo prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto com ocupação da vaga via concurso público a ser realizado.
PARECER PROPPG
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** para o pedido de afastamento integral do (a) servidor (a) docente MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUZA, pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), do Centro Multidisciplinar de Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — UFERSA, para realização do curso de Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal Rural do Semi- Árido (UFERSA) , em Mossoró – RN, no período de 08 de abril de 2023 a 08 de fevereiro de 2025. Mossoró-RN, 03 de março de 2023.    Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 03/03/2023

PARECER Nº 111/2023 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/03/2023 17:57)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **111**, ano: **2023**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **03/03/2023** e o código de verificação: **17cdb624b6**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 1178/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 20 de março de 2023.

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pelo(a) servidor(a) docente Maria do Socorro Medeiros de Souza, SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas , com a finalidade de realizar Doutorado em Manejo de Solo e Água / PPMSA na Universidade Federal do Semi- Árido (UFERSA) – Mossoró- RN, no período de 08 de abril de 2023 a 01 de fevereiro de 2025.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do(a) servidor(a) para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que a servidora requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitada a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. É importante citar que, em atendimento ao que veda o parágrafo 2º, do art. 96-A, da Lei nº 8.112/1990, a requerente apresenta Declaração da Divisão de Administração de Pessoal - DAP, onde comprova-se que a servidora não esteve licenciada para tratar de assuntos particulares ou para capacitação nos 2 (dois) anos anteriores a esta solicitação, estando devidamente habilitada ao afastamento para qualificação.

04. Cumpre-nos informar que o afastamento da docente está condicionado à contratação de professor substituto e que há disponibilidade de vagas para contratação, conforme consta em despacho emitido pelo Centro.

05. Por fim, o Departamento de Ciência e Tecnologia, o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento da docente.

06. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito, considerando o período de 08 de abril de 2023 a 01 de fevereiro de 2025.

07. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 16:13)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 16:59)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.018085/2022-90

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1178**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **20/03/2023** e o código de verificação: **9db2b65db8**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 1266/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 30 de março de 2023.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pela servidora docente Maria do Socorro Medeiros de Souza, matrícula Siape nº[redacted], de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Manejo de Solo e Água na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Mossoró-RN, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DDP/Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Despacho do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 11:01)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.018085/2022-90

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1266**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **30/03/2023** e o código de verificação: **d2db312939**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.001958/2023-83

ELETRÔNICO

Cadastrado em 03/02/2023

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
RONER FERREIRA DA COSTA	[redacted]	1693060

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO

Assunto do Processo:
024.4 - CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR: PARTICIPAÇÃO EM ESTÁGIOS PROMOVIDOS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Unidade de Origem:
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:
JANECELY SILVEIRA DE LIMA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
03/02/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA (11.01.00.08.03)
15/02/2023	CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (11.01.00.08)
23/02/2023	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
23/02/2023	CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (11.01.00.08)
08/03/2023	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
20/03/2023	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
05/04/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
17/04/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL.

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome: RONER FERREIRA DA COSTA

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DCME/CCEN/UFERSA

Categoria Funcional: PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Tipo de Afastamento: INTEGRAL REMUNERADO

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): ___ **mês:** ___

Início do Exercício no Cargo: 29/01 /2013 **(anexar Declaração do PRORH)**

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Estágio: PÓS-DOUTORAL

Bolsa (órgão concedente): CAPES/PNPD

Área de concentração: MOLÉCULAS COM POTENCIAL TERAPÊUTICO NO CÂNCER

Prazo previsto para realização do Estágio: Início 15/05/2023 **Término:** 14/05/2024

Instituição de realização do Estágio: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -UFC

Cidade: FORTALEZA **Estado:** CEARÁ **País:** BRASIL

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estágio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

PROPPG

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs*. O afastamento para estágio pós-doutoral dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até* ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 01/02/2023

[redacted]

Assinatura do requerente

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Nome do solicitante: Roner Ferreira da Costa	
Local do Estágio (Universidade)*:* Universidade Federal do Ceará	
x No País ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 15/05/2023 a 14/05/2024	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Formulário de requerimento do afastamento;	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade do estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estágio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X)***..	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII **-** Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);** **XIII -** Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Roner Ferreira da Costa, CPF nº [redacted], RG nº [redacted], matrícula SIAPE [redacted], Professor do Magistério Superior (área de Física), atualmente lotado no Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística (DCME) do Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN) Campus de Mossoró da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), venho respeitosamente solicitar o afastamento integral remunerado das minhas atividades no período de 15 de maio de 2023 a 14 de maio de 2024 para a realização de estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), polo da Universidade Estatual do Ceará, conforme justificativa abaixo.

Desde o meu ingresso na UFERSA, tenho atuado como professor de várias disciplinas de Física do Curso de Ciência & Tecnologia. Tenho orientado alunos em projetos de iniciação científica e em trabalhos de conclusão de curso. Já na Pós-Graduação, faço parte do quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais - PPgCEM desde 2015, onde já orientei e coorientei vários projetos de dissertação. Ressalto que, venho contribuindo para a consolidação do Laboratório de Física Computacional do CCEN conseguindo recursos através de projetos financiados pela UFERSA e do CNPq. Na Pesquisa, tenho experiência de mais 10 anos em atividade de pesquisa teórica computacional em Física, Bioquímica e Farmacologia através de Simulação Computacional em diversos níveis (clássico, semiempírico, quântico) com a utilização, principalmente, dos softwares *Biovia Materials Studio*, *Biovia Discovery Studio*. Atualmente, tenho 14 artigos publicados em periódicos que resultaram em 188 citações e fator H igual a 8, de acordo com a plataforma *web of Science* e tenho uma média de fator de impacto superior a 3. Em relação as atividades administrativas posso listar que fui membro do Comitê de Iniciação Cientifica (2015 e 2016), e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais (2019, 2020 e 2021). Além disso, já fui vice coordenador do BCT diurno e noturno e fiz parte como membro do Concelho de Centro e da Congregação da PROPPG.

PROPPG

O estágio pós-doutoral visa o desenvolvimento da atividade de pesquisa num contexto de integração de várias ramos científicos (física, química, bioquímica, biotecnologia, farmácia, biotecnologia, medicina) envolvendo técnicas e ferramentas no estado da arte na área de simulações computacionais, com grande potencial de inovação e formação de recursos humanos com competência multidisciplinar para aplicações nanotecnologicas na área do tratamento de diversas tipos de cânceres, levando em conta uma abordagem que aproxima dados experimentais de moléculas com atividade anticâncer e os dados dos cálculos teóricos computacionais. Além disso, serei supervisionado pela Professora Claúdia do Ó Pessoa, que faz parte dos programas de Pós-Graduação da Farmacologia (UFC) e Biotecnologia (RENORBIO – UFC), pesquisadora nível 1B do CNPq, que vem desenvolvendo pesquisas de moléculas extraídas de plantas do semiárido nordestino com atividade biológica. Este estágio com grupo de pesquisa da Profa. Claúdia do Ó Pessoa, será de grande valor, haja visto que a vasta experiência em pesquisa, na captação de recursos e na coordenação de equipes multidisciplinar. E finalmente, o Projeto será desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) em parceria do Laboratório de Oncologia Experimental – LOE localizado no prédio do Núcleo de Desenvolvimento de Novos Medicamentos – NPDM – UFC.

Data: 01 de fevereiro de 2023.

[redacted]

Assinatura do requerente

PROPPG

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo III)

Plano de Trabalho Detalhado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA DA REDE NORDESTE DE BIOTECNOLOGIA -RENORBIO - UFC

PLANO DE TRABALHO

Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

Proponente: Dr. Roner Ferreira da Costa
Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística -DCME
Centro de Ciências Exatas e Naturais -CCEN
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Supervisora: Claúdia do Ó Pessoa
Departamento de Fisiologia e Farmacologia
Faculdade de Medicina
Universidade Federal do Ceará - UFC

Fortaleza (CE), Fevereiro de 2023

Índice

Índice ..... **II**

1 Qualificação e Fundamentação Teórica do Principal Problema a Ser Abordado **4**

1.1 Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos 4

2 Objetivos e Metas **6**

3 Metodologia – Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos **7**

3.1 *Docking* Molecular 7

3.2 Simulações no Nível Clássico 8

3.3 Simulações no Nível Quântico – Métodos DFT 8

3.4 UV-vis 8

3.5 Espectros vibracionais (IR e Raman) 9

3.6 Estratégia MFCC – Interação ligante-proteína e proteína-proteína 9

4 Aplicação **10**

4.1 Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia 10

5 Resultados Esperados **11**

6 Cronograma e colaboradores **12**

6.1 Cronograma de Atividades 12

6.2 Colaboradores 12

Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

Resumo

O plano de trabalho Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia têm como objetivo a investigação/desenvolvimento de nanoestruturas, biomoléculas e moléculas com atividade biológica por meio de simulações computacionais. Assim, tendo como metas: (i) simulações computacionais de como estas moléculas são ligadas aos nanosistemas, e consequentemente melhor poder sugerir como controlar de forma mais eficiente a sua entrega através dos nanosistemas; (ii) desenvolvimento de protocolos para estudar o funcionamento em nível molecular de moléculas/fármacos com a meta da descoberta de derivativos mais efetivos, o que será realizado através do estudo por bioquímica quântica das interações das diferentes moléculas/fármacos com os sítios ativos das respectivas proteínas alvo; (iii) estudo da relação entre o pH do meio e o estado de protonação conformação estrutural de proteínas, biomoléculas e moléculas. O principal objetivo desta proposta é utilizar simulações computacionais em diversos níveis (*docking*, clássico, semiempírico, quântico), para a compreensão e o desenvolvimento de sistemas nanométricos conjugados. As principais linhas da proposta são: (1) simulações das propriedades estruturais, eletrônicas e ópticas de nanosistemas, nanopartículas e moléculas individuais utilizadas ou em desenvolvimento para o tratamento do câncer e doenças infecciosas, suas interações e a interação com as proteínas alvo; (2) simulação das propriedades estruturais, ópticas e vibracionais de biomoléculas e moléculas com a variação do pH. O plano de trabalho visa o desenvolvimento da atividade de pesquisa num contexto de integração de várias ramos científicos (física, química, bioquímica, farmácia, farmacologia, medicina) envolvendo técnicas e ferramentas no estado da arte na área de simulações computacionais, com grande potencial de inovação e formação de recursos humanos com competência multidisciplinar para aplicações nanotecnológicas na área do tratamento de diversas doenças, além de contribuir para o aperfeiçoamento e a consolidação dos grupos de pesquisa envolvidos.

1 Qualificação e Fundamentação Teórica do Principal Problema a Ser Abordado

1.1 Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos

A modelagem molecular (MM), segundo a IUPAC, é a investigação das estruturas e das propriedades moleculares pelo uso de química computacional e técnicas de visualização gráfica, visando fornece uma representação tridimensional, sob um dado conjunto de circunstâncias. Ela compreende um número de ferramentas e métodos computacionais e teóricos que tem como objetivo entender e prever o comportamento de sistemas reais, sendo usada para descrever e prever estruturas moleculares, propriedades do estado de transição e equilíbrio de reações, propriedades termodinâmicas, entre outras. Estes métodos abrangem estudos de minimização de energia de moléculas, análise conformacional, simulações de dinâmica molecular entre outros, sendo aplicáveis desde átomos isolados a biomacromoléculas (SANTOS *et al.*, 2007). As técnicas de MM são utilizadas nas áreas de bioquímica computacional, biologia computacional e ciência dos materiais.

A modelagem computacional, ou experimentação *in silico*, representa um dos mais importantes avanços na pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos. Ferramenta essencial para a investigação e compreensão das propriedades de sistemas nanométricos, no refinamento e/ou construção de novas moléculas com potencial farmacológico e na compreensão das interações moleculares que ocorrem em sistemas biológicos. Possibilita a mudança da estrutura de um medicamento para melhorar as propriedades farmacológicas, bem como a identificação de novos compostos. Este último pode ser realizado a partir da identificação de compostos com elevado potencial para a atividade através dos bancos de dados disponíveis de compostos químicos ou através de um novo fármaco que tenha estrutura química semelhante, construindo ligantes totalmente inéditos para os sítios de ligação na biomolécula alvo. Além de ajudar no *design* de compostos que se ligam a moléculas específicas, a modelagem computacional oferece a possibilidade de melhorar a capacidade de otimização de medicamentos para acessar os seus sítios alvo no organismo. Permite a obtenção de informações como as propriedades específicas de um composto que podem influenciar na interação com seu receptor, como por exemplo, o mapa de potencial eletrostático, a densidade eletrônica e as energias dos orbitais de fronteira HOMO e LUMO. Sendo uma ferramenta indispensável não somente no processo de planejamento, mas também na otimização de protótipos já existentes (BARREIRO *et al.*, 1997). Esses métodos vão continuar a ter um papel crescente no *design* e desenvolvimento de fármacos.

Em estudos farmacológicos, é de fundamental importância conhecer detalhadamente os princípios pelos quais os alvos moleculares reconhecem, interagem e se associam com moléculas ativadoras ou inibidoras. Em consequência, há um grande investimento em métodos e ferramentas computacionais usados para modelar os processos envolvidos nessas interações,

visando aprimorar suas características e contribuindo para uma maior relevância farmacêutica (PEROLA et al. 2004). Neste sentido, os métodos computacionais têm sido usados para prever, com a maior precisão possível nos cálculos, a afinidade da interação receptor-ligante, na medida em que novas estruturas vão sendo reveladas (SIPPL, 2002). Esses cálculos, são parte importante nos projetos de descoberta e desenvolvimento de novas drogas.

Estudos computacionais e teóricos de moléculas biológicas têm avançado significativamente nos últimos anos. Tais avanços foram parcialmente alimentados pelo número crescente de estruturas disponíveis de proteínas, ácidos nucléicos e carboidratos, mas ao mesmo tempo, pelas significativas melhorias metodológicas que têm sido feitas na área de física e são relevantes para moléculas biológicas. Exemplos incluem a melhoria dos campos de força, o tratamento das interações átomo-átomo de longo alcance, e uma variedade de avanços nos algoritmos. Esses avanços têm permitido que estudos computacionais de processos bioquímicos sejam realizados com maior precisão e em condições que permitem a comparação direta com estudos experimentais, logo, muitas das operações que antes eram de competência exclusiva do especialista de laboratório agora podem ser realizadas através de experimentos *in silico*. A combinação desses avanços com a evolução do poder computacional tanto do ponto de vista de *hardware* quanto do desenvolvimento de algoritmos, e níveis teóricos cada vez mais detalhados na estrutura eletrônica contribuem para a expansão da aplicabilidade de métodos computacionais para biomoléculas – simulação das propriedades físicas e químicas. O progresso da modelagem molecular tem levado a resultados marcantes no cálculo de propriedades estruturais, eletrônicas, ópticas e dinâmicas de sistemas biológicos complexos (MARCH; MATTHAI, 2009; SHERRILL, 2010). Além disso, com o uso de GPUs, pode-se acelerar significativamente a modelagem molecular de sistemas com milhões de átomos (ANDERSON; LORENZ; TRAVESSET, 2008; STONE et al., 2007).

Quanto ao método de cálculo a ser utilizado em uma determinada abordagem de modelagem molecular, derivam de três principais: mecânica molecular, semi-empírico e *ab initio*. As definições desses termos são úteis para a compreensão do uso de técnicas computacionais para a bioquímica computacional. A modelagem computacional aplicada à pesquisa e desenvolvimento de fármacos deve ser capaz de:

(i) Calcular as propriedades de moléculas individuais:

- Geometrias (comprimentos de ligação, ângulos de ligação, ângulos de torção);
- Energia (calor de formação, energia de ativação, etc.)
- Propriedades eletrônicas (momento de dipolo, potencial de ionização, afinidade eletrônica)
- Propriedades espectroscópicas (modos de vibração) e outras propriedades (volume, área de superfície, difusão, viscosidade etc.).

(ii) Calcular as propriedades de moléculas associadas:

- Quantificar a energia de interação entre moléculas e suas proteínas-alvo;
- Determinar as relações quantitativas entre a estrutura química e a atividade biológica;
- A proposição de sítios, orientações e conformações de interação de ligantes ainda não co-cristalizados;

- Observar o comportamento dinâmico de moléculas e complexos de interesse farmacológico são algumas das áreas nas quais a modelagem molecular vem contribuindo para a química medicinal e o planejamento de novos fármacos.

A escolha da melhor abordagem de modelagem computacional a ser aplicada leva em consideração alguns fatores como, por exemplo:

- A geometria e a quantidade de átomos;
- O tipo de átomos e tipo de ligações envolvidas;
- As propriedades que se deseja obter;
- A precisão desejada;
- A capacidade computacional disponível – o custo computacional.

Simulações mais precisas de sistemas atômicos e moleculares geralmente envolve a aplicação de Mecânica Quântica. No entanto, as técnicas de Mecânica Quântica são computacionalmente caras e geralmente são aplicadas a sistemas ou moléculas que contenham entre 10 e 200 átomos. Consequentemente, trabalhar com proteínas que possuem milhares de átomos se torna inviável com métodos quânticos. Esta introdução serve como base para a compreensão dos demais tópicos deste plano de trabalho.

2 Objetivos e Metas

O plano de trabalho Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia, propõe-se a realizar estudo *in silico* de moléculas com atividade biológica com o objetivo de:

(i) estudar a relação o pH e a conformação estrutural de moléculas, bem como os seus estados de protonação. Para isto, realizar estudo de *scan* relaxado na superfície de energia potencial (RPESS) e obter as estruturas de menor energia para cada estado de protonação;

(ii) simular a interação dos nanosistemas, $CaCO_3$ e Au, por exemplo, com as moléculas de interesse através de ferramentas computacionais, sendo estudado o quanto as propriedades eletrônicas, vibracionais e ópticas são alteradas na presença dessas moléculas, o que é útil para a caracterização do potencial dos sistemas para a produção de nanobiosensores em nanobiomedicina;

(iii) utilizar as ferramentas computacionais para estudar a interação das moléculas com suas respectivas proteínas alvo;

(iv) quando a geometria do complexo ligante@receptor não for conhecida, utilizar a técnica de *docking* molecular para obter a conformação de mais baixa energia dessa interação;

(v) calcular as propriedades eletrônicas (níveis de energia, orbitais, densidade de estados, populações de carga etc.) das moléculas de interesse, bem como fazer estudo dos conformeros e prever teoricamente os seus espectros infravermelhos (IR) e Raman para comparação com os resultados experimentais.

(vi) caracterizar a interação entre as proteínas de interesse e os respectivos ligantes e a interação proteína-proteína através do método MFCC (do inglês, *Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) com a finalidade de gerar informações com maior precisão para o desenvolvimento de fármacos mais eficientes e com menos efeitos adversos.

(vii) aperfeiçoamento de métodos computacionais na caracterização das interações entre moléculas e proteínas e proteínas-proteínas.

Espera-se que as atividades desenvolvidas durante o tempo de duração do projeto resultem em, pelo menos, 3 (três) publicações realizadas em revistas internacionais (Qualis A e B da CAPES), apresentação de trabalhos em conferências nacionais e internacionais e a Co orientação de alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Química– PPQUIM.

3 Metodologia – Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos

O presente tópico tem como objetivo apresentar as metodologias para a realização de estudo *in silico* de nanosistemas, moléculas e sistemas biológicos obtendo propriedades estruturais e vibracionais (IR e Raman) que podem ser comparadas com resultados experimentais, sempre que possível. As simulações computacionais serão realizadas em três níveis: *docking*, clássico e quântico.

3.1 *Docking* Molecular

A interação do fármaco ligante com as proteínas de interesse serão estudas através de *docking* molecular sempre que os dados cristalográficos da interação não estiverem disponíveis. Serão usados neste projeto a suíte AutoDock, v.4.2, assim como a ferramenta auxiliar AutoDockTools, v.1.5.4, (Morris et al., 1998; Sanner, 1999) ambas bastante utilizadas no meio científico e com licença para fins acadêmicos.

3.2 Simulações no Nível Clássico

Os diferentes sistemas terão suas geometrias otimizadas usando campos de força clássicos de última geração (UNIVERSAL, COMPASS, CHARMM). Em seguida, serão submetidos a uma simulação de dinâmica molecular clássica a diferentes temperaturas para testar sua estabilidade.

Softwares utilizados nas simulações clássicas: *Forcite Plus* disponível na *suite Materials Studio*, além de GROMACS e NAMD, que permitem a utilização de GPUs (*Graphic Processing Units*) para acelerar os cálculos de dinâmica molecular em até 20 vezes, em comparação com uma CPU normal.

3.3 Simulações no Nível Quântico – Métodos DFT

O formalismo da teoria do funcional da densidade (DFT) será usado na descrição das propriedades estruturais e eletrônicas dos sistemas com até 400 átomos. A modelagem DFT possui um nível de acurácia maior que os métodos quânticos já mencionados para a descrição do estado fundamental de sistemas com muitos elétrons (e por isso paga-se um preço computacional bem mais elevado). Vários funcionais de troca e correlação serão usados: funcionais puros nas aproximações LDA e GGA (p. ex., PBE, BLYP) e funcionais híbridos (p. ex., B3LYP, PBE0) e, especialmente, a família do funcional híbrido M06, capazes de descrever mais acuradamente a interação de π-stacking (ZHAO; TRUHLAR, 2006a, 2006b) e funcionais com correção empírica para interações dispersivas (GRIMME, 2006; ORTMANN; BECHSTEDT; SCHMIDT, 2006). Os cálculos DFT permitirão a obtenção dos espectros de absorção no infravermelho e de espalhamento Raman, dicroísmo circular vibracional, bem como forças de oscilador para absorção óptica, úteis no processo de caracterização experimental, e estados excitados (via aplicação da teoria do funcional da densidade dependente do tempo, TDDFT (CASIDA; HUIX-ROTLLANT, 2012)) dos sistemas em estudo.

A interação dos nanosistemas com a molécula/fármaco será simulada nesse nível, sendo estudado o quanto as propriedades eletrônicas, vibracionais e ópticas são alteradas na presença dessas moléculas, o que é útil para a caracterização do potencial dos sistemas para a produção de nanobiosensores e em nanobiomedicina. Finalmente, a energia de interação da molécula/fármaco com cada resíduo de aminoácido nos sítios ativos das proteínas de interesse e as energias de interação entre os resíduos que formam os monômeros dessas proteínas serão obtidas através do método MFCC, permitindo assim uma melhor compreensão da ação desses medicamentos e abrindo a possibilidade de projetar variações na sua estrutura molecular para potencializar sua eficácia. Cálculos do tipo QM/MM (do inglês, *Quantum Mechanics*/ *Molecular Mechanics*) também deverão ser realizados para elucidar aspectos estruturais não descritos pela literatura cristalográfica.

3.4 UV-vis

Os estados excitados serão calculados utilizando o formalismo da teoria do funcional da densidade dependente do tempo (TD-DFT), que pode ser considerado como uma reformulação exata da mecânica quântica dependente do tempo em que os estados de partículas são

substituídos por estados de densidade (CASIDA; HUIX-ROTLLANT, 2012; MARQUES; GROSS, 2004). Nesta abordagem um conjunto de equações Kohn-Sham modificadas descrevem a evolução da densidade de elétrons não interagentes de forma eficaz de um funcional de troca e correlação dependente do tempo. Energias de excitação podem ser obtidas através da análise da resposta do sistema a pequenas perturbações dependentes do tempo, tais como fótons. As cinquenta mais baixas excitações eletrônicas verticais singleto-singleto serão realizadas mantendo o funcional, conjunto de base e solvatação (PCM) da etapa de otimização de geometria.

3.5 Espectros vibracionais (IR e Raman)

Os espectros vibracionais, infravermelho (IR) e Raman, serão obtidos após a otimização da geometria utilizando a mesma metodologia de cálculo. Estes resultados podem ser utilizados para comparação com resultados experimentais.

3.6 Estratégia MFCC – Interação ligante-proteína e proteína-proteína

As energias de interação entre o ligante (molécula com atividade biológica) ou proteína, e cada resíduo de aminoácidos das proteínas de interesse podem ser estimadas usando uma adaptação do método MFCC (*Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) que permite a aplicação de métodos quânticos devido a estrutura tridimensional do complexo proteína-ligante ser decomposta em fragmentos de aminoácidos que são tratados com *caps* moleculares que imitam as propriedades locais de interação.

A metodologia para achar a energia de interação consiste num caso particular da aproximação MFCC (*Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) (GORDON et al., 2012; HE et al., 2005; MEI et al., 2005; OGAWA et al., 2004; WU et al., 2007; ZHANG et al., 2004; ZHANG; ZHANG, 2003), onde os *caps* escolhidos são os resíduos de aminoácidos anterior $i-1$ e posterior $i+1$ da seqüência da cadeia peptídica da proteína. O esquema MFCC é uma aproximação de escala linear que se baseia nas propriedades locais de interação, considerando que a energia de interação numa região é geralmente localizada e decai rapidamente fora dela. A ideia principal do método MFCC é estimar a energia de interação proteína ligante através da quebra das ligações peptídicas dos aminoácidos colocando "tampas" (*caps*) que preservem as características das vizinhanças da ligação quebrada. As energias de interação $E(Bzn-R_i)$ entre o ligante (L) e o resíduo (R_i) de aminoácidos individuais de cada proteína serão calculadas de acordo com a expressão abaixo.

$$E(L-R_i) = \overbrace{E\left(L+R^*_{i-1}R_iR_{i+1}\right)}^{E_A} - \underbrace{E(R^*_{i-1}R_iR_{i+1})}_{E_B} - \overbrace{E\left(L+R^*_{i-1}+R_{i+1}\right)}^{E_C} + \underbrace{E(R^*_{i-1}+R_{i+1})}_{E_D} \quad (1)$$

onde o primeiro termo do lado direito na Eq. (1), E_A, é a energia do conjunto L mais resíduo de aminoácido com os *caps* apropriados em cada uma de suas terminações. O segundo termo, E_B, fornece a energia do resíduo de aminoácido com os *caps*, enquanto o terceiro termo, E_C, dá a energia do conjunto L mais *caps*. O último termo, E_D é a energia exclusivamente dos *caps*. A estratégia MFCC já é aplicada em diversos trabalhos recentemente publicados na área de

interação droga-proteína (DA COSTA et al., 2012; DA SILVA RIBEIRO et al., 2014; ZANATTA et al., 2012).

4 Aplicação

4.1 Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

O câncer é uma doença ocasionada pela proliferação descontrolada de células. Estas células adquirem uma variedade de propriedades especiais à medida que se desenvolvem, multiplicando-se e espalhando-se. Uma vez que este comportamento proliferativo de células cancerígenas é muito aberrante, pode-se imaginar que elas criam maneiras totalmente novas de programar seu crescimento e divisão – é fato que o circuito-controle nas células cancerígenas tem uma organização um tanto diferente daquele de células saudáveis normais. Tal fato exacerba consideravelmente as diferenças existentes entre células normais e neoplásicas. Na verdade, os dois tipos de células utilizam circuitos-controle quase idênticos. Porém, células cancerígenas descobrem formas de efetuar modificações relativamente minoritárias na maquinaria de controle que opera dentro das células (WEINBERG, 2008). Essas propriedades geralmente são ocasionadas por um acúmulo de mutações nos oncogenes, nos genes supressores e nos genes reparadores de DNA, o que caracteriza o câncer como doença genética (ALBERTS et al., 2009). O tratamento contra o câncer pode ocorrer de maneiras variadas, diferindo principalmente com relação ao tipo e a gravidade da doença. A quimioterapia do câncer consiste em um tratamento à base de fármacos, que interferem em diferentes processos tais como desenvolvimento, crescimento, disseminação e invasão de células cancerígenas (SOUZA et al., 2007). O tratamento do câncer pode ser feito por mono ou poliquimioterapia, este último apresentando resultados mais eficientes, com respostas mais satisfatórias, redução de riscos de resistência do paciente e atuação nas células por diferentes mecanismos de ação (CARVALHO, 2003). A quimioterapia, aliada a outras estratégias (cirurgia e radioterapia) constituem as principais modalidades medidas terapêuticas utilizadas no tratamento de pacientes com diferentes tipos de câncer (KUMMAR, 2004). Este cenário evidencia a necessidade de esforços continuados em busca do desenvolvimento de novos medicamentos ou tratamentos para o controle dessa doença.

Um dos objetivos é a preparação de uma série de protótipos nanopartícula-droga para entrega seletiva de fármacos anticâncer que agem em proteínas do citoesqueleto, especificamente o Monastrol e derivativos e a proteína quínesina, usando, simulações computacionais em diversos níveis (*docking*, clássico, semiempírico, quântico), para a compreensão e o desenvolvimento de sistemas nanométricos conjugados com as drogas anticâncer. As linhas principais da proposta são: (1) síntese e caracterização de nanopartículas e sistemas de nanopartículas contendo drogas anticâncer, com o desenvolvimento de protótipos para melhorar a eficiência do tratamento da doença usando nanotecnologia; (2) técnicas experimentais tais como espectroscopia no infravermelho, espectroscopia Raman, espectroscopia de absorção e luminescência, ressonância magnética nuclear, microscopia de

força atômica, técnicas de eletroquímica e ensaios *in vitro* deverão ser utilizadas para se compreender as propriedades físicas, químicas, a seletividade e a potência das nanopartículas com as drogas; (2) simulações das propriedades estruturais, eletrônicas e ópticas de nanopartículas e dos fármacos utilizados ou em desenvolvimento, suas interações e a interação dos fármacos com as proteínas alvo. Além de estudo da interação dos ligantes com a proteína alvo para quantificar os principais aminoácidos responsáveis pela interação e, diante destas informações, poder sugerir modificações estruturais na tentativa de melhorar a atividade do ligante.

5 Resultados Esperados

Em termos de expectativa programada, estes são os resultados técnicos esperados deste plano de trabalho: as simulações computacionais realizadas nos níveis de *docking*, dinâmica molecular clássica e mecânica quântica (método semiempírico, DFTB, DFT, TD-DFT) possibilitarão a interpretação dos resultados experimentais de caracterização das moléculas/ligantes/fármacos, das nanopartículas e dos sistemas molécula@nanopartícula, incluindo os espectros infravermelho, Raman, NMR, absorção óptica e luminescência. No que diz respeito à interação das moléculas/ligantes/fármacos com as nanopartículas, espera-se a obtenção de estimativas para as energias de interação em função do posicionamento da molécula/ligante/fármaco relativa à nanopartícula, identificando geometrias preferenciais de adsorção e inferindo, através de dinâmica molecular em uma solução aquosa salina, a estabilidade dos sistemas molécula@nanopartícula em condições fisiológicas e o modo como a molécula/ligante/fármaco se dispersa através da superfície e do interior das nanopartículas elucidando, portanto, seu mecanismo de incorporação e difusão.

Os cálculos de interação entre a molécula/ligante/fármaco e os sítios ativos das enzimas em que atuam permitirão investigar a existência de correlações entre a efetividade de cada molécula/ligante/fármaco (sua potência) e a intensidade da ligação ao sítio. Modificações estruturais nas moléculas/ligantes/fármacos serão simuladas, buscando aumentar mais ainda a intensidade da interação, abrindo caminho para a proposição de novos fármacos mais eficazes. Finalmente, no plano de trabalho **Anticâncer - estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia** pretendem-se:

(1) gerar patente de protótipos de sistemas para entrega de fármacos e/ou uma patente de derivativo do fármaco;

(2) produzir cerca de 03 (três) trabalhos em revistas internacionais, Qualis A da CAPES;

(3) no mínimo 5 trabalhos apresentados em congressos internacionais e nacionais.

(4) formação de recursos humanos com a orientação e/ou co-orientação de alunos de pós-graduação bem como a colaboração nos trabalhos de pesquisa em desenvolvimento.

Devemos também considerar, como resultados relevantes, o enriquecimento dos grupos de pesquisa envolvidos com o trabalho de forma integrada, os ganhos com a formação técnico-científica destes grupos, os subsídios para novos projetos, além da possibilidade da proposta originar artigos científicos de nível elevado, passíveis de publicação em periódicos com alto impacto.

6 Cronograma e colaboradores

6.1 Cronograma de Atividades

O cronograma está divido de acordo com os objetivos propostos. Este plano de trabalho deverá ser desenvolvido em um período de 12 meses.

Cronograma												
Atividades	**Mês**											
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Montagem de inputs para simulações computacionais em nível clássico e *docking*	X	X			X	X						
Cálculo de otimização de geometria das moléculas e nanopartículas em nível clássico.			X	X			X	X				
Obtenção dos potenciais de interação molécula-nanopartícula no nível clássico					X	X			X	X		
Cálculos semi-empíricos, DFTB e DFT das propriedades estruturais, eletrônicas, ópticas e vibracionais de moléculas, nanopartículas e conjugados molécula-nanopartícula		X	X			X	X					
Cálculos MFCC para obtenção do perfil de interação molécula-proteína e proteína-proteína			X	X	X	X						
Uso combinado de técnicas de *docking*, QM/MM, DFTB e cálculos DFT para determinação da geometria da molécula ligada a um sítio sem dados experimentais de cristalografia							X	X				
Uso combinado de técnicas de *docking*, QM/MM, DFTB e cálculos DFT para sugerir modificações que possam aumentar a potência das moléculas de interesse								X	X			
Análise de dados, redação de artigos, publicações e participações em conferências				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Submissão de artigo em periódico internacional	X	X		X	X		X	X		X	X	X
Elaboração de relatórios						X						X

6.2 Colaboradores

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA

Prof. Dr. JOSÉ JÚNIOR ALVES DA SILVA. CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Profa. Dra. EVELINE MATIAS BEZERRA. CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE

Prof. RAFAEL LEANDRO FERNANDES MELO. CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

Prof. Dr. EUDENILSON LINS DE ALBUQUERQUE. BPQ CNPq Nivel 1A.CPF: [redacted]. E-mail: [redacted]

Prof. Dr. UMBERTO LAINO FULCO. BPQ CNPq Nivel 2.
CPF: [redacted]. E-mail: [redacted]

Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ
Prof. Dra. ÉRIKA LORENA FONSECA COSTA DE ALVARENGA.
CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Bibliográfia

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Celular**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANDERSON, J. A.; LORENZ, C. D.; TRAVESSET, A. General purpose molecular dynamics simulations fully implemented on graphics processing units. **Journal of Computational Physics**, v. 227, n. 10, p. 5342–5359, maio 2008.

CASIDA, M. E.; HUIX-ROTLLANT, M. Progress in time-dependent density-functional theory. **Annual review of physical chemistry**, v. 63, p. 287–323, jan. 2012.

DA COSTA, R. F. R. F. et al. Explaining statin inhibition effectiveness of HMG-CoA reductase by quantum biochemistry computations. **Physical chemistry chemical physics : PCCP**, v. 14, n. 4, p. 1389–98, 28 jan. 2012.

DA SILVA RIBEIRO, T. C. T. C. et al. The quantum biophysics of the isoniazid adduct NADH binding to its InhA reductase target. **New Journal of Chemistry**, v. 38, n. 7, p. 1–13, 2014.

FORESMAN, J. B.; FISCH, AE. **Exploring Chemistry With Electronic Structure Methods: A Guide to Using Gaussian**. [s.l.] Gaussian Inc, 1996.

GORDON, M. S. et al. Fragmentation methods: a route to accurate calculations on large systems. **Chemical Reviews**, v. 112, n. 1, p. 632–72, 11 jan. 2012.

GRIMME, S. Semiempirical GGA-type density functional constructed with a long-range dispersion correction. **Journal of computational chemistry**, v. 27, n. 15, p. 1787–99, 30 nov. 2006.

HE, X. et al. Quantum computational analysis for drug resistance of HIV-1 reverse transcriptase to nevirapine through point mutations. **Proteins**, v. 61, n. 2, p. 423–32, 1 nov. 2005.

MARCH, N. H.; MATTHAI, C. C. The application of quantum chemistry and condensed matter theory in studying amino acids, protein folding, and anticancer drug technology. **Theoretical Chemistry Accounts**, v. 125, n. 3–6, p. 193–201, 31 mar. 2009.

MARQUES, M. A. L.; GROSS, E. K. U. Time-dependent density functional theory. **Annual review of physical chemistry**, v. 55, p. 427–55, jan. 2004.

MEI, Y. et al. Quantum study of mutational effect in the binding of efavirenz to HIV-1 RT. **Proteins**, v. 59, n. 3, p. 489–95, 15 maio 2005.

OGAWA, T. et al. Consistent charge equilibration (CQEq) method: application to amino acids and crambin protein. **Chemical Physics Letters**, v. 397, n. 4–6, p. 382–387, out. 2004.

ORTMANN, F.; BECHSTEDT, F.; SCHMIDT, W. Semiempirical van der Waals correction to the density functional description of solids and molecular structures. **Physical Review B**, v. 73, n. 20, p. 205101, maio 2006.

SHERRILL, C. D. Frontiers in electronic structure theory. **The Journal of chemical physics**, v. 132, n. 11, p. 110902, 21 mar. 2010.

SIPPL, W. Development of biologically active compounds by combining 3D QSAR and structure-based design methods. **Journal of computer-aided molecular design**, v. 16, n. 11, p. 825–30, nov. 2002.

STONE, J. E. et al. Accelerating molecular modeling applications with graphics processors. **Journal of computational chemistry**, v. 28, n. 16, p. 2618–40, dez. 2007.

WEINBERG, R. A. **A Biologia do Câncer**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WU, E. L. et al. Quantum and molecular dynamics study for binding of macrocyclic inhibitors to human alpha-thrombin. **Biophysical journal**, v. 92, n. 12, p. 4244–53, 15 jun. 2007.

ZANATTA, G. et al. Quantum Biochemistry Description of the Human Dopamine D3 Receptor in Complex with the Selective Antagonist Eticlopride. **Journal of Proteomics & Bioinformatics**, v. 05, n. 07, p. 155–162, 2012.

ZHANG, D. W. et al. Quantum mechanical map for protein-ligand binding with application to beta-trypsin/benzamidine complex. **The Journal of chemical physics**, v. 120, n. 3, p. 1145–8, 15 jan. 2004.

ZHANG, D. W.; ZHANG, J. Z. H. Molecular fractionation with conjugate caps for full quantum mechanical calculation of protein–molecule interaction energy. **The Journal of Chemical Physics**, v. 119, n. 7, p. 3599, 2003.

ZHAO, Y.; TRUHLAR, D. G. Assessment of density functionals for pi systems: Energy differences between cumulenes and polylines; proton affinities, bond length alternation, and torsional potentials of conjugated polyenes; and proton affinities of conjugated Shiff bases. **The journal of physical chemistry. A**, v. 110, n. 35, p. 10478–86, 7 set. 2006a.

ZHAO, Y.; TRUHLAR, D. G. A density functional that accounts for medium-range correlation energies in organic chemistry. **Organic letters**, v. 8, n. 25, p. 5753–5, 7 dez. 2006b.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo IV)

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

CARTA DE ANUÊNCIA

Por meio da presente, eu, Professora Dra. **CLÁUDIA DO Ò PESSOA**, professora do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (RENORBIO-UFC) e coordenadora do Laboratório de Oncologia Experimental (LOE-UFC), aceito o compromisso de supervisionar e acompanhar o Professor Dr. **RONER FERREIRA DA COSTA** em seu estágio pós-doutoral. O referido pesquisador desenvolverá o projeto de pesquisa intitulado ***ANTICÂNCER — ESTRUTURAS MOLECULARES, BIOQUÍMICA QUÂNTICA E NANOTECNOLOGIA*** no período de 12 (doze) meses a partir de 15 de maio de 2023.

Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2023.

Profa. Dra. Cláudia do Ò Pessoa
Universidade Federal do Ceará, UFC

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

PROPPG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

RESULTADO FINAL
Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD 2023)

A Comissão instituída pela PORTARIA UFERSA/CCEN Nº 10, de 19 de Setembro de 2022, tomando como referência o Edital PROPPG N º 39/2022, a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018 DE 25 DE Junho de 2018 e as planilhas dos professores inscritos (junto com comprovantes solicitados), encaminhadas pela secretaria do CCEN a esta comissão, torna público o resultado final do Plano Anual de Qualificação e Formação Docente – PQD 2023.

A classificação obedeceu à ordem decrescente da pontuação final obtida pela soma dos valores das dimensões constantes no Anexo da Resolução supracitada.

Quadro 1: Classificação e Pontuação dos candidatos para afastamento para Estágio Pós-Doutoral.

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação
1º	Matheus da Silva Menezes	104.8
2º	Paulo Gabriel Gadelha Queiroz	104.7
3º	Luiza Helena Félix de Andrade	104.5
4º	Ivan Mezzomo	100.8
5º	Roner Ferreira da Costa	67.2
6º	Odacir Almeida Neves	52.1

Mossoró, 14 de Outubro de 2022

_____
Suene Campos Duarte
(Presidente da comissão PQD 2023)

_____
Danniel Cavalcante Lopes
(Membro da comissão PQD 2023)

_____
Rosilda Sousa Santos
(Membro da comissão PQD 2023)

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, **RONER FERREIRA DA COSTA**, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o estágio pós-doutoral na **Universidade Federal do Ceará (Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia – RENORBIO)**, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido estágio, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do estágio pós-doutoral em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do estágio.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 01 de fevereiro de 2023.

[redacted]

Assinatura

_____

Nome da testemunha
CPF:

_____

Nome da testemunha
CPF:

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo VII)

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **RONER FERREIRA DA COSTA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 10:17:49 do dia 10/01/2023 , com validade até o dia 09/02/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: GMIofghb2YKEX5nib2N3

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XI)

PROPPG

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **RONER FERREIRA DA COSTA**, matrícula Siape nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, de ter respondido ou estar respondendo à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 10/01/2023

Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão
Pró-Reitora

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XII)

PROPPG

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Roner Ferreira da Costa**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício nesta Universidade em 29 de janeiro de 2013, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*13/06/2018 a 02/07/2018*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de janeiro de 2023.

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

Emitido em 01/02/2023

REQUERIMENTO Nº 390/2023 - DIAP (11.01.38.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/02/2023 11:12)
JANECELY SILVEIRA DE LIMA
ARQUIVISTA
DIAP (11.01.38.05)
Matrícula: ###315#1

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **390**, ano: **2023**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **03/02/2023** e o código de verificação: **2ef28d8ff6**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

DESPACHO Nº 764/2023 - DCME (11.01.00.08.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 15 de fevereiro de 2023.

PEDIDO DE AFASTAMENTO DOCENTE PARA CURSAR PÓS-DOUTORADO NO PAÍS

O processo 23091.001958/2023-83 trata de um pedido de afastamento do servidor docente **RONER FERREIRA DA COSTA** , lotado no Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística - DCME, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, campus Mossoró, com a finalidade de cursar estágio pós-doutoral em Física na Universidade Federal do Ceará- UFC, Fortaleza-CE.

Considerando o artigo 96-A da **Lei nº 8.112** , de 11 de dezembro de 1990; o inciso IV do artigo 188 do **Regimento Geral da UFERSA** ; a **Resolução CONSUNI /UFERSA Nº 003/2018** e a **documentação apresentada pelo docente** para a solicitação do afastamento;

A assembleia departamental, em sua **2ª Reunião Ordinária de 2023** , realizada no dia **15 de fevereiro de 2023** , deliberou sobre o pedido do docente e se posicionou **FAVORÁVEL** ao afastamento do mesmo a contar do dia **15 de maio de 2023.**

Deste modo, propõe a deliberação do pleito ao Conselho do Centro de Ciências Exatas e Naturais.

É o despacho.

(Assinado digitalmente em 15/02/2023 15:22)
LAZARO LUIS DE LIMA SOUSA
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DCME (11.01.00.08.03)
Matrícula: ###053#7

Processo Associado: 23091.001958/2023-83

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **764**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **15/02/2023** e o código de verificação: **02ca9f71d3**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS

DESPACHO Nº 806/2023 - CCEN (11.01.00.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 17 de fevereiro de 2023.

DESPACHO 03/2023

SOLICITAÇÃO DE AFASTAMENTO NO PAÍS PARA CURSAR PÓS-DOUTORADO

Trata-se do pedido de afastamento no país para qualificação em nível de Pós-Doutorado do docente **Roner Ferreira da Costa**.

Observando o Artigo 96-A da **Lei nº 8.112/1990** que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, autarquias e das fundações públicas federais; o Artigo 338 do **Regimento Geral da UFERSA** que trata do direito ao afastamento de docente para realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras e a **Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018** que estabelece normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral;

Observando o Art. 9, inciso I da **Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 012/2017** que dispõe sobre o funcionamento dos Centros e Departamentos acadêmicos na UFERSA; a documentação apresentada pelo docente nos autos do processo; que o docente tem sua carga horária de ensino absorvida por **professor substituto** e que o afastamento não excede 30% (trinta por cento) do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento tal qual regem o § 2º e os incisos I e II do Art. 9º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018;

Considerando ainda o parecer **favorável** da Assembleia do Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística - DCME, em sua 2ª Reunião Ordinária de 2023, realizada em 15 de fevereiro de 2023:

O Conselho do Centro de Ciências Exatas e Naturais, em sua 2ª Reunião Ordinária de 2023, realizada em 16 de fevereiro de 2023, resolve: Deliberar sobre o pedido de afastamento do docente **Roner Ferreira da Costa**, emitindo parecer **FAVORÁVEL** ao seu afastamento, que terá início em **15 de maio de 2023**.

É o despacho.

(Assinado digitalmente em 17/02/2023 12:20)
ANDREA MARIA FERREIRA MOURA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CCEN (11.01.00.08)
Matrícula: ###093#4

Processo Associado: 23091.001958/2023-83

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **806**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **17/02/2023** e o código de verificação: **cfdaf08d51**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL.

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome: RONER FERREIRA DA COSTA

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DCME/CCEN/UFERSA

Categoria Funcional: PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Tipo de Afastamento: INTEGRAL REMUNERADO

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): ___ **mês:** ___

Início do Exercício no Cargo: 29/01 /2013 **(anexar Declaração do PRORH)**

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Estágio: PÓS-DOUTORAL

Bolsa (órgão concedente): CAPES/PNPD

Área de concentração: MOLÉCULAS COM POTENCIAL TERAPÊUTICO NO CÂNCER

Prazo previsto para realização do Estágio: Início 15/05/2023 **Término:** 14/05/2024

Instituição de realização do Estágio: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -UFC

Cidade: FORTALEZA **Estado:** CEARÁ **País:** BRASIL

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estágio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

PROPPG

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

***Obs**. O afastamento para estágio pós-doutoral dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até **90 (noventa) dias antes do início do afastamento**. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 01/02/2023

[redacted]

Assinatura do requerente

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Nome do solicitante: Roner Ferreira da Costa	
Local do Estágio (Universidade)*:* Universidade Federal do Ceará	
x No País ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 15/05/2023 a 14/05/2024	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Formulário de requerimento do afastamento;	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade do estágio pós-doutoral; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do: tempo de duração do estágio, do supervisor do estágio e das datas de início e término do estágio; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X)***..	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII **-** Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);** **XIII -** Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Roner Ferreira da Costa, CPF nº [redacted], RG nº [redacted] SSP/CE, matrícula SIAPE [redacted], Professor do Magistério Superior (área de Física), atualmente lotado no Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística (DCME) do Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN) Campus de Mossoró da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), venho respeitosamente solicitar o afastamento integral remunerado das minhas atividades no período de 15 de maio de 2023 a 14 de maio de 2024 para a realização de estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), polo da Universidade Estatual do Ceará, conforme justificativa abaixo.

Desde o meu ingresso na UFERSA, tenho atuado como professor de várias disciplinas de Física do Curso de Ciência & Tecnologia. Tenho orientado alunos em projetos de iniciação científica e em trabalhos de conclusão de curso. Já na Pós-Graduação, faço parte do quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais - PPgCEM desde 2015, onde já orientei e coorientei vários projetos de dissertação. Ressalto que, venho contribuindo para a consolidação do Laboratório de Física Computacional do CCEN conseguindo recursos através de projetos financiados pela UFERSA e do CNPq. Na Pesquisa, tenho experiência de mais 10 anos em atividade de pesquisa teórica computacional em Física, Bioquímica e Farmacologia através de Simulação Computacional em diversos níveis (clássico, semiempírico, quântico) com a utilização, principalmente, dos softwares *Biovia Materials Studio*, *Biovia Discovery Studio*. Atualmente, tenho 14 artigos publicados em periódicos que resultaram em 188 citações e fator H igual a 8, de acordo com a plataforma *web of Science* e tenho uma média de fator de impacto superior a 3. Em relação as atividades administrativas posso listar que fui membro do Comitê de Iniciação Cientifica (2015 e 2016), e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais (2019, 2020 e 2021). Além disso, já fui vice coordenador do BCT diurno e noturno e fiz parte como membro do Concelho de Centro e da Congregação da PROPPG.

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

O estágio pós-doutoral visa o desenvolvimento da atividade de pesquisa num contexto de integração de várias ramos científicos (física, química, bioquímica, biotecnologia, farmácia, biotecnologia, medicina) envolvendo técnicas e ferramentas no estado da arte na área de simulações computacionais, com grande potencial de inovação e formação de recursos humanos com competência multidisciplinar para aplicações nanotecnologicas na área do tratamento de diversas tipos de cânceres, levando em conta uma abordagem que aproxima dados experimentais de moléculas com atividade anticâncer e os dados dos cálculos teóricos computacionais. Além disso, serei supervisionado pela Professora Claúdia do Ó Pessoa, que faz parte dos programas de Pós-Graduação da Farmacologia (UFC) e Biotecnologia (RENORBIO – UFC), pesquisadora nível 1B do CNPq, que vem desenvolvendo pesquisas de moléculas extraídas de plantas do semiárido nordestino com atividade biológica. Este estágio com grupo de pesquisa da Profa. Claúdia do Ó Pessoa, será de grande valor, haja visto que a vasta experiência em pesquisa, na captação de recursos e na coordenação de equipes multidisciplinar. E finalmente, o Projeto será desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) em parceria do Laboratório de Oncologia Experimental – LOE localizado no prédio do Núcleo de Desenvolvimento de Novos Medicamentos – NPDM – UFC.

Data: 01 de fevereiro de 2023.

[redacted]

Assinatura do requerente

PROPPG

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo III)

Plano de Trabalho Detalhado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA DA REDE NORDESTE DE BIOTECNOLOGIA -RENORBIO - UFC

PLANO DE TRABALHO

Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

Proponente: Dr. Roner Ferreira da Costa
Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística -DCME
Centro de Ciências Exatas e Naturais -CCEN
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Supervisora: Claúdia do Ó Pessoa
Departamento de Fisiologia e Farmacologia
Faculdade de Medicina
Universidade Federal do Ceará - UFC

Fortaleza (CE), Fevereiro de 2023

Índice

Índice ..... **II**

1 Qualificação e Fundamentação Teórica do Principal Problema a Ser Abordado **4**

1.1 Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos 4

2 Objetivos e Metas **6**

3 Metodologia – Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos **7**

3.1 *Docking* Molecular 7

3.2 Simulações no Nível Clássico 8

3.3 Simulações no Nível Quântico – Métodos DFT 8

3.4 UV-vis 8

3.5 Espectros vibracionais (IR e Raman) 9

3.6 Estratégia MFCC – Interação ligante-proteína e proteína-proteína 9

4 Aplicação **10**

4.1 Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia 10

5 Resultados Esperados **11**

6 Cronograma e colaboradores **12**

6.1 Cronograma de Atividades 12

6.2 Colaboradores 12

Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

Resumo

O plano de trabalho Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia têm como objetivo a investigação/desenvolvimento de nanoestruturas, biomoléculas e moléculas com atividade biológica por meio de simulações computacionais. Assim, tendo como metas: (i) simulações computacionais de como estas moléculas são ligadas aos nanosistemas, e consequentemente melhor poder sugerir como controlar de forma mais eficiente a sua entrega através dos nanosistemas; (ii) desenvolvimento de protocolos para estudar o funcionamento em nível molecular de moléculas/fármacos com a meta da descoberta de derivativos mais efetivos, o que será realizado através do estudo por bioquímica quântica das interações das diferentes moléculas/fármacos com os sítios ativos das respectivas proteínas alvo; (iii) estudo da relação entre o pH do meio e o estado de protonação conformação estrutural de proteínas, biomoléculas e moléculas. O principal objetivo desta proposta é utilizar simulações computacionais em diversos níveis (*docking*, clássico, semiempírico, quântico), para a compreensão e o desenvolvimento de sistemas nanométricos conjugados. As principais linhas da proposta são: (1) simulações das propriedades estruturais, eletrônicas e ópticas de nanosistemas, nanopartículas e moléculas individuais utilizadas ou em desenvolvimento para o tratamento do câncer e doenças infecciosas, suas interações e a interação com as proteínas alvo; (2) simulação das propriedades estruturais, ópticas e vibracionais de biomoléculas e moléculas com a variação do pH. O plano de trabalho visa o desenvolvimento da atividade de pesquisa num contexto de integração de várias ramos científicos (física, química, bioquímica, farmácia, farmacologia, medicina) envolvendo técnicas e ferramentas no estado da arte na área de simulações computacionais, com grande potencial de inovação e formação de recursos humanos com competência multidisciplinar para aplicações nanotecnológicas na área do tratamento de diversas doenças, além de contribuir para o aperfeiçoamento e a consolidação dos grupos de pesquisa envolvidos.

1 Qualificação e Fundamentação Teórica do Principal Problema a Ser Abordado

1.1 Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos

A modelagem molecular (MM), segundo a IUPAC, é a investigação das estruturas e das propriedades moleculares pelo uso de química computacional e técnicas de visualização gráfica, visando fornece uma representação tridimensional, sob um dado conjunto de circunstâncias. Ela compreende um número de ferramentas e métodos computacionais e teóricos que tem como objetivo entender e prever o comportamento de sistemas reais, sendo usada para descrever e prever estruturas moleculares, propriedades do estado de transição e equilíbrio de reações, propriedades termodinâmicas, entre outras. Estes métodos abrangem estudos de minimização de energia de moléculas, análise conformacional, simulações de dinâmica molecular entre outros, sendo aplicáveis desde átomos isolados a biomacromoléculas (SANTOS *et al*., 2007). As técnicas de MM são utilizadas nas áreas de bioquímica computacional, biologia computacional e ciência dos materiais.

A modelagem computacional, ou experimentação *in silico*, representa um dos mais importantes avanços na pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos. Ferramenta essencial para a investigação e compreensão das propriedades de sistemas nanométricos, no refinamento e/ou construção de novas moléculas com potencial farmacológico e na compreensão das interações moleculares que ocorrem em sistemas biológicos. Possibilita a mudança da estrutura de um medicamento para melhorar as propriedades farmacológicas, bem como a identificação de novos compostos. Este último pode ser realizado a partir da identificação de compostos com elevado potencial para a atividade através dos bancos de dados disponíveis de compostos químicos ou através de um novo fármaco que tenha estrutura química semelhante, construindo ligantes totalmente inéditos para os sítios de ligação na biomolécula alvo. Além de ajudar no *design* de compostos que se ligam a moléculas específicas, a modelagem computacional oferece a possibilidade de melhorar a capacidade de otimização de medicamentos para acessar os seus sítios alvo no organismo. Permite a obtenção de informações como as propriedades específicas de um composto que podem influenciar na interação com seu receptor, como por exemplo, o mapa de potencial eletrostático, a densidade eletrônica e as energias dos orbitais de fronteira HOMO e LUMO. Sendo uma ferramenta indispensável não somente no processo de planejamento, mas também na otimização de protótipos já existentes (BARREIRO *et al*., 1997). Esses métodos vão continuar a ter um papel crescente no *design* e desenvolvimento de fármacos.

Em estudos farmacológicos, é de fundamental importância conhecer detalhadamente os princípios pelos quais os alvos moleculares reconhecem, interagem e se associam com moléculas ativadoras ou inibidoras. Em consequência, há um grande investimento em métodos e ferramentas computacionais usados para modelar os processos envolvidos nessas interações,

visando aprimorar suas características e contribuindo para uma maior relevância farmacêutica (PEROLA et al. 2004). Neste sentido, os métodos computacionais têm sido usados para prever, com a maior precisão possível nos cálculos, a afinidade da interação receptor-ligante, na medida em que novas estruturas vão sendo reveladas (SIPPL, 2002). Esses cálculos, são parte importante nos projetos de descoberta e desenvolvimento de novas drogas.

Estudos computacionais e teóricos de moléculas biológicas têm avançado significativamente nos últimos anos. Tais avanços foram parcialmente alimentados pelo número crescente de estruturas disponíveis de proteínas, ácidos nucléicos e carboidratos, mas ao mesmo tempo, pelas significativas melhorias metodológicas que têm sido feitas na área de física e são relevantes para moléculas biológicas. Exemplos incluem a melhoria dos campos de força, o tratamento das interações átomo-átomo de longo alcance, e uma variedade de avanços nos algoritmos. Esses avanços têm permitido que estudos computacionais de processos bioquímicos sejam realizados com maior precisão e em condições que permitem a comparação direta com estudos experimentais, logo, muitas das operações que antes eram de competência exclusiva do especialista de laboratório agora podem ser realizadas através de experimentos *in silico*. A combinação desses avanços com a evolução do poder computacional tanto do ponto de vista de *hardware* quanto do desenvolvimento de algoritmos, e níveis teóricos cada vez mais detalhados na estrutura eletrônica contribuem para a expansão da aplicabilidade de métodos computacionais para biomoléculas – simulação das propriedades físicas e químicas. O progresso da modelagem molecular tem levado a resultados marcantes no cálculo de propriedades estruturais, eletrônicas, ópticas e dinâmicas de sistemas biológicos complexos (MARCH; MATTHAI, 2009; SHERRILL, 2010). Além disso, com o uso de GPUs, pode-se acelerar significativamente a modelagem molecular de sistemas com milhões de átomos (ANDERSON; LORENZ; TRAVESSET, 2008; STONE et al., 2007).

Quanto ao método de cálculo a ser utilizado em uma determinada abordagem de modelagem molecular, derivam de três principais: mecânica molecular, semi-empírico e *ab initio*. As definições desses termos são úteis para a compreensão do uso de técnicas computacionais para a bioquímica computacional. A modelagem computacional aplicada à pesquisa e desenvolvimento de fármacos deve ser capaz de:

(i) Calcular as propriedades de moléculas individuais:

- Geometrias (comprimentos de ligação, ângulos de ligação, ângulos de torção);
- Energia (calor de formação, energia de ativação, etc.)
- Propriedades eletrônicas (momento de dipolo, potencial de ionização, afinidade eletrônica)
- Propriedades espectroscópicas (modos de vibração) e outras propriedades (volume, área de superfície, difusão, viscosidade etc.).

(ii) Calcular as propriedades de moléculas associadas:

- Quantificar a energia de interação entre moléculas e suas proteínas-alvo;
- Determinar as relações quantitativas entre a estrutura química e a atividade biológica;
- A proposição de sítios, orientações e conformações de interação de ligantes ainda não co-cristalizados;

- Observar o comportamento dinâmico de moléculas e complexos de interesse farmacológico são algumas das áreas nas quais a modelagem molecular vem contribuindo para a química medicinal e o planejamento de novos fármacos.

A escolha da melhor abordagem de modelagem computacional a ser aplicada leva em consideração alguns fatores como, por exemplo:

- A geometria e a quantidade de átomos;
- O tipo de átomos e tipo de ligações envolvidas;
- As propriedades que se deseja obter;
- A precisão desejada;
- A capacidade computacional disponível – o custo computacional.

Simulações mais precisas de sistemas atômicos e moleculares geralmente envolve a aplicação de Mecânica Quântica. No entanto, as técnicas de Mecânica Quântica são computacionalmente caras e geralmente são aplicadas a sistemas ou moléculas que contenham entre 10 e 200 átomos. Consequentemente, trabalhar com proteínas que possuem milhares de átomos se torna inviável com métodos quânticos. Esta introdução serve como base para a compreensão dos demais tópicos deste plano de trabalho.

2 Objetivos e Metas

O plano de trabalho Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia, propõe-se a realizar estudo *in silico* de moléculas com atividade biológica com o objetivo de:

(i) estudar a relação o pH e a conformação estrutural de moléculas, bem como os seus estados de protonação. Para isto, realizar estudo de *scan* relaxado na superfície de energia potencial (RPESS) e obter as estruturas de menor energia para cada estado de protonação;

(ii) simular a interação dos nanosistemas, $CaCO_3$ e Au, por exemplo, com as moléculas de interesse através de ferramentas computacionais, sendo estudado o quanto as propriedades eletrônicas, vibracionais e ópticas são alteradas na presença dessas moléculas, o que é útil para a caracterização do potencial dos sistemas para a produção de nanobiosensores em nanobiomedicina;

(iii) utilizar as ferramentas computacionais para estudar a interação das moléculas com suas respectivas proteínas alvo;

(iv) quando a geometria do complexo ligante@receptor não for conhecida, utilizar a técnica de *docking* molecular para obter a conformação de mais baixa energia dessa interação;

(v) calcular as propriedades eletrônicas (níveis de energia, orbitais, densidade de estados, populações de carga etc.) das moléculas de interesse, bem como fazer estudo dos conformeros e prever teoricamente os seus espectros infravermelhos (IR) e Raman para comparação com os resultados experimentais.

(vi) caracterizar a interação entre as proteínas de interesse e os respectivos ligantes e a interação proteína-proteína através do método MFCC (do inglês, *Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) com a finalidade de gerar informações com maior precisão para o desenvolvimento de fármacos mais eficientes e com menos efeitos adversos.

(vii) aperfeiçoamento de métodos computacionais na caracterização das interações entre moléculas e proteínas e proteínas-proteínas.

Espera-se que as atividades desenvolvidas durante o tempo de duração do projeto resultem em, pelo menos, 3 (três) publicações realizadas em revistas internacionais (Qualis A e B da CAPES), apresentação de trabalhos em conferências nacionais e internacionais e a Co orientação de alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Química– PPQUIM.

3 Metodologia – Simulações Computacionais de Nanosistemas, Moléculas e Sistemas Biológicos

O presente tópico tem como objetivo apresentar as metodologias para a realização de estudo *in silico* de nanosistemas, moléculas e sistemas biológicos obtendo propriedades estruturais e vibracionais (IR e Raman) que podem ser comparadas com resultados experimentais, sempre que possível. As simulações computacionais serão realizadas em três níveis: *docking*, clássico e quântico.

3.1 *Docking* Molecular

A interação do fármaco ligante com as proteínas de interesse serão estudas através de *docking* molecular sempre que os dados cristalográficos da interação não estiverem disponíveis. Serão usados neste projeto a suíte AutoDock, v.4.2, assim como a ferramenta auxiliar AutoDockTools, v.1.5.4, (Morris et al., 1998; Sanner, 1999) ambas bastante utilizadas no meio científico e com licença para fins acadêmicos.

3.2 Simulações no Nível Clássico

Os diferentes sistemas terão suas geometrias otimizadas usando campos de força clássicos de última geração (UNIVERSAL, COMPASS, CHARMM). Em seguida, serão submetidos a uma simulação de dinâmica molecular clássica a diferentes temperaturas para testar sua estabilidade.

Softwares utilizados nas simulações clássicas: *Forcite Plus* disponível na *suite Materials Studio*, além de GROMACS e NAMD, que permitem a utilização de GPUs (*Graphic Processing Units*) para acelerar os cálculos de dinâmica molecular em até 20 vezes, em comparação com uma CPU normal.

3.3 Simulações no Nível Quântico – Métodos DFT

O formalismo da teoria do funcional da densidade (DFT) será usado na descrição das propriedades estruturais e eletrônicas dos sistemas com até 400 átomos. A modelagem DFT possui um nível de acurácia maior que os métodos quânticos já mencionados para a descrição do estado fundamental de sistemas com muitos elétrons (e por isso paga-se um preço computacional bem mais elevado). Vários funcionais de troca e correlação serão usados: funcionais puros nas aproximações LDA e GGA (p. ex., PBE, BLYP) e funcionais híbridos (p. ex., B3LYP, PBE0) e, especialmente, a família do funcional híbrido M06, capazes de descrever mais acuradamente a interação de π-stacking (ZHAO; TRUHLAR, 2006a, 2006b) e funcionais com correção empírica para interações dispersivas (GRIMME, 2006; ORTMANN; BECHSTEDT; SCHMIDT, 2006). Os cálculos DFT permitirão a obtenção dos espectros de absorção no infravermelho e de espalhamento Raman, dicroísmo circular vibracional, bem como forças de oscilador para absorção óptica, úteis no processo de caracterização experimental, e estados excitados (via aplicação da teoria do funcional da densidade dependente do tempo, TDDFT (CASIDA; HUIX-ROTLLANT, 2012)) dos sistemas em estudo.

A interação dos nanosistemas com a molécula/fármaco será simulada nesse nível, sendo estudado o quanto as propriedades eletrônicas, vibracionais e ópticas são alteradas na presença dessas moléculas, o que é útil para a caracterização do potencial dos sistemas para a produção de nanobiosensores e em nanobiomedicina. Finalmente, a energia de interação da molécula/fármaco com cada resíduo de aminoácido nos sítios ativos das proteínas de interesse e as energias de interação entre os resíduos que formam os monômeros dessas proteínas serão obtidas através do método MFCC, permitindo assim uma melhor compreensão da ação desses medicamentos e abrindo a possibilidade de projetar variações na sua estrutura molecular para potencializar sua eficácia. Cálculos do tipo QM/MM (do inglês, *Quantum Mechanics*/ *Molecular Mechanics*) também deverão ser realizados para elucidar aspectos estruturais não descritos pela literatura cristalográfica.

3.4 UV-vis

Os estados excitados serão calculados utilizando o formalismo da teoria do funcional da densidade dependente do tempo (TD-DFT), que pode ser considerado como uma reformulação exata da mecânica quântica dependente do tempo em que os estados de partículas são

substituídos por estados de densidade (CASIDA; HUIX-ROTLLANT, 2012; MARQUES; GROSS, 2004). Nesta abordagem um conjunto de equações Kohn-Sham modificadas descrevem a evolução da densidade de elétrons não interagentes de forma eficaz de um funcional de troca e correlação dependente do tempo. Energias de excitação podem ser obtidas através da análise da resposta do sistema a pequenas perturbações dependentes do tempo, tais como fótons. As cinquenta mais baixas excitações eletrônicas verticais singleto-singleto serão realizadas mantendo o funcional, conjunto de base e solvatação (PCM) da etapa de otimização de geometria.

3.5 Espectros vibracionais (IR e Raman)

Os espectros vibracionais, infravermelho (IR) e Raman, serão obtidos após a otimização da geometria utilizando a mesma metodologia de cálculo. Estes resultados podem ser utilizados para comparação com resultados experimentais.

3.6 Estratégia MFCC – Interação ligante-proteína e proteína-proteína

As energias de interação entre o ligante (molécula com atividade biológica) ou proteína, e cada resíduo de aminoácidos das proteínas de interesse podem ser estimadas usando uma adaptação do método MFCC (*Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) que permite a aplicação de métodos quânticos devido a estrutura tridimensional do complexo proteína-ligante ser decomposta em fragmentos de aminoácidos que são tratados com *caps* moleculares que imitam as propriedades locais de interação.

A metodologia para achar a energia de interação consiste num caso particular da aproximação MFCC (*Molecular Fragmentation with Conjugate Caps*) (GORDON et al., 2012; HE et al., 2005; MEI et al., 2005; OGAWA et al., 2004; WU et al., 2007; ZHANG et al., 2004; ZHANG; ZHANG, 2003), onde os *caps* escolhidos são os resíduos de aminoácidos anterior $i-1$ e posterior $i+1$ da seqüência da cadeia peptídica da proteína. O esquema MFCC é uma aproximação de escala linear que se baseia nas propriedades locais de interação, considerando que a energia de interação numa região é geralmente localizada e decai rapidamente fora dela. A ideia principal do método MFCC é estimar a energia de interação proteína ligante através da quebra das ligações peptídicas dos aminoácidos colocando "tampas" (*caps*) que preservem as características das vizinhanças da ligação quebrada. As energias de interação $E(Bzn-R_i)$ entre o ligante (L) e o resíduo (R_i) de aminoácidos individuais de cada proteína serão calculadas de acordo com a expressão abaixo.

$$E(L-R_i) = \overbrace{E\left(L+R^*_{i-1}R_iR_{i+1}\right)}^{E_A} - \underbrace{E(R^*_{i-1}R_iR_{i+1})}_{E_B} - \overbrace{E\left(L+R^*_{i-1}+R_{i+1}\right)}^{E_C} + \underbrace{E(R^*_{i-1}+R_{i+1})}_{E_D} \quad (1)$$

onde o primeiro termo do lado direito na Eq. (1), E_A, é a energia do conjunto L mais resíduo de aminoácido com os *caps* apropriados em cada uma de suas terminações. O segundo termo, E_B, fornece a energia do resíduo de aminoácido com os *caps*, enquanto o terceiro termo, E_C, dá a energia do conjunto L mais *caps*. O último termo, E_D é a energia exclusivamente dos *caps*. A estratégia MFCC já é aplicada em diversos trabalhos recentemente publicados na área de

interação droga-proteína (DA COSTA et al., 2012; DA SILVA RIBEIRO et al., 2014; ZANATTA et al., 2012).

4 Aplicação

4.1 Anticâncer – estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia

O câncer é uma doença ocasionada pela proliferação descontrolada de células. Estas células adquirem uma variedade de propriedades especiais à medida que se desenvolvem, multiplicando-se e espalhando-se. Uma vez que este comportamento proliferativo de células cancerígenas é muito aberrante, pode-se imaginar que elas criam maneiras totalmente novas de programar seu crescimento e divisão – é fato que o circuito-controle nas células cancerígenas tem uma organização um tanto diferente daquele de células saudáveis normais. Tal fato exacerba consideravelmente as diferenças existentes entre células normais e neoplásicas. Na verdade, os dois tipos de células utilizam circuitos-controle quase idênticos. Porém, células cancerígenas descobrem formas de efetuar modificações relativamente minoritárias na maquinaria de controle que opera dentro das células (WEINBERG, 2008). Essas propriedades geralmente são ocasionadas por um acúmulo de mutações nos oncogenes, nos genes supressores e nos genes reparadores de DNA, o que caracteriza o câncer como doença genética (ALBERTS et al., 2009). O tratamento contra o câncer pode ocorrer de maneiras variadas, diferindo principalmente com relação ao tipo e a gravidade da doença. A quimioterapia do câncer consiste em um tratamento à base de fármacos, que interferem em diferentes processos tais como desenvolvimento, crescimento, disseminação e invasão de células cancerígenas (SOUZA et al., 2007). O tratamento do câncer pode ser feito por mono ou poliquimioterapia, este último apresentando resultados mais eficientes, com respostas mais satisfatórias, redução de riscos de resistência do paciente e atuação nas células por diferentes mecanismos de ação (CARVALHO, 2003). A quimioterapia, aliada a outras estratégias (cirurgia e radioterapia) constituem as principais modalidades medidas terapêuticas utilizadas no tratamento de pacientes com diferentes tipos de câncer (KUMMAR, 2004). Este cenário evidencia a necessidade de esforços continuados em busca do desenvolvimento de novos medicamentos ou tratamentos para o controle dessa doença.

Um dos objetivos é a preparação de uma série de protótipos nanopartícula-droga para entrega seletiva de fármacos anticâncer que agem em proteínas do citoesqueleto, especificamente o Monastrol e derivativos e a proteína quínesina, usando, simulações computacionais em diversos níveis (*docking*, clássico, semiempírico, quântico), para a compreensão e o desenvolvimento de sistemas nanométricos conjugados com as drogas anticâncer. As linhas principais da proposta são: (1) síntese e caracterização de nanopartículas e sistemas de nanopartículas contendo drogas anticâncer, com o desenvolvimento de protótipos para melhorar a eficiência do tratamento da doença usando nanotecnologia; (2) técnicas experimentais tais como espectroscopia no infravermelho, espectroscopia Raman, espectroscopia de absorção e luminescência, ressonância magnética nuclear, microscopia de

força atômica, técnicas de eletroquímica e ensaios *in vitro* deverão ser utilizadas para se compreender as propriedades físicas, químicas, a seletividade e a potência das nanopartículas com as drogas; (2) simulações das propriedades estruturais, eletrônicas e ópticas de nanopartículas e dos fármacos utilizados ou em desenvolvimento, suas interações e a interação dos fármacos com as proteínas alvo. Além de estudo da interação dos ligantes com a proteína alvo para quantificar os principais aminoácidos responsáveis pela interação e, diante destas informações, poder sugerir modificações estruturais na tentativa de melhorar a atividade do ligante.

5 Resultados Esperados

Em termos de expectativa programada, estes são os resultados técnicos esperados deste plano de trabalho: as simulações computacionais realizadas nos níveis de *docking*, dinâmica molecular clássica e mecânica quântica (método semiempírico, DFTB, DFT, TD-DFT) possibilitarão a interpretação dos resultados experimentais de caracterização das moléculas/ligantes/fármacos, das nanopartículas e dos sistemas molécula@nanopartícula, incluindo os espectros infravermelho, Raman, NMR, absorção óptica e luminescência. No que diz respeito à interação das moléculas/ligantes/fármacos com as nanopartículas, espera-se a obtenção de estimativas para as energias de interação em função do posicionamento da molécula/ligante/fármaco relativa à nanopartícula, identificando geometrias preferenciais de adsorção e inferindo, através de dinâmica molecular em uma solução aquosa salina, a estabilidade dos sistemas molécula@nanopartícula em condições fisiológicas e o modo como a molécula/ligante/fármaco se dispersa através da superfície e do interior das nanopartículas elucidando, portanto, seu mecanismo de incorporação e difusão.

Os cálculos de interação entre a molécula/ligante/fármaco e os sítios ativos das enzimas em que atuam permitirão investigar a existência de correlações entre a efetividade de cada molécula/ligante/fármaco (sua potência) e a intensidade da ligação ao sítio. Modificações estruturais nas moléculas/ligantes/fármacos serão simuladas, buscando aumentar mais ainda a intensidade da interação, abrindo caminho para a proposição de novos fármacos mais eficazes. Finalmente, no plano de trabalho **Anticâncer - estruturas moleculares, bioquímica quântica e nanotecnologia** pretendem-se:

(1) gerar patente de protótipos de sistemas para entrega de fármacos e/ou uma patente de derivativo do fármaco;

(2) produzir cerca de 03 (três) trabalhos em revistas internacionais, Qualis A da CAPES;

(3) no mínimo 5 trabalhos apresentados em congressos internacionais e nacionais.

(4) formação de recursos humanos com a orientação e/ou co-orientação de alunos de pós-graduação bem como a colaboração nos trabalhos de pesquisa em desenvolvimento.

Devemos também considerar, como resultados relevantes, o enriquecimento dos grupos de pesquisa envolvidos com o trabalho de forma integrada, os ganhos com a formação técnico-científica destes grupos, os subsídios para novos projetos, além da possibilidade da proposta originar artigos científicos de nível elevado, passíveis de publicação em periódicos com alto impacto.

6 Cronograma e colaboradores

6.1 Cronograma de Atividades

O cronograma está divido de acordo com os objetivos propostos. Este plano de trabalho deverá ser desenvolvido em um período de 12 meses.

Cronograma												
Atividades	**Mês**											
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Montagem de inputs para simulações computacionais em nível clássico e *docking*	X	X			X	X						
Cálculo de otimização de geometria das moléculas e nanopartículas em nível clássico.			X	X			X	X				
Obtenção dos potenciais de interação molécula-nanopartícula no nível clássico					X	X			X	X		
Cálculos semi-empíricos, DFTB e DFT das propriedades estruturais, eletrônicas, ópticas e vibracionais de moléculas, nanopartículas e conjugados molécula-nanopartícula		X	X			X	X					
Cálculos MFCC para obtenção do perfil de interação molécula-proteína e proteína-proteína			X	X	X	X						
Uso combinado de técnicas de *docking*, QM/MM, DFTB e cálculos DFT para determinação da geometria da molécula ligada a um sítio sem dados experimentais de cristalografia							X	X				
Uso combinado de técnicas de *docking*, QM/MM, DFTB e cálculos DFT para sugerir modificações que possam aumentar a potência das moléculas de interesse								X	X			
Análise de dados, redação de artigos, publicações e participações em conferências				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Submissão de artigo em periódico internacional	X	X		X	X		X	X		X	X	X
Elaboração de relatórios						X						X

6.2 Colaboradores

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA

Prof. Dr. JOSÉ JÚNIOR ALVES DA SILVA. CPF [redacted] E-mail: [redacted]

Profa. Dra. EVELINE MATIAS BEZERRA. CPF 628.848.243-91. E-mail: [redacted]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE

Prof. RAFAEL LEANDRO FERNANDES MELO. CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

Prof. Dr. EUDENILSON LINS DE ALBUQUERQUE. BPQ CNPq Nivel 1A.CPF: [redacted]. E-mail: [redacted]

Prof. Dr. UMBERTO LAINO FULCO. BPQ CNPq Nivel 2.
CPF: [redacted]. E-mail: [redacted]

Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ
Prof. Dra. ÉRIKA LORENA FONSECA COSTA DE ALVARENGA.
CPF [redacted]. E-mail: [redacted]

Bibliográfia

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Celular**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANDERSON, J. A.; LORENZ, C. D.; TRAVESSET, A. General purpose molecular dynamics simulations fully implemented on graphics processing units. **Journal of Computational Physics**, v. 227, n. 10, p. 5342–5359, maio 2008.

CASIDA, M. E.; HUIX-ROTLLANT, M. Progress in time-dependent density-functional theory. **Annual review of physical chemistry**, v. 63, p. 287–323, jan. 2012.

DA COSTA, R. F. R. F. et al. Explaining statin inhibition effectiveness of HMG-CoA reductase by quantum biochemistry computations. **Physical chemistry chemical physics : PCCP**, v. 14, n. 4, p. 1389–98, 28 jan. 2012.

DA SILVA RIBEIRO, T. C. T. C. et al. The quantum biophysics of the isoniazid adduct NADH binding to its InhA reductase target. **New Journal of Chemistry**, v. 38, n. 7, p. 1–13, 2014.

FORESMAN, J. B.; FISCH, AE. **Exploring Chemistry With Electronic Structure Methods: A Guide to Using Gaussian**. [s.l.] Gaussian Inc, 1996.

GORDON, M. S. et al. Fragmentation methods: a route to accurate calculations on large systems. **Chemical Reviews**, v. 112, n. 1, p. 632–72, 11 jan. 2012.

GRIMME, S. Semiempirical GGA-type density functional constructed with a long-range dispersion correction. **Journal of computational chemistry**, v. 27, n. 15, p. 1787–99, 30 nov. 2006.

HE, X. et al. Quantum computational analysis for drug resistance of HIV-1 reverse transcriptase to nevirapine through point mutations. **Proteins**, v. 61, n. 2, p. 423–32, 1 nov. 2005.

MARCH, N. H.; MATTHAI, C. C. The application of quantum chemistry and condensed matter theory in studying amino acids, protein folding, and anticancer drug technology. **Theoretical Chemistry Accounts**, v. 125, n. 3–6, p. 193–201, 31 mar. 2009.

MARQUES, M. A. L.; GROSS, E. K. U. Time-dependent density functional theory. **Annual review of physical chemistry**, v. 55, p. 427–55, jan. 2004.

MEI, Y. et al. Quantum study of mutational effect in the binding of efavirenz to HIV-1 RT. **Proteins**, v. 59, n. 3, p. 489–95, 15 maio 2005.

OGAWA, T. et al. Consistent charge equilibration (CQEq) method: application to amino acids and crambin protein. **Chemical Physics Letters**, v. 397, n. 4–6, p. 382–387, out. 2004.

ORTMANN, F.; BECHSTEDT, F.; SCHMIDT, W. Semiempirical van der Waals correction to the density functional description of solids and molecular structures. **Physical Review B**, v. 73, n. 20, p. 205101, maio 2006.

SHERRILL, C. D. Frontiers in electronic structure theory. **The Journal of chemical physics**, v. 132, n. 11, p. 110902, 21 mar. 2010.

SIPPL, W. Development of biologically active compounds by combining 3D QSAR and structure-based design methods. **Journal of computer-aided molecular design**, v. 16, n. 11, p. 825–30, nov. 2002.

STONE, J. E. et al. Accelerating molecular modeling applications with graphics processors. **Journal of computational chemistry**, v. 28, n. 16, p. 2618–40, dez. 2007.

WEINBERG, R. A. **A Biologia do Câncer**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WU, E. L. et al. Quantum and molecular dynamics study for binding of macrocyclic inhibitors to human alpha-thrombin. **Biophysical journal**, v. 92, n. 12, p. 4244–53, 15 jun. 2007.

ZANATTA, G. et al. Quantum Biochemistry Description of the Human Dopamine D3 Receptor in Complex with the Selective Antagonist Eticlopride. **Journal of Proteomics & Bioinformatics**, v. 05, n. 07, p. 155–162, 2012.

ZHANG, D. W. et al. Quantum mechanical map for protein-ligand binding with application to beta-trypsin/benzamidine complex. **The Journal of chemical physics**, v. 120, n. 3, p. 1145–8, 15 jan. 2004.

ZHANG, D. W.; ZHANG, J. Z. H. Molecular fractionation with conjugate caps for full quantum mechanical calculation of protein–molecule interaction energy. **The Journal of Chemical Physics**, v. 119, n. 7, p. 3599, 2003.

ZHAO, Y.; TRUHLAR, D. G. Assessment of density functionals for pi systems: Energy differences between cumulenes and polylines; proton affinities, bond length alternation, and torsional potentials of conjugated polyenes; and proton affinities of conjugated Shiff bases. **The journal of physical chemistry. A**, v. 110, n. 35, p. 10478–86, 7 set. 2006a.

ZHAO, Y.; TRUHLAR, D. G. A density functional that accounts for medium-range correlation energies in organic chemistry. **Organic letters**, v. 8, n. 25, p. 5753–5, 7 dez. 2006b.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo IV)

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

CARTA DE ANUÊNCIA

Por meio da presente, eu, Professora Dra. **CLÁUDIA DO Ò PESSOA**, professora do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (RENORBIO-UFC) e coordenadora do Laboratório de Oncologia Experimental (LOE-UFC), aceito o compromisso de supervisionar e acompanhar o Professor Dr. **RONER FERREIRA DA COSTA** em seu estágio pós-doutoral. O referido pesquisador desenvolverá o projeto de pesquisa intitulado ***ANTICÂNCER — ESTRUTURAS MOLECULARES, BIOQUÍMICA QUÂNTICA E NANOTECNOLOGIA*** no período de 12 (doze) meses a partir de 15 de maio de 2023.

Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
CLAUDIA DO O PESSOA
Data: 27/01/2023 19:19:22-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Profa. Dra. Cláudia do Ò Pessoa
Universidade Federal do Ceará, UFC

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo V)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

RESULTADO FINAL
Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD 2023)

A Comissão instituída pela PORTARIA UFERSA/CCEN Nº 10, de 19 de Setembro de 2022, tomando como referência o Edital PROPPG N º 39/2022, a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018 DE 25 DE Junho de 2018 e as planilhas dos professores inscritos (junto com comprovantes solicitados), encaminhadas pela secretaria do CCEN a esta comissão, torna público o resultado final do Plano Anual de Qualificação e Formação Docente – PQD 2023.

A classificação obedeceu à ordem decrescente da pontuação final obtida pela soma dos valores das dimensões constantes no Anexo da Resolução supracitada.

Quadro 1: Classificação e Pontuação dos candidatos para afastamento para Estágio Pós-Doutoral.

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação
1º	Matheus da Silva Menezes	104.8
2º	Paulo Gabriel Gadelha Queiroz	104.7
3º	Luiza Helena Félix de Andrade	104.5
4º	Ivan Mezzomo	100.8
5º	Roner Ferreira da Costa	67.2
6º	Odacir Almeida Neves	52.1

Mossoró, 14 de Outubro de 2022

_____
Suene Campos Duarte
(Presidente da comissão PQD 2023)

_____
Danniel Cavalcante Lopes
(Membro da comissão PQD 2023)

_____
Rosilda Sousa Santos
(Membro da comissão PQD 2023)

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, **RONER FERREIRA DA COSTA**, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o estágio pós-doutoral na **Universidade Federal do Ceará (Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia – RENORBIO)**, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido estágio, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do estágio pós-doutoral em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do estágio.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 01 de fevereiro de 2023.

[redacted]
Assinatura

[redacted]
Valder Nogueira Freire
CPF: 121.054.733-34

[redacted]
Eveline Matias Bezerra
CPF: 628.848.243-91

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

(Anexo VII)

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **RONER FERREIRA DA COSTA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 10:17:49 do dia 10/01/2023 , com validade até o dia 09/02/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: GMIofghb2YKEX5nib2N3

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XI)

PROPPG

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **RONER FERREIRA DA COSTA**, matrícula Siape nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, de ter respondido ou estar respondendo à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 10/01/2023

Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão
Pró-Reitora

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XII)

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Roner Ferreira da Costa**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício nesta Universidade em 29 de janeiro de 2013, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*13/06/2018 a 02/07/2018*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de janeiro de 2023.

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XIII)

PROPPG

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

UFERSA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PDP

2023

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Reitora
Profª. Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

Vice-Reitor
Prof. Roberto Vieira Pordeus

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão

Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal
Luiz Francisco da Silva Souza Filho

Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento - SCA
Camila de Souza Filgueira Dantas
Geisa Maria Rodrigues de Vasconcelos
Kézia Viana Gonçalves
Rannah Munay Dantas da Silveira

Estagiária
Isabella de Freitas Teixeira

MOSSORÓ
2023

SUMÁRIO

UFERSA | Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2023

03. Apresentação

05. A UFERSA

06. Fundamentos legais

07. Objetivos do PDP

08. Conceitos

10. Execução do PDP

12. Metodologia

16. Necessidades de Desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2023

24. Ações de Desenvolvimento previstas

37. Procedimentos a serem adotados pelos servidores e pelas chefias

38. Custeio de participação em Ações de Desenvolvimento externas

39. Planejamentos orçamentário e disposições finais

APRESENTAÇÃO

A nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) disposta no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto 2019, tem como objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Os instrumentos que nortearão a PNDP, conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC são:

- Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP;
- Relatório Anual de Execução do PDP;
- Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;
- Relatório consolidado de execução do PDP;
- Os modelos, as metodologias, as ferramentas informatizadas e as trilhas de desenvolvimento.

Com isso, a partir de 2019, as instituições federais necessitaram alinhar seu Plano de Capacitação à nova PNDP, de modo a ofertar aos servidores ações de desenvolvimento atreladas às competências necessárias à execução dos serviços públicos em consonância com os objetivos institucionais, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

O PDP será construído e publicado anualmente, buscando atender as necessidades de capacitação da Universidade. Este será fundamentado nos diagnósticos anuais a serem elaborados pelo Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento (SCA) da UFERSA, com o objetivo de oportunizar a manifestação de todos os servidores quanto às suas demandas por capacitação, permitindo assim uma construção coletiva e democrática do PDP.

Esse é o quarto ano de adoção do PDP no âmbito da UFERSA, e tanto o documento como o diagnóstico têm apresentado melhorias contínuas na busca por um planejamento preciso e acurado das necessidades de competências e de capacitação e desenvolvimento dos servidores da instituição.

Este ano, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas evoluiu no sentido de estimular a construção coletiva e participação dos servidores na indicação direta das necessidades de competências que vislumbram como as ideais para o aperfeiçoamento do seu desempenho, das suas atividades e resultados.

Com a criação de novos atores do processo, as equipes e chefias se tornaram parte mais relevante procedimento de coleta e identificação das necessidades pertinentes e ideais, e imputaram às unidades um maior nível de responsabilidade na definição das ações de desenvolvimento para o exercício em questão.

A UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Instituição Federal de Ensino Superior com sede e foro na cidade de Mossoró/RN, criada pela Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, criada em 18 de abril de 1967, através do Decreto nº 03/1967, incorporada à rede federal de ensino superior pelo Decreto nº 1.036, de 21 de outubro de 1969, tem como missão



> *Produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região Semiárida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.*

baseada nos princípios da ética, gestão democrática, transparência, participação, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e sustentabilidade.

SÃO OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DA UFERSA:

I - Ministrar ensino superior visando ao desenvolvimento político, científico, social, ambiental e econômico do indivíduo e da sociedade;

II - Promover a pesquisa e a investigação científica, com vistas à produção e difusão do conhecimento;

III - Estabelecer diálogo permanente com a sociedade de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase à região Semiárida brasileira.

É importante ressaltar, que o PDP está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), que estabelece os objetivos e metas institucionais para um universo temporal de cinco anos, e direciona ações e as estratégias a serem tomadas pela Universidade e seus membros para esse período. Estritamente, o planejamento das ações de capacitação relaciona-se ao Objetivo Estratégico 18 - Desenvolver competências com foco no desempenho institucional, detalhado nas metas de 18.1 a 18.9 (p. 202) do Plano institucional citado, disponível para acesso em https://documentos.ufersa.edu.br/planejamentos/pdi/.

Nesse arranjo, o PDP é o instrumento que permite a concretização dos objetivos institucionais em consonância com as diretrizes traçadas pelo Governo Federal no âmbito da Política de Desenvolvimento de Pessoas.

FUNDAMENTOS LEGAIS

O PDP 2023 BUSCA ATENDER OS DISPOSTOS NOS INSTRUMENTOS LEGAIS ELENCADOS ABAIXO:

- Lei n.° 8.112, de 11/12/1990;
- Lei n.° 11.091, de 12/01/2005;
- Decreto n.° 5.824/2006;
- Decreto n.° 5.825/2006;
- Lei n.° 11.784/ 2008;
- Lei n.° 12.772/2012;
- Decreto 9.991/2019;
- Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME n° 21, de 1° de fevereiro de 2021;
- Nota Técnica SEI N° 7058/2019/ME;
- Nota Técnica SEI N° 8943/2021/ME;
- Guia para Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

OBJETIVOS DO PDP

O PDP 2023 TEM COMO OBJETIVOS PRINCIPAIS:

- Alinhar as ações de desenvolvimento e a estratégia do órgão ou da entidade;
- Estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;
- Atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;
- Nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;
- Preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao órgão ou à entidade;
- Preparar os servidores para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;
- Ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores;
- Acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;
- Gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;
- Monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e
- Analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

CONCEITOS

CONCEITOS QUE NORTEARÃO O PDP 2023

Para melhor compreender os objetivos da PNDP e do PDP, faz-se necessário conhecer alguns dos seus conceitos norteadores.

Os conceitos descritos estão em consonância com o Decreto nº 9991/2019 e a Instrução Normativa no 21/2021.

01 **Ação de desenvolvimento, capacitação ou treinamento regularmente instituído:** atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências;

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO		
CURTA DURAÇÃO	**MÉDIA DURAÇÃO**	**LONGA DURAÇÃO**
AQUELAS COM CARGA HORÁRIA **INFERIOR A 100 (CEM) HORAS**	AQUELAS COM CARGA HORÁRIA **IGUAL OU SUPERIOR A 100** (CEM) E **INFERIOR A 360** (TREZENTAS E SESSENTA) HORAS	AQUELAS COM CARGA HORÁRIA **IGUAL OU SUPERIOR A 360** (TREZENTOS E SESSENTA) HORAS.

02 **Aperfeiçoamento:** processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas;

03 **Competências Transversais:** conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos processos de trabalho em diferentes contextos organizacionais;

04 **Competência Associada:** a natureza e o foco da competência a ser desenvolvida em cada ação de desenvolvimento;

05 **Desempenho:** execução de atividades e cumprimento de metas previamente pactuadas entre o ocupante da carreira e a IFE, com vistas ao alcance de objetivos institucionais;

06 **Educação Formal:** educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior;

07 **Enfoque do Desenvolvimento:** o enfoque relacionado a ação de desenvolvimento, tais como: educação formal; aprimoramento técnico; comportamental, gerencial ou liderança; ingresso no serviço público federal; preparação para aposentadoria; atividade de extensão.;

08 **Necessidade de Desenvolvimento:** lacuna identificada entre o desempenho esperado e o desempenho atual, derivada da diferença entre o que o servidor deveria saber fazer/ser e o que ele sabe fazer/ser, com efeito sobre os resultados organizacionais;

09 **Qualificação:** processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira;

10 **Tipo de Aprendizagem:**

- Aprendizagem prática: aprendizagem em serviço, estágio, intercâmbio e estudo em grupo;
- Evento de capacitação: curso, oficina, palestra, seminário, fórum, congresso, conferência, seminário, workshop, simpósio, semana, jornada, convenção, colóquio e outras modalidades similares de eventos; e,
- Educação formal: Ensino fundamental, Ensino médio, Ensino profissionalizante, Ensino superior, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

EXECUÇÃO DO PDP 2022

Com o retorno integral às atividades profissionais presenciais, com boa parte da população vacinada com duas doses da vacina contra a COVID-19 e os reforços ao longo do ano, voltou a ser possível a interação e aproximação social e, consequentemente, a realização de eventos que até então comprometiam a proteção física e sanitária dos indivíduos.

Esse novo cenário impactou diretamente nas ações de capacitação que puderam acontecer em arranjos convencionais, uma vez que tanto no âmbito da instituição como das empresas externas as ações presenciais vinham sendo mitigadas e evitadas.

Promovendo cursos de carga-horárias variadas, de 4 a 20 horas/aulas, passando ainda por palestras e workshops, além de eventos maiores como Seminário de Integração de novos servidores, o SCA conseguiu internamente atender a uma parte das metas traçadas e capacitar seus servidores em temáticas relevantes para o cotidiano operacional como Mapeamento de Processos, Excel Básico, Formação de Gestores, para um melhor preparo dos ocupantes atuais de cargos estratégicos e táticos, como para preparar a sucessão dessas e outras posições institucionais.

Foi ainda possibilitada a capacitação em conteúdos e temáticas específicas como Qualidade de Vida, Lei Geral de Proteção de Dados, Comunicação institucional, dentre outros.

Diante do sucesso de público e de procura, além da grande adesão, foi mantida parceria com o Centro de Ensino de Línguas do Semiárido (CELIS) na promoção de cursos de idiomas. Foram investidos R$ 6.000,00 (seis mil reais) e ampliadas as possibilidades para a participação dos servidores da Universidade.

No escopo de eventos externos à Ufersa, destaca-se também o lançamento do EDITAL N° 01/2022, para Eventos Externos 2022, que oportunizou que até 15 (quinze) servidores pudessem realizar ações de capacitação de seu interesse com inscrição no valor de até R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais). Diferente dos anos anteriores, este ano a adesão alcançou os números de anos pré pandemia e vários técnicos administrativos se inscreveram para ter suas capacitações financiadas. Todos os 15 (quinze) cursos e viagens foram realizados a contento, representando ganhos institucionais e pessoais aos profissionais contemplados.

No que tange a qualificação, o SCA possibilitou a análise de processos e viabilidade, o afastamento parcial e total dos servidores ingressantes e com ações de qualificação em curso de pós-graduação. Neste cenário, TAE's e docentes puderam participar de mestrados e doutorados nas mais diversas áreas, sendo a maior incidência em programas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, e nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas.

Seguem expostos alguns números de capacitação e qualificação que revelam a execução do PDP 2022:



De uma maneira geral, a execução do PDP 2022 ficou a contento e dentro das expectativas considerando o contexto já descrito.

Foram pensadas ações em programações síncronas e assíncronas, foram reforçados os valores para a participação dos servidores em eventos externos, foi elaborada de maneira urgente e organizada uma nova metodologia interna de levantamento das necessidades de competência e orientação dos atores envolvidos, e realizada sua operacionalização e execução precisas e bem sucedidas apesar da reduzida equipe do setor.

Para 2023, almeja-se a possibilidade de eventos em formato híbrido, uma maior contratação de eventos e cursos externos em cursos para turmas in company.

METODOLOGIA

Como já antecipado, todo o procedimento de construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas foi alterado e trouxe modificações na atuação da unidade de gestão de pessoas, bem como aumentou e aperfeiçoou a participação das unidades operacionais e das chefias em todo o escopo do levantamento das necessidades.

Essas mudanças consequentemente ensejaram modificações no Portal Sipec, que agora conta com três perfis envolvidos nesse processo em específico, e que passou a ter por objetivo:

- Disponibilização de um sistema que possibilite a elaboração de PDPs mais assertivos;
- Inclusão das equipes (servidores) e chefias no processo de identificação e priorização das necessidades de desenvolvimento;
- Simplificação do processo de levantamento de necessidades;
- Aderência das devolutivas referentes às sugestões de ações de desenvolvimento do Órgão Central do SIPEC e Enap para os demais órgãos e entidades setoriais;
- Início da transformação do Portal SIPEC em uma ferramenta de gerenciamento de necessidades de desenvolvimento, não somente de registro.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFERSA 2023 foi elaborado a partir de metodologia para Levantamento das Necessidades de Desenvolvimento, aplicado entre os meses de agosto e setembro de 2022, seguindo as novas recomendações e diretrizes da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, e do Guia para Orientação para Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

A equipe do Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento se capacitou e instruiu-se dos novos procedimentos e conceitos idealizados através da leitura do Guia e da participação nas lives realizadas no Youtube pelo Ministério da Economia - ME e pela Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP.

Alinhado a essa novas recomendações, continuou-se a obedecer ao preconizado pelo Decreto no 9.991/2019, de 28 de agosto de 2019 e a Instrução Normativa no 21/202, de 01 de fevereiro de 2021 e ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, que descrevem os objetivos estratégicos até o ano de 2025.

Materialmente, os atores envolvidos no processo, a saber Unidade de Gestão de Pessoas, Usuário PDP e Chefia Imediata, executaram as atividades conforme distribuição descrita no fluxo abaixo:

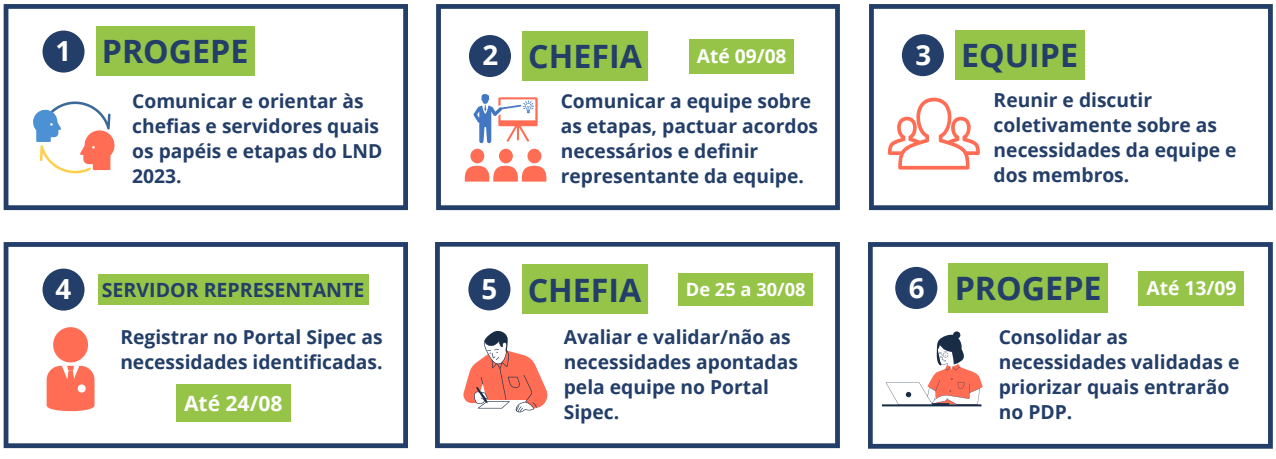


Ciente do cenário embrionário dessa nova metodologia, a unidade de gestão de pessoas realizou duas ações de capacitação aos novos participantes diretos.

A primeira para apresentação das novas demandas para chefias, bem como para conscientização da pertinência do seu papel na sensibilização e participação das equipes. Foi ainda reforçada a importância na escolha do Usuário PDP, uma vez que essa figura passou a ser central e fundamental para a coleta, sistematização e lançamento dos dados no Portal Sipec.

Numa primeira reunião, foram demonstradas as principais alterações e normativos, apresentado o novo fluxo operacional para levantamento das necessidades de competências, os atores envolvidos e suas respectivas atribuições, a proposta de cronograma para que todas as atividades fossem executadas de forma criteriosa e em tempo hábil para a consecução do objetivo final do lançamento necessidades e seus desdobramentos no Portal Sipec.

No segundo momento, foram especialmente capacitados os servidores que receberam a atribuição de Usuário PDP e com ela, a responsabilidade de mobilizar a equipe da unidade e reunir suas demandas de capacitação e qualificação, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades cotidianas e da expertise individual e coletiva dos membros do setor. Foram detalhadamente reveladas as atividades que os mesmos deveriam executar, sua interação com o sistema, e ainda feitas recomendações e sugestões de técnicas de coleta de informações em grupo, como brainstorming, grupos focais, questionários abertos e fechados. Ressaltou-se nesse momento, a importância da parceria entre Usuário e Chefia Imediata na busca pela segurança, cuidado e precisão nas ações realizadas, conforme cronograma disposto abaixo:



O SCA, finalizando o trabalho, compilou e sistematizou todas as necessidades de desenvolvimento informadas gerando o PDP 2023 e o encaminhou para aprovação das instâncias competentes na UFERSA, e logo após, enviou ao Órgão Central do SIPEC, tendo recebido a devida autorização para sua execução.

Com a utilização da nova metodologia, identificaram-se algumas dificuldades de operacionalização, mas que não geraram grandes gargalos no procedimento, a saber:

1. Problemas no cadastro do SIPEC de Chefias e Usuários PDP;
2. Hesitação dos usuários pela não familiaridade com as tarefas, termos e nível de responsabilidade;
3. Prazos curtos.

NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2023

É sempre relevante pontuar que em atendimento ao que estabelece o Decreto n° 9.991/2019, toda e qualquer ação de desenvolvimento a ser custeada, desenvolvida e/ou apoiada, financeiramente ou não, pela Universidade atenda a pelo menos uma das necessidades de desenvolvimento aprovadas pelo Órgão Central SIPEC.

Assim, seguem as **103 (cento e três)** necessidades de desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2023:

NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO	
01	Ampliar conhecimentos na área de ciências humanas para uma melhor qualificação dos servidores da instituição;
02	Aprimorar conhecimento nas pesquisas em ciências agrárias;
03	Ampliar conhecimentos na área de ciências sociais aplicadas para uma melhor qualificação dos servidores da instituição;
04	Ampliar conhecimentos na área de ciências da saúde para uma melhor qualificação dos servidores da instituição;
05	Qualificar-se melhor na área de ciências exatas e da terra;
06	Atualizar-se em novas possibilidades e campos de pesquisa multidisciplinares e de ciências exatas e naturais;
07	Ampliar conhecimentos na área de engenharias para uma melhor qualificação dos servidores da instituição;
08	Ampliar conhecimentos na área multidisciplinar para uma melhor qualificação dos servidores da instituição;

09	Aprimorar conhecimentos sobre as novas metodologias de ensino, técnicas de motivação e inovação;
10	Utilização das ferramentas do SIGAA;
11	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas da universidade como SIPAC, SAPIENS, SIGRH e SIGAdmin, para maior eficiência nas atividades;
12	Aprimorar os conhecimentos sobre o uso dos sistemas do governo federal: SIGEPE;
13	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas do Governo Federal como SEI e SCDP, para assim conhecer e/ou potencializar o uso dessas ferramentas;
14	Atendimento e gestão de conflitos;
15	Comunicação não violenta;
16	Aperfeiçoar a condução e gerenciamento de equipes para a construção de times de alta performance;
17	Gestão de processos;
18	Redação oficial para os documentos institucionais;
19	Aprimorar os conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD para uma melhor proteção e uso de dados da instituição;
20	Dominar a utilização de planilhas eletrônicas e tabelas dinâmicas, com o uso de ferramentas como Excel (avançado) e Power BI para aperfeiçoamento;
21	Tratamento e manuseio de dados;
22	Gerir, de forma adequada, ante as mudanças normativas, as aquisições e contratações necessárias ao funcionamento e desenvolvimento institucional;

23	Aprimorar conhecimentos para atuar na contratação e fiscalização de obras e serviços de engenharia voltados para infraestrutura;
24	Maior conhecimento das normas relativas a laboratórios;
25	Desenvolver o gerenciamento de tempo e retenção de foco na elaboração e realização de projetos;
26	Aprimorar conhecimentos na área de línguas estrangeiras;
27	Gestão de recursos orçamentários e prestação de contas;
28	Conhecer os princípios da integridade pública para debater sobre: ética, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual e responsabilização;
29	Aprimorar os conhecimentos na área de governança, compliance e gestão de riscos para analisar e minimizar os riscos institucionais;
30	Aprimorar conhecimentos em atividades de gestão, planejamento, orçamentação, contratação e execução de serviços de manutenção predial;
31	Aperfeiçoar conhecimentos na área de gestão pública;
32	Mapeamento de Processos;
33	Desenvolver competências específicas no trabalho em assistência estudantil e ensino superior;
34	Realizar pesquisas para melhor compreender a saúde mental do trabalhador e desenvolver ações que contribuam com a saúde mental desses;
35	Aprimorar os conhecimentos sobre as normas que regem a gestão de pessoas no âmbito do poder público federal;

36	Ampliar aspectos legais relacionados à movimentação e provimento de servidores efetivos, professores substitutos e estagiários no âmbito da IES;
37	Restauração de material bibliográfico;
38	Aprimorar o trabalho em edição de vídeo;
39	Atualização na área de softwares aplicados a engenharia;
40	Capacitação direcionada para a criação de capas conforme publicação científica exige;
41	Acompanhar atualizações e desenvolver novas competências profissionais na área de psicologia, saúde pública e coletiva, saúde mental e educação;
42	Aprimorar conhecimentos na área de biblioteconomia;
43	Reconhecer novas metodologias e aprimorar conhecimentos na área de segurança do trabalho;
44	Direitos e deveres das empresas e dos servidores terceirizados;
45	Gerenciar com mais eficiência os perfis de redes sociais (LinkedIn, Twitter, Instagram, Facebook e Flickr) da UFERSA;
46	Aprimorar a capacidade de registro fotográfico do setor de comunicação da UFERSA;
47	Aprimorar desempenho dos servidores jornalistas na área de comunicação;
48	Processos de sanções mais ágeis;
49	Formação e análise de planilha de custo;

50	Atendimento ao público;
51	Acessibilidade em bibliotecas;
52	Comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras;
53	Elaborar e acompanhar o planejamento estratégico e operacional do centro;
54	Aprimorar conhecimentos sobre as ciências biológicas;
55	Aprimorar conhecimentos sobre normas e legislações que regem a carreira do servidor público;
56	Qualificação stricto sensu em ciências biológicas;
57	Gerenciamento dos resíduos de serviços da saúde da instituição;
58	Promover a ampliação e consolidação dos conhecimentos em gestão acadêmica e participativa;
59	Operacionalização de equipamentos eletrônicos de medidas com interface de dados para computadores, como os osciloscópios eletrônicos;
60	Operar o portal GLPI;
61	Conhecimento amplo acerca das normas e procedimentos institucionais (compliance);
62	Adquirir conhecimento de técnicas e sistemas de informações geográficas com modelagem em redes neurais artificiais;
63	Aprender noções básicas de primeiros socorros;
64	Desenvolver e aprimorar habilidades relacionadas aos ritos e protocolos de solenidades universitárias;

65	Atualizar-se e desenvolver novas competências profissionais na área de nutrição em alimentação coletiva, nutrição clínica e nutrição e saúde coletiva;
66	Atualizar-se e desenvolver novas competências profissionais na área de serviço social, direitos humanos, políticas sociais e legislação social;
67	Acompanhar atualizações e desenvolver novas competências profissionais na área de lazer, esporte, saúde e qualidade de vida;
68	Comunicar-se, em âmbito interno/institucional, de forma eficaz e efetiva, de modo a estabelecer uma cultura organizacional de cooperação e engajamento;
69	Reconhecer novas ferramentas e aprimorar conhecimentos em tecnologia da informação, aplicáveis ao desenvolvimento das atividades;
70	Legislação educacional;
71	Prática em gestão de restauração do patrimônio cultural;
72	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
73	Modelar a informação na construção utilizando um programa que com a metodologia BIM;
74	Aperfeiçoar os conhecimentos acerca dos softwares direcionados a gestão de pessoas e sistemas informatizados do Serviço Público Federal;
75	Aprimorar conhecimentos em aposentadoria e previdência para melhorar o desempenho nas atividades;
76	Formas de comunicação, processos digitais e arquivos digitais;
77	Ergonomia do trabalho aplicada a QVT;

78	Mapeamento de competências por cargos, setores e processos;
79	Implementação de políticas e ações de acompanhamento de avaliação e desempenho dos servidores;
80	Apropriar-se de diferentes metodologias que colaborarem com as ações de dimensionamentos de força de trabalho;
81	Inovação de processos decisórios na administração pública;
82	Aprimorar conhecimentos em técnicas de elaboração e acompanhamento de indicadores;
83	Aprimorar conhecimentos acerca da Plataforma + Brasil e identificar o melhor instrumento para firmar parcerias;
84	Executar trabalhos administrativos com auxílio do Google Workspace;
85	Adquirir capacitação de propriedade intelectual no setor;
86	Adquirir plano de comunicação direcionado para o público-alvo do setor;
87	Melhorar conhecimentos na utilização de editores de texto;
88	Planejamento da aquisição de materiais e serviços;
89	Aperfeiçoar conhecimento nas áreas de acúmulo de cargos, empregos e funções públicas;
90	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de secretariado executivo;
91	Aprimorar conhecimento sobre a gestão do tempo;
92	Adquirir conhecimentos sobre gestão por resultados para melhorar a eficiência da instituição;

93	Aprender a manusear e alimentar corretamente o website da instituição;
94	Atualização de conhecimentos em organização de arquivos;
95	Elaboração da EFD-Reinf e DCTF web;
96	Aprimorar gestão do patrimônio móvel e imóvel da instituição, agilidade no desfazimento de bens e execução de inventários;
97	Aprimoramento de conhecimentos na área de E-books;
98	Desenvolvimento de soft skills, clima organizacional, marketing pessoal e trabalho em equipe;
99	Marketing digital e design gráfico;
100	Aprimorar conhecimentos na elaboração do estudo técnico preliminar que atenda necessidades de contratações em infraestrutura;
101	Aprimorar conhecimentos para melhor atuação em áreas técnicas voltadas para infraestrutura e meio ambiente;
102	Lei de acesso à informação para proteger as informações de acesso restrito e manter confidencialidade dos documentos;
103	Aprimorar conhecimentos sobre custo operacional na logística de transporte, manutenção da frota e máquinas agrícolas.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PREVISTAS

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EM PARCERIA COM A ENAP - MODALIDADE À DISTÂNCIA

Durante o ano de 2023 os servidores da UFERSA, em acordo com as chefias imediatas, poderão se inscrever em qualquer um dos cursos listados abaixo e indicados após análise do Órgão Central do SIPEC.



AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	Nº DA NECESSIDADE ATENDIDA	LINK DE ACESSO
Percepção e Mapeamento de Áreas de Risco Geológico	5 e 6	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/715
Estatística	5	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/96
Matemática Financeira		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/93
Metodologias Ativas	5 e 9	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/628
Estratégias de Metodologias Ativas	5 e 10	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/436
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio) - Curso básico para pesquisadores	6	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/359

Ambientes Digitais de Aprendizagem	9	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/418
Introdução ao Sistema Sigepe - AFD	12 e 74	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/223
SCDP - Solicitação do Afastamento a Serviço	13	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/358
SCDP - Aprovação e Pagamento		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/362
Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR	13 e 74	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/304
Gestão de Conflitos e Negociação	14 e 92	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/372
Comunicação Não Violenta	15 e 68	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/463
Comunicação Não-Violenta: Bases e Aplicações na era do Trabalho Remoto	15	https://suap.enap.gov.br/portaldoaluno/curso/1181
A Liderança Pública em Tempos de Crise	16	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/299
Liderança e Gestão de Equipes	16; 92 e 98	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/373
E-liderança: Como Gerenciar e Liderar Equipes em Ambientes Remotos	16	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/773
Gestão por processos e modelagem com Bizagi	17 e 32	https://encecapacitacao.ibge.gov.br/catalogo/ges_bizagi.php

Gestão da Estratégia com BSC-Fundamentos	17	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/103
Introdução à Gestão de Projetos	17 e 25	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/104
Praticando Análise e Melhoria de Processos	17	https://suap.enap.gov.br/portaldoaluno/curso/1710
Redação Oficial e Noções de SEI e suas aplicações	18 e 90	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/563
Aprimorar os Conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados	19	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/153
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	19 e 21	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/290
Dados abertos	19	https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/dados_abertos
Aplicação do Power BI para Aprimoramento da Gestão	20	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/840
Introdução ao Excel		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/459
Análise de Dados como Suporte à Tomada de Decisão	21	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/406
Nova Lei de Licitações e Contratos: aspectos gerais e pontos de atenção	22	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/887

Contratações de Encomendas Tecnológicas	22 e 100	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/609
Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	23	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/215
Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia		https://suap.enap.gov.br/portaldoaluno/curso/231
Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/279
Biossegurança em laboratórios de ensino e pesquisa	24	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/717
Segurança Química em Laboratórios de Ensino e Pesquisa		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/365
Gestão do Tempo e Produtividade	25 e 91	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/468
Gestão Orçamentária e Financeira	27	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/257
Básico em Orçamento Público		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/115
Introdução ao Orçamento Público		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/116
Orçamento Público		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/296
Assédio Moral: O que saber e fazer	28 e 70	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/836

Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção	28	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/370
ForRisco - Gestão de Riscos para IES	29	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/599
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/300
Sustentabilidade na Administração Pública	31	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/254
Fundamentos da Transformação Digital: Mapeamento e Automação de Processos	32 e 78	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/518
Políticas Étnico-Raciais: Conceitos e Métodos na Superação do Racismo e Desigualdades	33	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/417
Formação em Políticas Públicas para a Juventude		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/622
Políticas Públicas de Assistência Social	33 e 66	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/490
Pesquisa com Usuários: Como Ouvir Cidadãos e Empresas para Melhorar seus Serviços	34	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/331
Salve uma Mulher	34 e 41	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/621

Propósito e Qualidade de vida: Descobertas para o Desenvolvimento Pessoal	34 e 67	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/817
Saúde Mental, Políticas e Instituições	34	https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=curso/13554
Gestão de Comportamento nas Organizações	35	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/702
Lei nº 8112/90 e suas alterações	36, 55 e 89	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/405
Introdução à Audiodescrição	38	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/320
Produção e edição de vídeo pelo celular		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/878
Produção de Vídeos: uma introdução		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/844
BIM - Projetos, Planejamento, Orçamentos e Contratos de Construção	39	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/796
BIM - Implantação		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/756
BIM - Fluxos de Trabalho		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/757
BIM - Conceituação Básica		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/394

A construção dos livros didáticos do PNLD	40	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/393
Design Instrucional para Nativos e Imigrantes Digitais		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/447
Políticas Públicas de Saúde	41	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/503
Noções Básicas de Gerenciamento em Serviços Arquivísticos	42 e 94	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/855
Arquivos Permanentes: Recolhimento, Processamento Técnico, Preservação e Acesso	42, 76 e 94	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/795
Gestão e Preservação de Documentos Digitais	42 e 76	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/857
Para que Serve a Análise Ergonômica do Trabalho	43 e 77	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/503
Empresas e Direitos Humanos	44	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/333
Fotografia e Audiovisual para Produção de Janelas de Libras	46	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/769
Uso de Mídias Sociais na Comunicação Institucional	47 e 64	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/445
Acessibilidade na Comunicação	47 e 51	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/615

Nova Lei de Licitações: Sanções ao Fornecedor	48	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/441
Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/383
Mídias para Educação: Produção de Vídeos e Lives com Qualidade		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/771
Serviços Públicos e Defesa do Usuário	50	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/875
Introdução à Libras	52	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/11
Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos	53	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/103
Planejamento Estratégico para Organizações Públicas		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/107
Era Digital, Planejamento Estratégico e Inovação na Gestão Pública		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/768
Gestão por Competências	58 e 92	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/175
Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público e o Sistema de Carreiras	58	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/685
Compliance Concorrencial	61	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/513
Eventos Virtuais: da Gestão à Execução	64	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/674

Comunicação Pública e Gestão de Relacionamento com Cidadão	64 e 68	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/772
Curso de Vigilância Alimentar e Nutricional	65	https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=node/13564
Gestão de Políticas Públicas no Âmbito Local: Saúde e Assistência Social	66	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/498
Inovação Social para o Aperfeiçoamento de Políticas Públicas		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/234
Gerenciamento de Serviços de TIC focado na Administração Pública	69	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/535
Governança de Dados na Transformação Digital		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/536
Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/378
Internet das Coisas (IoT) Aplicada para Resolução de Desafios		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/534
Educação em Direitos Humanos	70	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/129
Gênero e Atuação Legislativa		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/786

Fiscalização na Gestão do Patrimônio da União	71	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/242
Proteção e Defesa Civil: Gestão de Desastre - Curso 4		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/864
Funpresp - A previdência complementar do servidor público federal	75	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/196
Preparação para Aposentadoria - Caminhos		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/200
A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/681
Introdução às Práticas Arquivísticas	76	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559
orPDI - Plano de Desenvolvimento institucional IES	78	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/598
Avaliação da Qualidade de Serviços como Base para Gestão e Melhoria de Serviços Públicos	79	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/368
Qualificação em Dimensionamento da Força de Trabalho	80	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/863
Análise e Melhoria de Processos	81	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/424
Praticando a Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	82	https://suap.enap.gov.br/portaldoaluno/curso/1714/

PLATAFORMA +BRASIL - Oportunidades de Acesso aos Recursos Federais	83	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/501
Direito e Novas Tecnologias	85	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/323
Comunicação Pública e Comunicação de Governo	86	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/488
Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços	88	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/433
Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/860
Facilitação de Reuniões, Times e Workshops no Ambiente Online	90	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/538
Criatividade e Novas Tecnologias para Facilitar o seu dia a dia no Trabalho	93	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/766
Design de Aplicativos na Transformação Digital		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/803
Contabilidade com Foco na Gestão do Patrimônio Público	96	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/342
Avaliação de Bens e Imóveis com Foco no Método Evolutivo		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/671
Inventário Participativo		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/266

Gestão Pessoal - Base da Liderança	98	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/163
Soft Skills na Transformação Digital		https://www.escolavirtual.gov.br/curso/81
Estratégias de Marketing Digital para a Administração Pública	99	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/806
Contratações Públicas Sustentáveis	100	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/430
Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura	101	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/905
Acesso à Informação	102	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/76
Transformação do Serviço Público mais Digital, Conectado, Aberto e Transparente		https://www.escolavirtual.gov.br/programa/20
Estratégias de Logística na Administração Pública	103	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/435

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PREVISTAS

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO OFERTADAS PELA UFERSA NO EXERCÍCIO DE 2023

Em atenção às demandas apresentadas pelos servidores no levantamento de necessidades de capacitação, a Universidade irá ofertar as ações de desenvolvimento de acordo com os eixos temáticos elencados abaixo, considerando aporte orçamentário-financeiro, prioridades da instituição e capacidade operacional.



Metodologia de ensino;	Formação de Líderes;
Sistemas Internos (SIPAC; ; SIGAA; e SIGRH);	Planilhas eletrônicas e tabelas dinâmicas, com o uso de ferramentas como Excel (avançado) e Power BI para aperfeiçoamento;
Relacionamento Interpessoal (gestão de conflitos; comunicação não-violenta);	Gestão e Redação de documentos oficiais;
Gestão orçamentária e prestação de contas;	Combate ao Assédio Moral e Sexual;
Gestão de Processos;	Saúde e Segurança dos servidores.

Os servidores poderão acompanhar a divulgação e realização das ações de desenvolvimento promovidas pelo Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento acessando o link: https://progepe.ufersa.edu.br/cursos-eventos-sca/ e pelo Instagram @capacitacaoufersa.

PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELOS SERVIDORES E PELAS CHEFIAS

As ações de desenvolvimento para capacitação e qualificação podem ser usufruídas pelos servidores docentes e técnicos administrativos mediante as modalidades de ausências, licenças e afastamentos regulamentadas na Lei nº 8.112/1990, Decreto nº9.991/2019 e nas Resoluções internas vigentes, e se enquadram da seguinte maneira:

Horário Especial de Estudante

Licença para Capacitação

Ação de Desenvolvimento em Serviço (Qualificação e Capacitação)

Afastamento para Treinamento Regularmente Instituído

Afastamento Total

Outras informações também poderão ser encontradas na Página Oficial do Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento.

Faz-se relevante destacar que existem prazos a serem cumpridos e obedecidos para o usufruto sequenciado e consecutiva, conforme demonstra quadro abaixo.

1 Tipo de Afastamento 1	Interstício	2 Tipo de Afastamento 2	60 IN nº 21/2021, art. 27. deverá ser observado o interstício de sessenta dias entre os seguintes afastamentos para:
LC	60 dias	LC	I - licenças para capacitação;
Parcela de LC		Parcela de LC	II - parcelas de licenças para capacitação;
LC		TRI	III - licença para capacitação ou parcela de licença para capacitação e treinamento regularmente instituído, e vice-versa;
Parcela de LC		TRI	
TRI		LC	
TRI		Parcela de LC	
TRI		TRI	IV - participações em programas de treinamento regularmente instituído; e
LC		Pós-graduação	V - licença para capacitação ou parcela de licença para capacitação ou treinamento regularmente instituído e pós-graduação ou estudo no exterior.
Parcela de LC		Pós-graduação	
TRI		Pós-graduação	
LC		Estudo no exterior	
Parcela de LC		Estudo no exterior	
TRI		Estudo no exterior	

LC	Licença para Capacitação
TRI	Treinamento Regularmente Instituído

CUSTEIO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EXTERNAS

O recurso da capacitação será distribuído para apoio à participação em ações de desenvolvimento externas à Instituição, de acordo com as demandas setoriais apresentadas pelas chefias imediatas de cada Unidade Administrativa no Levantamento de Necessidades Setoriais 2023, no lançamento do edital de eventos externos, no pagamento de Gratificação de Encargos para Curso e Concurso, e na promoção de ações de capacitação internas, sejam seminários, cursos, oficinas, congressos.

Será também considerado para a distribuição desse recurso a relação direta com os objetivos institucionais descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFERSA e a disponibilidade orçamentária desses recursos.

Os servidores técnicos-administrativos mais uma vez poderão solicitar aporte para participação em ação de desenvolvimento externa a Universidade por meio da inscrição do Edital de Eventos Externos divulgado ao longo do ano.

Destacamos que todos os valores investidos na capacitação e qualificação dos nossos servidores serão divulgados mensalmente na página da PROGEPE, na seção do Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento – SCA, disponível em: Demonstrativos de Investimentos.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O recurso orçamentário previsto para elaboração e execução do PDP 2023 foi aprovado na Lei Orçamentária Anual- LOA 202, Lei Nº 14.303, de 17 de janeiro de 2023, e está disponibilizado dentro da Universidade para aplicação segundo o detalhamento abaixo:

AÇÃO	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
		180.000,00

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações gerais sobre as ações de capacitação poderão ser obtidas através da página da PROGEPE ou pelo e-mail: **sca.ddp@ufersa.edu.br**.

Poderá ocorrer, a critério da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DDP, o cancelamento e/ou adiamento do curso.

Os casos omissos serão analisados e tratados pela PROGEPE por meio da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas/DDP.

INFORMAÇÕES

Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2023 - Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento

CAPACITAÇÃO

Kézia Viana Gonçalves
Rannah Munay Dantas da Silveira

(84) 3317-8276 | sca.ddp@ufersa.edu.br

AFASTAMENTOS

Camila de Souza Filgueira

(84) 3317-8276 | afastamentos.ddp@ufersa.edu.br

Emitido em 01/02/2023

REQUERIMENTO Nº 650/2023 - CCEN (11.01.00.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/03/2023 10:17)
CRISTOVAM CAMARA DE ARAUJO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
CCEN (11.01.00.08)
Matrícula: ###898#1

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **650**, ano: **2023**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **08/03/2023** e o código de verificação: **abd1a4ee6b**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação <[redacted]>

Devolução de Processos para Adequações -RONER FERREIRA DA COSTA

Roner Ferreira da Costa <[redacted]> 10 de março de 2023 às 09:10
Para: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação <[redacted]>

Prezado,

Segue abaixo a indicação das necessidades institucionais previstas no PDP 2023 que minha qualificação contempla.

5 - Qualificar-se melhor na área de ciências exatas e da terra;

6 - Atualizar-se em novas possibilidades e campos de pesquisa multidisciplinares e de ciências exatas e naturais;

Atenciosamente,

Roner
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Emitido em 10/03/2023

E-MAIL Nº 88/2023 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 16:06)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **88**, ano: **2023**, tipo: **E-MAIL**, data de emissão: **20/03/2023** e o código de verificação: **f3a0cdd44e**

PARECER DE AFASTAMENTO NO PAÍS DE SERVIDOR DOCENTE

(Estágio Pós-Doutoral)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO
Nº PROCESSO: 23091.001958/2023-83 **DATA DA SOLICITAÇÃO**: 03/02/2023 **SOLICITANTE**: RONER FERREIRA DA COSTA **SETOR/DEPARTAMENTO**: DE CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA **CENTRO**: CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO
OBJETIVO: AFASTAMENTO NO PAÍS/ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL **PERÍODO**: 15/05/2023 a 14/05/2024 **PAÍS**: BRASIL **CIDADE**: FORTALEZA **INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018 e Portaria UFERSA/GAB nº 0418/2016)
CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Páginas 6 e 7); **CONSIDERANDO** o Plano de Trabalho Detalhado (Anexo III) (Páginas 9 a 22); **CONSIDERANDO** A Carta de Anuência (Anexo IV) (Pagina 24); **CONSIDERANDO** o Termo de Declaração e Compromisso (Anexo VI) (Página 63); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 36); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável do Conselho de Centro (Página 37).
OBSERVAÇÕES
O afastamento deve ser analisado como casos omissos segundo a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018, pois, segundo o parecer do CCEN (p. 37), as actividades académicas do docente serão assumidas por professor substituto, não gerando prejuízo à instituição.
PARECER PROPPG
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** para o pedido de afastamento do (a) servidor (a) docente RONER FERREIRA DA COSTA, pertencente ao Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística - DCME, do Centro de Ciências Exatas e Naturais - CCEN, Campus Mossoró, para a realização de estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), polo da Universidade Estatual do Ceará, em Fortaleza – CE, no período de 15 de maio de 2023 a 14 de maio de 2024. Mossoró-RN, 20 de março de 2023.  Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 20/03/2023

PARECER Nº 130/2023 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 16:06)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **130**, ano: **2023**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **20/03/2023** e o código de verificação: **e3a7ca4ea9**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 1354/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 04 de abril de 2023.

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pelo(a) servidor(a) docente **Ronner Ferreira da Costa,** SIAPE [redacted] pertencente ao Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística, vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Naturais, com a finalidade de realizar o Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), polo da Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza – CE, no período de 15 de maio de 2023 a 14 de maio de 2024.

2. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do(a) servidor(a) para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. É importante citar que, em atendimento ao que veda o parágrafo 2º, do art. 96-A, da Lei nº 8.112/1990, o requerente apresentou Declaração da Divisão de Administração de Pessoal - DAP, onde comprova-se que o servidor não esteve licenciado para tratar de assuntos particulares ou para capacitação nos 2 (dois) anos anteriores a esta solicitação, estando devidamente habilitado ao afastamento para qualificação.

04. Cumpre-nos informar que o afastamento do docente está condicionado à contratação de um professor substituto.

05. Por fim, o Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística, o Centro de Ciências Exatas e Naturais e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento do docente.

06. Ante o exposto, opinamos pelo **deferimento** do pleito, considerando **15 de maio de 2023 a 14 de maio de 2024.**

07. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 04/04/2023 15:49)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 05/04/2023 14:38)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.001958/2023-83

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1354**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/04/2023** e o código de verificação: **4450bb6cfe**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 1526/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 12 de abril de 2023.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Roner Ferreira da Costa, matrícula Siape nº [redacted], de afastamento com a finalidade de cursar estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) na Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza-CE, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DDP/Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Despacho do Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Estatística - DCNME - e o Despacho do Centro de Ciências Exatas e Naturais - CCEN, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 13/04/2023 07:05)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.001958/2023-83

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1526**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **12/04/2023** e o código de verificação: **0d7e256fd7**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

3º PONTO

Apreciação e deliberação sobre solicitação de retificação de prazo de período de afastamento:

- Gilmara Elke Dutra Dias;
- Leonardo Magalhães Chavier Silva;
- Miguel Carioca Neto;
- Niascara Valesca do Nascimento Souza.

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.017658/2022-76

ELETRÔNICO

Cadastrado em 01/11/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): GILMARA ELKE DUTRA DIAS

E-mail: [redacted]

Identificador: [redacted]

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
DOCENTE SOLICITA AFASTAMENTO NO PAÍS PARA CURSAR DOUTORADO, DE ACORDO COM O ART. 14 DA RESOLUÇÃO 03/2018/CONSUNI/UFERSA. VIDE DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)

Criado Por:
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
01/11/2022	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
10/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
11/11/2022	SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)
11/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
22/11/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
23/11/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
16/01/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
17/01/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome Gilmara Elke Dutra Dias

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DCT

Categoria Funcional: Nível 1 – Classe C – Professor Adjunto (06 de agosto de 2021).

Tipo de Afastamento: Doutorado

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): 15 **/ mês:** agosto**.**

Início do Exercício no Cargo: 05/08/2014 **(anexar Declaração do PRORH)**

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado Acadêmico em Administração de Empresas - CE

Nível: DOUTORADO

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Prazo previsto para realização do curso: Início 06/02/2023 Término: 06/12/2026.

Instituição de realização do Curso: Universidade de Fortaleza

Cidade: Fortaleza Estado: CE País: Brasil.

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs*. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até* ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.*

Data: 31 de outubro de 2022.
(**obrigatória**)

[redacted]

_____
Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: GILMARA ELKE DUTRA DIAS	
Local de Qualificação (Universidade)*: DE FORTALEZA-CE*	
☐ **No País X** ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 06/02/2023.1 a 06/02/2016.2	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	

PROPPG

SIMULAÇÃO DE **APOSENTADORIA**

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

ANEXAR - TEMPO DE SERVIÇO AVERBADO -

Este demonstrativo é uma simulação, por isso não garante direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação. Ao solicitar o benefício, o INSS pode pedir que você apresente documentos para comprovação dos períodos trabalhados/contribuídos.
As contribuições realizadas depois de 13/11/2019 que forem menores que o salário mínimo, não contam para fins de carência ou tempo de contribuição.

REGRAS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19 (DIREITO ADQUIRIDO ATÉ 13/11/2019)

APOSENTADORIA POR IDADE

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

São consideradas apenas as contribuições até 13/11/2019

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 60 anos de idade

Sua idade é 44 anos, 8 meses e 20 dias

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

São consideradas apenas as contribuições até 13/11/2019

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 30 anos de contribuição

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 86 pontos *

Você tem 63 pontos



Ano	Mulher
2018	85
2019	86

*Tabela progressiva de pontuação.
Pontuação = idade + tempo de contribuição

SIMULAÇÃO DE **APOSENTADORIA**

Este demonstrativo é uma simulação, por isso não garante direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação. Ao solicitar o benefício, o INSS pode pedir que você apresente documentos para comprovação dos períodos trabalhados/contribuídos.
As contribuições realizadas depois de 13/11/2019 que forem menores que o salário mínimo, não contam para fins de carência ou tempo de contribuição.

REGRAS DE **TRANSIÇÃO** DA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19 (FILIADOS ATÉ 13/11/2019)

APOSENTADORIA POR IDADE - TRANSIÇÃO

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 15 anos de contribuição

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 61 anos e 6 meses de idade *

Sua idade é 47 anos, 8 meses e 7 dias

*Regra de progressão de idade conforme tabela

Ano	Mulher
2020	60 anos + 6 meses
2021	61 anos
2022	61 anos + 6 meses
2023	62 anos

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - TRANSIÇÃO POR PONTOS

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 30 anos de contribuição

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 89 pontos *

Você tem 66 pontos

* Pontuação = idade + tempo de contribuição

Ano	Mulher
2019	86
2020	87
2021	88
2022	89
2023	90
2024	91
2025	92
2026	93
2027	94
2028	95
2029	96
2030	97
2031	98
2032	99
2033	100

SIMULAÇÃO DE **APOSENTADORIA**

Este demonstrativo é uma simulação, por isso não garante direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação. Ao solicitar o benefício, o INSS pode pedir que você apresente documentos para comprovação dos períodos trabalhados/contribuídos.
As contribuições realizadas depois de 13/11/2019 que forem menores que o salário mínimo, não contam para fins de carência ou tempo de contribuição.

REGRAS DE **TRANSIÇÃO** PARA FILIADO ATÉ A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - TRANSIÇÃO POR IDADE

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 30 anos de contribuição

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 57 anos e 6 meses de idade *

Sua idade é 47 anos, 8 meses e 7 dias

Ano	Mulher
2020	56 anos + 6 meses
2021	57 anos
2022	57 anos + 6 meses
2023	58 anos
2024	58 anos + 6 meses
2025	59 anos
2026	59 anos + 6 meses
2027	60 anos
2028	60 anos + 6 meses
2029	61 anos
2030	61 anos + 6 meses
2031	62 anos

*Regra de progressão de idade conforme tabela

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - TRANSIÇÃO PEDÁGIO 50%

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

Regras

Ter 180 meses de carência (Contribuição)

Você tem 223 meses de carência

Ter 28 anos e 1 dia de contribuição até a EC 103

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 35 anos, 9 meses e 29 dias de contribuição (tempo + pedágio)

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

SIMULAÇÃO DE **APOSENTADORIA**

Este demonstrativo é uma simulação, por isso não garante direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação. Ao solicitar o benefício, o INSS pode pedir que você apresente documentos para comprovação dos períodos trabalhados/contribuídos.
As contribuições realizadas depois de 13/11/2019 que forem menores que o salário mínimo, não contam para fins de carência ou tempo de contribuição.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - TRANSIÇÃO PEDÁGIO 100%

A partir dos dados simulados você **não tem** direito ao benefício.

Regras

Ter 180 meses de carência

Você tem 223 meses de carência

Ter 41 anos, 7 meses e 28 dias de contribuição

Você tem 18 anos, 4 meses e 2 dias

Ter 57 anos de idade

Sua idade é 47 anos, 8 meses e 7 dias

PERÍODOS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA
CNPJ 24.529.265/0001-40
05/08/2014 a 31/12/2018

TEMPO TOTAL	PERÍODO EM DUPLICIDADE	TEMPO LÍQUIDO
4 anos, 4 meses e 26 dias	0 anos, 0 meses e 0 dias	0 anos, 0 meses e 0 dias

Motivo de não cômputo do período: Vínculo com pendência

SOCIEDADE EDUCACIONAL MATER CHRISTI LTDA
CNPJ 24.585.671/0001-20
01/04/2006 a 02/08/2014

TEMPO TOTAL	PERÍODO EM DUPLICIDADE	TEMPO LÍQUIDO
8 anos, 4 meses e 2 dias	0 anos, 0 meses e 0 dias	8 anos, 4 meses e 2 dias

80 - SALARIO MATERNIDADE
NB: 116.378.069-0 Situação: Cessado
21/03/2000 a 18/07/2000

TEMPO TOTAL	PERÍODO EM DUPLICIDADE	TEMPO LÍQUIDO
3 meses e 28 dias	0 anos, 0 meses e 0 dias	3 meses e 28 dias

SIMULAÇÃO DE **APOSENTADORIA**

Este demonstrativo é uma simulação, por isso não garante direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação. Ao solicitar o benefício, o INSS pode pedir que você apresente documentos para comprovação dos períodos trabalhados/contribuídos.
As contribuições realizadas depois de 13/11/2019 que forem menores que o salário mínimo, não contam para fins de carência ou tempo de contribuição.

VERONICA FREIRE DE MEDEIROS NEGREIROS			01/02/1996 a 03/11/2005
TEMPO TOTAL 9 anos, 9 meses e 3 dias	PERÍODO EM DUPLICIDADE 8 anos e 4 meses	TEMPO LÍQUIDO 1 ano, 5 meses e 3 dias	
VERONICA FREIRE DE MEDEIROS NEGREIROS			01/02/1996 a 31/05/2004
TEMPO TOTAL 8 anos e 4 meses	PERÍODO EM DUPLICIDADE 2 anos, 7 meses e 28 dias	TEMPO LÍQUIDO 5 anos, 8 meses e 2 dias	
JOSE LOURENCO DO AMARAL FILHO			01/02/1996 a 31/05/1998
TEMPO TOTAL 2 anos e 4 meses	PERÍODO EM DUPLICIDADE 1 ano	TEMPO LÍQUIDO 1 ano e 4 meses	
			01/02/1996 a 31/01/1997
TEMPO TOTAL 1 ano	PERÍODO EM DUPLICIDADE 0 anos, 0 meses e 0 dias	TEMPO LÍQUIDO 1 ano	
PAGUE MENOS CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS CNPJ 12.745.535/0007-66			08/11/1993 a 04/02/1994
TEMPO TOTAL 2 meses e 27 dias	PERÍODO EM DUPLICIDADE 0 anos, 0 meses e 0 dias	TEMPO LÍQUIDO 2 meses e 27 dias	

*Período em duplicidade: Quando dois ou mais vínculos estão compreendidos dentro do mesmo período, ou seja, são concomitantes. O período somente serão considerado em um vínculo, os demais serão desconsiderados.
*As remunerações não preenchidas serão consideradas com o salário mínimo vigente na época.

II – Justificativa de seu requerimento; (Anexo II)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

(Obrigatório)

Eu, Gilmara Elke Dutra Dias, Professora do Magistério Superior empossada em 05 de agosto de 2014, atualmente na Categoria Funcional: Nível 1 – Classe C – Professor Adjunto (06 de agosto de 2021), justifico o afastamento, incialmente, com base na Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, em que dispõe e respalda, sobre normas e condições que contempla servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições, nesse em especial, para pós-graduação *stricto sensu,* Doutorado.

Desse dito, essa legalidade, incentivo, serviços prestados para acompanhar e executar proposta de capacitação e qualificação de todos, já apresenta acuidade.

Em síntese, considero que o título de Doutor(a), tem diversos requisitos justificáveis, como executar atividades e funções com nível elevado de conhecimento para ensino, pesquisa e extensão acadêmicas, considerando que a instituição escolhida o curso é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e tem Conceito 5.

Data: 31 de outubro de 2022.

[redacted]

Assinatura do requerente

(Obrigatório)

PROPPG

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

(Anexo IV)
(Obrigatório)
Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pósgraduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.
OBS. O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que está no Art. 14. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; (Anexo IV)

DECLARAÇÃO

Declaro que **Gilmara Elke Dutra Dias** está inscrita e participando do Processo Seletivo (em aberto) para o Curso *STRICTO SENSU* de Doutorado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PPGA/UNIFOR, Turma 14.

Declaro, ainda, que o prazo previsto para realização do curso são 48 meses, com carga horária de 720 horas. Para o semestre 2023.1 serão oferecidas 10 vagas. Início previsto para **06/02/2023.1** e Término: **06/12/2026.2**.

O Curso é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC). Conceito 5.

Fortaleza - CE, 31 de outubro de 2022.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
[redacted]
Profª: Marina Dantas de Figueiredo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas PPGA

Marina Dantas de Figueiredo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas

(Anexo IV)

(Obrigatório)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; (Anexo IV)

EDITAL R Nº 45/2022
PROCESSO SELETIVO PARA MESTRADO E DOUTORADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

5. CALENDÁRIO

ETAPAS	DATAS
INSCRIÇÃO	17/10/2022 a 30/11/2022
DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS	01/12/2022
PRAZO DE RECURSO	02/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO RECURSO E LISTA DEFINITIVA DE APROVADOS PARA ENTREVISTA	05/12/2022
ENTREVISTA	06, 07, 08 e 09/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO	12/12/2022
PRAZO DE RECURSO	13/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO	14/12/2022
MATRÍCULA	15/12/2022 a 20/01/2023
PREVISÃO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	06/02/2023

(Anexo V)
(Obrigatório)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; (Anexo V)

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Eke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	5º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	6º	4 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	39,2	7º	4 anos
Izabela Apolinario da Costa	Mestrado	*Não apresentou documentação comprobatória*	-	2 anos

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	1º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	2º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	3º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	4º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	5º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	6º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	7º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	8º	1 ano

Caraúbas/RN, 04 de Outubro de 2022.

A Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS **V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; (Anexo V)**

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

* Renovação em Trâmite

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portadora do CPF nº [redacted], RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para cursar o Doutorado Acadêmico em Administração, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido Doutorado, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do Doutorado em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos para cursar o Doutorado.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 31 de agosto de 2022.

[redacted]
Gilmara Elke Dutra Dias
Assinatura

[redacted]
Nome da testemunha
Daniel Paiva de Souza
CPF: [redacted]

[redacted]
Nome da testemunha
Mateus Dutra Rocha
CPF: [redacted]

PROPPG

VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; (Anexo VII)

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted], é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, com lotação no(a) Departamento de Ciência e Tecnologia do Campus Caraúbas .

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:10 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus CaraúbasPortaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

(Anexo VII)

Brasília, 9 de agosto de 2021 BGP - Publicado em 09/08/2021 - Ano 5 Edição 8.6 ISSN 1111-1111

VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; (Anexo VII)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Portaria PROGEPE/UFERSA-RN nº 633, de 6 de agosto de 2021

O Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFERSA/GAB N° 0406/2020, de 31 de agosto de 2020, e tendo em vista a delegação de competência constante na Portaria UFERSA/GAB n° 658/2020, de 04 de novembro de 2020, considerando os arts. 12 e 13-A da Lei n.° 12.772/2012 e 19 da Lei n.° 13.325/2016, e o que consta do Process n.º 23091.007842/2021-10, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora docente **Gilmara Elke Dutra Dias**, matrícula SIAPE n.º [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, a Progressão Funcional para o nível 1 da Classe C – Professor Adjunto.

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data, com efeitos e efetivo exercício a partir de 06 de agosto de 2021.

ANTÔNIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO

A autenticidade deste documento poderá ser verificada acessando o link:

https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/75020

Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe

(Anexo VII)
(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

(Anexo VII)
(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

D E C L A R A Ç Ã O

VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; (Anexo VII)

DECLARAMOS, para os devidos fins, que o(a) servidor(a) GILMARA ELKE DUTRA DIAS, matrícula SIAPE [redacted], ocupante do cargo de PROFESSOR 3 GRAU, classe C - Adjunto, nível 001, do quadro de pessoal do(a) UFERSA, foi admitido(a) a partir de 05/08/2014, sendo lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS, em regime de Dedicação exclusiva.

Mossoró/RN, 29 de Outubro de 2022.

Código de verificação:
e25cf227dd

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **http://sigrh.ufersa.edu.br/sigrh/public/autenticidade/tipo_documento.jsf**, informando a matrícula siape, data de emissão do documento e o código de verificação.

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; (Anexo VIII)

1. NORMAS APLICÁVEIS

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

* Renovação em Trâmite

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)
(Obrigatório)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

AVASTADA POR VAGA E CLASSIFICAÇÃO – NÃO POR PARES -

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

EMITIDO EM 29/10/2022 15:42

RELATÓRIO DE DADOS FUNCIONAIS POR SERVIDOR

Servidor: GILMARA ELKE DUTRA DIAS

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); (Anexo IX)

DADOS FUNCIONAIS

Servidor:	GILMARA ELKE DUTRA DIAS
Siape:	[redacted]
Matrícula Sistema Anterior:	
Matrícula SiapeCad:	
Código Brasileiro de Ocupação (CBO):	
Categoria Funcional:	Docente
Data de Admissão:	05/08/2014
Data de Ingresso no Serviço Público:	05/08/2014
Jornada de Trabalho:	Dedicação exclusiva
Cargo Emprego:	PROFESSOR 3 GRAU
Classe Cargo Emprego:	Classe C - Adjunto
Unidade de Exercício:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS ()
Unidade de Lotação:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS ()
Referência Nível/Padrão:	001
Formação:	MESTRADO
Regime Jurídico:	Estatutário
Situação no SiapeCad:	Ativo Permanente
Situação no SIGRH:	Ativo
Tipo Admissão:	
Adicional de Tempo de Serviço:	0
Operador de Raio-X?:	Não

SIGRH | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2007-2022 - UFRN - sig-prd-sigrh01.ufersa.edu.br.sigrh01

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

* Renovação em Trâmite

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted] é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor de Magistério superior, com lotação no(a) Campus Caraúbas.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) foi nomeado(a) para ocupar o cargo supracitado através da Portaria UFERSA/GAB n° 0946, emitida em 04 de julho de 4, publicada no Diário Oficial da União de 04 de julho de 2014, não havendo registros, nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a), de ocorrência de Redistribuição.

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula (Siape n° 2884088), ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:43 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus Caraúbas
Portaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 05 de agosto de 2014, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus Caraúbas

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor do Magistério superior, lotado(a) no(a) Campus Caraúbas, com regime/jornada de trabalho de Dedicação Exclusiva.

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:28 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus CaraúbasPortaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

(Anexo V) (Obrigatório) **XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP**

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; (Anexo V)

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Eke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	5º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	6º	4 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	39,2	7º	4 anos
Izabela Apolinario da Costa	Mestrado	*Não apresentou documentação comprobatória*	-	2 anos

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	1º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	2º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	3º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	4º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	5º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	6º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	7º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	8º	1 ano

Caraúbas/RN, 04 de Outubro de 2022.

A Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até 90 (noventa) dias antes do início do afastamento. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

ANEXO XIII

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até 90 (noventa) dias antes do início do afastamento. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

* Renovação em Trâmite

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo X)

PARECER DO CONSELHO DO CENTRO AO QUAL O REQUERENTE FAZ PARTE
(Obrigatório)

Pode utilizar documento oficial do CONSELHO DO CENTRO em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

Observações
(Obrigatórias no parecer)

1) Deve ficar bem claro no parecer, se for o caso, se o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado.

2) Se a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

Data: ___/___/____

_____

Assinatura do presidente do Conselho de Centro

PROPPG

7. NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2022

É importante ressaltar que o Decreto nº 9.991/2019, estabelece a obrigatoriedade de que toda e qualquer ação de desenvolvimento a ser custeada, desenvolvida e/ou apoiada pela Universidade atenda a pelo menos uma das necessidades de desenvolvimento aprovadas pelo Órgão Central SIPEC.

Assim, seguem as 94 (noventa e quatro) necessidades de desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2022:

XIII (Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

	NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO ANO 2022
1	Ampliar os seus conhecimentos sobre práticas inclusivas na universidade para receber melhor todos os cidadãos que vem até a nossa instituição
2	Aprimorar os conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD para uma melhor proteção e uso de dados da instituição.
3	Conhecer os princípios da integridade pública para debater temas como ética, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual e responsabilização dentro da instituição.
4	Aprender a manusear e alimentar corretamente o website da instituição bem como a utilização de ferramentas de edição de áudio e vídeo, para explorar o Marketing digital e as mídias sociais.
5	Aperfeiçoar a condução e gerenciamento de equipes para a construção de times de alta performance.
6	Adquirir conhecimentos básicos essenciais para a elaboração de projetos para expandir a atuação da universidade.
7	Aprimorar conhecimentos sobre fiscalização, análise e prestação de contas de convênios e elaboração de termos de execução descentralizados para melhorar a atuação do planejamento da instituição.
8	Conhecer os princípios e medidas da Lei de Acesso à Informação - LAI e o papel da ouvidoria na Instituição.
9	Ampliar conhecimentos na área de Engenharias
10	Aprimorar os conhecimentos em Protocolo e Cerimonial Universitário para melhor organizar os eventos institucionais.
11	Ampliar conhecimentos na área de Ciências da Saúde
12	Aprimorar e apreender conhecimento nos conteúdos e temáticas das áreas das Ciências Biológicas
13	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas da Universidade como SIPAC, SAPIENS, SIGRH e SIGAA, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas atividades institucionais.
14	Qualificar e capacitar em programas de pós-graduação e ações de capacitação em áreas de natureza multidisciplinar.
15	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas do Governo Federal como SEI e SCDP, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas

Emitido em 31/10/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 3717/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/11/2022 13:31)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **3717**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **01/11/2022** e o código de verificação: **1ec2871c24**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5496/2022 - DCT (11.01.29.12.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 10 de novembro de 2022.

PARECER FAVORÁVEL

No presente processo nº 23091.017658/2022-76, a docente GILMARA ELKE DUTRA DIAS professora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar Caraúbas, solicita afastamento para qualificação no país durante o período de 06/02/2023 a 06/12/2026, para desempenhar atividades relacionadas ao doutorado.

Conforme consta na justificativa, o docente cita a importância do afastamento para cursar doutorado, enfatizando a importância da obtenção do título para aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão. A docente encontra-se em processo seletivo para cursar o doutorado na Universidade de Fortaleza.

Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto com ocupação da vaga via concurso público a ser realizado.

O processo foi apresentado como ponto de pauta da 9ª Reunião Ordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 07 de novembro de 2022. Desta forma, considerando a decisão da assembleia, o departamento manifesta-se **FAVORÁVEL** à solicitação do docente, mediante a substituição de comprovantes e correção da data final de afastamento no processo para 06/12/2027.

Encaminham-se os autos ao Conselho do Centro Multidisciplinar Caraúbas para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caraúbas/RN, 10 de novembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 10/11/2022 20:31)
DANIELY FORMIGA BRAGA
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DCT (11.01.29.12.08)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017658/2022-76

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5496**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **10/11/2022** e o código de verificação: **822e1f5d64**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

ANEXOS AO DOCUMENTO ORIGINAL

- AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO –

Gilmara Elke Dutra Dias.

APÓS APROVAÇÃO EM 9ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DEPARTAMENTAL DO ANO DE 2022, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO - INÍCIO ÀS 15H00MIN, SEGUE COMPILAÇÃO DAS MUDANÇAS SUGERIDAS E MEDIDAS ADOTADAS.

1- **Padronização da documentação:** documento revisado e anexado ao processo;
2- **Correção da data de afastamento:** documento corrigido e anexado ao processo;
3- **Substituição da Simulação de Aposentadoria (SITE DO INSS) pelo Relatório Analítico de Previsão de Aposentadoria (UFERSA):** documento solicitado anexado ao processo posterior ao requerimento.
4- Revisão da justificativa: documento revisado e anexado ao processo (Anexo II);
5- **Substituição das testemunhas por não permitir Parentes:** documento revisado e anexado ao processo (Anexo VI);
6- **Apresentação do comprovante de matrícula no Programa de Doutorado:** Apresentado comprovante de participação no processo seletivo aberto, conforme Artigo 14 da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018;
7- **Solicitação da declaração de PAD** – documento já consta no processo, página 42, adicionado novamente (Anexo XI).

Gilmara Elke Dutra Dias.

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE
Nome: Gilmara Elke Dutra Dias

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor**: [redacted] **UF**: [redacted] **Data de Emissão**: [redacted].

CPF: [redacted] **Data de Nascimento**: [redacted] **Tel.**: [redacted]

E-mail: [redacted] Departamento/Setor: DCT

Categoria Funcional: Nível 1 – Classe C – Professor Adjunto (06 de agosto de 2021).

Tipo de Afastamento: Doutorado

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): 18 mês(s): 04

Início do Exercício no Cargo: 05/08/2014 **(anexar Declaração do PRORH)**

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado Acadêmico em Administração de Empresas - CE

Nível: DOUTORADO

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Prazo previsto para realização do curso: Início 06/02/2023 **Término**: 06/12/2027 (04 anos).

Instituição de realização do Curso: Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Cidade: Fortaleza Estado: CE País: Brasil.

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formulários/);
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFERSA, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até 90 (noventa) dias antes do início do afastamento. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

Data: 09 de novembro de 2022.

GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]

Assinado de forma digital por GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Dados: 2022.11.09 17:15:17 -03'00'

Assinatura do Requerente

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação

Nome do solicitante: GILMARA ELKE DUTRA DIAS	
Local de Qualificação (Universidade): DE FORTALEZA-CE	
☐ **No País X** ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): **06/02/2023 a 06/02/2027 (04 anos)**	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (*Anexo I)*	
II. Justificativa de seu requerimento; *(Anexo II)*	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; *(Anexo III)*	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; *(Anexo IV)*	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; *(Anexo V)*	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; *(Anexo VI)*	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; *(Anexo VII)*	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); *(Anexo IX)*	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será	

PROPPG

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
Administração de Pessoal

Emitido em 08/11/2022 10:12

Relatório Analítico de Previsão de Aposentadoria

As informações contidas neste relatório estão sujeitas a modificações por motivo de atualização dos dados cadastrais do servidor.

Dados Pessoais/Funcionais

Nome: GILMARA ELKE DUTRA DIAS
CPF: [redacted] **Sexo:** Feminino **Nascimento:** [redacted]
Siape: [redacted] **Data de Admissão:** 05/08/2014
Ingresso no Serv. Público: 05/08/2014 **Jornada de trabalho:** Dedicação exclusiva
Classe: Classe C - Adjunto **Titularidade/Formação:** MESTRADO **Nível/Padrão de vencimento:** 1
Unidade de Exercício: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS
Cargo: PROFESSOR 3 GRAU

Cálculos para Aposentadoria

Idade (Anos)

01/04/1987: 12	**16/12/1998:** 23	**31/12/2003:** 28	**13/11/2019:** 44	**08/11/2022:** 47

Redistribuições de Vínculo

Nenhuma redistribuição registrada para este vínculo deste(a) servidor(a).

Provimentos de Cargos Anteriores

Nenhum provimento de cargo anterior registrado para este(a) servidor(a).

Necessidades Especiais do Servidor

Nenhuma necessidade especial registrada para este(a) servidor(a).

Averbações

Averbação	Natureza	Início	Fim	Dias	Processo	Judicial	Tipo
PAGUE MENOS SUPERMERCADOS DO OESTE LTDA	Privado	08/11/1993	04/02/1994	89		Não	Tempo Comum
SOCIEDADE EDUCACIONAL MATER CHRISTI LTDA	Privado	01/04/2006	02/08/2014	3046		Não	Tempo Comum
VERONICA FREIRE DE MEDEIROS NEGREIROS	Privado	01/02/1996	03/11/2005	3564		Não	Tempo Comum

Totalização das averbações

	Dias	Tempo Descrito
Tempo Comum:	6699	18 ano(s), 4 mes(es) e 9 dia(s)
Tempo Docente:	0	0 dias

Tempo em Condições Especiais (Dias)

ATIVIDADE PENOSA: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
INSALUBRIDADE: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
IRRADIAÇÃO IONIZANTE: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
PERICULOSIDADE: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
RAIO-X: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0
Todos: 0	**Licenças Descontadas:** 0	**Bônus:** 0

Adicionais

Nenhum adicional registrado para este(a) servidor(a).

Totalização dos Adicionais

	Tempo Descrito	
	Total	**Bônus**
ATIVIDADE PENOSA:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
INSALUBRIDADE:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
IRRADIAÇÃO IONIZANTE:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
PERICULOSIDADE:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
RAIO-X:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
Todos:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)

Licenças Especial/Prêmio Adquiridas

Nenhuma licença especial/prêmio adquirida por este(a) servidor(a).

Licenças Especial/Prêmio utilizadas

Nenhuma licença especial/prêmio utilizada por este(a) servidor(a).

Totalização das Licenças Especiais/Prêmio

	Dias	Tempo Descrito
Adquiridas:	0	0 dias
Utilizadas:	0	0 dias
Não gozadas em dobro:	0	0 dias

Ocorrências/Ausências

Nenhuma Ocorrência/Ausência registrada para este(a) servidor(a).

Anuênios

	Dias	Tempo Descrito
Tempo líquido na UFERSA	0	0 dias
Averbações federais	0	0 dias
Total de tempo de serviço	0	0 dias

Dias Trabalhados / Tempo Comum

	Sem averbação	Com averbação
Até 16/12/1998:	0 dias (0 dias)	3 ano(s), 1 mes(es) e 14 dia(s) (1139 dias)
Até 31/12/2003:	0 dias (0 dias)	8 ano(s) e 2 mes(es) (2980 dias)
Até 13/11/2019:	5 ano(s), 3 mes(es) e 12 dia(s) (1927 dias)	23 ano(s), 7 mes(es) e 21 dia(s) (8626 dias)
Até 08/11/2022:	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s) (3018 dias)	26 ano(s), 7 mes(es) e 17 dia(s) (9717 dias)

Dias Trabalhados / Tempo Docente

	Sem averbação	Com averbação
Até 16/12/1998:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
Até 31/12/2003:	0 dias (0 dias)	0 dias (0 dias)
Até 13/11/2019:	5 ano(s), 3 mes(es) e 12 dia(s) (1927 dias)	5 ano(s), 3 mes(es) e 12 dia(s) (1927 dias)
Até 08/11/2022:	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s) (3018 dias)	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s) (3018 dias)

Tempo em Atividade

	Dias	Descrição
Serviço Público:	3018	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s)
Carreira:	3018	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s)
Cargo:	3018	8 ano(s), 3 mes(es) e 8 dia(s)

Data de Contribuição

	20 anos	25 anos	30 anos	35 anos	40 anos
Tempo Comum:	27/03/2016	26/03/2021	25/03/2026	24/03/2031	22/03/2036
Tempo Docente:	30/07/2034	29/07/2039	27/07/2044	26/07/2049	25/07/2054

Regras de Aposentadoria

Regra Geral

Tipo	Data	Idade
Compulsória	25/02/2050	75
Voluntária por idade e tempo de contribuição	24/02/2037	62

Regra de Transição

Tipo	Data	Idade
Voluntária por idade e tempo de contribuição - Art 4º da EC103/2019	31/08/2035	60
Voluntária integral média sem paridade - Art 20 da EC 103/2019	30/07/2034	59

SIGRH | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2007-2022 - UFRN - sig-prd-sigrh01.ufersa.edu.br.sigrh01

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)
JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Gilmara Elke Dutra Dias, Professora do Magistério Superior empossada em 05 de agosto de 2014, atualmente na Categoria Funcional: Nível 1 – Classe C – Professor Adjunto (06 de agosto de 2021), Portadora do CPF Nº [redacted], RG nº [redacted], ITEP/RN, matrícula SIAPE nº [redacted], venho solicitar o afastamento integral das minhas atividades no período de **06/02/2023 a 06/02/2027 (04 anos)**. O processo teve início por meio do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023, no qual estou classificada em 2º lugar (Anexo V). O curso escolhido para qualificação é o STRICTO SENSU de Doutorado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PPGA/UNIFOR, Turma 14, que tem prazo previsto para realização em 48 meses, com carga horária de 720 horas (início semestre 2023.1). O Curso é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), Conceito 5. A escolha da área de estudo foi motivada pela pretensão de qualificação e crescimento profissional na minha área de formação, na qual contribuirá para progresso das aulas ministradas, projetos de pesquisas, atividades de extensão, pela possibilidade de exercer atividades com nível elevado de conhecimento, inclusive para avaliação no quesito qualificação do quadro de docentes da instituição e avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC).

A inscrição para o afastamento foi protocolada em conformidade com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, apresentando as documentações necessárias de acordo com Art. 13.

Art. 13. O processo de afastamento do docente deverá ser protocolado com a documentação abaixo e na seguinte ordem:

I - formulário de requerimento;

II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG;

III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral;

IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu ou aceitação do candidato para realizar estágio pós- doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso;

V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente;

VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG;

VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5o desta Resolução; e

VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

Em substituição ao documento solicitado no § 4º do Art. 13. (aprovação no

PROPPG

processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação *Stricto Sensu*), foi apresentado o comprovante de inscrição no processo seletivo aberto conforme preconiza o Art. 14.

> Art. 14. Em caso de pós-graduação stricto sensu, o docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido no inciso IV do artigo anterior poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto.

Informo que o comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação será devidamente anexado ao processo para publicação de ato autorizando o afastamento, conforme Ar. 16. § 2º.

> Art. 16. Após aprovação na última instância citada no artigo 15, o processo será encaminhado ao Gabinete do Reitor para publicação de ato autorizando o afastamento.
>
> § 2º No caso de afastamento para cursar programas de pós-graduação stricto sensu, o ato de afastamento a que se refere este artigo só será publicado após anexação processual de comprovante de aprovação ou matrícula do requerente.

Avigoro, que segundo a resolução, a exigência para apresentação do comprovante de aprovação no processo seletivo ou da matrícula no curso de pós-graduação *stricto sensu*, dar-se-á para o ato oficial de publicação do afastamento (último ato processual), conforme parágrafo supracitado.

Outrossim, solicito especial atenção ao comando do § 1º, Art. 15.

> § 1º Qualquer instância acima que verificar desconformidade no processo deverá retorná-lo à unidade de lotação do docente solicitando providências.

Posterior, justifico o afastamento pela questão geográfica, visto que a sede do programa de Doutorado é na cidade de Fortaleza-CE, em que contabiliza distância de 313Km (04h13min) até Caraúbas-RN. Soma-se ainda, a impossibilidade de executar as duas atividades, concomitante, UFERSA (ensino, pesquisa e extensão) e do programa de Doutorado.

Acrescento ainda, que os 8 anos e 3 meses, precisamente entre os dias 05 de agosto de 2014 (posse) até o momento, foi possível contribuir nessa instituição com as seguintes atividades: Funções Administrativa: 19/04/2016 a 08/02/2018 no campus Caraúbas-RN Coordenação de Extensão e Cultura (Portaria Nº 0260/2016); Membro Titular do Comitê de Extensão e Cultura (Portaria/PROECNº002/2016); Membro da Comissão Organizadora das Atividades Comemorativas 50 anos (PortariaNº0050/2017). Implantação da Ciência e Tecnologia Empresa Júnior/CTEJ; Workshop das Engenharias e Empreendedorismo (Aprovado/PROEC); Seminário de Ações Afirmativas; Diversidade e Inclusão Social (PRÉ-SEADIS); Membro da Comissão Organizadora da I CEPES; Membro da Comissão Gestora do Programa de Incubadoras de Empreendimentos (PortariaNº0132/2016); I Workshop de

PROPPG

Engenharias e Empreendedorismo (UFERSA/Campus Caraúbas); Pré-Seminário de Ações Afirmativas Diversidade e Inclusão Social, I Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do Semiárido; Outras Atividades: Docência; Grupo de Pesquisa (Saberes Socioambientais e Cultura Interdisciplinares); Coordenação no Projeto de Pesquisa (Estratégias e Ações Empresariais na Cidade de Caraúbas-RN); Coordenação Ações de Extensão (início 2014): 13º Ação Social; 13º Projeto Consultores Universitários UFERSA/SEBRAE-RN; Maratona Universitária UFERSA/SEBRAE-RN; 13ª Feira de Negócios; 13º Programa de Desenvolvimento Social para o Trabalho e Programa de Ação Social; 1ª ação vinculada ao programa de desenvolvimento social para o trabalho: 1) entrelaço a empregabilidade; 2ª ação vinculada ao programa de desenvolvimento social para o trabalho: 2) empreendedorismo social na prática; 3ª ação vinculada ao programa de desenvolvimento social para o trabalho: 3) ensino e aprendizagem com foco no processo da transformação profissional; Eventos Educacional por meio de Palestras; Orientações: (17 TCC e 11 Projetos de TCC); Além de Avaliadora externa: Feira de Ciências e ad hoc do processo de seleção dos projetos de iniciação cientifica dos programas PIBIC, PIBIC-EM e PIBITI/UERN.

Por fim, o Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação *stricto sensu* para o Doutorado (Anexo III), tem proposta inicial (possível a mudanças) a diversos requisitos relevantes que contempla a linha de pesquisa Estratégia e Competitividade, nessa, alinhada ao empreendedorismo social em ambientes institucionais. No que tange à abordagem do problema, a proposta tem características quantitativas e qualitativas. Por ser uma pesquisa mista, a análise será por meio do IRaMuTeQ, ferramenta francesa gratuita que rompe a dicotomia de usos em pesquisas apenas quantitativas ou qualitativas. Ao final da aplicação dos questionários, os envolvidos nos programas de extensão das instituições apresentarão dados sobre desafios e impactos das ações em estudo, considerando apenas os que participam e/ou tiveram algum tipo de experiência em ações extensionistas. Nesse sentindo, considera-se inclusão social, meios de inovação estratégicas na disciplina empreendedorismo de cunho socialista, ações de extensão, comunicação entre sujeito e objeto, e possibilidades que direcionem execuções humanas e sociais. Assim, espera-se realizar a interlocução entre a extensão e o papel social concreto universitário.

Data: 09 de novembro de 2022.

GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]

Assinado de forma digital por GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Dados: 2022.11.09 16:53:00 -03'00'

Assinatura do requerente

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo III)
Plano de Trabalho Detalhado

PLANO DE TRABALHO: PROJETO DE PESQUISA PARA O PERÍODO DA ATIVIDADE (CRONOGRAMA DE ATIVIDADES *STRICTO SENSU):*

Data: 09 de novembro de 2022.

GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Assinado de forma digital por GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Dados: 2022.11.09 17:59:34 -03'00'

Assinatura do requerente

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IV)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá ***substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto.*** *Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

Conforme, também, explicação no Anexo II – Justificativa para o Afastamento.

PROPPG

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro que **Gilmara Elke Dutra Dias** está inscrita e participando do Processo Seletivo (em aberto) para o Curso *STRICTO SENSU* de Doutorado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PPGA/UNIFOR, Turma 14.

Declaro, ainda, que o prazo previsto para realização do curso são 48 meses, com carga horária de 720 horas. Para o semestre 2023.1 serão oferecidas 10 vagas. Início previsto para **06/02/2023.1** e Término: **06/12/2026.2**.

O Curso é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC). Conceito 5.

Fortaleza - CE, 31 de outubro de 2022.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
[redacted]
Profª: Marina Dantas de Figueiredo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas PPGA

Marina Dantas de Figueiredo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IV)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá ***substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto.*** *Conforme o que está no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

Conforme, também, explicação no Anexo II – Justificativa para o Afastamento.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

5. CALENDÁRIO

ETAPAS	DATAS
INSCRIÇÃO	17/10/2022 a 30/11/2022
DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS	01/12/2022
PRAZO DE RECURSO	02/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO RECURSO E LISTA DEFINITIVA DE APROVADOS PARA ENTREVISTA	05/12/2022
ENTREVISTA	06, 07, 08 e 09/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO	12/12/2022
PRAZO DE RECURSO	13/12/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO	14/12/2022
MATRÍCULA	15/12/2022 a 20/01/2023
PREVISÃO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	06/02/2023

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Elke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	61,6	5º	4 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	6º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	7º	4 anos

A docente Izabela Apolinario da Costa não apresentou a documentação comprobatória.

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Pontuação Final*	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	148,3	1º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	86,2	2º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	83,0	3º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	69,5	4º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	68,9	5º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	46,0	6º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	32,3	7º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	0,0	8º	1 ano

NOTA: *Foram aplicados os ajustes previstos no Parágrafo 2º do Artigo 7 da Resolução CONSUNI/UFERSA N.º 003/2018;

ERRATA: O resultado foi republicado para retificação da ordem decrescente de pontuação do Pós-doutorado, entre as posições 6º e 7º lugar. Não havendo alteração de pontuação.

Caraúbas/RN, 17 de Outubro de 2022.

LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]

Digitally signed by LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]
Date: 2022.10.17 16:03:56 -03'00'

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva (Membro Titular - DE)

gov.br
Documento assinado digitalmente
DENILSON MENEZES DE JESUS
Data: 17/10/2022 16:17:36-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Denilson Menezes de Jesus (Membro Titular - DCT)

gov.br
Documento assinado digitalmente
BRUNO CORIOLANO DE ALMEIDA COSTA
Data: 17/10/2022 17:12:39-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Bruno Coriolano de Almeida Costa (Membro Titular - DLCH)

KELYANE BARBOZA DE ABREU:[redacted]

Assinado digitalmente por KELYANE BARBOZA DE ABREU[redacted]
ND: CN=KELYANE BARBOZA DE ABREU:07541062413, OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.10.17 16:38:47-03'00'

Kelyane Barboza de Abreu (Membro Suplente - DCT)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS **V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; (Anexo V)**

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

* Renovação em Trâmite

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)
TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portadora do CPF nº [redacted], RG nº [redacted], matrícula SIAPE nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para cursar o Doutorado Acadêmico em Administração, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido Doutorado, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele estágio, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do Doutorado em epígrafe.
Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos para cursar o Doutorado.
Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 10 de novembro de 2022.

GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Assinado de forma digital por GILMARA ELKE DUTRA DIAS:[redacted]
Dados: 2022.11.10 07:27:56 -03'00'

GILMARA ELKE DUTRA DIAS
CPF: [redacted]

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES: 91440530459
Digitally signed by EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:91440530459
DN: CN=EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES:[redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural Do Semi-Árido, O=ICPEdu, C=BR
Reason: I am the author of this document
Location: UFERSA
Date: 2022-11-10 07:51:45
Foxit Reader Version: 10.0.0

EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES
CPF: [redacted]

gov.br
Documento assinado digitalmente
LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA M
Data: 10/11/2022 08:21:37-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

LEONETE CRISTINA DE ARAÚJO FERREIRA MEDEIROS SILVA
CPF: [redacted]

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

PROPPG

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted], é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, com lotação no(a) Departamento de Ciência e Tecnologia do Campus Caraúbas .

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:10 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus CaraúbasPortaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted] é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor de Magistério superior, com lotação no(a) Campus Caraúbas.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) foi nomeado(a) para ocupar o cargo supracitado através da Portaria UFERSA/GAB n° 0946, emitida em 04 de julho de 4, publicada no Diário Oficial da União de 04 de julho de 2014, não havendo registros, nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a), de ocorrência de Redistribuição.

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula (Siape n° [redacted]), ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:43 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus Caraúbas
Portaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

Brasília, 9 de agosto de 2021 BGP - Publicado em 09/08/2021 - Ano 5 Edição 8.6 ISSN 1111-1111

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Portaria PROGEPE/UFERSA-RN nº 633, de 6 de agosto de 2021

O Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFERSA/GAB N° 0406/2020, de 31 de agosto de 2020, e tendo em vista a delegação de competência constante na Portaria UFERSA/GAB n° 658/2020, de 04 de novembro de 2020, considerando os arts. 12 e 13-A da Lei n.° 12.772/2012 e 19 da Lei n.° 13.325/2016, e o que consta do Process n.º 23091.007842/2021-10, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora docente **Gilmara Elke Dutra Dias**, matrícula SIAPE n.º [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, a Progressão Funcional para o nível 1 da Classe C – Professor Adjunto.

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data, com efeitos e efetivo exercício a partir de 06 de agosto de 2021.

ANTÔNIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO

A autenticidade deste documento poderá ser verificada acessando o link:

https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/75020

Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, portador(a) do CPF nº [redacted], é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 05 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Professor do Magistério superior, lotado(a) no(a) Campus Caraúbas, com regime/jornada de trabalho de Dedicação Exclusiva.

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por DALVANIRA BRITO RODRIGUES:[redacted]
Dados: 2022.10.31 14:56:28 -03'00'

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus CaraúbasPortaria Ufersa/Gab nº 276, de 29 de maio de 2020

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 07:24:30 do dia 01/11/2022 , com validade até o dia 01/12/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: J2AuLq4FXvSJlPa1ykDu

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARAMOS, para os devidos fins, que o(a) servidor(a) GILMARA ELKE DUTRA DIAS, matrícula SIAPE [redacted], ocupante do cargo de PROFESSOR 3 GRAU, classe C - Adjunto, nível 001, do quadro de pessoal do(a) UFERSA, foi admitido(a) a partir de 05/08/2014, sendo lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS, em regime de Dedicação exclusiva.

Mossoró/RN, 29 de Outubro de 2022.

Código de verificação:
e25cf227dd

Para verificar a autenticidade deste documento acesse
http://sigrh.ufersa.edu.br/sigrh/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a matrícula siape, data de emissão do documento e o código de verificação.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

AFASTADA POR VAGA E CLASSIFICAÇÃO NO PQD (NÃO POR PARES)

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IX)

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA

(Departamento Acadêmico de lotação do requerente)

Pode utilizar documento oficial do setor (Departamento) em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

EMITIDO EM 29/10/2022 15:42

RELATÓRIO DE DADOS FUNCIONAIS POR SERVIDOR

Servidor: GILMARA ELKE DUTRA DIAS

DADOS FUNCIONAIS

Servidor:	GILMARA ELKE DUTRA DIAS
Siape:	[redacted]
Matrícula Sistema Anterior:	
Matrícula SiapeCad:	
Código Brasileiro de Ocupação (CBO):	
Categoria Funcional:	Docente
Data de Admissão:	05/08/2014
Data de Ingresso no Serviço Público:	05/08/2014
Jornada de Trabalho:	Dedicação exclusiva
Cargo Emprego:	PROFESSOR 3 GRAU
Classe Cargo Emprego:	Classe C - Adjunto
Unidade de Exercício:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS ()
Unidade de Lotação:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS ()
Referência Nível/Padrão:	001
Formação:	MESTRADO
Regime Jurídico:	Estatutário
Situação no SiapeCad:	Ativo Permanente
Situação no SIGRH:	Ativo
Tipo Admissão:	
Adicional de Tempo de Serviço:	0
Operador de Raio-X?:	Não

SIGRH | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2007-2022 - UFRN - sig-prd-sigrh01.ufersa.edu.br.sigrh01

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo X)

PARECER DO CONSELHO DO CENTRO AO QUAL O REQUERENTE FAZ PARTE

PODE UTILIZAR DOCUMENTO OFICIAL DO CONSELHO DO CENTRO EM QUE O SOLICITANTE ESTEJA VINCULADO DISPENSANDO ESTE FORMULÁRIO.

Observações
(Obrigatórias no parecer)

1) Deve ficar bem claro no parecer, se for o caso, se o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado.

2) Se a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES (ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUP.	DISPINÍVEIS
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	8	**4**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**10**	**4**

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPT.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Desiree Alves de Oliveira	AC	18/05/2023	17/07/2026	Gustavo Marques Calazans Duarte	17/07/2023	-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda*	AC	16/07/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	-	31/12/2022	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	29/09/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	-	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	08/06/2023	25/ 01/2026	Daniel Silva Guedes	01/05/2023	-
DE	Marcia Yara de Oliveira Silva	AC	18/05/2023	31/07/2026	Wilker Fernandes Soares	17/07/2023	-

* Renovação em Trâmite

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Geovanna Paulina Dantas Maia	09/11/2023
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-

(*) Processo de renovação em andamento

* Renovação em Trâmite

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XI)

Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formulários/)

PROPPG

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 07:24:30 do dia 01/11/2022 , com validade até o dia 01/12/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: J2AuLq4FXvSJlPa1ykDu

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

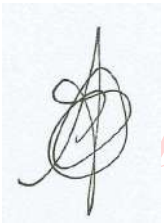
24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, matrícula Siape nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 01/11/2022



Assinado de forma digital por ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO:[redacted]
Dados: 2022.11.01 07:48:16 -03'00'

Antônio Frankliney Viana Faustino
Pró-Reitor Adjunto

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XII)

Declaração de Licenças e Afastamentos
(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/)

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **GILMARA ELKE DUTRA DIAS**, Matrícula SIAPE nº 2145256, com início do exercício em 05 de agosto de 2014, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 31 de outubro de 2022.

Dalvanira Brito Rodrigues
Vice-Diretora no Exercício das atribuições de Diretora do Campus Caraúbas

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XIII)

Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFERSA, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até 90 (noventa) dias antes do início do afastamento. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

PROPPG

7. NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2022

É importante ressaltar que o Decreto nº 9.991/2019, estabelece a obrigatoriedade de que toda e qualquer ação de desenvolvimento a ser custeada, desenvolvida e/ou apoiada pela Universidade atenda a pelo menos uma das necessidades de desenvolvimento aprovadas pelo Órgão Central SIPEC.

Assim, seguem as 94 (noventa e quatro) necessidades de desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2022:

XIII (Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

	NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO ANO 2022
1	Ampliar os seus conhecimentos sobre práticas inclusivas na universidade para receber melhor todos os cidadãos que vem até a nossa instituição
2	Aprimorar os conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD para uma melhor proteção e uso de dados da instituição.
3	Conhecer os princípios da integridade pública para debater temas como ética, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual e responsabilização dentro da instituição.
4	Aprender a manusear e alimentar corretamente o website da instituição bem como a utilização de ferramentas de edição de áudio e vídeo, para explorar o Marketing digital e as mídias sociais.
5	Aperfeiçoar a condução e gerenciamento de equipes para a construção de times de alta performance.
6	Adquirir conhecimentos básicos essenciais para a elaboração de projetos para expandir a atuação da universidade.
7	Aprimorar conhecimentos sobre fiscalização, análise e prestação de contas de convênios e elaboração de termos de execução descentralizados para melhorar a atuação do planejamento da instituição.
8	Conhecer os princípios e medidas da Lei de Acesso à Informação - LAI e o papel da ouvidoria na Instituição.
9	Ampliar conhecimentos na área de Engenharias
10	Aprimorar os conhecimentos em Protocolo e Cerimonial Universitário para melhor organizar os eventos institucionais.
11	Ampliar conhecimentos na área de Ciências da Saúde
12	Aprimorar e apreender conhecimento nos conteúdos e temáticas das áreas das Ciências Biológicas
13	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas da Universidade como SIPAC, SAPIENS, SIGRH e SIGAA, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas atividades institucionais.
14	Qualificar e capacitar em programas de pós-graduação e ações de capacitação em áreas de natureza multidisciplinar.
15	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas do Governo Federal como SEI e SCDP, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas

Emitido em 09/11/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 3935/2022 - SAP-CAR (11.01.29.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/11/2022 09:21)
EDILMA PEREIRA COSTA
ARQUIVISTA
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **3935**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/11/2022** e o código de verificação: **e0e26d025e**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5625/2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 22 de novembro de 2022.

1. Trata-se de requerimento de afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por GILMARA ELKE DUTRA DIAS, Matrícula Siape [redacted].

2. O pedido foi aprovado na 9ª Reunião Ordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 07 de novembro de 2022.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, **estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber**:

a) requerimento formulado 90 (noventa) dias antes do início do afastamento;

b) adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 13 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral; **IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu ou aceitação do candidato para realizar estágio pósdoutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso;** V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente; VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG; VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º desta Resolução; e VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto. **Acerca de tal requisito, é importe destacar que, em que pese a servidora ainda não possuir comprovante de matrícula, o Art. 14 da Resolução Consuni/Ufersa autoriza o andamento de seu processo quando instruído, como na espécie, com o comprovante de inscrição no processo seletivo, condicionando-se o afastamento à apresentação do comprovante definitivo de matrícula.**

c) disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado. **Neste ponto específico, ressalte-se que há vagas de professor substituto disponíveis no PQD 2023, razão pela qual, considerando a classificação da(o) requerente no plano, faz jus à contratação de substituto em seu favor.**

d) obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e) Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 11ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 16 de novembro de 2022, **APROVOU o requerimento formulado, condicionando o afastamento à apresentação do comprovante de matrícula, na forma do art. 14 da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018**

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, da Resolução Consuni /Ufersa nº 003/2018.

Caraúbas, 22 de novembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 08:40)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017658/2022-76

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5625**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **9dc77db7da**

PARECER DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO
Nº PROCESSO: 23091.017658/2022-76
DATA DA SOLICITAÇÃO: 01/11/2022
REGIME: INTEGRAL
SOLICITANTE: GILMARA ELKE DUTRA DIAS
SETOR/DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS
CENTRO: CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO
OBJETIVO: DOUTORADO
PERÍODO: 06/02/2023 a 06/12/2027.
PAÍS: BRASIL
CIDADE: FORTALEZA-CE
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC
CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)
CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Páginas 63 a 65);
CONSIDERANDO o Plano de Trabalho Detalhado (Páginas 66 a 82);
CONSIDERANDO o Resultado do Edital do Ranking do CMC (Página 87);
CONSIDERANDO a Declarações de Participação em Processo Seletivo (Página 84);
CONSIDERANDO o Termo de Compromisso (Anexo VI) (Página 92);
CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 54);
CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro (Páginas 114 e 115).
OBSERVAÇÕES
O afastamento está de acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 003/2018, bem como não excede o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação. Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência de haver uma vaga de professor substituto disponível no PQD 2022.
PARECER PROPPG
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido da servidora docente GILMARA ELKE DUTRA DIAS, pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, para cursar o Doutorado Acadêmico em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Ceará- UFC, na cidade de Fortaleza- CE, no período de 06 de fevereiro de 2023 a 06 de dezembro de 2027, **condicionado o afastamento à apresentação de comprovação de vínculo no programa do qual participa de processo seletivo.** Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA. Mossoró-RN, 23 de novembro de 2022.    Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 23/11/2022

PARECER Nº 720/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/11/2022 17:49)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **720**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **23/11/2022** e o código de verificação: **a925416545**

Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Pós-Graduação
Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Declaração de Aprovação

Declaro que a Sra. Gilmara Elke Dutra Dias foi aprovada no processo seletivo para o curso de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, da Universidade de Fortaleza. Conforme as regras do edital 45/2022, a Sra. Gilmara foi a primeira colocada na ordem de classificação dos candidatos.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2022.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
[redacted]
Profª: Marina Dantas de Figueiredo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas PPGA

Emitido em 14/12/2022

DECLARAÇÃO Nº 584/2022 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/01/2023 16:20)
ANANAYRA MIRELLA GOIS E SILVA
ADMINISTRADOR
SID (11.01.04.04.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **584**, ano: **2022**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **16/01/2023** e o código de verificação: **36a9391eea**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 110/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 16 de janeiro de 2023.

Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pela servidora docente **Gilmara Elke Dutra Dias,** SIAPE nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada no Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar **Doutorado** Acadêmico em Administração de Empresas, na Universidade de Fortaleza-UNIFOR, em Fortaleza-CE, no período de **06 de fevereiro de 2023 a 06 de fevereiro de 2027.**.

Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne à concessão do afastamento total ao servidor para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Lei nº 8.112/1990. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991 /2019.

É importante citar que, em atendimento ao que veda o parágrafo 2º, do art. 96-A, da Lei nº 8.112/1990, a requerente apresenta na fl. 45 deste processo, Declaração da Divisão de Administração de Pessoal - DAP, onde comprova-se que a servidora não esteve licenciada para tratar de assuntos particulares ou para capacitação nos 2 (dois) anos anteriores a esta solicitação, estando devidamente habilitada ao afastamento para qualificação.

Cumpre-nos informar que haverá professor substituto contratado, conforme consta no Parecer do Centro Multidisciplinar de Caraúbas (fl. 54).

Nesse sentido, o Departamento de Ciência e Tecnologia-Caraúbas, bem como o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam o afastamento da docente, conforme se verifica nos documentos expendidos às fls. 54, 114, 115 e 116, respectivamente.

Ante o exposto, opinamos pelo **deferimento** do pleito

(Assinado digitalmente em 16/01/2023 16:33)
ANANAYRA MIRELLA GOIS E SILVA
ADMINISTRADOR
SID (11.01.04.04.03)
Matrícula: [redacted]

(Assinado digitalmente em 16/01/2023 16:35)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017658/2022-76

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **110**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **16/01/2023** e o código de verificação: **8030c9a056**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 137/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 17 de janeiro de 2023.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pela servidora docente Gilmara Elke Dutra Dias, matrícula Siape nº [redacted], de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Administração de Empresas na Universidade de Fortaleza - Unifor, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 17/01/2023 15:05)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017658/2022-76

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **137**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **17/01/2023** e o código de verificação: **6fbc1dc35d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2023

O VICE-REITOR NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; o Regimento da Ufersa; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.017658/2022-76; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 1ª Reunião Ordinária de 2023, realizada no dia 20 de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento da servidora docente Gilmara Elke Dutra Dias, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada no Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado Acadêmico em Administração de Empresas, na Universidade de Fortaleza - UNIFOR, em Fortaleza/CE, no período de 06 de fevereiro de 2023 a 06 de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Assinado de forma digital por ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Dados: 2023.01.25 18:44:06 -03'00'

ROBERTO VIEIRA PORDEUS

Emitido em 20/01/2023

RESOLUÇÃO Nº RESOLUÇÃO Nº 3/2023 - SOC (11.03.01)
(Nº do Documento: 4)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/01/2023 10:45)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: ###292#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **4**, ano: **2023**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **26/01/2023** e o código de verificação: **6e3b0a3fab**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 329, DE 13 DE MARÇO DE 2023

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 928, de 5 de dezembro de 2022, do Ministério da Educação; o inciso VI do artigo 44 do Estatuto da universidade; o que consta no Processo n° 23091.017658/2022-76, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior – Consuni, o afastamento da servidora docente Gilmara Elke Dutra Dias, SIAPE [redacted], lotada no Departamento de Ciência e Tecnologia, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado Acadêmico em Administração de Empresas, na Universidade de Fortaleza - UNIFOR, em Fortaleza/CE, com início em 1º de março de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 1º de março de 2023.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Emitido em 16/03/2023

PORTARIA Nº 274/2023 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/03/2023 14:39)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **274**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **16/03/2023** e o código de verificação: **3f405db15e**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SETOR DE CADASTRO

DESPACHO Nº 1259 / 2023 - SEC (11.01.04.05.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 28 de março de 2023.

01 - **Afastamento inserido(a) na folha de pagamento do mês de março/2023**, conforme Resolução CONSUNI n. 3/2023.

02 - Deste modo, encaminhe-se o presente processo à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para acompanhamento e demais providências que sejam necessárias.

(Assinado digitalmente em 28/03/2023 15:57)
RANIEIRE PAULA RIBEIRO
CONTADOR
SEC (11.01.04.05.02)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017658/2022-76

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1259**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **28/03/2023** e o código de verificação: **50177f4df1**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.018255/2022-59

ELETRÔNICO

Cadastrado em 11/11/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
LEONARDO MAGALHAES XAVIER SILVA	[redacted]	1998864

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
NÃO DEFINIDO

Assunto Detalhado:
DOCENTE SOLICITA AFASTAMENTO NO PAÍS CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Unidade de Origem:
GESTÃO DE PESSOAS - ANGICOS (11.01.23.12)

Criado Por:
RAIMUNDO LEANDRO ANDRADE MARQUES

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
11/11/2022	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - ANGICOS (11.01.23.19.08)
16/11/2022	DIRETORIA - ANGICOS (11.01.23.18)
17/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - ANGICOS (11.01.23.19)
17/11/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
23/11/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
24/01/2023	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - ANGICOS (11.01.23.19)
25/01/2023	CAMPUS ANGICOS (11.01.23)
25/01/2023	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
26/01/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
27/01/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROPPG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES NA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE			
Nome (completo sem abreviaturas): Leonardo Magalhães Xavier Silva			
Identidade: [redacted]	**Órgão emissor:** [redacted]	**UF:** [redacted]	**Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted]	**Data de Nascimento:** [redacted]		**Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted]		**Departamento/Setor:** DENGE - CMA	
Categoria Funcional: Professor do Magistério do Ensino Superior			
Tipo de Afastamento: Integral			
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): _____ **Mês:** _____			
Início do Exercício no Cargo: 27/02/2013 **(anexar Declaração da PROGEPE)**			
2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE			
Curso: Doutorado em Engenharia Química pela PPEQ - UFCG			
Nível: Doutorado			
Área de Concentração: Engenharia Química			
Prazo previsto para realização do curso: Início: 12/09/2022 **Término:** 11/09/2026			
Instituição de realização do Curso: UFCG			
Cidade: Campina Grande	**Estado:** PB	**País:** Brasil	

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG **(Check-List)**; ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFERSA, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (**https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/**).

Obs.: *O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até* ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 10/11/2022
(obrigatório)

Assinatura do requerente
(obrigatório)

DÚVIDAS: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.***

(ANEXO I)

***CHECK-LIST* – AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO** (obrigatório)

Nome do solicitante: Leonardo Magalhães Xavier Silva	
Local de Qualificação (Universidade): UFG	
X **No País** • **No Exterior**	
Período de Afastamento (inicial e final): 13 / 02 / 2022 a 11 / 09 / 2026	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página** (Preenchido pela PROPPG):
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG ***(Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** • Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas • Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Leonardo Magalhães Xavier Silva
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DENGE – Centro Multidisciplinar de Angicos
Categoria Funcional: Servidor Docente
Tipo de Afastamento: Integral
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): ____ Mês: ____
Início do Exercício no Cargo: 27/02 /2013 (anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Engenharia Química pelo PPEQ-UFCG
Nível: Doutorado
Área de concentração: Engenharia Química
Prazo previsto para realização do curso: Início: 12/09/2022 Término: 11/09/2026
Instituição de realização do Curso: UFCG
Cidade: Campina Grande **Estado:** PB **País:** Brasil

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa do requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 09/11/2022
(obrigatória)

[redacted]

Assinatura do requerente
(obrigatória)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação

Nome do solicitante: Leonardo Magalhães Xavier Silva	
Local de Qualificação (Universidade):	
☒ No País ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 13/02/2023 a 11/09/2026	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página\;**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQFD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Considerando a aprovação no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande com início em 12 de setembro de 2022 e com término previsto para o dia 12 de setembro de 2026.
Considerando ainda a Resolução Consuni/UFERSA 003/2018 de 25 de junho, que garante o direito ao servidor o direito de afastamento total para realização de cursos de pós-graduação *strictu sensu* de acordo com o artigo 4°, endossando importância da qualificação a nível de Doutorado para que o Docente possa exercer as atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira plena.
Por fim, considerando ainda o PQD 2023 do Centro Multidisciplinar de Angicos, no qual me encontro em primeira posição para o afastamento na modalidade Doutorado e, portanto, dentro das vagas que teriam direito a Professor substituto.

Solicito o afastamento integral no período 13 de Fevereiro de 2023 a 12 de setembro de 2026 para a conclusão do referido curso de Doutorado, haja vista que o curso é presencial e ocorre na cidade de Campina Grande-PB que se encontra a distância de 340 km de Angicos-RN, onde me encontro lotado como servidor docente.

Data: 10 de Novembro de 2022

------ [redacted]

Assinatura do requerente

PROG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo III)

Plano de Trabalho Detalhado

Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu

PROPPG

Projeto de Tese de Doutorado:

Desenvolvimento de um *Soft-sensor* para o Processo de Controle de uma Destilação Extrativa Utilizando *Support Vector Machine* Visando a Maximização da Eficiência Energética

Autor: Leonardo Magalhães Xavier Silva

Orientador: Professor Wagner Brandão Ramos

Desenvolvimento de um *Soft-sensor* para o Processo de Controle de uma Destilação Extrativa Utilizando *Support Vector Machine* Visando a Maximização da Eficiência Energética



Leonardo Magalhães Xavier Silva
Candidato



Prof. Wagner Brandão Ramos
Orientador

Campina Grande – PB, Agosto de 2022

Sumário

1 – Introdução 5

2 – Estado da Arte 8

2.1. Soft-sensor 8

2.2. Support Vector Machines 9

2.3. Destilação Extrativa 13

3 – Objetivos 16

4 – Metodologia 17

5 – Cronograma 18

6 – Referências Bibliográficas 20

1 – Introdução

O aquecimento global e as mudanças climáticas correlatas a esse processo são um desafio que precisa ser enfrentado o mais rapidamente possível, havendo inclusive evidências que as mudanças climáticas já tenham alcançado pontos críticos e que há a possibilidade de que uma emergência planetária já esteja em curso (Lenton et al., 2019). Diante do exposto é faz-se necessário um esforço conjunto para alcançar reduções nas emissões de gases geradores de efeito estufa (GGEs), cuja principal fonte está predominantemente associada à utilização de combustíveis fósseis.

No entanto, essa necessidade apresenta um desafio para a maioria dos países: como reduzir as emissões de GGEs sem que a segurança energética (a garantia de acesso regular e em quantidades capazes suprir as necessidades) tão necessária ao desenvolvimento seja afetada. O desafio posto apresenta como resposta de maneira sintética 2 caminhos: a substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis (ou em casos extremos por energia nuclear) e redução do consumo de combustíveis fósseis através do aumento da eficiência energética.

O segundo caminho apresenta-se como algo extremamente viável apresentando um potencial não somente para redução das emissões de GGEs, como também potencial para redução dos custos da energia de acordo com os estudos de Akdag & Yildirim (2020) realizados para 29 países Europeus durante o período de 1995 e 2016. Enquanto Nadel & Ungar (2019) defendem que políticas de eficiência energética seriam capazes de reduzir o consumo primário de energia norte-americano em cerca de 49% e alcançar uma redução das emissões de CO_2 (o principal gás gerador de efeito estufa) de cerca de 52% até 2050. Esse último fato seria capaz de colaborar de maneira significativa para alcançar as metas do Acordo Climático de Paris (Nadel, Mathews & Liu, 2020).

No caso do Brasil, as políticas públicas em relação a eficiência energética se apresentaram historicamente na forma de planejamento estruturado e de longo prazo. A maior parte dos programas de eficiência energética brasileiros surgiram como respostas a crises energéticas no país como os Choques do Petróleo nos anos 1970, a Crise de Financiamento Internacional nos anos 1980 e a Crise Hídrica de 2021 (Schutze & Holz,2021). Adicionalmente, Schutze (2021) menciona o fato das políticas para eficiência energética no Brasil focarem prioritariamente no setor residencial, havendo uma carência de políticas de eficiência energética industrial e defasagem muito grande em relação a eficiência energética no setor industrial brasileiro.

Esse fato pode ser percebido ao analisar os ganhos de eficiência através do índice ODEX (Adabo, 2020) para o período 2005-2019 no quais os ganhos de eficiência para o setor residencial foram de 14%, para o setor de transportes de 19% e para o setor industrial de apenas 7%(EPE,2020).

O relatório "[R]evolução Energética-Rumo a um Brasil com 100% de energias limpas e renováveis" destaca que para o Brasil é possível alcançar ganhos da ordem de

47% em eficiência energética, podendo ser alcançado para alguns setores como o de transportes ganhos ainda maiores, girando em torno de 61% (GreenPeace Brasil, 2016).

Essas últimas afirmações combinadas com o fato de o setor industrial ser o setor correspondente ao segundo maior consumo de energia – considerando os usos não energéticos excluídos - (EPE,2020) implicam que existe uma margem muito grande para melhorar o desempenho desse setor em termos de eficiência energética gerando benefícios em termos de eficiência energética, de competitividade econômica do setor industrial e do ponto de vista socioambiental (Assunção & Schutz, 2017). Além desses fatores os ganhos de eficiência energética brasileira também teriam implicações sérias nas disponibilidades energia, água e alimentos para a população brasileira (Mercure *et al.*, 2019).

Para endereçar a questão da eficiência energética no setor industrial um relatório intitulado "Oportunidades de Eficiência Energética para a Indústria: Experiências Internacionais em Eficiência Energética para a Indústria" da Confederação Nacional das Indústrias propõe uma série de ações dentre as quais podemos destacar o uso de P&D voltados para os equipamentos e processos industriais eficientes, assim como uma maior comunicação no sentido de promover a adoção dessas pesquisas por parte do setor industrial (Bajay & Santana, 2010).

Corroborando com essa a visão, o Greenpeace Brasil detectou a dificuldade de acesso a financiamentos e empréstimos voltados a projetos de eficiência energética industrial como um gargalo do setor industrial. Essa mesma ONG também relatou a necessidade específica dos investimentos em políticas de eficiência que contemplem a energia térmica posto que esta corresponde a cerca de 80% do consumo industrial. Apontando ainda o potencial de ganhos de eficiência energética da ordem de 40% e que os maiores potenciais de conservação de energia estariam nos sistemas de aquecimento direto, de força motriz e de calor de processos (GreenPeace Brasil, 2016).

Um dos sistemas que apresenta uma carga térmica elevada dentro da indústria química são a operação das colunas de destilação que costumam apresentar o maior consumo global de energia dentro de uma planta (Silva, Martins Júnior e Ramos,2022), melhorar a eficiência térmica dos processos de destilação se torna ainda mais importante ao levarmos em consideração que cerca de 95% dos processos de separação da indústria química estão relacionados a esse tipo de operação unitária (Biddulph,2002).

Dentro do panorama descrito o presente projeto visa contribuir para os avanços do setor industrial em termos de eficiência dos processos industriais através P & D, tomando como processo de referência um processo de destilação extrativo que costuma ser utilizado nos processos de destilação não-convencionais, utilizadas quando há formação de um azeótropo ou quando os pontos de ebulição dos componentes são muito próximos. Nesse sentido pretende-se desenvolver um *soft-sensor* baseado em *Support Vector Machines* (SVM) a ser utilizado em sistema de controle visando a otimização da eficiência energética do processo de destilação extrativa.

A utilização de *soft-sensors* para o sistema de controle se baseia nas dificuldades apresentadas em acompanhar as composições de correntes contendo misturas nos processos químicos. As análises das composições costumam utilizar cromatografia o que,

geralmente, costumam ser lentas, custosas e acabam por dificultar as ações dos sistemas de controle de processos pelos seus atrasos. Nesses casos é comum a adoção de um modelo matemático capaz de inferir a partir de propriedades facilmente mensuráveis e cujas medidas possam ser obtidas com menos atraso para inferir a composição em uma dada corrente do processo químicos em questão (Neves *et al.*2018).

2 – Estado da Arte

Para descrever os fundamentos do Estado da Arte essa seção está dividida em 3 secções correspondentes aos temas *Soft-sensor*, *Support Vector Machines* e destilação extrativa. Na primeira delas há uma breve discussão a respeito dos soft-sensors apresentando essa tecnologia, sua classificação e suas aplicações. Na segunda sessão realizou-se uma breve revisão sobre aprendizado de máquinas e mais especificamente uma dessas metodologias: *Support Vector Machines*. Na última seção há uma breve discussão do processo de destilação extrativa para qual desenvolveremos um sistema de controle envolvendo soft-sensor visando otimizar a eficiência energética do processo.

2.1. Soft-sensor

Em processos industriais é comum o uso de sensores para garantir o acesso a informações internas associada ao estado de operação, o estado de trajetórias e as variações externas refletidas nos fatores ambientais. As informações proporcionadas por esses sistemas de controlem permitem o monitoramento do processo assim como servem de base para a formulação de estratégias de controle para os processos. A maioria desses sensores é de natureza física e possuem sua operação baseada em conhecimentos sólidos das ciências naturais além de requerem que anteriormente a sua aplicação em sistemas de engenharia sejam realizados uma amostragem de dados e transformação dos sinais (Jiang *et al.*, 2021).

A utilização desses sensores físicos não é feita de maneira indiscriminada. A quantidade desses sensores, busca garantir as informações que possam ser aproveitadas para aquisição de informações e geração de conhecimento do processo, a geração adicional de dados para além de certo ponto não se justificaria, pois, essas informações não contribuiriam nesse sentido. Outro ponto importante nesse sentido residiria, no fato de que esses sensores em excesso poderiam gerar um custo alto na aquisição dos equipamentos, na manutenção e na carga de trabalho necessária para sua calibração (Yin & Kaynak, 2015).

Os *soft-sensors* surgem com uma alternativa aos sensores implementados fisicamente e ganham relevância na indústria moderna. A maior parte dos *soft-sensors* são baseados em modelos fenomenológicos, em outras palavras requerem um conhecimento a *priori* das relações entre as variáveis. No entanto, em alguns casos os *soft-sensors* podem ser obtidos de modelos empíricos, isso se dá especificamente nos casos nos quais as relações entre as variáveis lidas e as leituras fornecidas por esses sensores são complexas (Jiang *et al.*, 2021).

Autores diferentes costumam definir soft-sensor de maneiras ligeiramente diferentes. Talvez a definição mais completa seja a estabelecida por Randek & Mandenius (2017) que define *soft-sensor* como sendo uma combinação de dados analíticos de hardware – oriundos de sensores, de analisadores, de instrumentação e atuadores – com modelos matemáticos para gerar novas informações sobre o processo em tempo real.

As aplicações dos soft-sensor nos processos industriais são diversas, mas podem ser divididas em três grandes categorias: redundância virtual de sensores físicos, estimação de parâmetros físicos não medidos e predição da qualidade do produto. A redundância de sensores físicos consistem nas aplicações onde as saídas dos sensores físicos e seus pares virtuais são comparadas a fim de perceber qual o real estado de funcionamento do sensor físico. A estimação de parâmetros físicos não medidos consiste no grupo de aplicações onde os modelos matemáticos são utilizados para estimar propriedades cujas medidas são difíceis de serem realizadas diretamente, quer seja pelas condições físicas que impõem dificuldades técnicas difíceis de superar, quer seja pelas questões econômicas que impõe dificuldade de acesso a certos equipamentos de medição direta. Por fim a previsão da qualidade do produto é utilizada para prever qualitativamente e quantitativamente índices nos processos industriais que caracterizam a qualidade do produto final (*Jiang et al.*, 2021).

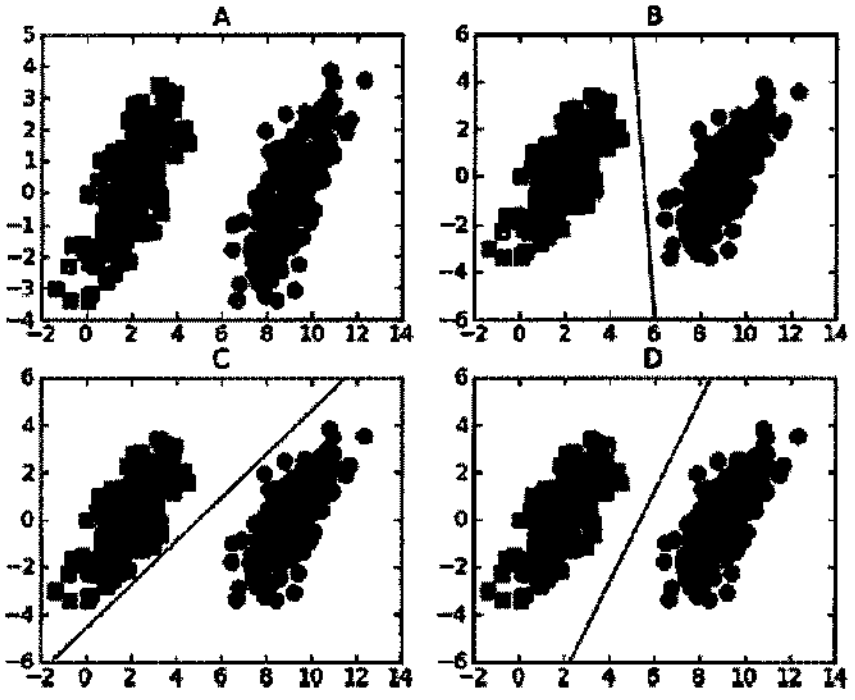
2.2. Support Vector Machines

As Support Vector Machines (SVMs) são consideradas por muitos autores o melhor método *stock* para a produção de classificadores, onde entende-se por *stock* o método não modificado. Em outras palavras as SVMs são algoritmos que podem ser utilizados na sua forma básica utilizando os dados que se apresentem disponíveis e, ainda assim, os resultados terão uma taxa de erros baixa, ou seja os SVMs são algoritmos capazes de fazer boas decisões para dados que não se encontram no conjunto de treinamento (HARRINGTON, 2012).

No entanto antes de falar das SVMs propriamente ditas é necessário discutir alguns conceitos. Pode-se tomar como exemplo o quadro A da Figura 1, observe que há dois grupos distintos de dados e que esse grupo de dados está separado o suficiente para que os pontos pertencentes a cada um dos grupos sejam separáveis por uma única linha, logo esse conjunto é dito linearmente separável. Na Figura 2 temos contra-exemplos demonstrando conjuntos de dados que não poderiam se encaixar nessa descrição, sendo ditos dados não separáveis linearmente (HARRINGTON, 2012).

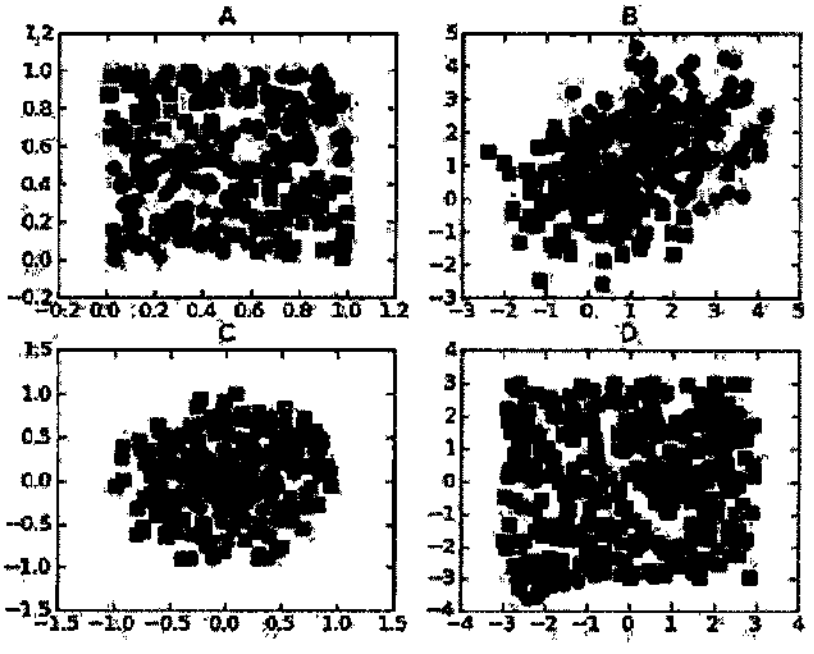
As linhas utilizadas nos quadros B, C e D da Figura 1 são denominadas hiperplanos de separação. Em gráficos bidimensionais, ele corresponde a uma linha. No caso de grupos de dados tridimensionais seria necessário utilizar um plano para esse mesmo objetivo e seguindo a mesma lógica, caso o conjunto de dados possuísse "M" dimensões, essa fronteira de separação seria dada por um hiperplano de "M-1" dimensões (HARRINGTON, 2012).

Figura 1 - Conjunto de dados linearmente separáveis no quadro A, enquanto os quadros B, C, D mostram as possíveis linhas validade para separar os conjuntos de dados.



Fonte: HARRINGTON, 2012.

Figura 2 - Conjunto de dados não separáveis linearmente.

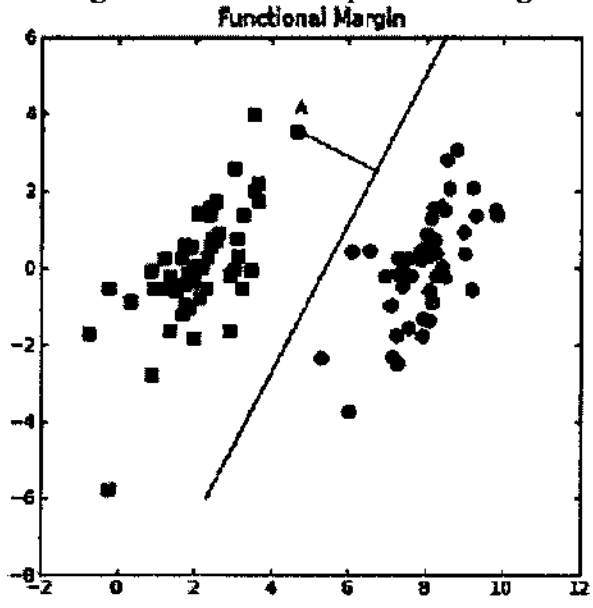


Fonte: HARRINGTON, 2012.

Durante a construção do classificador é desejável obter uma hipótese, ou fronteira, de maneira que os pontos de dados fiquem o mais distante possível dessa fronteira de decisão, pois quanto mais distantes os pontos de dados se encontrarem do hiperplano, maior será a confiança do ponto classificado quanto ao pertencimento dos pontos em questão a uma classe.

No entanto, a SVMs ao invés de maximizar a distância média dos pontos dados a um hiperplano, objetivam encontrar os pontos mais próximos ao hiperplano e garantir que o mesmo fique o mais distante possível desses pontos. Essa distância a ser otimizada é a chamada margem, enquanto esses pontos utilizados para determinar a margem são denominados de vetores suporte (Figura 3).

Figura 3 - Vetor de suporte e a margem.



Fonte: HARRINGTON, 2012.

Suponha que o hiperplano possua uma forma $W^T x+b$. Se queremos buscar a distância entre o vetor de suporte A para o hiperplano devemos medir a normal, ou a perpendicular, desse ponto para o hiperplano. Sendo essa distância dada por

$||W^Tx+b||/||W||$ onde a constante b é apenas um *offset*. Em seguida é criada uma função $f(W^Tx+b)$ onde:

$$\begin{cases} f(u) = -1, & se\ u < 0 \\ f(u) = 1, & se\ u \geq 0 \end{cases} \quad (1)$$

Onde $f(W^Tx+b)$ quando calculado em um dado ponto, é chamada de rótulo desse ponto. Desse modo a margem,h, poderá ser calculada como:

$$h = f * \mathrm{W}^{\mathrm{T}}\mathrm{x} + \mathrm{b} \quad (2)$$

Desse modo a meta é encontra valores para W e b que irão definir o classificador de forma a otimizar a função dada por:

$$\arg\max_{W,b}\left\{\min(f\cdot(W^Tx+b)\cdot\frac{1}{\|W\|})\right\} \quad (3)$$

Que através da técnica dos multiplicadores Lagrangeanos resulta uma função a ser otimizada dada por:

$$\max_{\alpha}\left[\sum_{i=1}^{m}\alpha-\frac{1}{2}\sum_{i,j=1}^{m}f(i)\cdot f(j)\cdot a_i\cdot a_j\langle x_i,x_j\rangle\right] \quad (4)$$

Sujeita as seguintes restrições: $\alpha \geq 0 e \sum_{i=1}^{m}\alpha_i \cdot f(i) = 0$.

No entanto as equações acima partem do pressuposto de que todos os dados utilizados no treinamento são todos linearmente separáveis, então para superar essa limitação é necessário a utilização de variáveis slack que resultam na mesma meta de otimização, no entanto com novas restrições dadas por: $c \geq \alpha \geq 0 e \sum_{i=1}^{m}\alpha_i \cdot f(i) = 0$

Onde o parâmetro c representa o compromisso entre garantir a maximização da margem e a garantia de que todos os exemplos possuam uma margem funcional de pelo menos 1.0. Em geral o problema descrito anteriormente pode ser resolvido através de um algoritmo denominado de Optimização Sequencial dos Mínimos (SMO) desenvolvido por John Platt em 1996 (HARRINGTON, 2012).

A descrição anterior das SVMs corresponde ao seu desenvolvimento clássico como classificador binário linear, no entanto aplicações mais interessantes podem ser

feitas adaptando o algoritmo para resolver problemas multiclasse e até problemas de regressão (KANEKO & FUNATSU,2013; PATIL et al,2005).

2.3. Destilação Extrativa

A destilação convencional é operada por dois métodos principais. No primeiro, a mistura líquida a ser separada é aquecida para a formação de vapor que posteriormente será condensado sem que haja o retorno de nenhum líquido, portanto sem nenhum refluxo. No segundo método se enquadram os processos de destilação em que uma parte do condensado é retorna para proporcionar um contato mais eficiente com os vapores quando esse estão a caminho do condensador. Podendo ambos os métodos serem realizados tanto de maneira contínua quanto em batelada (McCabe, Smith & Harriot,2001).

Foust *et al* (1982) define a destilação como um processo em que uma fase vapor entre em contato com uma fase líquida ocorrendo uma transferência de massa entre essas duas fases no sentido de fazer com que o vapor se enriqueça dos componentes mais voláteis pelo processo de evaporação desses componentes na fase líquida. No sentido inverso, o líquido é enriquecido dos componentes menos voláteis que são condensados do vapor.

Esses processos de destilação, no entanto, costumam não ser eficazes em misturas que formam azeótropos ou cujos componentes que se deseja separar possuam pontos de ebulição bastante próximos a ponto de inviabilizar sua separação. Nesse sentido o comum é a utilização de processos de destilação não convencionais, dentre os quais se destaca o processo de destilação extrativa (Araújo Neto et al, 2019).

Na destilação extrativa, um solvente adicional é adicionado no sentido de alterar a volatilidade relativa dos componentes a serem separados. Dessa forma torna-se possível que um dos componentes seja retirado pelo topo da coluna de forma pura, enquanto o segundo componente é retirado no fundo da coluna juntamente com o solvente. Sendo essa mistura comumente direcionada a uma coluna secundária na qual será separado o segundo componente, aproveitando-se do fato do solvente possuir um ponto de ebulição elevado, de tal forma que o solvente não precise ser vaporizado (Lei, Li & Chen, 2003).

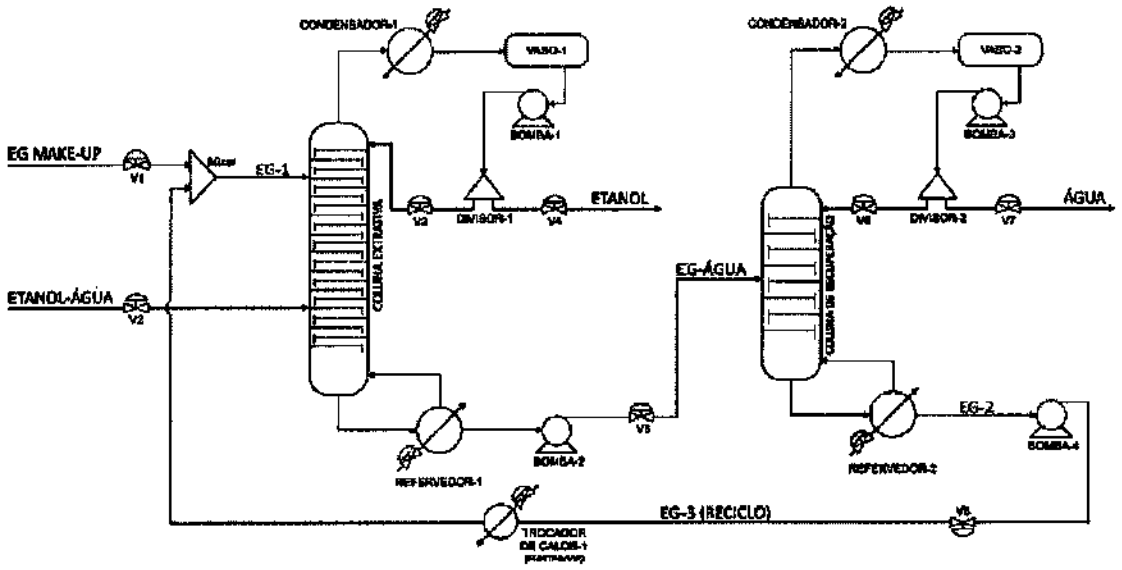
Trata-se de um processo no qual a escolha do solvente costuma ser crítica, pois a facilidade do processo de separação irá depender diretamente desse componente. Nesse sentido sua escolha precisa levar em consideração também outros fatores como toxicidade, a quantidade a ser utilizada em relação a alimentação e, por fim, o requisito energético que essa escolha irá implicar ao processo (Luyben, 2012; Lei, Li & Chen, 2003).

No Brasil, a destilação extrativa tem uma importância muito grande no que diz respeito a produção de álcool anidro que é de especial importância para formulação da gasolina automotiva no país compondo 27,5% da gasolina. A produção desse insumo no Brasil atingiu cerca de 33 milhões de metros cúbicos no ano de 2018, sendo a maior parte dessa produção concentrada na região sudeste que concentra 59,6% da produção (ANP, 2019).

No processo de produção de etanol anidro é comum a utilização do etilenoglicol como solvente para aumentar a diferença de volatidade entre o etanol e água, posto que essa mistura forma um azeótropo de mínimo na composição de 89% em mol de etanol à 78,5°C e pressão atmosférica padrão, sabendo que nas especificações para utilização na gasolina é necessário que uma fração molar mínima de 0,995 (Ramos,2016).

Para esse processo é importante a destilação extrativa com a utilização do etilenoglicol devido aos seus custos em termos de consumo de energia e de investimento inicial costumam ser mais viáveis (Ramos,2016). Na Figura 4 apresenta-se um fluxograma desse processo.

Figura 4 - Fluxograma para o processo de destilação extrativa para produção do álcool anidro utilizando etilenoglicol como solvente.



Fonte: Ramos, 2016

Ramos (2016) sugere que a modelagem desse processo apesar ser representado por sistemas de equações complexas, se encontra bastante consolidado e, portanto a utilização de softwares comerciais para simulação de processos como *Aspen Plus*® e *Aspen Plus Dynamics*® podem ser utilizados para simulação do processo de destilação extrativa com bastante precisão e agilidade. Porém o controle e otimização desse tipo de processo já se apresenta um pouco menos estudado na literatura. E o mesmo autor destaca particularmente a influência dos teores de solventes no controle, na demanda energética e mesmo no design do processo de separação.

3 – Objetivos

O objetivo geral do presente projeto é desenvolver um sistema de controle visando a maximização da eficiência energética de uma coluna de destilação extrativa através do uso de um inferenciador baseado em SVMs. Para que esse objetivo geral seja alcançado foram colocados como passos para essa meta os seguintes objetivos específicos:

1. Revisão Sistemática da Literatura sobre os processos de destilação extrativa;
2. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre os processos de destilação extrativa;
3. Desenvolvimento de modelos e realização de suas simulações computacionais para o processo de destilação extrativa no Simulador de Processos Aspen®;
4. Revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
5. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
6. Preparar os dados obtidos com as simulações para treinamento do SVM para desenvolvimento de um soft-sensor;
7. Implementação do Algoritmo de SVM em Matlab®, para desenvolvimento do soft-sensor;
8. Treinamento do Algoritmo de SVM utilizando as rotinas desenvolvidas;
9. Análise dos resultados do treinamento do SVM
10. Realizar um comparativo do desempenho do SVM, com outras metodologias para inferenciadores;
11. Elaboração do artigo envolvendo a modelagem e o desenvolvimento do soft-sensor;
12. Aplicar o soft-sensor desenvolvido para controlar o processo de destilação extrativa de forma a garantir a maximização da eficiência energética do processo.
13. Elaboração do Manuscrito da Tese de Doutorado;

4 – Metodologia

A metodologia do trabalho a ser desenvolvido pode ser descrita em basicamente 6 passos:

1. Elaboração de um modelo para o processo de destilação extrativa a ser utilizado como planta virtual utilizando o simulador de processos Aspen plus®;
2. Tratamento dos dados gerados pelas plantas virtuais no sentido de prepara-los para a geração de um *soft-sensor* baseado em SVMs, através do pré-processamentos dos dados através de normalização, remoção de outliers, tratamentos dos dados em falta, assim como a separação dos dados gerados em grupos para treinamento e validação (Pani & Mohanta, 2011);
3. Seleção das variáveis a serem utilizadas na construção do inferenciador baseado em SVMs;
4. Treinamento do soft-sensor utilizando a técnica de SVMs no matlab utilizando a LibSVM (Chang & Lin, 2011);
5. Validação do soft-sensor utilizando os dados separados na etapa de tratamento de dados para esta finalidade (Wang, Liu & Srinivasan, 2010);
6. Aplicação do soft-sensor ao controle da planta virtual focando em sua otimização no sentido energético;

5 – Cronograma

O cronograma de desenvolvimento do projeto se dará de acorda com as etapas descritas pelos objetivos específicos listadas abaixo, conforme a Tabela 1:

1. Revisão Sistemática da Literatura sobre os processos de destilação extrativa;
2. Complementação dos Créditos;
3. Defesa do Projeto de Tese;
4. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre os processos de destilação extrativa;
5. Desenvolvimento de modelos e realização de suas simulações computacionais para o processo de destilação extrativa no Simulador de Processos Aspen®;
6. Revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
7. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
8. Preparar os dados obtidos com as simulações para treinamento do SVM para desenvolvimento de um soft-sensor;
9. Implementação do Algoritmo de SVM em Matlab®, para desenvolvimento do soft-sensor;
10. Qualificação I;
11. Treinamento do Algoritmo de SVM utilizando as rotinas desenvolvidas;
12. Análise dos resultados do treinamento do SVM
13. Realizar um comparativo do desempenho do SVM, com outras metodologias para inferenciadores;
14. Qualificação II;
15. Elaboração do artigo envolvendo a modelagem e o desenvolvimento do soft-sensor;
16. Aplicar utilizar o soft-sensor desenvolvido para controlar o processo de destilação extrativa de forma a garantir a maximização da eficiência energética do processo.
17. Elaboração do Manuscrito da Tese de Doutorado;

Tabela 1- Cronograma das etapas apresentadas ao longo do período de Doutorado de acordo com trimestres.

Etapa/Trimestre	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**
1																
2	x	x	x	x												
3																
4	x	x	x	x												
5																
6					x	x										
7																
8					x	x	x	x								
9																
10								x								
11																
12										x	x	x				
13																
14												x				
15																
16														x	x	x
17																

6 – Referências Bibliográficas

Adabo, G. "Evento Apresenta Indicadores de Eficiência Energética Usados em Atlas da EPE". MonitorEE. 2020. Disponível em: https://monitoree.org.br/indicadores-atlas-epe#:~:text=O%20Odex%20faz%20a%20compara%C3%A7%C3%A3o,colocados%20em%20uma%20mesma%20base.

Akdag, S., Yildirim, H. "Toward a sustainable mitigation approach of energy efficiency to greenhouse gas emissions in European countries" Heliyon. 6 e03396

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. "Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019". Brasil, 2019.

Araújo Neto, A.P., Farias Neto, G.W., Neves, T.G., Ramos, W.B., Brito, K.D., R.P. Brito "Changing Product Specification in Extractive Distillation Process Using Intelligent Control System" Neural Computing and Applications n. 32, pp. 13255-13266, 2020.

Assunção, J., Schutze, A. "Panorama da Eficiência Energética no Brasil" Climate Policy Initiativa, 2017. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2018/11/Relatorio-Panorama-da-Eficiencia-Energetica-no-Brasil.pdf

Bajay, S., Santana, P.H.M. "Oportunidades de Eficiência Energética para a Indústria: Experiências Internacionais em Eficiência Energética para a Indústria" 2010.

Biddulph, M.W. "Distillation In Pratice – From Design To Trouble-Shooting". International Conference On Distillation and Absorption, Baden-Baden, Germany 2002.

Chang, C.C., Lin, C.J. "LIBSVM : a library for support vector machines". ACM Transactions on Intelligent Systems and Technology, vol. 2, n. 3, 2011. Software disponível em http://www.csie.ntu.edu.tw/~cjlin/libsvm

EPE – Empresa de Pesquisa Energética, "Atlas de Eficiência Energética – Brasil,2020" 2020.

Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/atlas-da-eficiencia-energetica-brasil-2020

Foust, A. S.; Wenzel, L. A.; Clump, C. W.; Maus, L.; Andersen, L. B. "Princípios das Operações Unitárias". Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

GreenPeace Brasil. "[R]evolução Energética – Rumo a um Brasil com 100% de Energias Limpas e Renováveis" 2016.

Jiang, Y., Yin, S., Dong, J., Kaynak,O. "A review on soft sensors for Monitoring, Control and Otimization of Industrial Processes" IEEE Sensor Journal, vol. 20, n. 40. 2021 pp. 1-14.

Kaneko, H., Funatsu, K. "Adaptative Soft Sensor Model Using Online Support Vector Regression With Time Variable and Discussion of Appropriate Hyperparameter Settings and Window Size". Computer and Chemical Engineering, 58, p. 288-297, 2013.

Lei, Z., Li, C., Chen, B. "Extractive Distillation: A Review" Separation and Purification Reviews. Vol. 32, n. 2, pp 121-213, 2003.

Lenton, T.M., Rockström, J., Gaffney, O., Rahmstorf, S., Richardson, K., Steffen, W., Schellnhuber, H.J. Climate "Tipping Points – Too Risky to Bet Against" Nature vol. 75, n.7784, 2019 pp 592-595.

Lorena, A. C., Carvalho, A. C. L. F. "Uma Introdução às *Support Vector Machines*". RITA, 2, vol XIV, p.43-67,2007

McCabe, W. L.; Smith, J. C.; Harriott, P. "Unit Operations Of Chemical Engineering" 6th Edition.2001.

Mercure, J.F., Paim, M.A., Bocquillon, P., Lindner, S., Salas, P., Martinelli, P., Berchin, I.I, De Andrade Guerra, J.B.S.O., Derani, C., De Albuquerque Júnior, C.L., Ribeiro, J.M.P., Knobloch, F., Pollit, H., Edwards, N.R., Holden, P.B., Foley, A., Schaphoff, S., Faraco, R.A., Vinuales, J.E. "System Complexity and Policy Integration Challenges: The Brazilian Energy-Water-Food Nexus" Renewable and Sustainable Energy n. 105 pp.230-243. 2019.

Nadel, S., Mathews, P. & Liu, B. "Energy efficiency: a key strategy for meeting energy and climate goals". Energy Efficiency vol. **13**, pp. 377–378 (2020). https://doi.org/10.1007/s12053-020-09869-1.

Nadel, S., Ungar, L. "Halfway There: Energy Efficiency Can Cut Energy Use and Greenhouse Gas Emissions in Half by 2050". Washington, DC: ACEEE. 2020. www.aceee.org/research-report/u1907

Pani, A.K., Mohanta, H.K. "A Survey of Data Treatment Techniques for Soft Sensor Design" Chemical Product and Process Modeling. Vol.3 n.1, 2011.

PATIL, N. S., SHELOKAR, P. S., JAYARAMAN, V. K., KULKARNI, B.D. "Regression Models Using Pattern Search Assisted Least Squares Support Vector Machines". **Chemical Engineering Research and Design**, 83(A8), p. 1030-1037, 2005.

Ramos, W.B. "Avaliação do Efeito do Teor de Solvente e da Integração Térmica no Controle do Processo de Obtenção de Etanol Anidro via Destilação Extrativa" Tese de Doutorado em Engenharia Química – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciência e Tecnologia, 2016.

Randek, J., Mandenius, C.F. "On-line Softsensing in Upstream Bioprocessing" Critical Reviews in Biotechnology, n.38 vol.1 pp. 106-121, 2018.

Disponível em:

Schutze, A. "Quais São os Desafios para o Brasil Avançar no Campo da Eficiência Energética" Nexo Políticas Públicas, 2021. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/pergunte-a-um-pesquisador/2021/05/13/Amanda-Schutze-efici%C3%AAncia-energ%C3%A9tica-no-Brasil Acesso em 04 de Agosto de 2022.

Schutze, A., Holz, R. "Eficiência Energética no Brasil" Nexo Políticas Públicas, 2021. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Efici%C3%AAncia-energ%C3%A9tica-no-Brasil1 Acesso em 04 de Agosto de 2022.

Silva, L.M., Martins Júnior, M.C., Ramos, W.B. "Otimização do Processo de Destilação por Mudança de Pressão com Corrente Intermediária para a Separação da Mistura Azeotrópica Éter Diisopropílico/Álcool Isopropílico"

Wang, D., Liu, J., Srinivasan, R. "Data-Driven Soft Sensor Approach for Quality Prediction in a Refining Process" IEEE Transactions on Industrial Informatics, vol. 6, n. 1, 2010.

Yin, S., Kaynak, O. "Big Data for Modern Industry: Challenges and Trends" Proceedings of the IEEE vol. 102, n.3, pp 143-146, 2015.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 - Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E-mail: propgr@ufersa.edu.br

(Anexo IV)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que consta no Art. [illegible] da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA QUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA

DECLARAÇÃO

Declaramos para fim de comprovação que o aluno Leonardo Magalhães Xavier Silva, portador do CPF nº [redacted], está regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química – Área de Concentração – Desenvolvimento de Processos Químicos da Universidade Federal de Campina Grande, sob o número de matrícula [redacted] Informamos ainda que essa atividade teve início no dia 12 de setembro de 2022 com previsão de término de 11 de setembro de 2026.

Campina Grande, 09 de novembro de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
WAGNER BRANDAO RAMOS
Data: 09/11/2022 15:34:09-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof. Wagner Brandão Ramos
Coordenador PPGEQ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)
(Obrigatório)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente

POP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS

Edital PROPPG Nº 39/2022

Elaboração do Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD – 2023)

Campus Angicos
2022

1. APRESENTAÇÃO

A estrutura política, econômica e social estabelecida no Brasil, nos últimos anos, trouxe uma nova configuração para as políticas de formação continuada dos professores, uma vez que a formação docente compreende um instrumento de construção do perfil profissional e as políticas implementadas com esse propósito refletem as inovações exigidas com as transformações da sociedade e do cenário educacional brasileiro, além de serem um mecanismo de valorização.

As transformações e modernização do ensino também favorece e incentiva os professores a buscarem novas fontes e estratégias de ensino a fim de oferecer aos alunos, um conteúdo que formará competências cada vez mais requisitadas no mercado. O avanço no setor industrial e no terceiro setor da economia, por exemplo, exige uma nova estrutura da educação e, consequentemente, isso reflete nas exigências em relação à formação dos professores.

É, a partir desse cenário, que a presente comissão apresenta o Plano Anual de Qualificação e Formação Docente – PQD 2023, a fim de que o(a) professor(a) do Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA, possa se situar e buscar se planejar para o processo de qualificação docente, tanto no nível de Doutorado, quanto no estágio Pós-Doutoral, com vigência para o ano de 2023. De acordo com o Edital PROPPG Nº 39/2022, todos os processos de afastamento iniciados a partir de 01 de outubro de 2022 deverão ser realizados com base no PQD - 2023.

Para organização deste plano, a comissão instituída pela Portaria UFERSA/CMA Nº 30/2022, de 14 de setembro de 2022, tomou como referência os seguintes documentos: o Edital PROPPG Nº 39/2022; as planilhas de pontuação dos professores inscritos, encaminhadas pela Direção do CMA e pela PROPPG; os documentos comprobatórios da planilha de pontuação, encaminhados pelos próprios candidatos; e a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, que regulamenta as normas para qualificação do corpo docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em cursos de pós- graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior, com ou sem afastamento, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS (CMA)

O Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA, na atualidade, dispõe de seis cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Bacharelado em Sistemas de Informação; Licenciatura em Computação; Licenciatura em Pedagogia; Engenharia Civil e; Engenharia de Produção. Organiza-se, administrativamente, em três departamentos: Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação (DCETI), Departamento de Engenharias (DENGE) e Departamento de Ciências Humanas (DCH). No período compreendido de 2009 até 2022, o corpo docente do CMA cresceu conforme se apresenta no Quadro 1, passando de 22 docentes em 2009 (mês de referência, 12/2009) para 89 docentes (mês de referência, 10/2022).

Quadro 1 – Corpo docente do CMA

ANO	MESTRES	DOUTORES	TOTAL
2009	9	13	22
2010	26	18	44
2011	25	22	47
2012	25	35	60
2013	35	26	61
2014	40	33	73
2014	45	29	74
2016	42	35	77
2017	36	51	87
2018	34	55	89
2019	32	59	91
2020	25	62	87
2021	24	61	85
2022	17*	72*	89*

*Números referentes a professores efetivos, considerando ativos e afastados para qualificação/função administrativa.

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Vale ressaltar que alguns docentes já cursaram a pós-graduação (ou parte dela) por meio da concessão do horário especial para servidor estudante, o que de certa forma contribui com a qualificação docente sem a necessidade de utilização de um professor substituto. Todavia, nessas condições, o esforço do(a) docente passa a ser redobrado, principalmente pelas características do campus Angicos, situado no interior do Rio Grande do Norte, quando têm de conciliar o tempo para estudos, com a atividade docente e longos deslocamentos. No entanto, o CMA/UFERSA tem buscado ampliar o raio de qualificação docente, proporcionando seu afastamento com direito a professor substituto, a fim de que esta qualificação seja realizada de

forma mais tranquila. Essa demanda foi possível com a atualização do banco de professor-equivalente, por meio do Decreto nº 8.259/2014, que proporcionou a elevação do número de afastamentos de docentes para a formação.

3. PERFIL DO CORPO DOCENTE DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS (CMA)

A Decisão da UFERSA/CONSUNI Nº 101/2017 de 10 de julho de 2017 criou os departamentos de todos os Centros da UFERSA e, desde então, cada um organizou a divisão dos docentes em seus respectivos departamentos. A Portaria UFERSA/PROGEPE Nº 0539/2017, de 24 de agosto de 2017, oficializou a lotação dos professores nos seus novos Departamentos do CMA, conforme descritos abaixo:

- DCETI – Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação;
- DENGE – Departamento de Engenharias;
- DCH – Departamento de Ciências Humanas.

A divisão em Departamentos Acadêmicos seguiu a normatização estatutária (Cap. III, Art. 68) que o compreende como a menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização administrativa e didático-científica. Sendo assim, na distribuição dos docentes levou-se em conta as áreas de atuação e formação.

As relações dos docentes lotados em cada Departamento compõem o total de professores no CMA/UFERSA. O Quadro 2 demonstra o número de docentes lotados nos respectivos Departamentos.

Quadro 2 – Corpo docente do CMA por Departamento

DEPARTAMENTO	MESTRES	DOUTORES	TOTAL
DCETI	8*	29*	37*
DENGE	9*	27*	36*
DCH	0	16*	16*
TOTAL	17	72	89

*Números referentes a professores efetivos, considerando ativos e afastados para qualificação e função administrativa.

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam os nomes dos docentes lotados em cada Departamento, com suas respectivas titulações, incluindo os ativos, afastados para qualificação, e em função administrativa.

Quadro 3 – Corpo docente do Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação – DCETI

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Adriana Mara Guimarães de Farias	Mestrado
2	Andrezza Cristina da Silva Barros Souza	Mestrado
3	Araken de Medeiros Santos	Doutorado
4	Cintia Raquel Duarte de Freitas	Mestrado
5	Damilson Ferreira dos Santos	Doutorado
6	David Levi da Silva Macedo	Doutorado
7	Elisangela Lopes Galvão	Doutorado
8	Enai Taveira da Cunha	Doutorado
9	Francisco de Assis Pereira. V. De Arruda	Doutorado
10	Francisco Edcarlos Alves Leite	Doutorado
11	Francisco Vieira de Oliveira	Doutorado
12	Geomar Galdino da Silva	Doutorado
13	Gislene Micarla Borges de Lima	Doutorado
14	Gustavo de Oliveira Gurgel Rebouças	Doutorado
15	Jakcney Luan Azevedo de Sousa	Mestrado
16	Jarbele Cassia da Silva Coutinho	Doutorado
17	Joêmia Leilane Gomes de Medeiros	Doutorado
18	José Gildo de Araújo Júnior	Doutorado
19	Kleber Tavares Fernandes	Doutorado
20	Lêda Maria Oliveira de Lima	Doutorado
21	Lidiane Alves de Morais	Doutorado
22	Marcos Alexandre Rabelo de Lima	Mestrado
23	Marcos Vinícius Cândido Henriques	Doutorado
24	Patrícia Mendonça Pimentel	Doutorado
25	Ricardo Antonio Faustino da Silva Braz	Doutorado
26	Roberto Namor Silva Santiago	Doutorado
27	Rodrigo Soares Semente	Doutorado
28	Rodrigo Toledo Teixeira Câmara	Mestrado
29	Sairo Raoni dos Santos	Mestrado
30	Samara Martins Nascimento	Doutorado
31	Samuel Oliveira de Azevedo	Doutorado
32	Stefeson Bezerra de Melo	Doutorado
33	Tarcísio Elói de Andrade Júnior	Doutorado
34	Thatiana Cunha Navarro Diniz	Doutorado
35	Vanessa Danielle Santos Ferreira	Mestrado
36	Wellington Barbosa do Nascimento Júnior	Doutorado
37	Wivaldo Dantas de Asevedo Júnior	Doutorado

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Quadro 4 – Corpo docente do Departamento de Engenharias – DENGE

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Alessandra Carla Oliveira C. Spinelli	Doutorado
2	Andréa Saraiva de Oliveira	Mestrado
3	André Luiz Sena da Rocha	Mestrado
4	Andreza Kelly Costa Nóbrega	Doutorado
5	Arthur Gomes Dantas de Araújo	Doutorado
6	Bruna Carvalho da Silva	Mestrado
7	Ciro José Jardim de Figueiredo	Doutorado
8	Danielle da Silva Oliveira Martins*	Mestrado
9	Janaina Salustio da Silva	Mestrado
10	João Paulo Damásio Sales	Doutorado
11	José Alderir da Silva	Doutorado
12	Joselito Medeiros de F. Cavalcante	Doutorado
13	Klaus André de Sousa Medeiros	Mestrado
14	Kleber Cavalcanti Cabral	Doutorado
15	Leonardo Magalhães Xavier Silva	Mestrado
16	Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	Doutorado
17	Luciana Torres Correia de Mello	Doutorado
18	Luis Henrique Gonçalves Costa	Doutorado
19	Marcilene Vieira da Nóbrega	Doutorado
20	Marcílio Luís Viana Correia	Doutorado
21	Marianna Cruz Campos Pontarolo	Mestrado
22	Maristélio da Cruz Costa	Doutorado
23	Maxwell Ferreira Lobato	Doutorado
24	Natália Veloso Caldas de Vasconcelos	Doutorado
25	Núbia Alves de Souza Nogueira	Doutorado
26	Osvaldo Nogueira de Sousa Neto	Doutorado
27	Priscila da Cunha Jácome Vidal	Doutorado
28	Rafael da Costa Ferreira	Doutorado
29	Roberta Pereira da Silva	Doutorado
30	Roselene de Lucena Alcântara	Doutorado
31	Sâmea Valensca Alves Barros*	Doutorado
32	Samira Yusef Araújo de Falani Bezerra	Mestrado
33	Sileide de Oliveira Ramos	Doutorado
34	Thyago de Melo Duarte Borges	Doutorado
35	Valquíria de Melo Duarte Borges	Doutorado
36	Wendell Rossine Medeiros de Souza	Doutorado

*Docentes removidos do campus recentemente (2022)

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Quadro 5 – Corpo docente do Departamento de Ciências Humanas - DCH

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Akynara Aglaé Rodrigues Santos da S. Burlamaqui	Doutorado
2	Alessandra Miranda Mendes Soares	Doutorado
3	Ana Maria Pereira Aires	Doutorado
4	Ananias Agostinho da Silva*	Doutorado
5	Carmelindo Rodrigues da Silva	Doutorado
6	Divoene Pereira Cruz Silva	Doutorado
7	Elaine Luciana Sobral Dantas	Doutorado
8	Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves	Doutorado
9	Francisco José Lima Sales	Doutorado
10	Franselma Fernandes de Figueiredo	Doutorado
11	Jacimara Villar Forbeloni	Doutorado
12	Juliana da Rocha e Silva	Doutorado
13	Magnus José Barros Gonzaga	Doutorado
14	Maria das Neves Pereira	Doutorado
15	Maria do Socorro da Silva Batista	Doutorado
16	Sueldes de Araújo	Doutorado

*Docentes removidos do campus recentemente (2022)

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2021)

4. BANCO DE PROFESSOR EQUIVALENTE

De acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, o número de docentes afastados obedecerá ao disposto na legislação vigente e os referidos afastamentos serão condicionados às necessidades de cada Centro, conforme PQD, mediante disponibilidade do Banco de Professor Equivalente, e não poderão exceder 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento.

O Quadro 6 traz o quantitativo de docentes afastados com base em informações coletadas nas portarias de autorização/renovação de afastamento do site oficial da UFERSA e suas respectivas previsões de retorno ao exercício das atividades acadêmicas. Ainda no referido quadro, verifica-se que no exercício de 2021/2022, existem seis (6) docentes afastados para qualificação, por ordem de saída.

Quadro 6 – Docentes afastados para qualificação por ordem de saída

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO	TITULAÇÃO
1	Klaus André de Sousa Medeiros	04/02/2019	03/02/2023	Doutorado
2	Marianna Cruz Campos Pontarolo	29/09/2020	28/09/2023	Doutorado
3	Janaína Salustio da Silva	01/02/2021	05/04/2024	Doutorado
4	Marcos Alexandre Rabelo de Lima	23/03/2022	23/02/2023	Doutorado
5	Natália Veloso C. de Vasconcelos	23/03/2022	13/03/2023	Pós-Doutorado
6	Cintia Raquel Duarte de Freitas	26/09/2022	25/09/2023	Doutorado

Fonte: Portarias do site oficial UFERSA (2021)

Para o ano de 2022, a previsão de vagas para qualificação docente será de acordo com a disponibilidade de vagas pertencentes ao Centro Multidisciplinar de Angicos que será disponibilizada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE. O Quadro 7 apresenta o quantitativo de docentes com previsão de retorno por ano e mês.

Quadro 7 – Previsão de retorno dos docentes afastados para qualificação

ANO	MÊS	QUANTIDADE
2023	Fevereiro	2
	Março	1
	Setembro	2
2024	Abril	1
	TOTAL	**6**

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

O Quadro 8 apresenta os docentes que estiveram afastados para o doutorado e os demais para Estágio Pós-doutoral (Quadro 9), sem levar em consideração os docentes que foram removidos para outros *campi*, motivo de licença maternidade, cedidos por algum motivo ou em função administrativa específica.

Quadro 8 – Docentes beneficiados com afastamento para Doutorado

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO
1	Alessandra Miranda Mendes Soares	07/04/2014	06/04/2018
2	Arthur Gomes Dantas de Araújo	19/09/2016	18/12/2020
3	Bruna Carvalho da Silva	19/02/2017	18/02/2021
4	Damilson Ferreira dos Santos	24/09/2013	23/05/2014
5	Edwin Luize Ferreira Barreto	16/03/2015	30/06/2016
6	Enai Taveira da Cunha	03/04/2014	02/04/2018
7	Francisco de Assis P. V. de Arruda	30/09/2013	31/05/2014
8	Francisco Vieira de Oliveira	16/03/2015	15/12/2018
9	Jacimara Villar Forbeloni	22/10/2013	31/05/2014
10	João Paulo Damásio Sales	15/09/2016	31/12/2020
11	Kleber Tavares Fernandes	20/02/2019	31/01/2021
12	Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	01/03/2015	26/12/2018
13	Luis Henrique Gonçalves Costa	29/04/2019	31/08/2021
14	Marcus Vinicius Sousa Rodrigues	14/10/2013	15/03/2014
15	Nubia Alves de Souza Nogueira	25/06/2013	22/09/2013
16	Priscila da Cunha Jácome Vidal	26/03/2019	25/03/2022
17	Roberto Namor Silva Santiago	15/09/2016	14/09/2018
18	Sâmea Valensca Alves Barros	01/04/2014	30/03/2017
19	Samira Yusef A. de Falani Bezerra	05/03/2018	04/03/2022
20	Thyago de Melo Duarte Borges	20/11/2017	19/05/2020
21	Valquiria Melo Souza Correia	12/02/2015	11/02/2019
22	Wellington B. do Nascimento Junior	07/04/2014	06/04/2018
23	Wendell Rossine Medeiros Souza	16/03/2015	15/03/2017
24	Wivaldo Dantas de Asevedo Junior	02/01/2016	01/01/2019

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

5. ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO DOCENTE

O critério prévio para a classificação dos docentes que pretendem se afastar para qualificação é o Índice de Classificação - IC, utilizado seguindo as normas da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

A classificação é feita obedecendo à ordem decrescente da pontuação final obtida pela soma dos valores das dimensões, constante na planilha de pontuação do Anexo da referida Resolução, preenchida individualmente por cada docente e enviada juntamente com a inscrição.

O docente que não atender a qualquer um dos requisitos para se afastar, dentro do prazo previsto, terá a vaga preenchida pelo docente que lhe seguir na ordem de classificação, com base na pontuação e assim sucessivamente (Art. 7º). Caso ocorra empate na classificação, os critérios para desempate seguem a ordem que está definida no Art. 8° da mesma resolução, a saber:

I. Maior tempo de docência no quadro efetivo da UFERSA;
II. Maior tempo de serviço público federal; e
III. Maioridade.

Quadro 9 – Docentes beneficiados com afastamento para Estágio Pós-Doutoral

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO
1	Carmelindo Rodrigues da Silva	01/02/2016	31/01/2017
2	Gislene Micarla Borges de Lima	19/11/2017	18/11/2018
3	Gustavo de Oliveira G. Rebouças	27/02/2014	26/02/2015
4	Kleber Cavalcanti Cabral	02/09/2019	21/02/2021
5	Marcos Vinicius Candido Henriques	15/02/2016	14/02/2017
6	Sâmea Valensca Alves Barros	12/04/2021	30/03/2022
7	Samuel Oliveira de Azevedo	25/07/2016	24/07/2017

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

6. PROFESSORES APTOS A AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO EM 2021/2022

O Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023 foi elaborado pela comissão instituída pela Portaria UFERSA/CMA Nº 30/2022, de 14 de setembro de 2022, tomando como referência o Edital PROPPG Nº 39/2022 e a documentação encaminhada. Assim, o Quadro 10 contempla a pontuação referente aos docentes que pretendem o afastamento para o Doutorado. O Quadro 11 traz o resultado para os docentes que pleiteiam o afastamento para o Estágio Pós Doutoral.

Quadro 10 – Pontuação, em ordem decrescente, dos candidatos à modalidade Doutorado

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
Leonardo Magalhães Xavier Silva	74,8
Adriana Mara Guimarães Farias	73,6
Andrea Saraiva de Oliveira	66,0
Andrezza Cristina da Silva Barros Souza	53,6
Jackney Luan Azevedo de Sousa	45,9

Quadro 11 – Pontuação, em ordem decrescente, dos candidatos à modalidade Estágio Pós Doutoral

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
Marcilene Vieira da Nóbrega	119,76
Osvaldo Nogueira de Sousa Neto	100,06
Ciro José Jardim de Figueiredo	83,46
Francisco Vieira de Oliveira	74,5
Thyago de Melo Duarte Borges	65,8
José Alderir da Silva	63,9
Alessandra Miranda Mendes Soares	54,8
Thatiana Cunha Navarro Diniz	42,9

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o PQD 2023 do CMA/UFERSA estiveram inscritos treze (13) professores, dos quais cinco (5) pleitearam vaga para qualificação Doutoral e oito (8) para vaga de Estágio Pós-Doutoral. Destaca-se que na Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018 foi incluída a qualificação em nível de estágio pós-doutoral com direito a substituto, sendo reservada para esse fim 20% das vagas disponíveis no período em questão.

Por fim, faz-se necessária uma sugestão para construção dos PQDs futuros: a comissão aponta a necessidade de ter em mãos documentos comprobatórios das informações fornecidas na Planilha de pontuação para classificação no Plano Anual de Qualificação Docente da UFERSA, anexa na Resolução CONSUNI/UFERSA n° 003/2018, de 25 de junho de 2018, como um fator a ser exigido no ato da inscrição dos candidatos. Entende-se que essa documentação comprobatória no ato de inscrição, acelera o processo de averiguação das informações, garantindo os prazos estabelecidos em cronograma dos referidos editais, assim como também promove equidade na análise da documentação entre os candidatos.

No que tange aos dados oficiais da instituição, o setor de recursos humanos do CMA/UFERSA não dispõe de ferramenta que facilite o acesso ao sistema de gestão, que possa acessar relatórios para atender aos pedidos da comissão. Além disso, os relatórios disponibilizados digitalmente pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIGRH) da instituição encontram-se desatualizados em relação às informações de titulação dos docentes.

Angicos, 08 de novembro de 2022.

Comissão PQD – 2023

Luciana Torres Correia de Mello (Membro titular DENGE)
Samara Martins Nascimento (Membro titular DCETI)
Francisco José Lima Sales (Membro titular DCH)

Rafael Ferreira da Costa (Membro suplente DENGE)
Wivaldo Dantas de Asevedo Jr (Membro suplente DCETI)
Juliana da Rocha Silva (Membro suplente DCH)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Leonardo Magalhães Xavier Silva, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de Doutorado em Engenharia Química do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Angicos (RN), 10 de Novembro de 2022.

[redacted]

Assinatura

[redacted]

Testemunha: Sueldes de Araújo

CPF: [redacted]

[redacted]

Testemunha: Alessandra Carla Oliveira Chagas Spinelli

CPF: [redacted]

PROTOCOLO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)
(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

R P G

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted] é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 27 de fevereiro de 2013, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, com lotação no(a) Departamento de Engenharias - Campus Angicos.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) foi nomeado(a) para ocupar o cargo supracitado através da Portaria UFERSA/GAB nº 114/2013, emitida em 24 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2013, não havendo registros, nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a), de ocorrência de Redistribuição.

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.

SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Assinado de forma digital por SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Dados: 2022.11.10 14:27:33 -03'00'

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: propes@ufersa.edu.br

(Anexo XI)

POP

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **LEONARDO MAGALHAES XAVIER SILVA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 07:12:06 do dia 08/11/2022 , com validade até o dia 08/12/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: FvcRbEpn5olGSH1kibka

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XII)

P OP G

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício nesta Universidade em 27 de fevereiro de 2013, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.

SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Assinado de forma digital por SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Dados: 2022.11.10 14:28:09 -03'00'

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG/UFERSA

(Anexo XIII)

COMPETÊNCIAS APROVADAS NO PDP 2022 DA UFERSA QUE SERÃO DESENVOLVIDAS DURANTE O PROCESSO DE AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO:

6 - Adquirir conhecimentos básicos essenciais para a elaboração de projetos para expandir a atuação da universidade.

9 - Ampliar conhecimentos na área de Engenharias

14 - Qualificar e capacitar em programas de pós-graduação e ações de capacitação em áreas de natureza multidisciplinar.

27 - Adquirir conhecimentos na área de desenvolvimento sustentável e assim possibilitar a implantação e efetivação de práticas mais sustentáveis na Universidade

36 - Aprimorar conhecimentos sobre produção textual e escrita de tese, artigos científicos e normas da ABNT

50 - Ampliar conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição

Emitido em 11/11/2022

REQUERIMENTO Nº 2672/2022 - GEPES-ANG (11.01.23.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/11/2022 09:25)
RAIMUNDO LEANDRO ANDRADE MARQUES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ANGICOS (11.01.23)
Matrícula: ###309#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2672**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **11/11/2022** e o código de verificação: **572ff7db57**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA

CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS – CMA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS DE ANGICOS – DENGE

Assunto: Renovação de afastamento integral para qualificação doutoral
Interessada: **Leonardo Magalhães Xavier Silva**
Processo: 23091.018255/2022-59

RELATÓRIO

1. No presente pedido, o servidor docente ***Leonardo Magalhães Xavier Silva,*** solicita afastamento integral remunerado de suas atividades para realização de qualificação doutoral durante o período que vai de *13 de fevereiro de 2023 à 11 de setembro de 2026.*
2. Assim sendo, o pedido em questão foi apresentado como ponto de pauta na Nona Assembleia Ordinária de 2022, do Departamento de Engenharias – DENGE, do Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA, realizada em 16 de novembro de 2022, sendo este pedido aprovado pela assembleia departamental.
3. É importante destacar que esta solicitação de afastamento atende aos prazos e contém as documentações exigidas na Resolução CONSUNI/UFERSA n.º 003/2018.
4. Além disso, uma vez que o servidor docente conta com disponibilidade de docente substituto a ser contratado para ministrar suas componentes curriculares, de acordo com o PQD 2023, o seu afastamento não causará nenhum prejuízo a comunidade acadêmica.

PARECER

Assim, conforme relatório descrito acima e considerando a decisão da 9ª Assembleia Ordinária Departamental do DENGE de 2022, o Departamento se manifesta ***favorável*** ao afastamento integral do servidor docente ***Leonardo***

Magalhães Xavier Silva, de matrícula SIAPE nº [redacted], durante o período que vai *13 de fevereiro de 2023 à 11 de Setembro de 2026*.

Angicos - RN, 16 de novembro de 2022.

Rafael da Costa Ferreira

Assinado de forma digital por Rafael da Costa Ferreira
Dados: 2022.11.16 13:35:45 -03'00'

Rafael da Costa Ferreira
Matrícula SIAPE nº [redacted]
Chefe do Departamento de Engenharias – DENGE
Portaria UFERSA/GAB N° 128/2022 de 16 de março de 2022.

Emitido em 16/11/2022

PARECER Nº 677/2022 - DE-ANG (11.01.23.19.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/11/2022 13:22)
RAFAEL DA COSTA FERREIRA
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DE-ANG (11.01.23.19.08)
Matrícula: ###507#6

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **677**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **16/11/2022** e o código de verificação: **1392c99ec2**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROPPG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES NA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE			
Nome (completo sem abreviaturas): Leonardo Magalhães Xavier Silva			
Identidade: [redacted]	**Órgão emissor:** [redacted]	**UF:** [redacted]	**Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted]	**Data de Nascimento:** [redacted]		**Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted]		**Departamento/Setor:** DENGE - CMA	
Categoria Funcional: Professor do Magistério do Ensino Superior			
Tipo de Afastamento: Integral			
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): _____ **Mês:** _____			
Início do Exercício no Cargo: 27/02/2013 **(anexar Declaração da PROGEPE)**			
2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE			
Curso: Doutorado em Engenharia Química pelo PPEQ - UFCG			
Nível: Doutorado			
Área de Concentração: Engenharia Química			
Prazo previsto para realização do curso: Início: 12/09/2022 **Término:** 11/09/2026			
Instituição de realização do Curso: UFCG			
Cidade: Campina Grande	**Estado:** PB	**País:** Brasil	

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFERSA, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (**https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/**).

Obs.: *O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até* ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 10/11/2022
(obrigatório)

[redacted]

Assinatura do requerente
(obrigatório)

DÚVIDAS: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.***

(ANEXO I)
***CHECK-LIST* – AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO**

Nome do solicitante: Leonardo Magalhães Xavier Silva	
Local de Qualificação (Universidade): Universidade Federal de Campina Grande	
X **No País** • **No Exterior**	
Período de Afastamento (inicial e final): 13/02/2023 a 11/09/2026	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página :**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** • Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas • Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Leonardo Magalhães Xavier Silva

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DENGE – Centro Multidisciplinar de Angicos

Categoria Funcional: Servidor Docente

Tipo de Afastamento: Integral

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): ____ mês: _____

Início do Exercício no Cargo: 27/02 /2013 (anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Engenharia Química pelo PPEQ-UFCG

Nível: Doutorado

Área de concentração: Engenharia Química

Prazo previsto para realização do curso: Início 12/09/2022 Término: 11/09/2026

Instituição de realização do Curso: UFCG

Cidade: Campina Grande **Estado:** PB **País:** Brasil

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 09/11/2022
(obrigatória)

[redacted]
Assinatura do requerente
(obrigatória)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação

Nome do solicitante: Leonardo Magalhães Xavier Silva	
Local de Qualificação (Universidade):	
☒ No País ☐ No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): 13/02/2023 a 11/09/2026	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página\;**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Considerando a aprovação no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande com início em 12 de setembro de 2022 e com término previsto para o dia 12 de setembro de 2026.
Considerando ainda a Resolução Consuni/UFERSA 003/2018 de 25 de junho, que garante o direito ao servidor o direito de afastamento total para realização de cursos de pós-graduação *strictu sensu* de acordo com o artigo 4°, endossando importância da qualificação a nível de Doutorado para que o Docente possa exercer as atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira plena.
Por fim, considerando ainda o PQD 2023 do Centro Multidisciplinar de Angicos, no qual me encontro em primeira posição para o afastamento na modalidade Doutorado e, portanto, dentro das vagas que teriam direito a Professor substituto.

Solicito o afastamento integral no período 13 de Fevereiro de 2023 a 12 de setembro de 2026 para a conclusão do referido curso de Doutorado, haja vista que o curso é presencial e ocorre na cidade de Campina Grande-PB que se encontra a distância de 340 km de Angicos-RN, onde me encontro lotado como servidor docente.

Data: 10 de Novembro de 2022

[redacted]

Assinatura do requerente

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo III)

Plano de Trabalho Detalhado

Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu

PROPPG

Projeto de Tese de Doutorado:

Desenvolvimento de um *Soft-sensor* para o Processo de Controle de uma Destilação Extrativa Utilizando *Support Vector Machine* Visando a Maximização da Eficiência Energética

Autor: Leonardo Magalhães Xavier Silva

Orientador: Professor Wagner Brandão Ramos

Desenvolvimento de um *Soft-sensor* para o Processo de Controle de uma Destilação Extrativa Utilizando *Support Vector Machine* Visando a Maximização da Eficiência Energética



Leonardo Magalhães Xavier Silva
Candidato



Prof. Wagner Brandão Ramos
Orientador

Campina Grande – PB, Agosto de 2022

Sumário

1 – Introdução 5

2 – Estado da Arte 8

2.1. Soft-sensor 8

2.2. Support Vector Machines 9

2.3. Destilação Extrativa 13

3 – Objetivos 16

4 – Metodologia 17

5 – Cronograma 18

6 – Referências Bibliográficas 20

1 – Introdução

O aquecimento global e as mudanças climáticas correlatas a esse processo são um desafio que precisa ser enfrentado o mais rapidamente possível, havendo inclusive evidências que as mudanças climáticas já tenham alcançado pontos críticos e que há a possibilidade de que uma emergência planetária já esteja em curso (Lenton et al., 2019). Diante do exposto é faz-se necessário um esforço conjunto para alcançar reduções nas emissões de gases geradores de efeito estufa (GGEs), cuja principal fonte está predominantemente associada à utilização de combustíveis fósseis.

No entanto, essa necessidade apresenta um desafio para a maioria dos países: como reduzir as emissões de GGEs sem que a segurança energética (a garantia de acesso regular e em quantidades capazes suprir as necessidades) tão necessária ao desenvolvimento seja afetada. O desafio posto apresenta como resposta de maneira sintética 2 caminhos: a substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis (ou em casos extremos por energia nuclear) e redução do consumo de combustíveis fósseis através do aumento da eficiência energética.

O segundo caminho apresenta-se como algo extremamente viável apresentando um potencial não somente para redução das emissões de GGEs, como também potencial para redução dos custos da energia de acordo com os estudos de Akdag & Yildirim (2020) realizados para 29 países Europeus durante o período de 1995 e 2016. Enquanto Nadel & Ungar (2019) defendem que políticas de eficiência energética seriam capazes de reduzir o consumo primário de energia norte-americano em cerca de 49% e alcançar uma redução das emissões de CO_2 (o principal gás gerador de efeito estufa) de cerca de 52% até 2050. Esse último fato seria capaz de colaborar de maneira significativa para alcançar as metas do Acordo Climático de Paris (Nadel, Mathews & Liu, 2020).

No caso do Brasil, as políticas públicas em relação a eficiência energética se apresentaram historicamente na forma de planejamento estruturado e de longo prazo. A maior parte dos programas de eficiência energética brasileiros surgiram como respostas a crises energéticas no país como os Choques do Petróleo nos anos 1970, a Crise de Financiamento Internacional nos anos 1980 e a Crise Hídrica de 2021 (Schutze & Holz,2021). Adicionalmente, Schutze (2021) menciona o fato das políticas para eficiência energética no Brasil focarem prioritariamente no setor residencial, havendo uma carência de políticas de eficiência energética industrial e defasagem muito grande em relação a eficiência energética no setor industrial brasileiro.

Esse fato pode ser percebido ao analisar os ganhos de eficiência através do índice ODEX (Adabo, 2020) para o período 2005-2019 no quais os ganhos de eficiência para o setor residencial foram de 14%, para o setor de transportes de 19% e para o setor industrial de apenas 7%(EPE,2020).

O relatório "[R]evolução Energética-Rumo a um Brasil com 100% de energias limpas e renováveis" destaca que para o Brasil é possível alcançar ganhos da ordem de

47% em eficiência energética, podendo ser alcançado para alguns setores como o de transportes ganhos ainda maiores, girando em torno de 61% (GreenPeace Brasil, 2016).

Essas últimas afirmações combinadas com o fato de o setor industrial ser o setor correspondente ao segundo maior consumo de energia – considerando os usos não energéticos excluídos - (EPE,2020) implicam que existe uma margem muito grande para melhorar o desempenho desse setor em termos de eficiência energética gerando benefícios em termos de eficiência energética, de competitividade econômica do setor industrial e do ponto de vista socioambiental (Assunção & Schutz, 2017). Além desses fatores os ganhos de eficiência energética brasileira também teriam implicações sérias nas disponibilidades energia, água e alimentos para a população brasileira (Mercure *et al.*, 2019).

Para endereçar a questão da eficiência energética no setor industrial um relatório intitulado "Oportunidades de Eficiência Energética para a Indústria: Experiências Internacionais em Eficiência Energética para a Indústria" da Confederação Nacional das Indústrias propõe uma série de ações dentre as quais podemos destacar o uso de P&D voltados para os equipamentos e processos industriais eficientes, assim como uma maior comunicação no sentido de promover a adoção dessas pesquisas por parte do setor industrial (Bajay & Santana, 2010).

Corroborando com essa a visão, o Greenpeace Brasil detectou a dificuldade de acesso a financiamentos e empréstimos voltados a projetos de eficiência energética industrial como um gargalo do setor industrial. Essa mesma ONG também relatou a necessidade específica dos investimentos em políticas de eficiência que contemplem a energia térmica posto que esta corresponde a cerca de 80% do consumo industrial. Apontando ainda o potencial de ganhos de eficiência energética da ordem de 40% e que os maiores potenciais de conservação de energia estariam nos sistemas de aquecimento direto, de força motriz e de calor de processos (GreenPeace Brasil, 2016).

Um dos sistemas que apresenta uma carga térmica elevada dentro da indústria química são a operação das colunas de destilação que costumam apresentar o maior consumo global de energia dentro de uma planta (Silva, Martins Júnior e Ramos,2022), melhorar a eficiência térmica dos processos de destilação se torna ainda mais importante ao levarmos em consideração que cerca de 95% dos processos de separação da indústria química estão relacionados a esse tipo de operação unitária (Biddulph,2002).

Dentro do panorama descrito o presente projeto visa contribuir para os avanços do setor industrial em termos de eficiência dos processos industriais através P & D, tomando como processo de referência um processo de destilação extrativo que costuma ser utilizado nos processos de destilação não-convencionais, utilizadas quando há formação de um azeótropo ou quando os pontos de ebulição dos componentes são muito próximos. Nesse sentido pretende-se desenvolver um *soft-sensor* baseado em *Support Vector Machines* (SVM) a ser utilizado em sistema de controle visando a otimização da eficiência energética do processo de destilação extrativa.

A utilização de *soft-sensors* para o sistema de controle se baseia nas dificuldades apresentadas em acompanhar as composições de correntes contendo misturas nos processos químicos. As análises das composições costumam utilizar cromatografia o que,

geralmente, costumam ser lentas, custosas e acabam por dificultar as ações dos sistemas de controle de processos pelos seus atrasos. Nesses casos é comum a adoção de um modelo matemático capaz de inferir a partir de propriedades facilmente mensuráveis e cujas medidas possam ser obtidas com menos atraso para inferir a composição em uma dada corrente do processo químicos em questão (Neves *et al.*2018).

2 – Estado da Arte

Para descrever os fundamentos do Estado da Arte essa seção está dividida em 3 secções correspondentes aos temas *Soft-sensor*, *Support Vector Machines* e destilação extrativa. Na primeira delas há uma breve discussão a respeito dos soft-sensors apresentando essa tecnologia, sua classificação e suas aplicações. Na segunda sessão realizou-se uma breve revisão sobre aprendizado de máquinas e mais especificamente uma dessas metodologias: *Support Vector Machines*. Na última seção há uma breve discussão do processo de destilação extrativa para qual desenvolveremos um sistema de controle envolvendo soft-sensor visando otimizar a eficiência energética do processo.

2.1. Soft-sensor

Em processos industriais é comum o uso de sensores para garantir o acesso a informações internas associada ao estado de operação, o estado de trajetórias e as variações externas refletidas nos fatores ambientais. As informações proporcionadas por esses sistemas de controlem permitem o monitoramento do processo assim como servem de base para a formulação de estratégias de controle para os processos. A maioria desses sensores é de natureza física e possuem sua operação baseada em conhecimentos sólidos das ciências naturais além de requerem que anteriormente a sua aplicação em sistemas de engenharia sejam realizados uma amostragem de dados e transformação dos sinais (Jiang *et al.*, 2021).

A utilização desses sensores físicos não é feita de maneira indiscriminada. A quantidade desses sensores, busca garantir as informações que possam ser aproveitadas para aquisição de informações e geração de conhecimento do processo, a geração adicional de dados para além de certo ponto não se justificaria, pois, essas informações não contribuiriam nesse sentido. Outro ponto importante nesse sentido residiria, no fato de que esses sensores em excesso poderiam gerar um custo alto na aquisição dos equipamentos, na manutenção e na carga de trabalho necessária para sua calibração (Yin & Kaynak, 2015).

Os *soft-sensors* surgem com uma alternativa aos sensores implementados fisicamente e ganham relevância na indústria moderna. A maior parte dos *soft-sensors* são baseados em modelos fenomenológicos, em outras palavras requerem um conhecimento a *priori* das relações entre as variáveis. No entanto, em alguns casos os *soft-sensors* podem ser obtidos de modelos empíricos, isso se dá especificamente nos casos nos quais as relações entre as variáveis lidas e as leituras fornecidas por esses sensores são complexas (Jiang *et al.*, 2021).

Autores diferentes costumam definir soft-sensor de maneiras ligeiramente diferentes. Talvez a definição mais completa seja a estabelecida por Randek & Mandenius (2017) que define *soft-sensor* como sendo uma combinação de dados analíticos de hardware – oriundos de sensores, de analisadores, de instrumentação e atuadores – com modelos matemáticos para gerar novas informações sobre o processo em tempo real.

As aplicações dos soft-sensor nos processos industriais são diversas, mas podem ser divididas em três grandes categorias: redundância virtual de sensores físicos, estimação de parâmetros físicos não medidos e predição da qualidade do produto. A redundância de sensores físicos consistem nas aplicações onde as saídas dos sensores físicos e seus pares virtuais são comparadas a fim de perceber qual o real estado de funcionamento do sensor físico. A estimação de parâmetros físicos não medidos consiste no grupo de aplicações onde os modelos matemáticos são utilizados para estimar propriedades cujas medidas são difíceis de serem realizadas diretamente, quer seja pelas condições físicas que impõem dificuldades técnicas difíceis de superar, quer seja pelas questões econômicas que impõe dificuldade de acesso a certos equipamentos de medição direta. Por fim a previsão da qualidade do produto é utilizada para prever qualitativamente e quantitativamente índices nos processos industriais que caracterizam a qualidade do produto final (*Jiang et al.*, 2021).

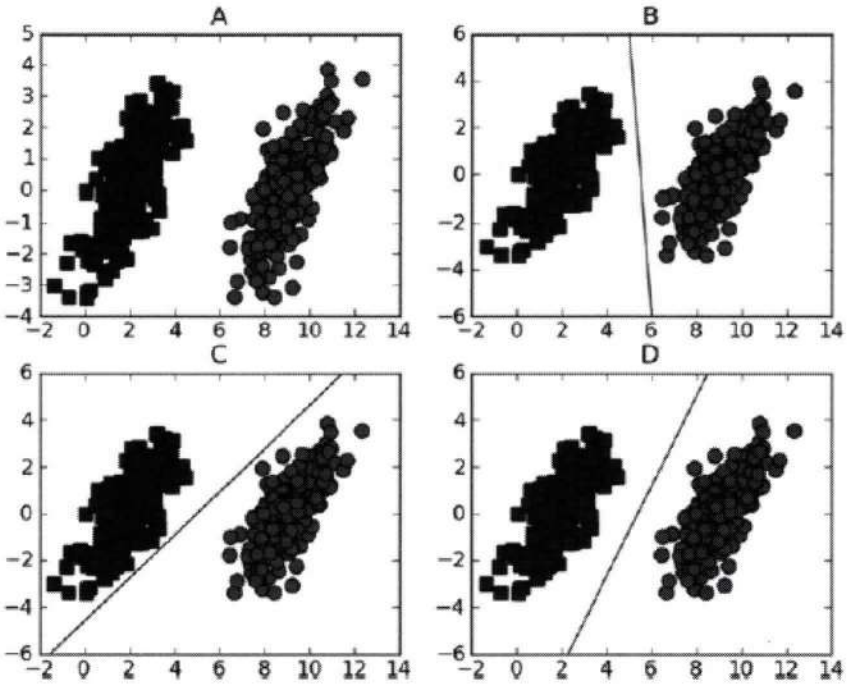
2.2. Support Vector Machines

As Support Vector Machines (SVMs) são consideradas por muitos autores o melhor método *stock* para a produção de classificadores, onde entende-se por *stock* o método não modificado. Em outras palavras as SVMs são algoritmos que podem ser utilizados na sua forma básica utilizando os dados que se apresentem disponíveis e, ainda assim, os resultados terão uma taxa de erros baixa, ou seja os SVMs são algoritmos capazes de fazer boas decisões para dados que não se encontram no conjunto de treinamento (HARRINGTON, 2012).

No entanto antes de falar das SVMs propriamente ditas é necessário discutir alguns conceitos. Pode-se tomar como exemplo o quadro A da Figura 1, observe que há dois grupos distintos de dados e que esse grupo de dados está separado o suficiente para que os pontos pertencentes a cada um dos grupos sejam separáveis por uma única linha, logo esse conjunto é dito linearmente separável. Na Figura 2 temos contra-exemplos demonstrando conjuntos de dados que não poderiam se encaixar nessa descrição, sendo ditos dados não separáveis linearmente (HARRINGTON, 2012).

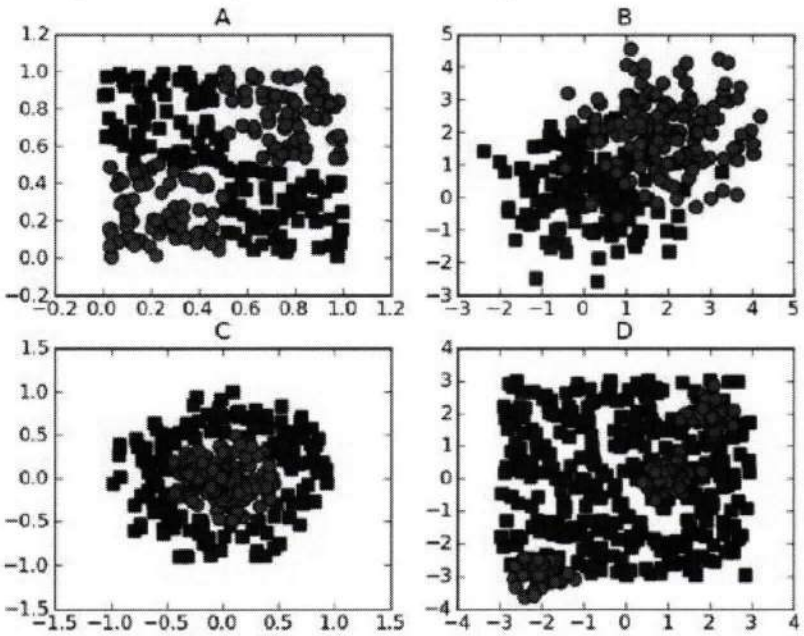
As linhas utilizadas nos quadros B, C e D da Figura 1 são denominadas hiperplanos de separação. Em gráficos bidimensionais, ele corresponde a uma linha. No caso de grupos de dados tridimensionais seria necessário utilizar um plano para esse mesmo objetivo e seguindo a mesma lógica, caso o conjunto de dados possuísse "M" dimensões, essa fronteira de separação seria dada por um hiperplano de "M-1" dimensões (HARRINGTON, 2012).

Figura 1 - Conjunto de dados linearmente separáveis no quadro A, enquanto os quadros B, C, D mostram as possíveis linhas validade para separar os conjuntos de dados.



Fonte: HARRINGTON, 2012.

Figura 2 - Conjunto de dados não separáveis linearmente.

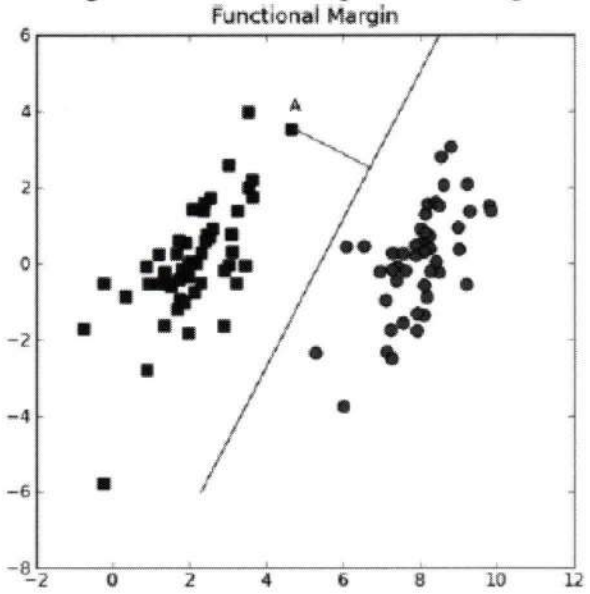


Fonte: HARRINGTON, 2012.

Durante a construção do classificador é desejável obter uma hipótese, ou fronteira, de maneira que os pontos de dados fiquem o mais distante possível dessa fronteira de decisão, pois quanto mais distantes os pontos de dados se encontrarem do hiperplano, maior será a confiança do ponto classificado quanto ao pertencimento dos pontos em questão a uma classe.

No entanto, a SVMs ao invés de maximizar a distância média dos pontos dados a um hiperplano, objetivam encontrar os pontos mais próximos ao hiperplano e garantir que o mesmo fique o mais distante possível desses pontos. Essa distância a ser otimizada é a chamada margem, enquanto esses pontos utilizados para determinar a margem são denominados de vetores suporte (Figura 3).

Figura 3 - Vetor de suporte e a margem.



Fonte: HARRINGTON, 2012.

Suponha que o hiperplano possua uma forma $\boldsymbol{W}^T\boldsymbol{x}+b$. Se queremos buscar a distância entre o vetor de suporte A para o hiperplano devemos medir a normal, ou a perpendicular, desse ponto para o hiperplano. Sendo essa distância dada por

$||\boldsymbol{W}^T\boldsymbol{x}+b||/||W||$ onde a constante b é apenas um *offset*. Em seguida é criada uma função $f(\boldsymbol{W}^T\boldsymbol{x}+b)$ onde:

$$\begin{cases} f(u) = -1, & se\ u < 0 \\ f(u) = 1, & se\ u \geq 0 \end{cases} \tag{1}$$

Onde $f(\boldsymbol{W}^T\boldsymbol{x}+b)$ quando calculado em um dado ponto, é chamada de rótulo desse ponto. Desse modo a margem,h, poderá ser calculada como:

$$h = f * \mathrm{W}^{\mathrm{T}}\mathrm{x} + \mathrm{b} \tag{2}$$

Desse modo a meta é encontra valores para W e b que irão definir o classificador de forma a otimizar a função dada por:

$$\arg\max_{W,b}\left\{\min(f\cdot(W^T x+b)\cdot\frac{1}{\|W\|})\right\} \tag{3}$$

Que através da técnica dos multiplicadores Lagrangeanos resulta uma função a ser otimizada dada por:

$$\max_{\alpha}\left[\sum_{i=1}^{m}\alpha-\frac{1}{2}\sum_{i,j=1}^{m}f(i)\cdot f(j)\cdot a_i\cdot a_j\left\langle x_i,x_j\right\rangle\right] \tag{4}$$

Sujeita as seguintes restrições: $\alpha \geq 0 e \sum_{i-1}^{m}\alpha_i \cdot f(i) = 0$.

No entanto as equações acima partem do pressuposto de que todos os dados utilizados no treinamento são todos linearmente separáveis, então para superar essa limitação é necessário a utilização de variáveis slack que resultam na mesma meta de otimização, no entanto com novas restrições dadas por: $c \geq \alpha \geq 0 e \sum_{i-1}^{m}\alpha_i \cdot f(i) = 0$

Onde o parâmetro c representa o compromisso entre garantir a maximização da margem e a garantia de que todos os exemplos possuam uma margem funcional de pelo menos 1.0. Em geral o problema descrito anteriormente pode ser resolvido através de um algoritmo denominado de Optimização Sequencial dos Minínos (SMO) desenvolvido por John Platt em 1996 (HARRINGTON, 2012).

A descrição anterior das SVMs corresponde ao seu desenvolvimento clássico como classificador binário linear, no entanto aplicações mais interessantes podem ser

feitas adaptando o algoritmo para resolver problemas multiclasse e até problemas de regressão (KANEKO & FUNATSU,2013; PATIL et al,2005).

2.3. Destilação Extrativa

A destilação convencional é operada por dois métodos principais. No primeiro, a mistura líquida a ser separada é aquecida para a formação de vapor que posteriormente será condensado sem que haja o retorno de nenhum líquido, portanto sem nenhum refluxo. No segundo método se enquadram os processos de destilação em que uma parte do condensado é retorna para proporcionar um contato mais eficiente com os vapores quando esse estão a caminho do condensador. Podendo ambos os métodos serem realizados tanto de maneira contínua quanto em batelada (McCabe, Smith & Harriot,2001).

Foust *et al* (1982) define a destilação como um processo em que uma fase vapor entre em contato com uma fase líquida ocorrendo uma transferência de massa entre essas duas fases no sentido de fazer com que o vapor se enriqueça dos componentes mais voláteis pelo processo de evaporação desses componentes na fase líquida. No sentido inverso, o líquido é enriquecido dos componentes menos voláteis que são condensados do vapor.

Esses processos de destilação, no entanto, costumam não ser eficazes em misturas que formam azeótropos ou cujos componentes que se deseja separar possuam pontos de ebulição bastante próximos a ponto de inviabilizar sua separação. Nesse sentido o comum é a utilização de processos de destilação não convencionais, dentre os quais se destaca o processo de destilação extrativa (Araújo Neto et al, 2019).

Na destilação extrativa, um solvente adicional é adicionado no sentido de alterar a volatilidade relativa dos componentes a serem separados. Dessa forma torna-se possível que um dos componentes seja retirado pelo topo da coluna de forma pura, enquanto o segundo componente é retirado no fundo da coluna juntamente com o solvente. Sendo essa mistura comumente direcionada a uma coluna secundária na qual será separado o segundo componente, aproveitando-se do fato do solvente possuir um ponto de ebulição elevado, de tal forma que o solvente não precise ser vaporizado (Lei, Li & Chen, 2003).

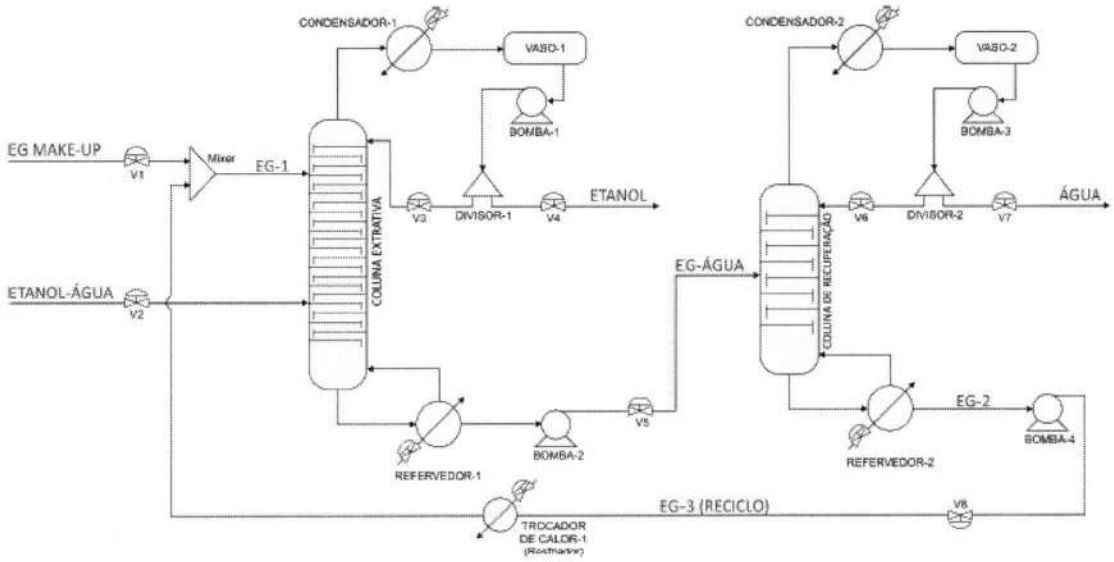
Trata-se de um processo no qual a escolha do solvente costuma ser crítica, pois a facilidade do processo de separação irá depender diretamente desse componente. Nesse sentido sua escolha precisa levar em consideração também outros fatores como toxicidade, a quantidade a ser utilizada em relação a alimentação e, por fim, o requisito energético que essa escolha irá implicar ao processo (Luyben, 2012; Lei, Li & Chen, 2003).

No Brasil, a destilação extrativa tem uma importância muito grande no que diz respeito a produção de álcool anidro que é de especial importância para formulação da gasolina automotiva no país compondo 27,5% da gasolina. A produção desse insumo no Brasil atingiu cerca de 33 milhões de metros cúbicos no ano de 2018, sendo a maior parte dessa produção concentrada na região sudeste que concentra 59,6% da produção (ANP, 2019).

No processo de produção de etanol anidro é comum a utilização do etilenoglicol como solvente para aumentar a diferença de volatidade entre o etanol e água, posto que essa mistura forma um azeótropo de mínimo na composição de 89% em mol de etanol à 78,5°C e pressão atmosférica padrão, sabendo que nas especificações para utilização na gasolina é necessário que uma fração molar mínima de 0,995 (Ramos,2016).

Para esse processo é importante a destilação extrativa com a utilização do etilenoglicol devido aos seus custos em termos de consumo de energia e de investimento inicial costumam ser mais viáveis (Ramos,2016). Na Figura 4 apresenta-se um fluxograma desse processo.

Figura 4 - Fluxograma para o processo de destilação extrativa para produção do álcool anidro utilizando etilenoglicol como solvente.



Fonte: Ramos, 2016

Ramos (2016) sugere que a modelagem desse processo apesar ser representado por sistemas de equações complexas, se encontra bastante consolidado e, portanto a utilização de softwares comerciais para simulação de processos como *Aspen Plus*® e *Aspen Plus Dynamics*® podem ser utilizados para simulação do processo de destilação extrativa com bastante precisão e agilidade. Porém o controle e otimização desse tipo de processo já se apresenta um pouco menos estudado na literatura. E o mesmo autor destaca particularmente a influência dos teores de solventes no controle, na demanda energética e mesmo no design do processo de separação.

3 – Objetivos

O objetivo geral do presente projeto é desenvolver um sistema de controle visando a maximização da eficiência energética de uma coluna de destilação extrativa através do uso de um inferenciador baseado em SVMs. Para que esse objetivo geral seja alcançado foram colocados como passos para essa meta os seguintes objetivos específicos:

1. Revisão Sistemática da Literatura sobre os processos de destilação extrativa;
2. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre os processos de destilação extrativa;
3. Desenvolvimento de modelos e realização de suas simulações computacionais para o processo de destilação extrativa no Simulador de Processos Aspen®;
4. Revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
5. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
6. Preparar os dados obtidos com as simulações para treinamento do SVM para desenvolvimento de um soft-sensor;
7. Implementação do Algoritmo de SVM em Matlab®, para desenvolvimento do soft-sensor;
8. Treinamento do Algoritmo de SVM utilizando as rotinas desenvolvidas;
9. Análise dos resultados do treinamento do SVM
10. Realizar um comparativo do desempenho do SVM, com outras metodologias para inferenciadores;
11. Elaboração do artigo envolvendo a modelagem e o desenvolvimento do soft-sensor;
12. Aplicar o soft-sensor desenvolvido para controlar o processo de destilação extrativa de forma a garantir a maximização da eficiência energética do processo.
13. Elaboração do Manuscrito da Tese de Doutorado;

4 – Metodologia

A metodologia do trabalho a ser desenvolvido pode ser descrita em basicamente 6 passos:

1. Elaboração de um modelo para o processo de destilação extrativa a ser utilizado como planta virtual utilizando o simulador de processos Aspen plus®;
2. Tratamento dos dados gerados pelas plantas virtuais no sentido de prepara-los para a geração de um *soft-sensor* baseado em SVMs, através do pré-processamentos dos dados através de normalização, remoção de outliers, tratamentos dos dados em falta, assim como a separação dos dados gerados em grupos para treinamento e validação (Pani & Mohanta, 2011);
3. Seleção das variáveis a serem utilizadas na construção do inferenciador baseado em SVMs;
4. Treinamento do soft-sensor utilizando a técnica de SVMs no matlab utilizando a LibSVM (Chang & Lin, 2011);
5. Validação do soft-sensor utilizando os dados separados na etapa de tratamento de dados para esta finalidade (Wang, Liu & Srinivasan, 2010);
6. Aplicação do soft-sensor ao controle da planta virtual focando em sua otimização no sentido energético;

5 – Cronograma

O cronograma de desenvolvimento do projeto se dará de acorda com as etapas descritas pelos objetivos específicos listadas abaixo, conforme a Tabela 1:

1. Revisão Sistemática da Literatura sobre os processos de destilação extrativa;
2. Complementação dos Créditos;
3. Defesa do Projeto de Tese;
4. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre os processos de destilação extrativa;
5. Desenvolvimento de modelos e realização de suas simulações computacionais para o processo de destilação extrativa no Simulador de Processos Aspen®;
6. Revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
7. Elaboração de um artigo a partir da revisão sistemática da literatura sobre SVMs;
8. Preparar os dados obtidos com as simulações para treinamento do SVM para desenvolvimento de um soft-sensor;
9. Implementação do Algoritmo de SVM em Matlab®, para desenvolvimento do soft-sensor;
10. Qualificação I;
11. Treinamento do Algoritmo de SVM utilizando as rotinas desenvolvidas;
12. Análise dos resultados do treinamento do SVM
13. Realizar um comparativo do desempenho do SVM, com outras metodologias para inferenciadores;
14. Qualificação II;
15. Elaboração do artigo envolvendo a modelagem e o desenvolvimento do soft-sensor;
16. Aplicar utilizar o soft-sensor desenvolvido para controlar o processo de destilação extrativa de forma a garantir a maximização da eficiência energética do processo.
17. Elaboração do Manuscrito da Tese de Doutorado;

Tabela 1- Cronograma das etapas apresentadas ao longo do período de Doutorado de acordo com trimestres.

Etapa/Trimestre	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**
1	x	x	x	x												
2	x	x	x	x												
3				x												
4	x	x	x	x												
5	x	x	x	x												
6					x	x										
7						x	x	x								
8					x	x	x	x								
9					x	x	x	x								
10								x								
11									x	x	x	x				
12										x	x	x				
13											x	x				
14												x				
15													x	x	x	x
16														x	x	x
17															x	x

6 – Referências Bibliográficas

Adabo, G. "Evento Apresenta Indicadores de Eficiência Energética Usados em Atlas da EPE". MonitorEE. 2020. Disponível em: https://monitoree.org.br/indicadores-atlas-epe#:~:text=O%20Odex%20faz%20a%20compara%C3%A7%C3%A3o,colocados%20em%20uma%20mesma%20base.

Akdag, S., Yildirim, H. "Toward a sustainable mitigation approach of energy efficiency to greenhouse gas emissions in European countries" Heliyon. 6 e03396

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. "Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019". Brasil, 2019.

Araújo Neto, A.P., Farias Neto, G.W., Neves, T.G., Ramos, W.B., Brito, K.D., R.P. Brito "Changing Product Specification in Extractive Distillation Process Using Intelligent Control System" Neural Computing and Applications n. 32, pp. 13255-13266, 2020.

Assunção, J., Schutze, A. "Panorama da Eficiência Energética no Brasil" Climate Policy Initiativa, 2017. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2018/11/Relatorio-Panorama-da-Eficiencia-Energetica-no-Brasil.pdf

Bajay, S., Santana, P.H.M. "Oportunidades de Eficiência Energética para a Indústria: Experiências Internacionais em Eficiência Energética para a Indústria" 2010.

Biddulph, M.W. "Distillation In Pratice – From Design To Trouble-Shooting". International Conference On Distillation and Absorption, Baden-Baden, Germany 2002.

Chang, C.C., Lin, C.J. "LIBSVM : a library for support vector machines". ACM Transactions on Intelligent Systems and Technology, vol. 2, n. 3, 2011. Software disponível em http://www.csie.ntu.edu.tw/~cjlin/libsvm

EPE – Empresa de Pesquisa Energética, "Atlas de Eficiência Energética – Brasil,2020" 2020.

Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/atlas-da-eficiencia-energetica-brasil-2020

Foust, A. S.; Wenzel, L. A.; Clump, C. W.; Maus, L.; Andersen, L. B. "Princípios das Operações Unitárias". Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

GreenPeace Brasil. "[R]evolução Energética – Rumo a um Brasil com 100% de Energias Limpas e Renováveis" 2016.

Jiang, Y., Yin, S., Dong, J., Kaynak,O. "A review on soft sensors for Monitoring, Control and Otimization of Industrial Processes" IEEE Sensor Journal, vol. 20, n. 40. 2021 pp. 1-14.

Kaneko, H., Funatsu, K. "Adaptative Soft Sensor Model Using Online Support Vector Regression With Time Variable and Discussion of Appropriate Hyperparameter Settings and Window Size". Computer and Chemical Engineering, 58, p. 288-297, 2013.

Lei, Z., Li, C., Chen, B. "Extractive Distillation: A Review" Separation and Purification Reviews. Vol. 32, n. 2, pp 121-213, 2003.

Lenton, T.M., Rockström, J., Gaffney, O., Rahmstorf, S., Richardson, K., Steffen, W., Schellnhuber, H.J. Climate "Tipping Points – Too Risky to Bet Against" Nature vol. 75, n.7784, 2019 pp 592-595.

Lorena, A. C., Carvalho, A. C. L. F. "Uma Introdução às *Support Vector Machines*". RITA, 2, vol XIV, p.43-67,2007

McCabe, W. L.; Smith, J. C.; Harriott, P. "Unit Operations Of Chemical Engineering" 6th Edition.2001.

Mercure, J.F., Paim, M.A., Bocquillon, P., Lindner, S., Salas, P., Martinelli, P., Berchin, I.I, De Andrade Guerra, J.B.S.O., Derani, C., De Albuquerque Júnior, C.L., Ribeiro, J.M.P., Knobloch, F., Pollit, H., Edwards, N.R., Holden, P.B., Foley, A., Schaphoff, S., Faraco, R.A., Vinuales, J.E. "System Complexity and Policy Integration Challenges: The Brazilian Energy-Water-Food Nexus" Renewable and Sustainable Energy n. 105 pp.230-243. 2019.

Nadel, S., Mathews, P. & Liu, B. "Energy efficiency: a key strategy for meeting energy and climate goals". Energy Efficiency vol. **13**, pp. 377–378 (2020). https://doi.org/10.1007/s12053-020-09869-1.

Nadel, S., Ungar, L. "Halfway There: Energy Efficiency Can Cut Energy Use and Greenhouse Gas Emissions in Half by 2050". Washington, DC: ACEEE. 2020. www.aceee.org/research-report/u1907

Pani, A.K., Mohanta, H.K. "A Survey of Data Treatment Techniques for Soft Sensor Design" Chemical Product and Process Modeling. Vol.3 n.1, 2011.

PATIL, N. S., SHELOKAR, P. S., JAYARAMAN, V. K., KULKARNI, B.D. "Regression Models Using Pattern Search Assisted Least Squares Support Vector Machines". **Chemical Engineering Research and Design**, 83(A8), p. 1030-1037, 2005.

Ramos, W.B. "Avaliação do Efeito do Teor de Solvente e da Integração Térmica no Controle do Processo de Obtenção de Etanol Anidro via Destilação Extrativa" Tese de Doutorado em Engenharia Química – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciência e Tecnologia, 2016.

Randek, J., Mandenius, C.F. "On-line Softsensing in Upstream Bioprocessing" Critical Reviews in Biotechnology, n.38 vol.1 pp. 106-121, 2018.

Disponível em:

Schutze, A. "Quais São os Desafios para o Brasil Avançar no Campo da Eficiência Energética" Nexo Políticas Públicas, 2021. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/pergunte-a-um-pesquisador/2021/05/13/Amanda-Schutze-efici%C3%AAncia-energ%C3%A9tica-no-Brasil Acesso em 04 de Agosto de 2022.

Schutze, A., Holz, R. "Eficiência Energética no Brasil" Nexo Políticas Públicas, 2021. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Efici%C3%AAncia-energ%C3%A9tica-no-Brasil1 Acesso em 04 de Agosto de 2022.

Silva, L.M., Martins Júnior, M.C., Ramos, W.B. "Otimização do Processo de Destilação por Mudança de Pressão com Corrente Intermediária para a Separação da Mistura Azeotrópica Éter Diisopropílico/Álcool Isopropílico"

Wang, D., Liu, J., Srinivasan, R. "Data-Driven Soft Sensor Approach for Quality Prediction in a Refining Process" IEEE Transactions on Industrial Informatics, vol. 6, n. 1, 2010.

Yin, S., Kaynak, O. "Big Data for Modern Industry: Challenges and Trends" Proceedings of the IEEE vol. 102, n.3, pp 143-146, 2015.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IV)

Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que esta no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA QUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA

DECLARAÇÃO

Declaramos para fim de comprovação que o aluno Leonardo Magalhães Xavier Silva, portador do CPF n° [redacted], está regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química – Área de Concentração – Desenvolvimento de Processos Químicos da Universidade Federal de Campina Grande, sob o número de matrícula [redacted] Informamos ainda que essa atividade teve início no dia 12 de setembro de 2022 com previsão de término de 11 de setembro de 2026.

Campina Grande, 09 de novembro de 2022.

gov.br Documento assinado digitalmente
WAGNER BRANDAO RAMOS
Data: 09/11/2022 15:34:09-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof. Wagner Brandão Ramos
Coordenador PPGEQ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)
(Obrigatório)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

POP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS

Edital PROPPG Nº 39/2022

Elaboração do Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD – 2023)

Campus Angicos
2022

1. APRESENTAÇÃO

A estrutura política, econômica e social estabelecida no Brasil, nos últimos anos, trouxe uma nova configuração para as políticas de formação continuada dos professores, uma vez que a formação docente compreende um instrumento de construção do perfil profissional e as políticas implementadas com esse propósito refletem as inovações exigidas com as transformações da sociedade e do cenário educacional brasileiro, além de serem um mecanismo de valorização.

As transformações e modernização do ensino também favorece e incentiva os professores a buscarem novas fontes e estratégias de ensino a fim de oferecer aos alunos, um conteúdo que formará competências cada vez mais requisitadas no mercado. O avanço no setor industrial e no terceiro setor da economia, por exemplo, exige uma nova estrutura da educação e, consequentemente, isso reflete nas exigências em relação à formação dos professores.

É, a partir desse cenário, que a presente comissão apresenta o Plano Anual de Qualificação e Formação Docente – PQD 2023, a fim de que o(a) professor(a) do Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA, possa se situar e buscar se planejar para o processo de qualificação docente, tanto no nível de Doutorado, quanto no estágio Pós-Doutoral, com vigência para o ano de 2023. De acordo com o Edital PROPPG Nº 39/2022, todos os processos de afastamento iniciados a partir de 01 de outubro de 2022 deverão ser realizados com base no PQD - 2023.

Para organização deste plano, a comissão instituída pela Portaria UFERSA/CMA Nº 30/2022, de 14 de setembro de 2022, tomou como referência os seguintes documentos: o Edital PROPPG Nº 39/2022; as planilhas de pontuação dos professores inscritos, encaminhadas pela Direção do CMA e pela PROPPG; os documentos comprobatórios da planilha de pontuação, encaminhados pelos próprios candidatos; e a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, que regulamenta as normas para qualificação do corpo docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em cursos de pós- graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior, com ou sem afastamento, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS (CMA)

O Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA, na atualidade, dispõe de seis cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Bacharelado em Sistemas de Informação; Licenciatura em Computação; Licenciatura em Pedagogia; Engenharia Civil e; Engenharia de Produção. Organiza-se, administrativamente, em três departamentos: Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação (DCETI), Departamento de Engenharias (DENGE) e Departamento de Ciências Humanas (DCH). No período compreendido de 2009 até 2022, o corpo docente do CMA cresceu conforme se apresenta no Quadro 1, passando de 22 docentes em 2009 (mês de referência, 12/2009) para 89 docentes (mês de referência, 10/2022).

Quadro 1 – Corpo docente do CMA

ANO	MESTRES	DOUTORES	TOTAL
2009	9	13	22
2010	26	18	44
2011	25	22	47
2012	25	35	60
2013	35	26	61
2014	40	33	73
2014	45	29	74
2016	42	35	77
2017	36	51	87
2018	34	55	89
2019	32	59	91
2020	25	62	87
2021	24	61	85
2022	17*	72*	89*

*Números referentes a professores efetivos, considerando ativos e afastados para qualificação/função administrativa.

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Vale ressaltar que alguns docentes já cursaram a pós-graduação (ou parte dela) por meio da concessão do horário especial para servidor estudante, o que de certa forma contribui com a qualificação docente sem a necessidade de utilização de um professor substituto. Todavia, nessas condições, o esforço do(a) docente passa a ser redobrado, principalmente pelas características do campus Angicos, situado no interior do Rio Grande do Norte, quando têm de conciliar o tempo para estudos, com a atividade docente e longos deslocamentos. No entanto, o CMA/UFERSA tem buscado ampliar o raio de qualificação docente, proporcionando seu afastamento com direito a professor substituto, a fim de que esta qualificação seja realizada de

forma mais tranquila. Essa demanda foi possível com a atualização do banco de professor-equivalente, por meio do Decreto nº 8.259/2014, que proporcionou a elevação do número de afastamentos de docentes para a formação.

3. PERFIL DO CORPO DOCENTE DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS (CMA)

A Decisão da UFERSA/CONSUNI Nº 101/2017 de 10 de julho de 2017 criou os departamentos de todos os Centros da UFERSA e, desde então, cada um organizou a divisão dos docentes em seus respectivos departamentos. A Portaria UFERSA/PROGEPE Nº 0539/2017, de 24 de agosto de 2017, oficializou a lotação dos professores nos seus novos Departamentos do CMA, conforme descritos abaixo:

- DCETI – Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação;
- DENGE – Departamento de Engenharias;
- DCH – Departamento de Ciências Humanas.

A divisão em Departamentos Acadêmicos seguiu a normatização estatutária (Cap. III, Art. 68) que o compreende como a menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização administrativa e didático-científica. Sendo assim, na distribuição dos docentes levou-se em conta as áreas de atuação e formação.

As relações dos docentes lotados em cada Departamento compõem o total de professores no CMA/UFERSA. O Quadro 2 demonstra o número de docentes lotados nos respectivos Departamentos.

Quadro 2 – Corpo docente do CMA por Departamento

DEPARTAMENTO	MESTRES	DOUTORES	TOTAL
DCETI	8*	29*	37*
DENGE	9*	27*	36*
DCH	0	16*	16*
TOTAL	17	72	89

*Números referentes a professores efetivos, considerando ativos e afastados para qualificação e função administrativa.

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam os nomes dos docentes lotados em cada Departamento, com suas respectivas titulações, incluindo os ativos, afastados para qualificação, e em função administrativa.

Quadro 3 – Corpo docente do Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia da Informação – DCETI

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Adriana Mara Guimarães de Farias	Mestrado
2	Andrezza Cristina da Silva Barros Souza	Mestrado
3	Araken de Medeiros Santos	Doutorado
4	Cintia Raquel Duarte de Freitas	Mestrado
5	Damilson Ferreira dos Santos	Doutorado
6	David Levi da Silva Macedo	Doutorado
7	Elisangela Lopes Galvão	Doutorado
8	Enai Taveira da Cunha	Doutorado
9	Francisco de Assis Pereira. V. De Arruda	Doutorado
10	Francisco Edcarlos Alves Leite	Doutorado
11	Francisco Vieira de Oliveira	Doutorado
12	Geomar Galdino da Silva	Doutorado
13	Gislene Micarla Borges de Lima	Doutorado
14	Gustavo de Oliveira Gurgel Rebouças	Doutorado
15	Jakcney Luan Azevedo de Sousa	Mestrado
16	Jarbele Cassia da Silva Coutinho	Doutorado
17	Joêmia Leilane Gomes de Medeiros	Doutorado
18	José Gildo de Araújo Júnior	Doutorado
19	Kleber Tavares Fernandes	Doutorado
20	Lêda Maria Oliveira de Lima	Doutorado
21	Lidiane Alves de Morais	Doutorado
22	Marcos Alexandre Rabelo de Lima	Mestrado
23	Marcos Vinícius Cândido Henriques	Doutorado
24	Patrícia Mendonça Pimentel	Doutorado
25	Ricardo Antonio Faustino da Silva Braz	Doutorado
26	Roberto Namor Silva Santiago	Doutorado
27	Rodrigo Soares Semente	Doutorado
28	Rodrigo Toledo Teixeira Câmara	Mestrado
29	Sairo Raoni dos Santos	Mestrado
30	Samara Martins Nascimento	Doutorado
31	Samuel Oliveira de Azevedo	Doutorado
32	Stefeson Bezerra de Melo	Doutorado
33	Tarcísio Elói de Andrade Júnior	Doutorado
34	Thatiana Cunha Navarro Diniz	Doutorado
35	Vanessa Danielle Santos Ferreira	Mestrado
36	Wellington Barbosa do Nascimento Júnior	Doutorado
37	Wivaldo Dantas de Asevedo Júnior	Doutorado

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Quadro 4 – Corpo docente do Departamento de Engenharias – DENGE

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Alessandra Carla Oliveira C. Spinelli	Doutorado
2	Andréa Saraiva de Oliveira	Mestrado
3	André Luiz Sena da Rocha	Mestrado
4	Andreza Kelly Costa Nóbrega	Doutorado
5	Arthur Gomes Dantas de Araújo	Doutorado
6	Bruna Carvalho da Silva	Mestrado
7	Ciro José Jardim de Figueiredo	Doutorado
8	Danielle da Silva Oliveira Martins*	Mestrado
9	Janaina Salustio da Silva	Mestrado
10	João Paulo Damásio Sales	Doutorado
11	José Alderir da Silva	Doutorado
12	Joselito Medeiros de F. Cavalcante	Doutorado
13	Klaus André de Sousa Medeiros	Mestrado
14	Kleber Cavalcanti Cabral	Doutorado
15	Leonardo Magalhães Xavier Silva	Mestrado
16	Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	Doutorado
17	Luciana Torres Correia de Mello	Doutorado
18	Luis Henrique Gonçalves Costa	Doutorado
19	Marcilene Vieira da Nóbrega	Doutorado
20	Marcílio Luís Viana Correia	Doutorado
21	Marianna Cruz Campos Pontarolo	Mestrado
22	Maristélio da Cruz Costa	Doutorado
23	Maxwell Ferreira Lobato	Doutorado
24	Natália Veloso Caldas de Vasconcelos	Doutorado
25	Núbia Alves de Souza Nogueira	Doutorado
26	Osvaldo Nogueira de Sousa Neto	Doutorado
27	Priscila da Cunha Jácome Vidal	Doutorado
28	Rafael da Costa Ferreira	Doutorado
29	Roberta Pereira da Silva	Doutorado
30	Roselene de Lucena Alcântara	Doutorado
31	Sâmea Valensca Alves Barros*	Doutorado
32	Samira Yusef Araújo de Falani Bezerra	Mestrado
33	Sileide de Oliveira Ramos	Doutorado
34	Thyago de Melo Duarte Borges	Doutorado
35	Valquíria de Melo Duarte Borges	Doutorado
36	Wendell Rossine Medeiros de Souza	Doutorado

*Docentes removidos do campus recentemente (2022)

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2022)

Quadro 5 – Corpo docente do Departamento de Ciências Humanas - DCH

NÚMERO	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	Akynara Aglaé Rodrigues Santos da S. Burlamaqui	Doutorado
2	Alessandra Miranda Mendes Soares	Doutorado
3	Ana Maria Pereira Aires	Doutorado
4	Ananias Agostinho da Silva*	Doutorado
5	Carmelindo Rodrigues da Silva	Doutorado
6	Divoene Pereira Cruz Silva	Doutorado
7	Elaine Luciana Sobral Dantas	Doutorado
8	Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves	Doutorado
9	Francisco José Lima Sales	Doutorado
10	Franselma Fernandes de Figueiredo	Doutorado
11	Jacimara Villar Forbeloni	Doutorado
12	Juliana da Rocha e Silva	Doutorado
13	Magnus José Barros Gonzaga	Doutorado
14	Maria das Neves Pereira	Doutorado
15	Maria do Socorro da Silva Batista	Doutorado
16	Sueldes de Araújo	Doutorado

*Docentes removidos do campus recentemente (2022)

Fonte: CMA/UFERSA e SIGRH (2021)

4. BANCO DE PROFESSOR EQUIVALENTE

De acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, o número de docentes afastados obedecerá ao disposto na legislação vigente e os referidos afastamentos serão condicionados às necessidades de cada Centro, conforme PQD, mediante disponibilidade do Banco de Professor Equivalente, e não poderão exceder 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento.

O Quadro 6 traz o quantitativo de docentes afastados com base em informações coletadas nas portarias de autorização/renovação de afastamento do site oficial da UFERSA e suas respectivas previsões de retorno ao exercício das atividades acadêmicas. Ainda no referido quadro, verifica-se que no exercício de 2021/2022, existem seis (6) docentes afastados para qualificação, por ordem de saída.

Quadro 6 – Docentes afastados para qualificação por ordem de saída

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO	TITULAÇÃO
1	Klaus André de Sousa Medeiros	04/02/2019	03/02/2023	Doutorado
2	Marianna Cruz Campos Pontarolo	29/09/2020	28/09/2023	Doutorado
3	Janaína Salustio da Silva	01/02/2021	05/04/2024	Doutorado
4	Marcos Alexandre Rabelo de Lima	23/03/2022	23/02/2023	Doutorado
5	Natália Veloso C. de Vasconcelos	23/03/2022	13/03/2023	Pós-Doutorado
6	Cintia Raquel Duarte de Freitas	26/09/2022	25/09/2023	Doutorado

Fonte: Portarias do site oficial UFERSA (2021)

Para o ano de 2022, a previsão de vagas para qualificação docente será de acordo com a disponibilidade de vagas pertencentes ao Centro Multidisciplinar de Angicos que será disponibilizada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE. O Quadro 7 apresenta o quantitativo de docentes com previsão de retorno por ano e mês.

Quadro 7 – Previsão de retorno dos docentes afastados para qualificação

ANO	MÊS	QUANTIDADE
2023	Fevereiro	2
	Março	1
	Setembro	2
2024	Abril	1
	TOTAL	**6**

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

O Quadro 8 apresenta os docentes que estiveram afastados para o doutorado e os demais para Estágio Pós-doutoral (Quadro 9), sem levar em consideração os docentes que foram removidos para outros *campi*, motivo de licença maternidade, cedidos por algum motivo ou em função administrativa específica.

Quadro 8 – Docentes beneficiados com afastamento para Doutorado

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO
1	Alessandra Miranda Mendes Soares	07/04/2014	06/04/2018
2	Arthur Gomes Dantas de Araújo	19/09/2016	18/12/2020
3	Bruna Carvalho da Silva	19/02/2017	18/02/2021
4	Damilson Ferreira dos Santos	24/09/2013	23/05/2014
5	Edwin Luize Ferreira Barreto	16/03/2015	30/06/2016
6	Enai Taveira da Cunha	03/04/2014	02/04/2018
7	Francisco de Assis P. V. de Arruda	30/09/2013	31/05/2014
8	Francisco Vieira de Oliveira	16/03/2015	15/12/2018
9	Jacimara Villar Forbeloni	22/10/2013	31/05/2014
10	João Paulo Damásio Sales	15/09/2016	31/12/2020
11	Kleber Tavares Fernandes	20/02/2019	31/01/2021
12	Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	01/03/2015	26/12/2018
13	Luis Henrique Gonçalves Costa	29/04/2019	31/08/2021
14	Marcus Vinicius Sousa Rodrigues	14/10/2013	15/03/2014
15	Nubia Alves de Souza Nogueira	25/06/2013	22/09/2013
16	Priscila da Cunha Jácome Vidal	26/03/2019	25/03/2022
17	Roberto Namor Silva Santiago	15/09/2016	14/09/2018
18	Sâmea Valensca Alves Barros	01/04/2014	30/03/2017
19	Samira Yusef A. de Falani Bezerra	05/03/2018	04/03/2022
20	Thyago de Melo Duarte Borges	20/11/2017	19/05/2020
21	Valquiria Melo Souza Correia	12/02/2015	11/02/2019
22	Wellington B. do Nascimento Junior	07/04/2014	06/04/2018
23	Wendell Rossine Medeiros Souza	16/03/2015	15/03/2017
24	Wivaldo Dantas de Asevedo Junior	02/01/2016	01/01/2019

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

5. ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO DOCENTE

O critério prévio para a classificação dos docentes que pretendem se afastar para qualificação é o Índice de Classificação - IC, utilizado seguindo as normas da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

A classificação é feita obedecendo à ordem decrescente da pontuação final obtida pela soma dos valores das dimensões, constante na planilha de pontuação do Anexo da referida Resolução, preenchida individualmente por cada docente e enviada juntamente com a inscrição.

O docente que não atender a qualquer um dos requisitos para se afastar, dentro do prazo previsto, terá a vaga preenchida pelo docente que lhe seguir na ordem de classificação, com base na pontuação e assim sucessivamente (Art. 7º). Caso ocorra empate na classificação, os critérios para desempate seguem a ordem que está definida no Art. 8° da mesma resolução, a saber:

I. Maior tempo de docência no quadro efetivo da UFERSA;
II. Maior tempo de serviço público federal; e
III. Maioridade.

Quadro 9 – Docentes beneficiados com afastamento para Estágio Pós-Doutoral

NÚMERO	DOCENTE	SAÍDA	RETORNO
1	Carmelindo Rodrigues da Silva	01/02/2016	31/01/2017
2	Gislene Micarla Borges de Lima	19/11/2017	18/11/2018
3	Gustavo de Oliveira G. Rebouças	27/02/2014	26/02/2015
4	Kleber Cavalcanti Cabral	02/09/2019	21/02/2021
5	Marcos Vinicius Candido Henriques	15/02/2016	14/02/2017
6	Sâmea Valensca Alves Barros	12/04/2021	30/03/2022
7	Samuel Oliveira de Azevedo	25/07/2016	24/07/2017

Fonte: CMA/UFERSA (2022)

6. PROFESSORES APTOS A AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO EM 2021/2022

O Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023 foi elaborado pela comissão instituída pela Portaria UFERSA/CMA Nº 30/2022, de 14 de setembro de 2022, tomando como referência o Edital PROPPG Nº 39/2022 e a documentação encaminhada. Assim, o Quadro 10 contempla a pontuação referente aos docentes que pretendem o afastamento para o Doutorado. O Quadro 11 traz o resultado para os docentes que pleiteiam o afastamento para o Estágio Pós Doutoral.

Quadro 10 – Pontuação, em ordem decrescente, dos candidatos à modalidade Doutorado

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
Leonardo Magalhães Xavier Silva	74,8
Adriana Mara Guimarães Farias	73,6
Andrea Saraiva de Oliveira	66,0
Andrezza Cristina da Silva Barros Souza	53,6
Jackney Luan Azevedo de Sousa	45,9

Quadro 11 – Pontuação, em ordem decrescente, dos candidatos à modalidade Estágio Pós Doutoral

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
Marcilene Vieira da Nóbrega	119,76
Osvaldo Nogueira de Sousa Neto	100,06
Ciro José Jardim de Figueiredo	83,46
Francisco Vieira de Oliveira	74,5
Thyago de Melo Duarte Borges	65,8
José Alderir da Silva	63,9
Alessandra Miranda Mendes Soares	54,8
Thatiana Cunha Navarro Diniz	42,9

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o PQD 2023 do CMA/UFERSA estiveram inscritos treze (13) professores, dos quais cinco (5) pleitearam vaga para qualificação Doutoral e oito (8) para vaga de Estágio Pós-Doutoral. Destaca-se que na Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018 foi incluída a qualificação em nível de estágio pós-doutoral com direito a substituto, sendo reservada para esse fim 20% das vagas disponíveis no período em questão.

Por fim, faz-se necessária uma sugestão para construção dos PQDs futuros: a comissão aponta a necessidade de ter em mãos documentos comprobatórios das informações fornecidas na Planilha de pontuação para classificação no Plano Anual de Qualificação Docente da UFERSA, anexa na Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, como um fator a ser exigido no ato da inscrição dos candidatos. Entende-se que essa documentação comprobatória no ato de inscrição, acelera o processo de averiguação das informações, garantindo os prazos estabelecidos em cronograma dos referidos editais, assim como também promove equidade na análise da documentação entre os candidatos.

No que tange aos dados oficiais da instituição, o setor de recursos humanos do CMA/UFERSA não dispõe de ferramenta que facilite o acesso ao sistema de gestão, que possa acessar relatórios para atender aos pedidos da comissão. Além disso, os relatórios disponibilizados digitalmente pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIGRH) da instituição encontram-se desatualizados em relação às informações de titulação dos docentes.

Angicos, 08 de novembro de 2022.

Comissão PQD – 2023

Luciana Torres Correia de Mello (Membro titular DENGE)
Samara Martins Nascimento (Membro titular DCETI)
Francisco José Lima Sales (Membro titular DCH)

Rafael Ferreira da Costa (Membro suplente DENGE)
Wivaldo Dantas de Asevedo Jr (Membro suplente DCETI)
Juliana da Rocha Silva (Membro suplente DCH)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Leonardo Magalhães Xavier Silva, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de Doutorado em Engenharia Química do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Angicos (RN), 10 de Novembro de 2022.

[redacted]

Assinatura

[redacted]

Testemunha: Sueldes de Araújo

CPF: [redacted]

[redacted]

Testemunha: Alessandra Carla Oliveira Chagas Spinelli

CPF: [redacted]

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)

(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

R P G

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, portador(a) do CPF nº [redacted], matrícula Siape nº [redacted] é servidor(a) do Quadro Permanente desta Universidade, admitido(a) em 27 de fevereiro de 2013, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, com lotação no(a) Departamento de Engenharias - Campus Angicos.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) foi nomeado(a) para ocupar o cargo supracitado através da Portaria UFERSA/GAB n° 114/2013, emitida em 24 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2013, não havendo registros, nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a), de ocorrência de Redistribuição.

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.

SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Assinado de forma digital por SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Dados: 2022.11.10 14:27:33 -03'00'

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XI)

POP

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **LEONARDO MAGALHAES XAVIER SILVA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 07:12:06 do dia 08/11/2022 , com validade até o dia 08/12/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: FvcRbEpn5olGSH1kibka

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XII)

P OP G

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício nesta Universidade em 27 de fevereiro de 2013, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Ranieire Paula Ribeiro, ocupante do cargo de Contador, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.

SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Assinado de forma digital por SEBASTIAO DE MORAIS JUNIOR:[redacted]
Dados: 2022.11.10 14:28:09 -03'00'

Sebastião de Morais Júnior
Diretor em exercício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG/UFERSA

(Anexo XIII)

COMPETÊNCIAS APROVADAS NO PDP 2022 DA UFERSA QUE SERÃO DESENVOLVIDAS DURANTE O PROCESSO DE AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO:

6 - Adquirir conhecimentos básicos essenciais para a elaboração de projetos para expandir a atuação da universidade.

9 - Ampliar conhecimentos na área de Engenharias

14 - Qualificar e capacitar em programas de pós-graduação e ações de capacitação em áreas de natureza multidisciplinar.

27 - Adquirir conhecimentos na área de desenvolvimento sustentável e assim possibilitar a inclusão e efetivação de práticas mais sustentáveis na Universidade

36 - Aprimorar conhecimento sobre produção textual e escrita de tese, artigos científicos e normas da ABNT

50 - Ampliar conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição

Emitido em 16/11/2022

REQUERIMENTO Nº 2683/2022 - DE-ANG (11.01.23.19.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/11/2022 13:22)
RAFAEL DA COSTA FERREIRA
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DE-ANG (11.01.23.19.08)
Matrícula: ###507#6

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2683**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **16/11/2022** e o código de verificação: **1817bec889**

Processo Nº 23091.018255/2022-59
Assunto: Solicitação afastamento integral para qualificação doutoral
Interessado: Leonardo Magalhães Xavier Silva

RELATÓRIO

1. No presente pleito, o servidor docente **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, de matrícula SIAPE nº [redacted], lotado no Departamento de Engenharias de Angicos - DENGE, solicita afastamento integral remunerado de suas atividades para realização de qualificação doutoral na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, pelo período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026.

2. O afastamento do servidor docente tem o objetivo de realizar qualificação de pós-graduação, doutorado dentro do País.

3. O pedido em questão foi apreciado na 9ª Assembleia Ordinária do Departamento de Engenharias de Angicos – DENGE, realizada em 16 de novembro de 2022, sendo aprovado na mesma.

4. É importante salientar que não haverá nenhum prejuízo acadêmico para o Centro Multidisciplinar de Angicos ou para a UFERSA, uma vez que há vaga para professor substituto para ministrar suas componentes curriculares.

PARECER

Dessa forma, o Diretor em Exercício do Campus Angicos, no uso de suas atribuições legais, se manifesta favorável ao pedido de afastamento integral para qualificação doutoral do servidor docente Leonardo Magalhaes Xavier Silva, de matrícula SIAPE nº [redacted], no período de 13/02/2023 à 11/09/2026.

Angicos - RN, 17 de novembro de 2022

[redacted]

Assinado de forma digital por SAMUEL OLIVEIRA DE AZEVEDO:[redacted]
Dados: 2022.11.17 09:56:37 -03'00'

SAMUEL OLIVEIRA DE AZEVEDO
Diretor em Exercício do Campus UFERSA Angicos
Portaria UFERSA/GAB. N° 0274/2020

Emitido em 17/11/2022

PARECER Nº Parecer do CMA/2022 - ANGICOS (11.01.23)
(Nº do Documento: 690)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/11/2022 15:53)
JALMIR DANTAS DE ARAUJO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ANGICOS (11.01.23)
Matrícula: ###540#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **690**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **17/11/2022** e o código de verificação: **ba67537794**

PARECER DE RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Nº PROCESSO: 23091.018255/2022-59

DATA DA SOLICITAÇÃO: 11/11/2022

REGIME: Integral

SOLICITANTE: LEONARDO MAGALHAES XAVIER SILVA

SETOR/DEPARTAMENTO Departamento de Engenharias – DENGE

CENTRO: Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA

INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO

OBJETIVO: DOUTORADO

PERÍODO: 13/02/2023 a 11/09/2026

PAÍS: BRASIL

CIDADE: Campina Grande

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)

CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Páginas 58 e 59);

CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Página 67);

CONSIDERANDO o Projeto de Tese do Doutorando (Páginas 68 a 90);

CONSIDERANDO a Declaração de matrícula (Anexo V) (Pagina 92);

CONSIDERANDO o PQD 2023 (Anexo VI) (Páginas 94 a 107);

CONSIDERANDO o Termo de Declaração e Compromisso (Anexo VIII) (Página 108);

CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro (Página 117).

OBSERVAÇÕES

O afastamento está de acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 003/2018, bem como não excede o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação.

PARECER PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido do servidor docente **LEONARDO MAGALHAES XAVIER SILVA,** pertencente ao Departamento de Engenharias, Campus Angicos, para cursar o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Campina Grande-PB, no período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026. Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA.

Mossoró-RN, 23 de novembro de 2022.

[redacted]

Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 23/11/2022

PARECER Nº 716/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/11/2022 12:10)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **716**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **23/11/2022** e o código de verificação: **ff22eeca0f**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 283/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 24 de janeiro de 2023.

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pelo servidor docente Leonardo Magalhães Xavier Silva**,** SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Engenharias, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Angicos, com a finalidade de realizar Doutorado em Engenharia Química, na Universidade federal de Campina (UFCG), na Paraíba, no período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026..

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do servidor para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. **No entanto, conforme § 2º, art 9º da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003 /2018, os afastamentos de docentes não poderão exceder 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, cabendo ao Conselho de Centro de origem do solicitante do afastamento o controle sobre a liberação dos docentes, bem como a comunicar essa informação em parecer emitido pelo Centro, conforme preceitua inciso II, § 2º, art 9º da Resolução.**

04. **Cumpre-nos informar que em parecer emitido pelo Centro Multidisciplinar de Angicos não consta a informação sinalizada no parágrafo acima. Por essa razão devolvemos o processo ao Centro para retificação de Parecer.**

05. Após inclusão do parecer retificado, solicita-se o retorno do presente processo a esta Divisão.

(Assinado digitalmente em 24/01/2023 16:15)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 24/01/2023 16:17)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.018255/2022-59

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **283**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **24/01/2023** e o código de verificação: **b6139711c5**

Processo Nº 23091.018255/2022-59
Assunto: Solicitação afastamento integral para qualificação doutoral
Interessado: Leonardo Magalhães Xavier Silva

RELATÓRIO

1. No presente pleito, o servidor docente **Leonardo Magalhães Xavier Silva**, de matrícula SIAPE nº [redacted], lotado no Departamento de Engenharias de Angicos - DENGE, solicita afastamento integral remunerado de suas atividades para realização de qualificação doutoral na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, pelo período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026.

2. O afastamento do servidor docente tem o objetivo de realizar qualificação de pós-graduação, doutorado dentro do País.

3. O pedido em questão foi apreciado na 9ª Assembleia Ordinária do Departamento de Engenharias de Angicos – DENGE, realizada em 16 de novembro de 2022, sendo aprovado na mesma.

4. É importante salientar que não haverá nenhum prejuízo acadêmico para o Centro Multidisciplinar de Angicos ou para a UFERSA, uma vez que há vaga para professor substituto para ministrar suas componentes curriculares.

5. Informamos, ainda, que o afastamento não excederá 30% (trinta por cento), exigido pelo § 2º, art. 9º da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018.

PARECER

Dessa forma, o Diretor em Exercício do Campus Angicos, no uso de suas atribuições legais, se manifesta favorável ao pedido de afastamento integral para qualificação doutoral do servidor docente Leonardo Magalhaes Xavier Silva, de matrícula SIAPE nº [redacted], no período de 13/02/2023 à 11/09/2026.

Angicos - RN, 17 de novembro de 2022

JACIMARA VILLAR FORBELONI: [redacted]
Assinado de forma digital por JACIMARA VILLAR FORBELONI: [redacted]
Dados: 2023.01.25 16:53:45 -03'00'

JACIMARA VILLAR FORBELONI
Diretora do Campus UFERSA Angicos
Portaria UFERSA/GAB. N° 0274/2020

Emitido em 25/01/2023

PARECER Nº Parecer do CMA/2023 - ANGICOS (11.01.23)
(Nº do Documento: 26)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/01/2023 17:05)
FRANCISCO CESAR DE SOUZA
SECRETARIO EXECUTIVO
ANGICOS (11.01.23)
Matrícula: ###241#2

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **26**, ano: **2023**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **25/01/2023** e o código de verificação: **75e4aac432**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 329/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 26 de janeiro de 2023.

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pelo servidor docente Leonardo Magalhães Xavier Silva, SIAPE [redacted] pertencente ao Departamento de Engenharias, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Angicos, com a finalidade de realizar Doutorado em Engenharia Química, na Universidade federal de Campina (UFCG), na Paraíba, no período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do(a) servidor(a) para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. É importante citar que, em atendimento ao que veda o parágrafo 2º, do art. 96-A, da Lei nº 8.112/1990, o requerente apresentou Declaração da Divisão de Administração de Pessoal - DAP, onde comprova-se que o servidor não esteve licenciado para tratar de assuntos particulares ou para capacitação nos 2 (dois) anos anteriores a esta solicitação, estando devidamente habilitado ao afastamento para qualificação.

04. Cumpre-nos informar que o afastamento do docente está condicionado à contratação de um professor substituto e que existe vaga disponível para contratação.

05. Por fim, o Departamento de Engenharias, o Centro Multidisciplinar de Angicos e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento do docente.

06. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito.

07. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 26/01/2023 15:13)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 26/01/2023 15:39)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.018255/2022-59

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **329**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **26/01/2023** e o código de verificação: **d09ac73ad3**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 338/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 27 de janeiro de 2023.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Leonardo Magalhães Xavier Silva, matrícula Siape nº [redacted], de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Engenharia Química na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campina Grande-PB, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Engenharias - Denge - e o Parecer do Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 27/01/2023 11:44)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.018255/2022-59

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **338**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **27/01/2023** e o código de verificação: **b49bbc753b**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2023

O VICE-REITOR NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; o Regimento da Ufersa; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.018255/2022-59; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 1ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento do servidor docente Leonardo Magalhães Xavier Silva, pertencente ao Departamento de Engenharias, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Angicos, com a finalidade de realizar Doutorado em Engenharia Química, na Universidade federal de Campina - UFCG, na Paraíba, no período de 13 de fevereiro de 2023 a 11 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Assinado de forma digital por ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Dados: 2023.02.10 15:04:38 -03'00'

ROBERTO VIEIRA PORDEUS

Emitido em 06/02/2023

RESOLUÇÃO Nº 13/2023 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/02/2023 08:04)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: ###292#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **13**, ano: **2023**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **13/02/2023** e o código de verificação: **b64c3e64db**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 470, DE 4 DE ABRIL DE 2023

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelece o inciso VI do art. 44 do Estatuto da universidade; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.018255/2022-59, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior – Consuni, o afastamento do servidor docente Leonardo Magalhães Xavier Silva matrícula Siape nº [redacted], pertencente ao Departamento de Engenharias, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Angicos, com a finalidade de realizar Doutorado em Engenharia Química, na Universidade federal de Campina Grande – UFCG, na Paraíba, com início em 28 de março de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 28 de março de 2023.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Emitido em 17/04/2023

PORTARIA Nº 437/2023 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2023 15:58)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **437**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **17/04/2023** e o código de verificação: **cae8289a45**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.016146/2022-63

ELETRÔNICO

Cadastrado em 07/10/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
MIGUEL CARIOCA NETO	[redacted]	1634744

Tipo do Processo:
PROGRESSÃO DOCENTE

Assunto do Processo:
023.03 - QUADROS, TABELAS E POLÍTICA DE PESSOAL:REESTRUTURAÇÕES E ALTERAÇÕES SALARIAIS (ASCENSÃO E PROGRESSÃO FUNCIONAL; AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO; ENQUADRAMENTO; EQUIPARAÇÃO, REAJUSTE E REPOSIÇÃO SALARIAL; PROMOÇÕES)

Assunto Detalhado:
SOLICITA PROGRESSÃO FUNCIONAL DOCENTE POR DESEMPENHO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Unidade de Origem:
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:
JANECELY SILVEIRA DE LIMA

Observação:
(INTERESSADO: SERVIDOR COM IDADE MAIOR OU IGUAL A 60 ANOS)

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
07/10/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
08/02/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (11.01.00.09.02)
21/03/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
11/04/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: MIGUEL CARIOCA NETO	Matricula SIAPE: [redacted]
Endereço: [redacted]	Cidade/Estado: FORTALEZA/CEARÁ
Email: [redacted]	Telefone(s): [redacted]
Cargo/Emprego/Função: Professor(a) do Magistério Superior	Código/Nível/Referência: 5-504
Lotação: DCSA	

Tipo de Vínculo com a UFERSA:

- [x] Servidor(a) Ativo(a)
- [ ] Aposentado(a)
- [ ] Professor(a) Substituto(a), Temporário(a) ou Visitante
- [ ] Beneficiário de Pensão Civil do(a) Servidor(a)
- [ ] Beneficiário de Pensão Alimentícia do(a) Servidor(a):

OBJETIVO DO REQUERIMENTO

[ ]	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE	[ ]	GRATIF. POR ENCARGO DE CURSO/CONCURSO
[ ]	ABONO PERMANÊNCIA	[ ]	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO
[ ]	AFASTAMENTO/LICENÇA	[ ]	INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE DEPENDENTES
[ ]	ALTERAÇÃO DE AFASTAMENTO/LICENÇA	[ ]	PENSÃO CIVIL
[ ]	ALTERAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO-RT	[x]	PROGRESSÃO/PROMOÇÃO
[ ]	APOSENTADORIA	[ ]	PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO
[ ]	AUXÍLIOS	[ ]	REDISTRIBUIÇÃO/REMOÇÃO
[ ]	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	[ ]	REVISÃO DE APOSENTADORIA
[ ]	EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO	[ ]	OUTRO. ESPECIFIQUE:

DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO

De acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2014, de 24 de novembro de 2014 (com anexo alterado pela Resolução CONSUNI 006-2017), solicito ascensão funcional docente por desempenho à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, conforme documentação anexa.

Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD.

Data: 07/10/2022



Assinatura do Servidor/Requerente

PROCEDIMENTOS

1. Preencher e salvar o presente formulário;
2. Juntar o PDF deste arquivo e dos documentos comprobatórios em um só PDF;
3. Renomear o PDF juntado com seu nome completo;
4. Abrir o arquivo PDF juntado e efetuar a assinatura digital;
5. Enviar o arquivo PDF assinado para o e-mail do setor de protocolo do *campus* no qual esteja lotado(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Portaria Progepe/UFERSA-RN nº 134, de 9 de março de 2022

O Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria Ufersa/Gab N° 0406/2020, de 31 de agosto de 2020, e tendo em vista a delegação de competência constante na Portaria Ufersa/Gab n° 658/2020, de 04 de novembro de 2020, considerando os arts. 12 e 13-A da Lei nº 12.772/2012 e 19 da Lei nº 13.325/2016, e o que consta do Processo nº 23091.013977/2021-41, resolve:

Art. 1º Conceder ao servidor docente **Miguel Carioca Neto**, matrícula Siape nº [redacted], ocupante do cargo de Professor de Magistério Superior, a progressão funcional para o nível 3 da Classe C - Professor Adjunto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 11 de novembro de 2020.

ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO
Pro-reitor Adjunto de Gestao de Pessoas

A autenticidade deste documento poderá ser verificada acessando o link:

/detalhar/104096

Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe

Emitido em 09/03/2020

PORTARIA Nº 28/2020 - CPPD (11.01.26)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/03/2022 17:22)
PATRICK KLYSMAN COSTA SANTIAGO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
CPPD (11.01.26)
Matrícula: 2115907

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **28**, ano: **2020**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **10/03/2022** e o código de verificação: **1552d8bd01**

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes da UFERSA

Grupo I - Atividades Docentes decorrentes das atividades de ensino na educação superior

(60 pontos nos Grupos I,II e III nos dois anos analisados, sendo no mínimo 25 pontos destes no Grupo I)

Resumo da Pontuação:
(Contagem da CPPD)

GI: 0,00

GII: 0,00

GIII: 0,00

Assinatura do Avaliador:
(Membro da CPPD)

Ordem	Atividade	Indicador	Fonte do documento comprobatório	Colunas1	Nº do documento comprobatório	Contagem do Docente	Contagem da CPPD
1.1	Aulas em cursos de graduação e pós-graduação	Número de horas aula semanais	Declaração do SIGAA	Carga horária semanal x 0,5/HORA-AULA	1.1	4,00	
1.2	Número de alunos matriculados nas disciplinas	Número de alunos	Páginas do diário de classe que contém a listagem dos alunos	0,2 pontos/aluno (máximo de 10 pontos)	1.2	9,20	
1.3	Orientação de projeto final de curso, estágio obrigatório	Ata da defesa de TCC, estágio obrigatório	Docente/SIGAA	2/aluno (limite de 5 alunos/semestre/atividade)	1.3		
1.4	Orientação de especialização em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	2,5/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.4		
1.5	Orientação de mestrado em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	3/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.5		
1.6	Orientação de doutorado em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	4/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.6		
1.7	Orientação de monitoria	Certificado de orientação	PROGRAD/SIGAA	2/aluno/semestre (limite de 10 pontos)	1.7		
1.8	Supervisor de estágio não obrigatório	Declaração	Departamento/PROEC	0,5/120 horas/aluno (limite de 3 alunos/semestre)	1.8		
1.9	Supervisão de estágio de pós-doutoral	Relatório suscinto das atividades do pós-doutorando.	PROPPG/Docente	2/estágio concluído	1.9		
1.10	Supervisão de estágio de docência	Declaração do programa de pós-graduação	Cooordenação do programa/PROPPG	2/ aluno / semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.10		
1.11	Participação em banca de seleção de monitoria	Ata do processo seletivo	Departamento	0,5/banca	1.11		
1.12	Participação de banca examinadora de monografia de graduação, relatório de estágio obrigatório, em que não é orientador	Ata da defesa de TCC, estágio obrigatório	Docente/PROEC/SIGAA	0,5/banca (Limite de 3 pontos/semestre)	1.12		
1.13	Avaliação do docente pelo discente	Nota	Sigaa	Média das notas obtidas nas disciplinas ministradas pelo docente com 2 casas decimais	1.13	8,88	
1.14	Tutor do programa de educação tutorial - PET	Declaração	PROGRAD/PROEC	2 pontos por semestre	1.14		
1.15	Tutor de curso a distância	Declaração	NEAD/SIGAA	1 ponto por disciplina	1.15		
Total						22,08	0,00

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes na UFERSA

Grupo II -Pesquisa e Produção Intelectual decorrentes das atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão (60 pontos nos Grupos I,II e III nos dois anos analisados, sendo no mínimo 10 pontos destes no Grupo II, ou mínimo de 16 horas aulas em cada semestre avaliado no item 1.1)

Ordem	Atividade	Indicador	Responsável	Pontuação	N° do documento comprobatório	Contagem do docente	Contagem da CPPD
2.1	Tese de doutorado defendida pelo docente dentro do interstício	Ata da defesa da Tese com aprovação	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	30	2.1	30,00	
2.2	Dissertação de mestrado defendida pelo docente dentro do interstício	Ata de defesa da Dissertação com aprovação	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	20	2.2		
2.3	TCC (trabalho de conclusão de curso) de especialização integralizado pelo docente dentro do interstício	Histórico ou Certificado	Coordenação do Programa / PROPPG/SIGAA	10	2.3		
2.4	Participação de banca examinadora de tese de doutorado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	4/banca (limite de 16 pontos)	2.4		
2.5	Participação de banca examinadora de dissertação de mestrado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	3/banca (limite de 12 pontos)	2.5		
2.6	Participação de banca examinadora de qualificação de doutorado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	3/banca (limite de 12 pontos)	2.6		
2.7	Participação de banca examinadora de qualificação de mestrado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 8 pontos)	2.7		
2.8	Participação de banca examinadora de monografia de especialização	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 8 pontos)	2.8		
2.9	Participação em banca de processo seletivo para cursos de pós-graduação latus sensus	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 6 pontos)	2.9		
2.10	Participação em banca de processo seletivo para cursos de pós-graduação Stricto sensus	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 6 pontos)	2.10		
2.11	Orientação de alunos de graduação: Iniciação cientifica, iniciação tecnológica, extensão e apoio técnico em atividades acadêmicas.	Declaração	PROPPG/PROEC/PROAC/PROGRAD/SIGAA	1/aluno/semestre (limite de 5 pontos/semestre)	2.11		
2.12	Publicação de livro didático, cultural ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	30	2.12	30,00	
2.13	Tradução de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	15	2.13		
2.14	Capitulo de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação) índice e duas páginas do capítulo.	Docente	10	2.14		
2.15	Edição/organização de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	5	2.15		

2.16	Revisor de conteúdo de cursos EAD da UFERSA	Capa, contracapa, dados catalográficos	Docente	I / material didático (caderno de atividades, apostilas, aplicativos, etc)	2.16		
2.17	Publicação de texto didático com aprovação de Conselho Editorial	Capa, contracapa, dados catalográficos	Docente	5	2.17		
2.18	Artigo técnico cientifico publicado em periódico A1	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	20	2.18	20,00	
2.19	Artigo técnico cientifico publicado em periódico A2	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	17	2.19		
2.20	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B1	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	14	2.20	14,00	
2.21	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B2	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	10	2.21	10,00	
2.22	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B3	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	8	2.22		
2.23	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B4	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	6	2.23		
2.24	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B5	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	4	2.24		
2.25	Artigo técnico cientifico publicado em periódico C	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	2	2.25		
2.26	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência internacional	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	12	2.26		
2.27	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência nacional	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	7	2.27		
2.28	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência regional ou local	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	3	2.28		
2.29	Artigo de divulgação publicado em revistas ou jornais	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	1	2.29		
2.30	Resumo publicado em eventos científicos internacionais (na área de atividade acadêmica docente).	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	4	2.30		

2.31	Resumo pulicado em eventos científicos nacionais (na área de atividade acadêmica docente)	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	3	2.31		
2.32	Resumo publicado em eventos científicos regionais ou locais (na área de atividade acadêmica docente)	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	2	2.32		
2.33	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Internacional	Declaração indicando o período	Docente	5/ano	2.33		
2.34	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Nacional	Declaração indicando o período	Docente	3/ano	2.34		
2.35	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Regional ou Local	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.35		
2.36	Participação em Conselho Editorial de Revista	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.36		
2.37	Participação em Conselho Editorial de Editora Universitária	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.37		
2.38	Minicurso ministrado em eventos científicos, devidamente comprovado.	Certificado ou Declaração	Docente	5/Minicurso	2.38		
2.39	Patente ou produto (aparelho, instrumento, fármaco, outros) concedida na área de atividade acadêmica do docente.	Patentes ou produtos registrado no período da avaliação	Docente	30	2.39		
2.40	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível Internacional, na área de atividade acadêmica do docente.	Obra que objetivam algum tipo de premiação no período da avaliação	Docente	20	2.40		
2.41	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível Nacional, na área de atividade acadêmica do docente.	Certificado	Docente	10	2.41		
2.42	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível regional ou local, na área de atividade acadêmica do docente.	Certificado	Docente	7	2.42		
2.43	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Internacionais	Certificado ou Declaração	Docente	10	2.43		
2.44	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Nacionais.	Certificado ou Declaração	Docente	7	2.44		
2.45	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais regionais ou locais	Certificado ou Declaração	Docente	4	2.45		
2.46	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Internacionais	Certificado ou Declaração	Docente	7	2.46		
2.47	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Nacionais	Certificado ou Declaração	Docente	5	2.47		
2.48	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais regionais ou locais	Certificado ou Declaração	Docente	3	2.48		
2.49	Coordenação de Projeto de Pesquisa ou Extensão financiado e cadastrado na ufersa	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	5 / projeto / semestre	2.49		

2.50	Coordenação de Projeto Interno de Pesquisa ou Extensão cadastrado na UFERSA	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	3/ projeto / semestre	2.50	3,00	
2.51	Participação em Projeto de Pesquisa ou Extensão financiado e cadastrado na ufersa	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	3 / projeto / semestre	2.51		
2.52	Participação em Projeto Interno de Pesquisa ou Extensão cadastrado na UFERSA	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	1,5 / projeto/ semestre	2.52		
2.53	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Internacionais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	4	2.53		
2.54	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Nacionais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	3	2.54		
2.55	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Regionais ou Locais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	2	2.55		
2.56	Participação em evento científico Internacional.	Certificado de participação no evento.	Docente	7	2.56		
2.57	Participação em evento científico Nacional.	Certificado de participação no evento.	Docente	5	2.57		
2.58	Participação em evento científico Regional ou Local.	Certificado de participação no evento.	Docente	3	2.58		
2.59	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Internacional.	Certificado ou Declaração	Docente	4 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.59		
2.60	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Nacional.	Certificado ou Declaração	Docente	2 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.60		
2.61	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Regional ou Local.	Certificado ou Declaração	Docente	1 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.61		
2.62	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Internacional.	Certificado ou Declaração	Docente	3 /evento (limite de 3 eventos)	2.62		
2.63	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Nacional	Certificado ou Declaração	Docente	2 /evento (limite de 3 eventos)	2.63		
2.64	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Regional ou Local	Certificado ou Declaração	Docente	1 /evento (limite de 3 eventos)	2.64		
2.65	Consultor e ou Editor ad hoc para avaliação de projetos submetidos a órgãos de fomento	Certificado ou Declaração	Docente	2 / projeto (limite de 4 projetos)	2.65		
2.66	Consultor e ou Editor ad hoc para avaliação de projetos de pesquisas: iniciação científica, dissertações, teses e premiações.	Certificado ou Declaração	Docente	3 / projeto (limite de 4 projetos)	2.66		
2.67	Atividades em Cursos de Extensão, devidamente comprovados pela instância responsável pela emissão dos certificados, e aprovados pelas instâncias competentes na UFERSA	Certificado ou Declaração	PROEC	1 / 4h para coordenador ou colaborador (limite de 15 pontos)	2.67		
2.68	Atividades de assessoria, consultoria, perícia ou sindicância, devidamente comprovadas pela instância responsável pela contratação do serviço, e aprovadas pelas instâncias competentes na UFERSA	Parecer ou Declaração	Docente	1 / 10 horas (limite de 15 pontos)	2.68		

2.69	Atividade de atendimento nos laboratórios, ambulatórios, ou herbário para diagnóstico de doenças ou identificação de animais, insetos, ou plantas. Esta atividade deve ser devidamente cadastrada como extensão e não vinculada à disciplina.	Declaração com carga horária semanal e descrição das atividades	PROEC/ LABORATÓRIO	2 / hora / semana (limite de 10 pontos)	2.69		
2.70	Atividades de atendimento em hospitais credenciados ao sistema público de saúde, no Hospital veterinário ou em Laboratório de diagnóstico, preferencialmente com a presença de alunos. Essa atividade deve ser devidamente cadastrada como extensão.	Declaração com carga horária semanal e descrição das atividades	PROEC/ LABORATÓRIO/ HOSPITAL	2 / hora / semana (limite de 10 pontos)	2.70		
2.71	Autor de reportagem em TV, Rádio ou Jornal.	Declaração ou cópia da matéria	Docente	0,5 / reportagem (limite de 2 pontos)	2.71		
2.72	Participação em cursos de formação docente devidamente cadastrados.	Declaração com carga horária e descrição das atividades	Docente	0,2/ 4 horas (limite de 10 pontos)	2.72		
2.73	Tutor de Empresa Júnior na UFERSA	Declaração	PROEC	1,5 / semestre	2.73		
Total						107,00	0,00

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes na UFERSA

Grupo III - Atividades Administrativas gratificadas e não gratificadas

Ordem	Atividade	Indicador	Responsável	Pontuação	N° do documento comprobatório	Contagem do Docente	Contagem da CPPD
3.1	Cargo de direção na administração superior	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.1		
3.2	Chefia de departamento ou Direção de Centro	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.2		
3.3	Vice-chefia de departamento ou Vice-direção de Centro	Portaria de designação	Docente	2,5/ano	3.3		
3.4	Coordenação de setores administrativos	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.4		
3.5	Vice-Coordenação de setores administrativos	Portaria de designação	Docente	2,5/ano	3.5		
3.6	Coordenação de Cursos de Graduação	Portaria de designação	Docente	3/ano	3.6		
3.7	Vice-Coordenação de Cursos de Graduação	Portaria de designação	Docente	1,5/ano	3.7		
3.8	Coordenação de Cursos de Programas de Pós-Graduação, Dinter e Minter	Portaria de designação	Docente	3/ano	3.8		
3.9	Vice-Coordenação de Cursos de Programas de Pós-Graduação, Dinter e Minter	Portaria de designação	Docente	1,5/ano	3.9		
3.10	Membro de Núcleo Docente Estruturante	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.10		
3.11	Participação nos colegiados de cursos de graduação	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.11		
3.12	Participação nos colegiados de cursos de pós-graduação	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.12		
3.13	Participação como membro de Conselho Universitário	Portaria de designação	Docente	4/ano	3.13		
3.14	Participação em comissão de criação de novos cursos e reformulação de projeto pedagógico.	Portaria de designação.	Docente	2/Portaria	3.14		
3.15	Coordenação de setores de apoio: laboratórios, núcleos de estudos, bibliotecas, oficinas, etc.	Portaria de designação	Docente	2/Portaria	3.15		
3.16	Participação em visita/missão devidamente autorizado pela instituição.	Portaria de designação/Declaração Proec	Docente	2/Portaria	3.16		
3.17	Participação em banca examinadora de concurso público para professor permanente	Declaração	Docente	2/banca	3.17		
3.18	Participação em banca examinadora de concurso público para professor substituto	Declaração	Docente	1/banca	3.18		
3.19	Participação em órgãos de formulação e execução de políticas públicas de ensino, ciência e tecnologia.	Declaração	Docente	2/ano	3.19		
3.20	Participação em comissão permanente e comitê (Presidente)	Portaria de designação (CPA, CPPD, CPPS, CIS, CPL, CEUA, Comissão de Ética da UFERSA, etc).	Docente	3/ano	3.20		

3.21	Participação em comissão permanente e comitê (Membro)	Portaria de designação (CPA, CPPD, CPPS, CIS, CPL, CEUA, Comissão de Ética da UFERSA, etc).	Docente	2/ano	3.21		
3.22	Participação em comissão temporária (Presidente)	Portaria de designação	Docente	1/Portaria	3.22		
3.23	Participação em comissão temporária (Membro)	Portaria de designação	Docente	0,5/Portaria	3.23	0,50	
3.24	Coordenador de Programas de residência médica	Declaração/Portaria	Docente	2 / semestre	3.24		
3.25	Vice Coordenador de Programas de residência médica	Declaração/Portaria	Docente	1 / semestre	3.25		
3.26	Supervisorde eixo (curso modulado)	Declaração/Portaria	Docente	1 / semestre	3.26		
3.27	Participação como representante sindical	Ata de Posse/Declaração	Docente	2/ano	3.27		
Total						0,50	0,00

Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em

Pró-Reitoria de Graduação

Declaração de Disciplinas Ministradas

Declaramos para os devidos fins que o Docente MIGUEL CARIOCA NETO, Matrícula SIAPE de número [redacted], ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

Turmas Presenciais

2021.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	27
AUDITORIA II - 60 h	GRADUAÇÃO	19
2017.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	34
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	22
2016.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	14
CONTABILIDADE AVANCADA (1200633) - 30 h	GRADUAÇÃO	34
CONTABILIDADE IMOBILIÁRIA - 30 h	GRADUAÇÃO	30
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	22
2016.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	18
CONTABILIDADE IMOBILIÁRIA - 30 h	GRADUAÇÃO	4
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	25
CONSULTORIA ORGANIZACIONAL EM SERVIÇOS - 15 h	LATO SENSU	20
2015.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	20
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	22
2015.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	28
CONTABILIDADE IMOBILIÁRIA - 30 h	GRADUAÇÃO	18
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	20
2014.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	22

PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	23
2014.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	24
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	29
2013.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	35
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO - 60 h	GRADUAÇÃO	19
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	9
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	3
2013.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	33
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO - 60 h	GRADUAÇÃO	31
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO - 60 h	GRADUAÇÃO	12
PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM - 60 h	GRADUAÇÃO	26
2012.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA I - 60 h	GRADUAÇÃO	16
AUDITORIA II - 40 h	GRADUAÇÃO	19
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO - 60 h	GRADUAÇÃO	24
AUDITORIA FISCAL - 30 h	LATO SENSU	31
2012.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA II - 60 h	GRADUAÇÃO	13
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO - 60 h	GRADUAÇÃO	7
2011.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA CONTABIL - 60 h	GRADUAÇÃO	24
PERICIA CONTABIL - 60 h	GRADUAÇÃO	16
PRATICA CONTABIL II - 60 h	GRADUAÇÃO	19
2011.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
AUDITORIA CONTABIL - 60 h	GRADUAÇÃO	17
CONTABILIDADE INTERMEDIARIA II (1200625) - 60 h	GRADUAÇÃO	23
2010.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
CONTABILIDADE INTERMEDIARIA II (1200625) - 60 h	GRADUAÇÃO	28
PRATICA CONTABIL I - 60 h	GRADUAÇÃO	23

MOSSORÓ, 06 de Outubro de 2022

Código de Verificação:
9112703239

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/**, informando a Matrícula do SIAPE , data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
EMITIDO EM 06/10/2022 18:31

LISTA DE FREQUÊNCIA

Disciplina: ACS1517 - AUDITORIA I
Turma: 01 (27 alunos)
Horário: 45N34
Docente: MIGUEL CARIOCA NETO.
Ano/Semestre: 2021.2
Data: ___/___/_____

	MATRICULA	NOME	ASSINATURA
1	2019010575	ALCIMARA DE LIMA BEZERRA	
2	2018020427	ANA ELIZA SOUZA DA COSTA	
3	2018020437	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	
4	2018020386	DENES MATHEUS BARBALHO DA SILVA	
5	2019010488	ELIMAM BARBARA DE LIMA	
6	2019010359	FERNANDA MENDES DE SOUSA	
7	2018020418	GABRIEL OLIVEIRA MAIA	
8	2018020465	GIZELLY MEDEIROS DE AQUINO SALES	
9	2018020429	GUILHERME SOARES GOMES	
10	2019010615	GUTHIERRY PAZ DA SILVA	
11	2018020531	HIGO RAFAEL GOMES DA COSTA	
12	2019010429	IRENE PRISCILA SILVA SOUSA	
13	2018020395	ISRAEL FERNANDES DE ALMEIDA MORAIS	
14	2018010776	JOAO VICTOR FREIRE VALE	
15	2018020892	JOSE FERREIRA NORONHA NETO	
16	2018021075	JOSE RODOLFO CAMPELO LEITE	
17	2018020450	KEWERSON ALVES CUNHA	
18	2019010360	LILIANE DE ARAUJO OLIVEIRA	
19	2018020498	MARIA VALERIA DOS SANTOS PINHEIRO	
20	2018020414	MATHEUS FILIPE HOLANDA PIMENTA	
21	2019010412	MAYRLA KETLEN RODRIGUES PAIVA	
22	2019010638	MIRELLY BATISTA RODRIGUES	
23	2019010733	NATALIA MARGARIDA FERNANDES GOMES	
24	2019011433	RICHARD MAKLEY ALVES LIMA	
25	2018020446	SUYLANNE MATOS LIMA	
26	2018020396	TAMIRES DE FREITAS FILGUEIRA	
27	2015021084	WAGNER WENDEL DE LIMA MOTTA	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
EMITIDO EM 06/10/2022 18:34

LISTA DE FREQUÊNCIA

Disciplina: ACS1219 - AUDITORIA II
Turma: 01 (19 alunos)
Docente: MIGUEL CARIOCA NETO.
Horário: 45N12
Ano/Semestre: 2021.2
Data: ___/___/_____

	MATRICULA	NOME	ASSINATURA
1	2018020467	ANDERSON FERREIRA DA SILVA	
2	2018010366	DANIEL PINTO LIMA	
3	2018020740	DEUSIANA DE SOUZA SILVA	
4	2018009995	EDLAYNE CARLA FERREIRA XAVIER	
5	2018010423	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUSA	
6	2018010485	FELIPE AZEVEDO MAIA	
7	2018020404	JOANA LIDIA VALE DE BRITO	
8	2018020356	JOAO FILIPE ABREU FERNANDES	
9	2018011866	JONAS BARRA AMORIM	
10	2017020905	JONATAS PORCIANO DE SOUZA	
11	2012020371	JULIANA DA COSTA PINHEIRO	
12	2018009538	KELVIA CAMILA SOUSA DA COSTA	
13	2018010927	LEVY COSTA DE OLIVEIRA CAMARA	
14	2018009565	MAICON DOUGLAS DIAS DE OLIVEIRA	
15	2018022210	MARIA SUZANA DE FREITAS OLIVEIRA	
16	2018011200	NAFIS ROSALINO DE MORAIS	
17	2018011216	NICOLLY KEULY MATOS MOREIRA	
18	2017010579	OTACILIO FEITOSA DA SILVA	
19	2016020948	PAULO RICARDO MIRANDA DE MOURA SILVA	

UFERSA
Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 06/10/2022 18:21

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: MIGUEL CARIOCA NETO
Ano-Período: 2021.2

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
ACS1517 - AUDITORIA I	01	27	0	7,63	2,97	7,63	9,12	1,31
ACS1219 - AUDITORIA II	01	19	0	6,79	3,63	6,79	8,64	2,10

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: ACS1517 - AUDITORIA I Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	7	3	2	7	10	7	0
2	10	10	9	8	9	10	10	10	8
3	10	10	8	3	1	10	10	10	3
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	9	10	6	7	5	9	7	7	7
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	7	6	7	7	10	10	6
8	10	10	9	8	8	9	10	10	7
9	9	9	10	10	10	9	9	8	10
10	10	10	10	7	8	8	9	9	8
11	10	10	6	4	3	10	10	10	2
12	10	10	1	0	0	3	3	0	0
13	10	10	0	0	0	10	7	10	0
14	10	10	10	7	7	10	10	10	7
15	8	8	2	1	1	0	2	6	0
16	10	10	10	10	10	10	10	10	10
17	10	10	6	6	6	8	8	8	3
18	10	10	10	10	10	10	10	10	10
19	10	10	6	5	5	5	7	7	5
20	10	10	4	2	2	5	4	4	0
21	10	10	4	3	2	10	10	10	2
22	8	8	8	8	8	8	8	8	7
23	10	10	7	6	7	9	9	8	5
24	10	10	10	5	3	9	9	8	3
25	7	7	7	7	7	7	7	7	7
26	9	8	9	8	8	7	7	7	8
27	8	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,56**	**9,63**	**7,26**	**6,07**	**5,89**	**8,15**	**8,37**	**8,30**	**5,48**
DP	**0,85**	**0,84**	**2,94**	**3,17**	**3,48**	**2,48**	**2,27**	**2,32**	**3,65**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	8	10	10	10	N/A	8	10
2	9	10	10	9	10	10	9
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	8	7	9	7	6	9	8
6	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10
8	10	9	10	8	7	10	8
Média	**9,19**	**9,48**	**9,56**	**8,73**	**8,13**	**9,56**	**9,11**
DP	**0,96**	**0,85**	**0,80**	**1,40**	**2,29**	**0,80**	**1,05**

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
9	10	10	8	10	8	9	9
10	8	9	10	7	7	10	9
11	10	10	10	N/A	N/A	10	8
12	7	10	10	10	8	10	7
13	10	10	10	5	0	10	10
14	9	9	10	9	N/A	10	10
15	10	10	10	10	10	10	10
16	10	10	10	10	10	10	10
17	9	9	8	8	7	9	8
18	10	10	10	10	10	10	10
19	10	10	10	9	10	9	10
20	8	8	8	8	8	8	7
21	8	10	8	8	6	10	8
22	8	8	8	7	8	7	8
23	9	10	10	9	8	10	10
24	10	8	10	7	6	10	8
25	10	10	10	10	10	10	10
26	8	10	10	7	7	10	9
27	9	9	9	9	9	9	10
Média	**9,19**	**9,48**	**9,56**	**8,73**	**8,13**	**9,56**	**9,11**
DP	**0,96**	**0,85**	**0,80**	**1,40**	**2,29**	**0,80**	**1,05**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X
7						X
8				X		
9						X
10						X
11						X
12						X
13						X
14						X
15						X
16						X
17						X
18						X
19						X
20						X
21						X
22					X	
23				X		
24						X
25						X
26						X
27						X
% Resp.	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**7,41%**	**3,70%**	**88,89%**

Componente: ACS1219 - AUDITORIA II Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	9	8	5	5	5	5	3	3	0
2	10	7	2	1	0	8	8	8	0
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	5	7	4	5	3	0	0	0	0
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	3	0	0	7	7	N/A	1
7	10	10	6	4	5	4	6	4	3
8	10	10	1	1	1	0	0	0	0
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
10	9	9	6	8	8	9	9	8	7
Média	**9,47**	**9,37**	**6,05**	**5,95**	**5,42**	**6,79**	**7,00**	**6,61**	**4,47**
DP	**1,31**	**1,16**	**3,58**	**3,73**	**3,89**	**3,41**	**3,43**	**3,70**	**4,31**

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
11	10	10	5	5	4	5	8	5	0
12	7	7	7	7	7	7	7	7	7
13	10	10	10	10	8	9	9	9	6
14	10	10	1	2	0	7	8	7	0
15	10	10	5	3	4	8	8	9	3
16	10	10	10	10	10	10	10	10	10
17	10	10	10	10	9	9	9	9	9
18	10	10	0	2	0	1	1	0	0
19	10	10	10	10	9	10	10	10	9
Média	**9,47**	**9,37**	**6,05**	**5,95**	**5,42**	**6,79**	**7,00**	**6,61**	**4,47**
DP	**1,31**	**1,16**	**3,58**	**3,73**	**3,89**	**3,41**	**3,43**	**3,70**	**4,31**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	N/A	9	8	10	N/A	10	9
2	10	9	8	8	9	8	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	7	10	10	9	6	8	10
5	10	10	10	10	10	10	10
6	0	6	8	6	N/A	8	6
7	10	10	10	10	9	10	10
8	10	10	1	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10
10	6	8	10	10	5	10	7
11	9	10	10	10	9	10	8
12	7	7	7	7	7	7	7
13	10	10	10	8	5	10	8
14	10	10	10	10	10	10	10
15	8	10	10	4	0	8	8
16	10	10	10	3	N/A	10	10
17	9	8	9	9	8	9	9
18	5	5	7	7	4	4	7
19	10	10	10	10	10	10	10
Média	**8,39**	**9,05**	**8,84**	**8,47**	**7,63**	**9,05**	**8,89**
DP	**2,64**	**1,54**	**2,19**	**2,17**	**2,92**	**1,58**	**1,37**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X
7						X
8						X
9						X
10						X
11					X	
12						X
13						X
14						X
15						X
16						X
17						X
18						X
19						X
% Resp.	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**5,26%**	**94,74%**

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica

DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas

1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim

1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina

1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo

1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado

1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas

1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas

1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas

1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor
2.2.2 Comparecimento às aulas
2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim
2.2.4 Participação nas aulas
2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor
2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina
2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que MIGUEL CARIOCA NETO, matrícula [redacted], concluiu o curso de Doutorado em Direito Constitucional desta Universidade em 26 de agosto de 2021, tendo obtido a carga horária de 945 (novecentas e quarenta e cinco) das 720 (setecentas e vinte) horas-aula exigidas para conclusão do curso.

Declaro ainda, que o diploma de doutorado foi solicitado em 05 de novembro de 2021, ficou pronto e disponível para o recebimento do aluno em 10 de novembro de 2021, e o aluno recebeu em 09 de dezembro de 2021, sendo registrado sob número 340, Livro 01, Folha 55V, Processo 2125025240.

Fortaleza, 04 de março de 2022.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
Universidade de Fortaleza
Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Pós-Graduação
[redacted]
Aline Barbosa da Silva
Assistente de Registro Acadêmico

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

C257
Carioca Neto, Miguel.

Direito fundamental à propriedade privada para os quilombolas no Ceará, impactos e desafi os no processo de titulação / Miguel Carioca Neto – Curitiba: CRV: 2022.
270 p.

Bibliografia
ISBN Digital 978-65-251-3272-3
ISBN Físico 978-65-251-3276-1

1. Direito 2. Quilombolas 3. Propriedade Privada – Coletiva 4. Regularização 5. Titulação de terras I. Título II. Série.

CDDir 341.2739 CDU 347.235

Índice para catálogo sistemático
1. Direito – propriedade privada - 341.2739
ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!

2022
Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: **www.editoracrv.com.br**

NEJ Novos Estudos Jurídicos

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

A QUESTÃO QUILOMBOLA NA ADI N. 3.239: UMA DECISÃO GARANTISTA?

THE ISSUE OF QUILOMBOLA COMMUNITIES IN ADI NO. 3239: A GUARANTEEIST DECISION?

LA CUESTIÓN QUILOMBOLA EN ELA DIN. 3.239: ¿UNA DECISIÓN GARANTISTA?

Nestor Eduardo Araruna Santiago[1]

Miguel Carioca Neto[2]

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.

Resumo: O presente artigo tem como proposta apresentar uma análise crítica sob a perspectiva garantista de Luigi Ferrajoli acerca da decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3.239, garantindo a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. O autor da ação, o atual Partido Democratas (DEM), questionou o Decreto 4.887/2003 ao apontar inconstitucionalidades no critério de autoatribuição para identificar os remanescentes dos quilombos, a caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades e outros argumentos. A pesquisa é bibliográfica, descritiva e com análise qualitativa dos discursos proferidos pelos Ministros do STF através da decisão judicial a partir da Teoria do Garantismo de Luigi Ferrajoli. Conclui-se que o julgamento da ação, sob uma perspectiva garantista, pautou-se pela reparação relativa à segurança fundiária, garantindo às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade das terras que ocupam tradicionalmente

Palavras-chave: STF; ADI; garantismo; quilombolas; direitos fundamentais.

Abstract: The purpose of this article is to present a critical analysis under the guarantist perspective of Luigi Ferrajoli, regarding the judicial decision of the Supreme Federal Court (STF) that dismissed Direct Action of Unconstitutionality (ADI) no. 3239, guaranteeing the titling of lands occupied by remaining members of quilombola communities. The author of the action, the current Democratas Party (DEM), questioned Decree 4887/2003 by pointing out unconstitutionalities in the self-attribution criteria used to identify the remaining members of these communities, the characterization of the

1 Doutor, Mestre e Especialista em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio Pós-Doutoral em Direito pela Universidade do Minho, Portugal. Professor Titular da Universidade de Fortaleza (Doutorado, Mestrado, Especializações e Curso de Graduação em Direito). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Ceará (Graduação em Direito - UFC). Advogado Criminalista. ORCID ID: 0000-0002-2479-7937 LINK ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2479-7937. E-mail nestorsantiago@unifor.br

2 Doutorando em Direito Constitucional (UNIFOR), Mestre em Controladoria (UFC) e Especialista em Auditoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Direito Civil (FIC/Estácio), Graduação em Ciências Contábeis e Direito (UNIFOR). Professor efetivo da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) desde 2010. ORCID ID: 0000-0001-7899-5448 LINK ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7899-5448. E-mail miguelcarioca@ufersa.edu.br.

lands to be recognized for these communities, and other arguments. The research is bibliographic and descriptive, with qualitative analysis of the discourses of Ministers of the STF, through the judicial decision based on the Theory of Guarantee by Luigi Ferrajoli. It concludes that the judgment of the action, from a guaranteeist perspective, was guided by repair related to land security, guaranteeing, for the remaining quilombo community members, ownership of the lands that they have traditionally occupied.

Key-words: STF; ADI; guarantee; quilombolas; fundamental rights.

Resumen: El presente artículo tiene como propuesta presentar un análisis crítico bajo la perspectiva garantista de Luigi Ferrajoli acerca de la decisión judicial del Supremo Tribunal Federal (STF) que juzgó improcedente la Acción Directa de Inconstitucionalidad (ADI) n. 3.239, garantizando la titulación de las tierras ocupadas por remanentes de las comunidades quilombolas. El autor de la acción, el actual Partido Demócratas (DEM), cuestionó el Decreto 4.887/2003 al apuntar inconstitucionalidades en el critério de auto atribución para identificar los remanentes de los quilombos, la caracterización de las tierras reconocidas a estas comunidades y otros argumentos. La investigación es bibliográfica, descriptiva y con análisis cualitativo de los discursos pronunciados por los Ministros del STF a través de la decisión judicial a partir de la Teoría del Garantismo de Luigi Ferrajoli. Se concluye que la sentencia de la acción, bajo una perspectiva garantista, se pautó por la reparación relativa a la seguridad agraria, garantizando a las comunidades remanentes de quilombos la propiedad de las tierras que ocupan tradicionalmente.

Palabras clave: STF; ADI; garantismo; quilombolas; derechos fundamentales.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta apresentar uma análise crítica sob a perspectiva garantista de Luigi Ferrajoli acerca da decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3.239[3], em 08 de fevereiro de 2018, garantindo a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A ADI foi ajuizada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), contra o Decreto n. 4.887/2003[4], que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O DEM apontou diversas inconstitucionalidades, dentre elas o critério de autoatribuição fixado no decreto para identificar os remanescentes dos quilombos e a caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

Os quilombolas são grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra vinculada à resistência e opressão histórica sofrida, relacionada especialmente à escravatura, conforme estabelece o Decreto n. 4.887/03[5]. Para

3 **STF - Supremo Tribunal Federal**. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em 10.02.2019

4 BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.** In: Diário oficial da União Edição nº 227 de 21/11/2003.

5 BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.**

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

essas comunidades é assegurado o direito à propriedade de suas terras, consagrado na norma constitucional descrita no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), saindo assim da invisibilidade jurídica e conquistando o direito a uma existência legal.

A história da escravidão no Brasil evidencia que o percurso para a libertação dos escravizados ocorreu de forma lenta, imersa em lutas, resistência e negação legal do acesso à terra, visto que sua ocupação era considerada ato criminoso. Entende-se, portanto que, com a concessão do título e reconhecimento de domínio da terra a partir de 1988 com a constitucionalização de diversos direitos de natureza individual e social, o Estado brasileiro busca reparar parte da dívida histórica e moral da sociedade brasileira para com a escravidão dos povos negros, um dos grupos sociais centrais na construção da identidade nacional. Em paralelo a estas reformas sociais, o artigo 68 do ADCT foi também reconhecido como o maior feito jurídico na concessão de direitos aos remanescentes de quilombolas ao preservar sua identidade étnica e cultural, mediante a concessão de títulos e de domínio da propriedade, possibilitando uma vida digna ancorada no princípio da dignidade da pessoa humana, base e meta do Estado Democrático de Direito, do qual decorrem todos os demais princípios constitucionais.

Nessa perspectiva, a ausência de proteção aos remanescentes quilombolas através das normas constitucionais afronta diretamente ao art. 1º, inciso III[6]; Art. 5º, XXII e XXIII[7], art. 215[8], *caput*, e §1º; e art. 216[9], da Constituição Federal de 1988 (CF), a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 07 de julho de 1989, da qual o Brasil é signatário, assegura aos grupos e comunidades tradicionais o direito de se autodefinirem, art. 14[10] e o Decreto nº 4.887/03[11].

A CF, também reconhecida como Constituição Cidadã, ao tutelar o respeito aos direitos e garantias fundamentais, coibir arbitrariedades judiciais e, assim, proteger a sociedade e os indivíduos mais vulneráveis, mantém similaridade com a perspectiva garantista de Ferrajoli, já que a proteção recai sobre os direitos da pessoa humana, como direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

6 **Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana.

7 **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC no 45/2004)

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá à sua função social.

8 **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005) § 1o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro--brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

9 **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

10 **Art. 14** Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

11 BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.**

De acordo com Ferrajoli[12], a Teoria do Garantismo se propõe como um sistema de limites, de vínculos, voltado para a garantia de funcionamento de todos os direitos declarados em nossas Constituições. Para ele, a teoria não trata apenas do Direito Penal, mas de todos os poderes estatais e políticos.

Em sua obra Direito e Razão, Ferrajoli[13] identifica que o garantismo, dentro de sua construção teórica, apresenta três sentidos: como um modelo normativo de Direito, que busca garantir os direitos dos cidadãos com a capacidade de punir do Estado; como uma teoria crítica do Direito, é uma teoria jurídica que se fundamenta na diferença entre a norma e a realidade, ocasionando uma separação entre o 'ser' e o 'dever ser', contudo, o juiz não é obrigado a aplicar leis inválidas, mesmo as vigentes; e como uma filosofia política, impondo o dever de justificativa ético-política ao Estado e ao Direito, não aceitando somente a justificação jurídica.

Com aporte nas questões anteriormente interpostas, presume-se como hipótese para esta investigação que a decisão majoritária dos ministros do STF na ADI n. 3.239 foi pautada na perspectiva garantista. Neste sentido, tem-se como objetivo geral analisar a decisão do STF relativa à ADI n. 3.239 à luz da teoria do garantismo. De modo específico, procura-se identificar os argumentos e estratégias adotadas pelos ministros para fundamentar a decisão, elucidar os critérios de argumentação utilizados na decisão do STF e estabelecer relações entre o voto dos ministros do STF e a teoria do garantismo.

O estudo se justifica por ser pertinente aprofundar se os direitos das comunidades quilombolas estão sendo assegurados em conformidade com a CF no que concerne à titulação das terras, quais as justificativas apresentadas pelos ministros frente à ausência de reconhecimento e titulação das terras dessas comunidades. Em termos metodológicos, esta investigação é composta de pesquisa bibliográfica, descritiva, com análise qualitativa. No tocante à pesquisa bibliográfica, buscou-se como meio de consulta fontes diversificadas, ou seja, livros, publicações de artigos, revistas especializadas, teses de doutorado e dissertações de mestrado, além de fontes documentais como a decisão judicial, mídia impressa e eletrônica. A fase referente ao processo descritivo foi pautada a partir da análise da decisão judicial proveniente da ADI n. 3.239, escrutinando os votos proferidos pelos Ministros do STF a partir da Teoria do Garantismo de Luigi Ferrajoli.

O presente estudo foi estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira aborda o Decreto n. 4.887/03, dando reforço teórico e histórico do acesso à terra pelos quilombolas; a segunda discute o art. 68 do ADCT e o direito fundamental à propriedade, prosseguindo com a seção três, que apresenta uma análise da ADI n. 3.239 e a decisão dos ministros do STF, confrontando com a teoria do garantismo de Luigi Ferrajoli. Em conclusão, verifica-se que, a partir dos votos majoritários, a decisão foi tomada em critérios essencialmente garantistas, mas sem a menção direta à teoria do garantismo.

12 FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flavio Gomes. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 686.

13 FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. p.683-684.

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

1 O DECRETO N. 4.887/2003 E O ACESSO À TERRA

O Decreto n. 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT. Ainda com referência ao Decreto, é consagrado também o critério do autorreconhecimento, ao estabelecer, no § 1º do art. 2º, que a caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

A ocupação do território brasileiro aconteceu, desde sempre, pela lógica do antigo sistema colonial de Portugal, que usou formas de se apropriar e distribuir terras, tendo por base uma ideologia que reforçava a ideia de superioridade cultural. Uma das medidas tomadas para a divisão de terras foi a implementação de sesmarias, ou seja, concessões de terras para quem tivesse condições de explorá-las, geralmente pessoas das classes mais ricas.

Para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)[14] (2012), que antecedeu a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR[15], o acesso à terra das comunidades quilombolas surgiu a partir da promulgação do artigo 68 do ADCT e dos artigos 215 e 216 da CF de 88. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou uma rotina para a regularização das áreas de quilombo, dentro da atribuição legal de emitir títulos de domínio reconhecendo esses territórios.

É no período de 2003 a 2010 que ocorrem avanços significativos na política de regularização fundiária. Primeiro, a publicação dos Decretos n.os 4.883 e 4.887, de 20 de novembro de 2003, devolvendo a atribuição da regularização fundiária para o INCRA.

Por se tratar de uma política relativamente nova, a qualificação das demandas tem provocado a necessidade de adaptações legais, orçamentárias, financeira e operacional para sua melhor execução. Para a SEPPIR, nos últimos anos foi regulamentado e constantemente aperfeiçoado o procedimento administrativo e dada segurança jurídica para o rito processual de titulação de terras quilombolas.

Através do relatório emitido pela SEPPIR, das 2.197 comunidades reconhecidas oficialmente, apenas 207 são tituladas e, apesar das dificuldades, 82% vivem da agricultura familiar, tendo como perfil agricultores, extrativistas ou pescadores.

14 **SEPPIR** - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir> Acesso em 15 de junho de 2019.

15 **SNPIR** - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial> Acesso em 11 de maio de 2021

2 O ARTIGO 68 DO ADCT E O DIREITO À PROPRIEDADE

Em meio ao complexo processo de rupturas e continuidades no que se refere à condição do negro no Brasil, no século XXI destaca-se o direito fundamental de propriedade dos remanescentes de quilombolas, garantido a partir do reconhecimento dos grupos como sujeitos de direitos pela CF, que buscou resgatar uma dívida histórica e moral da sociedade brasileira para com esta população.

Nesse percurso, destaca-se o artigo 68 do ADCT, atesta que, "aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Nas rupturas, encontra-se a condição do negro como um "sujeito de direito" e não mais uma propriedade dos senhores, dos traficantes ou ainda dos negociantes. Essa ascensão, de coisa para sujeito de direito, evidencia o processo de invisibilização experimentado por essa população a partir do século XVI, que envolveram o fenômeno da escravidão até sua controversa libertação em 1888, com a Lei Áurea.

Em um Estado democrático de direito há de se acreditar que a sociedade é maior do que o Estado e que o homem é maior do que a sociedade. Nesse sentido então, a liberdade e igualdade são insumos essenciais ao patamar civilizatório que aproxima o crescimento econômico do desenvolvimento humano. Segundo Pompeu e Siqueira[16], sem propriedade, esses direitos permanecem inacessíveis aos quilombolas, de modo a perpetuar uma realidade obscura, que desiguala e discrimina. Presume-se, portanto, que a partir dos dispositivos legais, há uma tentativa de reduzir a lacuna no reconhecimento de diversos direitos dos descendentes dos negros africanos que ainda permeiam no campo de luta.

Nesse sentido, o artigo 68 do ADCT parece cumprir esse papel, pois foi constituído para preservar a identidade étnica e cultural dos remanescentes de quilombolas mediante a concessão de títulos e de domínio da propriedade, possibilitando aos membros dessas comunidades uma vida digna para as gerações futuras, a partir do princípio da dignidade da pessoa humana, base e meta do Estado Democrático de Direito, do qual decorrem todos os demais princípios e direitos fundamentai constitucionais brasileiros. No que se refere aos direitos fundamentais, pode-se dizer que são determinados pela CF, uma vez que há uma ligação direta do constitucionalismo com a dignidade humana, inserido no art. 1º, inciso III. A dignidade humana pode ser tratada como sendo o reconhecimento de alguns direitos, em especial os direitos fundamentais pelos indivíduos, pelo simples fato de serem humanos, pois alguns doutrinadores concordam que os direitos fundamentais surgem da dignidade humana, dentre eles Sarlet[17], para quem a inovação mais significativa da CF foi a inserção do art. 5º, §1º, de acordo com o qual as normas definidoras dos direitos fundamentais e

16 POMPEU, Gina Vidal Marcílio, SIQUEIRA, Natercia Sampaio. **Democracia contemporânea e os critérios de justiça para o desenvolvimento socioeconômico:** direito constitucional nas relações econômicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 136.

17 SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2006. p.79

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

garantias fundamentais possuem aplicação imediata. Conforme artigo 68 do ADCT, é garantido aos remanescentes de quilombolas o direito à titulação de suas terras. O texto apresenta também diversas questões envolvendo conceitos de comunidades quilombolas, caracterização de território e ocupação, posse e propriedade, especialmente a coletiva, podendo o referido artigo ser considerado como norma garantidora de direito fundamental conferido aos quilombolas e tendo seu reconhecimento através do Decreto n. 4.887/03 e a CF.

O artigo 68 do ADCT foi criado como forma de preservar a identidade étnica e cultural dos remanescentes de quilombolas mediante a concessão de títulos de domínio, possibilitando aos membros da comunidade uma vida digna, conferindo-se efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana, base e meta do Estado Democrático de Direito, do qual decorrem todos os demais princípios constitucionais. Desta forma, a preservação da identidade étnica e cultural dos remanescentes quilombolas é pressuposto necessário para a manutenção da própria identidade desses grupos e, por conseguinte, de sua dignidade. Em não havendo esta proteção, afronta-se diretamente o art. 1º, inciso III; art. 215, caput, e §1º; e art. 216, da CF e o art. 68, ADCT, pois os quilombolas e seus descendentes necessitam de espaço territorial para o desenvolvimento de suas formas de expressão, de seus modos de criar, fazer e viver.

Conforme Rangel e Silva[18], a moderna conceituação do direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro apresenta-se sob uma perspectiva essencialmente social. É que a noção de propriedade baseia-se no estatuto jurídico do Estado Democrático de Direito regido por uma Constituição Social.

No entendimento dos autores supracitados, fruto de um processo de constitucionalização do Direito Civil, o direito de propriedade se orienta pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, solidariedade social, da igualdade e da função social da propriedade. Tais princípios, que ocupam o topo da pirâmide normativa, dão sustentáculo aos direitos fundamentais instituídos pela CF.

3 ADI N. 3.239 E A TEORIA DO GARANTISMO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO QUILOMBOLA

Para dar maior nitidez à tratativa desta investigação, é fundamental um breve delineamento do que se compreende como garantismo, que, antes de ser uma exaltação à criminalidade, como corrente e erroneamente se compreende, é uma maneira de se enxergar as normas do ordenamento jurídico a partir do texto constitucional.

18 RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. **Revista Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, jun. 2011. ISSN 21798699. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/77>. Acesso em: 07 outubros 2018. p.57-78

A partir desta premissa, será feita a análise dos votos proferidos na ADI n. 3.239, justamente com a intenção de se verificar se o julgamento teve como embasamento a adoção, ainda que de forma implícita, do pensamento garantista.

3.1 A TEORIA DO GARANTISMO DE LUIGI FERRAJOLI

O Estado Democrático de Direito apresenta-se como uma forma qualificadora do Estado e traduz a ideia de distribuição do poder estatal. Nele, a previsão de direitos fundamentais e a garantia efetiva desses direitos conduz a uma ideia de "Estado de Direito e de Justiça Social". Ressalta-se que o respeito aos direitos humanos também é crucial na formação desse Estado. Nessa linha, e diante da sociedade plural e multiétnica existente no Brasil, é com o respeito entre raças e as diversidades que o progresso social será alcançado. Logo, o Estado Democrático de Direito brasileiro não admite desrespeitos à cultura e ao modo de viver das comunidades tradicionais, como é o caso dos quilombolas. O próprio conceito de Democracia remete à ideia central da soberania popular, ou seja, da efetiva participação do povo na vontade política do Estado, direta ou indiretamente. Afinal, o Estado Democrático de Direito é aquele que garante, a partir de um Estado governado democraticamente e atento ao Direito, uma **vida digna a todos**.

O Garantismo, por sua vez, está intimamente vinculado ao Estado Democrático de Direito. A teoria considera que as Constituições existentes nesse modelo **asseguram** direitos fundamentais e criam instrumentos que restringem o poder estatal e coíbem arbitrariedades. Isso pode ser visto, por exemplo, no princípio da proibição de excessos – uma das bases do Sistema Garantista idealizado por Ferrajoli – o qual prevê que a atuação estatal deve ser limitada, adequada, necessária, proporcional e, dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito, primar pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

No prefácio da primeira edição italiana do livro Direito e Razão, Norberto Bobbio[19] descreveu o garantismo, na obra de Ferrajoli[20]:

> [...] sistema geral do garantismo jurídico ou, se quiser, a construção das colunas mestras do Estado de direito, que têm por fundamento e fim a tutela das liberdades do indivíduo frente às variadas formas de exercício arbitrário de poder.

A consolidação do termo garantismo é, portanto, decorrência direta das atividades e pesquisas científicas desenvolvidas por Luigi Ferrajoli – à época juiz vinculado à Magistratura Democrática e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Camerino –, em especial a partir da publicação de Diritto e ragione: teoria del garantismo penale, em 1989.

19 Filósofo da democracia e combatente defensor dos direitos humanos, considerado um dos pensadores mais importantes do século passado. Morreu em 2004 aos 94 anos deixando para o pensamento político e a Filosofia do Direito uma das maiores obras teóricas de caráter universal com cerca de cinco mil títulos.

20 FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. p.7

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

Nesta obra, mais precisamente em seu prefácio, Norberto Bobbio observa que a pretensão do autor é a elaboração daquilo que denomina teoria geral do garantismo – cuja premissa fundamental é a antítese que atravessa a história da civilização entre liberdade e poder –; ou melhor, a construção dos alicerces do estado de direito, cujo fundamento e finalidade são a tutela das liberdades do cidadão frente às várias formas de exercício arbitrário do poder.

Zanferdini e Oliveira[21] definem Ferrajoli como um autor especialmente preocupado com o fenômeno das constituições normativas do segundo pós-guerra e de sua consequência para a teoria do Direito, buscando despertar para o fato de que a profusão de novas teorias jurídicas que objetivam dar conta dessa nova experiência constitucional terminou por criar dois grandes modelos de análise que englobam as mais diversas posições: por um lado, um *constitucionalismo principialista* e, por outro, um *constitucionalismo garantista*. Assim, o Estado de Direito garantista, para Ferrajoli[22], é "compreendido como um sistema de limites substanciais impostos legalmente aos poderes públicos, visando garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, notadamente aos mais débeis, contrapondo-se ao Estado Absoluto, seja ele democrático ou autocrático. Segundo Rosa[23], esses direitos fundamentais – de natureza individual e social, "representam os alicerces da existência do Estado Democrático de Direito, que os alimentam e são assim a base da democracia material".

Retornando à discussão do garantismo, em uma primeira acepção, o designa uma teoria jurídica da validade e da efetividade, isto é, representa um modelo normativo de direito pela existência ou vig*ência* das normas. Neste contexto a palavra garantismo exprime uma aproximação teórica que mantem separados o 'ser' e o 'dever ser' no direito. Com a intenção elucidar o garantismo proposto por Ferrajoli, Cademartori[24] reforça que o garantismo possui indiscutivelmente contornos próprios, apesar de poder ser enquadrável no positivismo. Entretanto, o que propõe Ferrajoli é a superação do próprio positivismo, que entende como *paleopositivismo*, já que inadequado para uma era em que o constitucionalismo é a pedra de toque da compreensão do Direito.

Em síntese, Saboia e Santiago[25] afirmam que a proposta central do garantismo postula preceitos que, obrigatoriamente, devem estar vinculados aos fins perseguidos pelo Estado Democrático de Direito, tendo como norteador a dignidade humana que busca impedir que o Estado descumpra a aplicação dos direitos fundamentais e que se afaste dos objetivos pelos quais justifica sua existência.

---

21 ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; OLIVEIRA; Rafael Tomaz de. A interpretação constitucional entre Luigi Ferrajoli e Ronald Dworkin: em defesa de uma (adequada) leitura moral da Constituição. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 24 - n. 3 - set-dez 2018. Disponível em: < https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/13767> Acesso em 29.04.2021.

22 FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão:** teoria do garantismo penal. p.859

23 ROSA, Alexandre Morais. **O que é garantismo jurídico**. Florianópolis: Habitus, 2003. p.30

24 CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade:** uma abordagem garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. Orientador: Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Jr. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 1997. p. 103.

25 .SABOIA, Jéssica Ramos; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Garantismo e Ativismo Judicial: Uma Análise da Presunção do Estado de Inocência e da sua Realização Pelo STF. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 56, maio/ago. 2018.

3.2 OS ARGUMENTOS CONSTANTES NA DECISÃO DA ADI N. 3.239.

A ADI n. 3.239, impetrada em 08 de fevereiro de 2018 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), teve como causa impedir a aplicação do Decreto n. 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Dentre as inconstitucionalidades apontadas, ressalta-se o critério de autoatribuição fixado no decreto para identificar os remanescentes dos quilombos e a caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

Estes foram os principais argumentos utilizados pelos Ministros do STF para julgar improcedente o pedido da ação:

Deve ser reconhecido pelo Estado o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos à propriedade sobre as terras por eles histórica e tradicionalmente ocupadas;

O Decreto nº 4.887/03[26] em questão concretizaria uma regra constitucional;

O critério de autodefinição é legítimo;

As normas do art. 68 do ADCT são autoaplicáveis, como também é o decreto, que confere efetividade máxima à norma constitucional;

O legislador constituinte reconheceu aos quilombolas a propriedade definitiva das terras, cabendo ao Estado apenas cumprir a determinação.

Apresentam-se a seguir, uma síntese dos argumentos dos votos dos Ministros do STF, analisados a partir da perspectiva garantista. Da mesma forma que a Constituição reflete segurança e garantia de direitos, a Teoria do Garantismo de Ferrajoli também apresenta esse ideal de segurança aos cidadãos em um Estado Democrático de Direito, em que o poder se deriva do ordenamento jurídico, em especial da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O julgamento do caso teve início em abril de 2012, quando ainda era o relator Ministro Cezar Peluso[27], que votou pela inconstitucionalidade do Decreto n. 4.887/2003[28], considerando que ele ofende os princípios da legalidade e da reserva da lei, e quanto ao entendimento de que o artigo 68 do ADCT, necessariamente, há de ser complementado por lei em sentido formal, e não por decreto. Outra inconstitucionalidade por ele apontada está na desapropriação das terras, visto que a desapropriação de terras públicas é vedada pelos artigos 183, § 3º; e 191, parágrafo único, CF[29].

26 BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.** In: Diário oficial da União Edição nº 227 de 21/11/2003

27 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

28 BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.**

29 BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988**.**

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

A Ministra Rosa Weber[30] votou pela improcedência da ação, concluindo pela constitucionalidade do decreto presidencial. Em seu voto, a ministra argumentou que o objeto do artigo 68 do ADCT é direito dos remanescentes[31] das comunidades dos quilombos, e deve ser reconhecida pelo Estado a sua propriedade sobre as terras por eles histórica e tradicionalmente ocupadas. A ministra asseverou se tratar de norma definidora de direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário, dotada, portanto, de eficácia plena e aplicação imediata e, assim, exercitável o direito subjetivo nela assegurado, independentemente de qualquer integração legislativa.

O Ministro Dias Toffoli[32] considerou improcedente o pedido formulado na ADI n. 3.239, pois o decreto em questão estaria automaticamente regulamentado regra constitucional. O referido Ministro[33] observou que o decreto impugnado, na verdade, regulamenta as Leis n. 9.649/1988 e n. 7.668/1988 e não a Constituição Federal diretamente. Foi incluído no voto do ministro um marco temporal, dando interpretação conforme a Constituição ao § 2º do artigo 2º do Decreto, no sentido de esclarecer, nos termos do artigo 68 do ADCT, que somente devem ser titularizadas as áreas que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive as efetivamente utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, na data da promulgação da CF. No mesmo sentido foi o voto do Ministro Gilmar Mendes.

Dando sequência ao processo de votação, o Ministro Fachin afastou as alegações de inconstitucionalidade formal e material da ação. Para o ministro, é legítima a opção administrativa pela instauração de processo de desapropriação das terras eventualmente na posse ou domínio de terceiros para assegurar a propriedade das comunidades quilombolas às terras que tradicionalmente ocupam, sendo considerado também válido o critério de autodefinição previsto no referido decreto. Nesse sentido o ministro votou e considerou improcedente o pedido da ADI.

O Ministro Luís Roberto Barroso[34] também votou pela improcedência da ação, validando assim o Decreto n. 4.887/03, alegando que o decreto em tela disciplina e concretiza um direito fundamental previsto no artigo 68 do ADCT. O ministro também considerou legítimo o critério da autodefinição, lembrando que esse critério não é único, mas o início de todo um procedimento que inclui laudos antropológicos e outros, que tornam possível afastar eventuais fraudes. O ministro entende também

30 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

31 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

32 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

33 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

34 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

que, além das comunidades que estavam presentes na área quando da promulgação da CF, também fazem jus ao direito aquelas que tiverem sido forçadamente desapossados, vítimas de esbulho renitente, cujo comportamento à luz da cultura aponta para sua inequívoca intenção de voltar ao território, desde que relação com a terra tenha sido preservada.

Seguindo o mesmo pensamento, o Ministro Ricardo Lewandowski também votou pela improcedência da ação, como também acompanhou de forma integral o posicionamento da Ministra Rosa Weber. Para ele, o autor da ADI não conseguiu demonstrar minimamente as supostas violações ao texto constitucional. Ainda de acordo com o ministro, o artigo 68 do ADCT, ao assegurar reconhecimento propriedade definitiva, encerra norma asseguradora de direitos fundamentais, de aplicabilidade plena e imediata, uma vez que apresenta todos os elementos jurídicos necessários à sua pronta incidência.

O Ministro Luiz Fux[35] salientou que a regularização fundiária das terras quilombolas tem notório interesse social. Em seu entendimento, a norma constitucional é claramente protetiva e os requisitos previstos no decreto para o reconhecimento da comunidade e a titulação da propriedade, como a ancestralidade da ocupação, trajetória histórica, entre outros, são plenamente controláveis pelo setor público.

No entendimento do Ministro Marco Aurélio[36] o artigo 68 do ADCT não trata simplesmente de direitos individuais, mas sim de direitos coletivos, não havendo dúvida de que o direito de quilombolas às terras ocupadas pela comunidade foi reconhecido e que o decreto questionado busca dar concretude à norma constitucional. Destacou, ainda, que o decreto impugnado, além de não configurar um ato normativo abstrato autônomo, não contraria a CF, pois não inovou no cenário jurídico.

Para o Ministro Celso de Mello[37], os preceitos do artigo 68 do ADCT são autoaplicáveis, como também o decreto confere efetividade máxima à norma constitucional, veiculando uma série de direitos fundamentais, pois a propriedade de terras pelas comunidades quilombolas vincula-se a um amplo conjunto de direitos e garantias sociais de caráter coletivo, além do direito fundamental à proteção do patrimônio cultural. Ressaltou que a titulação de terras guarda uma íntima vinculação com o postulado da essencial dignidade da pessoa humana, pois assegura direito a uma moradia de pessoas carentes e um mínimo necessário para os remanescentes de quilombos.

35 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

36 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

37 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** ADI 3.239. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

A Ministra Cármen Lúcia[38] considerou as alegações de inconstitucionalidades contra o decreto infundadas. Ela salientou que o legislador constituinte reconheceu aos quilombolas a propriedade definitiva das terras, cabendo ao Estado apenas cumprir essa determinação. Em seu entendimento, os critérios elencados pelo decreto impugnado para a definição das comunidades estão de acordo com o texto constitucional.

Em síntese, dos 11 (onze) votos dos ministros que participaram do julgamento da ADI nº 3.239[39], 10 (dez), isto é, a maioria, considerou improcedente o pedido de inconstitucionalidade ante a violação flagrante dos direitos fundamentais dos quilombolas à terra ancestral, como também foram incisivos em afirmar que a norma já está positivada, devendo ser simplesmente cumprida pelo Estado.

À luz do entendimento garantista a ministra Rosa Weber em sua decisão ratifica a garantia dos direitos fundamentais previsto no art. 68 do ADCT que norteia o Estado de Direito e de justiça social, visto que o Estado Democrático de Direito prima pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

Na decisão dos Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, entende-se que o fundamento foi também garantista por considerar que a Constituição dentro do modelo existente, assegura os direitos fundamentais à propriedade dos quilombolas.

Nesse sentido, Edson Fachin entendeu que o reconhecimento das terras dos quilombolas já é assegurado por norma constitucional, isto é, o direito fundamental à propriedade é garantido a essas comunidades, seguindo assim sua decisão pela inconstitucionalidade da ADI no viés garantista, por garantir aos remanescentes de quilombola a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, respeitando assim os ditames da Constituição Federal de 1988.

O Ministro Barroso, ao votar pela inconstitucionalidade da ADI com o entendimento de que o Decreto n. 4.887/03 disciplina e torna concreto os direitos fundamentais das comunidades tradicionais, também se pautou na perspectiva garantista. O Ministro Lewandowski utilizou-se também do entendimento garantista por se tratar de garantia dos direitos fundamentais que conduzia a uma ideia de Estado de Direito e de justiça social.

Nesse contexto, o fato de o Ministro Luiz Fux entender que a norma constitucional corresponde aos anseios de seus cidadãos, concretiza-se o conceito de que a nossa Constituição é garantista, pois da mesma forma como a Teoria do Garantismo de Ferrajoli, ela prima pelo respeito à dignidade da pessoa humana, visto que é seu papel garantir e preservar os direitos fundamentais dos brasileiros, dentre eles os quilombolas que lutam incessantemente pelo reconhecimento pelo seu direto de

38 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. **ADI 3.239**. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

39 BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. **ADI 3.239**. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021..

propriedade. O reconhecimento da concretitude da norma constitucional por parte do Ministro Marco Aurélio é puramente garantista, pois trata-se de concretização de direitos fundamentais, primando pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

Ademais, o Ministro Celso de Mello, ao defender a inconstitucionalidade da ADI, reconhece que o referido decreto trata de norma constitucional voltada aos direitos fundamentais, o que condiz com o viés garantista.

Na decisão da Ministra Cármen Lúcia, identificam-se também parâmetros do garantismo, ao reconhecer que a propriedade dos quilombolas é inquestionável e que, por ser uma norma constitucional, basta apenas o Estado cumprir, pois a Constituição é a lei maior de uma nação e é nela que o Estado brasileiro ancora o seu maior fundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, por meio da análise da argumentação da maioria dos Ministros do STF, que a ADI n. 3.239 foi considerada inconstitucional, pois os direitos de propriedade e titulação das terras encontram-se assegurados a partir do Decreto n. 4.887/03 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O que se conclui, diante do resultado do julgamento da ação, é que houve, em termos constitucionais, uma reparação relativa à segurança fundiária, garantindo às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade das terras que ocupam tradicionalmente, tendo esta decisão sido tomada com base no entendimento que os direitos e as garantias fundamentais dos quilombolas estavam assegurados pela Constituição Federal de 1988, como também o artigo 68 do ADCT, que foi regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003.

Na leitura dos votos majoritários, ficou claro que foi levado em consideração o aspecto da norma constitucional de proteção de direitos sob o viés de direito fundamental, em total congruência com a legislação infraconstitucional, de modo a resguardar os fins do Estado Democrático de Direito. A junção de aspectos formais e substanciais teria a função de resgatar a possibilidade de se garantir, efetivamente, aos sujeitos de direito, todos os direitos fundamentais existentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988**.**

BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.** In: Diário oficial da União Edição nº 227 de 21/11/2003.

Doi: 10.14210/nej.v26n2.p445-460

BRASIL. **Decreto nº. 4.887**, de 20 de dezembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 06 de outubro de 2018.

BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003.** In: Diário oficial da União Edição nº 227 de 21/11/2003.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. **ADI 3.239**. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade:** uma abordagem garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. Orientador: Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Jr. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 1997.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flavio Gomes. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **El paradigma garantista:** filosofía crítica del derecho penal. Madrid: Editorial Trotta, 2018.

INCRA - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**: 2012.

LASSALLE, Ferdinand Johann. **O que é uma constituição?** Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Lider, 2001.

LASSALLE, Ferdinand Johann. **A essência da Constituição**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2001.

LEP. **Relatório de Estudos da Pobreza**, n. 8. Disponível em http://www.caen.ufc.br/attachments/article/114/rp8.pdf. Acesso em 05.02.2019.

OIT Convenção nº. 169. Convenção no 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Genebra, 1989. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf >

Acesso em 25 de abril de 2021.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SIQUEIRA, Natércia Sampaio. **Democracia contemporânea e os critérios de justiça para o desenvolvimento socioeconômico:** direito constitucional nas relações econômicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. **Revista Veredas do Direito:** Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, jun. 2011. ISSN 21798699. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/77>. Acesso em: 07 de outubro 2018.

ROSA, Alexandre Morais. **O que é garantismo jurídico.** Florianópolis: Habitus, 2003.

SABOIA, Jéssica Ramos; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Garantismo e Ativismo Judicial: Uma Análise da Presunção do Estado de Inocência e da sua Realização Pelo STF. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 56, maio/ago. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**.** Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2006.

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir> Acesso em 15 de junho de 2019.

SNPIR - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial> Acesso em 11 de maio de 2021

STF - Supremo Tribunal Federal. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em 10.02.2019

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; OLIVEIRA; Rafael Tomaz de. A interpretação constitucional entre Luigi Ferrajoli e Ronald Dworkin: em defesa de uma (adequada) leitura moral da Constituição. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 24 - n. 3 - set-dez 2018. Disponível em: < https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/13767> Acesso em 29.04.2021.

Recebido em: 14/02/2020

Aprovado em: 28/03/2021

Revista VIDERE
v. XX, n. XX
mês/mês, 202X
p. XX a XX
ISSN: 2177-7837

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: DISCIPLINA JURÍDICA SECUNDÁRIA OU INDISPENSÁVEL À FORMAÇÃO DOS BACHAREIS EM DIREITO?

NOTARY AND REGISTRAL LAW: LEGAL DISCIPLINE SECONDARY OR UNSPAINABLE FOR TRAINING BACHELOR DEGREES IN LAW?

DERECHO NOTARIAL Y REGISTRAL: ¿DISCIPLINA LEGAL SECUNDARIA O INDISPENSABLE PARA LA FORMACIÓN DE LICENCIATURAS EN DERECHO?

Resumo: O presente artigo investiga a relevância do ensino de direito notarial e registral para a formação dos bacharéis em Direito no Brasil. A partir da construção do saber jurídico no Brasil, discutem-se os motivos da cristalização de um ensino jurídico dogmático e profissionalizante em oposição ao que determina a legislação em vigor. Defende-se a classificação do direito notarial e registral como espécie do gênero ciência jurídica. Tomando-se a prudência como virtude que contribui para o desenvolvimento integral e a formação completa do jurista, destaca-se a prudência notarial como essencial à atividade do notário em sua atuação preventiva de aconselhamento às partes e prevenir litígios. A pesquisa é bibliográfica com abordagem qualitativa, cujo campo de investigação dá-se em doutrinas internacionais e nacionais e no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, conclui-se pela importância da inserção do direito notarial e registral como disciplina essencial para a formação dos bacharéis em Direito no Brasil.

Palavras-chave: Educação jurídica. direito notarial e registral. ciência jurídica. ensino de direito. prudência registral.

Abstract: This article investigates the relevance of the teaching of notary and registration law for the training of law graduates in Brazil. From the construction of legal knowledge in Brazil, the reasons for the crystallization of a dogmatic and professional legal education are discussed, in opposition to what is determined by the legislation in force. It defends the classification of notary and registration law as a species of the legal science genre. Taking prudence as a virtue that contributes to the integral development and complete training of the jurist, notary prudence stands out as essential to the notary's activity in his preventive action of advising the parties and preventing litigation. The research is bibliographic with a qualitative approach, whose field of investigation occurs in international and national doctrines and in the Brazilian legal system. Finally, it concludes by the importance of the insertion of notary and registration law as an essential discipline for the training of law graduates in Brazil.

Key-words: Legal education. notary and registry law. legal science. law teaching. record prudence.

Resumen: Este artículo investiga la relevancia de la docencia en derecho notarial y registral para la formación de licenciados en derecho en Brasil. A partir de la construcción del conocimiento jurídico en Brasil, se discuten las razones de la cristalización de una formación jurídica dogmática y profesional, en oposición a lo que determina la legislación vigente. Defiende la clasificación del derecho notarial y registral como una especie del género de las ciencias jurídicas. Tomando la prudencia como virtud que contribuye al desarrollo integral y formación completa del jurista, la prudencia notarial se destaca como imprescindible para la actividad del notario en su acción preventiva de asesorar a las partes y prevenir litigios. La investigación es bibliográfica con enfoque cualitativo, cuyo campo de investigación se da en doctrinas internacionales y nacionales y en el ordenamiento jurídico brasileño. Finalmente, concluye con la importancia de la inserción del derecho notarial y registral como disciplina esencial para la formación de los licenciados en derecho en Brasil.

Palabras clave: Educación jurídica. derecho notarial y registral. ciencias jurídicas. enseñanza de la ley. registro de prudencia.

1 Introdução

Escrever um artigo científico é sempre tarefa árdua. Porém, quando o objeto do estudo é o direito notarial e registral o grau de dificuldade se eleva sobremaneira. Primeiramente em razão da carência de fontes bibliográficas de qualidade, que vem sendo paulatinamente mitigada, ainda de forma incipiente, pela produção de estudiosos pioneiros. Em segundo lugar, pela visão disseminada entre os leigos de que se trata de uma atividade de cunho estritamente burocrático destinada a criar entraves à prestação de serviços públicos e ao exercício da cidadania, culminando com a atribuição do sentido mais pejorativo possível ao adjetivo "cartorial". Pior ainda quando o juízo depreciativo provém de profissionais do direito, magistrados e até ministros de tribunais superiores, o que não raramente ocorre.

A identificação da verdadeira natureza da matéria em tela e sua correta classificação como ciência jurídica, método ou mera prática exige o emprego do rigor científico para a verificação da existência ou não de princípios, conceitos e categorias jurídicas próprias, articuladas e relacionadas com outros campos do Direito, e a dedicação de pesquisadores ao tema. Alguns autores que não mantêm vínculo profissional com a atividade têm se debruçado ao estudo do assunto e destacado sua relevância. Gama (2017, p. 9), afirma ser imperioso verificar as situações e relações em sociedade que passaram a exigir da ciência do Direito, ramos especializados e autônomos, como o Direito Notarial e Registral, com visão sistemática aos já existentes, evitando a limitação legal aos ramos clássicos, e destaca que muitas vezes esse estudo é preterido nos cursos de graduação em Direito.

Quanto à metodologia, assinala-se a pesquisa bibliográfica, por meio de estudo descritivo e analítico, no qual podemos citar: Doutrinas jurídicas nacionais e estrangeiras, bem

como a legislação pertinente ao assunto. Quanto à abordagem, a pesquisa, é qualitativa e quanto aos objetivos, tem-se a livre metodologia descritiva e exploratória, com o escopo de analisar os institutos no ordenamento jurídico em face da experiência em do direito notarial e registral.

Buscar-se-á investigar os conhecimentos que devem ser incorporados ao saber jurídico dos profissionais do Direito sob a ótica do constitucionalismo contemporâneo, informada pela perspectiva pós-positivista de defesa de uma visão humanista que valorize os direitos fundamentais. Sob esse prisma, serão discutidas as contribuições que o ensino de direito notarial e registral pode oferecer para a formação integral dos graduandos em cursos jurídicos no Brasil.

Assim, tem-se por objetivo investigar a relevância e a contribuição do direito notarial e registral para a formação dos bacharéis em Direito e conclui-se pela necessidade de inserção nos currículos dos cursos de direito no brasil a disciplina de direito notarial e registral por ter sido verificado como essencial para a formação dos bacharéis em Direito no Brasil.

2 Educação jurídica no Brasil

Para se discutir a educação jurídica no Brasil faz-se necessário, primeiramente, analisar, em breve síntese, como se deu a construção do saber jurídico no Ocidente e, por conseguinte, em nosso país. Na antiguidade a natureza era considerada sagrada. A associação entre o divino e o cosmo garantia a manutenção da humanidade em harmonia; o homem se sentia parte da natureza e era regido por seus elementos e suas leis, configurando o que se convencionou chamar de jusnaturalismo cosmológico.

Posteriormente, na transição do período romano clássico para a Idade Média, Santo Agostinho afirmava que a lei natural era concebida como uma luz interior recebida diretamente de Deus (BASTIT, 2010. p. 80), uma lei eterna, imutável e à qual as leis humanas devem se adequar. No século XIII, Tomás de Aquino resgatou a filosofia aristotélica e propôs a escolástica tomista, que veio a se tornar a doutrina oficial da Igreja, conciliando a razão e a fé. A razão deveria impulsionar a elaboração de leis humanas, as quais eram veículos para alcançar a vontade de Deus. O direito positivo era um instrumento para a realização dos valores divinos. O jusnaturalismo teológico, que se iniciara com a filosofia agostiniana, chegou ao auge com a doutrina tomista.

Com o fim do feudalismo e o início da Renascença, numa época de revitalização do comércio, ascensão da burguesia, crescimento das cidades e valorização da vida social, surgiu um clamor pela substituição do poder eclesiástico por um poder jurídico-administrativo. A evolução científica com base no pensamento racionalista condenou ao declínio o misticismo do mundo medieval fundado em dogmas religiosos. A ciência se libertava das amarras teológicas

e se voltava para a investigação dos fenômenos naturais sob a ótica da razão. As necessidades humanas poderiam passar a ser atendidas por meio do conhecimento adquirido cientificamente.

Estavam lançadas as bases para uma nova filosofia moldada pelo saber científico e pela lógica cartesiana, que propunha um sistema jurídico justo e universal fundado em princípios racionais e independente das condições do meio social. Um modelo ideal para a elaboração de leis que caracterizava o jusnaturalismo racionalista.

O movimento liberal de codificação, que chegou ao ápice com a promulgação do Código Civil francês em 1804 consolidou o modelo dogmático do positivismo. A simplificação e a racionalização formal perseguidas atenderiam a um duplo objetivo: garantir segurança à sociedade num contexto de expansão da economia capitalista e assegurar que somente por meio da lei poderia o Estado intervir na vida das pessoas. O sistema jurídico, então, deixou de ter fundamentos metafísicos, religiosos ou de cunho racionalista universal, levando ao declínio do direito natural. A ideologia do positivismo normativista influenciou a construção do saber jurídico ocidental e se consolidou no Brasil no fim do século XIX nos dois centros de ensino jurídico da época: as Faculdades de Direito de Recife e do Largo de São Francisco em São Paulo.

A queda dos regimes totalitários ao término da Segunda Guerra Mundial acarretou uma grande reflexão sobre os fundamentos dos sistemas jurídicos, cujo formalismo legalista havia chancelado o cometimento de atrocidades e crimes contra a humanidade. O direito deveria incorporar a perspectiva da legitimidade com fulcro na proteção dos valores humanos fundamentais. Os fundamentos éticos e morais do jusnaturalismo foram resgatados, pois não bastava mais que a lei vigente fosse válida, era preciso que fosse justa. No contexto do pós-positivismo, a educação jurídica deve ser capaz de promover uma formação crítica que fomente a reflexão com base na interdisciplinaridade (diálogo entre as disciplinas jurídicas) e na transdisciplinaridade (relação do Direito com outras áreas do conhecimento).

Entretanto, o enfoque axiológico e multicultural que a sociedade contemporânea complexa exige dos profissionais do Direito não vem sendo cumprido pelos cursos de graduação ofertados, em grande maioria estruturados em torno de currículos de concepção linear e fragmentada do conhecimento, unidisciplinar e com práticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão desarticuladas. Para Herrera (2015, p. 203-204), o resultado é a manutenção do ensino dogmático e profissionalizante em departamentos “estanques” nas Faculdades de Direito, onde se encoraja a repetição, a memorização, o uso de manuais, a compartimentalização das disciplinas e se formam alunos incapazes de analisar, contextualizar e jugar os problemas do mundo real.

Se fosse cumprida a legislação educacional em vigor a realidade teria que ser outra. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 43) e a Resolução CNE/CES nº 5/2018 (artigos 2º, 3º, 4º e 5º) preconizam que o curso de graduação em Direito deve proporcionar ao graduando sólida formação humanística e axiológica que garanta, além do domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de análise, interpretação e valoração dos fenômenos jurídicos sob uma postura crítica e reflexiva, com projeto pedagógico e currículo que contextualizem os objetivos gerais do curso com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, abrangendo formas de realização da interdisciplinaridade, incentivando a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e à criação e difusão da cultura, promovendo o entendimento do homem sobre o meio em que vive.

Edgar Morin (2005, p. 17), assevera que a partir do século XX vários desafios foram lançados e existe a necessidade de atualização e reformas para que possibilite "adequar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas e administrativas" da atualidade.

3 Direito Notarial e registral como disciplina jurídica

A formalização das relações existenciais e patrimoniais da vida social como resultado de conhecimento técnico especializado, conferindo certeza, segurança jurídica e fé pública aos atos e negócios jurídicos celebrados, evitando litígios cuja solução muitas vezes exige a intervenção do Poder Judiciário, indica a relevância do serviço público prestado pelos notários.

A escassa produção científica sobre o tema dificulta a compreensão da função notarial como produtora do ato jurídico chamado ato notarial, resultado do trabalho intelectual do notário e fonte de fé pública, a qual não surge espontaneamente, mas pela conjugação da previsão legal com a atuação do notário no exercício de sua profissão.

A ideia de ciência parte, em termos clássicos, de um conhecimento sistemático: coletam-se dados que devem guardar coerência entre si, sem antinomias, sem colisões lógicas entre si. Deve-se reunir o maior número de dados possíveis, organizados de forma sistemática.

A ciência é uma forma de conhecimento sistematizada acerca de um determinado objeto, que deve ser analisado de forma racional a fim de solucionar problemas concretos. O objeto da ciência do Direito é a norma jurídica ou o conjunto de normas jurídicas (o ordenamento jurídico), o que é diferente da lei de causalidade ("dado A, tem-se B"). Para a norma, "dado A, deve ser B". O que caracteriza a norma jurídica é justamente a possibilidade fática de sua violação.

Para o positivismo, o conhecimento resulta da observação empírica dos fenômenos, feita por um observador imparcial, isento que não sofra influências de outras áreas do conhecimento e sem juízos axiológicos, individuais.

Existe o positivismo normativista e o positivismo sociológico, e ambos partem da premissa mencionada. O sociológico enfoca as condutas humanas: as que forem consideradas socialmente obrigatórias revelam o direito. O normativista estuda a norma jurídica entendida como os textos legais, constitucionais, os textos jurídicos. Daí a divisão clássica entre o "ser" (que pertence à vida) e o "dever ser" (que pertence aos textos normativos). Por isso o direito poderia ser estudado de forma isolada da realidade. O direito não estaria no mundo do ser, mas no dever ser.

E o que é a norma jurídica? Um positivista normativista em sentido clássico diria que a norma jurídica é o que surge do estudo dos textos normativos. A partir da interpretação dos textos normativos as normas jurídicas são construídas. Já para um positivista sociológico o Direito é o estudo das condutas humanas manifestadas socialmente.

Para os positivistas normativistas, a eficácia das normas jurídicas não pertence ao mundo do direito, por estar na categoria do "ser", dos fenômenos como se manifestam, e assim deveria ser estudada pela sociologia jurídica. Já o "dever ser" seria o mundo normativo, as normas: dado certo fato, tem-se a norma.

O neoconstitucionalismo rejeita o positivismo normativista, que preconiza ser o direito uma norma posta que exclui juízos axiológicos, e defende uma interpretação teleológica e sistemática que possibilite alargar o sentido semântico sempre que for para concretizar direitos fundamentais.

Normas de direitos fundamentais são normas de conduta. Numa visão clássica, positivista-normativista, entendia-se que as normas de direitos fundamentais eram apenas normas de competência, meramente orientativas. Eram as normas programáticas, que deveriam orientar o legislador, mas era-lhes negada a possibilidade de regulamentar condutas interpessoais, estabelecendo direitos e deveres às pessoas.

Entretanto, a doutrina e a jurisprudência brasileiras evoluíram e hoje se sabe que as normas de direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata. Nesse sentido, o papel do cientista do direito é construir uma ciência prescritiva, e não apenas descritiva, atribuindo-lhes a maior carga eficacial possível, e para isso é imprescindível dar-lhes a máxima concretude[1].

[1] Nesse sentido assevera Arnaldo Vasconcelos que sobre a eficácia da norma, "o que se espera da eficácia é o resultado [...] que leva à convicção da obrigatoriedade do preceito normativo". (VASCONCELOS, 2006, p. 241).

Concretizar é transpor o mundo do "dever ser" para o mundo do "ser", ou seja, transformar as condutas previstas na norma em condutas fenomênicas, efetivamente praticadas, traduzindo ou consubstanciando a intenção normativa. Concretização é um conjunto de ideias e prática. Imaginar uma teoria que não tem serventia prática para o direito é algo não científico, pois ambas estão inter-relacionadas: a teoria existe para a prática, e a prática depende da teoria. O arcabouço teórico existe com uma única finalidade: permitir a prática. É preciso trabalhar com práticas que transformem os direitos fundamentais em realidade.

O processo de concretização da norma jurídica deve se dar a partir de um progressivo refinamento semântico e estrutural do enunciado, e então, pela aplicação de juízos de realidade e de valor, buscar-se uma densificação normativa que possibilite a construção da norma no caso concreto.

A hermenêutica revela o sentido da norma jurídica com vistas à atividade notarial. O notário, ao interpretar a lei, não deve se ater a critérios fechados, mas sim realizar metodologicamente um processo de investigação jurídica de forma a assegurar segurança jurídica por meio do ato que produzir.

A progressiva complexidade das relações humanas e o contínuo desenvolvimento científico e tecnológico tornaram necessária a especialização das ciências jurídicas e sociais com vistas à sua melhor compreensão, regulação e atendimento às demandas da sociedade. O direito notarial não foge à regra, e reúne todos os elementos indispensáveis à sua afirmação como espécie do gênero ciência jurídica, por se organizar sistematicamente por meio de um conjunto de preceitos delimitadores do ato notarial, fruto da atuação intelectual do notário, que se vale da metodologia jurídica para produzi-lo. Por isso, impõe-se o direito notarial como ramo científico independente do Direito.

Argentino I. Néri (1980, p. 530), "identifica dois critérios quanto à formação do direito notarial como disciplina jurídica: o científico, baseado nos elementos imutáveis e permanentes do Direito, que condicionam seu conteúdo pelo direito formal; e o legal, consequência lógica do sistema adotado na legislação de cada país".

Se ao Direito cabe a construção científica do conhecimento humano no campo da regulação das relações sociais, ao direito notarial cabe a construção científica do conhecimento humano que tem por objeto o estudo da organização e do ato notarial. O desenvolvimento da atividade científica está centrado em seu objeto, cuja compreensão o ser humano busca por meio do conhecimento. O resultado de sua cognição do objeto científico é a produção da ciência.

A incidência das normas jurídicas sobre os fatos sociais ou da natureza os torna fatos jurídicos. A variedade de normas incidentes sobre os fatos jurídicos determina a existência de diversos ramos do Direito. Farfán (2000, p. 35-36), "afirma que o direito notarial deve seguir em maior ou menor medida as mesmas rotas de evolução de outros ramos do Direito, e aponta como seu principal problema a falta de organização em um sistema que leve ordem aos preceitos e conceitos e às atividades dos notários e das partes, concluindo que essa ordem deve ser encontrada na atividade do notário".

> O reconhecimento do direito notarial como ciência jurídica implica a constatação de que a atuação do notário não se limita a certificar fatos ou assessorar as partes, mas abrange a interpretação e a concessão de eficácia aos negócios jurídicos pela elaboração de instrumentos públicos. Esse reconhecimento decorre da utilização de noções teóricas fundamentais do Direito, estruturado e sistematizado sob o ponto de vista exclusivamente notarial, compondo uma realidade jurídica distinta, com aspectos formais e materiais relativos aos atos notariais praticados. (FARFAN, 2000, p. 28)

Quanto ao objeto do direito notarial, entendido o objeto conforme a definição de Segovia (1961, p. 181) como a matéria ou o sujeito de uma ciência, duas correntes principais se apresentam: a instrumentalista, que defende ser o instrumento público elaborado pelo notário o objeto do direito notarial; e a que considera sê-lo a instituição notarial.

Para Manica (2015, p. 48), identificado coma primeira corrente, a segurança jurídica assegurada pela atividade notarial demonstra ser o ato notarial o objeto científico do direito notarial. Este como ciência jurídica, decorre da atuação do notário a partir das relações sociais que lhe são apresentadas. Assim surgem fenômenos jurídicos que estabelecem vínculos e desencadeiam efeitos que repercutem no ambiente social de diversas formas, atribuindo direitos e obrigações aos interessados. Essa prospecção de efeitos jurídicos válidos e eficazes constitui um dos grandes fundamentos de efetividade do ato notarial, evidenciando um robusto atributo decorrente da atividade notarial e, por consequência, da ciência notarial propriamente dita.

Os adeptos da segunda corrente criticam o equívoco de confundir o objeto do direito notarial com o objeto da função notarial, além da exclusão de normas relativas à realização do serviço notarial e à atividade dos notários que não resultam na produção de instrumentos notariais.

Porém, mais adequada é a lição de Brandelli (2007, p. 80), para quem "o verdadeiro objeto do direito notarial é o notário como realizador da função notarial e sua conduta", já que, direta ou indiretamente, todos os enunciados dos dispositivos de direito notarial recaem sobre o notário e sua atuação.

4 A contribuição do Direito Notarial e Registral para a formação dos bacharéis em Direito

A instituição notarial é composta por profissionais do Direito que prestam um serviço pessoal nas relações de direito privado que devem ser estabelecidas sem pronunciamento judicial, e os instrumentos públicos são o produto dessa atividade profissional, que exige preparação técnico-jurídica adequada. Cotrim Neto (1973, p.18), ressalta a significação do notário e como se lhe formulam imposições de conhecimento no plano jurídico, num mundo em que relações negociais são cada vez mais frequentes, e lamenta a pouca atenção dedicada à formação desses profissionais no Brasil.

A paz social sempre determinou a obrigatoriedade de alguma publicidade jurídica que certificasse a existência do direito. Essa publicidade se deu por diversas formas ao longo do tempo. Inicialmente eram as testemunhas, depois os escribas. A complexidade da vida social levou à racionalização do ritual jurídico, sendo certo que o notariado do tipo latino evoluiu de uma função meramente redatora, destinada a perenizar negócios jurídicos realizados, para a de assessoramento imparcial das partes e qualificação jurídica dos pactos por elas celebrados, atribuindo-lhes fé pública.

A descoberta do direito antecede o ato de justiça, pois não pode haver justiça sem que se conheça o direito, seu objeto. A busca pelo equilíbrio equidistante entre as virtudes cabe a outra virtude: a prudência. Segundo a filosofia tomista, não há virtudes sem a prudência, e o justo médio, fim da virtude moral, só se alcança pela reta disposição dos meios.

A noção de prudência como virtude que deve nortear a reta razão de agir do homem, permitindo-lhe tomar decisões corretas na sua prática profissional, com observância dos princípios relativos ao bem e ao justo, foi bem exposta por Melo (2017, p. 8), “O objetivo maior da prudência é possibilitar o desenvolvimento integral do jurista, assegurando-lhe uma formação jurídica completa, não limitada somente ao conhecimento doutrinário, mas despertando o melhor do homem a partir da noção da prudência”.

A partir da noção de que as palavras podem ter várias significações, algumas contraditórias entre si, pode-se analisar a evolução do conceito de prudência desde a filosofia clássica, quando não se confundia com mera covardia ou receio de agir, até as discussões realizadas no final do século XX. A ideia clássica de prudência, como a correta razão no agir, por meio da qual o ser humano pode fazer as melhores escolhas com fulcro na racionalidade prática, destaca sua importância na formação do jurista como elemento central de um bom discernimento e aprendizado jurídico.

> O Direito é uma ciência que deve promover a integral realização humana. O jurista, ao agir, deve ter em consideração os melhores princípios de correção

> e retidão, pois o Direito não é uma ciência isolada da moral e da busca da verdade. O direito natural é o pressuposto básico a embasar a formação prudencial que permita ao jurista se afastar da comodidade do positivismo que supõe serem válidas somente as normas positivadas, impedindo a análise crítica no sentido de verificar se o direito legislado corresponde aos anseios de justiça. (MELO 2017, p.11-12)

O conceito clássico de prudência remonta a Aristóteles, no sentido de que prudente era o homem que sabia observar os melhores princípios de ação para decidir corretamente como agir. O cerne desse pensamento é que toda ação humana deve visar a um bem, e o bem maior a ser buscado é a felicidade[2]. Contudo, é difícil definir o que é felicidade, pois o vocábulo possui múltiplos sentidos. Para Aristóteles (2014, p. 58), "a felicidade é algo completo e autossuficiente, a finalidade de todas as ações, por isso não a integram prazeres mundanos, mas sim valores altruístas que elevem o espírito humano".

> É a razão que deve nortear as atividades humanas, as quais nunca podem ser executadas contra ela. A virtude aristotélica é a da alma, não a do corpo. Por isso, teoria ética e teoria política são indissociáveis, e a clássica divisão feita pelo filósofo grego para as virtudes, que podem ser intelectuais ou morais, resulta na classificação da prudência como uma virtude do intelecto, que precisa da razão para sua realização. O homem tem potência para realizar a virtude, transformando-a em atividade concreta. A virtude se encontra no meio-termo, que evita a deficiência e o excesso. Mas o meio-termo não deve ser entendido com precisão matemática, e sim como a medida certa do agir, proporcional. O estado virtuoso do ser humano é o que lhe permite realizar suas ações de maneira excelente. (ARISTÓTELES, 2014, p. 74-92)

Por isso a justiça, para Aristóteles (2014, P. 179- 187), "é proporcional, sendo justo o homem que respeita a lei e equidade no caso concreto. Daí vem a célebre teoria segundo a qual os iguais devem ser tratados igualmente, e os desiguais, desigualmente". [...] "O homem não pode viver fora da sociedade, precisa conviver com seus semelhantes para ter uma existência completa. A vida comunitária é fundamental para os gregos, e os homens não bastam a si mesmos, devem colaborar para o bem comum. O homem é essencialmente político, por isso o Estado deve prevalecer sobre os interesses individuais e privados. A noção de individualidade surgiu apenas posteriormente, com a filosofia cristã".

Aquino (2014, p. 54-56), resgatou a obra de Aristóteles e propôs sua releitura sob o dogma da fé. A compreensão de sua filosofia depende do entendimento de sua concepção de natureza humana, que parte do conceito aristotélico: o homem é um animal político e social, o

[2] Nesse sentido, Oliveira Sobrinho e Araújo Filho apontam que "o notariado brasileiro pode servir como um importante instrumento de acesso à justiça, como já tem feito naquilo que a lei lhe autorizou a realizar (divórcio extrajudicial, usucapião administrativa etc.), especialmente por ser aquele mais próximo da comunidade, aprimorando sua atuação na solução de conflitos por meio da autonomia privada e da promoção de uma cultura de paz". (OLIVEIRA SOBRINHO; ARAÚJO FILHO, 2017, p. 20).

ser mais perfeito da natureza, e a sociedade civil para ele é natural. O mérito ou o demérito são condicionados pela razão e pelo livre arbítrio, o qual lhe faculta fazer escolhas conforme a racionalidade. A liberdade faz parte de um todo ético, que só pode ser exercido por meio da razão.

A escolha da virtude da prudência pelo homem decorre de sua vontade, de seu livre-arbítrio, conforme sua razão. Para que seja atingida, é preciso o hábito da virtude. A virtude da prudência, para ser completa, exige que o homem mantenha sua razão, considerando todas as possibilidades para seu agir, não decidindo de modo prático. Somente assim ele não errará e não pecará.

Partindo da premissa de que o homem é um animal racional, para Aquino (2015, p. 105), "o bem do homem consiste em atingir a razão perfeita na busca da verdade, controlando os apetites e vontades humanos pela razão, seja individualmente, seja enquanto cidadão, ordenando a cidade com relação a outros homens. Entretanto, na visão tomista, algumas virtudes humanas são fornecidas pela graça divina, enquanto outras podem ser alcançadas pela razão. Assim como Aristóteles, Tomás de Aquino considera que a virtude prudencial e as virtudes morais se atingem por um meio-termo entre o excesso e a falta guiado pela razão".

Assim sendo, completo é o homem que consegue reunir todas as virtudes, que lhe permite alcançar o estado da razão que o conduza ao agir com perfeição. A virtude da prudência é essencial para atingir esse objetivo, porém insuficiente, pois não se atinge a perfeição sem glorificar Deus e praticar a caridade.

As normas da lei humana devem decorrer dos princípios da justiça natural contidos na lei natural, de forma que ambas se complementam. Se as leis da cidade não guardarem consonância com a lei natural, é essa que deve prevalecer.

> Quando o Imperador Augusto outorgou, no começo da era cristã, o *ius publice respondendi ex auctoritate Principis* aos mais notáveis juristas da Roma imperial, o fez em virtude de sua reconhecida qualidade de *iuris prudentis*, ou seja, possuidores, em grau eminente, de uma forma especial de conhecimento jurídico: o "prudencial". Esse conhecimento acertado do que era direito em cada situação singular, chamado *iuris prudentia*, deu posteriormente o nome, por uma derivação linguística, à ciência do direito. (MASSINI, 1983, p. 21)

Segundo Vallet de Goytisolo (2004, p. 231), "o hábito da prudência jurídica, em Roma, exigia a atuação de profissionais que dessem conselhos jurídicos, assistissem aos litigantes nos processos e emitissem sentenças ou pareceres sobre questões de direito e, ao longo do tempo, no âmbito não processual impôs a presença dos notários, que, por possuírem sólidos conhecimentos jurídicos, teóricos, práticos e técnicos", poderiam aconselhar opinar sobre a

juridicidade de algum negócio a ser celebrado e redigir o respectivo documento, atuando preventivamente de forma a evitar riscos.

> A função do notário é política (em razão da natureza política dos homens) e social, e não é apenas de ser jurista, mas sobretudo de ser um jurista a quem se faz convergir à titularidade da fé pública. Exerce ofício de jurista o notário de tipo românico ou latino, enquanto o do tipo anglo-saxônico limita-se a dar fé. Ofício de jurista refere-se à execução de trabalho que versa o direito; ser jurista, em síntese, é ser "alguém do direito", que se ocupa de saber o direito. (DIP, 2012, p. 27-28)

A par de sua independência jurídica e do caráter liberal de sua profissão, imprescindíveis para que possa exercer as funções de assessoramento e indicação do que é justo, concomitantemente o notário executa tarefas documentárias e de certificação, em prol da segurança e da fé pública. Assim, trata-se de um jurista que também exerce serviço público, o que evidencia que sua atuação se dá tanto no campo do direito privado como no do direito público, e demonstra a interdisciplinaridade das matérias relativas ao conhecimento de que deve dispor.

Percebe-se que há um espectro da atuação do notário que integra o serviço público e por isso exige, do poder público, controle e expedição de normas regulamentadoras, relacionando-se mais fortemente com o direito administrativo; mas não se pode olvidar seu labor como jurista, que demanda independência jurídica a repelir incursões estatais indevidas, a fim de que possa livremente exercer sua função, a qual pode, conforme o caso que lhe for apresentado, exigir o domínio de institutos de direito civil, processual, empresarial, tributário, constitucional ou de outros ramos do saber jurídico.

Partindo-se do pressuposto de que a determinação do direito consiste na determinação do que é justo em cada caso, superando a consideração meramente abstrata da norma jurídica para realizar justiça equitativa com o concurso da prudência, a determinação notarial do direito, que se conclui por meio de um ato, não pode se basear apenas em normas universais, uma vez que estas, embora preconizem o bem, não indicam qual bem fazer em situações singulares, nem tampouco no conhecimento do fato desvinculado de princípios, mas da conjugação da virtude da justiça, consistente na predisposição moral de dar a cada um o que é seu, com o hábito intelectual adequado à perquirição do que vem a ser a justiça em cada caso: a prudência.

A prudência notarial antecede a metodologia da determinação notarial, espécie de determinação negocial do direito, à qual compete o exame de seus procedimentos dentro dos limites legais. O caráter complexo dessa determinação negocial do direito demanda conhecimento jurídico, autoridade pública de autenticação e eficácia probatória, ou seja, fé pública.

A prestação dos serviços notariais e de registro sofre influência do modelo de Estado vigente em cada momento histórico. O Estado Liberal de Direito traduzia a expressão política, jurídica e econômica do liberalismo, e tinha como principais características o individualismo, o patrimonialismo, a legalidade e igualdade formais, a separação dos poderes e o reduzido papel do Estado, cujo arcabouço jurídico estava estruturado para garantir a liberdade dos indivíduos e impedir ingerências estatais indevidas.

Nesse contexto, a atividade notarial e registral também se limitava a assegurar que os atos e negócios jurídicos obedecessem à forma legal, pouco importando o conteúdo ou eventuais interesses difusos. Questões como a boa-fé objetiva, a função social do contrato e da propriedade, os deveres de informação e de cooperação entre os contratantes, não mereciam atenção.

Com a derrocada do liberalismo clássico no pós-guerra, ganha força o chamado Estado Democrático Social de Direito, que busca concretizar a igualdade substancial por meio da atuação estatal, privilegiando o conteúdo, e não mais apenas a forma. O interesse público ganha relevo, a função social do contrato e a da propriedade passam a ser valorizadas, a defesa dos direitos e garantias fundamentais se torna o objetivo máximo de todo o ordenamento jurídico. As atividades notariais e de registro não ficam imunes a esse giro axiológico. É na qualificação dos negócios jurídicos e dos títulos que a mudança de paradigma se faz mais notar.

Os notários e registradores gozam de independência no exercício de suas atribuições, conforme o artigo 28 da Lei nº 8.935/94. Essa independência é fundamental para garantir a liberdade de decisão a esses profissionais, que estão sujeitos apenas às restrições impostas pela ordem jurídica no desempenho de seu *munus* público, e se baseia no saber intrínseco à função: o saber notarial e registral.

O saber pode ser teórico, resultado de uma reflexão da realidade, ou operativo, em que a razão prática impõe o agir para transformar a realidade. O saber prudencial inspira a prática prudencial, que tem por objeto a concretude. As "n" de situações que se lhes apresentam materializam o saber e a prática prudenciais dos notários e registradores. Ricardo Henry Marques Dip (1993, p.13), adverte que "o saber jurídico operável é um saber prudencial, porque se volta à consecução do bem, não somente do útil ou eficaz, nem é um saber propriamente artístico ou técnico, em que se exerça uma atividade poética, de fazer alguma coisa sobre matéria no mundo exterior".

> Sendo a qualificação realizada pelos notários e registradores uma operação do intelecto com fulcro num juízo prudencial, pode-se afirmar que a qualificação registral abrange o ato de verificar a potencialidade inscritiva do título e a aplicação dos conselhos e juízos encontrados à operação. A conclusão do

> procedimento prudencial é o juízo qualificador, que pode ser positivo, consistente na imperação para que se registre; ou negativo, para que não se registre. Por ser a aplicação ao operável o fim do intelecto prático, o ato de império, na qualificação registral, é o mais relevante dessa complexidade. (DIP, 1992, p. 41-42)

Segundo Richter (2004, p. 196), "o saber prudencial dos notários e registradores é um saber subordinado a outros saberes, alguns jurídicos e outros não, incluído o princípio da legalidade em sentido estrito. Por isso o registrador imobiliário não se sujeita apenas ao que estabelece a lei em sentido estrito, mas também aos princípios que informam o Direito".

Nessa perspectiva, torna-se essencial aprimorar a formação jurídicas dos bacharéis em direito para que estes possam atuar com mais qualidade e prestar uma atividade jurídica com melhor técnica e consequentemente resultados mais assertivos. Assim o ensino jurídico, por meio do Conselho Nacional de Educação autorizar uma maior diversificação de disciplinas. Percebe-se que a Resolução CNE/CES nº 5/2018, em seu artigo 5º parágrafo 3º, permite articular novas competências e novos saberes que se fazem "necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário" (BRASIL, 2018, p. 2).

Corroboram nesse sentido, Tassigny e Loureiro (2021, p. 259-279), quando afirmam que o "ensino jurídico brasileiro deve aprimorar o bacharel em direito para que ele esteja preparado para as mais diversas profissões que desempenhar". Além disso afirmam que a "inserção dos direitos notarial e registral nas grades curriculares das universidades" traria efetividade e seria essencial para o desempenho das atividades notariais e registrais.

5 Conclusão

A reformulação das bases epistemológicas e pedagógicas do ensino de Direito no Brasil é urgente para a formação de bacharéis com capacidade crítica-reflexiva e aptos a responderem adequadamente às demandas de uma sociedade complexa e em permanente transformação. Essa nova perspectiva, oriunda da visão pós-positivista do Direito como uma ciência fundamentalmente humanista e social, cujo objetivo maior é dar a máxima efetividade possível aos direitos fundamentais, embora só tenha sido incorporada ao sistema jurídico pátrio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em razão do longo período autoritário que a precedeu, já há muito deveria ter sido implementada nos cursos de graduação.

A legislação infraconstitucional, sobretudo a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Resolução nº 9/2004 do Conselho Nacional de Educação (recentemente revogada pela Resolução CNE/CES nº 5/2018), deu o passo inicial ao impor aos cursos de graduação em Direito a obrigatoriedade de contemplar, em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos e atividades que atendam não só aos eixos de formação profissional e prática, como também ao eixo de formação fundamental, todos interligados, a fim de proporcionar aos graduandos sólida formação geral, humanista e axiológica.

Não obstante o avanço legislativo, ainda se encontram amplamente disseminadas as práticas unidisciplinares, formalistas e baseadas no dogmatismo. O reconhecimento de que o conceito de Direito e a ideia de justiça foram alvo de uma quebra de paradigma sob o influxo do constitucionalismo contemporâneo alcançou os legisladores, mas não a elite acadêmica. Tal objetivo somente pode ser atingido se houver uma mudança no hábito de se pensar e de se ensinar o Direito.

No que concerne ao direito notarial e registral, todavia, ainda há um longo caminho a trilhar. A atuação dos notários como juristas conselheiros das partes em relações jurídicas privadas e redatores dos instrumentos que formalizam as vontades perante eles manifestadas, com base na prudência, associada à fé pública atribuída aos atos que praticam, bem como o juízo prudencial dos registradores, ao qualificarem os títulos que lhes são apresentados ainda não obteve o devido reconhecimento no meio jurídico. Apesar da vasta gama de conhecimentos que precisam dominar, evidenciando a interdisciplinaridade inerente a seu saber, não gozam ainda do reconhecimento social pelo que efetivamente são: juristas. A inclusão do ensino de direito notarial e registral no currículo dos cursos de graduação em Direito certamente contribuirá para que a formação dos futuros bacharéis seja mais compatível com as diretrizes estabelecidas pela legislação.

Assim como os magistrados, promotores e advogados atuam para solucionar as patologias jurídicas, os notários e registradores agem na profilaxia e, tal qual ocorre na medicina preventiva, a um custo econômico, social e psicológico muito inferior... Até quando prevalecerá a visão míope que os considera uma casta de privilegiados que nada mais fazem senão cobrar taxas por assinaturas, carimbos e documentos plenamente dispensáveis ou que podem ser substituídos facilmente por novas tecnologias da sociedade digital, ou, em outras palavras, “burocratas” na conotação mais pejorativa possível do vocábulo, responsáveis em parte pela perda de competitividade da economia nacional? Provavelmente, parafraseando o ditado popular de que “só a educação muda o mundo”, talvez apenas a valorização do direito notarial

e registral como ciência jurídica e disciplina ministrada nas faculdades de Direito possa mudar a mentalidade dos futuros juristas e, por conseguinte, paulatinamente, da população em geral.

Referências

AQUINO, Tomás de. **A prudência**: a virtude da decisão certa. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2014.

BASTIT, Michel. **Nascimento da lei moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRANDELLI, Leonardo. **Teoria geral do direito notarial**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 05, de 17 de dezembro de 2018. Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640393/do1-2018-12-18-resolucao-n-5-de-17-de-dezembro-de-2018-55640113. Acesso em:31/03/2021.

COTRIM NETO, Alberto Bittencourt. **Perspectivas da função notarial no Brasil**. Porto Alegre: Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul, 1973.

DIP, Ricardo Henry Marques. **Prudência notarial**. São Paulo: Quinta Editorial, 2012.

DIP, Ricardo Henry Marques. Sobre a qualificação no registro de imóveis. **Revista de direito imobiliário** n. 29, jan-jun-1992.

DIP, Ricardo Henry Marques. Sobre o saber registral (da prudência registral). **Revista de direito imobiliário** n. 31-32, jan-dez 1993.

FARFÁN, Saúl F. Guzmán. **Derecho notarial y registros públicos**. Cochabamba: Impresores Colorgraf Rodriguez, 2000.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Apresentação. In: Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Carla Fernandes de Oliveira (Org.). **Direito imobiliário, notarial e registral:** perspectivas contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

HERRERA, Luiz Henrique Martim. **Raízes da educação jurídica do Brasil**: formação de uma cultura jurídica dogmática e a construção do saber jurídico no constitucionalismo contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2015.

LOUREIRO, J.; Importância das serventias extrajudiciais frente à desjudicialização e impactos nos currículos do Ensino Superior de Direitos, M. Importância das serventias extrajudiciais frente à desjudicialização e impactos nos currículos do Ensino Superior de Direitos. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, v. 5, n. 16, p. 259-279. Disponível em: https://rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/265. Acesso em 20/02/2021.

MANICA, Sérgio Afonso. **Direito notarial**: o direito notarial como ciência, síntese histórica, organização do notariado, conceito e definição dos atos notariais. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2015.

MASSINI, Carlos Ignacio. **La prudencia jurídica**. Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1983.

MELO, Rafael Veras Castro. **A formação do jurista na prudência como desafio do ensino jurídico**. Dissertação de mestrado, 96f., Fortaleza, 2017.

NÉRI, Argentino I. **Tratado teórico y práctico de derecho notarial**. v.1. Buenos Aires: Depalma, 1980.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares; ARAUJO FILHO, Clarindo Ferreira. O serviço notarial e de registro: da judicialização à composição de conflitos como um contraponto à burocracia estatal. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 12, n. 3, p. 790-815, dez. 2017. ISSN 1981-3694. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/25664. Acesso em: 18 de mar. 2021.

RICHTER, Luiz Egon. Da qualificação notarial e registral e seus dilemas. In: DIP, Ricardo Henry Marques (Coord.). **Introdução ao direito notarial e registral**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2004.

SEGOVIA, Francisco Martinez. **Función notarial**. Buenos Aires: EJEA, 1961.

VALLET DE GOYTISOLO, Juan. Manuales de metodologia jurídica, tomo III. Madrid: Fundación Cultural del Notariado, 2004.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: Malheiros, 2006.

DOI 10.5433/21788189.2022v26n1p43

OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO CASO DO BANCO INTER S/A.

THE IMPACTS OF THE GENERAL DATA PROTECTION LAW (LGPD) IN THE CASE OF BANCO INTER S/A.

Miguel Carioca Neto*
Ana Carla Pinheiro Freitas**
Marcus Mauricius Holanda***

*Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza
E-mail: miguelcarioca@ufersa.edu.br

**Doutora em Direito pela Universidade Católica de São Paulo Professora dos cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Fortaleza
E-mail: anacarla@unifor.br

***Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza Professor da Universidade de Fortaleza
E-mail: marcusholanda@unifor.br

Como citar: CARIOCA NETO, Miguel; FREITAS, Ana Carla Pinheiro; HOLANDA, Marcus Mauricius. Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no caso do Banco Inter s/a. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 26, n. 1, p.43-55, mar. 2022. DOI: 10.5433/21788189.2022v26n1p43. ISSN: 2178-8189.

Resumo: A lei geral de proteção de dados - LGPD, que entrou em vigor em fevereiro de 2020, veio suprir a lacuna no ordenamento brasileiro concernente à ausência de legislação específica quanto à coleta e ao uso de dados de forma mais abrangente. Este artigo retrata ocorrências da ação Civil Pública por Danos Morais Coletivos nº 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001) instaurada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) contra o Banco Inter, pelo vazamento de dados de clientes com consequente pedido de indenização de R$ 10 milhões. O estudo teve como objetivo analisar os impactos da incongruência da utilização da LGPD da ação em exame. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem qualitativa. As conclusões apontam que, apesar da LGPD só entrar em vigor após a instauração e decisão do processo em pauta e diante da ausência pontos específicos relativos à territorialidade, entendeu-se não haver impactos à luz da lei n. 13.709/18, diferente do que ocorre com a *General Data Protection Regulation* (GDPR), regulada pela União Europeia que possui aplicação extraterritorial, significando dizer que os outros países precisam estar em concordância, sob pena de receber penalidades no caso de vazamento ou de uso inadequados dos dados pessoais.

Palavras-chave: Proteção de dados. LGPD. Privacidade. Direitos fundamentais. Regulação de dados

Abstract: The general data protection law - LGPD, which came into force in February 2020, fills the gap in Brazilian law in regards

to specific legislation regulating the collection and use of data in a more comprehensive way. This article examines the Public Civil Action for Collective Moral Damage nº 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001), provoked by the Public Ministry of the Federal District and Territories (MPDFT) against Banco Inter, for the leakage of customer data with consequent request for indemnity of R$ 10 million. This study analyzes the impacts of the incongruity of the use of the LGPD of this case under examination. Bibliographic, documentary and descriptive research was used as its methodology, with a qualitative approach. This paper's conclusions point out that, despite the LGPD only entering into force after the establishment and decision of the process in question and in the absence of specific points related to territoriality, it was understood that there were no impacts under law no. 13.709 / 18, unlike what happens with the General Data Protection Regulation (GDPR), regulated by the European Union that has extraterritorial application, meaning that other countries need to be in compliance, under penalty of receiving penalties in case of leakage or damage of customers' personal data.

Keywords: Date protection. LGPD. Privacy. Fundamental rights. Data regulation.

INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é apresentar um estudo dos impactos da Lei nº 13.709/18 - denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - a partir do exame dos fatos envolvendo o Banco Inter S/A, a fim de buscar concluir se esta legislação representa um avanço no ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à proteção e ao tratamento de dados, sendo assim considerado a regulação como fator de extrema relevância para a sociedade tanto no aspecto individual ou coletivo.

A Lei surgiu em um cenário que diariamente eram noticiados casos de vazamento de informações a compartilhamento de dados sem a ciência e muito menos a autorização de seus titulares. Recentemente foi revelado o vazamento de mais de 540 milhões de dados do Facebook, incluindo "curtidas", comentários, músicas e fotos, todos expostos em servidores da *Amazon* sem qualquer tipo de senha para acesso.

A lei brasileira foi inspirada na GPDR (*General Data Protection Regulation*), regulamento aprovado pela União Europeia em 25 de maio de 2018, que regulamenta a privacidade e proteção de dados pessoais naquela região e que já tem gerado considerável impacto desde a sua vigência e aplicação, tanto na área de segurança de dados, como na área econômica.

No Brasil não há legislação específica referente à coleta e ao uso de dados como é o caso é o caso da Lei nº 12.965/14, que estabelece princípios, garantias direitos e deveres para o uso da internet no território brasileiro, mas nenhuma dessas legislações era tão abrangente quanto a LGPD, posto que regulamentará desde a coleta, o tratamento e a exclusão dos dados. A Lei também especifica dez possibilidades para a coleta e tratamento de dados, que incluem a autorização do titular dos dados, garantindo a este, acompanhar o tratamento de seus dados, solicitar alterações, revogar seu consentimento e até a exclusão de seus dados, garantindo ao titular poder e controle sobre seus dados.

No que se refere a sua aplicabilidade, além de pessoa física, a lei também será aplicada à pessoa jurídica privada e pública estabelecida em território nacional que realize tratamento de dados e organizações com sede no exterior que ofereçam serviços ou tenham operações em território nacional envolvendo tratamento de dados (art. 3º, LGPD). Neste contexto faz-se a seguinte indagação: Como o vazamento de informações e o compartilhamento de dados dos indivíduos estão sendo resguardadas tomando como base a LGPD?

Justifica-se o estudo da LGPD porque no ordenamento jurídico brasileiro não havia uma legislação especifica referente à coleta e ao uso de dados de forma mais abrangente e com a vigência da lei, inúmeras possibilidades surgirão para a coleta e tratamento de dados que incluem a autorização do titular dos dados, garantindo a este, acompanhar o tratamento de seus dados, solicitar alterações, e até a exclusão de seus dados. Evita-se com isso as sanções decorrentes da lei como é o caso do Banco Inter que assinou em 18 de dezembro de 2018 um acordo relativo ao Inquérito Civil Público nº 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001), instaurado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para encerrar uma ação civil pública movida junto à 15ª Vara Cível de Brasília por vazamento de dados de clientes, cujo pedido inicial

era o pagamento de indenização de R$ 10 milhões. (BANCO INTER, 2019).

Para analisar os impactos da nova legislação, a partir dos fatos envolvendo o Banco Inter S/A, o artigo foi dividido em quatro seções a primeira descreverá aspectos históricos da LGPD e da Legislação Europeia, denominada GPDR; em seguida, na segunda seção, examinam-se os impactos e benefícios para as empresas com a aplicação da LGPD; na terceira seção abordam-se os atos relevantes do caso envolvendo o Ministério Público e o Banco Inter S/A que firmam acordo em ação Civil Pública por Danos Morais Coletivos nº 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001), e por fim as considerações finais.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa a partir da análise do caso de vazamento de dados ocorrido no Banco Inter. O pesquisador deve cercar-se de procedimentos metodológicos que validam as suas escolhas e guiam a realização do trabalho, já o método de pesquisa busca respostas para problemas ou indagações propostas.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA LGPD E A GPDR DA UNIÃO EUROPEIA

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada no dia 13 de agosto de 2018 entrou em vigor em fevereiro de 2020, com uma *vacatio legis* de dezoito meses para que empresas e órgãos se adaptarem às novas exigências legais.

O não cumprimento da legislação pode acarretar multas de alto valor que chegam a R$ 50 milhões por infração. Ainda que essa prática coloque o Brasil no grupo dos países considerados adequados na proteção à privacidade dos cidadãos, a expectativa é que os próximos meses serão de dificuldade e planejamento dentro das corporações. (BRASIL, 2018).

A LGPD apresenta e estabelece novos parâmetros para a utilização de dados tanto na esfera pública como na esfera privada, sempre com o propósito de assegurar proteção e vida particular dos usuários, cria, portanto, controles de salvaguardas dos dados pessoais.

Desse modo, a Lei nº 13.709/18 que estabelece as organizações deve adotar procedimentos internos de proteção de dados coletados, além da clara indicação de autorização do titular, que essa coleta de dados (nome, endereço, CPF, entre outros) tenha proteção e garantia de privacidade (BRASIL, 2018). Além disso, a lei cria regras expressas sobre os processos de coleta, armazenamento e compartilhamento dessas informações, ajuda a promover o desenvolvimento tecnológico na sociedade e a própria defesa do consumidor.

Na Europa, a GDPR (*General Data Protection Regulation*) - lei que inspirou em muitos aspectos a versão brasileira - vigora desde maio de 2018 e, logo no primeiro dia de vigência, duas gigantes da tecnologia sofreram com o impacto da legislação. Com efeito, diversas empresas tais como o Google foram acionadas judicialmente e desde então passaram a anunciar em seus sites as atualizações necessárias para cumprirem as exigências da lei.

O *General Data Protection Regulation* são medidas adotadas para os 28 países membros da União Europeia, com objetivo de regular a proteção de dados, principalmente devido ao incremento

das atividades e comércio digital. Desse modo, possibilita a proteção de dados pessoais a população europeia, independente de qual país sejam tratados os dados. Desse modo com a entrada em vigor Regulamento Europeu. (EUROPEAN PARLIAMENT, 2016.p. 2)

Com a experiência ocorrida na União Europeia através do GDPR, fica patente que os impactos da legislação são relevantes para as organizações. com a entrada em vigor as empresas tiveram que adaptar para atender plenamente às regras relativas a proteção de dados pessoais, principalmente sobre os procedimentos de proteção aos direitos e liberdades fundamentais das pessoas. (EUROPEAN PARLIAMENT, 2016.p. 2)

A partir de 2020, com a vigência da lei nº 13.709/18, as empresas devem ter maior cuidado com os dados que estão sendo utilizados ou gerados no decorrer da relação negocial, principalmente em relação a coleta de dados e sua posterior utilização e sempre mediante o consentimento do titular dos dados, conforme artigo 7º, I[1].

Com base na análise das duas leis (LGPD e GDPR) algumas diferenças são identificadas. Na Europa, a GDPR regulamenta a proteção de dados pessoais de indivíduos europeus. No Brasil, a LGPD também é aplicável a todas as pessoas naturais, quando os dados são tratados em território nacional ou visam à oferta de bens ou serviços a pessoas localizadas no país. O que se observa na prática é que nos dois casos o prestador de serviços deve se adequar às exigências legais para poder fazer negócios. E isso afeta diretamente a prestação global de serviços, eis que a empresa de fora que atuar em um destes países deverá se adaptar aos conceitos da LGPD no Brasil ou do GDPR nos países europeus.

Essa adaptação das empresas deve levar em conta que a Lei 13.709/18, altera o "Marco civil da internet", no que se refere especificamente na proteção de dados, conforme assevera Ramos e Gomes (2019, p. 143), desse modo percebe-se a complexidade e a urgência para a adequação das corporações nos ditames legais.

No que se refere às penalidades no descumprimento de ambas as legislações, podemos considerar como sendo altas. Para a legislação europeia, quem descumpre o GDPR está sujeito a uma multa de € 20 milhões ou até 4% da receita anual da companhia, o que for maior. No Brasil, a multa para quem não cumprir a LGPD em seu artigo 52 é de 2% da receita anual da empresa, limitada no total de R$ 50 milhões.

3 IMPACTOS E BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS COM A APLICAÇAO DA LGPD

Com a vigência da LGPD muitas mudanças afetarão as empresas que trabalham com dados de consumidores, abrangendo de certo modo ampla faixa de empresas em diversos segmentos, impondo-se rápida adequação à nova lei. Na busca da adequação as empresas terão um longo caminho a percorrer para se prepararem em um curto período de tempo, pois passa a ser obrigatório a partir de fevereiro de 2020, o que inclui revisão e adequação de seus contratos, o conhecimento

1 Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:
I - Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

de como é realizada a coleta e o tratamento de dados de clientes e funcionários, além de trabalhar em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos, Administrativo, TI, Compliance e Jurídico, demandando custos de implantação de novas metodologias que se fazem necessárias para essa adequação.

Percebe-se a importância em adotar medidas e processos que ajudem na segurança e que evitem vazamentos de dados, como a conscientização e treinamento das equipes. Essas empresas terão uma estrutura de tratamento de dados mais organizada, que possibilite a adoção de processos internos ágeis e eficazes para atingir a finalidade no tratamento dos dados coletados.

Apesar dos relevantes desafios, custos, treinamentos, as empresas que se adequarem à LGPD devem ser reconhecidas por clientes e investidores como possuidoras de um maior grau de confiança e credibilidade, tornando-as mais competitivas e inovadoras. A LGPD surge, ainda, como instrumento de garantia dos direitos fundamentais conforme artigo 5º, XVII[2] trazendo transparência no ambiente corporativo e proteção aos dados dos cidadãos. (BRASIL, 2018).

Dentre os impactos que a nova regulamentação impõe as empresas, é possível destacar procedimentos que se fazem necessárias para a devida adequação, como se pode citar o impacto nos custos, pois a não observância da LDPD acarreta altíssimas penalidades, conforme definida em no artigo 52, II e III[3] as multas podem chegar a R$ 50 milhões ou 2% do faturamento da empresa no Brasil, o que for maior. Caso a empresa não venha a fazer investimentos ou ter gastos em adequação, pode mais tarde ser autuada em alguns milhões de reais. (CAMARGO, 2018).

Podendo ser citado como investimento necessário para as empresas se adequarem à nova lei, a contratação de novas ferramentas de processamento, contratação de profissionais especializados em gestão de informações e aplicação de programa efetivo de conformidade de privacidade a segurança de dados (criptografia dos dados, servidores, discos rígidos, SSDs, unidades Flash USB, computadores e dispositivos móveis etc.). A empresa deve se munir de recursos para estar segura de que o trabalho desenvolvido com dados não vá contra as determinações da LGPD.

Nesse contexto deve a empresa entender que se faz necessário a adoção dessas novas metodologias e práticas que são impostas pela lei, pois a ausência dessas práticas poderá ensejar através dos agentes fiscalizadores sanções de âmbito financeiro com a cobrança de multas que muitas das vezes a empresa não se encontra preparada para o desembolso de valores que não estavam em seu planejamento, nem muito menos orçado, podendo ter como consequência a descontinuidade da mesma, assim é melhor entender que os gastos com implementação de programas e novas metodologias devem ser considerados como um investimento futuro, garantindo a empresa o seu efetivo enquadramento da norma.

O fato da legislação europeia já se encontrar em plena e total aplicação, contribui para que a

2 XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

3 Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:
II - Multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

atenção esteja neste momento voltada para as empresas europeias, multinacionais e prestadores de serviços globais. É apenas o primeiro modelo de regulamentação e, logo, será seguido por outros mercados, estando incluído nesse contexto o Brasil. O momento para as empresas se adequarem é antes do início da vigência em 2020, sob o risco de serem surpreendidas, além disso, adequando-se previamente a empresa já programa novas práticas de gestão de dados que aumentarão eficiência e responsabilidade perante terceiros.

Como impacto da lei em relação as atividades da empresa e seu relacionamento com os consumidores, percebe-se que com a LGPD possibilita um estreitamento na relação de confiança do consumidor com a marca. O princípio do consentimento definido no artigo 5º, XII[4] será mais uma barreira entre as partes e isso mudará a forma como as abordagens e interações são realizadas. Na concorrência pela atenção do consumidor, o simples pedido de autorização de acesso aos dados do consumidor pode ser um fator de abandono, ou seja, uma questão de extrema importância. (CAMARGO, 2018).

Para a adequação, há diversas iniciativas surgindo, como o desenvolvimento de ferramentas de transparência e controle de dados para registrar, da melhor forma, a autorização do usuário, como também mudanças nas estratégias de marketing.

Com a iminente entrada em vigor da LGPD, se observa impacto para os profissionais da área de gestão de dados precisarão de readequação em curto espaço de tempo. As empresas e gestores devem se preocupar em reunir um conjunto de regras a serem cumpridas, como é o caso da adoção do *compliance*, especificando as políticas e diretrizes relacionadas aos negócios para os profissionais lidarem com essas temáticas.

As regras se aplicam para os *controllers*, que são os responsáveis pela aplicação das boas práticas para trabalhar com os dados sem violar a regulamentação, posto que controlem as informações. E para os processos, as ferramentas utilizadas precisam garantir que o processamento seja feito de forma segura e com respeito à privacidade do indivíduo. (Magalhães; Divino, 2019, p. 88).

Mas apesar da adaptação que as empresas estão a realizar, impactos positivos são percebidos, principalmente **a segurança jurídica, cuja** contribuição se justifica pela unificação das regras pertinentes à privacidade, como também coloca o Brasil no mesmo patamar dos outros mercados do mundo, pois são criadas cada vez mais leis específicas para a proteção de dados pessoais de forma globalizada, dessa forma é essencial que o Brasil estabelecesse normas e procedimentos para a proteção de dados pessoais com o fim de eliminar a vulnerabilidade e prover segurança jurídica, impondo responsabilidades ao nesse tratamento de dados. (CAMARGO, 2018).

Dessa forma a transparência e maior respeito com o relacionamento entre empresas e clientes é um resultado esperado e satisfatório. Com a aplicação da lei, as empresas devem explicar exatamente para qual finalidade necessita dos dados. Além disso deve operar com total transparência, de modo que os titulares dos dados pessoais se sintam confiantes e seguros que seus

4 Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:
XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

dados estão protegidos e a salvo de negociações entre instituições na transferência de informações. O que se pode observar é que a LGPD veio trazer de forma concreta na relação cliente e fornecedor foi uma maior cumplicidade na transação realizada entre os mesmos.

Assim ao promover a maior privacidade, a segurança e sigilo a lei estabelece medidas que evitam o tratamento inadequado ou até mesmo ilícito. Assim o Art. 46 da Lei de proteção de dados estabelece que "os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas". (BRASIL, 2018).

Percebe-se que com a publicação da lei de proteção de dados alterou substancialmente a sistemática e padrões de tratamento dos dados pessoais. Impôs, ainda, padrões mínimos de aplicabilidade e tratamento, principalmente nos casos de dados sensíveis.

Ainda como consequência da LGPD, o investimento no gerenciamento de dados deve ser ampliada de modo que as corporações possam atender plenamente aos ditames legais. Neste caso também se faz necessário a adoção de práticas de auditoria de sistema da informação de forma regular, garantindo e minimizando os riscos tecnológicos avaliando a adequação das tecnologias adotadas pela entidade através da revisão e avaliação dos controles existentes, pois a auditoria é considerada como sendo uma técnica que visa obter elementos de convicção que permita julgar se o processo adotado seguiu procedimentos adequados.

Assim além da segurança esperada no tratamento de dados, verifica-se que a lei de proteção de dados traz em sua estrutura muitas mudanças para os diversos tipos de empresas comerciais ou indústrias. No entanto, se faz necessário que essas entidades que buscarem ou souberem se adaptar as novas realidades inovando e ajustando seus processos, podem acabar se beneficiando da lei, obtendo vantagem competitiva em relação aos concorrentes. (CAMARGO, 2018).

Ademais deve-se ressaltar que a Lei 13.709/18 a proteção de dados tem como destinatário final somente pessoas físicas, nesse sentido Magalhães e Divino (2019, p. 87) sugerem que seja ext4endido também para as pessoas jurídicas, pois a proteção de dados e da privacidade é fator de igual importância para ambos.

4. ANÁLISE DO CASO ENVOLVENDO O BANCO INTER S/A

O Banco Inter S/A é um conglomerado financeiro brasileiro sediado na cidade de Belo Horizonte. A instituição atua no mercado de ativos com operações de conta corrente, capital de giro, crédito imobiliário, financiamentos, cartões de crédito, câmbio, consórcios, seguros e crédito consignado.

Segundo dados do Banco Inter S/A (BANCO INTER, 2019), a instituição financeira Intermedium CFI foi fundada em 1994, na cidade de Belo Horizonte por membros da família Menin proprietária do grupo MRV Engenharia. Em 2007 houve a reabertura das operações de crédito imobiliário, sendo o refinanciamento imobiliário o principal produto dessa carteira. O ano

de 2008 ficou marcado pelo recebimento de carta patente do Banco Central com autorização para operar como banco múltiplo.

No final de 2014, o Banco Inter S/A lançou a conta digital, uma conta corrente gratuita, que pode ser acessada por computadores e celulares e que permite depósitos, transferências, pagamento de boletos, saques em qualquer caixa Banco 24 Horas, dentre outros serviços. Em abril de 2016, com a edição da resolução nº 4.480 do Banco Central do Brasil, a abertura de novas contas digitais foi facilitada. (BANCO INTER, 2018).

Em 2016, o banco registrou um lucro líquido de R$ 25,5 milhões, com expansão de 10,3% da carteira de crédito para R$ 2,3 bilhões de reais, dentre os quais 52,5% correspondem ao crédito imobiliário. Já a captação de recursos avançou 32,5% e somou R$ 2,7 bilhões em dezembro de 2016. Neste ano, o Banco ficou em 14º lugar do ranking GPTW (Melhores Empresas para se trabalhar) na categoria 250 a 999 funcionários em Minas Gerais.

Em 08 de junho de 2017, o banco promoveu uma renovação em sua marca. De Intermedium, passou a se chamar Banco Inter. No primeiro semestre de 2017, o Banco Inter contava com 184,7 mil correntistas digitais, crescimento de 804% em relação ao 1º semestre de 2016, com o número de transações realizadas crescendo 29 vezes no mesmo período. O lucro líquido atingiu R$ 22,1 milhões no período, com um aumento anual de 83,6%. (BANCO INTER, 2018).

No dia 30 de abril de 2018, o Banco Inter S/A anuncia a abertura de capital na B3, com suas ações precificadas a R$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos), tendo obtido R$ 721 milhões. Nos primeiros cinco dias de seu IPO chegou a custar R$ 21,50 (vinte um reais e cinquenta centavos), porém estabilizou em R$ 18,95 (dezoito reais e noventa e cinco centavos). Atualmente as ações custam aproximadamente R$ 60,00 (sessenta reais), conforme a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). O banco chegou à bolsa valendo aproximadamente R$ 1,9 bilhão. Em 2018 o banco teve um lucro líquido de R$ 69,8. (BANCO INTER, 2018).

A Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) ajuizou no dia, 30 de julho de 2018, ação civil pública[5] por danos morais coletivos contra o Banco Inter S/A. Na petição, o MPDFT pede que o banco Inter S/A seja condenado a pagar o valor de dez milhões de reais, como indenização, devido ao fato de não ter tomado as providencias imprescindíveis para assegurar os dados pessoais dos seus utilizadores.

Segundo o inquérito Civil Público (2018) o Código de Defesa do Consumidor, por sua vez, tornou possível veicular qualquer espécie de tutela jurisdicional para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo CDC[6], razão pela qual aqui se pleiteia o pedido de natureza indenizatória por danos morais coletivos.

O dano moral, ainda, vem expresso no artigo 6º do CDC, que dispõem acerca dos direitos básicos dos consumidores, entre eles o da efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e orais, individuais, coletivos e difusos[7].

5 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) instaurou o Inquérito Civil Público n. 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001), objetivando investigar as circunstâncias do comprometimento dos dados pessoais dos clientes do Banco Inter S/A, bem como apurar as responsabilidades pelos danos causados.

6 Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

7 Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

Há que se atentar, ainda, para a extensão das consequências deixadas pelo evento danoso, nos termos do artigo 944 do Código Civil[8], bem como para as condições sociais e econômicas da vítima e da pessoa física ou jurídica obrigada.

No decorrer da investigação restou comprovado que mais de 19.961 correntistas do Banco Inter tiverem seus dados violados ilegalmente. Os dados violados além de dados como números de CPF e identidade, foram comprometidos dados bancários e números de telefone.

Por essas razões, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, impetrou a Ação Civil Pública por Danos Morais Coletivos e requer a condenação do Banco Inter S/A., na quantia de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a título de indenização por danos morais coletivos.

Por meio do exame dos autos da Ação Pública nº 08190.097749/18-95 (0721831-64.2018.8.07.0001), constata-se que o Banco Inter S/A fechou o acordo com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para encerrar a ação civil pública movida junto à 15ª Vara Cível de Brasília por vazamento de dados de clientes. No acordo, o banco aceitou pagar R$ 1,5 milhão em indenização coletiva. Segundo o Banco Inter S/A, deste valor, R$ 1 milhão serão destinados, até 31 de julho de 2019, a instituições públicas que combatem crimes cibernéticos indicadas pelo MPDFT. Esse valor será repassado na forma de equipamentos e softwares, também indicados pelo Ministério Público. Os outros R$ 500 mil serão doados até 30 de janeiro a instituições de caridade.[9]

4.1 A repercussão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e seus impactos na formulação da jurisprudência brasileira após a ação envolvendo o Banco Inter S/A

Apesar da Lei trazer a previsão que a implementação final seria em agosto de 2021, percebe-se que seus os seus impactos foram paulatinamente ocorrendo conforme a vigência parcial da LGPD. Assim no que se refere a formulação de jurisprudência nos tribunais brasileiros.

Assim o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em outubro

I - A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
II - A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
IV - A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;
VI - A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;
VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
IX - (Vetado);
X - A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

8 Artigo 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

9 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Acordo Banco Inter. S/A. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/dezembro_2018/Ata_de_Audi%C3%AAncia_Banco_Inter.pdf> . Acesso em: 18 de outubro de 2021.

de 2021, apresentou o "Painel LGPD nos Tribunais". Apresenta a seleção das decisões judiciais mais importantes que envolvem a Lei nº 13.709/18. A pesquisa realizada pelo IDP, mapeou todos os tribunais superiores, tribunais federais e estaduais, bem como as justiças especializadas com a justiça eleitoral e trabalhista[10]. Desse modo foram coletadas o total de "584 (quinhentas e oitenta e quatro) decisões, publicadas entre setembro de 2020 e agosto de 2021" [11]. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, 2021).

Aponta, ainda, o relatório do IDP, que efetivamente os tribunais aplicaram "274 decisões" exclusivamente sobre a LGPD nos vários aspectos previstos na lei. Conforme o relatório do IDP, cerca de 49,1% das decisões tratam sobre as disposições preliminares e com 24,6% sobre o tratamento dos dados pessoais. Ressalta-se a importância desse estudo realizado pelo IPD, pois demonstra que existe um amadurecimento na formulação da jurisprudência por partes dos tribunais brasileiros e uma real aplicação da lei na proteção dos dados pessoais. Demonstra, ainda a necessidade e a importância da lei de proteção de dados pessoais no ordenamento brasileiro como forma de garantir e proteger os direitos de privacidade e liberdade da pessoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi aprovada em agosto de 2018, tendo sua vigência postergada através Medida Provisória 696/2019 e convertida na Lei nº 13.853/2019 oficialmente para o mês de agosto de 2020, ficando assim concedido um tempo considerado suficiente para que as empresas e órgãos se adaptem, sendo um caminho longo a ser percorrido, pois vai exigir das empresas desempenho, planejamento e interesse de atender na integra as determinações legais, evitando assim sanções por parte dos agentes fiscalizadores.

Com a experiência da União Europeia através da *General Data Protection Regulation* (GDPR), lei que inspirou em muitos aspectos a versão brasileira e que vigora desde maio de 2018 e, logo no primeiro dia de vigência, duas gigantes da tecnologia sofreram com o impacto da legislação. Com efeito, Facebook e Google foram acionadas judicialmente e desde então passaram a anunciar em seus sites as atualizações necessárias para cumprirem as exigências da nova lei, e isso indica que os impactos são relevantes para o mercado, não somente quanto à multa a ser paga, mas quanto ao impacto negativo na imagem da empresa.

Percebe-se que a lei de proteção de dados cria novo patamar de relacionamento entre as corporações que tratam dados particulares ao criar um sistema de controle, proteção e sanção pela má utilização de dados pessoais, principalmente com as informações confidenciais

No caso específico ocorrido com o Banco Inter S/A, que teve a decisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, fundamentada pelo Código de Defesa do Consumidor

10 INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Painel LGPD nos Tribunais. Jusbrasil. 2021. Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/static/pages/lgpd-nos-tribunais.html >. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

11 INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Painel LGPD nos Tribunais. Jusbrasil. 2021. Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/static/pages/lgpd-nos-tribunais.html >. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

e Código Civil conclui-se que apesar da LGPD só entrar em vigor em 2020 e por não haver na lei pontos específicos relativos à territorialidade, entendemos não haver impactos a luz da lei n. 13.709/18, isto é, diferente do que ocorre com o GDPR que possui aplicação extraterritorial. No artigo 3º do GDPR é definido que tal resolução é aplicável ao processamento de dados de pessoas naturais que estejam no território da UE, independentemente da localização da entidade/empresa que realiza tal atividade, o que significa dizer que os outros países precisam estar em conformidade, sob pena de receber penalidades no caso de vazamento ou de mal-uso de dados pessoais. Ainda que seja direcionado a europeus e a pessoas de outras nacionalidades que morem na Europa, o GDPR tem potencial de impactar internautas e empresas de tecnologia de todo planeta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO INTER **2019.** https://ri.bancointer.com.br/. Acesso em 16.06.2019.

CAMARGO, Gabriel (2018). Os impactos da LGPD: dez pontos para entender a nova lei de proteção aos dados.www.contabilidadenatv.com.br. Acesso em 17.06.2019.

EUROPEAN PARLIAMENT. Regulation (EU) 2016/679 - Of the European Parliament and of the council, of 27 April 2016. Disponível em: < https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02016R0679-20160504&qid=1532348683434#C1-1>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Painel LGPD nos Tribunais. Jusbrasil. 2021. Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/static/pages/lgpd-nos-tribunais.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.
BRASIL. Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. www.planalto.gov.br. Acesso em 17.06.2019.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida; DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. **A proteção de dados da pessoa jurídica e a Lei 13.709/2018: reflexões à luz dos direitos da personalidade**. Scientia Iuris, Londrina, v. 23, n. 2, p. 74-90, jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Acordo Banco Inter. S/A**. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/dezembro_2018/Ata_de_Audi%C3%AAncia_Banco_Inter.pdf> . Acesso em: 18 de outubro de 2021.

RAMOS, Lara Castro Padilha; GOMES, Ana Virgínia Moreira. **Lei geral de dados pessoais e seus reflexos nas ralações de trabalho**. Scientia Iuris, Londrina, v. 23, n. 2, p. 127-146, jul. 2019.

Como citar: CARIOCA NETO, Miguel; FREITAS, Ana Carla Pinheiro; HOLANDA, Marcus Mauricius. Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no caso do Banco Inter s/a. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 26, n. 1, p.43-55, mar. 2022. DOI: 10.5433/21788189.2022v26n1p43.

ISSN: 2178-8189.

Recebido em 20/07/2020
Aprovado em 17/11/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que, O(A) PROFESSOR(A) MIGUEL CARIOCA NETO, SIAPE [redacted], participou do projeto de extensão AUDITORIA OPERACIONAL DE PROJETO DA FGD, coordenado pelo(a) Professor(a) MIGUEL CARIOCA NETO, promovido pelo(a) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, na função de Coordenador, com 72 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 25 de Maio de 2022 a 27 de Junho de 2022.

Mossoró, 6 de Outubro de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **5d3813d3a5**
Número do Documento: **339922**

666Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão* >> *Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

Emitido em 07/10/2022

REQUERIMENTO Nº 2431/2022 - DIAP (11.01.38.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/10/2022 13:49)
JANECELY SILVEIRA DE LIMA
ARQUIVISTA
DIAP (11.01.38.05)
Matrícula: ###315#1

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2431**, ano: **2022** , tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **07/10/2022** e o código de verificação: **f9275d185b**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 580/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 07 de fevereiro de 2023.

01. A solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula Siape nº [redacted], trata-se do requerimento de progressão funcional docente para o nível 4 da Classe C - Professor Adjunto - com interstício de avaliação de 11/11/2020 a 10/11/2022, abrangendo os semestres letivos concluídos de 2020.1; 2020.2; 2021.1 e 2021.2.

02. Considerando o estabelecido no Art. 6º, §2º e §3º, da **Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2014, de 24 de novembro de 2014**, observou-se o que se segue:

- conforme a Portaria nº 643, de 3 novembro de 2020, foi inicialmente autorizado o afastamento do docente no período de 03/11/2020 a 02/11/2021;
- em seguida, foi emitida a Portaria nº 677, de 17 novembro de 2020, retificando a portaria Portaria nº 643, autorizando o afastamento no docente no período de 03/11/2020 a 31/07/2021;
- posteriormente, foi emitida a Portaria nº 617 de 14 de Outubro de 2021, nomeando o professor para exercer função administrativa a partir de 14/10/2021.

03. Portanto, de acordo com a documentação apresentada, o docente deveria ter carga horária ministrada em 2021.1, a partir de 31/07/2021 até 13/10/2021. Entretanto, observou-se que o docente não teve disciplinas ministradas nesse semestre letivo, não atingindo, portanto, a carga horária mínima de 08 (oito) horas-aulas semanais.

04. Considerando o exposto, encaminhe-se este processo ao Departamento de Ciencias Sociais Aplicadas - DCSA /CCSAH - para que o departamento apresente declaração com justificativa pela qual o docente não teve a carga horária mínima no semestre supracitado.

05. Em seguida, este processo deverá ser encaminhado à CPPD para reavaliação.

(Assinado digitalmente em 08/02/2023 17:19)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.016146/2022-63

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **580**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **07/02/2023** e o código de verificação: **62cfbc3e30**

Processo n. 23091.016146/2022-63

Trata o presente de processo do tipo progressão docente, cujo interessado é o docente lotado nesta unidade acadêmica, Professor Miguel Carioca Neto.

O processo está instruído com: Requerimento do Professor acima mencionado e Despacho No 580/2023 - CPPD, por meio do qual solicita deste departamento posicionamento referente a ausência de disciplinas atribuídas ao professor no semestre 2021.1.

Recebidos os autos em 15/02/2023, no mesmo momento, os anexos do processo foram encaminhados ao Prof. Miguel Carioca para se manifestasse sobre o teor do questionamento feito pela CPPD para fins de subsidiar retorno desta unidade acadêmica (DOC. 01).

Em 10/03/2023 esta chefia departamental recebe documento encaminhado via e-mail sobre os esclarecimentos solicitados (DOC.02). A documentação contem consulta feita pela Assessoria Especial da Reitoria à Procuradoria Federal junto a UFERSA com os seguintes questionamentos:

> "*1 – Se tendo em vista a situação de retorno do docente Miguel Carioca Neto às suas atividades após conclusão de doutorado, há justificativa plausível para que a CPPD acate o pleito de promoção por titulação do docente;*
> *2 – Tendo em vista o lapso de tempo em que o docente ficou sem disciplinas a lecionar, após defesa de sua tese de doutorado, se deve efetuar alguma reposição de recurso ao erário público." (fls. 05 - DOC.02)*

O documento em anexo com a consulta da Assessoria Especial, documentação referente ao requerimento do Professor e resposta da Procuradoria consta de 132 folhas e segue em anexo.

É o que importa relatar.

Inicialmente cumpre esclarecer o teor do requerimento de progressão solicitado pelo Professor Miguel Carioca.

A progressão requerida refere-se aos semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2. No caso do despacho encaminhado pela CPPD, o questionamento deve-se a ausência de disciplinas no semestre 2021.1, que se refere ao período de 19/07/2021 a 29/11/2021. Portanto, a resposta encaminhada pelo Prof. Miguel Carioca ao DCSA quanto ao questionamento suscitados pela CPPD de ausência de disciplinas no semestre letivo 2021.1 perpassa pela regulamentação do seu afastamento e retorno da qualificação. Oportuno ressaltar que a resposta da Procuradoria à indagação formulada pela assessoria especial, em nenhum momento, alcança a resposta aqui apresentada para fins de satisfazer os questionamentos da CPPD. Como se sabe, o parecer da Procuradoria é opinativo, baseado em uma análise honesta e técnica da legislação em vigor - mas que em nenhum momento vincula as demais instâncias administrativas.

O professor Miguel Carioca Neto ficou afastado para fins de qualificação docente até o dia 31/07/2021 (Portaria 677/2020 - Reitoria). Sua defesa de doutoramento deu-se em 26/08/2021(fls. 108, DOC. 02). Em 14/10/2021, ele foi nomeado para assessoramento especial junto a reitoria (Vide Portaria 617/202 - Reitoria).

A norma que rege o afastamento para fins de qualificação na UFERSA é a Resolução 003/2018 - CONSUNI. O Art. 26 da referida Resolução estabelece os deveres do docente quando do término do curso.

> *Art. 26. Após a conclusão do curso, o docente* ***terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a sua Unidade Acadêmica, documento comprobatório emitido pela Coordenação do Curso ou órgão competente da instituição em que realizou a pós- graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral.***

> *§ 1o Entende-se como conclusão do curso de pós-graduação stricto sensu a data da defesa da dissertação ou tese.*
>
> *§ 2o O tempo de afastamento não pode exceder o prazo estabelecido no artigo 18 desta Resolução.*
>
> *§ 3o* ***O docente terá o prazo de até 14 (quatorze) dias para retornar suas atividades na Instituição, desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no artigo 18 desta Resolução****.*
>
> *§ 4o Em caso de cursos de pós-graduação stricto sensu realizados fora do país, o diploma reconhecido deverá ser entregue à PROGEPE.*

Analisando a norma friamente a Resolução 003/2018-CONSUNI/UFERSA, o art. 26 insere-se no capítulo VII - Das obrigações e sanções previstas em lei.

O docente que se afasta para qualificação submete-se ao regramento vigente. De modo inconteste, o servidor deveria ter se apresentado a sua unidade acadêmica, seja quando da conclusão do curso, seja do final do prazo de afastamento - o que acontecesse primeiro.

No caso em tela, a finalização do prazo de afastamento aconteceu antes da conclusão do curso. O Professor Miguel ficou afastado da instituição para fins de qualificação até o dia 31/07/2021. Portanto, deveria ter retornado à instituição para cumprir suas atividades regimentais até o dia 14/08/2021.

Outrossim, há quem entenda caber ao caso interpretação sistemática, o que aceitaria a interpretação da norma observando o prazo de conclusão do curso - e não da finalização do afastamento. Ainda assim, o prazo para apresentação do docente a suas atividades regimentais seria dia 25/09/2021.

Cumpre esclarecer que no período de 16/07/2021 a xx/01/2022, esta chefe departamental este no gozo de licença maternidade, tendo assumido as funções de chefia o decano desta unidade, o Professor Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura.

Em consulta aos documentos oficiais da chefia, não houve o recebimento de qualquer ato oficial de apresentação por parte do Professor Miguel Carioca Neto - nem via e-mail ou via memorando.

Outrossim, não houve a comunicação por parte da coordenação do curso de Ciências Contábeis qualquer menção a ausência do Professor no período em apreço. Inclusive, para todos os fins que são de direito, o professor teve professor substituto designado para o cumprimento de suas atividades ao período em que foi nomeado como assessor especial da reitoria, em 14/10/2021.

A continuidade das atividades docentes que deveriam ser designadas ao Professor Miguel Carioca Neto, associada a ausência da apresentação do mesmo nos termos determinados na Resolução 003/2018 e ainda a nomeação para assunção de cargo de assessoramento especial junto a Reitoria levou esta chefia departamental a não atribuir disciplinas ao referido professor no semestre letivo 2021.1.

Ainda que a situação legal tenha sido distinta da que realmente se apresentava o fato do docente não ter concluído o curso de pós-graduação até o dia 31/07/2021, a permanência do professor substituto nas suas atribuições e as negociações junto a reitoria quanto ao cargo na assessoria especial levavam a crer que o docente não retornaria a sala de aula naquele semestre letivo.

Inclusive, pode-se afirmar que o retorno do Professor as atividades acadêmicas deram-se mediante a posse no cargo de assessor especial junto a Reitoria, tendo em conta que antes disso não houve a apresentação ou manifestação do mesmo de qualquer movimento de retorno a esta unidade acadêmica.

Em conversa informal com o professor, ele acreditou que seu afastamento finalizaria apenas em 02/11/2021, quando faria um ano do pedido de renovação, nos termos da Portaria 643/2020 - Reitoria. Ainda assim, indagou-se quanto ao prazo de retorno após a conclusão do curso, o qual afirma que não atentou para tal feito.

Deste modo, considerando todo o exposto, o professor Miguel Carioca Neto não teve disciplinas atribuídas no semestre letivo 2021.1 por quê:

1. Não houve apresentação do professor quanto ao final do prazo de conclusão do curso ou afastamento, nos termos do art. 26 da Resolução 003/2018;
2. A permanência pela PROGEPE do contrato de professor substituto do Professor Miguel Carioca deu a entender uma espécie de convalidação da situação de afastamento aparentemente regular na qual se encontrava;
3. As tratativas da reitoria quanto a nomeação do professor para o cargo de assessoramento especial também deu a aparência de legalidade da situação, inclusive com o retorno das atividades do docente diretamente a Reitoria, e não mais a esta unidade acadêmica.

Mossoró/RN, 21 de março de 2023.

LIZZIANE SOUZA QUEIROZ FRANCO DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LIZZIANE SOUZA QUEIROZ FRANCO DE OLIVEIRA:[redacted]
Dados: 2023.03.21 15:17:36 -03'00'

Prof. Dra. Lizziane Souza Queiroz Franco de Oliveira
Chefe do DCSA
Matrícula SIAPE [redacted]

UFERSA mail

Lizziane Souza Queiroz <[redacted]>

Solicitação de resposta

6 mensagens

Lizziane Souza Queiroz <[redacted]> 15 de fevereiro de 2023 às 08:54
Para: Miguel Carioca Neto <[redacted]>

Prezado Prof. Miguel Carioca, bom dia

espero que esteja bem.

Venho por meio do presente encaminhar Despacho proferido pela CPPD no âmbito de sua progressão, para que possa esclarecer a ausência de carga horária no semestre 2021.1, referente ao ano de calendário 2021.2.

Solicito, por gentileza, que nos encaminhe os devidos esclarecimentos para que possamos elaborar resposta e enviar à CPPD tão logo seja possível.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente

Profª. Dra. Lizziane Queiroz
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Av. Francisco Mota, 572
Bairro Costa e Silva
Mossoró-RN | CEP: 59.625-900

Curriculum Lattes: **http://lattes.cnpq.br/7678076324317265**

Despacho CPPD - pedido de resposta de docente.pdf
63K

Miguel Carioca Neto <[redacted]> 15 de fevereiro de 2023 às 09:48
Para: Lizziane Souza Queiroz <[redacted]>

Prezada Lizziane, bom dia!
Irei preparar as respostas com minhas considerações e em seguida te envio.
Atenciosamente

Prof. Dr. Miguel Carioca Neto
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Miguel Carioca Neto <[redacted]> 10 de março de 2023 às 09:41
Para: Lizziane Souza Queiroz <[redacted]>, José Albenes Bezerra Júnior <[redacted]>

Prezada Lizziane, bom dia!
Com o intuito de sanar as dúvidas acerca do processo e respondendo a sua solicitação, solicitei o apoio da Assessoria Jurídica da Ufersa com o objetivo de realizar uma análise mais detalhada para a resposta a CPPD e a esta chefia do departamento e de forma conjunta segue o parecer do Procurador Federal Dr. Marcio Ribeiro com toda a documentação de suporte do meu afastamento.
Fico a sua disposição para esclarecimentos que se façam necessários.
Atenciosamente

Prof. Dr. Miguel Carioca Neto
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Parecer - Miguel Carioca - Consulta Completa.pdf
7990K

Lizziane Souza Queiroz <[redacted]> 14 de março de 2023 às 17:17
Para: Miguel Carioca Neto <[redacted]>
Cc: José Albenes Bezerra Júnior <[redacted]>

Miguel boa tarde!

Recebida a documentação.
No entanto, tenho um questionamento: nesse caso, a sua não apresentação a esta chefia no prazo estabelecido na Resolucao 003/2018, que seria 14 dias apos a conclusão do curso ou da conclusão do afastamento, deve-se a que fato especificamente? A consulta feita pela consultoria refere-se a eventual ressarcimento ou a refularidade do afastamento. Como responder ao questionamento da cppd no que se refere a ausência de disciplinas no semestre 2021.1?

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Lizziane Souza Queiroz <[redacted]> 16 de março de 2023 às 14:31
Para: Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura <[redacted]>

Rodrigo, boa tarde

segue documentação para seu conhecimento.

Em síntese, o prof. Miguel Carioca não se apresentou no retorno de seu afastamento para doutoramento, e assim extrapolou o prazo que lhe fora concedido, tendo retornado apenas 75 dias depois do final do afastamento diretamente para a Assessoria Especial junto a Reitoria.
A CPPD questiona porque a chefia não lhe atribuiu carga horária no semestre letivo 2021.1.
O período compreende exatamente meu período de licença, em que você assumiu as atividades da chefia.

Envio, em anexo, também, um esboço de minha resposta.

Vou te ligar mais tarde para explicar melhor por telefone, ok?

Profª. Dra. Lizziane Queiroz
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Av. Francisco Mota, 572
Bairro Costa e Silva

Mossoró-RN | CEP: 59.625-900

Curriculum Lattes: **http://lattes.cnpq.br/7678076324317265**

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Despacho processo miguel.docx
778K

Miguel Carioca Neto <[redacted]> 20 de março de 2023 às 11:28
Para: Lizziane Souza Queiroz <[redacted]>
Cc: José Albenes Bezerra Júnior <[redacted]>

Prezada Lizziane, bom dia!

Diante desse mesmo questionamento efetuado anteriormente, busquei respaldo em diversas documentações que reiteram o fato e que constam anexados ao processo, como também busquei o entendimento e posicionamento da Assessoria Jurídica da Reitoria e da Procuradoria através do Dr. Marcio. Após leitura do Parecer da Procuradoria e posicionamento da Assessoria Jurídica da Reitoria, entendo que houve regularidade no meu afastamento. Sendo assim, minha sugestão é encaminhar o parecer à CPPD e aguardar o posicionamento da referida comissão.

Fico a sua disposição para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente

Prof. Dr. Miguel Carioca Neto
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

[Texto das mensagens anteriores oculto]

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REITORIA
ASSESSORIA ESPECIAL

DESPACHO

Interessado: Assessoria Especial

Assunto: Dúvidas sobre interpretação na RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018 – Promoção por Titulação – Docente Miguel Carioca Neto

Senhor Procurador,

Trata-se de consulta sobre a promoção por titulação do docente Miguel Carioca Neto, e questionamentos sobre o seu retorno às atividades após licença para cursar doutorado.

Iniciaremos com um histórico do caso, para depois apresentar os questionamentos devidos.

Por meio do Processo N° 2309 1.007299/20 17- 11, o docente Miguel Carioca Neto, do CCSAH, no dia 26 de junho de 2017, apresentou pedido de afastamento para cursar doutorado em direito na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), **cujas aulas iniciariam em 01 de agosto de 2017**. **Assim, a solicitação inicial era de que o CONSUNI aprovasse o afastamento no período de 01 de agosto de 2017 à 31 de julho de 2018**.

Após o ingresso do pedido no Departamento do docente, o mesmo foi aprovado em todas as instâncias acadêmicas como requerido (Departamento, Centro), além da PROPPG e da PROGEPE, que também opinaram pelo deferimento do pleito (ver estes documentos na pasta do CONSUNI da reunião respectiva, que segue em anexo).

Ocorre que na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a então presidente, na data de 07 de julho de 2017, emitiu um parecer afirmando que :

> "[...] esta comissão ressalta que o docente não atende ao requisito previsto no art. 8º. Da Resolução Consuni/UFERSA n. 009/2013, de 08 de novembro de 2013, o qual orienta que a **manifestação de**

> **intenção de afastamento deve ser protocolada junto à unidade acadêmica 60 dias antes do início do semestre subsequente.**
>
> **Diante disto, a CPPD se posiciona, também, a favor da referida solicitação, a partir de 02 de novembro de 2017"**. (*grifos nossos*).

Ante este Parecer, o docente Miguel Carioca Neto apresentou esclarecimentos, informando que não houve má-fé de sua parte quanto ao não cumprimento do prazo, **mas sim pelo fato de que a seleção do doutorado se deu nos meses de abril e maio de 2017, e que recebeu o resultado somente em 29 de maio de 2017**. Assim, no mesmo dia comunicou ao Departamento. Como no período do mês de junho havia um recesso acadêmico, o processo de afastamento somente foi pautado em reunião departamental no dia 27 de junho de 2017. Informou ainda que não haveria prejuízo para os discentes, uma vez que dois professores do curso aceitaram assumir suas disciplinas, bem como havia previsão de contratação de professor substituto.

O processo de afastamento foi levado à reunião do CONSUNI no dia 08 de agosto de 2017, na 7ª reunião ordinária do ano, sendo aprovado então conforme entendimento da CPPD, ou seja, **foi aprovado o afastamento para qualificação do servidor docente Migue Carioca Neto, no período de 02 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2018 (DECISÃO CONSUNI/UFERSA No 110/2017, de 08 de agosto de 2017**.

Assim, o docente teve que assistir as aulas do doutorado em Fortaleza no segundo semestre de 2017, e ao mesmo tempo, continuar trabalhando lecionando suas disciplinas em Mossoró.

As renovações do afastamento continuaram no CONSEPE, sendo a **primeira renovação** através da PORTARIA UFERSA/GAB No 0623/2018, de 06 de novembro de 2018, que aprovou a continuidade para o **período de 02 de novembro de 2018 a O1 de novembro de 2019** e a **segunda renovação** que se deu na PORTARIA UFERSA/GAB N.0 0800/2019, de 17 de dezembro de 2019, para a continuidade do afastamento entre **03 de novembro de 2019 a 02 de novembro de 2020.**

Na **terceira renovação**, através da Portaria UFERSA/GAB n. 643, de 03 de novembro de 2020, o Vice-Reitor autorizou, **ad referendum do CONSEPE**, a renovação do afastamento para o período de **03 de novembro de 2020 a 02 de novembro de 2021**.

Contudo, quando o processo foi levado à reunião do CONSEPE para deliberação, na 9ª. Reunião ordinária de 2020, nas discussões, um dos conselheiros apontou que a data para renovação estava errada, e que deveria ser aprovado o afastamento até o dia 31 de julho de 2021. **Assim, foi emitida a Portaria UFERSA/GAB n. 677, de 17 de novembro de 2020, retificando o prazo de afastamento para o período de 03 de novembro de 2020 à 31 de julho de 2021. Não há explicação na ata da reunião para a escolha desta data, mas supõe-se que seja por conta da data de início do curso de doutorado.**

O docente Miguel Carioca Neto **defendeu então sua tese de doutorado em 26 de agosto de 2021**.

Por sua vez, em 14 de outubro de 2021, o docente foi **nomeado como Assessor Especial da Reitoria**, com função CD-4, por meio da Portaria n. 617, 14 de outubro de 2021.

Ocorre que posteriormente o servidor apresentou processo de promoção por titulação, tendo em vista que o mesmo já estava de posse da ata de defesa de sua tese de doutorado.

No entanto, a Comissão Permanente de Pessoal Docente, através do Despacho n. 580/2023, de 07 de fevereiro de 2023, solicitou os seguintes esclarecimentos:

> "03. Portanto, de acordo com a documentação apresentada, **o docente deveria ter carga horária ministrada em 2021.1**, **a partir de 31/07/2021 até 13/10/2021. Entretanto, observou-se que o docente não teve disciplinas ministradas nesse semestre letivo, não atingindo, portanto, a carga horária mínima de 08 (oito) horas-aulas semanais**.
>
> 04. Considerando o exposto, encaminhe-se este processo ao Departamento de Ciencias Sociais Aplicadas - DCSA/CCSAH - **para que o departamento apresente declaração com justificativa pela qual o docente não teve a carga horária mínima no semestre supracitado.**
>
> 05. Em seguida, este processo deverá ser encaminhado à CPPD para reavaliação". (*grifos nossos*).

Assim, a CPPD, para concretizar a progressão do servidor, questiona justificativa pela qual o docente não teve carga horária de aula entre o período de **31/07/2021 até 13/10/2021.**

Feito este relatório, passamos a discorrer sobre o caso.

A resolução que trata do afastamento de docentes da UFERSA para cursos de Pós-Graduação é a **RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018**.

O art. 26 determina os prazos que o docente tem, após a conclusão do curso, para se apresentar à sua unidade acadêmica:

> "Art. 18. A autorização para afastamento com vistas à realização de curso de pós-graduação stricto sensu e estágio pós-doutoral será de: [...].
>
> II - até 48 (quarenta e oito) meses para doutorado;
>
> [...].
>
> Art. 26. Após a conclusão do curso, o docente terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a sua Unidade Acadêmica, documento comprobatório emitido pela Coordenação do Curso ou órgão competente da instituição em que realizou a pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral.
>
> § 1º Entende-se como conclusão do curso de pós-graduação stricto sensu a data da defesa da dissertação ou tese.
>
> § 2º O tempo de afastamento não pode exceder o prazo estabelecido no artigo 18 desta Resolução.
>
> § 3º O docente terá o prazo de até 14 (quatorze) dias para retornar suas atividades na Instituição, desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no artigo 18 desta Resolução".

Assim, trazendo o caso à norma, se o docente apresentou sua defesa de tese no dia 26 de agosto de 2021, teria até 25 de setembro de 2021 para entregar sua ata de defesa no departamento.

Verifica-se também que o **docente tinha vínculo com o curso de doutorado até o dia 31 de outubro de 2021**, uma vez que foram necessárias alterações e adequações no texto da tese, **conforme declaração do coordenador do doutorado**.

Frise-se ainda que como o docente foi afastado inicialmente em 02 de novembro de 2017, poderia em tese ficar afastado até o dia 01 de de novembro de 2021 (completando assim o prazo de 04 anos). Portanto, o tempo de afastamento não excedeu o prazo do art. 18 da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, nem o § 2º, do art. 26.

Ademais, desde o final de setembro de 2021, já haviam tratativas da Reitora para com o docente Miguel Carioca Neto, para que o mesmo pudesse assumir o cargo de Assessor Especial da Reitoria.

Prova disto é um email que foi enviado pelo Gabinete da Reitoria em 03 de outubro de 2021 para o docente Miguel Carioca Neto, agendando uma reunião entre a Reitora e os dois Assessores Especiais à época (ver email comprobatório), para o dia 08 de outubro de 2021. Após tal reunião, houve o aceite do servidor docente Miguel Carioca para ser Assessor Especial, sendo a demora até o dia 14 de outubro para ser publicada a portaria de nomeação, devido às diversas atribuições e demandas que já haviam antes da Reitoria.

Assim, há dúvidas de interpretação desta Assessoria Especial, se o prazo para que o docente retorne para as suas atividades se dá até 30 dias após a defesa da tese de doutorado, ou se, conforme o § 3º, do art. 26, ele teria 14 dias para retornar às atividades na Instituição, após os 30 dias de prazo do caput do art. 26.

Assim, tendo em vista que houve solicitação de parecer do docente à esta Assessoria, em razão de que a chefia de Departamento lhe solicitou esclarecimentos, e que há dúvidas quanto à correta interpretação a ser dada à norma que regulamenta o caso, solicitamos a esta ilustre Procuradoria Federal que se manifeste sobre o Despacho n. 580/2023, de 07 de fevereiro de 2023 – CPPD, levando em consideração a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, em específico, pronunciando-se sobre:

1 – Se tendo em vista a situação de retorno do docente Miguel Carioca Neto às suas atividades após conclusão de doutorado, há justificativa plausível para que a CPPD acate o pleito de promoção por titulação do docente;

2 – Tendo em vista o lapso de tempo em que o docente ficou sem disciplinas a lecionar, após defesa de sua tese de doutorado, se deve efetuar alguma reposição de recurso ao erário público.

Mossoró/RN, 22 de fevereiro de 2023.

RODRIGO DE ALMEIDA LEITE
ASSESSOR ESPECIAL DA REITORIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, sob a presidência do Reitor **José de Arimatea de Matos,** para deliberar sobre a pauta da sétima Reunião Ordinária de dois mil e dezessete. Estiveram presentes os Conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA: **Araken de Medeiros Santos e Jacimara Villar Forbeloni;** Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC: **Hudson Pacheco Pinheiro e Luciana Dantas Mafra;** Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF**: Janaína Cortêz de Oliveira e Antônio Diego Silva Farias;** Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN: **Matheus da Silva Menezes e Paulo Gabriel Gadelha Queiroz**; Centro de Ciências Agrarias – CCA: **Adrian José Molina Rugama e João Liberalino Filho;** Centro de Ciências Biológicas e da Sáude – CCBS: **Leonardo Fernandes França e Paulo Alfredo Simonetti Gomes;** Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH: **José Albenes Bezerra Júnior e Moises Ozorio de Souza Neto;** Centro de Engenharias – CE: **Manoel Quirino da Silva Júnior e Manoel Januário da Silva Júnior;** os Conselheiros representantes técnico-administrativos: **Allyson Leandro Bezerra Silva, Jalmir Dantas de Araújo e Giogio Mendes Ribeiro;** os representantes discentes **Anna Isabele dos Santos Silva, Fernanda Jéssika Carvalho Dantas e Nilson Florentino Júnior;** e a representante da comunidade: **Taniamá Vieira da Silva Barreto.** Conselheiros com faltas justificadas: Gilcilene Lélia Souza do Nascimento. **PAUTA: Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre as atas da terceira e sexta Reuniões Ordinárias de dois mil e dezessete. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre afastamentos e renovações de afastamentos; **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor, *ad referendum* do CONSUNI, de Bancas Examinadoras do Concurso para Professor Efetivo, regido pelo Edital vinte e um de dois mil e dezessete, conforme Portarias UFERSA Gabinete número quatrocentos e setenta e um até quatrocentos e setenta e três de dois mil e dezessete. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre minuta de Resolução que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA; **Quinto ponto:** Outras ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos,** declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** solicitou inclusão do Processo de redistribuição da servidora Nayane do Nascimento Bezerra na pauta. A proposta foi votada e aprovada por onze votos favoráveis, cinco contrários e oito abstenções. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** pediu inclusão dos Processos de redistribuição dos servidores Aerson Moreira Barreto e Rita Diana de Freitas Gurgel. O Conselheiro **Manoel Quirino da**

Silva Júnior leu o parágrafo segundo do Artigo trezentos e vinte do Regimento Geral da UFERSA: "*A redistribuição de docente para a Instituição, ou dela para outra, deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário, baseado em parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão*". A Conselheira solicitante explicou que este último, o CONSEPE, não estava em funcionamento naquele momento e isso já havia atrasado em alguns meses os trâmites desses Processos, mas o Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, informou que o mesmo voltaria a funcionar em breve, logo após a finalização da formação de sua nova composição. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse que não era favorável à inclusão de pontos na pauta no dia da reunião, pois muitas vezes o Conselho não tinha tempo para analisar a documentação, haja vista que era enviado poucos dias, ou até mesmo horas, antes do início da reunião. A proposta foi votada e reprovada por seis votos favoráveis, onze contrários e sete abstenções. O Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** pediu inclusão do Processo de Cícero Luíz Câmara Júnior. A Conselheira **Anna Isabele dos Santos Silva** relembrou aos demais membros que esse caso já havia começado a ser analisado na sexta Reunião Ordinária de dois mil e dezessete desse Conselho e que, naquela oportunidade, resolveu-se aguardar o parecer da Defensoria Pública da União (DPU), núcleo Mossoró, solicitado pelo próprio demandante. E, como esse parecer já se encontrava no Processo e o caso requeria urgência, pois as aulas já tinham iniciado, o Conselho poderia finalizá-lo. A proposta foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis, um contrário e sete abstenções. A pauta, com alterações, foi colocada em votação e foi aprovada por dezenove votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** pediu para que fossem publicados os áudios das reuniões desse Conselho que ainda não haviam sido divulgados. E comentou sobre a minuta de Resolução a ser discutida na reunião argumentando que, de acordo com o Estatuto, o funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA deveria ser regulamentado pelo Regimento Geral, que já tinha um regulamento em funcionamento. Dessa forma, uma nova Resolução iria contrariar o Regimento Geral. E disse que achava melhor que, ao invés de Resolução, esse documento fosse uma Emenda Regimental. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** explicou que, de acordo com o Artigo quinze do Estatuto, "*as demais normas de funcionamento do CONSUNI são definidas no Regimento e nas suas Resoluções*", ou seja, isso tornava válido o fato de parte do funcionamento dos Conselhos superiores fosse descrita numa Resolução. Disse ainda que o que não poderia acontecer era esse documento contrariar o Regimento Geral. **PRIMEIRA SESSÃO. PRIMEIRO PONTO.** A ata da terceira Reunião Ordinária de dois mil e dezessete foi aprovada, sem emenda, por quinze votos favoráveis e nove abstenções. A ata da sexta Reunião Extraordinária de dois mil e dezessete foi aprovada, com emenda, por vinte e três votos favoráveis e uma abstenção. EMENDA À ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: Na linha cento e cinquenta, acrescentar a seguinte fala da

Conselheira Janaína Cortêz de Oliveira: A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que a Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD havia feito uma retificação relacionada aos processos de pós-doutorado, pois inicialmente, essa Comissão entendia que a Resolução da UFERSA que tratava de afastamentos, não tratava dos afastamentos de Pós-Doutorado e que, ainda que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPPG fizesse o check list desses processos com base na Resolução que tratava dos afastamentos para mestrado e doutorado e a CPPD tendo optado por seguir o padrão "normal" que estava sendo feito, foram solicitadas correções no documento e, então, a referida Comissão optou por encaminhar para que o Conselho deliberasse, ou não, pelo afastamento, já considerando que não tinha previsão, na Resolução da UFERSA, sobre esses casos. Fez ressalva, ainda, que alguns pedidos chegavam em horários não previstos e que nem sempre a CPPD tinha disponibilidade de tempo para analisar os casos de última hora, correndo o risco de cometer erros. **SEGUNDO PONTO.** O Conselho discutiu sobre o assunto e deu início as votações. O Processo da docente Sâmara de Cavalcante Paiva foi votado e aprovado por vinte e um votos favoráveis e três abstenções. Já o do docente Miguel Carioca Neto também foi aprovado com o mesmo resultado na votação, porém com a condição de que a data de início do seu afastamento seria a mesma citada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e que deveria ser feita uma correção na carta de anuência para dois mil e dezessete, ponto, dois. Por fim, fez-se a votação, simultaneamente, dos Processos dos docentes: Paulo Henrique Araújo Bezerra e Kléber Formiga Miranda, os quais foram aprovados por vinte e três votos favoráveis e uma abstenção. **TERCEIRO PONTO:** O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** perguntou sobre como estavam sendo as justificativas dadas pela UFERSA quando seguiam o parágrafo terceiro do Artigo oitavo da Lei número doze mil setecentos e setenta e dois de dois mil e doze, que dá o direito de dispensar, no edital do concurso público para professor efetivo, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, disse que ia procurar a Comissão Permanente de processo Seletivo - CPPS para que pudesse sanar essa dúvida e colocou o ponto em votação, que foi aprovado por vinte e três votos favoráveis e uma abstenção. Logo após, os Conselheiros **Leonardo Fernandes França** e **Allyson Leandro Bezerra Silva** solicitaram alteração na ordem dos pontos da pauta trazendo para a quarta posição o do Processo de Cícero Luíz Câmara Júnior e, para a quinta posição, o da servidora Nayane do Nascimento Bezerra. A proposta foi votada e aprovada por vinte e um votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. **QUARTO PONTO:** O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, e o Conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** explicaram que o Parecer da DPU não tinha validade para fins institucionais porque era um órgão que atuava como defensor de quem o procurava. Falou que o discente Cícero Luíz Câmara Júnior deveria ter solicitado um Parecer da Advocacia-Geral da União – AGU, pois esse tinha validade

institucional. A Conselheira **Anna Isabele dos Santos Silva** falou que na sexta Reunião Ordinária de dois mil e dezessete, quando se começou a se discutir esse assunto, o coordenador do Programa de Pós-Graduação no qual o discente pleiteava uma vaga, Nildo da Silva Dias, havia dito que o motivo de ter convocado outras duas candidatas suplentes com notas inferiores a de Cícero Luíz Câmara Júnior, e não tê-lo convocado, foi o fato de não poder perder as bolsas de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, solicitadas por elas, mas não por ele. Porém, o discente instruiu o Processo com provas de que elas não estavam recebendo bolsas. Disse que o coordenador também havia dito que o orientador de Cícero Luíz Câmara Júnior já estava com o máximo de orientandos, que dizia ser oito, e na oportunidade a Conselheira Anna Isabele dos Santos Silva havia perguntado se não eram até dez, todavia ele respondeu que eram mesmo até oito. Entretanto, de acordo com um documento anexado ao Processo, a CAPES informava que era mesmo no máximo dez orientandos. Além disso, Cícero Luíz Câmara Júnior também tinha incluído ao Processo mais uma carta de outro professor que estava disponível a orientá-lo e o mesmo estava com apenas oito orientandos. O Conselheiro **Giogio Mendes Ribeiro** falou sobre a importância de verificar se fatos desse tipo não já ocorreram outras vezes na Universidade. Após discussões, o Conselho votou e aprovou a solicitação de Cícero Luíz Câmara Júnior por vinte e dois votos favoráveis e dois contrários. **QUINTO PONTO.** O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** informou que no Processo existia um erro no item "*Interessado*" no despacho emitido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, pois deveria constar "Universidade Federal do Cariri", e não "*Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN*", como estava. O Conselho votou e aprovou o ponto por vinte votos favoráveis e quatro abstenções. **SEXTO PONTO:** O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** propôs a seguinte redação para o Preâmbulo: "*Estabelece normas complementares de funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA*". A proposta foi votada e aprovada por vinte e três votos favoráveis e um contrário. O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** propôs alterar a redação do Considerando para a seguinte: "*O Estatuto e o Regimento Geral da UFERSA*". O Conselho votou e aprovou por unanimidade. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a seguinte escrita para o Parágrafo Único do Artigo segundo: "*O comparecimento às reuniões dos Conselhos Superiores pretere as atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa, extensão ou administrativas*". A proposta foi votada e aprovada por vinte e dois votos favoráveis e duas abstenções. Os Conselheiros **Antônio Diego Silva Farias, Jalmir Dantas de Araújo** e **Manoel Januário da Silva Júnior** propuseram a seguinte redação para o parágrafo segundo do Artigo terceiro: "*Os (As) conselheiros (as) que chegarem trinta minutos após o horário previsto para o início da reunião terão falta registrada, não sendo permitida sua participação, exceto justificativa aceita pelo Conselho*". O Conselho votou e a aprovou por vinte e dois votos favoráveis e duas abstenções. O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** propôs

alterar todo o Artigo quarto para que ficasse com a seguinte redação: "*O (A) Conselheiro (a) que não puder participar da reunião ordinária para a qual foi convocado (a) deverá justificar por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, até vinte e quatro horas antes do horário previsto para o início a reunião, quando deverá ser convocado (a) o (a) suplente imediato (a), exceto em falta por motivos de força maior em que seja impossível o aviso prévio*". E, para complementá-lo propôs também a inclusão de mais dois Artigos posteriores a esse: "*O (A) Conselheiro (a) que não puder participar da reunião extraordinária para a qual foi convocado (a) deverá justificar imediatamente sua impossibilidade por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, quando deverá ser convocado (a) o (a) suplente imediato (a), exceto em falta por motivos de força maior*"; e, "*Será justificada a ausência do (a) Conselheiro (a) que estiver impossibilitado (a) de comparecer à reunião por motivo de: I - Impedimento legal ou força maior; II - Estiver fora da sede, a serviço da UFERSA ou por ela liberado; III - Estiver em atividade avaliativa, férias letivas, ou participando de evento acadêmico, cultural, desportivo ou estudantil fora da sede da universidade, quando representante discente. Parágrafo primeiro: O (A) Presidente fará a leitura de todas as justificativas antes da discussão da pauta, para que sejam apreciadas pelo Conselho. Parágrafo segundo: As justificativas de ausência que não forem aprovadas, pelo não enquadramento nos itens descritos acima, serão computadas como faltas não justificadas".* A proposta foi votada e reprovada por quatro votos favoráveis, dezesseis votos favoráveis à redação original, e duas abstenções. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** propôs a seguinte escrita para o Inciso II do Artigo quarto: "A*usência da UFERSA, a serviço, ou por ela liberado*". O Conselho votou e a aprovou por unanimidade. O conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** sugeriu a inclusão dos seguintes Incisos III e IV no Artigo quarto, respectivamente: "*Estar em gozo de férias ou participando de evento acadêmico, cultural, desportivo ou estudantil fora da universidade*"; e, "*Participação em atividade avaliativa quando discente".* O conselho a aprovou por vinte e dois votos favoráveis e duas abstenções. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** deu a uma sugestão para a redação do parágrafo primeiro do Artigo quarto: "*O(A) Conselheiro(a) que não puder participar da reunião ordinária para a qual foi convocado(a) deverá justificar-se por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, até vinte e quatro horas antes do horário previsto para o início da reunião, quando deverá ser convocado(a) o(a) suplente imediato(a), exceto em falta por motivos de força maior que seja impossível o aviso prévio*". O Conselho votou e a aprovou por dezenove votos favoráveis e cinco abstenções. Fez ainda a seguinte proposição para o parágrafo segundo do mesmo Artigo: "*O(A) conselheiro(a) que não puder participar da reunião extraordinária para a qual foi convocado(a) deverá, imediatamente, justificar-se por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, quando deverá ser convocado(a) o(a) suplente imediato(a), exceto em falta por motivos de força maior que seja impossível o aviso prévio*". A proposta foi votada e aprovada por vinte votos favoráveis e quatro abstenções. Os Conselheiros discutiram

sobre a possibilidade de formar uma comissão para que fosse feita uma relatoria sobre o restante da Minuta de Resolução, já que o horário marcado para o fim da reunião havia chegado e ainda faltava uma grande parte do sexto ponto a ser finalizada. Porém, decidiram por não formá-la para que cada membro pudesse enviar suas considerações individuais a todo o Conselho e à Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC), para que, então, fossem deliberadas na segunda sessão dessa reunião. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, sugeriu a continuação dessa reunião no dia quatorze do corrente mês e colocou sua proposta em votação, que foi aprovada por dezenove votos favoráveis e cinco contrários. **SEGUNDA SESSÃO.** Continuando no sexto ponto, os Conselheiros **Janaína Cortêz de Oliveira**, **Manoel Januário da Silva Júnior** e **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** propuseram a seguinte redação para o Inciso II do Artigo quinto: "*Se afastar da Instituição, em definitivo ou por mais de quatro meses, por qualquer motivo, exceto nos casos de licença maternidade quando esse prazo se estenderá por todo o período de licença maternidade*". Os Conselheiros aprovaram a proposta por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, fez a seguinte proposição para a escrita do Inciso III do mesmo Artigo: "*Sendo estudante, não estiver regularmente matriculado*", a qual foi votada e aprovada por unanimidade pelos demais membros. Ainda no Artigo quinto, o Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a inclusão do Inciso IV com o seguinte texto: "*Tiver sofrido qualquer infração incompatível com a dignidade da vida universitária*", e sua proposta foi votada e aprovada por unanimidade; sugeriu, ainda, a seguinte escrita para o parágrafo primeiro do mesmo Artigo: "*Em caso de perda de mandato o(a) Conselheiro(a) será substituído, para completar o mandato, pelo membro suplente; (obedecida a ordem decrescente)*", sendo sua proposta votada e aprovada por dez votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção; Os Conselheiros **Janaína Cortêz de Oliveira** e **Manoel Januário da Silva Júnior** fizeram a seguinte proposição para a redação do parágrafo segundo: "*A perda do mandato de que trata o inciso II dar-se-á no momento da aprovação formal do afastamento do(a) Conselheiro(a)*." O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** também deu sua sugestão para o mesmo parágrafo: "*A perda do mandato de que trata o inciso II dar-se-á no momento da aprovação formal do afastamento do(a) Conselheiro(a) ou após quatro meses no caso de solicitações consecutivas de afastamento que ultrapassem esse período*." As duas propostas foram colocadas em votação, juntas, e a primeira foi aprovada por doze votos favoráveis, enquanto a segunda obteve cinco votos favoráveis, e dois Conselheiros se abstiveram. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a seguinte escrita para o parágrafo segundo do Artigo oitavo: "*As retificações feitas na ata, se aprovadas, serão incorporadas ao texto da ata*", sendo votada e aprovada por dezenove votos favoráveis e um contrário. No mesmo Artigo, o Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** sugeriu a inclusão do seguinte texto como parágrafo terceiro: "*As páginas das atas das reuniões, ordinárias e extraordinárias, serão*

rubricadas pelo Presidente e demais membros presentes na reunião à qual se refere". A proposta foi votada e aprovada por quatorze votos favoráveis, dois contrários e quatro abstenções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu a inclusão do seguinte Artigo, que ficaria sendo o nono: "*Durante as reuniões cabe ao presidente do Conselho: I - Ler a pauta da convocação colocando-a em discussão e submeter aprovação do conselho; II - Submeter cada ponto da pauta à discussão, coordenando as falas; III - Acolher as sugestões dos conselheiros, colocando em votação as proposições e declarar a aprovação ou não das propostas; IV - Zelar pelo cumprimento da ordem e do bom andamento dos trabalhos; V - Declarar o encerramento dos trabalhos, caso a pauta seja esgotada; VI - Realizar outras atividades que se façam necessárias para facilitar a apreciação das matérias*". O Conselho votou e reprovou sua proposta por quatro votos favoráveis, dez contrários e seis abstenções. Os Conselheiros **Janaína Cortêz de Oliveira** e **Manoel Januário da Silva Júnior** fizeram a seguinte proposição para a redação do parágrafo segundo do Artigo nono: "*Ao iniciar a continuação da reunião, o(a) Presidente lerá a relação de Conselheiros que se fizeram presentes à sessão anterior cujo quórum fora estabelecido na primeira sessão*". A proposta foi votada e aprovada por treze votos favoráveis e sete abstenções. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** sugeriu a supressão do parágrafo terceiro do mesmo Artigo. Sua proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e três abstenções. Os Conselheiros **Manoel Quirino da Silva Júnior** e **Allyson Leandro Bezerra Silva** sugeriram as seguintes redações para o mesmo parágrafo, respectivamente: "*Se não encerrada a pauta no dia da primeira sessão, será feita uma nova convocação para a continuação da reunião*"; e, "*Os(as) conselheiros(as) deverão comparecer a todas as sessões de uma mesma reunião, sendo necessário o quórum estabelecido no Artigo segundo desta Resolução para o início da sessão subsequente*". As duas propostas foram votadas simultaneamente e a última foi aprovada por treze votos favoráveis, enquanto que a primeira obteve apenas quatro, e três Conselheiros se abstiveram. E, logo em seguida, foi votada e aprovada, com treze votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção, a sugestão do Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** para a nova escrita do mesmo parágrafo: "*Os(as) Conselheiros(as) deverão comparecer a todas as sessões de uma reunião, sendo que as continuações da mesma só podem iniciar quando observado o quórum definido no Artigo segundo desta Resolução*". O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** propôs realocar o Artigo nono para que fosse o onze, e, consequentemente, os Artigos dez e onze ficariam sendo o nono e o dez, respectivamente. Sua proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e três abstenções. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** propôs a inclusão de um Artigo que ficaria sendo o onze: "*Em informes e outras ocorrências, qualquer membro do Conselho poderá pedir a palavra pelo tempo máximo de cinco minutos, e, se necessário, poderá ser estendida mediante aprovação do Conselho*". Mas, a proposta foi reprovada por três votos favoráveis, quatorze contrários e três abstenções. O

Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** propôs o seguinte texto para o parágrafo quarto do Artigo doze: "*Nenhum(a) Conselheiro(a) poderá desatender às solicitações do(a) Presidente da sessão no sentido da rigorosa observância das normas de funcionamento dos Conselhos Superiores"*. Sua proposta foi aprovada por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. Sugeriu também a supressão do parágrafo quinto do mesmo Artigo e teve sua proposta aprovada em votação por dezoito votos favoráveis e duas abstenções. Os Conselheiros **Antônio Diego Silva Farias, Janaína Cortêz de Oliveira** e **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriram a supressão do parágrafo oitavo do Artigo doze. A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e três abstenções. A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** propôs a supressão do Artigo treze e sua proposta foi aprovada em votação por onze votos favoráveis, seis contrários e duas abstenções. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** propôs a supressão do Artigo quatorze. Após discussões, sua sugestão foi votada e aprovada por quatorze votos favoráveis, quatro contrários e duas abstenções. A reunião teve um intervalo para almoço e retornou às quatorze horas do mesmo dia. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França,** mesmo já obtendo aprovação na sua proposta anterior, sugeriu que o Artigo quatorze fosse apenas modificado para o seguinte texto: "*Durante a discussão de um assunto, o(a) Conselheiro(a) deverá ser sucinto em sua fala, respeitar a ordem das falas e se atentar para o excesso no número de solicitações de fala*". Incluindo o seguinte Parágrafo Único: "C*abe ao Presidente organizar as discussões, inclusive repreendendo o(a) Conselheiro(a) que não respeite esses aspectos".* Mas, a proposta foi reprovada em votação por quatro votos favoráveis, quinze contrários e uma abstenção. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a supressão do Artigo quinze e obteve aprovação, em votação, da sua proposta por dezessete votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** propôs a seguinte escrita para o parágrafo primeiro do Artigo dezesseis: "*Entende-se por questão de ordem a solicitação feita objetivando manter plena observação da legislação vigente, do Estatuto, do Regimento Geral e das Resoluções da UFERSA"*, e sua proposta obteve aprovação, em votação, por unanimidade. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu a inclusão de um novo capítulo chamado "*Da Relatoria de Matéria*" e os demais membros concordaram com sua proposta. Para composição desse, propôs a inclusão do seguinte Artigo: "*Os assuntos incluídos na pauta das reuniões dos Conselhos Superiores poderão ser previamente analisados por um(a) relator(a) designado pelo(a) Presidente com o auxílio da Secretaria dos Órgãos Colegiados; Parágrafo primeiro: Ao designar um(a) relator(a) o(a) Presidente estabelecerá o prazo para apresentação do relatório podendo o relator escolhido solicitar dispensa do ato, desde que apresente outro(a) Conselheiro(a) interessado em relatar a matéria; Parágrafo segundo: O prazo referido no parágrafo segundo não poderá ser inferior a cinco dias úteis; Parágrafo terceiro: Decorrido o prazo estabelecido para apresentação do relatório e esse não tiver sido concluído o(a)*

relator(a) poderá solicitar prorrogação por um período não superior ao determinado inicialmente sendo permitida uma única prorrogação de prazo", que podia ficar logo após o Artigo dezesseis. Proposta essa que foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis, um contrário e três abstenções. Sugeriu também a inclusão de outro Artigo subsequente ao anterior: "*O parecer do(a) relator(a) deverá ser feito conforme modelo em anexo e constará dos seguintes itens: I – Relatório; II – Voto. Parágrafo primeiro: Ao abrir a discussão em plenário da matéria relatada, o(a) Presidente do Conselho solicitará ao(a) relator(a) a apresentação do seu relatório e proferimento do voto. Parágrafo segundo: Depois de proferido o voto do(a) relator(a) o(a) Presidente colocará a matéria em discussão e os(as) demais Conselheiros(as) poderão apresentar sugestões que substituam integral ou parcialmente o relatório apresentado*". Suas propostas foram votadas e aprovadas com os seguintes resultados: o caput obteve dezesseis votos favoráveis, um contrário e três abstenções; Os incisos, dezessete votos favoráveis e três abstenções; E, por fim, os parágrafos primeiro e segundo, dezesseis votos favoráveis e quatro abstenções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu, ainda, a seguinte redação para o Artigo dezessete: "*Os atos normativos somente poderão ser votados em reunião do respectivo conselho se acompanhado de um parecer elaborado por um(a) Conselheiro(a), que desempenhará a função de relator(a). Parágrafo único: O(A) relator(a) e o prazo para elaboração do relatório serão indicados pelo(a) Presidente do Conselho*". A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** também deu a sua sugestão para o caput do mesmo Artigo: "*Os atos normativos somente poderão ser votados em reunião do respectivo Conselho se acompanhados de um parecer elaborado por no mínimo dois Conselheiros(as), que desempenharão a função de relatores(as)*". As propostas foram votadas simultaneamente e a primeira foi aprovada por doze votos favoráveis, enquanto a segunda obteve cinco votos, e duas abstenções. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a seguinte redação para o caput do Artigo dezenove: "*O voto do(a) relator(a) deverá concluir com uma das seguintes recomendações".* A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** propôs a supressão do parágrafo único do mesmo Artigo e obteve aprovação dessa proposta em votação por onze votos favoráveis e nove abstenções. Logo em seguida, sugeriu a inclusão do mesmo parágrafo, mas dessa vez com o seguinte texto: "*O parecer será enviado pelo(a) relator(a) à Secretaria dos Órgãos Colegiados, que o encaminhará aos(as) Conselheiros(as), para que no prazo de até dez dias apresentem suas propostas de emenda ao texto do(a) relator(a)."* Sua proposta foi votada e aprovada por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a supressão do Artigo vinte e um por apresentar contradição com o parágrafo quarto do Artigo vinte e três dessa minuta. Sua proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e três abstenções. Propôs, ainda, a supressão dos Artigos vinte e um e vinte e dois e obteve aprovação, em votação, por

unanimidade. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** propôs a inclusão do seguinte Parágrafo único no Artigo vinte e três: "*As deliberações sobre o voto dos(as) relatores(as) serão tomadas por voto da maioria qualificada, com a aprovação de dois terços do número total dos participantes do Conselho*." A proposta foi votada e reprovada por quatro votos favoráveis, dez contrários e três abstenções. O Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** sugeriu a supressão do Inciso VI do Artigo vinte e três. Sua proposta foi votada e aprovada por onze votos favoráveis, um contrário e oito abstenções. Propôs também a inclusão dos seguintes parágrafos oitavo e nono: "*Esgotadas as votações das emendas dos(as) Conselheiros(as) de que tratam os parágrafos segundo e terceiro, em primeira instância, o texto final da norma deverá voltar para o(a) relator(a) que apresentará um novo parecer a ser colocado em votação na reunião seguinte do Conselho"*, e "*Aprovado o parecer do(a) relator(a) ou esgotadas as votações das emendas dos(das) Conselheiros(as), em segunda instância, o texto final da norma é colocado em votação e não serão mais permitidas alterações*", respectivamente. Suas propostas foram votadas e aprovadas, sendo a primeira por dezenove votos favoráveis e uma abstenção e a segunda por unanimidade. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu a supressão de todo o capítulo "*Das Decisões em Grau de Recurso*". Sua proposta foi votada e aprovada por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs o seguinte texto para o parágrafo terceiro do Artigo vinte e oito: "*Além do voto comum, o(a) Presidente do Conselho terá direito ao voto de qualidade*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** sugeriu a inclusão de um Artigo subsequente ao vinte e oito com o seguinte texto: "*Anunciada a votação da matéria, não poderá ser concedida a palavra a nenhum(a) Conselheiro(a), salvo para levantar questão de ordem*". A proposta foi votada e reprovada por seis votos favoráveis, oito contrários e seis abstenções. Propôs, ainda, que o Artigo trinta e um e seus respectivos parágrafos mantivessem a redação do Regimento Geral desta Universidade, conforme a seguir: "*O(a) Reitor(a) poderá vetar deliberações dos Conselhos até cinco dias da reunião em que tenha sido aprovada. Parágrafo primeiro: Vetada a deliberação, o(a) Reitor(a) convocará o respectivo Conselho para no prazo máximo de dez dias, da reunião de aprovação, deliberar sobre o veto. Parágrafo segundo: A apreciação do veto será feita em votação secreta, por um quórum de dois terços do total dos membros do Conselho e será decidida pela maioria dos votos dos presentes. Não havendo quórum, será convocada uma nova reunião no prazo máximo de quarenta e oito horas. Não ocorrendo a segunda reunião, por falta de quórum, fica mantido o veto*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** propôs a seguinte redação para o Artigo trinta e dois: "*Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário*". A proposta foi votada e aprovada por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. O Presidente do Conselho, **José**

de Arimatea de Matos, colocou os Anexos I e II em votação que foram aprovados, respectivamente, por dezessete votos favoráveis e três abstenções, e dezoito votos favoráveis e duas abstenções. Logo em seguida, o Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, colocou a minuta, com alterações, em votação que foi aprovada por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. **SÉTIMO PONTO.** O Conselheiro **Giogio Mendes Ribeiro** comentou sobre a Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação que não estava funcionando. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, explicou que alguns Conselheiros saíram da composição dela e não foram substituídos por outros e sugeriu que o Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior - SINTEST analisasse essa questão. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** falou que nos dias de sexta-feira a PROGEPE estava funcionando apenas com expediente interno e não estava atendendo a população externa. Perguntou se era possível alternar a sexta-feira com outros dias da semana e se poderia ter atendimento, pelo menos, às chefias. Comentou que o Campus Oeste, apesar das mudanças que sofreu, pois suas aulas no turno noturno passaram para o Campus Leste, continuava do mesmo jeito com relação ao acesso, já que os portões ainda ficavam abertos até as vinte e duas horas durante a semana e no turno matutino durante os finais de semana. E falou que essa mudança também deixou o Campus Oeste mais vulnerável durante a noite. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, explicou que iria ser inaugurada a central de monitoramento nos próximos dias com câmeras de trezentos e sessenta graus que iriam funcionar durante vinte e quatro horas por dia. A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** pediu para que quem conhecia servidores e alunos com deficiência informasse à Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social - CAADIS porque ela, num trabalho junto à PROGEPE, estava tentando melhorar o trabalho dessas pessoas e pediu para que essa informação fosse divulgada nos outros Campus. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** disse que a PROGEPE informou, por e-mail, que a partir do mês corrente não era mais possível o pagamento do auxílio transporte aos servidores por falta de recurso financeiro e pediu um posicionamento da Reitoria sobre essa situação. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos**, explicou que isso ocorreria apenas no mês corrente e os servidores receberiam o valor retroativo. O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** pediu para que a Secretaria dos Órgãos Colegiados – SOC voltasse a divulgar as deliberações dos Conselhos. Falou que o orçamento dos Campus estava bastante apertado e pediu para que as reuniões dos Conselhos fossem, preferencialmente, nas terças e quintas, dias prioritários para viagens nos Campus, apesar de que essa restrição não incluía as reuniões dos Conselhos. O Presidente do Conselho, **José de Arimatea de Matos,** explicou que os *Campi* recebiam um recurso financeiro, extra, destinado a esse fim e lembrou que o Conselho decidiu anteriormente que as reuniões ocorreriam em dias da semana alternados. Parabenizou à Comissão Científica por ter feito um trabalho bem qualificado. Comentou que o

curso de Direito ficou em segundo lugar em nível de aprovação nacional no exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com uma diferença de zero vírgula treze por centro para o primeiro colocado. Parabenizou também o curso de Engenharia de Pesca que recebeu conceito quatro. Falou que, dentre sessenta e três Universidades, a UFERSA ficou na sexta colocação, com relação à transparência, em um levantamento feito por um jornalista que estava fazendo uma dissertação de mestrado na Universidade de Uberlândia. Nada mais havendo a discutir, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia trinta de janeiro de dois mil e dezoito, segue assinada pelo Presidente do CONSUNI, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente:

José de Arimatea de Matos _____

Representantes docentes:

Centro Multidisciplinar de Angicos:

Araken de Medeiros Santos _____

Jacimara Villar Forbeloni _____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas:

Hudson Pacheco Pinheiro _____

Luciana Dantas Mafra _____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros:

Janaína Cortêz de Oliveira_____

Antônio Diego Silva Farias_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:

Matheus da Silva Menezes _____

Paulo Gabriel Gadelha Queiroz _____

Centro de Ciências Agrarias – CCA:

Adrian José Molina Rugama _____

João Liberalino Filho _____

Centro de Ciências Biológicas e da Sáude – CCBS:

Leonardo Fernandes França _____

Paulo Alfredo Simonetti Gomes _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:

José Albenes Bezerra Júnior _____

Moises Ozorio de Souza Neto _____

Centro de Engenharias – CE:

Manoel Quirino da Silva Júnior _____

Manoel Januário da Silva Júnior _____

Representantes técnico-administrativos:

Allyson Leandro Bezerra Silva _____

Jalmir Dantas de Araújo _____

Giorgio Mendes Ribeiro _____

Representantes discentes:

Anna Isabele dos Santos Silva _____

Fernanda Jéssika Carvalho Dantas _____

Nilson Florentino Júnior _____

Representante da comunidade:

Taniamá Vieira da Silva Barreto _____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CONSUNI

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Data: 08 de agosto de 2017 (terça-feira).
Horário: 14h00min às 17h00min.
Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes a **7ª Reunião Ordinária de 2017**, com data, horário e local, abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª e 6ª Reuniões Ordinárias de 2017;
2. Apreciação e deliberação sobre afastamentos e renovações de afastamentos;
3. Apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor, *ad referendum* do CONSUNI, de Bancas Examinadoras do Concurso para Professor Efetivo, regido pelo Edital 21/2017, conforme Portarias UFERSA/GAB Nº 471 a 473 de 2017;
4. Apreciação e deliberação sobre minuta de Resolução que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA;
5. Outras ocorrências.

Data: 08 de agosto de 2017 (terça-feira).
Horário: 14h às 17h
Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.

Mossoro-RN, 02 de agosto de 2017.

José de Arimatea de Matos
Presidente

1º Ponto

Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª e 6ª Reuniões Ordinárias de 2017;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, sob a presidência do Reitor **José de Arimatea de Matos,** para deliberar sobre a pauta da terceira Reunião Ordinária de dois mil e dezessete. Estiveram presentes os Conselheiros representantes docentes **André Moreira de Oliveira, Antônio Jorge Soares, Jacimara Villar Forbeloni**, **José Domingues Fontenele Neto, José Flávio Timóteo Júnior, Luciana Angélica da Silva Nunes, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, Manoel Quirino da Silva Júnior, Marta Ligia Pereira da Silva, Nilza Dutra Alves, Rita Diana de Freitas Gurgel, Rodrigo Nogueira de Codes, Rui Sales Júnior**, **Shirlene Kelly Santos Carmo, Stefeson Bezerra de Melo, Subênia Karine de Medeiros**, **Wildoberto Batista Gurgel, Rafael Luz Espíndola** e **Ioná Santos Araújo;** os representantes técnico-administrativos **Francimar Honorato dos Santos, Giorgio Mendes Ribeiro e Thiago Henrique Gomes Duarte Marques;** o representante discente **Matheus Martins Mendes e André Víctor Sales Passos**. Conselheiros com faltas justificadas: Ady Canário de Souza Estevão, Daniel Freitas Freire Martins, Hudson Pacheco Pinheiro e Manoel de Souza Leite. Conselheiros com falta não justificada: Danielle Carvalho Felipe. **PAUTA: Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre as atas da décima Reunião Ordinária de dois mil e dezesseis, primeira e segunda Reuniões Ordinárias de dois mil e dezessete e primeira Reunião Extraordinária de dois mil e dezessete. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre renovações de afastamentos; **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre pedido de alteração da Decisão CONSUNI/UFERSA Número doze de dois mil e dezessete, que se refere à alocação de disciplinas e laboratórios da área de Engenharia Química, enviado via Memorando Eletrônico Número cinquenta e um de dois mil e dezessete – CE. O ponto teve como convidado o servidor Ricardo Henrique de Lima Leite. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre Relatório Anual de Gestão de dois mil e dezesseis. O ponto teve como convidados os servidores Álvaro Fabiano Pereira do Macêdo e Moacir Franco de Oliveira. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre doação de bens; **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre pedido da docente Paula Katherine Leonez da Silva Valença. **Sétimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre Relatório da Avaliação de Desempenho da Fundação Guimarães Duque, de apoio na Gestão de Projetos da UFERSA. O ponto teve como convidado o servidor André Pedro Fernandes Neto. **Oitavo ponto:** Apreciação e deliberação sobre indicação de membros externos para compor a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD. **Nono ponto:** Apreciação e deliberação sobre minuta de Resolução que trata da atualização de normas para avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores

docentes da UFERSA, enviado via Memorando Eletrônico Número quarenta e quatro e dois mil e dezesseis – PROGEPE. O ponto teve como convidados os servidores Rannah Munay Dantas da Silveira, Náglia Grazieli Jácome da Silveira Bezerra e Esaú Castro de Albuquerque Melo. **Décimo ponto:** Outras ocorrências. **PRIMEIRA SESSÃO.** Tendo constatado quórum legal, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. A Conselheira **Shirlene Kelly Santos Carmo** propôs que o sexto ponto de pauta passasse a ser o quarto ponto. A proposta foi votada e aprovada por vinte e um votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. O Conselheiro **Thiago Henrique Gomes Duarte Marques** propôs inclusão de ponto que tratava das indicações de representações discentes para compor os Órgãos Colegiados Superiores. A proposta foi votada e aprovada por vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **Wildoberto Batista Gurgel** propôs a retirada dos pontos quatro e sete da pauta e inclusão deles em uma posterior reunião extraordinária específica para os assuntos que esses pontos abordavam. A proposta de retirada do ponto quatro não foi aprovada e obteve dois votos favoráveis, doze contrários e oito abstenções. A proposta de retirada do ponto sete não foi aprovada e obteve cinco votos favoráveis, oito contrários e sete abstenções. O Conselheiro solicitou, com base em recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a alteração da redação do quinto ponto de pauta para "*Apreciação e deliberação sobre o Processo Anual de Contas da Gestão*" e o Conselho concordou. A Conselheira **Subênia Karine de Medeiros** propôs a retirada do terceiro ponto de pauta. A proposta foi votada, não foi aprovada e obteve um voto favorável, dezesseis contrários e seis abstenções. Por fim, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou a pauta, com alterações, em votação, que foi aprovada por vinte e um votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. As justificativas de faltas foram apresentadas e aprovadas por unanimidade. Com as alterações da pauta, o sexto ponto de pauta passou a ser o quarto e os demais seguiram a sequência a partir do quinto ponto. O ponto incluído pelo Conselheiro Thiago Henrique Gomes Duarte Marques passou a ser o décimo ponto de pauta e o décimo primeiro ponto tratou de outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou as atas em discussão. ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSEIS: a ata não gerou discussões e foi aprovada por vinte votos favoráveis e três abstenções. ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs emenda referente à sua fala da linha cento e três em diante. Disse que o quis dizer naquele momento era que o curso de Engenharia Química votava no Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH e que não tinham direito a votos no Centro de Engenharias – CE. A Conselheira **Subênia Karine de Medeiros** disse que, das linhas setenta a setenta e sete, não havia ficado clara a redação feita. Disse que o Conselho começou a analisar o ponto falando da Educação a distância, mas que no momento da

votação, foi citado os cursos de *stricto sensu,* sem especificar qual; e que estava confuso o entendimento. Solicitou uma nova redação para sua fala e pediu a inclusão de fala que tratou do comprometimento de, em caso de afastamento, aposentadoria ou exoneração de docentes, o código de vaga seria alocado no Centro onde a disciplina fora lotada. Por fim, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou em votação, com emendas, a ata da primeira reunião extraordinária de dois mil e dezessete, que foi aprovada por vinte e um votos favoráveis e duas abstenções. *EMENDA À ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: Na linha cento e três, onde se lê "A Conselheira Marta Ligia Pereira da Silva disse que o poder de decisão dos docentes da Engenharia Química não havia existido e que não tinha votos no CE e nem tinham votos suficientes no CCEN. Disse que muitas reuniões dos dois centros haviam sido convocadas no mesmo horário e que, por isso, nem sempre fora possível comparecer nessas reuniões", leia-se: "A Conselheira* ***Marta Ligia Pereira da Silva*** *disse que o poder de decisão dos docentes da Engenharia Química não havia existido em virtude de estarem todos os docentes lotados no CCSAH enquanto o CE discutia o curso de Engenharia Química. Disse também que esses docentes não tinham votos no CE. Disse que muitas reuniões dos dois centros haviam sido convocadas no mesmo horário e que, por isso, não fora possível comparecerem nas reuniões do CE como convidados, e que o curso de Engenharia Química foi o único que não pôde participar das discussões sobre as mudanças em virtude de estar lotado em outro centro". Na linha setenta, onde se lê "A Conselheira Subênia Karine de Medeiros disse que entendia diferente e que alguns cursos EAD não estariam em funcionamento, mas existiam na Universidade. A Conselheira Luciana Angélica da Silva Nunes disse que os cursos criados precisam de um código de criação do Ministério da Educação – MEC e que, somente a partir desse código, é que os cursos passavam a existir. Após discussões, sem propostas, o Presidente do Conselho José de Arimatea de Matos colocou em votação a proposta de que o curso de pós-graduação stricto sensu em Ambiente, Tecnologia e Sociedade fosse lotado no Centro de Ciências Agrárias – CCA. A proposta foi aprovada por vinte votos favoráveis e uma abstenção", leia-se: "A Conselheira Subênia Karine de Medeiros disse que queria tirar uma dúvida sobre os cursos da Educação a Distância – EAD e questionou o porquê da comissão não ter trabalhado também com base nesses cursos. Disse que os cursos EAD existiam e que havia um núcleo na Universidade que trabalhava único e exclusivamente para esses cursos. Disse que esses cursos não eram lotados na Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, mas sim direcionados aos Centros. Disse que, partindo daquele princípio, a UFERSA tinha cursos que precisavam de áreas criadas e que o Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN acreditava que a área de química não poderia ser esquecida, bem como o curso de Licenciatura em Química, que estaria tramitando. A Conselheira Marta Ligia Pereira da Silva disse que aquela discussão seria para realocar os cursos em seus respectivos centros e que, no caso do curso de química, esse ainda não estava alocado em nenhum local.*

A Conselheira Luciana Angélica da Silva Nunes disse que os cursos criados precisam de um código de criação do Ministério da Educação – MEC e que, somente a partir desse código, é que os cursos passavam a existir. Após considerações, sem propostas, sobre os cursos EAD, o Presidente do Conselho José de Arimatea de Matos retomou á discussão da alocação de cursos e colocou em votação o *pedido de alocação do curso de pós-graduação stricto sensu em Ambiente, Tecnologia e Sociedade no Centro de Ciências Agrárias - CCA. Sem discussão, o pedido de que o curso de pós-graduação stricto sensu Ambiente, Tecnologia e Sociedade fosse lotado no Centro de Ciências Agrárias – CCA foi aprovado por vinte votos favoráveis e uma abstenção".* Na linha cento e oitenta, acrescentar a seguinte fala da Conselheira Subênia Karine de Medeiros: *"A Conselheira Subênia Karine de Medeiros disse que, sobre a votação da escolha dos docentes, havia sido favorável com ressalva de que, naquele momento, a Instituição se comprometeu de, em caso de afastamento, aposentadoria e vacância de docentes na UFERSA, o código de vaga iria pra o Centro onde a disciplina daquele docente estava lotada".* Na linha cento e oitenta e um, a Conselheira Marta Ligia Pereira da Silva solicitou acrescentar a seguinte fala do Presidente José de Arimatea de Matos: *"O Presidente do Conselho José de Arimatea de Matos disse que o Laboratório de Processos Químicos seria das Engenharias e que cada um ficaria responsável pelo seu laboratório, que são laboratórios de pesquisas".* ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: O Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel solicitou emenda referente à sua fala entre as linhas oitenta e oito e noventa. Por fim, a ata foi votada e aprovada, com emenda, por vinte e um votos favoráveis e duas abstenções. *EMENDA À ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: Na linha oitenta e oito, onde se lê: "O Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel disse que comissões específicas não estavam sendo criadas dentro da Instituição e que se os poderes da comissão tivessem sido descriminados, alguns assuntos estariam resolvidos", leia-se: "O Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel disse que comissões específicas estavam sendo criadas dentro da Instituição sem que os poderes dessas comissões fossem discriminados. Disse que, caso isso não ocorresse, alguns assuntos estariam resolvidos".* ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: o Conselheiro **Rodrigo Nogueira de Codes** solicitou emenda referente ao acréscimo de sua fala, a partir da linha setenta e um, sobre o ponto que tratou da extinção do curso de Engenharia de Energia. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** sugeriu melhor explicação nas linhas cento e cinquenta e sete e cento e cinquenta e oito. Por fim, a ata foi votada e aprovada, com emenda, por vinte e um votos favoráveis e duas abstenções. *EMENDA À ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE: Na linha setenta e um, acrescentar a seguinte redação: "O Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel questionou, no caso da redação do item dois, do parecer que tratou da extinção do curso de Engenharia de Energia, que falava da faculdade dos discentes vinculados ao curso de*

Engenharia de Energia migrarem para o curso de Engenharia Elétrica, se ao aprovar o parecer, aquela faculdade não seria extinta. O Conselheiro Rodrigo Nogueira de Codes disse que o "status" do curso, a partir daquela aprovação, seria "em extinção" e que somente depois que o último discente colasse grau, ou que não houvesse mais discente ativo, seria mudado o "status" do curso para "extinto". O Presidente do Conselho José de Arimatea de Matos fez a ressalva de que, aquela explicação do Conselheiro Rodrigo Nogueira de Codes, estava explicada na redação do parecer em questão". Na linha cento e cinquenta e sete, onde se lê: *"A proposta do Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel foi aprovada por oito votos favoráveis e seis contrários (favoráveis à proposta do Conselheiro Antônio Jorge Soares)",* leia-se: *"O Presidente do Conselho José de Arimatea de Matos colocou simultaneamente em votação as propostas dos Conselheiros Wildoberto Batista Gurgel e Antônio Jorge Soares para o parágrafo primeiro do Artigo segundo. A proposta do Conselheiro Wildoberto Batista Gurgel foi aprovada por oito votos favoráveis. A proposta do Conselheiro Antônio Jorge Soares não foi aprovada e obteve seis votos contrários".* **SEGUNDO PONTO.** O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que iria se abster da votação do ponto por não ter tido tempo hábil de verificar os processos. O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** disse que a Reitoria havia verificado a inexistência de alguns documentos e solicitado aos servidores o envio desses documentos. Disse que já haviam sido encaminhados e que os processos estavam, portanto, completos. Sem discussão, o ponto foi votado e aprovado por vinte e um votos favoráveis e duas abstenções. **TERCEIRO PONTO.** O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou o ponto em discussão. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs a participação do servidor Ricardo Henrique de Lima Leite, para que o mesmo fizesse esclarecimentos sobre o ponto, e o Conselho aprovou por unanimidade. O convidado **Ricardo Henrique de Lima Leite** agradeceu a participação e disse que a Universidade passou por sérias mudanças. Disse que, como o tempo havia sido muito curto, muitas decisões haviam sido tomadas de forma célere. Disse que o ponto em discussão havia sido colocado em pauta porque os docentes da Engenharia Química haviam, em sua maioria, entendido que o assunto fora discutido sem a participação de pessoas da área. Disse que estava na Instituição há muitos anos e que participou do processo de criação do curso de Engenharia Química. Disse que ao criar esse curso, fora percebido, naquele momento, a necessidade de otimizar os recursos humanos, pois o quantitativo de docentes era pequeno para a demanda da Universidade. Falou que fora feito a otimização e que foi realizado o concurso para docentes para que pudessem lecionar em suas áreas. Disse que possuíam um corpo docente que se empenhou ao longo dos anos para a ter uma boa estrutura e poder lecionar de forma eficaz. Disse que era extremamente importante ter profissionais da área dando opinião e auxiliando no desenvolvimento do curso e das estruturas utilizadas para o andamento do mesmo. Disse que

o curso de Engenharia Química não foi ouvido, pois foi o único curso de graduação da Instituição que saiu totalmente de um Centro para ir para outro. Disse que tinham salas dos docentes em um Centro, os docentes alocados em outro Centro e a maior parte das disciplinas num outro Centro. Disse que isso dificultava o trabalho e solicitou que fosse revista a decisão do Conselho sobre o assunto. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs que a disciplina de Química fosse votada separadamente, caso o pleito das demais disciplinas fosse aceito. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que o pleito era bastante embasado e explicado e que a Universidade não perdia em atender a solicitação. Disse que o Conselho vinha tomando decisões pensando no bem estar do servidor e que naquele momento estavam diante de uma situação que também deveria ter o bem estar do servidor como prioridade. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** disse que o Conselho teve acesso ao parecer dos docentes do Centro de Engenharias – CE sobre o assunto, mas queria saber a opinião do Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN para poder definir seu voto. A Conselheira **Subênia Karine de Medeiros** disse que, com relação ao posicionamento do CCEN, na última reunião, o Centro havia encaminhado parecer sobre a distribuição no caso da Química e que o parecer havia sido favorável, com base no Estatuto. Disse que o Conselho votou que os critérios para distribuição seria as áreas de conhecimento e que o posicionamento do CCEN permanecia o mesmo. Disse que, como Conselheira, queria externar o seu respeito com o convidado, mas que discordava com a posição de alterar a decisão tomada pelo Conselho. Disse que ao discutir o Estatuto, o Conselho pensou numa configuração que beneficiasse o serviço público e não o servidor. Pediu cautela do Conselho ao apreciar o ponto e falou que tinha que defender o Estatuto pelo qual lutou e aprovou. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** disse que o Conselho tinha dois caminhos para fazer as alocações: de tomar decisões de cima para baixo e outro de fazer convenção. Disse que o Conselho escolheu a convenção e que fez toda a discussão, montou comissão e que não cabia naquele momento ficar preso a uma área. Disse que acreditava ser legítima a petição e que poderia voltar pra que o pleito fosse reivindicado. Disse que o serviço público tinha que ser feito dentro de um patamar de liberdade e satisfação, senão não seria possível progredir. O Conselheiro **Wildoberto Batista Gurgel** disse que, em virtude do que foi lido, havia coisas que precisavam ser separadas, pois já foi havia sido feita uma discussão, que levou a uma decisão e não era aquilo que estava voltando ao Conselho. Disse que da decisão interna do CONSUNI cabia recursos e que o recurso de uma decisão não invalidava o que já fora feito, mas sim dava procedimento a tomada de decisão. Disse que quando se pleiteava recurso a uma decisão, o mesmo deveria ser pautado pela moralidade e legalidade. Falou que foi atrás desses dois aspectos e que verificou que o recurso tinha respaldo moral e legal, bem como não tinha uma visão de que aquilo estava sendo feito em beneficio próprio. Falou que, apesar da Conselheira Subênia Karine de Medeiros ter emitido sua opinião, em nome do CCEN, esse Centro não

havia encaminhado comunicado oficial sobre o assunto. Disse, por fim, que o Conselho precisava saber a materialidade de três aspectos: se existia vício ou equívoco na distribuição do núcleo profissionalizante, se a alocação de pessoal em Centro cujo curso inexiste, em prejuízo do CE, convertia-se também em prejuízo à UFERSA e se teria prejuízo caso o pleito de usar laboratórios para diversos fins fosse mudado de centro. Falou que seu encaminhamento era que o processo fosse encaminhado às partes interessadas para que fosse entendido se haveria contraditório, ou não, para, então, buscasse administrativamente uma solução de problemas para a continuidade do serviço público. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** disse que não estavam perdendo dinheiro de um laboratório, pois aquilo jamais seria perdido, mas que estavam expondo que os laboratórios foram construídos para atender a demanda de dois cursos e que naquele momento seria separado para ficar a cargo de um curso. Disse que uma vez que o CCEN fora citado e não estava ali para se posicionar, o curso de Engenharia Química também não fora ouvido. Por fim, pediu que, enquanto não tivesse um curso de Química, que a área de química ficasse no CE. A Conselheira **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** disse que a área da química estava na Instituição há bastante tempo e que o pleito era do curso e não de uma pessoa. Disse que o pleito era digno e que houve espaço para as demais partes serem ouvidas. Falou que o pleito era justo e prezava pelo bem comum para que um curso pudesse trabalhar nas condições que necessitava. A Conselheira **Nilza Dutra Alves** disse que se sentia a vontade para encaminhar voto favorável a demanda dos colegas. Disse que não entendia como um grupo de docentes, que fazem um curso avançar, não tinha a estrutura de trabalho toda em um local. Disse que não entendia quem iria administrar aqueles laboratórios e também o motivo do CCEN querer tanto aquela estrutura. O Conselheiro **Rodrigo Nogueira de Codes** disse que alguns docentes realmente não haviam sido ouvidos e que não havia um documento formal, como tinham naquele momento. Disse que na última reunião do CE, fora discutido a questão e o pleito dos docentes da Engenharia Química foi aprovado por unanimidade. Disse que fez uma análise detalhada das disciplinas básicas e que dentro de toda análise, sobretudo do pleito ali exposto, como representante do CE, seria favorável ao ponto. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** disse que, como constava em Memorando encaminhado, a justificativa para a solicitação era de que as disciplinas eram ofertadas pelos docentes ligados ao curso de Engenharia Química da UFERSA, em virtude da inexistência de cursos de graduação na área de química na Instituição. Disse que o que justificava o pedido para que tudo fosse mantido num só local, era o fato dos docentes que ministravam as disciplinas eram vinculados ao curso de Engenharia Química e que, a partir do momento que a Instituição tivesse um curso de graduação físico-presencial na área de Química, naturalmente passariam a ir para locais mais apropriados. O Conselheiro **Wildoberto Batista Gurgel** disse que, sendo feito as proposições daquela forma, o princípio da continuidade do serviço público, com a mesma qualidade que era

desempenhado antes, seria mantido e, então, seria possível atender o pleito. O convidado **Ricardo Henrique de Lima Leite** agradeceu o momento e se disse emocionado com as discussões ali feitas. Disse que não queriam prejudicar o CCEN e que estavam dispostos a contribuir com aquele Centro. A Conselheira **Subênia Karine de Medeiros** disse que a sua proposta era que os centros pensassem juntos com o curso de Engenharia Química e com a PROGRAD para saber o que aconteceria. Disse que a discussão deveria voltar quando o CCEN, o CE e o curso de Engenharia Química tratassem da divisão da Engenharia Química. Por fim, disse que o CCEN deveria se pronunciar e a discussão deveria voltar para os Centros para que se pronunciassem junto com o curso de Engenharia Química para, então, o Conselho retomasse a discussão. O Conselheiro **Wildoberto Batista Gurgel** disse que, em virtude da continuidade do serviço público com a mesma qualidade e o mesmo bem estar, o Conselho poderia ceder o pleito de forma provisória. Disse, por fim, que encaminhava proposta para que pleito fosse atendido até a criação do curso de Química. Ao fim das discussões, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou em votação a proposta de que o pleito fosse atendido, até a criação do curso de Química. A proposta foi votada e aprovada por vinte e dois votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. **QUARTO PONTO.** O ponto não gerou discussão e foi votado e aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** solicitou ao Conselho a participação dos servidores Álvaro Fabiano Pereira do Macêdo e Moacir Franco de Oliveira e o Conselho aprovou por unanimidade. O convidado **Moacir Franco de Oliveira** prestou esclarecimentos sobre o ponto. Disse que o processo de prestação de contas integrava o relatório de gestão, o parecer dos conselhos e o *roll* de responsáveis, colocado dentro do sistema do Governo. Disse que o relatório possuía itens que situavam a Universidade, como o planejamento de como o Reitor usou os recursos, questões relacionadas à governança, entre outros fatores ali expostos. Após esclarecimentos sobre o documento, alguns Conselheiros expuseram erros na redação do texto a serem corrigidos. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** fez ressalva sobre o fato de que o Conselho de Curadores – CC não estava em funcionamento e que estavam apreciando um relatório sem o parecer de um Conselho porque esse Conselho não funcionava. O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** disse que foram abertos vários editais para composição do CC, mas não houve candidatos. A Conselheira **Nilza Dutra Alves** disse que entendia o fato de que alguns documentos estavam ausentes mas que, daquela forma, não se sentia confortável em aprovar o ponto. Disse que encaminharia seu voto contrário para que, futuramente, não tivesse problemas com o Tribunal de Contas da União – TCU e nenhum tipo de fiscalização. A Conselheira **Subênia Karine de Medeiros** sugeriu que a gestão expusesse esses relatórios previamente aos Centros, para que os docentes tivessem conhecimento desses documentos. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** disse que ficava atenta a questão da ausência do CC e fez ressalva sobre as obras dos Restaurantes

Universitários – RU e das moradias estudantis nos *campi*. O Conselheiro **Wildoberto Batista Gurgel** disse que ficava temeroso ao analisar um documento daquele porte, mas confiava no parecer dos que entendiam do assunto. Disse, por fim, que seria favorável ao ponto, pois a ausência do CC não desobedecia ao Estatuto. Após discussões, sem propostas, o ponto foi votado e aprovado por vinte votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que votou contrário porque o Estatuto dizia que deveria ter o parecer do CC e o documento não possuía. O Conselho encerrou a sessão e votou e aprovou para que fosse continuada no dia trinta e um de março, às oito horas e trinta minutos. **SEGUNDA SESSÃO.** O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** deu início a segunda sessão no dia trinta e um de março, às oito horas e trinta minutos. **SEXTO PONTO.** O ponto não gerou discussão e foi votado e aprovado por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. **SÉTIMO PONTO** O Conselho aprovou a participação do servidor André Pedro Fernandes Neto. O convidado **André Pedro Fernandes Neto** fez esclarecimentos sobre o ponto e disse que, após análises, a Fundação possuía fundo de caixa para se manter. Após considerações, sem propostas, o ponto foi votado e aprovado por unanimidade. **OITAVO PONTO.** O ponto não gerou discussões e foi votado e aprovado por unanimidade. **NONO PONTO.** O Conselho aprovou, por unanimidade, a participação dos servidores Rannah Munay Dantas da Silveira, Náglia Grazieli Jácome da Silveira Bezerra e Esaú Castro de Albuquerque Melo. O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou em discussão os artigos separadamente e em seguida propôs a seguinte redação para o preâmbulo: "*Estabelece normas para avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores docentes da Universidade Federal Ru-ral do Semi-Árido - UFERSA*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Propôs suprimir o "considerando" que trazia a seguinte redação: "*a inaplicabilidade da Resolução CONSUNI/UFERSA número onze de dois mil e treze, de doze de dezembro de dois mil e treze*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Propôs a seguinte redação para o Artigo primeiro: "*Estabelecer normas para avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo segundo: "*O servidor docente da UFERSA, nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório por um período de trinta e seis meses, a contar da entrada em exercício, conforme legislação vigente*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Propôs também a manutenção do parágrafo único do Artigo segundo e a proposta foi votada e aprovada por oito votos favoráveis, quatro contrários e quatro abstenções. O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou em votação a manutenção dos incisos do Artigo terceiro e o Conselho aprovou por treze votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs a seguinte redação para o

caput do Artigo quarto: "*Para realização da avaliação do estágio probatório de que trata esta Resolução, cada Centro, por meio da sua Assembleia, formará uma Comissão de Avaliação do Docente (CAD) composta de três membros titulares e um suplente, nomeados por meio de Portaria expedida pela PROGEPE, dentre os docentes estáveis do Centro, de classe superior a do avaliado, respeitada a titulação dos membros*". O Conselheiro **José Flávio Timóteo Júnior** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo quarto: "*Para realização da avaliação do estágio probatório de que trata esta Resolução, cada Centro, por meio da sua Assembleia, formará uma Comissão de Avaliação do Docente (CAD) composta de três membros titulares e um suplente, nomeados por meio de Portaria expedida pela PROGEPE, dentre os docentes estáveis do Centro, de classe superior a do avaliado*". As propostas foram votadas e a proposta do Conselheiro José Flávio Timóteo Júnior foi aprovada por treze votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs a seguinte redação para o parágrafo segundo do Artigo quarto: "*Os membros da CAD terão mandato de dois anos, permitindo-se recondução*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A Conselheira **Nilza Dutra Alves** propôs suprimir parágrafo terceiro do Artigo quarto e a proposta foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis, um contrário e quatro abstenções. O parágrafo quarto do Artigo quarto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo quinto: "*Para avaliação docente, serão requisitados os seguintes documentos como requisitos para aprovação no estágio probatório*" O Conselheiro **Francimar Honorato dos Santos** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo quinto: "*A avaliação do docente levará em consideração os fatores mencionados no artigo terceiro e utilizará os seguintes instrumentos como requisitos para aprovação no estágio probatório*". As propostas foram colocadas em votação e a proposta do Conselheiro Francimar Honorato dos Santos foi aprovada por doze votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção. A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - **PROGEPE** propôs a seguinte redação para o inciso segundo do Artigo quinto: "*Relatório Acadêmico Docente (RAD), emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, que avalia a produção acadêmica do docente, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução CONSUNI/UFERSA Número dez de dois mil e quatorze ou outra que venha a substituí-la*". A proposta foi votada e aprovada por dez votos favoráveis e oito abstenções. A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - **PROGEPE** propôs, também, a seguinte redação para o inciso terceiro do Artigo quinto: "*Relatório da Chefia Imediata (RCI) do docente conforme Estatuto da UFERSA*". A proposta foi votada e aprovada por treze votos favoráveis e cinco abstenções. A **PROGEPE** propôs, por fim, supressão do parágrafo segundo do Artigo quinto. A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** propôs realocar o Artigo sétimo, para que este passasse a ser o sexto Artigo. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. No Artigo realocado, a

PROGEPE propôs a seguinte redação para o inciso segundo: "*Para elaboração do Relatório Acadêmico Docente (RAD), a CPPD deverá considerar os dispositivos da Lei número doze mil setecentos e setenta e dois, de vinte e oito de dezembro de dois mil e doze e da Resolução CONSUNI/UFERSA número dez de dois mil e quatorze ou outras que venham a substituí-las e utilizar os instrumentos dispostos no ANEXO II desta Resolução*". A proposta foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. O Conselho votou e aprovou por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções a seguinte redação para o inciso terceiro do Artigo realocado: "*Para elaboração do Relatório da Chefia Imediata do docente (RCI) em cada período do estágio probatório será utilizado o instrumento disposto no ANEXO III desta Resolução*". A **PROGEPE** propôs, ainda, no Artigo sétimo, as alíneas "a", "b" e "c" com as seguintes redações: "a) *O RCI classificará o desempenho do docente de acordo com duas possibilidades: SATISFATÓRIO ou INSATISFATÓRIO. b)Se RCI ≤ cinco, vírgula, noventa e nove, o resultado da avaliação do docente pelo Colegiado será considerado INSATISFATÓRIO; Se RCC ≥ seis, o resultado da avaliação do docente pelo Colegiado será considerado SATISFATÓRIO. c)O docente será aprovado para efeito do RCI se a média aritmética das pontuações obtidas nos três períodos for ≥ seis*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A Convidada **Rannah Munay Dantas da Silveira** propôs a seguinte redação para o parágrafo primeiro do Artigo sétimo: "*O docente será aprovado no estágio probatório pela obtenção do conceito "SATISFATÓRIO" ao final da avaliação, de acordo com o ANEXO V*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo sexto: "*No que concerne aos direitos e atribuições*:". A proposta foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis e três abstenções. Propôs criar alínea "a" do inciso I no Artigo sexto com a seguinte redação: "*a)Tomar ciência dos instrumentos de avaliação do seu Estágio Probatório*". A proposta foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. A alínea "a" do inciso I no Artigo sexto foi votada a aprovada por unanimidade com a seguinte redação: "*b)Abrir o processo referente a avaliação do seu Estágio Probatório no prazo máximo de oito meses a contar da data de entrada em exercício do servidor*". A Conselheira **Marta Ligia Pereira da Silva** propôs a seguinte redação para a alínea "e" do inciso I no Artigo sexto: "*Elaborar e submeter seu plano semestral de atividades bem como apresentar o relatório de atividades ao término de cada ano letivo à Unidade Acadêmica onde está lotado, de acordo com o estabelecido no Regimento geral da UFERSA*". A proposta não foi aprovada e obteve um voto favorável, dezesseis contrários (favoráveis à redação original encaminhada) e uma abstenção. A alínea "f" do inciso I no Artigo sexto foi votada a aprovada por unanimidade com a seguinte redação: "*f) Tomar ciência dos Pareceres de Avaliação de Estágio Probatório a cada etapa*". A alínea "a" do inciso II no Artigo sexto foi votada a aprovada por unanimidade com a seguinte redação: "*Receber, a cada período de avaliação, os documentos referentes ao*

estágio probatório dos docentes e anexá-los aos respectivos processos". O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** propôs a seguinte redação para a alínea "d" do inciso V do Artigo sexto: "*Receber o processo do docente avaliado com o parecer final da avaliação enviado pela CAD, disposto no ANEXO V, e publicar a homologação do resultado final por meio de Portaria expedida pela PROGEPE*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** propôs a seguinte redação para o *caput* do Artigo nono: "*A CAD apresentará os documentos referentes às avaliações parciais nos meses décimo segundo, vigésimo quarto e trigésimo segundo de exercício, por meio de pareceres parciais, conforme disposto no ANEXO IV, os quais devem ser consolidados em um parecer final, disposto no ANEXO V*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A **PROGEPE** propôs suprimir parágrafo primeiro do Artigo nono. A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Propôs a seguinte redação para o parágrafo sexto do Artigo nono: "*O docente poderá interpor recurso a Assembleia do Centro no prazo de quinze dias, a contar da data de publicação da decisão do recurso mencionado no parágrafo quinto*". A proposta foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis e três abstenções. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** propôs supressão do Artigo quinze. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O Artigo dezesseis foi votado e aprovado por unanimidade com a seguinte redação: "*O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos referentes à licença por motivo de doença em pessoa da família, a licença por motivo de afastamento de cônjuge, a licença para a atividade política e ao afastamento para servir organismo internacional, bem como na hipótese de participação em curso de formação e será retomado a partir do término do impedimento, nos termos do Artigo vinte, parágrafo quinto, da Lei número oito mil cento e doze de mil novecentos e noventa, com exceção dos casos citados no Artigo trinta da Lei número doze mil setecentos e setenta e dois e dois mil e doze*". A Conselheira **Nilza Dutra Alves** propôs a seguinte redação para o Artigo dezenove: "*Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSUNI*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. A **PROGEPE** propôs a seguinte redação para o Artigo vinte: "*Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito a Resolução CONSUNI/UFERSA número cinco de dois mil e dez, de vinte e nove de abril de dois mil e dez e a Resolução CONSUNI/UFERSA número onze de dois mil e treze, de doze de dezembro de dois mil e treze*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Propôs a seguinte redação para o Artigo vinte e um: "*Os docentes que entraram em exercício a partir de dezessete de dezembro de dois mil e sete até a data da vigência desta norma, serão avaliados conforme as regras do Regimento Geral da UFERSA*". A proposta foi votada e aprovada por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Propôs, ainda, a seguinte redação para o Artigo vinte e dois: "*Os docentes que ingressaram no interstício de doze de novembro de mil novecentos e noventa a dezessete de*

dezembro de dois mil e sete terão os seus Estágios Probatórios homologados mediante emissão de Declaração, pela PROGEPE". A proposta foi votada e aprovada por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, os anexos foram vistos e discutidos, onde foram feitos ajustes nas legendas, e o Conselho os aprovou por unanimidade. Por fim, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** colocou o ponto, com as alterações, em votação, que foi aprovado por unanimidade. **DÉCIMO PONTO.** O ponto não gerou discussões e foi votado e aprovado por unanimidade. . **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO.** O Conselheiro **Rodrigo Nogueira de Codes** citou que a PROGRAD havia implantado o portal de egressos da UFERSA, que tinha como objetivo o acompanhamento e monitoramento dos egressos, bem como uma série de questões referentes a ano de formatura, nível de escolaridade, questões profissionais, espaço para depoimentos etc. Falou também sobre questões que estavam sendo providenciadas pela PROGRAD, referentes a solicitações de turmas e calendário do semestre dois mil e dezessete, ponto, um. A Conselheira **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** parabenizou o curso de Direito e Ciências Contábeis pela boa avaliação do Ministério da Educação – MEC e prestou informações sobre a campanha "criança mais feliz", que atendeu a mil e quinhentas pessoas com apoio, no ano corrente, do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior – SINTEST. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** agradeceu a todos os Conselheiros e ao Presidente pelo aprendizado durante o tempo do mandato no Conselho. Disse, por fim, que havia enviado ao Gabinete uma justificativa sobre as disciplinas de Metrologia e Fundamentos de Ciências dos Materiais e suas respectivas ementas, informando que essas disciplinas, bem como a alocação do docente que as ministram, seriam direcionadas ao Centro de Engenharias, mas que ainda não havia sido informado se esse ajuste havia sido feito. O Conselheiro **Matheus Martins Mendes** fez questionamentos sobre o andamento da obra do Restaurante Universitário – RU e sobre a segurança nos *campi.* O Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** fez alguns esclarecimentos sobre questões institucionais, falou que o ponto abordado pelo Conselheiro Manoel Quirino da Silva Júnior estava em andamento e que a PROGEPE deveria fazer a correção em breve. Disse, ainda, que o RU deveria retornar as obras, que estavam paralisadas em decorrência do não cumprimento da obra pela empresa responsável. Nada mais havendo a discutir, o Presidente do Conselho **José de Arimatea de Matos** agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, **Tarciara Magley da Fonseca Pereira**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia _____ de ____ de dois mil e dezessete, segue assinada pelo Presidente do CONSUNI, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente:

José de Arimatea de Matos _____

Representantes docentes:

André Moreira de Oliveira _____

Antônio Jorge Soares_____

Jacimara Villar Forbeloni _____

José Domingues Fontenele Neto_____

José Flávio Timóteo Júnior _____

Luciana Angélica da Silva Nunes_____

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

Manoel Quirino da Silva Júnior _____

Marta Ligia Pereira da Silva_____

Nilza Dutra Alves _____

Rita Diana de Freitas Gurgel _____

Rodrigo Nogueira de Codes_____

Rui Sales Júnior _____

Shirlene Kelly Santos Carmo _____

Stefeson Bezerra de Melo _____

Subênia Karine de Medeiros _____

Wildoberto Batista Gurgel _____

Hudson Pacheco Pinheiro_____

Rafael Luz Espíndola _____

Ioná Santos Araújo_____

Representantes técnico-administrativos:

Francimar Honorato dos Santos _____

Giorgio Mendes Ribeiro _____

Thiago Henrique Gomes Duarte Marques _____

Representantes discentes:

Matheus Martins Mendes _____

André Víctor Sales Passos_____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Tarciara Magley da Fonseca Pereira _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, sob a presidência do Vice-reitor **José Domingues Fontenele Neto,** para deliberar sobre a pauta da segunda Reunião Ordinária de dois mil e dezessete. Estiveram presentes os Conselheiros representantes docentes Centro Multidisciplinar de Angicos: **Araken de Medeiros Santos e Jacimara Villar Forbeloni;** Centro Multidisciplinar de Caraúbas: **Hudson Pacheco Pinheiro e Luciana Dantas Mafra;** Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros**: Janaina Cortêz de Oliveira e Antônio Diego Silva Farias;** Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN: **Matheus da Silva Menezes e Paulo Gabriel Gadelha Queiroz**; Centro de Ciências Agrarias – CCA: **Adrian José Molina Rugama e João Liberalino Filho;** Centro de Ciências Biológicas e da Sáude – CCBS: **Leonardo Fernandes França e Paulo Alfredo Simonetti Gomes;** Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH: **Antônio Jorge Soares e Moises Ozorio de Souza Neto;** Centro de Engenharias – CE: **Manoel Quirino da Silva Júnior e Manoel Januário da Silva Júnior;** os Conselheiros representantes técnico-administrativos: **Allyson Leandro Bezerra Silva, Jalmir Dantas de Araújo e Gilcilene Lélia Souza do Nascimento;** e os representantes discentes **Anna Isabele dos Santos Silva, Fernanda Jéssika Carvalho Dantas e Livia Laiane Barbosa Alves.** Conselheiros com faltas justificadas: Nilson Florentino Júnior e José Albenes Bezerra Júnior. **PAUTA: Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre a ata da sexta Reunião Extraordinária de dois mil e dezessete. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre afastamentos e renovação de afastamentos. O ponto teve como convidadas, as servidoras Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda, Mara Betânia Jales dos Santos e Janaína Maria Silva Holanda; **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre o Processo do docente Francisco Klebson Gomes dos Santos. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre indicação de membros externos para compor o CONSUNI; **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre proposta de criação e extinção dos Departamentos Acadêmicos; **Sexto ponto:** Outras ocorrências. **Sétimo ponto:** Outras ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** propôs inclusão de processo de afastamento da servidora Janaína Maria Silva Holanda no segundo ponto de pauta. A proposta foi votada e aprovada por dezenove votos favoráveis e três abstenções. O Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** propôs inclusão de processo de afastamento da servidora Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda no segundo ponto de pauta e propôs inclusão de novo ponto de pauta, referente ao pedido de

recurso de Cícero Câmara Júnior. As propostas foram votadas e aprovadas dezesseis votos favoráveis, dois contrários e quatro abstenções. O ponto do recurso de Cícero Câmara Júnior contou com a participação do mesmo e do servidor Nildo da Silva Dias. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** propôs que o quinto ponto de pauta passasse a ser o segundo ponto. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** pediu que o Conselho tivesse sensibilidade quando solicitasse inclusão de pontos, tendo em vista que as pautas estavam sempre extensas e os Conselheiros não tinham, muitas vezes, tempo de analisar os documentos como deveriam ser analisados e nem de discutir os assuntos com a comunidade. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** falou que não queria que a pauta fosse modificada, pois tinham pessoas esperando a discussão do segundo ponto de pauta. Por fim, a proposta da Conselheira Jacimara Villar Forbeloni foi colocada em votação e foi aprovada por oito votos favoráveis, sete contrários e duas abstenções. A pauta, com alterações, foi colocada em votação e foi aprovada por dezenove votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. Após as alterações, o quinto ponto passou a ser o segundo ponto de pauta e os demais seguiram a sequência. **PRIMEIRA SESSÃO. PRIMEIRO PONTO.** O ponto não gerou solicitação de emendas e foi votado e aprovado por dezenove votos favoráveis e três abstenções. **SEGUNDO PONTO.** O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** fez alguns esclarecimentos sobre o ponto, explicando que devido ao número de funções gratificadas – FG, o número de departamento no Campus Sede ficou limitado naquele momento, distinguindo-se dos *camp*i fora da Sede. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que a Universidade tinha um problema sério, pois alguns órgãos que deveriam estar funcionando, não estavam. Falou que aquele ponto deveria ser objeto de análise do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que não estava em funcionamento por falta de departamentos. Disse que não era favorável em ter Centros com quantitativos diferentes de departamentos e que defendia que esses departamentos fossem criados de forma isonômica. Disse que entendia a necessidade de ter a Universidade funcionando e de ter que tomar decisões mais passivas. Falou que no CE, a proposta de dois departamentos não era a ideal, mas que a criação dos departamentos, naquele momento, deveria ocorrer de forma isonômica para que a Universidade pudesse voltar a funcionar, ainda que com o mínimo possível. O Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** propôs que o– CCEN tivesse três departamentos e caso não fosse possível, que a discussão voltasse aos Centros para discutir o assunto. O Conselheiro **João Liberalino Filho** disse que, no caso do CCA, seria necessário, no mínimo, cinco departamentos, mas que naquele momento o importante seria colocar em funcionamento. Disse que se não tinha como ter o quantitativo necessário, que se trabalhasse com que tinha, pois tinham que pensar na Universidade. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** disse que ninguém era contrário a criação, mas sim ao quantitativo dos departamentos. Disse que, mesmo o CCSAH não se sentindo confortável, era favorável à minuta de decisão, em face

da operacionalidade da Universidade. Falou, por fim, que fosse um número igual de departamentos por Centro. A Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** disse que os *campi* precisavam de departamentos para funcionar e que, após uma ampla discussão em Angicos, deliberaram que o quantitativo ideal seria de três departamentos para o Campus. Sugeriu que o CONSUNI validasse as decisões de cada Centro e que o Reitor decidisse quais FG seriam transferidas para chefia, uma vez que a função seria discricionária. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** disse que se fossem olhar o que seria necessário, a quantidade seria maior do que a disponível, mas que, naquele momento, a análise teria que ser sobre o que seria possível ser feito. Disse que não deveriam "jogar" o problema na gestão, pois aquele era um problema de todos. Falou que seu voto seria favorável a criação dos dois departamentos por Centro, pois isso não impedia que futuramente esse número pudesse aumentar. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** disse que mesmo o quantitativo não sendo o ideal, naquele momento era o que era possível. Disse, ainda, que o Conselho deveria decidir os assuntos de forma democrática, respeitando a vontade da maioria. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse caso não fosse aprovado os dois departamentos, o CE colocaria sua proposta de ter sete departamentos. Defendeu a proposta de que todos os *campi* tivessem dois departamentos. O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** disse que, considerando a conjuntura daquele momento, a Universidade teria que se adaptar ao que era possível e que estava claro que a gestão estava fazendo o possível para conseguir melhorar a situação. O Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** disse que o ideal seria indicar o que precisavam para que pudessem negociar e questionou se não seria realmente possível ter condições pra terem mais departamentos. Após discussões e considerações, sem propostas, o Conselho optou pela discussão dos artigos da minuta de decisão. O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** colocou a redação do Artigo primeiro em votação, que foi aprovado por vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs nova redação para o Artigo segundo, com o seguinte texto: "*Criar dois Departamentos Acadêmicos em cada Centro da UFERSA*". A proposta não foi aprovada e obteve quatro votos favoráveis, quinze contrários e duas abstenções. O Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** propôs nova redação para o Artigo segundo, com o seguinte texto: "*Criar os seguintes Departamentos Acadêmicos no Campus Sede*". A redação original, enviada na Minuta, foi colocada em votação e foi aprovada por treze votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções. Dessa forma, a proposta do Conselheiro Paulo Gabriel Gadelha Queiroz não foi votada e não foi aprovada. Os representantes de cada Centro propuseram nomes para os departamentos, elencados nos incisos I, II, III, IV e V do Artigo segundo. *Para o CCA: I Centro de Ciências Agrárias: a. Departamento de Ciências Agronômicas e Florestais; e b. Departamento de Ciências Animais.* A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. *Para o CCBS: II Centro de Ciências Biológicas e da Saúde:*

a.Departamento de Biociências; e b.Departamento de Ciências da Saúde. A proposta foi votada e aprovada por dezoito votos favoráveis e quatro abstenções*. Para o CCSAH: IV Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas: a. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas; e b. Departamento de Ciências Humanas.* A proposta foi votada e aprovada por vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. *Para o CE: V Centro de Engenharias: a. Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais; e b. Departamento de Engenharia e Tecnologia*. A proposta foi votada e aprovada por vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Após discussão dos incisos, o Conselho discutiu separadamente a redação do inciso III, pois o CCEN ainda não havia indicado os dois nomes definitivos. O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** propôs que o inciso ficasse com redação provisória para que no prazo máximo de três dias fossem enviados os nomes definitivos. Disse que, caso os nomes não fossem enviados, os provisórios sugeridos naquele momento passariam a ser definitivos. O Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** sugeriu, provisoriamente, os seguintes nomes para o inciso III do Artigo segundo: *III Centro de Ciências Exatas e Naturais: a. Departamento de Ciências Exatas e Naturais; e b. Departamento de Computação*. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** não concordou com a proposta e disse que o Conselho não deveria assinar uma "carta em branco". Por fim, o Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** colocou em votação a proposta de que fosse dado o prazo de três dias para o CCEN enviar os nomes definitivos, que foi aprovada por vinte votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Colou, também, em votação a redação do *caput* do Artigo terceiro e seus incisos. O *caput* foi aprovado por dezenove votos favoráveis, um contrário e três abstenções. Os incisos foram votados e aprovados por dezoito votos favoráveis e quatro abstenções. O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** propôs a seguinte redação para o Artigo quarto: "*Os Diretores de Centro encaminharão ao Reitor a relação dos servidores docentes a serem lotados em cada departamento em até dez dias da publicação desta decisão*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs criar Artigo, após o Artigo quarto, com a seguinte redação: "*As funções gratificadas a serem destinadas as chefias dos Departamentos serão objeto de definição por parte da Reitoria e distribuídas a partir da lotação atual*". A proposta foi votada e não foi aprovada, pois obteve dois votos favoráveis, doze contrários e seis abstenções. Propôs, também, a seguinte redação para o Artigo quinto: "*Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se decisões em contrário*". A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Por fim, o Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** colocou a minuta de decisão, com alterações, em votação, que foi aprovada por dezenove votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. O Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** disse que votou contra em respeito às decisões feitas no CCEN. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** disse que foi contrário porque não queria que o

documento tivesse lacunas em branco para depois serem preenchidas. **TERCEIRO PONTO.** O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** disse que alguns processos feriam o Artigo oitavo da Resolução nove de dois mil e treze, pois não obedeciam ao prazo para que o afastamento fosse dado. Disse que em outro momento, o Conselho havia sido desfavorável a um afastamento pelo mesmo motivo e que, assim, deveria seguir a mesma linha de decisões. O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** colocou os processos, separadamente, em discussão. Processo da servidora *ANA LÚCIA BRENNER BARRETO MIRANDA*: O Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** disse que concordava que os prazos deveriam ser cumpridos, mas que cada caso deveria ser analisado. Pediu permissão ao Conselho para que a servidora pleiteante pudesse falar e o Conselho aprovou por unanimidade. A convidada **Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda** prestou esclarecimentos sobre o seu processo e após discussões, sem propostas, o processo foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. Após a aprovação, a data do afastamento da servidora Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda foi colocada em votação. O Conselho apresentou duas propostas: que a data fosse a partir da data de aprovação do afastamento, ou que fosse de acordo com a data sugerida pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD. A proposta aprovada, por treze votos favoráveis, seis contrários e duas abstenções, foi a da data a partir da aprovação do afastamento, ou seja, dez de julho de dois mil e dezessete. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** declarou voto e disse que sempre votava de acordo com as documentações legais, sem analisar o lado pessoal, mas que pensou no benefício da Instituição, já que os alunos já estavam tendo aula com o professor substituto e caso o afastamento não fosse aprovado, o prejuízo seria maior. O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** declarou voto favorável ao parecer da CPPD e disse que considerava que o caso era semelhante a outro caso já apreciado e reprovado pelo Conselho. Disse que ao aprovar aquele afastamento, o Conselho abria precedentes para que outros casos voltassem a ser discutidos. Processo do servidor *HUMBERTO GOMES HAZIN*: O Conselheiro **Antônio Diego Silva Farias** disse que na assinatura do termo de compromisso, quem assinava era uma professora substituta e questionou o fato de não ter sido um efetivo. Após observações sobre a questão, o Conselho votou e aprovou, por quinze votos favoráveis, um contrário e seis abstenções, a proposta de que o afastamento seria aprovado condicionado a uma carta de anuência de docente efetivo. O Conselho votou, ainda, por sete votos favoráveis, três contrários e doze abstenções, que tal documento deveria ser enviado no prazo máximo de três dias após a reunião. Processo do servidor *LÁZARO LUÍS DE LIMA SOUSA*: Sem propostas, o processo foi votado e aprovado por dezesseis votos favoráveis, um contrário e cinco abstenções. Processo da servidora *MARA BETÂNIA JALES DOS SANTOS:* A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** propôs ao Conselho a fala da pleiteante, que foi aprovada por dezenove votos favoráveis e três abstenções. A convidada **Mara Betânia Jales dos Santos** prestou esclarecimentos sobre o

seu processo e o Conselho votou e aprovou, por vinte e um votos favoráveis e uma abstenção, o afastamento da servidora citada a partir da aprovação de seu afastamento, ou seja, dez de julho de dois mil e dezessete. Processo da servidora *JANAÍNA MARIA SILVA HOLANDA*: O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** propôs ao Conselho a fala da pleiteante, que foi aprovada por unanimidade. A convidada **Janaína Maria Silva Holanda** prestou esclarecimentos sobre o seu processo de afastamento e o Conselho votou e aprovou por vinte votos favoráveis e duas abstenções. Devido ao horário, o Conselho encerrou a sessão e decidiu voltar para uma segunda sessão às quatorze horas daquele dia. **SEGUNDA SESSÃO. QUARTO PONTO.** O Conselheiro **Paulo Gabriel Gadelha Queiroz** disse que o docente Francisco Klebson Gomes dos Santos achava que fosse ficar no departamento que estava no momento da mudança e que, após remanejamento, foi mudada sua lotação. Disse que o docente citado solicitava permanecer no CCEN, como estava incialmente. Após considerações, o Conselho votou desfavorável, por seis votos contrários, cinco favoráveis e sete abstenções, à mudança de lotação do docente e decidiu, por fim, que o processo deveria ser reencaminhado para que fossem anexados, pelos centros interessados, documentos que explicassem concordância com o pedido do requerente. O Conselho solicitou, ainda, que o processo fosse mais bem instruído, tendo em vista que foi protocolado pelo docente citado, mas o pedido referia-se também ao docente Andarair Gomes dos Santos. **QUINTO PONTO.** O Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** apresentou o nome dos indicados a representação externa do CONSUNI e solicitou que os Conselheiros votassem em um nome, para que, após conferência, fosse divulgado os dois mais votados, que ficariam, respectivamente, como representantes titular e suplente. O resultado, após votação, foi: Taniamá Vieira de S. Barreto, eleita representante titular, com dez votos, Danielle Carvalho Felipe e João Paulo Barbosa Neto, que tiveram empate de votos, com quatro votos cada. O desempate foi feito pelo Presidente em exercício do Conselho, José Domingues Fontenele Neto, que seguiu as normas de desempate estabelecidas no Regimento Geral da UFERSA e elegeu Danielle Carvalho Felipe como representante titular; e, por fim, Miguel Rogério de Melo Gurgel, que obteve dois votos favoráveis. **SEXTO PONTO.** O Conselho aprovou a participação do requerente Cícero Câmara Júnior na discussão e o mesmo teve cinco minutos para explicar as razões de seu recurso. O convidado **Cícero Câmara Júnior** fez um breve resumo sobre sua vida acadêmica na UFERSA, explicando que tinha feito graduação em Agronomia na Instituição, bem como o mestrado em Manejo, solo e água. Disse que, naquele momento, trazia um recurso sobre o processo seletivo para doutorado, onde após o edital, do quantitativo, alguns concorrentes haviam sido convocados com nota inferior a dele, ferindo a ordem de classificação que constava no Edital. Disse que achou estranho o fato de que os convocados eram orientandos dos integrantes do colegiado do curso e que o que estava querendo, com o pedido, era o direito de ingressar no curso. O Conselho aprovou também a participação do

coordenador do curso de Manejo, Solo e Água, o docente Nildo da Silva Dias. O convidado **Nildo da Silva Dias** disse que o colegiado havia criado algumas categorias de classificação, sendo uma delas a de vínculo empregatício. Disse que, por esse motivo, convocaram outros candidatos, tendo em vista que o recorrente Cícero Câmara Júnior não entrava na classificação de "pessoas sem vínculo empregatício". Disse que essa política foi adotada pelo curso devido a política adotada e cobrada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disse, por fim, que o requerente já havia entrado com um pedido na Defensoria Pública e que seria mais prudente o Conselho aguardar o parecer da Defensoria. O Conselheiro **Antônio Jorge Soares** disse que o Edital não havia sido ferido, mas que haviam sido criadas novas oportunidades, através da ampliação de vagas. Disse que era extremamente complicado estabelecer bolsas com quem tinha vínculo empregatício porque a lei não permitia. O convidado **Nildo da Silva Dias** explicou que o colegiado do curso optou pela convocação de pessoas que não teriam vínculo de emprego e precisariam da bolsa. A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** disse que não enxergava nenhum vício no Edital. Disse que o pleiteante estava fazendo acusações sérias e que se fosse docente do curso e estivesse sendo acusada de favorecer algum candidato, buscaria respostas na justiça. Disse que votaria desfavorável ao pedido porque não acreditava que poderia "dar um jeito" para aprovar alguém. A Conselheira **Anna Isabele dos Santos Silva** disse que o aluno Cícero a procurou e ela, como representante dos discentes, apoiou a causa. Disse que as informações apresentadas pelo aluno eram de endereços oficiais da Universidade e que ele não queria a bolsa, mas sim cursas o doutorado. Após discussões sobre o pedido, os Conselheiros falaram que tomar qualquer decisão naquele momento não seria viável, pois o parecer da Defensoria Pública poderia mudar a decisão. Com isso, os Conselheiros **Antônio Jorge Soares** e **Matheus da Silva Menezes** propuseram que o Conselho esperasse o parecer final da Defensoria Pública. A proposta foi votada e aprovada por onze votos favoráveis, quatro contrários e cinco abstenções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que se absteve porque estava ausente durante parte da discussão e o Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** disse que, apesar de ter solicitado a inclusão do ponto, votou favorável a proposta aprovada porque não sabia que a questão estava aguardando parecer judicial. **SÉTIMO PONTO.** Os Conselheiros fizeram algumas considerações institucionais. O Conselheiro **Moises Ozorio de Souza Neto** disse que os processos dos docentes Kleber Formiga Miranda e Miguel Carioca Neto haviam chegado à Secretaria dos Órgãos Colegiados na sexta-feira, dia sete de julho, e que, por esse motivo, não foi possível incluí-los naquela Reunião, mas solicitou que na próxima fossem apreciados. O Conselheiro **Allyson Leandro Bezerra Silva** pediu que quando a Reitoria fosse solicitar nomes para comissões, fizesse em tempo mais hábil. O Conselho lamentou o trote feito por alunos da Instituição, que resultou em danos graves à saúde de uma caloura e o Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** disse que

a Universidade repudiava qualquer forma de coação, injúria, desconforto com os alunos. Nada mais havendo a discutir, o Presidente em exercício do Conselho **José Domingues Fontenele Neto** agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada com emendas, na reunião do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, segue assinada pelo Presidente do CONSUNI, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente em exercício:

José Domingues Fontenele Neto_____

Representantes docentes:

Centro Multidisciplinar de Angicos:

Araken de Medeiros Santos _____

Jacimara Villar Forbeloni _____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas:

Hudson Pacheco Pinheiro _____

Luciana Dantas Mafra _____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros:

Janaina Cortêz de Oliveira_____

Antônio Diego Silva Farias_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:

Matheus da Silva Menezes _____

Paulo Gabriel Gadelha Queiroz _____

Centro de Ciências Agrarias – CCA:

Adrian José Molina Rugama _____

João Liberalino Filho _____

Centro de Ciências Biológicas e da Sáude – CCBS:

Leonardo Fernandes França _____

Paulo Alfredo Simonetti Gomes_____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:

Antônio Jorge Soares_____

Moises Ozorio de Souza Neto _____

Centro de Engenharias – CE:

Manoel Quirino da Silva Júnior _____

Manoel Januário da Silva Júnior _____

Representantes técnico-administrativos:

Allyson Leandro Bezerra Silva_____

Jalmir Dantas de Araújo_____

Gilcilene Lélia Souza do Nascimento_____

Representantes discentes:

Anna Isabele dos Santos Silva _____

Fernanda Jéssika Carvalho Dantas _____

Livia Laiane Barbosa Alves _____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra _____

2º Ponto

Apreciação e deliberação sobre afastamentos e renovações de afastamentos;

UFERSA DAP Fls. 01 ASSINATURA

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.004463/2015-69

Processo disponivel para recebimento com código de barras/QR Code

Cadastrado em 14/05/2015

Nome(s) do Interessado(s): KLEBER FORMIGA MIRANDA

E-mail: [redacted]

Identificador: 2884800

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
029.221 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: MISSÕES FORA DA SEDE, VIAGENS A SERVIÇO - NO EXTERIOR(AFASTAMENTO DO PAÍS): SEM ÔNUS PARA A INSTITUIÇÃO

Assunto Detalhado:

Unidade de Origem:
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (11.01.02.01.03)

Criado Por:
DANUBIA FERNANDES DE CARVALHO OLIVEIRA

Observação:
-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
14/05/2015	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)		

25/05/15 CPPD
25/05/15 Cons
25/05/15
24

UFERSA/PROGEP/DAP

[redacted]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

048

CHECK-LIST

(Todos os documentos são obrigatórios)

Nome do solicitante: KLEBER FORMIGA MIRANDA	
Tipo de afastamento:	
☐ Inicial X Renovação	
Solicitante:	
X Docente ☐ Técnico administrativo	
Local de capacitação:	
X No País ☐ No exterior	
Período de afastamento: 01/08/2017 a 31/07/2018	
Documentos Anexados – Processo Inicial:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento do afastamento (Página da PROPPG)	
II – Justificativa para o Afastamento (Anexo I - Página da PROPPG)	
III – Plano de Trabalho, contendo o anteprojeto de pesquisa. (Anexo VIII - Página da PROPPG)	
IV – Comprovante de aprovação/classificação ou matrícula no programa em que o(a) servidor(a) foi aprovado(a) (Anexo V - Página da PROPPG)	
V – Plano de Qualificação e Formação Docente da sua unidade acadêmica de lotação	
VI – Termo de Declaração e Compromisso (Anexo IIA ou IIB - Página da PROPPG)	
VII – Declaração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE	
VIII – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a)	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento de renovação do afastamento (Página da PROPPG)	046 OK
II – Justificativa de renovação, assinada também pelo orientador (Anexo I - Página da PROPPG)	049 OK
III – Relatório Semestral de Acompanhamento (Anexo IV - Página da PROPPG)	050 OK
IV – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	[redacted] OK
V – Declaração de Matrícula (Anexo V - Página da PROPPG)	[redacted]
VI – Histórico Escolar – Atualizado (Anexo VII - Página da PROPPG)	[redacted]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

043

DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 144/2016, de 28 de setembro de 2016.

Aprova a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Kléber Formiga Miranda.

O Presidente em exercício do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA,** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **8ª Reunião Ordinária de 2016**, em sessão realizada no dia 28 de setembro,

CONSIDERANDO o Processo Nº 23091.004463/2015-69;

CONSIDERANDO o Art. 13, Parágrafo único, da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 8 de novembro de 2013;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Kléber Formiga Miranda, no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data e seus efeitos retroagem a 01 de agosto de 2016.

Mossoró, 28 de setembro de 2016.

[redacted]
José Domingues Fontenele Neto
Presidente em exercício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS

Mossoró-RN, 28 de Junho de 2017.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CC:
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Parecer acerca da renovação do afastamento do docente Kléber Formiga Miranda

Ao
Professor Dr. Jean Berg Alves da Silva
Pro-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prezado Pró-Reitor,
Informo que o processo de Nº 23091.004463/2015-69, que trata da solicitação de renovação de afastamento do docente Kléber Formiga Miranda, obteve parecer favorável na 7ª (setima) Assembleia Extraordinaria do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, realizada no dia 27/06/2017.
Ademais, informo que o mesmo tem substituto.

Atenciosamente,

(Não Autenticado)
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA (1781560 - Docente)
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
Matrícula: [redacted]

Fechar Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 – Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: propg@ufersa.edu.br

PARECER SOBRE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO DE DOCENTE PARA CURSAR DOUTORADO NO PAÍS

CONSIDERAÇÕES

O processo 23091.004463/2015-69 trata de um pedido de afastamento/**renovação** do servidor docente **Kleber Formiga Miranda**, pertencente ao Centro de Ciência Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, para continuar cursando seu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

O Docente solicita renovação de seu afastamento pelo período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.

CONSIDERANDO o Artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o Artigo 338 do Regimento Geral da UFERSA, Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2007, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nível de doutorado;

CONSIDERANDO que a obtenção do título de doutor pelo requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, consequentemente, ingressar como docente em programas de pós-graduação na UFERSA;

CONSIDERANDO a Justificativa para renovação de afastamento (folha 049) e Relatório das atividades realizadas no ano de 2016 (folhas 050);

CONSIDERANDO o Atestado de matrícula do docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (folha 051);

CONSIDERANDO o Histórico Escolar do docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (folhas 052 e 053);

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho do docente (folha 054);

CONSIDERANDO o Plano de trabalho (Projeto de Tese) do docente (folhas 055 a 079);

CONSIDERANDO o parecer favorável da direção do CCSAH, conforme deliberação na sua 7ª Assembleia Extraordinária de 2017, com a afirmação de existência de um professor substituto para assumir as atividades do docente Kleber Formiga Miranda (folha 080);

CONSIDERANDO que toda a documentação exigida no CHECK LIST da PROPPG está contida neste processo.

PARECER

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** à renovação de afastamento integral, **pelo período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018**, do servidor docente **Kleber Formiga Miranda**, de suas atividades na UFERSA, para continuar cursando seu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

[redacted] Mossoró – RN, 05 de julho de 2017.

Prof. Vander Mendonça
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

84

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Processo: 23091.004463/2015-69
Interessado: Kléber Formiga Miranda
Assunto: Renovação de Afastamento Para Cursar Doutorado

DESPACHO

01. Trata-se de requerimento de renovação de afastamento formulado pelo servidor docente **Kléber Formiga Miranda**, Matrícula SIAPE [redacted], pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, com a finalidade de dar continuidade ao Doutorado em Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa/PB, no período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.

02. Cumpre-nos informar que não haverá necessidade de contratação de professor substituto, visto que já existe um substituto ministrando as disciplinas do requerente, conforme relatado pela Direção do CCSAH (fls 80).

03. Por conseguinte, observa-se a partir dos despachos presentes neste processo que o pedido atende a todas as exigências insculpidas nos normativos vigentes sobre a matéria.

04. Ante o exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do pleito.

05. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 06 de julho de 2017.

À Consideração Superior.

[redacted]
Ranniery Oliveira D. de Moura
DDP/PROGEPE

De acordo.
Encaminhe-se como proposto.

[redacted]
Keliane de Oliveira Cavalcante
Pró-Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Mossoró, 07 de julho de 2017.

PARECER

Analisando a solicitação feita pelo Professor **Kleber Formiga Miranda** de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o Parecer do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

[redacted]

D.Sc. Jailma Suerda Silva de Lima
(Presidente)

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.007299/2017-11

Cadastrado em 26/06/2017

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):
MIGUEL CARIOCA NETO

E-mail: [redacted]

Identificador:
1634744

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
SETOR DE PROTOCOLO GERAL (11.01.38.05.01)

Criado Por:
ANTONIO FRANCISCO PEREIRA

Observação:
-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
26/06/2017	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS (11.01.00.09)		

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2017 - UFRN - srv-sipac02-prd.ufersa.edu.br:sipac2:1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Fls. 002

CHECK-LIST

(Todos os documentos são obrigatórios)

Nome do solicitante: MIGUEL LEPOCA NETO

Tipo de afastamento:

- [x] Inicial
- [ ] Renovação

Solicitante:

- [x] Docente
- [ ] Técnico administrativo

Local de capacitação:

- [x] No País
- [ ] No exterior

Período de afastamento: 01/08/2013 a 03/08/2018

Documentos Anexados – Processo Inicial:	Número da página
I – Formulário de requerimento do afastamento (Página da PROPPG)	04 OK
II – Justificativa para o Afastamento (Anexo I - Página da PROPPG)	05 OK
III – Plano de Trabalho, contendo o anteprojeto de pesquisa. (Anexo VIII - Página da PROPPG)	8 11 OK
IV – Comprovante de aprovação/classificação ou matrícula no programa em que o(a) servidor(a) foi aprovado(a) (Anexo V - Página da PROPPG)	01 OK
V – Plano de Qualificação e Formação Docente da sua unidade acadêmica de lotação	01
VI – Termo de Declaração e Compromisso (Anexo IIA ou IIB - Página da PROPPG)	1 OK
VII – Declaração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE	[redacted]
VIII – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplin ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a s	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	Número da página
I – Formulário de requerimento de renovação do afastamento (Página da PROPPG)	
II – Justificativa de renovação, assinada também pelo orientador (Anexo I - Página da PROPPG)	
III – Relatório Semestral de Acompanhamento (Anexo IV - Página da PROPPG)	
IV – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
V – Declaração de Matrícula (Anexo V - Página da PROPPG)	
VI – Histórico Escolar – Atualizado (Anexo VII - Página da PROPPG)	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 193/2017 - CCSAH (11.01.00.09)
(Identificador: 201750689)

Nº do Protocolo: 23091.007478/2017-41

Mossoró-RN, 28 de Junho de 2017.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CC:
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Título: Parecer acerca do afastamento do docente Miguel Carioca Neto

Ao
Professor Dr. Jean Berg Alves da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prezado Pró-Reitor,
Informo que o processo de Nº 23091.007299/2017-11, que trata da solicitação de afastamento para cursar doutorado, do docente Miguel Carioca Neto, foi aprovado por unanimidade na 7ª (sétima) Assembleia Extraordinária do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, realizada no dia 27/06/2017.
Ademais, informo que os professores Dr. Antonio Erivando X. Júnior e Luciana B. Sales assumirão as disciplinas do Professor Miguel Carioca, conforme cartas de anuência (Termos de Compromisso) inseridas no processo.

Atenciosamente,

(Autenticado em 28/06/2017 15:44)
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
Matrícula: [redacted]

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E.mail: propgp@ufersa.edu.br

PARECER SOBRE PEDIDO DE AFASTAMENTO DE DOCENTE PARA CURSAR DOUTORADO NO PAÍS

CONSIDERAÇÕES

O processo 23091.007299/2017-11 trata de um pedido de afastamento do servidor docente **Miguel Carioca Neto**, pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, com a finalidade de cursar doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, CE.

CONSIDERANDO o Artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o Artigo 338 do Regimento Geral da UFERSA, Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2007, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nível de doutorado;

CONSIDERANDO que a obtenção do título de doutor pelo requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, consequentemente

CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento do doente (folhas 05 e 06);

CONSIDERANDO o Resultado parcial do Edital nº 12/2017, demonstrado a classificação do doente para cursar doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza – UNIFOR (folha 07);

CONSIDERANDO o Resultado final – vagas para professor substituto Edital nº 35/2016 (folha 08);

CONSIDERANDO o Termo de declaração e compromisso (folha 09);

CONSIDERANDO o plano de trabalho (Projeto de pesquisa) do doente (folhas 011 a 020);

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

027

[redacted]

CONSIDERANDO o Termo de compromisso assinado por professor substituo (folha 022);

CONSIDERANDO o parecer favorável da Direção do CCSAH, deliberado na 7ª Assembleia Extraordinária de 2017, realizada no dia 27/06/2017 com a afirmação de existência de um professor substituto para assumir as atividades do docente **Miguel Carioca Neto** (folha 023);

CONSIDERANDO que toda a documentação exigida no CHECK LIST da PROPPG está contida neste processo.

PARECER

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao afastamento integral, do servidor docente **Miguel Carioca Neto**, de suas atividades na UFERSA, pelo período de **01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018**, com a finalidade de cursar doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, CE.

[redacted] Mossoró – RN, 06 de julho de 2016.

Pró-Reitor Adj. de Pesq. e Pós-Graduação
Prof. Vander Mendonça
SIAPE 1547955

Prof. Vander Mendonça
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

28

Processo: 23091.007299/2017-11
Interessado: Miguel Carioca Neto
Assunto: Requerimento de afastamento para Cursar Doutorado (Inicial)

DESPACHO

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pelo servidor docente **Miguel Carioca Neto,** SIAPE [redacted], pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, com a finalidade de cursar Doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza - UNIFOR, em Fortaleza/CE, no período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento para cursar Programa de Pós-Graduação Strieto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 5.707/2006.

03. Cumpre-nos informar que as disciplinas do servidor a ser afastado serão ministradas pelos docentes Dr. Antônio Erivando Xavier Júnior e Dra. Luciana Batista Sales, conforme termo de compromisso em anexo (fls. 22).

04. Nesse sentido, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, bem como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam o afastamento do docente, conforme se verifica nos documentos expendidos às fls. 23, 26 e 27, respectivamente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do pleito.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 06 de julho de 2017.

À Consideração Superior.

[redacted]
Ranniery Oliveira D. de Moura
Assistente em Administração – DDP/PROGEPE

De acordo.
Encaminhe-se como proposto.

[redacted]
Keliane de Oliveira Cavalcante
Pró-Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Mossoró, 07 de julho de 2017.

PARECER

Analisando a solicitação feita pelo Professor **Miguel Carioca Neto** de afastamento com a finalidade de cursar Doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza, Fortaleza-CE, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o deferimento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, favoráveis a este pleito, esta comissão ressalta que o docente não atende ao requisito previsto no Art. 8° da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013, o qual orienta que a manifestação de intenção de afastamento deve ser protocolada junto à unidade acadêmica 60 (sessenta) dias antes do início do semestre subsequente.

Diante disto, a CPPD se posiciona, também, a favor da referida solicitação, a partir de 02 de novembro de 2017.

[redacted]

D.Sc. Jailma Suerda Silva de Lima
(Presidente)

Esclarecimentos adicionais ao CONSUNI

Mossoró, 14 de julho de 2017

Ao Sr. Presidente do Conselho Universitário,

Prof. Dr. José de Arimatéia de Matos

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, respeitosamente, prestar esclarecimentos adicionais referentes à minha solicitação de afastamento para cursar doutorado no país, junto ao Conselho Universitário, no sentido de contrapor o Parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, posicionando-se para meu afastamento para doutorado a partir de 02 de novembro de 2017. O pedido inicial, feito por mim, seria para que o afastamento se desse a partir de 01 de agosto de 2017.

O referido parecer integra o processo nº 23091.007299/2017-11 sendo indeferida a data solicitada pela comissão, justificando a ausência de cumprimento ao requisito previsto no Art. 8º da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013, o qual orienta que a manifestação de intenção de afastamento deve ser protocolada junto à unidade acadêmica 60 (sessenta) dias antes do início do semestre subsequente.

Justifico pelo não atendimento ao prazo da referida Resolução, não por má fé, mas motivado por vários fatores, tais como: O processo de seleção ocorreu nos meses de abril e maio de 2017; em junho estávamos em recesso; a inscrição em um processo seletivo para doutorado não dá garantias de aprovação.

No entanto, por ocasião do resultado positivo da seleção ocorrido em 29 de maio de 2017, comuniquei imediatamente a diretoria do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, onde sou lotado, sendo realizada reunião para aprovação do afastamento em 27 de junho de 2017, conforme consta no processo.

Informo ainda que meu afastamento não acarretará prejuízo para os alunos, uma vez que não será realizado concurso para professor substituto, já que tenho minhas disciplinas suportadas por carta de anuência dos professores, que se encontram disponíveis para assumir as turmas sob minha responsabilidade a qualquer momento em que seja concedida a liberação.

UFERSA - SOC
Fls. 32
ASSINATURA

Diante dos fatos descritos acima, venho solicitar deste conselho, meu afastamento, pois já realizai a matricula no referido curso de doutorado, sendo o inicio das aulas em 01 de agosto de 2017, e esse curso ser de grande importância para minha vida profissional.

[redacted]

Miguel Carioca Neto
SIAPE 1634744

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.004146/2016-04

Cadastrado em 29/04/2016

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): PAULO HENRIQUE ARAUJO BEZERRA

E-mail: [redacted]

Identificador: 1859840

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITO O AFASTAMENTO NO PAÍS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Unidade de Origem:
CAMPUS PAU DOS FERROS (11.01.36)

Criado Por:
VANESSA VELEZ DOS SANTOS

Observação:
-

[redacted]

UFERSA / PROGEPE / DAP

[redacted]

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
29/04/2016	SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - PAU DOS FERROS (11.01.36.03)		

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2016 - UFRN - srv-sipac02-prd.ufersa.edu.br.sipac2|1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CHECK-LIST

Nome do solicitante: Paulo Henrique Araújo Bezerra

Tipo de afastamento:

- ☐ Inicial
- X Renovação

Solicitante:

- X Docente
- ☐ Técnico administrativo

Local de capacitação:

- X No País
- ☐ No exterior

Período de afastamento: 25/07/2016 a 24/07/2019

Documentos Anexados – Processo Inicial:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento do afastamento (Página da PROPPG)	
II – Justificativa para o Afastamento (Anexo I - Página da PROPPG)	
III – Plano de Trabalho, contendo o anteprojeto de pesquisa. (Anexo VIII - Página da PROPPG)	
IV – Comprovante de aprovação/classificação ou matrícula no programa em que o(a) servidor(a) foi aprovado(a) (Anexo V - Página da PROPPG)	
V – Plano de Qualificação e Formação Docente da sua unidade acadêmica de lotação	
VI – Termo de Declaração e Compromisso (Anexo IIA ou IIB - Página da PROPPG)	
VII – Declaração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE	
VIII – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a)	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento de renovação do afastamento (Página da PROPPG)	X 05 ok
II – Justificativa de renovação, assinada tambem pelo orientador (Anexo I - Página da PROPPG)	X 06 ok
III – Relatório Semestral de Acompanhamento (Anexo IV - Página da PROPPG)	X 065 ok
IV – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: X Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	X 071 ok
V – Declaração de Matrícula (Anexo V - Página da PROPPG)	X 067 ok
VI – Histórico Escolar – Atualizado (Anexo VII - Página da PROPPG)	X 061 ok

Prof. Vander Mendonça
SIAPE 1547355

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

UFERSA - SOC
Fls. 054
ASSINATURA

DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 114/2016, de 23 de junho de 2016.

Aprova o afastamento para qualificação do servidor docente Paulo Henrique Araújo Bezerra.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA,** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **9ª Reunião Extraordinária de 2016**, em sessão realizada no dia 23 de junho,

CONSIDERANDO o Processo Nº 23091.004146/2016-04;

CONSIDERANDO o Art. 10, inciso V, da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 8 de novembro de 2013;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar o afastamento para qualificação do servidor docente Paulo Henrique Araújo Bezerra, no período de 25 de julho de 2016 a 24 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró, 23 de junho de 2016.

[redacted]

José de Arimatea de Matos
Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CÂMPUS PAU DOS FERROS
DIREÇÃO GERAL

UFERSA - FOLHA Nº 071 - Assinatura

Processo nº 23091.004146/2016-04
Interessado: Servidor Docente Paulo Henrique Araújo Bezerra
Assunto: Renovação de afastamento

RELATÓRIO

1. No processo o servidor docente **Paulo Henrique Araújo Bezerra** requer a renovação de seu afastamento integral das atividades acadêmicas durante o período 25 de julho de 2017 a 24 de julho de 2018, objetivando realizar o Doutorado em Engenharia Mecânica;

2. As peças discriminadas no requerimento foram atendidas;

3. Submetido o referido processo à apreciação na 6ª Reunião Extraordinária no Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros de 2017 da UFERSA, realizada em 29 de junho de 2017, foi esse deliberado e recebeu votação unânime favorável à renovação do afastamento do referido servidor.

4. A renovação do afastamento implica em uso de código de vaga para professor substituto disponível para este Câmpus.

DESPACHO

Diante do exposto, encaminha-se ao Magnífico Reitor José de Arimatea de Matos para as providências cabíveis.

Pau dos Ferros, RN, 29 de junho de 2017.

[redacted]

RICARDO PAULO FONSECA MELO
Diretor Geral

Ricardo Paulo Fonseca Melo
Diretor
UFERSA Campus Pau dos Ferros
Mat. SIAPE 1991824

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E.mail: propg@ufersa.edu.br

PARECER SOBRE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO DE DOCENTE PARA CURSAR DOUTORADO NO PAÍS

CONSIDERAÇÕES

O processo 23091.004146/2016-04 trata de um pedido de afastamento/**renovação** do servidor docente **Paulo Henrique Araújo Bezerra**, pertencente ao Centro Multidisciplinar Pau dos Ferros (CMPF) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, com a finalidade de dar continuidade ao curso doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.

O docente solicita renovação de seu afastamento para o período de 25 de julho de 2017 a 24 de julho de 2018.

CONSIDERANDO o Artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o Artigo 338 do Regimento Geral da UFERSA, Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2007, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nível de doutorado;

CONSIDERANDO que a obtenção do título de doutor pelo requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, consequentemente

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho do doente (folhas 062 e 063);

CONSIDERANDO a Justificativa para a renovação do afastamento (folhas 064, 074 e 075);

CONSIDERANDO o Relatório de atividades acadêmicas semestres 20146-2 e 2017-1(folhas 065 e 066);

CONSIDERANDO a declaração de matricula do docente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (folhas 067 e 068);

CONSIDERANDO o Histórico Escolar do docente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (folha 069);

CONSIDERANDO o parecer favorável da Direção CMPF, deliberado na 6ª Reunião Extraordinária de 2017, com a afirmação de existência de um professor substituto para assumir as atividades do docente **Paulo Henrique Araújo Bezerra** (folha 041);

CONSIDERANDO que toda a documentação exigida no CHECK LIST da PROPPG está contida neste processo.

PARECER

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** à renovação do afastamento integral, do servidor docente **Paulo Henrique Araújo Bezerra**, de suas atividades na UFERSA, pelo período de **25 de julho de 2017 a 24 de Julho de 2018**, com a finalidade de dar continuidade ao curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.

Mossoró – RN, 06 de julho de 2017.

[redacted]

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Vander Mendonça

Prof. Vander Mendonça

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

78

Processo: 23091.004146/2016-04
Interessado: PAULO HENRIQUE ARAÚJO BEZERRA
Assunto: Requerimento Para Renovação de Afastamento para Cursar Doutorado

DESPACHO

01. Trata-se de requerimento de renovação afastamento integral formulado pelo servidor docente **Paulo Henrique Araújo Bezerra,** SIAPE [redacted] pertencente ao Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros, com a finalidade de continuar o Doutorado em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Natal/RN, no período de 25 de julho de 2017 a 24 de julho de 2018.

02. Cumpre-nos informar que haverá a necessidade de utilização de código de vaga para a contratação de professor substituto conforme relatado pela Direção do Campus Pau dos Ferros (fls 71).

03. Por conseguinte, observa-se a partir dos despachos presentes neste processo que o pedido atende a todas as exigências insculpidas nos normativos vigentes sobre a matéria.

04. Nesse sentido, o Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros bem como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam o afastamento do docente, conforme se verifica nos documentos expendidos às fls. 71, 76 e 77, respectivamente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do pleito.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 06 de julho de 2017.

À Consideração Superior.

[redacted]
Ranniery Oliveira D. de Moura
Assistente em Administração – DDP/PROGEPE

De acordo.
Encaminhe-se como proposto.

[redacted]
Keliane de Oliveira Cavalcante
Pró-Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Memorando nº 270/17 - CPPD/UFERSA

Mossoró, 07 de julho de 2017.

À Sua Magnificência o Senhor
José de Arimatea de Matos
Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Campus de Mossoró
Mossoró - RN. CEP: 59.625-900.

Assunto: **Encaminhar parecer**

Magnifico Reitor,

Vimos pelo presente, encaminhar parecer desta Comissão sobre a solicitação de renovação de afastamento para cursar doutorado, do professor **Paulo Henrique Araújo Bezerra.**

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

[redacted]

D.Sc. Jailma Suerda Silva de Lima
(Presidente)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Mossoró, 07 de julho de 2017.

PARECER

Analisando a solicitação feita pelo Professor **Paulo Henrique Araújo Bezerra** de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o parecer do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros – CMPF, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

[redacted]

D.Sc. Jailma Suerda Silva de Lima
(Presidente)

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.005712/2017-03

Cadastrado em 22/05/2017

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA

E-mail: [redacted]

Identificador: 1291659

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Edilma Pereira Costa
Arquivista
Mat. SIAPE 2177795

[redacted]

Observação:
-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
22/05/2017	DIRETORIA - CARAUBAS (11.01.29.13)		

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-9210 | Copyright © 2005-2017 - UFRN - srv-sipac01-prd.ufersa.edu.br:sipac1:1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CHECK-LIST

(Todos os documentos são obrigatórios)

Nome do solicitante: CÂMARA DE CARVALHO GALVÃO	
Tipo de afastamento: DOUTORADO	
☒ Inicial ☐ Renovação	
Solicitante:	
☒ Docente ☐ Técnico administrativo	
Local de capacitação	
☒ No País ☐ No exterior	
Periodo de afastamento: 01/07/2017 a 30/06/2018	
Documentos Anexados – Processo Inicial:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento do afastamento (Página da PROPPG)	01 OK
II – Justificativa para o Afastamento (Anexo I - Página da PROPPG)	03 OK
III – Plano de Trabalho, contendo o anteprojeto de pesquisa. (Anexo VIII - Página da PROPPG)	05 OK
IV – Comprovante de aprovação/classificação ou matrícula no programa em que o(a) servidor(a) foi aprovado(a) (Anexo V - Página da PROPPG)	016 OK
V – Plano de Qualificação e Formação Docente da sua unidade acadêmica de lotação	017 OK
VI – Termo de Declaração e Compromisso (Anexo IIA ou IIB - Página da PROPPG)	018 OK
VII – Declaração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE	012 OK
VIII – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a)	035-036 OK
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página**
I – Formulário de requerimento de renovação do afastamento (Página da PROPPG)	
II – Justificativa de renovação, assinada também pelo orientador (Anexo I - Página da PROPPG)	
III – Relatório Semestral de Acompanhamento (Anexo IV - Página da PROPPG)	
IV – Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
V – Declaração de Matrícula (Anexo V - Página da PROPPG)	
VI – Histórico Escolar – Atualizado (Anexo VII - Página da PROPPG)	

[redacted]

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Vander Mendonça
SIAPE 1527055

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
EMITIDO EM 10/07/2017 16:09

Fls. 025

Processo nº. 23091.005712/2017-03

Assunto: 022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

DESPACHO FAVORÁVEL

RELATÓRIO

1.) No presente processo a Senhora **Sâmara de Cavalcante Paiva**, docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, neste Câmpus Caraúbas/RN, solicita afastamento no País para cursar doutorado;

2.) O processo está devidamente instruído com peças discriminadas no requerimento;

3.) Considerando que existe disponibilidade de professor substituto para a referida docente;

4.) Submetido o referido processo à apreciação durante a 6ª Reunião Ordinária do Campus Caraúbas do ano de 2017, realizada no dia 29 de junho de 2017, para consulta e deliberação sobre o afastamento da Docente para cursar doutorado, a assembleia deliberou pela aprovação do afastamento da referida docente, conforme documentação anexa.

DESPACHO

Diante do exposto, encaminha-se ao Magnífico Reitor José de Arimatea de Matos para as providências cabíveis.

Caraúbas, RN, 10 de julho de 2017.

(Autenticado digitalmente em 10/07/2017 16:09)
DANIEL FREITAS FREIRE MARTINS
DIRETORIA - CARAÚBAS (11.01.29.13)
DIRETOR DE CENTRO

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2017 - UFRN - srv-sipac02-prd.ufersa.edu.br:sipac2:1

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

UFERSA - PROPPG

PARECER SOBRE PEDIDO DE AFASTAMENTO DE DOCENTE PARA CURSAR DOUTORADO NO PAÍS

CONSIDERAÇÕES

O processo 23091.005712/2017-03 trata de um pedido de afastamento da servidora docente **Sâmara de Cavalcante Paiva**, pertencente ao Centro Multidisciplinar Caraúbas (CMC) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, com a finalidade de cursar doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.

O docente solicita seu afastamento para o periodo de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

CONSIDERANDO o Artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o Artigo 338 do Regimento Geral da UFERSA, Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2007, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nivel de doutorado;

CONSIDERANDO que a obtenção do titulo de doutora pela requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, consequentemente melhorar seu desempenho como docente na UFERSA;

CONSIDERANDO a Justificativa para a o afastamento (folhas 03 e 04);

CONSIDERANDO o plano de estudo detalhado da doente (folha 05 a 011);

CONSIDERANDO o Termo de declaração e compromisso (folha 012);

CONSIDERANDO o Histórico escolar da docente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação na UFRN, Natal, RN (folha 015);

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 – Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

UFERSA - PROPPG
Fls. 041
ASSINATURA

CONSIDERANDO a Declaração de matricula da docente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação na UFRN, Natal, RN (folha 016);

CONSIDERANDO o Plano Anual de Qualificação e Formação Docente do CMC (folhas 017 a 023);

CONSIDERANDO as Declarações de professores que irão substituir a docente **Sâmara de Cavalcante Paiva** em suas aulas (folhas 035 e 026);

CONSIDERANDO o **DESPACHO FAVORÁVEL** da Direção CMC, deliberado na 6ª Reunião Ordinária de 2017, com a afirmação de existência de um professor substituto para assumir as atividades da docente **Sâmara de Cavalcante Paiva** (folha 025);

CONSIDERANDO que toda a documentação exigida no CHECK LIST da PROPPG está contida neste processo.

PARECER

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao afastamento integral, da servidora docente **Sâmara de Cavalcante Paiva**, pertencente ao Centro Multidisciplinar Caraúbas (CMC) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, no período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, com a finalidade de cursar doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.

Mossoró – RN, 14 de julho de 2017

[redacted]

Pró-Reitoria de Pesq. e Pós-Graduação
Prof. Vander Mendonça
SIAPE [redacted]

Prof. Vander Mendonça
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Processo: 23091.005712/2017-03
Interessado: Sâmara de Cavalcante Paiva
Assunto: Requerimento de afastamento para Cursar Pós-Doutorado (Inicial)

DESPACHO

01. Trata-se de requerimento de afastamento integral formulado pela servidora docente **Sâmara de Cavalcante Paiva,** SIAPE [redacted], pertencente ao Centro Multidisciplinar do Campus Caraúbas - CMC, com a finalidade de cursar Doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal/RN, no período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 5.707/2006.

03. Cumpre-nos informar que não haverá necessidade de contratação de professor substituto, visto que as disciplinas da servidora a ser afastada serão assumidas pelos docentes Valdemir Praxedes da Silva Neto, SIAPE [redacted] e Rodrigo Prado de Medeiros, SIAPE 1.141.792; conforme termos de compromissos em anexo (fls. 38 e 39).

04. Nesse sentido, o Centro Multidisciplinar do Campus Caraúbas, bem como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam o afastamento da docente, conforme se verifica nos documentos expendidos às fls. 25, 40 e 41, respectivamente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do pleito.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 17 de julho de 2017.

À Consideração Superior.

[redacted]

Ranniery Oliveira D. de Moura
Assistente em Administração – DDP/PROGEPE

De acordo.
Encaminhe-se como proposto.

[redacted]

Keliane de Oliveira Cavalcante
Pró-Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Mossoró, 20 de julho de 2017.

PARECER

Analisando a solicitação constante no Processo Administrativo 23091.005712/2017-03, feita pela servidora docente **Sâmara de Cavalcante Paiva**, matrícula SIAPE nº [redacted] de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Engenharia Elétrica e Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o parecer do Centro Multidisciplinar de Caraúbas – CMC, favoráveis, esta comissão ressalta que a docente não atende ao requisito previsto no Art. 8º da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 08 de novembro de 2013, o qual orienta que a manifestação de intenção de afastamento deve ser protocolada junto à unidade acadêmica 60 (sessenta) dias antes do início do semestre.

Diante disto, a CPPD se posiciona, também, a favor da referida solicitação, a partir de 02 de novembro de 2017.

[redacted]

D.Sc. Jailma Suerda Silva de Lima
(Presidente)

3º Ponto

Apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor, *ad referendum* do CONSUNI, de Bancas Examinadoras do Concurso para Professor Efetivo, regido pelo Edital 21/2017, conforme Portarias UFERSA/GAB Nº 471 a 473 de 2017;

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0471/2017, de 25 de julho de 2017

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016,

CONSIDERANDO o que determina o inciso XI do Artigo 44 do Estatuto da Universidade;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico Nº 55/2017, de 25 de julho de 2017, o qual trata de solicitação para designação de bancas examinadoras do Concurso Público para Professor Efetivo, conforme Edital nº 21/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, *ad referendum*, do Conselho Universitário, a Banca Examinadora do Concurso, para preenchimento de vagas de Professor Efetivo, assim constituída:

DISCIPLINA/ÁREA: Ética e Cidadania, Educação, Corpo e Arte, Realidade Brasileira I, Realidade Brasileira II, História e Cultura Afro-Brasileira, Relações Sociais na Esfera da Produção e Centralidade do Trabalho, Movimentos Sociais no Brasil, Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II, Estágio Curricular Supervisionado III: gestão e docência, Estágio Curricular Supervisionado IV: gestão e docência. (CAMPUS MOSSORÓ)

Profª. Dra. Janaiky Pereira de Almeida (Presidente)	UFERSA
Prof. Dr. Thadeu de Sousa Brandão	UFERSA
Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides	UNILAB

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data.

[redacted]

José de Arimatéa de Matos
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0472/2017, de 25 de julho de 2017

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO o que determina o inciso XI do Artigo 44 do Estatuto da Universidade;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico Nº 55/2017, de 25 de julho de 2017, o qual trata de solicitação para designação de bancas examinadoras do Concurso Público para Professor Efetivo, conforme Edital nº 21/2017.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, *ad referendum*, do Conselho Universitário, a Banca Examinadora do Concurso, para preenchimento de vagas de Professor Efetivo, assim constituída:

DISCIPLINA/ÁREA: Ornitopatologia, Doenças Infecciosas dos Animais Domésticos, (CAMPUS MOSSORÓ)

TITULARES:	
Prof. Dr. Edisio Oliveira de Azevedo (Presidente)	UFS
Profª. Dra. Rita de Cássia Carvalho Maia	UFRPE
Prof. Dr. Gabriel Isaias Lee Tunon	UFS
SUPLENTES:	
Profª. Dra. Tania de Freitas Raso	USP
Profª. Dra. Terezinha Knöbl	USP

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data.

[redacted]

José de Arimatéa de Matos
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0473/2017, de 25 de julho de 2017

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016,

CONSIDERANDO o que determina o inciso XI do Artigo 44 do Estatuto da Universidade;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico Nº 55/2017, de 25 de julho de 2017, o qual trata de solicitação para designação de bancas examinadoras do Concurso Público para Professor Efetivo, conforme Edital nº 21/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, *ad referendum*, do Conselho Universitário, a Banca Examinadora do Concurso, para preenchimento de vagas de Professor Efetivo, assim constituída:

DISCIPLINA/ÁREA: Educação Matemática. (*CAMPUS* PAU DOS FERROS)

TITULARES:	
Prof. Dr. Otávio Paulino Lavor (Presidente)	UFERSA
Prof. Dr. Odacir Almeida Neves	UFERSA
Prof. Dr. Stefeson Bezerra de Melo	UFERSA
SUPLENTES:	
Prof. Dr. Mauricio Zuluaga Martinez	UFERSA

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data.

[redacted]
José de Arimatea de Matos
Reitor

4º Ponto

Apreciação e deliberação sobre minuta de Resolução que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA;

MINUTA DE RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 0XX/2017, de XX de agosto de 2017.

Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Superiores da UFERSA.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA,** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **Xª Reunião Extraordinária de 2017**, em sessão realizada no dia XX de maio,

CONSIDERANDO o Art. 6º do Estatuto da UFERSA;

CONSIDERANDO o Regimento da UFERSA;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas de funcionamento dos Conselhos Superiores da Universidade.

Parágrafo Único. Os dispostos nessa norma não se aplicam a Assembleia Universitária.

Do Quórum e das Faltas

Art. 2º Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e no Regimento, os Conselhos Superiores da Universidade reunir-se-ão com a presença de metade mais um dos seus membros.

Parágrafo Único. As reuniões dos Conselhos Superiores preterem as atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa, extensão ou administrativas.

Art. 3º As reuniões dos Conselhos Superiores serão convocadas por escrito, pelo(a) Presidente, ou por pelo menos metade mais um dos seus membros, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas, para as reuniões extraordinárias, mencionando-se os assuntos da pauta.

§ 1º Após 30 (trinta) minutos do horário indicado na convocação, não havendo *quorum* legal, a reunião deixará de ser realizada e o(a) Presidente fará lavrar um termo constando os nomes dos conselheiros que deixaram de comparecer, sendo assinado pelos presentes.

§ 2º Os conselheiros que chegarem 30 minutos após o horário de início da reunião terão falta registrada, não sendo permitida sua participação na reunião.

§ 3º Após iniciada a sessão o(a) conselheiro(a) não poderá se ausentar em definitivo, a não ser por causa de força maior, devendo o motivo ser comunicado aos presentes.

Art. 4º Será justificada a ausência do(a) conselheiro(a) que estiver impossibilitado(a) de comparecer à reunião por motivo de:

I - Impedimento legal ou força maior;

II - Estiver fora da sede, a serviço da UFERSA ou por ela liberado;

III - Estiver em atividade avaliativa, férias letivas, ou participando de evento acadêmico, cultural, desportivo ou estudantil fora da sede da universidade, quando representante discente.

§ 1º O(A,) conselheiro(a) que não puder participar da reunião ordinária para a qual foi convocado(a) deverá justificar por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a reunião, quando deverá ser convocado(a) o(a) suplente imediato(a), exceto em falta por motivos de força maior em que seja impossível o aviso prévio.

§ 2º O(A) conselheiro(a) que não puder participar da reunião extraordinária para a qual foi convocado(a) deverá justificar imediatamente sua impossibilidade por escrito à Secretaria dos Órgãos Colegiados, quando deverá ser convocado(a) o(a) suplente imediato(a), exceto em falta por motivos de força maior.

§ 3º As justificativas serão lidas pelo(a) Presidente, antes da discussão da pauta, que colocará em apreciação pelo conselho e as que não forem aprovadas, por não enquadrarem nos itens descritos acima, serão computadas como faltas não justificadas.

Da perda de mandato

Art. 5º Perderá o mandato o(a) conselheiro(a) que:

I- Faltar, sem justificativa, a 03(três) reuniões, seguidas ou não;

II- Se afastar da Instituição, em definitivo ou por mais de 4 (quatro) meses, por qualquer motivo;

III- O estudante que não estiver regularmente matriculado.

§1º. Em caso de perda de mandato o conselheiro será substituído, para completar o mandato, pelo membro suplente; (obedecida a ordem decrescente).

§2º. A perda do mandato de que trata o inciso II dar-se-á no momento da aprovação formal do afastamento do conselheiro, para afastamento definitivo, e a partir da data que completar 4 (quatro) meses do seu afastamento em outras circunstâncias;

Das reuniões

Art. 6º As pautas das reuniões serão elaboradas pelo(a) Presidente do Conselho com auxílio da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC).

Art. 7º Nas reuniões extraordinárias só serão discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, não sendo permitido, em quaisquer circunstâncias, informes, comunicações ou outras matérias que não aquelas explicitadas na pauta da convocação.

Art. 8º As reuniões ordinárias dos Conselhos Superiores da Universidade constam das seguintes partes:

I - discussão e aprovação da pauta do dia;

II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III - discussão e deliberação dos demais pontos da pauta do dia;

IV - comunicações, informes e outras ocorrências.

§1º De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo(a) secretário(a), que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo Presidente e demais membros presentes.

§2º As retificações feitas na ata, se aprovadas, serão registradas na ata da reunião em que ela foi discutida.

Art.9º Não esgotada a pauta, será marcada data e hora para continuação da reunião em nova sessão.

§ 1º Cada sessão das reuniões dos Conselhos Superiores terá duração máxima de 03(três) horas, devendo ser encerrada após a votação do assunto em discussão, independente da pauta da reunião.

§ 2º Ao iniciar a continuação da reunião, o(a) Presidente lerá a relação de conselheiros que se fizeram presentes à sessão anterior;

§ 3º Os(as) conselheiros(as) deverão comparecer em todas as sessões de uma mesma reunião e os que faltarem a uma ou mais sessões, sem justificativa, receberão anotação de falta não justificada.

Art. 10. Mediante consulta ao plenário, o Presidente ou qualquer conselheiro presente à reunião ordinária poderá solicitar a inclusão ou retirada de pontos de pauta ou a alteração da ordem dos trabalhos, o que poderá ocorrer somente durante a discussão e aprovação da pauta.

Art. 11. Mediante consulta ao plenário, o Presidente ou qualquer conselheiro presente, pode convidar para a reunião pessoas não integrantes dos Conselhos Superiores, com o objetivo específico de esclarecer pontos da pauta.

Da ordem e do direito a palavra

Art. 12. O(A) Presidente deve zelar pela manutenção da ordem durante a reunião.

§1º Durante as sessões, como forma de respeito ao interlocutor, os(as) conselheiros(as) devem dirigir-se ao(a) Presidente como "Sr.(Sra.) Presidente"; ao(a) secretário(a) como "Sr.(Sra). Secretário(a) e tratar-se entre si como "Conselheiro(a)".

§2º São vetados aos conselheiros, postura e palavras ofensivas durante as sessões.

§3º Não é permitida coação de voto.

§4º Nenhum conselheiro(a) poderá desatender às solicitações do(a) Presidente da sessão no sentido da rigorosa observância das normas de funcionamento dos Conselhos Superiores sob pena de ser repreendido, e se insistir no desrespeito, por palavras ou atos, o(a) Presidente da sessão o(a) convidará a retirar-se do recinto e se não for obedecido, suspenderá os trabalhos.

§ 5º Proposições que não se relacionem diretamente à questão que está sendo debatida serão desconsideradas e a fala será interrompida pelo(a) Presidente.

§ 6º Uma vez que uma questão seja decidida, não está em ordem levantar a mesma proposta na mesma reunião. Tais propostas devem ser rejeitadas ou declaradas fora da ordem.

§ 7º Para a manutenção da ordem, do respeito e da solenidade nas sessões nenhuma conversação, em tom que dificulte a leitura ou uso da palavra, será permitida durante as sessões.

§ 8º As discussões particulares entre conselheiros são consideradas inapropriadas e os(as) conselheiros(as) devem ser lembrados(as) desta regra.

Art. 13. O(A) conselheiro(a) usará a palavra para:

a) falar sobre a matéria em discussão;

b) encaminhar a votação;

c) levantar uma questão de ordem;

d) fazer pequenas comunicações;

e) solicitar retificação da ata;

f) solicitar esclarecimentos;

g) solicitar alteração de pauta.

Art 14. Durante a discussão de um assunto, o tempo de fala do(a) conselheiro(a) será limitado por:

I- até 5 (cinco) minutos, na primeira inscrição para falar sobre um assunto;

II- até 3 (três) minutos, a partir da segunda inscrição para falar do mesmo assunto.

§ 1º Uma vez que tenha sido dado direito à palavra a um conselheiro, outro conselheiro não poderá interrompê-lo, salvo se concedido um aparte pelo conselheiro com direito a palavra.

§ 2º O aparte não altera o período de fala do conselheiro que o concedeu, estando limitado ao definido no caput deste artigo.

Art. 15. O(A) conselheiro(a) que, ao ser chamado(a), não usar da palavra, perderá a inscrição.

Art. 16. Nas reuniões dos Conselhos Superiores um conselheiro poderá interpelar a presidência solicitando uma questão de ordem.

§1º Entende-se por questão de ordem a solicitação feita objetivando manter plena observação das normas do Regimento, do Estatuto e da Lei.

§2º As questões de ordem são formuladas em termos claros e precisos, com indicação dos dispositivos cuja observância se considere infringida, devendo as mesmas serem resolvidas, conclusivamente, pelo Presidente.

Dos Atos Normativos

Art. 17. Os atos normativos somente poderão ser votados em reunião do respectivo conselho se acompanhado de um parecer elaborado por um(a) conselheiro(a), que desempenhará a função de relator(a).

Parágrafo Único O(A) relator(a) e o prazo para elaboração do relatório serão indicados pelo Presidente do Conselho.

Art. 18. O parecer do relator(a) deverá ser feito conforme modelo em anexo e constará dos seguintes itens:

I- Relatório

II- Voto

III- Emendas

Art. 19. O voto deverá ser acompanhado de uma das seguintes recomendações:

I- aprovar texto da norma sem alterações;

II- aprovar texto da norma com alterações;

III- não aprovar texto da norma;

Paragrafo Único. O parecer será enviado pelo relator à Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Art. 20. Se o voto do relator recomendar a não aprovação da matéria caberá ao Presidente do Conselho decidir se a matéria será apreciada em reunião, seguirá para reformulação ou será arquivada.

Art. 21. O parecer do relator e a proposta de norma somente serão apreciadas em reunião após análise prévia do parecer por parte dos conselheiros.

§ 1º Os conselheiros poderão encaminhar proposta de emendas ao texto da norma a SOC em até dez dias após o recebimento do parecer do relator.

§ 2º As emendas dos conselheiros devem ser elaboradas conforme anexo

Art. 22. Para serem apreciadas em reunião do respectivo conselho, as propostas de normas deverão constar dos seguintes documentos:

I- Parecer do relator;

II- Eventuais emendas dos conselheiros;

III- Texto da norma.

Art. 23. A discussão e votação de propostas de normas serão encaminhadas pelo Presidente do Conselho da seguinte maneira:

§ 1º Caso o voto do relator seja pela aprovação do texto da norma sem alterações e não haja propostas de emendas dos conselheiros, o Presidente colocará o texto original da norma em votação e não serão permitidas alterações.

§ 2º Caso o voto do relator seja pela aprovação do texto da norma sem alterações e haja propostas de emendas dos conselheiros:

I- O(A) relator(a) apresentará a matéria e proferirá o seu voto para devida apreciação e discussão em plenário.

II- O Presidente abrirá para discussão do voto do relator

III- O Presidente colocará o voto do relator em votação

IV- Caso o voto do relator seja aprovado, as eventuais emendas dos conselheiros não serão apreciadas e o texto da norma é aprovado sem alterações.

V- Caso o voto do relator não seja aprovado, o Presidente colocará as eventuais emendas dos conselheiros em apreciação, discussão e votação.

VI - Esgotada a votação das emendas dos conselheiros, o texto final da norma é colocado em votação e não serão mais permitidas alterações.

§ 3º Caso o voto do relator seja pela aprovação do texto da norma com alterações:

I- O(A) relator(a) apresentará a matéria e proferirá o seu voto para devida apreciação e discussão em plenário.

II- O Presidente abrirá para discussão do voto do relator

III- O Presidente colocará o voto do relator em votação

IV- Caso o voto do relator seja aprovado, as eventuais emendas do relator e dos conselheiros serão apreciadas.

V - Esgotada as emendas, o texto final da norma é colocado em votação e não mais serão permitidas alterações.

VI- Caso o voto do relator não seja aprovado, o Presidente colocará em votação a aprovação do texto original da norma.

§ 4º Caso o voto do relator seja pela não aprovação do texto da norma:

I- O(A) relator(a) apresentará a matéria e proferirá o seu voto para devida discussão em plenário.

II- O Presidente abrirá para discussão do voto do relator.

III- O Presidente colocará o voto do relator em votação.

IV- Caso o voto do relator seja aprovado, as eventuais emendas dos conselheiros não serão apreciadas e a norma não é aprovada.

V- Caso o voto do relator não seja aprovado, as eventuais emendas dos conselheiros serão apreciadas.

VI - Esgotada as emendas, o texto final da norma é colocado em votação e não mais serão permitidas alterações.

§ 5º Não será permitida a inclusão de proposta de emendas ao texto por conselheiro durante a reunião.

§ 6º Somente itens da norma que foram objetos de proposta de emenda podem ser discutidos durante a reunião.

§ 7º Será permitida alteração de texto normativo não destacada no Voto ou nas emendas apenas e tão somente quando for necessário para evitar contradições na norma em razão de alteração de outro dispositivo;

Das Decisões em Grau de Recurso

Art. 24. As decisões em grau de recurso somente poderão ser votadas em reunião do respectivo conselho se acompanhado de um parecer elaborado por um(a) conselheiro(a), que desempenhará a função de relator(a).

§ 1º O(A) relator(a) e o prazo para elaboração do relatório serão indicados pelo Presidente do Conselho.

Art. 25. O parecer do relator(a) deverá ser feito conforme modelo em anexo e constará dos seguintes itens:

I- Relatório

II- Voto

Art. 26. O voto deverá ser acompanhado de uma das seguintes recomendações:

I- aprovar o recurso integralmente;

II- aprovar o recurso parcialmente;

III- não aprovar o recurso;

Parágrafo Único. O parecer será enviado pelo relator à Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Art. 27. As decisões em grau de recurso deverão constar dos seguintes documentos para serem apreciadas em reunião do respectivo conselho:

I- Parecer do relator;

II- Pedido de recurso;

III- Eventuais documentos pertinentes a discussão.

Das Votações

Art. 28. Esgotada as discussões sobre a matéria, o Presidente declarará que a mesma está em regime de votação.

§1º Quando estiver em regime de votação não mais serão permitidas discussões sobre a matéria.

§2º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida, nem esteja expressamente prevista no Estatuto ou no Regimento.

§ 3º Faculta-se ao(a) Presidente o direito de não emitir o seu voto;

§ 4º No caso de empate nas votações dos colegiados deve-se reabrir as discussões até no máximo 2(duas) vezes sobre o assunto, culminando em uma nova votação. Persistindo o empate o(a) Presidente exercerá o direito ao voto de qualidade.

Art. 29. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria de votos favoráveis dos presentes, salvo disposição expressa no Estatuto ou no Regimento.

Das Deliberações

Art. 30. Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações da secretaria, as deliberações dos Conselhos Superiores serão tomadas através de resoluções, decisões e pareceres baixados pelo Presidente.

Parágrafo Único. As decisões, resoluções e demais atos normativos aprovados pelos conselhos superiores serão amplamente divulgados pela Secretaria dos Órgãos Colegiados através de comunicado eletrônico e publicados na página dos conselhos superiores.

Do veto

Art. 31. O Reitor poderá vetar deliberações do CONSUNI e do CONSEPE, até 05 (cinco) dias da reunião em que tenham sido aprovadas.

§ 1º Vetada a deliberação, o Reitor convocará o respectivo Conselho para, em reunião a realizar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias após a reunião de aprovação, deliberar sobre o veto.

§ 2º A apreciação do veto será feita por um quórum de dois terços do total dos membros do respectivo Conselho Superior e será decidida pela maioria dos votos dos presentes. Não havendo quórum nessa primeira reunião, será convocada, uma única vez, uma nova reunião, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja deliberado o veto.

§ 3º Não ocorrendo a segunda reunião, por falta de quórum, fica mantido o veto.

Art. 32. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e revoga-se os dispositivos em contrário.

Mossoró, XX de agosto de 2017.

José de Arimatea de Matos
Presidente

5º Ponto

Outras ocorrências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

UFERSA - SOC [redacted]

DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 110/2017, de 08 de agosto de 2017.

Aprova o afastamento para qualificação do servidor docente Miguel Carioca Neto.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA,** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **7ª Reunião Ordinária** do ano 2017, realizada no dia 08 de agosto,

CONSIDERANDO o Processo Nº 23091.007299/2017-11;

CONSIDERANDO o Art. 367 do Regimento Geral da UFERSA;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar o afastamento para qualificação do servidor docente Miguel Carioca Neto, no período de 02 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró, 08 de agosto de 2017.

[redacted]

José de Arimatea de Matos
Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0623/2018, de 06 de novembro de 2018.

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016,

CONSIDERANDO o que consta no Processo n° 23091.007299/2017-11;

CONSIDERANDO a Decisão CONSEPE/UFERSA nº 083/2018, de 29 de outubro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a renovação do afastamento do servidor docente **Miguel Carioca Neto**, matrícula SIAPE nº [redacted], professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas desta Universidade, no período de 02 de novembro de 2018 a 01 de novembro de 2019, com a finalidade de dar continuidade ao Doutorado em Direito Constitucional, na Universidade de Fortaleza - UNIFOR, em Fortaleza - CE.

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 02 de novembro de 2018.

[redacted]
José de Arimatea de Matos
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0800/2019, de 17 de dezembro de 2019.

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016,

CONSIDERANDO o que consta nos Processos n° 23091.007299/2017-11 e 23091.014364/2019-74;

CONSIDERANDO a Decisão CONSEPE/UFERSA nº 087/2019, de 12 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a renovação do afastamento do servidor docente **Miguel Carioca Neto**, matrícula SIAPE nº [redacted], professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, com a finalidade de dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado em Direito Constitucional, na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, em Fortaleza/CE, no período de 03 de novembro de 2019 a 02 de novembro de 2020.

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data e seus efeitos retroagem a 03 de novembro de 2019.

[redacted]
José de Arimatea de Matos
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA UFERSA/GAB Nº 643, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020.

O Vice-Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela PORTARIA UFERSA/GAB Nº 466/2020, de 8 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2020, e considerando o que consta no Processo n° 23091.007299/2017-11, resolve:

Art. 1º Autorizar, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a renovação do afastamento do servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula SIAPE nº [redacted], professor do Centro de Ciências Sociais, Aplicadas e Humanas, com a finalidade de dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, em Fortaleza/CE, no período de 3 de novembro de 2020 a 2 de novembro de 2021.

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data.

[redacted]
Roberto Vieira Pordeus
Vice-Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA UFERSA/GAB Nº 677, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020.

A Reitora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e considerando o que determina o art. 44, inciso XIX, do Estatuto da UFERSA; a PORTARIA UFERSA/GAB Nº 643, de 3 de novembro de 2020; a solicitação de retificação da referida portaria, encaminhada ao e-mail da Secretaria do Gabinete da Reitoria em 16 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Retificar a PORTARIA UFERSA/GAB Nº 643, de 3 de novembro de 2020, que trata de autorizar, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a renovação do afastamento do servidor docente Miguel Carioca Neto, da maneira como segue:

Onde se lê: "no período de 3 de novembro de 2020 a 2 de novembro de 2021", leia-se: " no período de 3 de novembro de 2020 a 31 de julho de 2021".

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 3 de novembro de 2020.

[redacted]

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, remotamente, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência da reitora, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da nona reunião ordinária de dois mil e vinte. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC): **Paulo Gustavo da Silva**; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Sueldes de Araújo**; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): **Débora Andréa Evangelista**; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **José Torres Filho**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Lívio Carvalho de Figueiredo**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Rafael Castelo Guedes Martins**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva;** Centro de Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Junior**; Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Francisco Edcarlos Alves Leite;** Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro;** Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF)**: Ricardo Paulo Fonseca Melo;** Representante técnico-administrativo: **Lissandro Arielle Vale Batista;** Representantes discentes: **Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva** e **Ianara Maressa Macedo da Rocha.** Conselheiros com faltas não justificada: Anne Janaina Toscano dos Santos Silva. **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a ata da oitava reunião ordinária e de dois mil e vinte. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre renovação de afastamento. **Terceiro** ponto**:** Apreciação e homologação sobre designação pela Reitora *ad referendum* do CONSEPE, as renovações de servidores docentes. **Quarto ponto:** Apreciação e emissão de parecer ao CONSUNI sobre processos de redistribuição de servidores docentes. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre os Programas Gerais de Componentes Curriculares (PGCC'S) dos *campi* Angicos, Mossoró, Pau dos Ferros e Caraúbas, conforme parecer encaminhado via memorando eletrônico número duzentos e quatro de dois mil e vinte (PROGRAD). **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre calendário acadêmico da graduação dos semestres letivos de dois mil e vinte ponto dois e dois mil e vinte e um ponto um. **Sétimo ponto**: Outras ocorrências. Tendo constado o quórum legal, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta, a colocou em discussão e solicitou a inclusão da renovação de afastamento do docente Fernando Neres de Oliveira ao segundo ponto de pauta. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva**, em nome do CCSAH, solicitou a retirada do sexto ponto de pauta para que fosse feita uma discussão nas próximas reuniões dos departamentos, com o intuito de que o ponto retornasse posteriormente ao presente conselho, já que as funções para

execução do referido calendário, no atual momento, não traziam segurança acadêmica e nem segurança referente à saúde pública. O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** solicitou a retirada do sexto ponto de pauta e solicitou, também, que os próximos calendários também fossem discutidos com antecedência pela comunidade acadêmica, antes de chegar ao CONSEPE. O conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** solicitou a participação das docentes do curso de Medicina Andrea Taborda Ribas da Cunha e Tammy Rodrigues. Endossou, ainda, a retirada do sexto ponto de pauta e a necessidade de definição de uma reunião extraordinária para discussão do referido ponto. Em seguida, a solicitação de participação das docentes foi votada e aprovada por unanimidade. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** solicitou a retirada do sexto ponto de pauta para que o mesmo retornasse para discussão nas bases e posteriormente retornasse, também, ao CONSEPE acompanhado de uma minuta especifica. O conselheiro **Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva** endossou a necessidade de retirada do sexto ponto de pauta e solicitou, também, a participação das discentes do curso de Medicina Adria Raiane de Souza Silva e Karol Cavalcante de Souza. A solicitação foi votada e aprovada por treze votos favoráveis e uma abstenção. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro**, em nome do CMC, reforçou a solicitação de retirada do sexto ponto de pauta. Solicitou, ainda, caso o referido ponto não fosse retirado, esclarecimentos da PROGRAD com relação à construção e ao formato do calendário acadêmico. O conselheiro **Sueldes de Araújo** salientou que o calendário apresentado não apresentava nenhum problema de vinculação com a minuta que seria discutida posteriormente e nem com o formato de ensino que seria trabalhado nos próximos semestres. Disse, ainda, que a PROGRAD havia entendido que daria para contemplar oitenta e quatro dias letivos, com o intuito de que o impacto da pandemia pudesse ser amenizado no calendário. Falou, ainda, que era possível que três semestres com oitenta e quatro dias letivos fossem aprovados, mas não em um único ano. O conselheiro enfatizou, também, que a proposta do comitê de graduação seria de retirada do sexto ponto de pauta para que se pudesse realizar um estudo, com a finalidade de que fosse apresentado o calendário junto com a minuta reorganizada em uma reunião extraordinária do presente conselho. A convidada **Andrea Taborda Ribas da Cunha** falou acerca do formato particular do curso de Medicina e pediu sensibilidade perante às especificidades desse com relação às datas acerca do semestre letivo da instituição. A convidada **Adria Raiane de Souza Silva** falou acerca dos malefícios que um semestre com dias letivos reduzidos traria para a aprendizagem dos alunos do curso de Medicina. Em seguida, a solicitação de inclusão da renovação de afastamento do docente Fernando Neres de Oliveira ao segundo ponto de pauta, feita pela presidente do conselho, foi votada e aprovada por doze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** declarou seu voto contrário, com a justificativa de que não houve tempo hábil para discussão nos centros. O conselheiro **Sueldes de Araújo** perguntou se a

minuta seria encaminhada diretamente para as bases ou se seria submetida ao CONSEPE para que esse abrisse o prazo de dez dias, com relator, e posteriormente encaminhasse às bases. A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** em resposta ao conselheiro Sueldes de Araújo, salientou a necessidade de que fosse feito um cronograma de discussões e de que somente retornasse ao CONSEPE após a discussão com as bases. Logo após, a proposta feita pelos conselheiros de retirada do sexto ponto de pauta para que esse retornasse às bases e posteriormente ao conselho, em uma reunião extraordinária e, também, a proposta de que os próximos calendários fossem discutidos com antecedência pela comunidade acadêmica, antes de chegar ao CONSEPE, foi votada e aprovada por treze votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, a pauta, com alterações foi votada e aprovada por treze votos favoráveis e um voto contrário. **PRIMEIRO PONTO.** Sem discussões, a ata da oitava reunião ordinária de dois mil e vinte foi votada e aprovada, sem emendas, por unanimidade. Todas as correções propostas pelos conselheiros foram realizadas nas referidas atas conforme estabelecido no parágrafo segundo, do artigo oitavo da resolução número onze de dois mil e dezessete do CONSUNI. **SEGUNDO PONTO.** A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** colocou o ponto em discussão. O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** apontou uma desconformidade nas datas do processo de afastamento do docente Thadeu Ribeiro Benício Milfont. Encaminhou, portanto, em nome do CMPF, que a referida renovação fosse aprovada até trinta e um de julho de dois mil e vinte e um, podendo ser estendida até dezenove de novembro de dois mil e vinte e um, caso o docente apresentasse algum documento comprobatório. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** reforçou o encaminhamento feito pelo conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** salientou que os afastamentos não ficavam atrelados ao suposto prazo de término do programa de pós-graduação, já que a legislação previa um prazo de quatro anos. Enfatizou, também, que a documentação do servidor Thadeu Ribeiro Benício Milfont estava em conformidade. O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** retirou seu encaminhamento. Em seguida, o processo do servidor Thadeu Ribeiro Benício Milfont, de acordo com despacho da PROGEPE, foi votado e aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. Posteriormente, sem discussões, o processo do servidor Fernando Neres de Oliveira foi votado e aprovado por oito votos favoráveis e cinco abstenções. O conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** declarou sua abstenção em função do atraso referente ao envio do documento. **TERCEIRO PONTO.** A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** colocou o ponto em discussão. O conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** falou acerca da ausência de uma portaria, referente ao despacho do *ad referendum,* no processo do servidor Miguel Carioca Neto. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** apontou desconformidades nas datas de solicitação do afastamento do servidor Miguel Carioca Neto. Solicitou, também, esclarecimentos referentes à contratação

de substituto. Disse, ainda, que o CMC votaria favorável ao *ad referendum* caso o afastamento do referido docente fosse até trinta e um de julho de dois mil e vinte e um. A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** ratificou o prazo do afastamento do servidor Miguel Carioca Neto para trinta e um de julho de dois mil e vinte e um e informou, também, que a assessoria jurídica do gabinete encaminhou à Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), no dia três de novembro, o despacho do *ad referendum.* Em seguida, o processo do servidor Miguel Carioca Neto foi votado e aprovado por unanimidade. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** fez observações nas datas do processo da servidora Jarbele Cassia da Silva Coutinho, já que o parecer da PROGEPE e da Divisão de Desenvolvimento Pessoal (DDP) havia autorizado o afastamento até o dia vinte e dois de agosto, porém a data apresentada na pasta era até 7 de novembro. A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** ratificou, também, o prazo do afastamento da servidora Jarbele Cassia da Silva Coutinho para dia vinte e dois de agosto. O processo da servidora Jarbele Cassia da Silva Coutinho, com correções nas datas, foi votado e aprovado, também, por unanimidade. **QUARTO PONTO.** A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira,** colocou o ponto em discussão. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** externou o posicionamento favorável do CE referente aos dois processos de redistribuições. Falou, com relação ao processo do docente Rodrigo César, acerca das cartas de anuência feitas com o intuito de que fossem supridas as atividades de ensino, pesquisa e extensão durante o período em que a vaga estivesse em aberta. Sem mais discussões, o ponto foi votado e aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O ponto não gerou discussões e foi votado e aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. **SEXTO PONTO.** Retirado de pauta. **SÉTIMO PONTO (outras ocorrências)**. O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** externou questionamentos acerca de uma inconsistência no preenchimento do Plano Individual Docente (PID) e perguntou, ainda, acerca das datas do edital de monitoria. O conselheiro **Sueldes de Araújo** disse que no planejamento da PROGRAD havia sido estabelecido que o período que antecedeu a pandemia também deveria ser contabilizado. O conselheiro comunicou, ainda, sobre a realização do fórum de coordenadores de curso que iria acontecer, de forma virtual, dia dezoito de novembro de dois mil e vinte. Falou, ainda, acerca das especificidades do evento e acerca dos professores que iriam realizar as discussões. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** enfatizou que, de acordo com o artigo vinte e dois do estatuto da instituição, o Pró-Reitor deveria colocar na reunião do comitê a pauta do CONSEPE para que a mesma fosse deliberada. Nesse sentido, o conselheiro solicitou, portanto, esclarecimentos, já que o comitê de extensão não estava apreciando a pauta como um todo. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva,** em resposta ao conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior, explicou que em sua primeira reunião enquanto presidente do comitê de extensão, havia sido levantado, por uma integrante do comitê, qual seria o papel desse. Assim, a participante

havia externado, portanto, que a mesma não se sentia confortável em deliberar pautas do CONSEPE a qual não pertenciam à temática de extensão, como por exemplo processos de afastamentos. Nesse sentido, em função do levantamento feito pela participante e endossado por outros membros, o comitê havia acordado em fazer deliberações de assuntos que fossem específicos de extensão. Logo, na reunião, chegou-se ao entendimento de que o referido comitê deveria apreciar a pauta do CONSEPE e deliberar somente sobre assuntos de extensão. O conselheiro comunicou, ainda, que havia solicitado o parecer ao procurador referente ao papel desempenhado pelo comitê de extensão, com o intuito de que fossem dirimidas todas as dúvidas. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** falou acerca da necessidade de prorrogação do prazo de solicitação para as turmas de dois mil e vinte ponto dois estabelecido pela PROGRAD. Apontou, ainda, desconformidades no PID e no Relatório Individual Docente (RID) e, por isso, perguntou qual Pró-Reitoria opinaria sobre os mesmos. Solicitou, por fim, que as convocações do CONSEPE chegassem com um pouco mais de antecedência para que todas as instâncias pudessem discuti-las. A conselheira **Débora Andréa Evangelista** externou informes acerca de ações realizadas pela PROPPG ao decorrer do último mês. Falou, portanto, sobre o novo modelo multidimensional de avaliação dos programas realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sobre as estratégias que a universidade deveria adotar com relação à avaliação dessa. Ressaltou, ainda, o trabalho conjunto feito pela PROPPG juntamente às outras Pró-Reitorias. Por fim, salientou a realização do Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) na instituição. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** disse, com relação às colocações acerca das deliberações feitas pelo comitê de extensão, que o papel do referido comitê seria de levar as deliberações que ocorressem no mesmo, como constava no estatuto e no regimento da universidade. Salientou, ainda, que as resoluções não eram invalidadas com a aprovação do regimento e sim que passaria a ser validado o que não estivesse em desconformidade com esse. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva,** perguntou ao conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite,** se seria prudente um professor ter voz duas vezes na pauta do CONSEPE, sendo esse participante de um departamento o qual ele iria votar sobre determinado assunto. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite,** em resposta ao conselheiro Paulo Gustavo da Silva, salientou a diferença existente entre deliberações de pauta de extensão e deliberação exclusiva sobre a pauta do CONSEPE. Enfatizou, ainda, que o mesmo fazia parte de departamento, do Conselho de Centro e do CONSEPE e que tal condição era regimentada. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** manifestou, em nome do CCEN, os pêsames pelo falecimento do professor Thadeu Brandão. Salientou, ainda, que o comitê de extensão era soberano e que o mesmo poderia escolher quais pontos de pauta iriam entrar na discussão. A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, manifestou profundo pesar pela partida prematura do professor Thadeu Brandão. Salientou, também, a

homenagem feita ao referido professor referente à atribuição de seu nome ao teatro da universidade que seria inaugurado brevemente. Nada mais havendo a discutir, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia onze de dezembro de dois mil e vinte, segue assinada pelo presidente em exercício do CONSEPE, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente:

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira_____

Pró-Reitores:

PROEC: Paulo Gustavo da Silva_____

PROGRAD: Sueldes de Araújo _____

PROPPG: Débora Andréa Evangelista_____

Centro de Ciências Agrarias – CCA:

José Torres Filho _____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:

Lívio Carvalho de Figueiredo_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:

Rafael Castelo Guedes Martins _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:

Ângelo Magalhães Silva _____

Centro de Engenharias – CE:

Manoel Quirino da Silva Junior_____

Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA:

Francisco Edcarlos Alves Leite _____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:

Hudson Pacheco Pinheiro_____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:

Ricardo Paulo Fonseca Melo_____

Representante técnico-administrativo:

Lissandro Arielle Vale Batista_____

Representante discentes:

Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva_____

Ianara Maressa Macedo da Rocha_____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

214 Éricka Tayana Lima Bezerra _____

UFERSA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome: MIGUEL CARIOCA NETO	Matrícula SIAPE: [redacted]
Endereço: [redacted]	Cidade/Estado: [redacted]
E-mail: [redacted]	Telefone(s): [redacted]
Cargo/Emprego/Função: Professor(a) do Magistério Superior	Código/Nível/Referência: 5-502
Lotação: DCSA	
Tipo de Vínculo com a UFERSA: Servidor(a) Ativo(a)	

OBJETIVO DO REQUERIMENTO

PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO

DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO

De acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2014, de 24 de novembro de 2014 (com anexo alterado pela Resolução CONSUNI 006-2017), e com a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, solicito à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD:

Requerimento: Retribuição por Titulação (RT)
Título obtido: Doutor(a)
Nível atual na carreira: nível 1 da Classe A - Professor Assistente A
Estágio Probatório: Aprovado

Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD.

Data: 22/10/2021

[redacted]
Assinatura do Servidor/Requerente

PROCEDIMENTOS

1. Preencher e salvar o presente formulário;
2. Juntar o PDF deste arquivo e dos documentos comprobatórios em um só PDF;
3. Renomear o PDF juntado com seu nome completo;
4. Abrir o arquivo PDF juntado e efetuar a assinatura digital;
5. Enviar o arquivo PDF assinado para o e-mail do setor de protocolo do *campus* no qual esteja lotado(a).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0727/2014, de 05 de junho de 2014

O Reitor em exercício da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0722/2012, de 07 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 23091.001287/2014-22,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor docente **Miguel Carioca Neto,** matrícula SIAPE nº [redacted], progressão funcional da Classe de Professor Assistente 01 para Professor Assistente 02.

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 30 de julho de 2012.

[redacted]

Francisco Odolberto de Araújo
Reitor em Exercício

DocuSign Envelope ID: 49B1C963-C477-463C-A6D1-FA8AE4F34C10

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

DECLARAÇÃO

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado / Doutorado em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza **declara**, para os devidos fins, que **MIGUEL CARIOCA NETO**, matricula [redacted], concluiu a carga horária exigida em disciplinas do Curso de Doutorado em Direito Constitucional, bem como apresentou e defendeu publicamente a tese **"DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE PRIVADA PARA OS QUILOMBOLAS NO CEARÁ, IMPACTOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE TITULAÇÃO"** sob a orientação da Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu, no dia 26 de agosto de 2021, e consequentemente para emissão do diploma que certifica tal titulação.

Fortaleza, 07 de outubro de 2021.

DocuSigned by:
Rômulo Guilherme Leitão
6CB27607AD9C4EF...

Prof. Dr. Rômulo Guilherme Leitão

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional Mestrado e Doutorado.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL / MESTRADO E DOUTORADO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DA TESE

A Tese intitulada "**DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE PRIVADA PARA OS QUILOMBOLAS NO CEARÁ, IMPACTOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE TITULAÇÃO**", elaborada pelo Doutorando **MIGUEL CARIOCA NETO,** foi apresentada em sessão remota de arguição e avaliação, em 26 de agosto de 2021, às 15h, perante a Banca Examinadora formada pela Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Orientadora e Presidente da banca, Profa. Dra. Norma Suely Padilha, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – Examinadora, Profa. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques, da Universidade Nove De Julho (UNINOVE) – Examinadora, Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches, do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – Examinadora, Profa. Dra. Monica Mota Tassigny, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Examinadora, Prof. Dr. Alessander Wilckson Cabral Sales, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - Examinador. Inicialmente o doutorando foi apresentado aos componentes da banca pela sua orientadora, concedendo-lhe o tempo de 30 minutos para apresentação e defesa de tese. Em seguida, foram feitas arguições e considerações pelos membros da banca que avaliaram o trabalho nos aspectos teórico e metodológico. Em igual período foi deferido o doutorando prazo de resposta aos questionamentos. Após essas considerações, a banca deliberou o seguinte resultado:

Aprovado (X) Aprovado com restrição ( ) Não aprovado ( )

Uma vez aprovado, outorga-se o doutorando o título de Doutor em Direito Constitucional. O Doutorando autoriza à Universidade de Fortaleza a divulgação da tese no site da Universidade, em conformidade com a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro 2006, expedida pela CAPES. Em conformidade com a Portaria nº R24/2006, expedida pela Universidade de Fortaleza, o Doutorando deverá entregar a tese (em formato eletrônico) no prazo de sessenta dias, contados a partir da data da respectiva defesa, sob pena de invalidação da sessão pública de defesa e da impossibilidade de expedição do diploma.

Fortaleza (CE), 26 de agosto de 2021.

[redacted]

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu
Presidente da Sessão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 580 / 2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 07 de fevereiro de 2023.

01. A solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula Siape nº [redacted], trata-se do requerimento de progressão funcional docente para o nível 4 da Classe C - Professor Adjunto - com interstício de avaliação de 11/11/2020 a 10/11/2022, abrangendo os semestres letivos concluídos de 2020.1; 2020.2; 2021.1 e 2021.2.

02. Considerando o estabelecido no Art. 6º, §2º e §3º, da **Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2014, de 24 de novembro de 2014**, observou-se o que se segue:

- conforme a **Portaria nº 643, de 3 novembro de 2020**, foi inicialmente autorizado o afastamento do docente no período de 03/11/2020 a 02/11/2021;
- em seguida, foi emitida a **Portaria nº 677, de 17 novembro de 2020**, retificando a portaria **Portaria nº 643**, autorizando o afastamento no docente no período de 03/11/2020 a 31/07/2021;
- posteriormente, foi emitida a **Portaria nº 617 de 14 de Outubro de 2021**, nomeando o professor para exercer função administrativa a partir de 14/10/2021.

03. Portanto, de acordo com a documentação apresentada, o docente deveria ter carga horária ministrada em 2021.1, a partir de 31/07/2021 até 13/10/2021. Entretanto, observou-se que o docente não teve disciplinas ministradas nesse semestre letivo, não atingindo, portanto, a carga horária mínima de 08 (oito) horas-aulas semanais.

04. Considerando o exposto, encaminhe-se este processo ao Departamento de Ciencias Sociais Aplicadas - DCSA/CCSAH - para que o departamento apresente declaração com justificativa pela qual o docente não teve a carga horária mínima no semestre supracitado.

05. Em seguida, este processo deverá ser encaminhado à CPPD para reavaliação.

(Assinado digitalmente em 08/02/2023 17:19)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.016146/2022-63

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **580**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **07/02/2023** e o código de verificação: **62cfbc3e30**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 617, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelece o inciso VI do artigo 44 do Estatuto da universidade, resolve:

Art. 1º Nomear o servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula Siape nº 1634744, ocupante do cargo de Professor de Magistério Superior, para exercer a função de Assessor Especial, código CD-4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERPRO
[redacted]
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço : <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

DocuSign Envelope ID: A16B88DE-AFFB-46E6-A563-AB09406C7A28

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

DECLARAÇÃO

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado / Doutorado em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza declara, para os devidos fins, que MIGUEL CARIOCA NETO, matricula [redacted], defendeu em 26 de agosto de 2021 a Tese intitulada "DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE PRIVADA PARA OS QUILOMBOLAS NO CEARÁ, IMPACTOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE TITULAÇÃO", tendo como orientadora a Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu da Universidade Fortaleza(UNIFOR), tendo vínculo com o Programa até 30 de outubro de 2021, sendo assim foram realizadas alterações e correções no material, pois foi necessário prorrogação do prazo para que fossem efetuadas as alterações e correções requeridas no material definitivo a ser entregue ao PPGD

Fortaleza, 16 de Janeiro 2023.

DocuSigned by:
Rômulo Guilherme Leitão
8CB27807AD9C4EF...

Prof. Dr. Rômulo Guilherme Leitão,

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional Mestrado e Doutorado.

Rodrigo Leite <rodrigoleite@ufersa.edu.br>

Re: Convite atualizado: Reunião: Assessores Jurídicos - sex. 8 out. 2021 12:00 - 14:00 (BRT) (miguelcarioca@ufersa.edu.br)

1 mensagem

Miguel Carioca Neto <[redacted]> 4 de outubro de 2021 às 14:00

[redacted]

Prezados, boa tarde!
Confirmo presença.

Prof. Miguel Carioca Neto
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

Em dom., 3 de out. de 2021 às 21:19, Gabinete da Reitoria <gabinete@ufersa.edu.br> escreveu:

Este evento foi alterado.

Alterado: Reunião: Assessores Jurídicos

Quando sex. 8 out. 2021 12:00 – 14:00 Horário Padrão de Brasília - Fortaleza

Onde **Alterado:** Reitoria - UFERSA, 1366 - R. Francisco Mota, 1138 - Alto de São Manoel, Mossoró - RN, 59625-526, Brasil (mapa)

Agenda [redacted]

Quem
- [redacted] - organizador
- [redacted] - criador
- [redacted]
- [redacted]
- [redacted]
- [redacted]

Alterado: Pauta: **mais detalhes »**

- Demandas da assessoria.

Você vai(miguelcarioca@ufersa.edu.br)? **Sim** - **Talvez** - **Não** mais opções »

Convite do Google Agenda

Você está recebendo este e-mail na conta miguelcarioca@ufersa.edu.br porque está inscrito no convites atualizados da agenda miguelcarioca@ufersa.edu.br.

Para parar de receber estes e-mails, faça o login em https://calendar.google.com/calendar/ e altere as configurações de notificação desta agenda.

Encaminhar este convite talvez permita que qualquer destinatário modifique sua resposta de RSVP, envie uma resposta ao organizador e seja adicionado à lista de convidados ou convide outras pessoas, independentemente do status de convite delas. Saiba mais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA),** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **2ª Reunião Extraordinária de 2018**, em sessão realizada no dia 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO o que estabelece a Nota Técnica nº 6.197-2015/ MP;

CONSIDERANDO o teor do Decreto n° 5707/2006;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 8.112/1990;

CONSIDERANDO os termos do artigo 30, § 3º, da Lei nº. 12.772/2012;

R E S O L V E:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Regulamentar as normas para qualificação do corpo docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior, com ou sem afastamento, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 2º Caberá aos Centros apresentar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), até o encerramento do ano anterior, o Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD), para o ano seguinte.

§ 1º À PROPPG compete, considerada a legislação em vigor, a elaboração e publicação do edital anual onde serão estabelecidos os prazos e normas para elaboração do PQD dos Centros.

§ 2º Em cada Centro deverá ser elaborado um PQD em nível de pós-graduação *stricto sensu* e outro em nível de estágio pós-doutoral.

§ 3º O PQD de cada Centro deverá ser elaborado e avaliado por comissão específica e aprovado pelo respectivo Conselho de Centro.

§ 4º A comissão a que se refere o parágrafo anterior será composta por 3 (três) representantes docentes do respectivo Centro, indicados pelas Assembleias Departamentais e eleitos no Conselho de Centro.

Art. 3º Todo e qualquer afastamento de que trata esta Resolução somente será permitido se inicialmente for autorizado pelo Departamento Acadêmico e Centro de lotação do docente.

CAPÍTULO II
DA HABILITAÇÃO E DOS CRITÉRIOS PARA O AFASTAMENTO

Art. 4º Em âmbito nacional, os docentes deverão ser qualificados, em programas que sejam credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, em âmbito internacional, por instituições que apresentem programas de pós-graduação *stricto sensu* equivalentes a programas reconhecidos pela CAPES, conforme a legislação vigente.

Parágrafo único. Não será concedida autorização de afastamento total para realização de curso de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral na mesma cidade de lotação do docente.

Art. 5º Estarão habilitados a candidatar-se ao afastamento para qualificação em programas de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral:

I - os docentes que não estiverem afastados por licença para tratar de assuntos particulares ou para capacitação;

II - os docentes que nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento, não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para capacitação ou qualificação; e

III - os docentes que não estiverem respondendo à sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou cumprindo penalidade administrativa.

Art. 6º Somente poderá ser solicitado afastamento de docente que o solicite para qualificação em nível superior ao que possui, exceto:

I - para qualificação pós-doutoral; e

II - para qualificação doutoral, quando transcorridos pelo menos 10 (dez) anos de efetivo exercício na UFERSA e o docente ainda não tiver sido contemplado pela instituição com afastamento para o nível pretendido.

Art. 7º O PQD de cada Centro deverá obedecer, de acordo com os docentes que pleiteiam o afastamento para qualificação, a ordem decrescente de pontuação obtida na planilha de pontuação, cujos valores das dimensões são obtidos com o preenchimento individual do Anexo desta Resolução.

§ 1º O docente que não atender qualquer um dos requisitos para se afastar, terá a vaga preenchida pelo docente que lhe seguir na ordem de classificação, com base na pontuação, e assim sucessivamente.

§ 2º O docente que foi liberado para realização de qualificação pela UFERSA nos últimos 3 (três) anos terá sua pontuação final calculada, após o preenchimento do Anexo, pela seguinte equação:

$$P_f = \frac{N - 1}{3} \times P$$

Onde:
P_f - Pontuação final para classificação;
N - Número de anos completos entre término da última liberação e a solicitação atual;
P - Pontuação oriunda do preenchimento do Anexo.

Art. 8º Para fins de desempates serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I - maior tempo de docência no quadro efetivo da UFERSA;

II - maior tempo de serviço público federal; e

III - maior idade.

Art. 9º O número de docentes afastados obedecerá ao disposto na legislação vigente e os referidos afastamentos serão condicionados às necessidades de cada Centro, conforme PQD, mediante disponibilidade do Banco de Professor Equivalente.

§ 1º Independentemente da disponibilidade no Banco de Professor Equivalente, o Centro poderá comprovar a ausência de prejuízo à continuidade do serviço público, mediante anuência expressa de outros docentes da mesma área que se disponibilizem a assumir os componentes curriculares do docente afastado durante todo seu afastamento, sem prejuízo das suas atividades de docência.

§ 2º Os afastamentos de docentes não poderão exceder 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento.

I - entende-se por área de conhecimento as definidas pela tabela de área da CAPES;

II - cabe ao Conselho de Centro de origem do solicitante do afastamento o controle sobre a liberação dos docentes, respeitado o §2º deste artigo, constando essa informação no parecer emitido pelo Centro;

III - para os casos dos cursos de segundo ciclo, entende-se por grupo de docentes aqueles que atuam em seus componentes curriculares específicos, incluindo os componentes optativos do curso de primeiro ciclo.

§ 3º Cada Centro deverá reservar um mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas de professor substituto destinadas anualmente pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), arredondando-se para o inteiro inferior, aos que pleiteiam realizar estágio pós-doutoral.

§ 4º Havendo disponibilidade no Centro e na hipótese da demanda no PQD para pós-graduação *stricto sensu* não ocupar todas as vagas de professor substituto, as vagas remanescentes poderão ser destinadas para estágio pós-doutoral e vice-versa.

Art. 10. O afastamento de docente para cursar mestrado interinstitucional (Minter) ou Doutorado Interinstitucional (Dinter), somente será permitido para aqueles cujo plano de curso esteja prevista atuação obrigatória na instituição promotora.

§ 1º Os prazos máximos de afastamento permitidos serão de 6 (seis) meses para o mestrado, e de 12 (doze) meses para o doutorado.

§ 2 º O afastamento destina-se exclusivamente à realização de pesquisa na sede da instituição promotora, não sendo permitido enquanto as atividades do Minter ou Dinter estiverem sendo realizadas fora da instituição promotora do curso.

§ 3º Independentemente do previsto no *caput* e nos parágrafos anteriores, os afastamentos para Minter ou Dinter poderão ocorrer integralmente por anuência expressa de docentes da mesma área de atuação do solicitante ou através do afastamento parcial conforme previstos nesta Resolução.

Art. 11. O afastamento para qualificação em cursos promovidos pela UFERSA só poderá ocorrer nas modalidades parcial, com anuência ou quando o curso ocorrer em município distinto daquele da unidade de lotação do docente.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade de vaga de professor substituto no Centro e estando o candidato inscrito no PQD, poderá ser concedido o afastamento para a mesma sede municipal de lotação do docente com utilização de vaga de professor substituto.

CAPÍTULO III
DA SOLICITAÇÃO DE AFASTAMENTO

Art. 12. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até 90 (noventa) dias antes do início do afastamento.

Parágrafo único. A não observância do prazo previsto no *caput* ocasionará o retorno do processo ao Centro, para adequação aos termos desta Resolução.

Art. 13. O processo de afastamento do docente deverá ser protocolado com a documentação abaixo e na seguinte ordem:

I - formulário de requerimento;

II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG;

III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral;

IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação *stricto sensu* ou aceitação do candidato para realizar estágio pós-doutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso;

V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente;

VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG;

VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º desta Resolução; e

VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

Art. 14. Em caso de pós-graduação *stricto sensu*, o docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido no inciso IV do artigo anterior poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto.

Parágrafo único. A solicitação inicial de afastamento deverá contemplar a totalidade do período pleiteado pelo docente, sendo necessária, a cada ano, a renovação do afastamento.

Art. 15. A solicitação de afastamento inicial do docente deverá ser apreciada e aprovada, sucessivamente, nas seguintes instâncias:

I - Assembleia do Departamento Acadêmico de lotação do requerente;

II - Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte;

III - PROPPG;

IV - PROGEPE;

V - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); e

VI - Conselho Superior competente.

§ 1º Qualquer instância acima que verificar desconformidade no processo deverá retorná-lo à unidade de lotação do docente solicitando providências.

§ 2º Em se tratando de pedido inicial de afastamento, o Conselho Superior Competente será o CONSUNI, o qual deliberará uma única vez para todo o período solicitado, delegando ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a atribuição pela análise e renovação anual do afastamento, quando aplicável.

Art. 16. Após aprovação na última instância citada no artigo 15, o processo será encaminhado ao Gabinete do Reitor para publicação de ato autorizando o afastamento.

§ 1º É vedado ao docente afastar-se para qualificação, sem a prévia publicação do ato a que se refere este artigo.

§ 2º No caso de afastamento para cursar programas de pós-graduação *stricto sensu*, o ato de afastamento a que se refere este artigo só será publicado após anexação processual de comprovante de aprovação ou matrícula do requerente.

§ 3º Em observância ao princípio da continuidade do serviço público, a emissão de portaria ficará condicionada à efetiva contratação de professor substituto, ou a anuência por escrito dos docentes que ministrarão os componentes curriculares do requerente.

Art. 17. Os afastamentos para qualificação no exterior seguirão os mesmos procedimentos e critérios adotados para afastamento no país, além daqueles estabelecidos na legislação específica em vigor.

Parágrafo único. Nos casos de afastamento para capacitação de cursos *stricto sensu* no exterior, o diploma deverá ser reconhecido em Instituição de Ensino Superior (IES) brasileira, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DOS PRAZOS PARA AFASTAMENTO

Art. 18. A autorização para afastamento com vistas à realização de curso de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral será de:

I - até 24 (vinte e quatro) meses para mestrado;

II - até 48 (quarenta e oito) meses para doutorado; e

III - até 12 (doze) meses para estágio pós-doutoral.

CAPÍTULO V
DA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO

Art. 19. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento.

Parágrafo único. O descumprimento do prazo previsto no *caput* ocasionará o retorno do docente às suas atividades na UFERSA, ficando vedada a renovação do afastamento anterior.

Art. 20 O processo de renovação de afastamento do docente deverá ser protocolado com a documentação discriminada abaixo e na seguinte ordem:

I - formulário de requerimento;

II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG;

III - termo de Compromisso;

IV - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente a ser afastado, em caso de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto;

V - comprovante de matrícula atualizado e histórico do requerente;

VI - relatórios de atividades acadêmicas em formulário disponibilizado pela PROPPG; e

VII - relatórios de avaliação de desempenho, em formulário disponibilizado pela PROPPG, devidamente assinados pelo orientador do pós-graduando ou supervisor do estágio pós-doutoral.

Art. 21. A renovação de afastamento do docente deverá ser aprovada nas instâncias já designadas no artigo 15 desta Resolução.

CAPÍTULO VI
DA QUALIFICAÇÃO COM AFASTAMENTO PARCIAL

Art. 22. Aos docentes que prescindam do afastamento total para cursar pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral, poderá ser autorizado o afastamento parcial, nos moldes da legislação vigente, conforme planejamento da sua respectiva unidade acadêmica.

§ 1º O afastamento parcial do docente não poderá prejudicar suas atividades de ensino e não ultrapassará o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do seu regime de trabalho.

§ 2º O docente que pleitear o afastamento parcial deverá participar do PQD do Centro do qual faz parte, considerando o disposto no art. 9º, § 2º desta Resolução.

§ 3º Os docentes em exercício de função de direção, chefia e assessoramento, deverão abdicar destas para serem contemplados com o afastamento parcial.

§ 4º Serão aceitas solicitações de afastamento parcial para realização de curso de pós-graduação *stricto sensu* na cidade de lotação do docente.

§ 5º Não serão aceitos pedidos de afastamento parcial para realização de estágio pós-doutoral na cidade de lotação do docente.

Art. 23. Os pedidos de afastamento parcial deverão ser instruídos, obrigatoriamente, com:

I - requerimento do interessado indicando o período de início e término do afastamento, bem como o local onde será realizado o programa de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral;

II - carta de aceitação e /ou comprovante de matrícula atualizado no programa de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral;

III - plano de trabalho, expondo as atividades a serem desenvolvidas e seu cronograma no curso de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral;

IV - PQD do Centro, comprovando a inscrição do docente no planejamento da unidade; e

V - documento que ateste a aprovação do afastamento pela Assembleia Departamental e pelo Conselho de Centro.

Art. 24. Os pedidos de afastamento parcial deverão ser analisados e aprovados pela PROPPG e pela PROGEPE, cabendo a esta a emissão de ato autorizativo do afastamento parcial.

Parágrafo único. Os afastamentos parciais deverão ser renovados semestralmente pela PROGEPE, mediante aprovação, pelos departamentos acadêmicos, dos relatórios de atividades no decurso da qualificação, informando as atividades realizadas, o cumprimento de etapas requeridas para titulação e publicações ou participações em eventos, além de outras informações de cunho acadêmico.

CAPÍTULO VII
DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES PREVISTAS EM LEI

Art. 25. O docente em atividade de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral assume o compromisso de:

I - apresentar, ao final do afastamento, comprovante de conclusão do curso de Mestrado ou Doutorado;

II - apresentar, ao final do afastamento para estágio pós-doutoral, declaração da efetiva realização do estágio;

III - não alterar o curso aprovado pela Unidade Acadêmica e homologado pelo Conselho Superior competente, não sendo permitido o reingresso;

IV - não interromper ou abandonar o curso ou estágio, salvo em decorrência de impossibilidade manifesta ou força maior, sob pena de sanções administrativas cabíveis;

V - permanecer vinculado à UFERSA por período mínimo igual ao do afastamento concedido; e

VI - ressarcir ao erário público os investimentos feitos, quando em caso de abandono, de não conclusão do curso ou estágio pós-doutoral no período previsto no processo de liberação sem justa causa, de não retorno à UFERSA e de pedido de exoneração ou redistribuição, dentro do período mínimo igual ao do afastamento concedido, conforme legislação vigente.

§ 1º O descumprimento do deste artigo, bem como o desempenho insatisfatório no curso de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral, atestado pelo Centro ao qual o docente está vinculado e pelos documentos constantes no artigo 13 ou 20, propiciarão à UFERSA o pleno direito de exigir o imediato retorno do docente, bem como o de aplicar as sanções previstas na legislação pertinente.

§ 2º Para efeito do disposto do inciso VI deste artigo, considera-se investimentos feitos, as despesas a serem ressarcidas, sejam elas: a bolsa, financiada ou não pela UFERSA, e a remuneração mantida pela IES durante o afastamento, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

§ 3º Considera-se como abandono de curso a não realização da defesa de dissertação ou tese no prazo estabelecido pelo programa

§ 4º Para efeito de avaliação da justa causa a que se refere o inciso VI deste artigo, o candidato deverá apresentar à unidade acadêmica um relatório circunstanciado dos motivos que o levaram à desistência ou à prorrogação do curso ou estágio, para que se forme uma comissão avaliadora indicada em Assembleia Departamental, composta por 2 (dois) representantes do Departamento Acadêmico da área do docente envolvido, 1 (um) representante da PROPPG, 1 (um) representante da PROGEPE e 1 (um) representante da CPPD, com a finalidade de apreciar todos os relatórios do candidato, bem como a justificativa comprovada da não conclusão ou prorrogação.

Art. 26. Após a conclusão do curso, o docente terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a sua Unidade Acadêmica, documento comprobatório emitido pela Coordenação do Curso ou órgão competente da instituição em que realizou a pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral.

§ 1º Entende-se como conclusão do curso de pós-graduação *stricto sensu* a data da defesa da dissertação ou tese.

§ 2º O tempo de afastamento não pode exceder o prazo estabelecido no artigo 18 desta Resolução.

§ 3º O docente terá o prazo de até 14 (quatorze) dias para retornar suas atividades na Instituição, desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no artigo 18 desta Resolução.

§ 4º Em caso de cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados fora do país, o diploma reconhecido deverá ser entregue à PROGEPE.

Art. 27. O arquivamento do processo somente poderá ser feito após a defesa e entrega do comprovante de conclusão de curso, mesmo em casos de interrupção do afastamento por motivos de retorno do interessado à Instituição antes do prazo concedido.

CAPÍTULO VIII
DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO

Art. 28. A Unidade Acadêmica poderá solicitar a interrupção do afastamento concedido e o imediato retorno do servidor docente à Instituição nos seguintes casos:

I - interesse da UFERSA de acordo com a necessidade do serviço;

II – se o docente não renovar a matrícula no programa de pós-graduação *stricto sensu*;

III – se o docente exercer outra atividade com vínculo profissional;

IV – se o docente não protocolar seu processo de renovação dentro do prazo legal estabelecido por esta Resolução; e

V - desempenho insatisfatório.

Art. 29. Enquanto afastados, os docentes farão jus a todos os seus direitos e vantagens, segundo legislação vigente.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Competente.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e fica revogada a Resolução CONSUNI Nº 009/2013 de 08 de novembro de 2013 e demais disposições em contrário.

Mossoró-RN, 25 de junho de 2018.

[redacted]

José de Arimatea de Matos
Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ANEXO
Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

TABELA DE AVALIAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO NO PLANO ANUAL DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE DA UFERSA

Nome: _____ Matrícula SIAPE: _____
Admissão:___/_____/____ Classe:_____ Nível:_____ Ramal:_____
Curso pretendido: _____Tempo solicitado: _____
Tipo de afastamento ( ) Integral ( ) Parcial

ITEM	DIMENSÃO		PONTUAÇÃO	
			MÁXIMA	DOCENTE
1. TEMPO DE DEDICAÇÃO À UFERSA				
1.1	Experiência como docente ocupante de cargo efetivo da UFERSA (por ano completo).		3,0	
1.2	Tempo de afastamento solicitado (em anos)	6 meses	5,0	
		1 ano	4,0	
		2 anos	3,0	
		3 anos	2,0	
		4 anos	1,0	
SUBTOTAL DA DIMENSÃO 1 (PONTUAÇÃO MÁXIMA: 30) =				
2. CURSO PARA QUALIFICAÇÃO (matriculado regularmente ou aprovado)				
2.1	Curso na área em que o docente atua na graduação ou na área dos componente curriculares que ministra		10,0	
2.2	Curso em área afim que o docente atua na graduação		6,0	
2.3	Curso em área transversal de conhecimento que o docente atua na graduação		4,0	
2.4	Curso em área não afim da que o docente atua na graduação		2,0	
SUBTOTAL DA DIMENSÃO 2 (PONTUAÇÃO MÁXIMA: 10) =				
3. ATUAÇÃO NA UFERSA EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (a partir do ingresso como docente na UFERSA e nos últimos 3 (três) anos)				
3.1	Coordenação de projeto de pesquisa financiado cadastrado na PROPPG (por projeto).		4,0	
3.2	Coordenação de projeto de pesquisa cadastrado na PROPPG (por projeto).		2,0	

3.3	Membro de projeto de pesquisa financiado cadastrado na PROPPG (por projeto).		1,0	
3.4	Membro de projeto de pesquisa cadastrado na PROPPG (por projeto).		0,5	
3.5	Coordenação de ação de extensão (Programa, Projeto, Prestação de Serviço) financiada cadastrada na PROEC.		4,0	
3.6	Coordenação de ação de extensão (Programa, Projeto, Prestação de Serviço) cadastrada na PROEC.		2,0	
3.7	Membro de ação de extensão (Programa, Projeto ou Prestação de Serviço) financiada cadastrada na PROEC.		1,0	
3.8	Membro de ação de extensão (Programa, Projeto ou Prestação de Serviço) cadastrada na PROEC.		0,5	
3.9	Coordenação de ação de graduação financiada cadastrada na PROGRAD.		4,0	
3.10	Coordenação de ação de graduação cadastrada na PROGRAD.		2,0	
3.11	Membro de ação de graduação financiada cadastrada na PROGRAD.		1,0	
3.12	Membro de ação de graduação cadastrado na PROGRAD.		0,5	
3.13	Autoria de livro científico com ISBN (em editoras com conselho editorial).		8,0	
3.14	Autoria de capítulo de livro científico com ISBN (em editoras com conselho editorial).		4,0	
3.15	Autoria de trabalhos completos em anais de eventos.	Internacional	2,0	
		Nacional	1,0	
		Local	0,5	
3.16	Autoria de resumos em anais de eventos.	Internacional	1,0	
		Nacional	0,5	
		Local	0,25	
3.17	Autoria e coautoria de artigos em periódicos indexados (Qualis da grande área do curso pretendido para qualificação).	Qualis A1	10,0	
		Qualis A2	9,0	
		Qualis B1	8,0	
		Qualis B2	5,0	
		Qualis B3	4,0	

		Qualis B4	3,0	
		Qualis B5	2,0	
		Qualis C	1,0	
SUBTOTAL DA DIMENSÃO 3 (PONTUAÇÃO MÁXIMA: 40) =				
4 ATUAÇÃO ACADEMICA EM ENSINO NA UFERSA (nos últimos 3 (três) anos)				
4.1	Carga horária ministrada em cursos presenciais.		0,1/15 horas aula	
4.2	Orientação de Monitoria		0,4/semestre	
4.3	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e de Iniciação científica.		1,0 / TCC ou IC	
4.4	Orientação de Trabalho de Dissertação.		2,5 / dissertação	
4.5	Orientação de Trabalho de Tese.		5,0 / tese	
SUBTOTAL DA DIMENSÃO 4 (PONTUAÇÃO MÁXIMA: 40) =				
5. ATUAÇÃO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NA UFERSA (nos últimos 3 (três) anos e por ano completo).				
5.1	Cargo de direção na administração superior.		5,0	
5.2	Diretor de centro ou chefe de departamento acadêmico.		4,0	
5.3	Vice-diretor de centro ou vice-chefe de departamento acadêmico.		2,0	
5.4	Coordenador de curso de graduação ou *pós-graduação stricto sensu*.		3,0	
5.5	Vice-Coordenador de curso de graduação ou *pós-graduação stricto sensu*.		1,5	
5.6	Coordenador de setor administrativo (órgão de assessoria à gestão)		1,5	
5.7	Participação como membro nos Conselhos Superiores.		4,0	
5.8	Membro de Núcleo Docente Estruturante e/ou Colegiado de Curso.		1,5	
5.9	Participação em comissão permanente		3,0	
5.10	Participação em comissão temporária (por portaria)		0,5	
5.11	Participação em comissão de sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar		2,0	
SUBTOTAL DA DIMENSÃO 5 (PONTUAÇÃO MÁXIMA: 40) =				
TOTAL GERAL DE PONTOS EM TODAS AS DIMENSÕES=				

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL
AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

PARECER nº 00067/2023/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.003001/2023-34
INTERESSADOS: ASSESSORIA ESPECIAL - GABINETE DA REITORIA UFERSA.
ASSUNTOS: PROGRESSÃO FUNCIONAL.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PARECER. CONSULTA. ASSESSORIA ESPECIAL. DOCENTE. DOUTORADO. AFASTAMENTO. PERÍODOS IRREGULARES. ERRO ADMINISTRATIVO. QUESTIONAMENTOS. ESCLARECIMENTOS. SUGESTÃO. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de consulta promovida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas referente à promoção - por titulação - do docente Miguel Carioca Neto, tendo em vista questionamentos sobre o seu retorno às atividades acadêmicas. Assim, para fim de esclarecimento, os autos foram encaminhados para avaliação da **Procuradoria Federal na UFERSA**, em obediência ao artigo 10, *caput*, da Lei nº 10.480 / 2002[1]. Além disso, o TCU, no Acórdão/Plenário nº 3.241/2013, já se manifestou termos:

> [...]
> Conforme descrito o artigo 2º, inciso II, alínea "b", c / c artigo 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar 73/1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União), e orientação normativa da Advocacia Geral da União, expressa nas Notas DECOR / CGU / AGU Nº 007 / 2007- SFT e 191/2008-MCL, como atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo são de competência exclusiva da Advocacia-Geral da União, dentre as quais se inclui a emissão de parecer prévio e obrigatório sobre a aprovação de minutas de contratos e de convênios a que alude o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666 / 1993. Assim, tais atribuições não podem ser substituídas pelas opiniões emitidas pelos adjuntos jurídicos, assessores jurídicos civis e militares bacharéis em Direito, sendo-lhes facultado, no máximo, auxiliar os trabalhos jurídicos dos membros do AGU.
> [...]

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **23.02.2023**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequência 1
(a) despacho, constando a consulta formulada pela Assessoria Especial, em **22/02/2023**;

Sequência 2
(b) ata da sétima reunião ordinária do Conselho Universitário da UFERSA, em **08/08/2017**;

Sequência 3
(c) convocação para sétima reunião ordinária do Conselho Universitário da UFERSA, a ser realizada dia **08/08/2017**;

Sequência 4
(d) decisão CONSUNI/UFERSA nº 110/2017, de **08/08/2017,** aprovando o afastamento para qualificação do servido docente Miguel Carioca Neto;

Sequência 5
(e) requerimento de progressão funcional, de **22/10/2021**;

(f) Portaria UFERSA/GAB, nº 0727/2014, de 05 de junho de 2014, concedendo a o servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula SIAPE no1634744, progressão funcional d a Classe d e Professor Assistente 01 para Professor Assistente 02;

Sequência 6
(g) despacho nº 580/2023, de **07/02/2023,** exarado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, solicitando o motivo pelo qual o docente não teve a carga horária mínima no em determinado semestre;

Sequência 7
(h) portaria nº 617, de **14/10/2021**, nomear o servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula Siape nº 1634744, ocupante do cargo de Professor de Magistério Superior, para exercer a função de Assessor Especial, código CD-4;

Sequência 8
(i) e-mail, de **08/10/2021**, constando convocação para reunião;

Sequência 9
(j) Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de **25/06/2018**;

3. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3]-[4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do *mérito administrativo*, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. No âmbito da Administração Pública vige o princípio da indisponibilidade dos bens públicos, de maneira que, constado qualquer fato passível de causar danos ao patrimônio público material ou imaterial, o que inclui a ofensa aos princípios norteadores da atividade administrativa (artigo 37, *caput*, da CRFB, artigo 2º, *caput*, da Lei nº 9.784/1999 e artigo 11, da Lei nº 8.429/1992), impõe-se a identificação dos agentes causadores do evento danoso e a aferição de sua culpabilidade, observada a prescrição ou a decadência, quando configuradas, para fins de aplicação de penalidades, bem como os responsáveis pela preservação do bem violado e/ou pela manutenção da ordem dos bens postos em custódia, uma vez que a culpa *in vigilando* também enseja a devida reprimenda legal, conforme as circunstâncias de cada caso, do servidor envolvido; já o Estado, por sua vez, responde de forma objetiva, isto é, independentemente de culpa aferível daquele (artigo 37, § 6º, da CRFB). Na consulta em apreço, observa-se a pretensão de expedir atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes ou, conforme o caso, **consulta sobre a promoção por titulação do docente Miguel Carioca Neto, tendo em vista questionamentos sobre o seu retorno às atividades acadêmicas,** bem como observar toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. A problemática ventilada nos autos é de fácil deslinde, porque há tratamento normativo adequado sobre a matéria, sobretudo, da regulamentação interna, de maneira que a disciplina legal não pode ser desprezada pela Universidade, afinal, toda a dinâmica normativa regulamentadora deve render-se aos imperativos do artigo 96-A da Lei nº 8.112/1990, nestes termos:

> Art. 96-A. O servidor poderá, **no interesse da Administração**, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.
>
> § 1º. Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, **em conformidade com a legislação vigente**, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.
>
> § 2º. **Os afastamentos para realização de programas** de mestrado e **doutorado somente serão concedidos** aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.
>
> § 3º. Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.
>
> § 4º. Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos §§ 1º, 2º e 3ºdeste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.
>
> § 5º. Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4º deste artigo, deverá ressarcir o órgão ou entidade, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento.
>
> § 6º. Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no § 5º deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.
>
> § 7º. Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei, o disposto nos §§ 1º a § 6º deste artigo.

7. Desde logo, resta bem claro que os afastamentos **serão concedidos** para a realização de Programa de Mestrado e Doutorado, **conforme os parâmetros temporais definidos pela legislação**, mas que, a toda evidência, **deve ser compatível com os regulares cronogramas do curso que ensejou o regular afastamento do docente.** Apenas esse ponto já seria suficiente para resguardar a pretensão do docente, pois, como já destacado, na demorada exposição da consulta, o docente não extrapolou o prazo de 48 (quarenta e oito) meses e, claro, não solicitou qualquer prorrogação. Nesse ponto, convém transcrever o disposto no artigo 30 da Lei nº 12.772/2012, que a reforça a pertinência da disciplina interna da matéria, nestes termos:

> Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, **assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus**, para:
>
> **I - participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;**
>
> [...]
>
> § 2º. Aos servidores de que trata o *caput* poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de

> mestrado ou doutorado **independentemente do tempo de ocupação do cargo.**
>
> § 3º. Ato do dirigente máximo ou Conselho Superior da IFE definirá, observada a legislação vigente, os programas de capacitação e **os critérios para participação em programas de pós-graduação**, com ou sem afastamento do servidor de suas funções.

8. Vê-se, sem maiores dificuldades, que o dilema apresentado nos autos decorreu de 02 (dois) erros administrativos, **independentemente do juízo de correção pretendido pelas autoridades competentes** , quais sejam, **(a)** a *alteração* na data inicial de afastamento proposta pela CPPD, **porquanto a alteração não tinha qualquer propósito específico**, justamente porque desconsiderava o objetivo da previsão normativa, a saber, o requerimento deveria prever a existência de tempo para promover todos os desdobramentos procedimentais relativos ao afastamento, justamente para que ele ocorresse no início do semestre, mas, infelizmente, nada disso foi observado; e, mais adiante, paradoxalmente, porque atuou em sentido inverso do que já havia sido feito pela CPPD, **(b)** a *redução* do prazo de afastamento, **em incompreensível casuísmo do CONSUNI**, quando da análise do último requerimento de prorrogação de prazo, pois foi adotado, como já afirmado, o sentido inverso da própria sugestão da CPPD. **Aliás, para ser justo, mesmo que a sugestão da CPPD não tenha sido adequada, haja vista o objetivo do artigo 8º da antiga Resolução CONSUNI/UFERSA nº 09/2013, se ela tivesse sito adotada em todas as prorrogações, a toda evidência, não teria ocorrido o fato ventilado nestes autos.** Então, **sem medo de errar**, foram as instâncias administrativas que levaram ao atual estado de coisas, de maneira que tudo poderia ter sido evitado. Aqui, por mais que se defenda uma ideia de zelo com a norma interna da Universidade, não seria exagero cogitar eventual interferência, possivelmente com viés político, nos ordinários prognósticos dos afastamentos promovidos pela UFERSA. Questiona-se: algum professor já teve afastamento de 45 (quarenta e cinco) meses para cursar doutorado? A resposta não pode ser presumida, porém, é pouco provável que isso tenha acontecido antes. De qualquer sorte, essas colocações não podem expressar uma resolução para a consulta formulada nos autos. A questão deve partir do que foi efetivamente realizado e não do que poderia ter sido feito diante das possibilidades normativas. Outro ponto digno de nota, inclusive, por ser relevante quanto ao atendimento do requerimento inicial do docente, é fato de o CONSUNI autoriza o afastamento no **dia 08 de agosto de 2017**, o que prova que não havia motivo algum para o docente tivesse que esperar até novembro para gozar do afastamento autorizado, sobretudo, porque não havia dilemas relativos às suas disciplinas, seja pela assunção de encargo por colegas, seja pela contratação de professor substituto. Tudo isso reforça a tese de que o trâmite do processo de afastamento, **por não ter prestigiado a data definida no pedido inicial do docente, ainda que com o atraso de alguns dias**, causou a situação posta nos autos, de maneira que não resulta, *a priori*, justo que o inconveniente ventilado na consulta recaia sobre os seus ombros. Aliás, a causa dessa problemática decorreu da interpretação literal, inclusive, **com ares de disposição normativa absoluta**, do artigo 8º da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 09/2013, aliás, já revogada, nestes termos:

> Art. 8º. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação*stricto sensu* dar-se-á nos termos da legislação em vigor, **devendo** a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada junto à unidade acadêmica 60 (sessenta) dias **antes do início do semestre subsequente.**

9. O objetivo do artigo é muito claro: **(a)** possibilitar os devidos arranjos institucionais para contemplar a atividade acadêmica que não será desenvolvida pelo docente durante o seu período de afastamento e, claro, **(b)** permitir a conclusão do próprio trâmite processual do pedido de afastamento do docente. **Agora, de que lugar a CPPD retirou o fundamento normativo para sugerir o adiamento do início do afastamento do docente, precisamente no dia 02 de novembro de 2017, se esse afastamento já poderia ter sido autorizado desde 08 de agosto de 2017, caso não tivesse existido essa curiosa sugestão?** Aqui, reside uma questão que não há como ser respondida neste parecer. Diante desses ligeiros esclarecimentos, que denunciam a particular situação do docente, cumpre destacar os artigos 18, inciso II, c/c 26 da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2018, nestes termos:

> Art. 18. A autorização para afastamento com vistas à realização de curso de pós-graduação stricto sensu e estágio pós-doutoral será de:
>
> [...]
>
> **II - até 48 (quarenta e oito) meses para doutorado; e**
>
> [...]
>
> Art. 26. **Após a conclusão do curso**, **o docente terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a sua Unidade Acadêmica**, **documento comprobatório emitido pela Coordenação do Curso** ou **órgão competente da instituição em que realizou a pós-graduação *stricto sensu*** ou estágio pós-doutoral.
>
> § 1º. Entende-se como conclusão do curso de pós-graduação*stricto sensu* a **data da defesa da dissertação ou tese.**
>
> § 2º. O tempo de afastamento **não pode exceder o prazo estabelecido** no artigo 18 desta Resolução.
>
> § 3º. O docente terá o prazo de até 14 (quatorze) dias para retornar suas atividades na Instituição**desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no artigo 18 desta Resolução.**
>
> § 4º. Em caso de cursos de pós-graduação*stricto sensu* realizados fora do país, **o diploma reconhecido deverá ser entregue à PROGEPE.**

10. A regulamentação da matéria não deixa dúvida sobre 02 (duas) coisas: **(a)** que o docente não extrapolou, como já afirmado, o prazo de 48 (quarenta e oito) meses; **(b)** nem cometeu falha funcional digna de corrigendas administrativas. Desse modo, cumpre explicar essas conclusões diante da legislação, nestes termos:

(a) *da duração do afastamento* - se o primeiro afastamento possui o período **de 02 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2018**, por certo, as 03 (três) pedidos de prorrogação fariam com que o período de afastamento total terminasse em 01 de novembro de 2021, ou seja, a problemática apresentada nos autos decorreu da alteração dos prazos de prorrogação, fazendo com que o docente perdesse, sem qualquer justificativa, perdesse mais de 03 (três) meses de afastamento, aliás, isso fica ainda mais evidente quando se considera que a Portaria UFERSA/GAB nº 643, de 03 de novembro de 2020, previa o prazo final em 02 de dezembro de 2021. **Então, resta bem claro que a decisão do CONSUNI gerou a problemática apresentada nos autos.** Evidentemente, o CONSUNI não é obrigado a conceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contudo, isso nada explica sobre o tratamento diferenciado dispensado ao docente, inclusive, sem qualquer justificativa plausível, **o que viola o disposto no artigo 37, *caput,* da CRFB, bem como o artigo 50, inciso I, da Lei nº 9.784/1999.** Vale lembrar que o docente mantinha vínculo com a instituição de ensino após 31 de julho de 2021, então, não fazia o menor sentido reduzir o período de afastamento, sobretudo, porque não havia qualquer extrapolamento do prazo legal;

(b) *do prazo para apresentar a conclusão do curso* - o artigo 26 acima transcrito compreende duas questão importantes: **(1)** a comprovação da conclusão do curso; e **(b)** o retorno do docente às atividades acadêmicas. São duas questões que possuem conexão, mas que, por outro lado, exige alguma autonomia compreensiva. Com relação à comprovação da conclusão do curso que ensejou o afastamento, **deve-se presumir que o docente esteja afastado**, observando-se, em qualquer caso, o prazo-limite de 48 (quarenta e oito) meses, até mesmo para possibilitar a conclusão da dissertação ou tese, com posterior defesa. Aliás, o artigo 26, § 1º, da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2018, diz expressamente que a conclusão do curso ocorre com a defesa da dissertação ou tese. Então, se o docente não estava afastado até a data da conclusão do curso, por certo, é porque o prazo de 48 (quarenta e oito) meses já havia sido esgotado, de modo que o dever instrumental de comprovação não teria qualquer relação direta com a existência de afastamento. Ora, essa hipótese não pode ser ventilada nesses autos, já que o prazo-limite não havia sido esgotado, mas, sim, o prazo concedido pelo CONSUNI, que suprimiu mais de 03 (três) do afastamento sem qualquer justificativa plausível. De qualquer sorte, com ou sem afastamento em curso, **após a defesa da dissertação ou tese**, o docente deverá comprovar, em até 30 (trinta) dias, tal fato na universidade;

(c) *do retorno às atividades acadêmicas* - o artigo 26, § 3º, da da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2018, deveria ser um artigo autônomo, contudo, por não ser autônomo, ele gera algumas ligeiras incompreensões sobre o sentido normativo. Contudo, uma coisa é certa, todo parágrafo possui conexão interpretativa com o *caput* do artigo, daí o motivo da consulta formulada nos autos. A parte final do parágrafo possui clara conexão com o *caput* do artigo, pois também pressupõe que o docente esteja afastado, tanto que prestigia o prazo-limite de 48 (quarenta e oito) meses: **"[...] desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no artigo 18 desta Resolução"**. Então, se bem consideradas as coisas, o docente terá 14 (quatorze) dias para retornar às atividades acadêmicas, respeitado o prazo-limite de 48 (quarenta e oito) meses. Todavia, não foi concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) meses e, por certo, aqui reside o dilema relacionado ao entendimento da CPPD. Desse modo, o retorno às atividades acadêmicas deveria ter ocorrido no dia 14 de agosto de 2021, já que o docente esteve afastado até o dia 31 de julho de 2021 (Portaria UFERSA/GAB nº 677, de 17 de novembro de 2020). Contudo, essa interpretação gera alguns dilemas normativos: **se o parágrafo segue os desígnios do *caput*, que pressupõe o afastamento do docente até a data da conclusão do curso, como aceitar que o docente não esteja afastado até a data da defesa da tese, sobretudo, quando ele não extrapolou o prazo-limite de 48 (quarenta e oito) meses?** A questão, portanto, **exige uma corrigenda do CONSUNI.** Não há como, por meio de interpretação sistemática, **negar o fato de que o docente não estava afastado até o dia 02 de novembro de 2021** , ainda que a legislação concebesse tal prazo. É dizer, o CONSUNI tinha - **ou deveria ter** - consciência de que o docente: **(1)** ainda tinha vínculo com o programa de doutorado; **(2)** não havia extrapolado o prazo de 48 (quarenta e oito) meses; e **(3)** trabalhou na UFERSA no período de 01 de agosto de 2017 a 01 de novembro de 2017. Se, diante dessas circunstância, mesmo assim, o CONSUNI não concedeu o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, por certo, há clara violação do artigo 26, *caput,* § 3º, da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2018, pois a interpretação sistemática do artigo leva ao entendimento de que **tanto a comprovação da conclusão do curso quanto o retorno das atividades acadêmicas** pressupõem a existência de afastamento do docente até o prazo-limite de 48 (quarenta e oito) meses. Outro entendimento geraria o seguinte hiato: **como o docente deveria retornar às atividades acadêmicas, se ainda teria que fazer a defesa da dissertação ou tese que ensejou o afastamento?** Por isso, o artigo 26 merece corrigenda, suprimindo o § 3º, que teria autonomia compreensiva em outro artigo, inclusive, com a seguinte sugestão de redação: **"Independentemente de o período de afastamento do docente ser inferior a 48 (quarenta e oito) meses, ele terá o prazo de até 14 (quatorze) dias para retornar às atividades acadêmicas na Instituição, contado do fim do prazo da última concessão de prorrogação de afastamento".** Desse modo, não restaria mais dúvida sobre a data de retorno às atividades acadêmicas.

11. Diante desses esclarecimentos, cumpre responder, de modo breve, aos questionamentos levantados pela área administrativa, nestes termos:

(a) *primeira pergunta* - sem a retificação da decisão do CONSUNI, tendo em vista o vício no ato administrativo (**ausência de fundamentação**), a despeito dos dilemas relacionados à interpretação dada pela CPPD, não há como afastar o fato de que o servidor não estava afastado até o dia 02 de novembro de 2021, **bem como que ele tinha consciência desse fato.** Por isso, a situação exige autotutela administrativa, nos termos do artigo 53 da Lei nº 9.784/1999, prestigiando uma adequada convalidação, notadamente, quanto ao período correto de afastamento, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.784/1999. Portanto, mantidas a situação jurídica posta nos autos, **a despeito dos vícios elencados no item anterior**, o entendimento da CPPD não é destituído de sentido, muito embora firmada em ato administrativo exarado com vício, cuja validade pode ser atacada administrativa ou judicialmente; e

(b) *segunda pergunta* - com relação à segunda pergunta, e que parece mais grave, a devolução dos valores, **caso não seja retificada a decisão do CONSUNI**, vai demandar atuação processual administrativa específica, de modo a esclarecer se o docente, a despeito de não ministrar aulas, desenvolvida outras atividades, ainda que remotas, que justifiquem a impossibilidade reposição ao Erário. Aliás, a própria inexistência de alegação de abandono de cargo, pois o prazo questionado é superior a 30 (trinta) dias (artigo 138 da Lei nº 8.112/1990), já evidencia que o docente se manteve nos ordinários círculos da atividade acadêmica, além, claro, da inexistência de *animus abandonandi* (inexistência de ausência intencional). Portanto, *a priori*, a situação não enseja qualquer entendimento que leve à necessidade de ressarcimento ao Erário.

3. CONCLUSÃO.

12. Ante o exposto, conclui-se[5] pelo reconhecimento de vício no ato administrativo do CONSUNI relacionado à prorrogação de afastamento do docente Miguel Carioca Neto, exigindo-se autotutela administrativa, sobretudo, para apresentar a fundamentação da decisão tomada, tendo em vista a situação fática do docente, bem como adotar uma interpretação sistemática do artigo 26 da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2018.

13. Consoante às informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. À consulente.

Mossoró/RN, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2023.

Márcio Ribeiro

NOTAS

[1] Eis o dispositivo:

> Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput,* da Lei nº 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas.** 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i)***de mérito***, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) ***de legalidade***, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) *facultativos,* quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) *obrigatórios*, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) *vinculantes,* quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091003001202334 e da chave de acesso 3ab9eb9c

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1101358349 e chave de acesso 3ab9eb9c no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 24-02-2023 18:41. Número de Série: 642510437256236674540641372l7. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Emitido em 21/03/2023

DESPACHO Nº Resposta DCSA/2023 - DCSA (11.01.00.09.02)
(Nº do Documento: 1196)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/03/2023 15:24)
LIZZIANE SOUZA QUEIROZ FRANCO DE OLIVEIRA
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DCSA (11.01.00.09.02)
Matrícula: ###779#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1196**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **21/03/2023** e o código de verificação: **f8e2450b11**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 1427/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 10 de abril de 2023.

01. A solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Miguel Carioca Neto, matrícula Siape nº [redacted], trata-se do requerimento de progressão funcional docente para o nível 4 da Classe C - Professor Adjunto - com interstício de avaliação de 11/11/2020 a 10/11/2022, abrangendo os semestres letivos concluídos de 2020.1; 2020.2; 2021.1 e 2021.2.

02. Analisando a documentação anexa, cabe relatar o breve histórico a seguir para melhor compreensão:

1. Em 2017, o professor solicitou afastamento para doutorado a partir de 01/08/2017;
2. O Consuni não autorizou o afastamento para essa data, pois já havia o semestre de 2017.1 em andamento. O afastamento foi autorizado só para 02/11/2017, quando o semestre em curso estivesse encerrado;
3. Segundo informação do docente, iniciou o curso de doutorado mesmo sem afastamento, conciliando com as atividades da Ufersa;
4. O professor realizou as renovações de afastamento anualmente, sempre para o mês de novembro, conforme a liberação inicial;
5. Em 2020, o professor pediu renovação de afastamento para doutorado de 03/11/2020 a 02/11/2021;
6. O Consuni inicialmente autorizou até 02/11/2021 (Portaria nº 643, de 3 novembro de 2020), mas depois a decisão foi retificada e a autorização foi somente até 31/07/2021 (Portaria nº 677, de 17 novembro de 2020). Provavelmente a interpretação do Consuni tenha sido porque como o professor iniciou o curso em 01/08/2017 mesmo sem afastamento, assim a data de 31/07/2021 seria a conclusão do seu doutorado (após 4 anos);
7. O professor informou à CPPD que não tomou conhecimento da portaria Portaria nº 677, de 17 novembro de 2020, e tomou como base a portaria Portaria nº 643, de 3 novembro de 2020. Por isso, ele se manteve afastado até 02/11/2021;
8. Por fim, o professor retornou às atividades em 14/11/2021, quando assumiu o cargo de Assessor Especial da Reitoria.

03. Portanto, de agosto até novembro de 2021, o professor não retornou às atividades na Ufersa. Ele se manteve afastado pela interpretação da portaria Portaria nº 643, de 3 novembro de 2020 de que tinha direito aos 4 (quatro) anos de afastamento, e que esse prazo seria até novembro/2021.

04. Considerando a documentação anexa, bem como o Despacho do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA/CCSAH, de 21 de março de 2023, o Despacho da Assessoria Especial, de 22 de fevereiro de 2023, e o PARECER nº 00067/2023/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, de 24 de fevereiro de 2023, para a correta instrução do processo e a correção definitiva do prazo de afastamento do referido professor, será necessário a convalidação do ato administrativo pelo Consuni.

05. Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 11/04/2023 14:59)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.016146/2022-63

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1427**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **10/04/2023** e o código de verificação: **737cde6bb6**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.017145/2022-56

ELETRÔNICO

Cadastrado em 24/10/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA	[redacted]	2145538

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO), CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
24/10/2022	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.06)
04/11/2022	DIRETORIA - CARAÚBAS (11.01.29.13)
04/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
22/11/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
23/11/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
25/11/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
25/11/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
27/01/2023	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
31/01/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Matrícula SIAPE: [redacted]
Endereço: [redacted]	Cidade/Estado: [redacted]
Email: [redacted]	Telefone(s): [redacted]
Cargo/Emprego/Função: Professor do Magistério Superior	Código/Nível/Referência:
Lotação: DLCH - Departamento de Linguagens e Ciências Humanas	

Tipo de Vínculo com a UFERSA:

- [X] Servidor(a) Ativo(a)
- [ ] Aposentado(a)
- [ ] Professor(a) Substituto(a), Temporário(a) ou Visitante
- [ ] Beneficiário de Pensão Civil do(a) Servidor(a) ____
- [ ] Beneficiário de Pensão Alimentícia do(a) Servidor(a): ____

OBJETIVO DO REQUERIMENTO

- [ ] ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
- [ ] AFASTAMENTO
- [ ] ALTERAÇÃO DE LICENÇA
- [ ] ALTERAÇÃO/RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA
- [ ] APOSENTADORIA
- [ ] AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
- [ ] EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO
- [ ] INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO
- [ ] LICENÇA ESPECIAL
- [ ] PENSÃO CIVIL
- [ ] PROGRESSÃO FUNCIONAL
- [ ] PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO
- [ ] REDISTRIBUIÇÃO
- [ ] REMOÇÃO
- [ ] REVISÃO DE APOSENTADORIA
- [ ] OUTRO. ESPECIFIQUE:

DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO

Abertura de processo para solicitação de afastamento para o doutoramento.

Encaminhe-se à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Data: 24 / 10 / 2022

NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO S[redacted]
Assinado de forma digital por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA[redacted]
Dados: 2022.10.24 15:48:15 -03'00'

Assinatura do Servidor/Requerente

PROCEDIMENTOS

1. Preencher, imprimir e assinar o presente formulário;
2. Anexar documentação comprobatória (se for o caso);
3. Entregar na PROGEPE ou no Setor de Recursos Humanos do Campus no qual esteja lotado(a).

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome: NIÁSCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DLCH / CMC

Categoria Funcional: Professor do Magistério Superior

Tipo de Afastamento: Qualificação - Doutoramento

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): 00 mês: 00

Início do Exercício no Cargo: 08/08 /2014 (anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Linguística (PPGL – UnB)

Nível: Doutorado

Área de concentração: Linguística
Prazo previsto para realização do curso: Início 25/10/2022 Término: 25/10/2026

Instituição de realização do Curso: Universidade de Brasília - UnB

Cidade: BRASÍLIA **Estado:** DESTRITO FEDERAL **País:** BRASIL

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs*. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até*

90 (noventa) dias antes do início do afastamento*. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 24/10/2022
(**obrigatória**)

NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA [redacted]
Assinado de forma digital por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA [redacted]
Dados: 2022.10.24 15:59:09 -03'00'

Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: NIÁSCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA
Local de Qualificação (Universidade)*:* Universidade de Brasília - UnB
X No País No exterior
Período de afastamento (inicial e final): **01/12/2022** a **01/12/2024**

Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

(Obrigatório)

Eu, NIÁSCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA, matrícula

SIAPE [redacted], solicito afastamento integral de minhas atividades para desenvolvimento do meu doutoramento no Programa de Pós-graduação em Linguística, na Universidade Federal de Brasília - UnB, seguindo a Resolução CONSUNI/ UFERSA 003/2018 e o Plano Anual de Qualificação Docente 2023, vigente no campus Caraúbas.

Justifico que o pedido de afastamento integral se dá pela impossibilidade de continuar exercendo meus afazeres docentes por causa da distância entre os municípios de Brasília e Caraúbas, visando melhorar a qualidade do curso assim como as atividades de docente com a realização do doutorado, inviável sem o afastamento integral das atividades pela razão acima citada.

O projeto de pesquisa é em nome da comunidade surda, a proposta agrega também a busca de aprofundamento por embasamento teórico e uma forma de promoção da língua de sinais e dos regionalismos pertinentes a este espaço comunicativo. Sendo assim, durante o percurso da pesquisa, no processo da construção do *corpus,* haverá a ampliação e aprofundamento do referencial teórico sobre lexicografia, pois a necessidade de saber mais, melhor e contribuir com a formação de professores de Libras é o fato que motivou a pesquisa a tangenciar por este enfoque de estudo de doutorado.

Data: 24 de outubro de 2022

NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA:[redacted]

Assinado de forma digital por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA:[redacted]
Dados: 2022.10.24 15:59:49 -03'00'

Assinatura do requerente
(Obrigatório)

.

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso.

OBS. *O docente que não dispuser, na data de abertura do processo, do documento referido neste anexo IV poderá substituir tal documento por comprovante de participação no processo seletivo aberto. Conforme o que esta no* ***Art. 14****. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

Universidade de Brasília

DECLARAÇÃO

Declaramos, a pedido e para os devidos fins, que **Niascara Valesca do Nascimento Souza**, **CPF:** [redacted], submeteu-se ao processo público de seleção 2022/1 para o curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – PPGL/UnB e foi **APROVADA** pela Comissão de Seleção. O processo seletivo seleciona alunos para ingresso no 2º período letivo de 2022.

A modalidade do curso é presencial e com duração de 48 meses, que compreenderá o período de outubro de 2022 a junho de 2026, podendo sofrer extensão de até doze meses por pedido específico de prorrogação, devidamente justificado, a ser submetido à aprovação do Colegiado do Programa.

Os Cursos de Doutorado exigem de seus alunos dedicação exclusiva, pela necessidade de estudos, de pesquisa, além das 360 horas-aula em disciplinas.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Angela Gomes de Souza Meneses**, **Assistente em Administração da Secretaria de Pós Graduação do Instituto de Letras**, em 21/10/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8864456** e o código CRC **68AB8559**.

Referência: Processo nº 23106.096841/2021-64 SEI nº 8864456

Campus Darcy Ribeiro, - Bairro Asa Norte CNPJ: 00.038.174/0001-43, Brasília/DF, CEP 70900-000
Telefone: , Site - http://www.unb.br

(Anexo V)
(Obrigatório)

Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de

Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Elke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	61,6	5º	4 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	6º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	7º	4 anos

A docente Izabela Apolinario da Costa não apresentou a documentação comprobatória.

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Pontuação Final*	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	148,3	1º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	86,2	2º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	83,0	3º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	69,5	4º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	68,9	5º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	32,3	6º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	46,0	7º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	0,0	8º	1 ano

NOTA: *Foram aplicados os ajustes previstos no Parágrafo 2º do Artigo 7 da Resolução CONSUNI/UFERSA N.º 003/2018;

Caraúbas/RN, 14 de Outubro de 2022.

Comissão PQD 2023 - Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022

LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]
Digitally signed by LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA MEDEIROS SILVA:[redacted]
Date: 2022.10.14 16:52:58 -03'00'

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva (Membro Titular - DE)

DENILSON MENEZES DE JESUS:[redacted]
Assinado de forma digital por DENILSON MENEZES DE JESUS:[redacted]
Dados: 2022.10.14 15:11:05 -03'00'

Denilson Menezes de Jesus (Membro Titular - DCT)

gov.br
Documento assinado digitalmente
BRUNO CORIOLANO DE ALMEIDA COSTA
Data: 14/10/2022 15:43:07-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Bruno Coriolano de Almeida Costa (Membro Titular - DLCH)

KELYANE BARBOZA DE ABREU:[redacted]
Assinado digitalmente por KELYANE BARBOZA DE ABREU:07541062413
ND: CN=KELYANE BARBOZA DE AB[redacted]
UFERSA - Universidade Federal Rural D[redacted]
C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.10.14 14:41:45-03'00'

Kelyane Barboza de Abreu (Membro Suplente - DCT

PROPPG

(Anexo VI)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, NIÁSCARA VALESCA DONASCIMENTO SOUZA, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted] matrícula siape nº [redacted] devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de DOUTORADO EM LINGUÍSTICA, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO

CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 24 de outubro de 2022.

NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA:[redacted]
Assinado de forma digital por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOU[redacted]
Dados: 2022.10.24 16:02:36 -03'00'

Assinatura (Obrigatória)

Nome da testemunha (Obrigatória)
CPF:

Nome da testemunha (Obrigatória)
CPF:

(Anexo VII)
(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA**, Matrícula SIAPE nº [redacted] com início do exercício em 08 de agosto de 2014, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei nº 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2022.

Simone Maria da Rocha
Assinado de forma digital por Simone Maria da Rocha
Dados: 2022.10.21 20:08:36 -03'00'

Simone Maria da Rocha
Diretora do Campus Caraúbas

Câmpus Central - Av. Francisco Mota, 572, Costa e Silva. Mossoró-RN, 59.625-900. Telefone: (84) 3317-8220.
Câmpus Angicos - Rua Gamaliel Martins Bezerra, s/n. Alto da Alegria. Angicos - RN, 59.515-000 Telefone: (84) 3531-2547.
Câmpus Caraúbas - RN 233, KM 01, Sítio Nova Esperança II. Caraúbas - RN, 59.700-000 Telefone: (84) 3327-2676.
Câmpus Pau dos Ferros - BR 226, KM 405, Bairro São Geraldo. Pau dos Ferros - RN, 59.900-000 Telefone: (84) 3317-8511.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], foi admitido(a) nesta Universidade em 08 de agosto de 2014, ocupante do cargo de Progessor do Magistério Superior.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) possui de efetivo exercício prestado neste Órgão, no referido provimento, até a presente data, o tempo de contribuição de **2.995** dias, correspondente a **08 (oito)** anos, **02 (dois)** mês(es) e **15 (quinze)** dias, entre o período de 08/08/2014 a 19/10/2022.

Em dias

TEMPO BRUTO	2.995
Faltas	-
Licenças	-
Licenças sem vencimentos	-
Suspensões	-
Disponibilidades	-
Outras	-
TEMPO LÍQUIDO	2.995

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor(a) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e em observação a legislação vigente nesta data.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2022.

Simone Maria da Rocha
Assinado de forma digital por Simone Maria da Rocha
Dados: 2022.10.21 20:09:13 -03'00'

Simone Maria da Rocha

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)

(Obrigatório)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

PROPPG

(Anexo IX)

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA

Pode utilizar documento oficial do setor (Departamento) em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

(Departamento Acadêmico de lotação do requerente)
(Obrigatório)

Data: ___/___/____

_____
Assinatura do Chefe imediato

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo X)

Pode utilizar documento oficial do CONSELHO DO CENTRO em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

PARECER DO CONSELHO DO CENTRO AO QUAL O REQUERENTE FAZ PARTE

(Obrigatório)

Observações

(Obrigatórias no parecer)

1) Deve ficar bem claro no parecer, se for o caso, se o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado.

2) Se a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

Data: ___/___/____

Assinatura do presidente do Conselho de Centro

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A solicitação inicial de afastamento deverá contemplar a totalidade do período pleiteado pelo docente, sendo necessária, a cada ano, a renovação do afastamento.

A falta de qualquer um destes anexos irá indeferir seu pedido de afastamento.

O docente deverá apresentar ao final do afastamento à sua unidade acadêmica, comprovante de conclusão do curso de Mestrado ou Doutorado;

A solicitação de afastamento inicial do docente deverá ser **apreciada e aprovada**, sucessivamente, nas seguintes instâncias:

I - Assembleia do Departamento Acadêmico de lotação do requerente;

II - Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte;

III - PROPPG;

IV - PROGEPE;

V - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

VI - Conselho Superior competente.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Dúvidas? Laia a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, publicada no site da PROPPG.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG/UFERSA

PROPPG

Emitido em 24/10/2022

REQUERIMENTO Nº 2548/2022 - SAP-CAR (11.01.29.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/10/2022 16:30)
EDILMA PEREIRA COSTA
ARQUIVISTA
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###777#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2548**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **24/10/2022** e o código de verificação: **c662142494**

PARECER

A chefia do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH), Câmpus Caraúbas, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação da 8ª reunião extraordinária do DLHC ocorrida no dia 03 de novembro de 2022, via Google Meet, emite parecer **favorável ao processo de afastamento para qualificação** da docente **Niáscara Valesca do Nascimento Souza** com a ressalva de que ela anexe o PQD 2022, uma vez que a solicitação de afastamento ocorre ainda para 2022.

Assim, encaminha o processo de número 23091.017145/2022-56 para a Direção do Câmpus Caraúbas para as devidas providências.

Caraúbas, 04 de novembro de 2022.

_____
Profa. Dra. Lígia de Souza Leite Moraes
Chefe do DLCH
SIAPE [redacted]
Câmpus Caraúbas

Emitido em 04/11/2022

PARECER Nº 660/2022 - DLCH (11.01.29.12.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 09:16)
LIGIA DE SOUZA LEITE MORAES
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DLCH (11.01.29.12.06)
Matrícula: ###198#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **660**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **04/11/2022** e o código de verificação: **b5dc468d13**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
RESULTADO PRELIMINAR DO PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE 2023 – PQD 2023

A comissão instituída pela Portaria UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 047/2022, tomando como referência o EDITAL Nº 39/2022 – PROPPG/UFERSA e a documentação encaminhada a esta comissão, torna público o resultado preliminar do Plano Anual de Qualificação Docente - PQD/2023.

MESTRADO/DOUTORADO:

Docente	Curso	Pontuação Obtida	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jennef Carlos Tavares	Doutorado	87,1	1º	2 anos
Gilmara Elke Dutra Dias	Doutorado	85,3	2º	4 anos
Niáscara Valesca do Nascimento Souza	Doutorado	74,7	3º	2 anos
Maria do Socorro Medeiros de Souza	Doutorado	71,7	4º	3 anos
Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Doutorado	61,6	5º	4 anos
Daniel Carlos de Carvalho Crisóstomo	Doutorado	43,8	6º	3 anos
Jéssica Girlaine Guimarães Leal	Doutorado	42,9	7º	4 anos

A docente Izabela Apolinario da Costa não apresentou a documentação comprobatória.

PÓS-DOUTORADO:

Docente	Pontuação Obtida	Pontuação Final*	Posição Ranking	Tempo de Afastamento Solicitado
Jackson de Brito Simoes	148,3	148,3	1º	1 ano
Fernando da Silva Cordeiro	86,2	86,2	2º	1 ano
Guymmann Clay da Silva	83,0	83,0	3º	1 ano
Adiana Nascimento Silva	104,2	69,5	4º	1 ano
Ana Paula Ferreira Ramos	68,9	68,9	5º	1 ano
Wendel Silva Cabral	69,0	46,0	6º	1 ano
Mário Gleisse das Chagas Martins	96,9	32,3	7º	1 ano
Wellington Lorran Gaia Ferreira	70,3	0,0	8º	1 ano

NOTA: *Foram aplicados os ajustes previstos no Parágrafo 2º do Artigo 7 da Resolução CONSUNI/UFERSA N.º 003/2018;

ERRATA: O resultado foi republicado para retificação da ordem decrescente de pontuação do Pós-doutorado, entre as posições 6º e 7º lugar. Não havendo alteração de pontuação.

Caraúbas/RN, 17 de Outubro de 2022.

[redacted] [redacted]

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva (Membro Titular - DE)

Denilson Menezes de Jesus (Membro Titular - DCT)

Bruno Coriolano de Almeida Costa (Membro Titular - DLCH)

[redacted] [redacted]

Kelyane Barboza de Abreu (Membro Suplente - DCT)

Emitido em 17/10/2022

EDITAL Nº 181/2022 - CMC (11.01.29.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 09:11)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **181**, ano: **2022**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **4d5ccde45d**

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: NIÁSCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA	
Local de Qualificação (Universidade)*:* Universidade de Brasília - UnB	
X No País No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): **01/01/2023** a **01/01/2025**	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP	

vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

Emitido em 17/11/2022

REQUERIMENTO Nº 2725/2022 - CMC (11.01.29.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 09:11)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2725**, ano: **2022** , tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **a1dfe42395**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5626/2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 22 de novembro de 2022.

1. Trata-se de requerimento de afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA, Matrícula Siape [redacted]

2. O pedido foi aprovado na 8ª reunião extraordinária do DLHC ocorrida no dia 03 de novembro de 2022.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber:

a) requerimento formulado 90 (noventa) dias antes do início do afastamento;

b) adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 13 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral; IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu ou aceitação do candidato para realizar estágio pósdoutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente; VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG; VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º desta Resolução; e VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.)

c) disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d) obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e) Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato *ad referendum*.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 11ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 16 de novembro de 2022, **APROVOU o requerimento formulado, retificando de ofício o período de afastamento (inicial e final) para: 01/01/2023 a 01/01/2025**.

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, da Resolução Consuni /Ufersa nº 003/2018.

8. O inteiro teor do processo segue anexo a este despacho.

Caraúbas, 22 de novembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 22/11/2022 09:11)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Processo Associado: 23091.017145/2022-56

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5626**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **6336889ef7**

(Anexo I)

Check-List – Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: NIÁSCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA	
Local de Qualificação (Universidade)*:* Universidade de Brasília - UnB	
X No País No exterior	
Período de afastamento (inicial e final): **18/02/2023** a **18/02/2025**	
Documentos Anexados – Processo Inicial	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (***Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***	
III. Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***	
IV. Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***	
V. Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***	
VI. Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***	
VII. Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado (a)	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que a liberação do docente não excede 30% (trinta por cento) dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, conforme Art. 9º parágrafo 2º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018. ***(Anexo X).***	
XII. Foi relatado, se for o caso, no Parecer do Conselho do Centro que o docente que irá se afastar terá professor substituto e se haverá necessidade de realização de concurso, ou será aproveitado candidato de edital já homologado. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP	

vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

Emitido em 24/11/2022

REQUERIMENTO Nº 2752/2022 - CMC (11.01.29.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/11/2022 09:53)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2752**, ano: **2022** , tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **25/11/2022** e o código de verificação: **c04f8dc3ba**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5684/2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 25 de novembro de 2022.

1. Trata-se de requerimento de afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA, Matrícula Siape [redacted]

2. O pedido foi aprovado na 8ª reunião extraordinária do DLHC ocorrida no dia 03 de novembro de 2022.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003 /2018, a saber:

a) requerimento formulado 90 (noventa) dias antes do início do afastamento;

b) adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 13 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu ou estágio pós-doutoral; IV - comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu ou aceitação do candidato para realizar estágio pósdoutoral, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; V - PQD do Centro, comprovando a classificação do docente; VI - termo de Compromisso disponibilizado pela PROPPG; VII - declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º desta Resolução; e VIII - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.)

c) disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d) obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e) Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato ad referendum.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 11ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 16 de novembro de 2022, APROVOU o requerimento formulado, **retificando o período de afastamento (inicial e final) para: 18/02/2023 a 18/02/2025.**

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

8. O inteiro teor do processo segue anexo a este despacho.

Caraúbas, 25 de novembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 25/11/2022 09:53)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Processo Associado: 23091.017145/2022-56

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5684**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **25/11/2022** e o código de verificação: **fae7432886**

PARECER DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Nº PROCESSO: 23091.017145/2022-56

DATA DA SOLICITAÇÃO: 24/10/2022

REGIME: INTEGRAL

SOLICITANTE: NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA

SETOR/DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - DLCH

CENTRO: CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS

INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO

OBJETIVO: DOUTORADO

PERÍODO: 18/02/2023 a 18/02/2025

PAÍS: BRASIL

CIDADE: BRASÍLIA-DF

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)

CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Páginas 7 e 8);

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho Detalhado (Anexo III) (Páginas 8 a 19);

CONSIDERANDO o Resultado do Edital Preliminar do Ranking 2023 do CMC (Páginas 21 a 24);

CONSIDERANDO a Declarações de Vínculo (Página 20);

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso (Anexo VI) (Páginas 25 e 26);

CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 35);

CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro (Página 44 e 45).

OBSERVAÇÕES

O afastamento está de acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 003/2018, bem como não excede o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação. Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência de haver uma vaga de professor substituto disponível no PQD 2022.

PARECER PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido da servidora docente NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA, pertencente ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, para cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, na cidade de Brasília- DF, no período de 18 de fevereiro de 2023 a 18 de fevereiro de 2025. Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA.

Mossoró-RN, 25 de novembro de 2022.

[redacted]

Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 25/11/2022

PARECER Nº 728/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/11/2022 20:29)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **728**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **25/11/2022** e o código de verificação: **ac7110636d**

Kelyane Barboza de Abreu (Membro Suplente - DCT

PROPPG

(Anexo VI)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, NIÁSCARA VALESCA DONASCIMENTO SOUZA, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted] matrícula siape nº [redacted] devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de DOUTORADO EM LINGUÍSTICA, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 24 de outubro de 2022.

NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA: [redacted]
Assinado de forma digital por NIASCARA VALESCA DO NASCIMENTO SOUZA[redacted]
Dados: 2022.10.24 16:02:36 -03'00'

Assinatura (Obrigatória)

[redacted]

Nome da testemunha (Obrigatória)
CPF: [redacted]

[redacted]

Nome da testemunha (Obrigatória)
CPF: [redacted]

(Anexo VII)
(Obrigatório)

Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado, confirmando que o requerente atende aos requisitos exigidos pelo artigo 5º da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.

PROPPG

Emitido em 27/01/2023

TERMO DE COMPROMISSO Nº 1/2023 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/01/2023 15:27)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE COMPROMISSO**, data de emissão: **27/01/2023** e o código de verificação: **100c8969e7**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 358/2023 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 27 de janeiro de 2023.

01.Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pela servidora docente **Niáscara Valesca do Nascimento Souza,** SIAPE [redacted], pertencente ao- Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado em Linguística, na Universidade de Brasília (UNB) em Brasília , no período de 18 de fevereiro de 2023 a 18 de fevereiro de 2025.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do(a) servidor(a) para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. É importante citar que, em atendimento ao que veda o parágrafo 2º, do art. 96-A, da Lei nº 8.112/1990, o requerente apresentou Declaração da Divisão de Administração de Pessoal - DAP, onde comprova-se que o servidor não esteve licenciado para tratar de assuntos particulares ou para capacitação nos 2 (dois) anos anteriores a esta solicitação, estando devidamente habilitado ao afastamento para qualificação.

04. Cumpre-nos informar que o afastamento do docente está condicionado à contratação de um professor substituto e que existe vaga disponível para contratação.

05. Por fim, o Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento do docente.

06. Ante o exposto, opinamos pelo **deferimento** do pleito.

07. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 27/01/2023 16:25)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 27/01/2023 16:49)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.017145/2022-56

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **358**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **27/01/2023** e o código de verificação: **ce1fae9130**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 362/2023 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 30 de janeiro de 2023.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pela servidora docente Niáscara Valesca do Nascimento Souza, matrícula Siape nº[redacted], de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Linguística na Universidade de Brasília - UnB, Brasília-DF, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Linguagem e Ciências Humanas - DLCH - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 31/01/2023 11:20)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: ###692#5

Processo Associado: 23091.017145/2022-56

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **362**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **30/01/2023** e o código de verificação: **e8765d9907**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2023

O VICE-REITOR NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; o Regimento da Ufersa; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.017145/2022-56; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 1ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada no dia 6 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento da servidora docente Niáscara Valesca do Nascimento Souza, pertencente ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado em Linguística, na Universidade de Brasília – UNB, em Brasília, no período de 18 de fevereiro de 2023 a 18 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Assinado de forma digital por ROBERTO VIEIRA PORDEUS:[redacted]
Dados: 2023.02.10 15:06:08 -03'00'

ROBERTO VIEIRA PORDEUS

Emitido em 06/02/2023

RESOLUÇÃO Nº 14/2023 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/02/2023 08:05)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: ###292#5

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **14**, ano: **2023**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **13/02/2023** e o código de verificação: **0412caf1b0**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 552, DE 13 DE ABRIL DE 2023

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelecem as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; o inciso VI do art. 44 do Estatuto da universidade; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.017145/2022-56, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior – Consuni, o afastamento da servidora docente Niáscara Valesca do Nascimento, matrícula Siape nº [redacted] pertencente ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado em Linguística, na Universidade de Brasília – UNB, em Brasília, iniciando em 10 de abril de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 10 de abril de 2023.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Emitido em 14/04/2023

PORTARIA Nº 406/2023 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/04/2023 16:55)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **406**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **14/04/2023** e o código de verificação: **f0c69a9e73**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

4º PONTO

Apreciação e deliberação sobre processo de redistribuição:

- Rodrigo Prado de Medeiros.

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.000969/2023-14

ELETRÔNICO

Cadastrado em 19/01/2023

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS	[redacted]	1141792

Tipo do Processo:
REDISTRIBUIÇÃO

Assunto do Processo:
022.4 - PROVIMENTO, MOVIMENTAÇÃO E VACÂNCIA: REDISTRIBUIÇÃO

Assunto Detalhado:
SOLICITA REDISTRIBUIÇÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
SETOR DE INGRESSO E DIMENSIONAMENTO (11.01.04.04.03)

Criado Por:
ANA PAULA SILVA FERNANDES IRBER

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
09/02/2023	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
09/02/2023	SETOR DE INGRESSO E DIMENSIONAMENTO (11.01.04.04.03)
09/02/2023	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.07)
16/03/2023	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
17/03/2023	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.07)
21/03/2023	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
21/03/2023	SETOR DE INGRESSO E DIMENSIONAMENTO (11.01.04.04.03)
06/04/2023	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23077.122264/2022-49

ELETRÔNICO

Cadastrado em 12/09/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS	[redacted]	null

Tipo do Processo:
REDISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL

Assunto do Processo:
022.4 - REDISTRIBUIÇÃO

Assunto Detalhado:
EDITAL 01/2022 DEE/CT CHAMADA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DOCENTE PARA A UFRN

Unidade de Origem:
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA (14.19)

Criado Por:
KATIA REGINA GOMES DE OLIVEIRA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
12/09/2022	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA (14.19)
08/11/2022	SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CPDI (11.65.00.04)
17/11/2022	CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE (11.32.09.02)
24/11/2022	SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CPDI (11.65.00.04)
01/12/2022	GABINETE DO REITOR (11.32)
20/12/2022	PROGESP - SECRETARIA ADMINISTRATIVA (11.65.03)
20/12/2022	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.65)
20/12/2022	DDP - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (11.65.06.02)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação - | | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sipac02-producao.info.ufrn.br.sipac02-producao

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufrn.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL 01/2022 – DEE/CT
CHAMADA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DOCENTE PARA A UFRN

O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA (DEE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN), no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro 1997 e demais orientações do Ministério da Educação, que tratam do instituto da redistribuição; CONSIDERANDO a Resolução nº 092/2019-CONSEPE, de 06 de agosto de 2019, que distribui vagas docentes do Banco de Professor Equivalente e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução nº 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, que aprova os procedimentos para redistribuição de servidores docentes para a UFRN; torna pública a abertura das inscrições para Chamada Pública de Redistribuição de Docentes da Carreira do Magistério Superior para o Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) da UFRN, segundo a legislação vigente, e de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A redistribuição possui embasamento legal por meio do Art. 37 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
1.2. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC.
1.3. A seleção regida por esta Chamada Pública destina-se a Docente da Carreira do Magistério Superior com interesse na redistribuição do seu cargo para Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Central, para as vagas discriminadas no **Anexo I** desta Chamada.
1.4. As informações e os documentos apresentados no ato de inscrição são de inteira responsabilidade do requerente, bem como o acompanhamento de todas as informações pela Internet.
1.5. Considera-se como sítio oficial do Departamento de Engenharia Elétrica na Internet, nos termos do presente edital, o seguinte endereço https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/departamento/portal.jsf?id=112 e o e-mail kateufrn@gmail.com.
1.6. Em virtude de indisponibilidade orçamentária, não haverá nenhuma concessão de indenização de ajuda de custo no caso de redistribuição regida por esta Chamada Pública decorrente de mudança de domicílio.
1.7. A inscrição do requerente nesta Chamada Pública implica conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas, das quais o interessado não poderá alegar desconhecimento.

2. DOS REQUISITOS PARA REDISTRIBUIÇÃO

2.1. São requisitos para a redistribuição, de forma cumulativa:
2.1.1. Interesse da Administração;
2.1.2. Equivalência de vencimentos;
2.1.3. Manutenção da essência das atribuições do cargo;
2.1.4. Vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
2.1.5. Mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;
2.1.6. Compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
2.1.7. Estar o servidor em efetivo exercício, no mesmo cargo, com idêntico regime de trabalho, e na mesma carreira para o qual pleiteia a redistribuição.
2.1.8. Não responder a processo administrativo disciplinar e/ou sindicância ou estar cumprindo penalidade administrativa;
2.1.9 Não ter sofrido nenhuma das penalidades previstas no artigo 127, da Lei 8.112/1990, nos últimos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à data de publicação do presente Edital.
2.1.10. Não estar em gozo de afastamento ou licença;
2.1.11. Que o servidor não tenha integralizado o tempo de contribuição mínimo necessário para aposentadoria, em qualquer de suas modalidades, ou que falte no mínimo 7 (sete) anos para tal integralização.

3. PERFIL DO PROPONENTE

3.1. Estar o servidor em efetivo exercício na carreira docente do magistério Superior;

3.2. O perfil do docente para a redistribuição e a expectativa de atuação tem a seguintes indicações:

ITEM	PERFIL
Ensino	Expectativa de atuação, prioritariamente, nas disciplinas da área de instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação do curso de graduação em Engenharia Mecatrônica e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica. Além disso, espera-se que o docente tenha uma carga horária semanal média de pelo menos 12 horas dedicadas ao ensino, desenvolva atividades e projetos de ensino (Ex. monitoria), atue no Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Engenharia Mecatrônica, participe do Colegiado do curso de Engenharia Mecatrônica e participe de Comissão Examinadora de trabalho final ou monografia de curso de graduação e pós-graduação. É requerido do proponente experiência comprovada no exercício do magistério superior em disciplinas na área de eletrônica ou de controle e automação.
Pesquisa	Expectativa de atuação em temas de pesquisa envolvendo instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação, com possível atuação dentro do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica da UFRN, desenvolvendo e coordenando projetos, orientando trabalhos de alunos de graduação e pós-graduação e produzindo materiais para divulgação científica. Também se espera a vinculação a pelo menos um dos grupos de pesquisas do Departamento de Engenharia Elétrica. É requerido do proponente a comprovação da coordenação de pelo menos um projeto de pesquisa nos últimos cinco anos.
Extensão	Expectativa de atuação na coordenação ou colaboração em projetos de extensão, na organização de eventos de extensão, nas atividades de extensão promovidas pelo DEE, PPGEMECA e pela UFRN. Além disso, que esteja disponível para a orientação de alunos de extensão. É requerido do proponente a comprovação da coordenação de pelo menos uma ação de extensão nos últimos cinco anos.
Orientação	Expectativa de atuação na orientação de alunos de iniciação científica, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e alunos de pós-graduação, prioritariamente, nos temas instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação. É requerido do proponente a comprovação da orientação de pelo menos duas orientações de alunos de iniciação científica e cinco orientação de trabalhos de conclusão de curso nos últimos cinco anos.
Publicações	Expectativa de publicação regular de artigos em periódico especializados (revistas indexadas A e B), anais de congressos nacionais e internacionais, livros autorais (impressos e e-books) e capítulos de livros, com ISBN e conselho editorial, preferencialmente nos temas de instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação. É requerido do proponente a comprovação da publicação de pelo menos dois artigos em periódicos indexados com Qualis A1 ou A2, considerando a classificação do quadriênio 2013-2016, nos últimos cinco anos.
Gestão	Expectativa de atuação em cargos administrativos nos diferentes graus das instâncias universitárias, em colegiados superiores e comissões ou comitês permanentes institucionais, em Banca Examinadora de Concurso Público e outras demandas administrativas e acadêmicas do DEE.
Carreira	Expectativa de atuação na produção científica universitária que o(a) capacite a vincular-se a programa de pós-graduação (acadêmica e profissional) e que desenvolva carreira com mérito acadêmico-profissional e científico exitoso. É requerido do proponente a comprovação que é, atualmente, Professor Adjunto Classe C1 ou superior na carreira.

4. CRONOGRAMA DA CHAMADA PÚBLICA

4.1. A UFRN se reserva o direito de alterar os prazos, com a devida publicação no site de acompanhamento deste processo seletivo de redistribuição.

4.2. Cronograma previsto:

ETAPA	DATA
Inscrições na chamada	15/05/2022 a 30/06/2022
Divulgação preliminar das inscrições homologadas	01/07/2022
Pedido de Reconsideração das inscrições	05/07/2022 a 07/07/2022
Divulgação definitiva das inscrições homologadas	08/07/2022
Avaliação das propostas	11/07/2022 a 22/07/2022
Divulgação do resultado preliminar (parecer da comissão de avaliação de redistribuição)	25/07/2022
Pedido de Reconsideração	26/07/2022 a 28/07/2022
Divulgação do resultado definitivo	01/08/2022
Submissão à Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI	A definir
Homologação pelo CONSEPE	A definir
Pedido de reconsideração ao CONSEPE	10 dias, contados da publicação da resolução em Boletim de Serviço

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Antes de efetuar a inscrição, o proponente deverá certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos pela lei e os termos desta Chamada.

5.2. Para efetivar a inscrição, o interessado deverá providenciar a seguinte documentação:

a) ficha de inscrição para redistribuição de cargo ocupado por servidor de outra IFE para a UFRN, disponível no **Anexo II**

b) justificativa do pedido, anexando o currículo *lattes* e o projeto de atuação profissional a ser desenvolvido na UFRN;

c) cópia das avaliações de desempenho funcional, pelo menos dos últimos 36 (trinta e seis) meses;

d) cópia das avaliações pelos discentes ou documento equivalente, pelo menos dos últimos 3 (três) anos, quando houver;

e) cópia da ficha funcional em que conste o tempo de serviço, os afastamentos e licenças;

f) declaração expedida pelo órgão de origem de que não responde a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou que não esteja cumprindo penalidade disciplinar;

g) comprovação de que tenha no mínimo 7 (sete) anos de tempo de efetivo exercício até a data em que adquirirá direito à aposentadoria, em qualquer de suas modalidades;

h) cumprimento de tempo mínimo de 03 (três) anos de estágio probatório;

i) declaração de dispensa de ajuda de custo (**Anexo IV**).

j) Documento em que conste a concordância da Instituição de origem em liberar o docente para redistribuição (assinado pelo diretor de centro/departamento/unidade acadêmica ou equivalente).

5.3. O projeto de atuação profissional, mencionado na alínea “b” do item anterior, deverá:

a) articular a trajetória acadêmico-profissional com a área de conhecimento do docente ocupante do cargo a ser redistribuído;

b) prever a participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em atividades de administração acadêmica para inserção no contexto institucional;

c) articular propostas de atuação aos projetos institucionais da UFRN e/ou do departamento acadêmico, unidade acadêmica especializada ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica; e

d) apresentar contribuição para a consolidação e desenvolvimento da área.

5.3. A inscrição e documentação acima deverá ser encaminhada por meio do e-mail kateufrn@gmail.com, no período de 15/05/2022 a 30/06/2022 (conforme cronograma previsto no item 4.2):

5.3.1. A relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas tem previsão de ser publicada no dia 01/07/2022.

5.3.2. Os candidatos poderão interpor pedido de reconsideração no período de 05/07/2022 a 07/07/2022, por meio do e-mail kateufrn@gmail.com.

5.3.3. A relação definitiva das inscrições homologadas será publicada na(o) quadro de avisos do Departamento de Engenharia Elétrica, na data prevista de 08/07/2022.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A Comissão de Avaliação de Redistribuição designada analisará o perfil dos candidatos inscritos para cada vaga oferecida em edital, elaborando ao final um relatório conclusivo, indicando aquele que possui perfil mais adequado para a vaga disponível, considerando as diretrizes constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, no dimensionamento de pessoal e nas necessidades específicas, tendo em vista as perspectivas futuras de ampliação das atividades.

6.2. A Comissão de Avaliação de Redistribuição analisará o perfil profissional do candidato, segundo os seguintes critérios:

a) o interesse público;

b) a experiência do servidor docente em ensino, pesquisa e/ou extensão na área de atuação e/ou gestão acadêmica;
c) o ganho institucional com o perfil profissional do servidor, de acordo com o currículo e projeto de atuação profissional apresentado.
6.3. A análise curricular e pontuação será realizada de acordo com a Ficha de Avaliação de Prova de Títulos, constante nos **Anexos V ou VI** deste Edital.
6.4. A análise do projeto de atuação profissional será realizada de acordo com a Ficha de Avaliação Individual do Projeto de Atuação Profissional, **Anexos VII ou VIII** deste edital.
6.5. As defesas do Projeto de Atuação Profissional serão realizadas em sessões públicas de videoconferência, comportando, no máximo, apresentações de 03 (três) candidatos por turno, vedada a participação dos candidatos concorrentes.
6.5.1. As sessões de defesas serão gravadas para efeitos de registro.
6.6. As notas serão calculadas por média ponderada, em que os currículos terão peso de 20% e os projetos de atuação profissional terão peso de 80%, de acordo com a seguinte fórmula:

NFC = T x 0,2 + PAP x 0,8

Em que NFC (Nota Final Classificatória); T (Nota de Títulos e Produção Intelectual); e PAP (Nota do Projeto de Atuação Profissional)
6.7. Os títulos e produção intelectual são de caráter classificatório.
6.8. O Projeto de Atuação Profissional é de caráter eliminatório e classificatório.
6.9. É considerado eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 7,0 no Projeto de Atuação Profissional.

7. DO RESULTADO

7.1. Concluídos os procedimentos de apreciação e classificação dos proponentes, a Comissão de Avaliação de Redistribuição divulgará o **resultado preliminar** na data provável de 25/07/2022, por meio do quadro de avisos do Departamento de Engenharia Elétrica.
7.2. Em caso de empate, o critério de desempate será a nota atribuída ao Grupo III da ficha de avaliação de prova de títulos, **Anexos V ou VI** deste Edital, dando-se preferência ao proponente que alcançar maior pontuação.
7.3. Os candidatos poderão protocolar pedidos de reconsideração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da divulgação do resultado preliminar.
7.3.1. Os pedidos de reconsideração deverão ser dirigidos à Comissão de Avaliação de Redistribuição e protocolados por meio do e-mail kateufrn@gmail.com.
7.3.2. Caberá à Comissão de Avaliação de Redistribuição responder aos pedidos de reconsideração no prazo de 05 (cinco) dias, salvo motivo de força maior, podendo ser dilatada até o dobro, mediante comprovada justificação.
7.3.4. Em hipótese alguma será aceita revisão do pedido de reconsideração.
7.4. Após as análises dos pedidos de reconsideração eventualmente interpostos, caberá à Comissão de Avaliação de Redistribuição divulgar o **resultado definitivo** na data provável de 01/08/2022, por meio do quadro de avisos do Departamento de Engenharia Elétrica.
7.5. O resultado definitivo será submetido à respectiva plenária ou Conselho da Unidade que, após, enviará o processo à Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI, indicando o código de vaga de contrapartida.
7.6. A CPDI emitirá parecer consultivo e enviará o processo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE para homologação.
7.7. O candidato poderá interpor pedido de reconsideração ao CONSEPE, no prazo de 10 dias corridos, contados da publicação da resolução de homologação em Boletim de Serviço.

8. DOS PROCEDIMENTOS DA REDISTRIBUIÇÃO

8.1. Esgotado o prazo recursal estabelecido no item 7.7, caberá ao Reitor remeter ofício ao dirigente máximo da IFE de origem, solicitando-lhe a redistribuição do cargo ocupado, demonstrando claramente o interesse institucional e informando o código de vaga como contrapartida.
8.2. Após os trâmites internos e verificada a aquiescência da IFE de origem do cargo ocupado, caberá a esta remeter o processo de redistribuição ao Ministério da Educação para a efetivação do ato por meio de publicação em Diário Oficial da União.
8.3. Após publicação do ato de redistribuição, o servidor terá no máximo 30 (trinta) dias contados da data de publicação, para se apresentar à UFRN para retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluindo nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
8.4. A Instituição de origem do servidor deverá encaminhar para a UFRN, dentro de 30 dias a contar da publicação do ato da redistribuição em DOU, todo o acervo funcional do servidor, contendo as ocorrências funcionais até a data da redistribuição.

9. DOS REQUERIMENTOS

9.1. O candidato poderá, no período de 05/07/2022 a 28/07/2022, protocolar requerimento devidamente fundamentado, por meio do e-mail kateufrn@gmail.com, para fins de esclarecimentos ou registros de fatos que apontem o descumprimento desta Chamada, o qual será analisado pela Comissão de Avaliação de Redistribuição.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os prazos fixados nesta chamada poderão ser alterados a critério da administração, dando-se a devida publicidade.

10.2. Agindo em conformidade com a Resolução nº 153/2021-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, os servidores redistribuídos por ordem desta chamada ficam impossibilitados de novas redistribuições ou remoções pelo período de 03 (três) anos.

Natal, 11 de maio de 2022

gov.br
Documento assinado digitalmente
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
Data: 11/05/2022 10:52:37-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica (DEE)

ANEXO I
(QUADRO DE VAGA)

Carreira (MS ou EBTT)	Classe	Unidade de Lotação	Área de Conhecimento	Titulação mínima	Regime de Trabalho	Nº de Vagas	Código de Vaga
Magistério Superior (MS)	C1 ou nível superior na carreira	Departamento de Engenharia Elétrica	Mecatrônica	Graduação em Engenharia Elétrica e Doutorado em Engenharia Elétrica	40h/DE	01	0860173

ANEXO II
(FICHA DE INSCRIÇÃO)

Venho, através deste documento, manifestar interesse na redistribuição para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Central, no cargo de docente da carreira do magistério superior, nos termos da Chamada Pública – Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.

Nome completo:	
CPF:	
SIAPE:	
Cargo ocupado:	
Órgão de origem:	
Lotação/Exercício:	
Escolaridade (além da exigida para o cargo):	
E-mail:	
Telefone para contato:	

- Estou ciente e de acordo com os termos da Chamada Pública - Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.
- Estou ciente de que a participação nesta chamada pública não gera o direito de ser redistribuído, ou seja, gera apenas expectativa da redistribuição.
- Estou ciente de que não haverá qualquer pagamento a título de ajuda de custo, no caso de redistribuição regida por esta Chamada Pública.
- Estou ciente de que a falta de documentos, conforme indicado neste Edital, implicará no indeferimento da solicitação de redistribuição.

_____

Local/Data

_____

Assinatura do Requerente

ANEXO III
(CHECK LIST)

Documentos obrigatórios para inscrição na Chamada Pública - Edital N° Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.

	I	Justificativa do pedido, anexando o currículo comprovado e autenticado (vitae ou lattes) e o projeto de atuação profissional a ser desenvolvido na UFRN
	II	Cópia das avaliações de desempenho funcional, pelo menos dos últimos 36 (trinta e seis) meses ou equivalente ao tempo de exercício.
	III	Cópia das avaliações pelos discentes ou documento equivalente, pelo menos dos últimos 3 (três) anos, quando houver.
	IV	Cópia da ficha funcional em que conste o tempo de serviço, os afastamentos e licenças.
	V	Declaração expedida pelo órgão de origem de que não responde a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou que não esteja cumprindo penalidade disciplinar.
	VI	Comprovação de que tenha no mínimo 7 (sete) anos de tempo de efetivo exercício até a data em que adquirirá direito à aposentadoria, em qualquer de suas modalidades.
	VII	Declaração de dispensa de ajuda de custo (Anexo IV).
	VIII	Documento em que conste a concordância da Instituição de origem em liberar o docente para redistribuição (assinado pelo diretor de centro/departamento/unidade acadêmica ou equivalente)
	IX	Ficha de Inscrição e check list, preenchidos e assinados.

Eu _____ servidor(a), interessado(a) em participar da Chamada Pública - Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN, apresentei a documentação exigida e estou ciente de que a Comissão de Avaliação de Redistribuição não se responsabilizará por solicitações de redistribuição com documentos incompletos ou faltantes e/ou enviadas fora do prazo.

_____
Local/Data

_____
Assinatura do Requerente

ANEXO IV
(Dispensa de Ajuda de Custo)

Eu, _____, Matrícula SIAPE nº_____, docente da carreira do magistério superior do quadro de pessoal do (a) _____, Campus _____, venho através deste documento declarar que desisto de pleitear ajuda de custo citada no Artigo 53 da Lei 8.112/1990. Informo não ter interesse em pleitear a referida ajuda de custo pela redistribuição para o quadro de Pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ser eu o interessado no pleito em questão. Declaro que a redistribuição atende ao meu interesse, e reitero a dispensa da ajuda de custo mencionada no referido documento.

_____
Local/Data

_____
Assinatura do Requerente

ANEXO V

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		
Ficha de Avaliação da PROVA DE TÍTULOS (MAGISTÉRIO SUPERIOR)		
Edital nº:		
Nome do candidato:		
Área/Disciplina:		
Data:		
DISCRIMINAÇÃO	**PONTOS**	
GRUPO I – TÍTULOS E FORMAÇÃO ACADÊMICA	**previstos**	**obtidos**
1 - Títulos de Livre-Docência		
1.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	80	
1.2 - em área correlata	40	
2 - Curso de Doutorado		
2.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	100	
2.2 - em área correlata	50	
3 - Certidão de integralização de todos os créditos concluídos em disciplinas de cursos de Doutorado		
3.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	40	
3.2 - em área correlata	20	
4 - Curso de Mestrado		
4.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	60	
4.2 - em área correlata	30	
5 - Certidão de integralização de todos os créditos concluídos em disciplinas de cursos de Mestrado		
5.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	20	
5.2 - em área correlata	10	
6 - Curso ou estágio de especialização ou aperfeiçoamento		
6.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	10	
6.2 - em área correlata	05	

OBSERVAÇÕES

- **Será considerada apenas a pontuação correspondente à titulação ou formação acadêmica mais alta.**
  A tese ou trabalhos específicos e justificativas de conclusão e aprovação de cursos de Pós-Graduação: Doutorado, Mestrado, Especialização e Aperfeiçoamento não terão pontuação independente das notas já atribuídas ao título ou comprovante do respectivo curso.
- **O conceito de Livre-Docência está disciplinado na Lei nº 5.802/72 e regulamentado na Resolução nº 83/77-CONSEPE.**

Justificativa e Comentários – Grupo I:

DISCRIMINAÇÃO	PONTOS	
GRUPO II – ATIVIDADES DE DOCÊNCIA – nos últimos 10 (dez) anos, contados da publicação do Edital	**Previstos**	**Obtidos**
1 – Exercício do magistério em quaisquer dos níveis da educação básica, tecnológica ou profissional	02 p/ semestre	
2 – Exercício de monitoria em nível superior	01 p/ semestre	
3- Participação em estágio em docência assistida realizado em *e*stabelecimento de ensino superior, durante curso de Pós-Graduação *stricto sensu* devidamente validado pela instituição de ensino.	02 p/ semestre	
4 - Exercício do magistério em nível superior (Graduação e/ou Pós-Graduação) em instituições de ensino superior	05 p/ semestre	
5 - Participação em programas e/ou projetos de ensino ou inovação pedagógica concluídos, com duração mínima de 01 (um) ano e com certificação institucional (**até 3 projetos**)		
5.1 – Coordenador	10 p/ projeto	
5.2 – Membro	05 p/ projeto	
6. Orientação de trabalho final de curso de graduação e monografia de graduação e/ou especialização defendida (**até 10 orientações**)		
6.1 – na área de conhecimento objeto do concurso	05 p/ orientação	
6.2 – em áreas correlatas	03 p/ orientação	
7. Orientação de dissertação de Mestrado defendida e aprovada (**até 10 orientações**)		
7.1 – na área de conhecimento objeto do concurso	15 p/ orientação	
7.2 – em áreas correlatas	10 p/ orientação	
8. Orientação de tese de Doutorado defendida e aprovada (**até 10 orientações**)		
8.1 – na área de conhecimento objeto do concurso	30 p/ orientação	
8.2 – em áreas correlatas	20 p/ orientação	

OBSERVAÇÕES:

- **Só serão computados os pontos referentes a atividades em estabelecimentos de ensino superior devidamente autorizados ou reconhecidos.**
- **Nos itens 1 a 4 serão permitidos o somatório por exercício concomitante em mais de uma instituição de ensino por semestre.**
- **Para os itens 1 a 4 também serão considerados o exercício do magistério na Educação à Distância.**
- **Para os itens 7 e 8, serão computadas co-orientações no caso de Programas de Pós-Graduação interdisciplinares ou em rede, considerando metade da pontuação atribuída à orientação.**

Justificativa e Comentários – Grupo II:

DISCRIMINAÇÃO		
GRUPO III – ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO (publicadas ou registradas nos últimos 10 (dez) anos, contados da publicação do Edital.		
	PONTOS	
1 – Livro publicado com ISBN	**Previstos**	**obtidos**
1.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso		
1.1.1 – publicação em editora com abrangência internacional	50	
1.1.2 – publicação em editora com abrangência nacional	30	
1.2 - em área correlata		
1.2.1 – publicação em editora com abrangência internacional	30	
1.2.2 – publicação em editora com abrangência nacional	20	
2 – Livro organizado com ISBN		
2.1 - na área de conhecimento ou disciplina, objeto do concurso		
2.1.1 – publicação em editora com abrangência internacional	25	
2.1.2 – publicação em editora com abrangência nacional	15	
2.2 - em área correlata		
2.2.1 – publicação em editora com abrangência internacional	15	
2.2.2 – publicação em editora com abrangência nacional	10	
3. Capítulos em livros publicados com ISBN – **no máximo 02 (dois) por livro quando organizado pelo autor**		
3.1 – na área de conhecimento objeto do concurso		
3.1.1 – publicação internacional	15	
3.1.2 – publicação nacional	10	
3.2 – em áreas correlatas		
3.2.1 – publicação internacional	10	
3.2.2 – publicação nacional	07	
4. Trabalhos publicados em periódico especializado		
4.1 – na área de conhecimento objeto do concurso		
a) em periódico classificado como *Qualis* A, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	30	
b) em periódico classificado como *Qualis* B1 a B3, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	20	
c) em periódico classificado como *Qualis* B4 e B5, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	10	
4.2 – em área correlata		
a) em periódico classificado como *Qualis* A, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	20	
b) em periódico classificado como *Qualis* B1 a B3, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	15	
c) em periódico classificado como *Qualis* B4 e B5, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	07	
OBS: Quando a área de conhecimento objeto do concurso não for classificada como área de avaliação no *Qualis*, caberá à Comissão Examinadora definir qual a classificação *Qualis* (qual área de conhecimento) a ser adotada, devendo ser usada a mesma classificação *Qualis* para todos os candidatos.		

OBS.: Quando o periódico não for classificado pelo *Qualis* caberá à Comissão Examinadora a análise da indexação, para efeito de pontuação.		
5. Patente (a mesma patente será contabilizada em apenas 1 item)		
5.1 – protocolo no INPI	30	
5.2 – pedido de exame	50	
5.3– patente nacional	100	
5.4– patente internacional	150	
6. Produto técnico-científico ou cultural, na área de conhecimento objeto do concurso (até um máximo de 120 pontos), premiado por entidade de reconhecido prestígio		
6.1 – internacional	50	
6.2 – nacional	30	
7. Editor de periódico científico por, no mínimo, 01 (um) ano		
a) em periódico classificado como *Qualis* A, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	20	
b) em periódico classificado como *Qualis* B1 a B3, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	15	
c) em periódico classificado como *Qualis* B4 e B5, de acordo com a mais recente divulgação feita pela CAPES	07	
8. Trabalhos publicados (na íntegra) em anais de congressos ou similares classificados pelo *Qualis*, até o máximo de 50 pontos		
8.1. – na área de conhecimento objeto do concurso		
a) internacionais	08	
b) nacionais	05	
c) regionais / locais	02	
8.2 – em áreas correlatas		
a) internacionais	06	
b) nacionais	04	
c) regionais	01	
OBS.: Quando o evento não for classificado pelo *Qualis* caberá à Comissão Examinadora a análise da classificação, para efeito de pontuação.		
9. Resumos publicados em anais de congressos ou similares classificados pelo *Qualis*, até o máximo de 20 pontos		
9.1. – na área de conhecimento objeto do concurso		
a) internacionais	06	
b) nacionais	04	
c) regionais	02	
9.2 – em áreas correlatas		
a) internacionais	03	
b) nacionais	02	
c) regionais / locais	01	
OBS.: Quando o evento não for classificado pelo *Qualis* caberá à Comissão Examinadora a análise da classificação, para efeito de pontuação.		
10 - Orientação de bolsa de iniciação científica ou de extensão concluída certificada pela instituição - até 10 orientações		
10.1 - na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	05 p/ aluno	
10.2 - em área correlata	03 p/ aluno	
11. Participação em projetos concluídos de pesquisa científica, tecnológica e inovação, com		

duração mínima de 01 (um) ano e com certificação institucional (até 3 projetos, por atividade)		
11.1 - coordenador de projeto	10	
11.2 – membro	05	
12. Participação em programas, projetos concluídos e outras ações de extensão com duração mínima de 01 (um) ano e com certificação institucional (até 3 projetos, por atividade)		
12.1 – Coordenador	10	
12.2 – Membro	05	
13 – Participação em curso de extensão – até 03 cursos		
13.1 – Coordenador	05	
13.2 – Membro	03	
14 – Participação em comissão organizadora de evento nacional/internacional – até 03 eventos		
14.1 – Coordenador	07	
14.2 – Membro	04	
15 – Participação em comissão organizadora de evento local /regional – até 03 eventos		
15.1 – Coordenador	03	
15.2 – Membro	01	
16 - Produção de obras artísticas publicadas ou participantes em amostras/eventos oficiais (até 3), compreendendo as áreas da coreografia, da literatura, da música, do teatro, do cinema, da(o) TV/vídeo, do desenho, da escultura, da fotografia, da gravura, da pintura, da instalação		
16.1 – internacional	20	
16.2 – nacional, regional ou local	10	
Justificativa e Comentários – Grupo III:		

DISCRIMINAÇÃO	**PONTOS**	
GRUPO IV – MÉRITO PROFISSIONAL E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - nos últimos 10 (dez) anos, contados da publicação do Edital.	**Previstos**	**obtidos**
1. Participação como membro titular em comitê permanente da CAPES, CNPq ou similares	20	
2. Participação em Banca Examinadora de Concurso Público para provimento de cargo de docente efetivo de instituição de ensino superior		
a) na área de conhecimento ou disciplina, objeto do concurso	10	
b) em área correlata	05	
3. Participação em Comissão Examinadora de Tese de Doutorado, excluindo-se aquelas em que o candidato é o orientador da tese		
a) na área de conhecimento ou disciplina, objeto do concurso	08	
b) em área correlata	04	
4. Participação em Comissão Examinadora de Dissertação de Mestrado, excluindo-se aquelas em que o candidato é o orientador da dissertação		
a) na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	04	
b) em área correlata	02	
5. Participação em Comissão Examinadora de Trabalho Final ou Monografia de curso de		

Graduação, excluindo-se aquelas em que o candidato é o orientador do trabalho, até o máximo de 20 pontos		
a) na área de conhecimento ou disciplina objeto do concurso	02	
b) em área correlata	01	
6 – Exercícios de cargos administrativos (**até 160 pontos**)		
a) Reitor ou equivalentes	40 p/ano	
b) Vice-Reitor, Pró-Reitor ou Pró-Reitor Adjunto ou equivalente, Diretores ou Vice-Diretor de Centros ou equivalentes	30 p/ano	
c) Coordenador ou Vice-Coordenador de Graduação, de Pós-Graduação *stricto sensu*, chefia de Departamento, ou equivalentes	15 p/ano	
d) Chefias/Coordenações de Núcleos Interdisciplinares, Laboratórios Multiusuários Institucionais, Grupos Permanentes de Arte e Cultura, Incubadoras, Tutoria de Empresas Juniores, Supervisão de Residências em Saúde	10 p/ano	
7 - Participação em Colegiados Superiores e Comissões ou Comitês Permanentes Institucionais, desde que não seja como membro nato, e que não se sobreponham na mesma atividade	10 p/ ano	
8- Exercícios de cargos em Instituições científicas ou profissionais **(mínimo de 1 ano)**	10	
9 - Atividades de caráter profissional, remunerada ou voluntária, em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, ou preceptoria de residência em saúde, relacionadas com a área de conhecimento **(máximo de 30 pontos)**	03 p/semestre	
10– Título honorífico concedido por sociedade ou colégio de especialistas devidamente credenciados		
10.1 – de âmbito internacional	10	
10.2- de âmbito nacional	05	
11 – Prêmio de mérito profissional ou acadêmico		
11.1 – de âmbito internacional	10	
11.2- de âmbito nacional	05	
Justificativa e Comentários – Grupo IV:		

TOTALIZAÇÃO DE PONTOS/NOTA	
Grupo I	
Grupo II	
Grupo III	
Grupo IV	
TOTAL DE PONTOS	
NOTA PROPORCIONAL	

Assinatura dos Membros da Comissão	1º membro (Presidente): 2º membro: 3º membro:

ANEXO VII

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	
FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL (MAGISTÉRIO SUPERIOR)	
Edital nº:	
Unidade Acadêmica:	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome do candidato	
Área/Disciplina	
Data	

Itens de Avaliação do Projeto de Atuação Profissional – Magistério Superior	
O PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Valor: 0,00 a 5,00 pontos** **PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA**:	● A redação observa os requisitos da linguagem acadêmica: objetividade, clareza e precisão e obedece às normas da ABNT quanto às citações, notas de rodapé e organização bibliográfica. **<u>O Projeto de Atuação Profissional</u>** ● Articula o projeto de atuação profissional e a trajetória acadêmico-profissional com a área de conhecimento objeto do concurso e com a expectativa de atuação profissional; ● Prevê participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e em atividades de administração acadêmica para inserção no contexto institucional. ● Articula as propostas feitas aos projetos institucionais da UFRN e/ou do Departamento ou Unidade especializada à qual se candidata; ● Apresenta novos enfoques, contribuindo para a consolidação e desenvolvimento da área.
APRESENTAÇÃO E DEFESA DO PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Valor: 0,00 a 3,00 pontos** **PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA**:	● Explicita a importância de sua formação para a sua atuação profissional; ● Esclarece os posicionamentos teóricos ou práticos assumidos em cada etapa de sua formação/atuação; ● Demonstra a coerência entre as atividades desenvolvidas ao longo da trajetória acadêmica e a disciplina/área do concurso; ● Justifica de forma adequada e fundamentada as continuidades e inflexões em sua trajetória acadêmico-profissional; ● Demonstra sólido conhecimento dos conteúdos da disciplina/área do concurso, além de cultura geral.
ARGUIÇÃO: PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA**:	● Objetividade, clareza, precisão e correção no uso da língua; ● Correção e coerência na maneira de argumentar e defender as suas ideias; ● Demonstra habilidade na elaboração de respostas a questionamentos; ● Responde convenientemente às perguntas dos examinadores, demonstrando segurança e conhecimento no uso de termos e conceitos.

TOTAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS AOS ITENS (com duas casas decimais)	
JUSTIFICATIVAS/COMENTÁRIOS POR ITEM DE AVALIAÇÃO	
O PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Justificativa/Comentários:**	
APRESENTAÇÃO E DEFESA DO PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Justificativa/Comentários:**	
ARGUIÇÃO: PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL **Justificativa/Comentários:**	
ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO	1º membro (Presidente): 2º membro: 3º membro

Emitido em 12/09/2022

EDITAL Nº 1118/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:07)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1118**, ano: **2022**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **62f61ac07b**

PORTARIA DE COMISSÃO Nº 18 / 2022 - DEE/CT (14.19)

Nº do Protocolo: 23077.094208/2022-15

Natal-RN, 19 de julho de 2022.

O Vice-chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear os professores Kurios Iuri Pinheiro de Melo Queiroz, matrícula [redacted], Diomadson Rodrigues Belfort, matrícula [redacted], e Antônio Wallace Antunes Soares, matrícula [redacted], para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão para tratar da CHAMADA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DOCENTE PARA A UFRN DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA, regida pelo EDITAL 01/2022 DEE/CT.

(Assinado digitalmente em 19/07/2022 10:49)
ARRHENIUS VINICIUS DA COSTA OLIVEIRA
CHEFE DE DEPARTAMENTO - SUBSTITUTO
DEE/CT (14.19)
Matrícula: 1637588

DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
Autenticado Digitalmente

Emitido em 12/09/2022

PORTARIA DE COMISSÃO Nº 23/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:07)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **23**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA DE COMISSÃO**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **aec829aa09**

À Comissão de Avaliação de Redistribuição**,** Edital 01/2022 – DEE/CT

Natal, 30/06/2022

Prezados Membros da Comissão de Avaliação de Redistribuição,

Eu, Rodrigo Prado de Medeiros, professor efetivo do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lotado no Departamento de Engenharias do Centro Multidiscipinar de Caraúbas, com matrícula de n° [redacted]e link para currículo lattes http://lattes.cnpq.br/5249613956238698, escrevo-lhes este documento a fim de justificar a minha solicitação de redistribuição para atuar como docente do curso de Engenharia Mecatrônica do Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Na esfera do ensino, tenho trabalhado, desde o início do ano de 2016 como professor efetivo da UFERSA, no ensino de disciplinas das áreas de automação e sistemas elétricos, tais como análise de sistemas de potência, máquinas elétricas, instalações elétricas industriais, laboratório de circuitos elétricos e laboratório de eletrônica de potência. Devido à experiência adquirida ao longo desses quase sete anos de UFERSA, acredito apresentar conhecimento, aptidão e estímulo necessários para a prática do ensino de disciplinas da grade curricular do curso de Engenharia Mecatrônica, tais como teoria de circuitos, processamento digital de sinais, automação industrial e acionamentos eletrônicos de potência.

Na área da pesquisa, concluí o meu doutorado (defesa de tese realizada em 21/12/2017) no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPgEEC) da UFRN, tendo recebido orientação acadêmica do professor doutor Flavio Bezerra Costa. Minha pesquisa esteve associada à aplicação da transformada *wavelet* na proteção de sistemas elétricos. Como resultados do doutorado, publiquei três artigos no periódico *IEEE Transactions on Power Delivery*, intitulados: 1) *Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform* (2015); 2) *A Wavelet-Based Transformer Differential Protection with Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection* (2017) e 3) *A Wavelet-Based Transformer Differential Protection: Internal Fault Detection During Inrush Conditions* (2018). A fim de consolidar a minha pesquisa desenvolvida durante o mestrado e o doutorado, realizei estágio pós-doutoral no PPgEEC da UFRN entre os meses de julho de 2019 e julho de 2020. Como resultados, publiquei mais um artigo na *IEEE Transactions*

on Power Delivery, intitulado: 1) *A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection* (2022). Atualmente, sou coordenador do projeto universal intitulado "Proteção diferencial de transformadores baseada na transformada wavelet", o qual foi aprovado na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa A. Este projeto é fruto de uma parceria entre as instituições UFERSA e UFRN e, atualmente, encontra-se em fase de execução no laboratório ProRedes, localizado na Escola de Ciências e Tecnologia (ECT) da UFRN, o qual dispõe de uma infraestrutura adequada para a sua realização. Os resultados obtidos até o momento com este projeto apoiaram o desenvolvimento de duas dissertações de mestrado de alunos do grupo de pesquisa ProRedes, grupo do qual eu sou membro. Uma dissertação já foi defendida e a outra encontra-se em andamento. Além disso, um artigo já foi publicado em um simpósio internacional e outro artigo foi submetido recentemente para um congresso nacional. Com relação às orientações de monografia, já orientei o trabalho de conclusão de curso de 19 alunos dos cursos de Bacharelado em Ciências e Tecnologia e Engenharia Elétrica da UFERSA. Essas atividades desenvolvidas por mim, aliadas à constante interação que mantenho com a UFRN para a produção de pesquisa científica, reforçam o meu grande interesse em atuar como docente do curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN, sobretudo com a possibilidade de atuar no PPgEEC e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica (PPGEMECA).

Além do ensino e da pesquisa, atuei no desenvolvimento de atividades de extensão no Centro Multidisciplinar de Caraúbas, a exemplo da I Semana de Engenharia Elétrica da UFERSA Caraúbas (I SEE), e fui Vice Coordenador do Recarregue. Durante estes dois eventos, os discentes da UFERSA tiveram contato com palestrantes de diversas instituições e empresas do setor elétrico do Rio Grande do Norte, e participaram de minicursos de *softwares* utilizados comercialmente a academicamente nas áreas de sistemas de potência, eletrônica, telecomunicações e controle e automação.

Por fim, reitero o meu grande interesse em retornar à UFRN, instituição que me acolheu durante 11 anos, considerando os períodos em que realizei graduação e pós-graduação, desta vez atuando como docente do Curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN. Expresso aqui o meu desejo em querer contribuir, nas esferas do ensino, da pesquisa, extensão e administração, com a formação dos discentes do curso de Engenharia Mecatrônica, além de trabalhar para a manutenção da excelência deste curso.

Cordialmente,

Documento assinado digitalmente
gov.br
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Data: 30/06/2022 17:20:26-0300
Verifique em https://verificador.iti.br



Rodrigo Prado de Medeiros

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5249613956238698
ID Lattes: **5249613956238698**
Última atualização do currículo em 27/06/2022

É graduado, mestre e doutor em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo recebido estes títulos, respectivamente, nos anos de 2012, 2014 e 2018. Durante o mestrado e doutorado, desenvolveu pesquisa no grupo de pesquisa ProRedes, na ECT-UFRN, na área de proteção de sistemas elétricos. Exerceu função de professor temporário junto ao Departamento de Engenharia Elétrica (DEE-UFRN), no período de 2014.2. Atualmente é professor adjunto do Curso de Engenharia Elétrica, lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar de Caraúbas. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPgEEC) da UFRN, entre julho de 2019 e Julho de 2020. Suas áreas de interesse incluem: transitórios eletromagnéticos, proteção de sistemas elétricos, qualidade de energia elétrica, acionamentos de máquinas elétricas e processamento digital de sinais. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Rodrigo Prado de Medeiros
Nome em citações bibliográficas MEDEIROS, R. P.;MEDEIROS, RODRIGO;DE MEDEIROS, RODRIGO PRADO;MEDEIROS, RODRIGO PRADO;PRADO, RODRIGO;MEDEIROS, RODRIGO P.;DE MEDEIROS, RODRIGO P.;PRADO MEDEIROS, RODRIGO
Lattes iD http://lattes.cnpq.br/5249613956238698

Endereço

Endereço Profissional Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA - Campus Caraúbas.
Avenida Universitária Leto Fernandes
Sítio Esperança II
59780000 - Caraúbas, RN - Brasil
Telefone: (84) 33178505

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2018 Doutorado em Engenharia Elétrica (Conceito CAPES 5).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Título: Proteção Diferencial de Transformadores de Potência Utilizando a Transformada Wavelet com Efeitos de Borda, Ano de obtenção: 2018.
Orientador: Flavio Bezerra Costa.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2012 - 2014 Mestrado em Engenharia Elétrica (Conceito CAPES 5).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Título: Proteção Diferencial de Transformadores de Potência Utilizando a Transformada Wavelet,Ano de Obtenção: 2014.
Orientador: Flavio Bezerra Costa.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Transformadores de potência; Proteção diferencial; Transformada wavelet; Faltas internas.
Grande área: Engenharias

2007 - 2012 Graduação em Engenharia Elétrica.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Título: Análise em Regime Permanente da Injeção de Harmônicos em uma Rede Elétrica Através de Geração Eólica.
Orientador: Arrhenius Vinicius da Costa Oliveira.

Pós-doutorado

2019 - 2020 Pós-Doutorado.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Grande área: Engenharias

Formação Complementar

2014 - 2014 Parametrização de relés digitais da linha SEPAM. (Carga horária: 12h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2014 - 2014 Introdução à programação. (Carga horária: 20h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2011 - 2011 Mini-curso de ADS. (Carga horária: 16h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2010 - 2011 Introdução à programação em Matlab. (Carga horária: 30h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2010 - 2010 Introdução aos controladores lógicos programáveis. (Carga horária: 20h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2009 - 2009 Meu Chip: Introdução a VHDL e prototipagem em FPGA. (Carga horária: 15h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

2009 - 2009 Minicurso de programação orientada a objetos. (Carga horária: 16h).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

Vínculo institucional
2014 - 2017 Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Estudante de Doutorado, Regime: Dedicação exclusiva.
Vínculo institucional
2014 - 2014 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Temporário, Carga horária: 40
Outras informações Disciplina ministrada: Eletrotécnica Básica - DEE - UFRN
Vínculo institucional
2012 - 2014 Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Estudante de Mestrado, Regime: Dedicação exclusiva.
Vínculo institucional
2013 - 2013 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Estagiário Docente, Carga horária: 4
Outras informações Disciplina: Eletricidade Aplicada - ECT - UFRN
Vínculo institucional
2007 - 2012 Vínculo: Estudante, Enquadramento Funcional: Estudante de Graduação, Regime: Dedicação exclusiva.

Petróleo Brasileiro, PETROBRAS, Brasil.

Vínculo institucional
2011 - 2012 Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA, Brasil.

Vínculo institucional
2015 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor efetivo, Regime: Dedicação exclusiva.
Atividades
05/2018 - Atual Ensino, Engenharia Elétrica, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Análise de Sistemas de Potência
Instalações Elétricas Industriais
Máquinas Elétricas
03/2018 - Atual Direção e administração, UFERSA - Campus Caraúbas.

Cargo ou função
Vice-Coordenador do curso de Engenharia Elétrica.

01/2017 - 04/2018
Ensino, Engenharia Elétrica, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Análise de Sistemas de Potência
Máquinas Elétricas

09/2016 - 12/2016
Ensino, Engenharia Elétrica, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Análise de Sistemas de Potência
Laboratório de Circuitos Elétricos
Laboratório de Eletrônica de Potência

02/2016 - 06/2016
Ensino, Engenharia Elétrica, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Análise de Sistemas de Potência
Máquinas Elétricas

Projetos de pesquisa

2021 - Atual
Desenvolvimento de estratégias de modulação PWM baseadas na teoria de vetores espaciais para controle da velocidade de motores de indução trifásicos
Descrição: O presente trabalho tem como objetivo a modelagem e desenvolvimento de um inversor de frequência para controle de velocidade de um motor de indução trifásico utilizando estratégias de modulação PWM baseadas na teoria de vetores espaciais (SVPWM), que sejam capazes de atender às especificações de operação projetadas. Projetar-se-á, ainda, um circuito com base em modulação por largura de banda escalar, a fim de realizar uma análise comparativa com o método inicialmente proposto. Neste estudo comparativo, serão observadas as respostas transitória e de regime permanente dos sistemas para grandezas como torque, tensões e correntes do motor. Além disso, também serão analisados os índices de distorção harmônica provenientes da conexão do inversor com a rede..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Tania Luna Laura - Integrante / Judson Praxedes da Silva - Integrante / Igor Lamark Araújo Fernandes - Integrante.

2019 - Atual
Edital Universal - CNPq 28/2018: Proteção Diferencial de Transformadores Baseada na Transformada Wavelet
Descrição: A função diferencial é largamente utilizada na proteção de transformadores de potência, levando a uma discriminação confiável entre faltas internas e outros eventos associados à operação do transformador. No entanto, a função de proteção diferencial convencional baseada na estimação de fasores de corrente apresenta dificuldades na detecção de algumas faltas internas, tais como faltas espira-espira e espira-terra próximos ao neutro do transformador, e dependência das funções de bloqueio e de restrição por harmônicos na manutenção da segurança do esquema de proteção durante condições de inrush, sobreexcitação do transformador e faltas externas com saturação do transformador de corrente. Por outro lado, faltas internas e demais distúrbios associados à proteção de transformadores apresentam transitórios, os quais podem ser detectados de forma adequada pela transformada wavelet. Propõe-se neste projeto de pesquisa a implementação de um esquema de proteção diferencial de transformadores em laboratório, a partir da aplicação da transformada wavelet discreta redundante com efeitos de bordas das correntes que fluem pelos dois enrolamentos do transformador. Em tempo real, todas as etapas do sistema de proteção proposto serão levadas em consideração, tais como a aquisição digital das correntes, etapas de pré-processamento e todo o processamento wavelet. A partir dessa metodologia de proteção, um protótipo de um relé de proteção diferencial de transformador será implementado em FPGA e o seu desempenho será avaliado com simulações em tempo real e em um sistema elétrico simplificado montado em laboratório, em situações de energização do transformador e de faltas internas..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (4) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Flavio Bezerra Costa - Integrante / Sâmara de Cavalcante Paiva - Integrante / Rafael Lucas da Silva França - Integrante / Monica Maria Leal - Integrante / Denis Keuton Alves - Integrante / Marcos Sérgio Rodrigues Leal - Integrante.

2018 - 2020
Detecção de danos em estruturas utilizando a transformada wavelet
Descrição: Na engenharia civil, o avanço nas técnicas construtivas e o desenvolvimento de novos materiais têm gerado o surgimento de estruturas cada vez mais complexas. Tais estruturas apresentam uma grande vulnerabilidade a problemas oriundos da ocorrência de danos localizados. Além disso, a degradação natural das construções tem requerido cada vez mais o desenvolvimento de métodos de monitoramento de integridade estrutural. Os métodos de identificação de danos em estruturas podem ser definidos em quatro níveis: (Nível-1) Determinação ou detecção de quais danos estão presentes na estrutura; (Nível-2) Determinação da localização geométrica do dano; (Nível-3) Quantificação da gravidade do dano e (Nível-4) Previsão da vida útil restante da estrutura. Dentre as técnicas utilizadas para identificação de danos em estruturas, têm-se a aplicação de ferramentas que fazem uso das propriedades dinâmicas das estruturas (frequências naturais e modos de vibração), redes neurais artificiais, transformada wavelet, entre outros. Por meio da transformada wavelet, por exemplo, é possível verificar a variação da energia do sinal vibratório e estimar a localização aproximada do dano. Este projeto consiste em aplicar a transformada wavelet na detecção de danos em estruturas a fim de se obter informações relevantes acerca dos níveis 1 e 2 do processo de identificação de danos..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Manoel Dênis Ferreira Costa - Integrante / Mackson Matheus França Nepomuceno - Integrante / Gilvan Bezerra dos Santos Júnior - Integrante / Francisco Danilson da Silva Alves - Integrante / Jefferson da Costa Rezende - Integrante / Luara Karolinny Machado de Oliveira - Integrante / Alison Breno Diogenes Pinto - Integrante.

Projetos de extensão

2019 - 2020
Desenvolvimento de Bancadas Didáticas para o Ensino de Engenharias
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Integrante / Tania Luna Laura - Coordenador.

Revisor de periódico

2018 - 2021
Periódico: IEEE TRANSACTIONS ON POWER DELIVERY
2020 - 2021
Periódico: ELECTRIC POWER SYSTEMS RESEARCH

Áreas de atuação

1.
Grande área: Engenharias / Área: Engenharia Elétrica / Subárea: Sistemas Elétricos de Potência/Especialidade: Medição, Controle, Correção e Proteção de Sistemas Elétricos de Potência.

Idiomas

Inglês
Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Português
Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

SCOPUS

Total de trabalhos:10 Total de citações:162

Medeiros, Rodrigo Prado Data: 07/05/2022

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **MEDEIROS, RODRIGO PRADO**; BEZERRA COSTA, FLAVIO ; MELO SILVA, KLEBER ; MURO, JOSE DE JESUS CHAVEZ ; JUNIOR, JOSE RAIMUNDO LIMA ; POPOV, MARJAN . A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection. IEEE TRANSACTIONS ON POWER DELIVERY JCR, v. 37, p. 317-328, 2022.

2.

AIRES, M. N. O. ; **MEDEIROS, R. P.** ; COSTA, F. B. ; SILVA, K. M. ; Chavez, J. J. ; Popov, M. . A wavelet-based restricted earth-fault power transformer differential protection. ELECTRIC POWER SYSTEMS RESEARCH JCR, v. 196, p. 107246, 2021.

Citações: WEB OF SCIENCE℠ 2

3. SIMOES, LUCAS D. ; COSTA, H. J. D. ; AIRES, M. N. O. ; **MEDEIROS, R. P.** ; COSTA, F. B. ; BRETAS, A. S. . A power transformer differential protection based onsupport vector machine and wavelet transform. ELECTRIC POWER SYSTEMS RESEARCH JCR, v. 197, p. 107297, 2021.

Citações: WEB OF SCIENCE℠ 3

4. ★ **MEDEIROS, RODRIGO PRADO**; COSTA, FLAVIO BEZERRA . A Wavelet-Based Transformer Differential Protection: Internal Fault Detection During Inrush Conditions. IEEE TRANSACTIONS ON POWER DELIVERY JCR, v. 33, p. 2965-2977, 2018.

Citações: WEB OF SCIENCE℠ 16

5. ★ **MEDEIROS, RODRIGO PRADO**; COSTA, F. B. . A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection. IEEE TRANSACTIONS ON POWER DELIVERY JCR, v. 33, p. 1-1, 2017.

Citações: WEB OF SCIENCE℠ 49

6. **MEDEIROS, RODRIGO**; COSTA, FLAVIO ; SILVA, KLEBER . Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform. IEEE Transactions on Power Delivery JCR, v. 31, p. 2083-2095, 2015.

Citações: WEB OF SCIENCE℠ 48 | SCOPUS 8

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. PRADO, I. F. ; **MEDEIROS, R. P.** ; COSTA, F. B. ; SILVA, K. M. . A performance Analysis of Transmission Line Differential Protection. In: VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020, Santo André - SP. VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020.
2. **MEDEIROS, RODRIGO P.**; AIRES, MATHEUS N. O. ; FRANCA, RAFAEL L. S. ; COSTA, FLAVIO. B. . Performance Assessment of a Wavelet-Based Differential Protection scheme in the Inter-Turn Fault Detection in a Transformer. In: 2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS), 2020, Brasilia. 2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS), 2020. p. 1.
3. SIMOES, LUCAS D. ; SOUZA, BRUNA L. ; COSTA, HAGI J. D. ; **DE MEDEIROS, RODRIGO P.** ; ORIVALDO, V. S. ; COSTA, FLAVIO B. . A Power Transformer Event Classification Technique Based on Support Vector Machine. In: 2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS), 2020, Brasilia. 2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS), 2020. p. 1.
4. DANTAS DA COSTA, HAGI JAKOBSON ; LIBERATO SOUZA, BRUNA ; DANTAS SIMÕES, LUCAS ; AIRES, MATHEUS ; **PRADO MEDEIROS, RODRIGO** ; VIEIRA DE SANTANA JÚNIOR, ORIVALDO ; BEZERRA COSTA, FLÁVIO . A Proposed Methodology for Online Implementation of a Support Vector Machine With Applications in Power Transformers Event Classification. In: Congresso Brasileiro de Automática 2020, 2020. Anais do Congresso Brasileiro de Automática 2020.
5. PRADO, I. F. ; **MEDEIROS, R. P.** ; COSTA, F. B. ; SILVA, K. M. . A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections. In: 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.
6. SIMÕES, L. D. ; OLIVEIRA, A. L. R. ; **MEDEIROS, R. P.** ; COSTA, F. B. . A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers. In: 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019, NATAL - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.
7. COSTA, FLAVIO ; **PRADO, RODRIGO** . A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection. In: 2018 IEEE Power & Energy Society General Meeting (PESGM), 2018, Portland. 2018 IEEE Power & Energy Society General Meeting (PESGM), 2018. p. 1.
8. Fernandes, J.F. ; COSTA, F. B. ; SANTANA JÚNIOR, O. V. ; **MEDEIROS, R. P.** . Intelligent Disturbance Diagnosis in Power Transformers Based on the Wavelet Transform and Support Vector Machine. In: XXII Congresso Brasileiro de Automática, 2018, João Pessoa - PB. XXII Congresso Brasileiro de Automática - CBA 2018, 2018.
9. ★ **MEDEIROS, R. P.**; COSTA, F. B. ; ALMEIDA, M. A. D. . Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements. In: Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016, Natal-RN. Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016.
10. ★ FERNANDES, JESSIKA FONSECA ; COSTA, FLAVIO BEZERRA ; **DE MEDEIROS, RODRIGO PRADO** . Power transformer disturbance classification based on the wavelet transform and artificial neural networks. In: 2016 International Joint Conference on Neural Networks (IJCNN), 2016, Vancouver. 2016 International Joint Conference on Neural Networks (IJCNN), 2016. p. 640.
11. ★ **MEDEIROS, R. P.**; COSTA, F. B. ; FERNANDES, J. F. . Differential protection of power transformers using the wavelet transform. In: 2014 IEEE Power & Energy Society General Meeting, 2014, National Harbor. 2014 IEEE PES General Meeting | Conference & Exposition. p. 1.

Demais tipos de produção técnica

1. **MEDEIROS, R. P.**. Introdução à Simulação de Sistemas de Potência Usando o ATPDraw. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. COSTA, F. B.; SILVEIRA, L. F. Q.; **MEDEIROS, R. P.**; NEVES, W. L. A.. Participação em banca de Samuel Simões Brito de Azevedo. Evaluation of Fault- Induced Traveling Waves in a Transmission Line Experimental Test Bench. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
2. OLIVEIRA, A. V. C.; SILVA JUNIOR, J. L.; ROCHA, T. O. A.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Genilson Costa Muniz Filho. ESTUDO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA UTILIZANDO MÓDULOS BIFACIAIS. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
3. COSTA, F. B.; BARROS, C. M. V.; **MEDEIROS, R. P.**; ROCHA, T. O. A.; BARROS, L. S.. Participação em banca de Max Rodrigues marques. Avaliação da Proteção de Gerador de Indução Duplamente Alimentado Aplicando a Transformada Wavelet. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
4. OLIVEIRA, A. V. C.; SILVA JUNIOR, J. L.; ALMEIDA, M. A. D.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de João Maria Vital de Paiva. Proposta da Nova Topologia da Rede de Distribuição de Média Tensão do Campus Central da a Partir da Entrada em Operação da Subestação 69 kV.. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Ribeiro, R. L. A.; Araújo, F. M. U.; ROCHA, T. O. A.; SOUSA NETO, C. M.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Yuri Iohanssen Ribeiro Damasceno. Estratégia de Controle Aplicado a Sistema de Geração Distribuída com Transição Suave entre os Modos Operação Conectado e Ilhado. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
6. ALMEIDA, M. A. D.; Oliveira, J. A. N.; SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Allan David Silva da Costa. Aplicação WEB para Monitoramento de Parâmetros Elétricos de Sistemas Fotovoltaicos. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
7. OLIVEIRA, A. V. C.; Oliveira, J. A. N.; ALMEIDA, M. A. D.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Enir Dias Neto. CONCEPÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE MONITORAMENTO E ATUAÇÃO PARA SISTEMAS DE PROTEÇÃO EM BAIXA TENSÃO. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
8. PIMENTEL FILHO, M. C.; OLIVEIRA, A. V. C.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Marcos Antonio de Araújo Slva. Otimização da Parametrização de Relés em Sistemas Radiais de Distribuição de Energia Elétrica com Utilização do Algoritmo Genético. 2018. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
9. COSTA, F. B.; **MEDEIROS, R. P.**; Ribeiro, R. L. A.; Ferreira, J. M. S.; VIEIRA JÚNIOR, J. C. M.. Participação em banca de Francisco Canindé da Silva Júnior. Proteção de Linhas de Transmissão Aéreas de Sistemas LCC-HVDC Monopolares Baseada em Ondas Viajantes Utilizando um Terminal. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. FREITAS, A. A. A.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C.. Participação em banca de José Rafael Benigno de Araújo.Comissionamento Técnico Realizado em uma Escola de Ensino Profissionalizante no Estado do Ceará. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
2. SENA, F. C. B.; SILVA, L. A. P.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Sebastião Augusto de Carvalho Melo.Estudo de Caso no Laboratório II da UFERSA, Campus Caraúbas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
3. FREITAS, A. A. A.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C.. Participação em banca de Dayane Cynthia Pinto Oliveira.Diagnóstico e Avaliação de Eficiência Energética Utilizando o Método PROCEL RTQ-C. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
4. FREITAS, A. A. A.; BRITO FILHO, F. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de João Batista Cavalcante.Uma Análise sobre o Mercado de Usinas de Geração Fotovoltaica em Mossoró e Região. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
5. FREITAS, A. A. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Jocélia Dantas de Souza.Usina Solar Fotovoltaica da UFERSA Campus Caraúbas-RN. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
6. FREITAS, A. A. A.; PIMENTEL FILHO, M. C.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Lorena Janisia Coringa Costa.Estudo de um Barramento Multitensões de Corrente Contínua para Nanorredes no Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
7. SENA, F. C. B.; **MEDEIROS, R. P.**; ARAUJO, T. M. S.. Participação em banca de Cícero Eduardo de Melo.Análise e Adequação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas do Bloco de Laboratórios de Engenharia da UFERSA, Campus Caraúbas. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
8. FREITAS, A. A. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Hortência Cibelle da Silva Marinho.Comparação entre um Sistema Fotovoltaico Projetado Teoricamente e por Ferramenta Computacional. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
9. Nepomuceno, M. M. F.; BRITO FILHO, F. A.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Álison Breno Diógenes Pinto.Análise Multifractal em Séries Fisiológicas de Paciente com Apnéia de Sono. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
10. LAURA, T. L.; SILVA, A. N.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Thaís Milla Simão Araújo.Simulador de Planejamento de Caminhos Guiado por Potencial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
11. SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Luara Karolinny Machado de Oliveira.Aplicação de antenas de microfita no desenvolvimento de um sistema de identificação de perda de massa óssea. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
12. SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Marcos Alves Rodrigues Neto.Desenvolvimento de novas configurações de superfícies seletivas de frequência baseadas em espirais para sistemas modernos de comunicações sem fio. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
13. SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Monara Beatriz Santos Rodrigues.Análise da qualidade de instalação elétrica de uma escola municipal da cidade de Caraúbas/RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
14. SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C.. Participação em banca de Anderson Nicholas Lima de Oliveira.Automatização da elaboração de orçamentos e cálculos de queda de tensão para projetos de redes de distribuição de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
15. SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C.. Participação em banca de Débora Amorim Bulhões.Perspectivas da micro e minigeração no sistema de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
16. Guerra, J. R. F.; **MEDEIROS, R. P.**; Lima, R. S.. Participação em banca de Jose Jefferson Azevedo Lima.Estudo sobre o desenvolvimento de um aerogerador residencial de baixo custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
17. SILVA NETO, V. P.; **MEDEIROS, R. P.**; Guerra, J. R. F.. Participação em banca de Amanda Gomes Barboza.Estudo de superfícies seletivas de frequência utilizando ressoadores em cascata. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
18. COSTA, F. B.; GUIMARAES, A. M. F.; Ferreira, J. M. S.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Daniel Marques da Silva.Modelagem de Sistemas de Transmissão de Corrente Contínua em Alta Tensão. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
19. SILVA JÚNIOR, D. A.; **MEDEIROS, R. P.**; DINIZ, D. D. S.; BEZERRA, B. G. S.. Participação em banca de Esthefani Maria Almeida Cavalcante.Comparativo de atuadores eletrônicos em veículos automobilísticos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
20. SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; BRITO FILHO, F. A.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Samuel Belarmino de Paiva.Novas propostas de geometrias para superfícies seletivas de frequências para aplicações wireless. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

21. SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; SANTOS, E. P.; **MEDEIROS, R. P.**. Participação em banca de Silvan Ferreira da Silva Júnior.Desenvolvimento de monopolos de microfita bioinspirados para aplicações em sistemas broadband. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. I Semana de Engenharia Elétrica. 2017. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. LAURA, T. L. ; **MEDEIROS, R. P.** . Recarregue. 2019. (Outro).
2. Fonsêca, T. Q. ; Dantas Neto, J. R. ; **MEDEIROS, R. P.** . 12th Seminar on Power Electronics and Control. 2019. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Iniciação científica

1. Igor Lamark Araújo Fernandes. Desenvolvimento de um circuito de modulação PWM senoidal (SPWM) para controle de velocidade de motor de indução trifásico. Início: 2021. Iniciação científica (Graduando em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).
2. Judson Praxedes da Silva. Desenvolvimento de um circuito de modulação baseado em vetores espaciais para controle de velocidade de motor de indução trifásico. Início: 2021. Iniciação científica (Graduando em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Matheus Nunes Orsano Aires. A Wavelet-Based Restricted Earth-fault Power Transformer Differential Protection. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coorientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Érika Isabel da Costa. Análise e Simulações de Erros em Sistemas Fotovoltaicos On-Grid. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
2. Ingrid Thaís Azêvedo Dantas. Análise e Simulação de Falhas e Desequilíbrios em um Motor de Indução Trifásico. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
3. Erivelton Sousa Bispo. Inspeção Visual de Instalação Elétrica: Estudo de Caso na Escola Pública do Município de Barão de Grajaú - MA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
4. Judson Praxedes da Silva. Desenvolvimento de Estratégia de Modulação SVPWM Aplicada a Inversor Multinível para Alimentar uma Máquina de Indução Trifásica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
5. Savio Gomes Fernandes de Medeiros. Análise de Índices de Qualidade de Energia Elétrica Considerando a Inserção de Geração Distribuída na UFERSA Campus Caraúbas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
6. Gustavo Fernandes Bezerra da Cruz. Ensaios de Medição da Malha de Aterramento de um Aerogerador. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
7. Jardel Figueiredo da Silva. Parametrização de um Módulo Fotovoltaico para Estudos de Fluxo de Potência em uma Rede de Distribuição com Inserção de Geração Distribuída. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
8. Jardel Figueiredo da Silva. Software para dimensionamento da curva da catenária em linhas aéreas de transmissão. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
9. Jefferson da Costa Rezende. Avaliação de Indicadores de Qualidade de Energia Elétrica no Prédio do Bloco de Laboratórios II da UFERSA Campus caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
10. Esdras Antonio de Meneses Filho. Dimensionamento de uma rede de fibra óptica PON FTTH. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
11. Igno Florêncio de Morais. Análise de tarifação de energia elétrica: um estudo de caso na UFERSA campus Caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
12. Anderson Vieira Fernandes. Parametrização e análise de um modelo de uma máquina síncrona para estudos de transitórios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
13. Hortência Cibelle da Silva Marinho. Inspeção dos equipamentos elétricos da rede de média tensão da UFERSA Campus Caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
14. Ítalo Jonas de Sousa Alencar. Estudos Preliminares Sobre a Qualidade de Energia Elétrica em uma Instalação da UFERSA-Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
15. Eduardo Mendonça Matos. Modelagem e Simulação de uma Linha de Transmissão com um Pouco Mais de Meio Comprimento de Onda. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
16. Francisco Danilson da Silva Alves. Estudos de Medição de Resistividade e Estratificação do Solo em uma Localidade Próxima à UFERSA Campus Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
17. Flavio Eider Fernandes do Rego. Análise Termográfica em Isoladores Instalados em um Sistema de Média Tensão no RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
18. Gabriela de Oliveira Bandeira. Dimensionamento da Proteção Contra Sobrecorrentes da Subestação da UFERSA - Campus Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.
19. Yasmin Fernandes Maia. Proteção Diferencial de Transformadores de Potência. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

Inovação

Projetos de pesquisa

2021 - Atual

Desenvolvimento de estratégias de modulação PWM baseadas na teoria de vetores espaciais para controle da velocidade de motores de indução trifásicos
Descrição: O presente trabalho tem como objetivo a modelagem e desenvolvimento de um inversor de frequência para controle de velocidade de um motor de indução trifásico utilizando estratégias de modulação PWM baseadas na teoria de vetores espaciais (SVPWM), que sejam capazes de atender às especificações de operação projetadas. Projetar-se-á, ainda, um circuito com base em modulação por largura de banda escalar, a fim de realizar uma análise comparativa com o método inicialmente proposto. Neste estudo comparativo, serão observadas as respostas transitória e de regime permanente dos sistemas para grandezas como torque, tensões e correntes do motor. Além disso, também serão analisados os índices de distorção harmônica provenientes da conexão do inversor com a rede..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Tania Luna Laura - Integrante / Judson Praxedes da Silva - Integrante / Igor Lamark Araújo Fernandes - Integrante.

2019 - Atual

Edital Universal - CNPq 28/2018: Proteção Diferencial de Transformadores Baseada na Transformada Wavelet
Descrição: A função diferencial é largamente utilizada na proteção de transformadores de potência, levando a uma discriminação confiável entre faltas internas e outros eventos associados à operação do transformador. No entanto, a função de proteção diferencial convencional baseada na estimação de fasores de corrente apresenta dificuldades na detecção de algumas faltas internas, tais como faltas espira-espira e espira-terra próximos ao neutro do transformador, e dependência das funções de bloqueio e de restrição por harmônicos na manutenção da segurança do esquema de proteção durante condições de inrush, sobreexcitação do transformador e faltas externas com saturação do transformador de corrente. Por outro lado, faltas internas e demais distúrbios associados à proteção de transformadores apresentam transitórios, os quais podem ser detectados de forma adequada pela transformada wavelet. Propõe-se neste projeto de pesquisa a implementação de um esquema de proteção diferencial de transformadores em laboratório, a partir da aplicação da transformada wavelet discreta redundante com efeitos de bordas das correntes que fluem pelos dois enrolamentos do transformador. Em tempo real, todas as etapas do sistema de proteção proposto serão levadas em consideração, tais como a aquisição digital das correntes, etapas de pré-processamento e todo o processamento wavelet. A partir dessa metodologia de proteção, um protótipo de um relé de proteção diferencial de transformador será implementado em FPGA e o seu desempenho será avaliado com simulações em tempo real e em um sistema elétrico simplificado montado em laboratório, em situações de energização do transformador e de faltas internas..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (4) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Flavio Bezerra Costa - Integrante / Sâmara de Cavalcante Paiva - Integrante / Rafael Lucas da Silva França - Integrante / Monica Maria Leal - Integrante / Denis Keuton Alves - Integrante / Marcos Sérgio Rodrigues Leal - Integrante.

2018 - 2020

Detecção de danos em estruturas utilizando a transformada wavelet
Descrição: Na engenharia civil, o avanço nas técnicas construtivas e o desenvolvimento de novos materiais têm gerado o surgimento de estruturas cada vez mais complexas. Tais estruturas apresentam uma grande vulnerabilidade a problemas oriundos da ocorrência de danos localizados. Além disso, a degradação natural das construções tem requerido cada vez mais o desenvolvimento de métodos de monitoramento de integridade estrutural. Os métodos de identificação de danos em estruturas podem ser definidos em quatro níveis: (Nível-1) Determinação ou detecção de quais danos estão presentes na estrutura; (Nível-2) Determinação da localização geométrica do dano; (Nível-3) Quantificação da gravidade do dano e (Nível-4) Previsão da vida útil restante da estrutura. Dentre as técnicas utilizadas para identificação de danos em estruturas, têm-se a aplicação de ferramentas que fazem uso das propriedades dinâmicas das estruturas (frequências naturais e modos de vibração), redes neurais artificiais, transformada wavelet, entre outros. Por meio da transformada wavelet, por exemplo, é possível verificar a variação da energia do sinal vibratório e estimar a localização aproximada do dano. Este projeto consiste em aplicar a transformada wavelet na detecção de danos em estruturas a fim de se obter informações relevantes acerca dos níveis 1 e 2 do processo de identificação de danos..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Rodrigo Prado de Medeiros - Coordenador / Manoel Dênis Ferreira Costa - Integrante / Mackson Matheus França Nepomuceno - Integrante / Gilvan Bezerra dos Santos Júnior - Integrante / Francisco Danilson da Silva Alves - Integrante / Jefferson da Costa Rezende - Integrante / Luara Karolinny Machado de Oliveira - Integrante / Alison Breno Diogenes Pinto - Integrante.

Educação e Popularização de C & T

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. Fonsêca, T. Q. ; Dantas Neto, J. R. ; **MEDEIROS, R. P.** . 12th Seminar on Power Electronics and Control. 2019. (Outro).

Documento assinado digitalmente
gov.br
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Data: 30/06/2022 14:54:14-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que Rodrigo Prado de Medeiros, inscrito no CPF n° [redacted] e portador do RG de n° [redacted], realizou o seu estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PpgEEC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período compreendido entre 17/07/2019 e 16/07/2020, sob a supervisão do docente permanente do PPgEEC, o Prof. Dr. Flavio Bezerra Costa

Natal, 13 de janeiro de 2021

[redacted]

Prof. Dr. Marcelo A. C. Fernandes

Matrícula: [redacted]

Coordenador do PPgEEC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e tendo em vista a defesa de tese, em 21 de dezembro de 2017, no **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**, Área de Concentração: Automação E Sistemas, por

Rodrigo Prado de Medeiros

brasileiro, natural de Natal/RN, nascido em 10 de janeiro de 1989, outorga-lhe o diploma de **DOUTOR EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Natal/RN, 13 de março de 2018.

[redacted]
RUBENS MARIBONDO DO NASCIMENTO
Pró-Reitor de Pós-Graduação

[redacted]
ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

[redacted]
DIPLOMADO(A)
RG: 2.318.182-ITEP/RN

UFRN

UFRN

Scanned by CamScanner

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Diploma registrado sob n.º **1338**

Livro **"Q"** folha **335** , em **12 de março de 2018**

Processo n.º **23077.012676/2018-95**

Data da Homologação: **11 de março de 2018**

****DOUTORADO****

Homologado por CNE(Portaria MEC 656, de 22/05/2017, DOU 142, de 26/07/2017, seção 1, págs. 23 a 109)

[redacted]

ANDERISON MACÊDO DE FARIAS
Técnico Administrativo - PPg/Reitoria/UFRN
Matrícula SIAPE nº. 1149338

UFRN

PPg
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Verifique a autenticidade deste diploma acessando http://www.sigaa.ufrn.br/documentos/ e informando o número de registro, data de expedição e o código de verificação: 9f6fd96353

Série A Nº 113561

Scanned by CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e tendo em vista a defesa de dissertação, em 26 de maio de 2014, no **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**, Área de Concentração: Automação e Sistemas, por

Rodrigo Prado de Medeiros

brasileiro, natural de Natal/RN, nascido em 10 de janeiro de 1989, outorga-lhe o diploma de **MESTRE EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Natal/RN, 31 de julho de 2014 .

[redacted]

EDNA MARIA DA SILVA
Pró-Reitora de Pós-Graduação

[redacted]

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora

[redacted]

DIPLOMADO (A)
RG: 2.318.182 – SSP/RN

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ESCALADA IMPRESSOS DE SEGURANÇA

Scanned by CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de **Engenharia Elétrica**, em 16 de agosto de 2012, confere o título de **Engenheiro** a

Rodrigo Prado de Medeiros

brasileiro, natural do Estado do Rio Grande do Norte, nascido em 10 de janeiro de 1989, outorga-lhe o presente diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Natal/RN, 28 de agosto de 2012.

[redacted]

Adelardo Adelino Dantas de Medeiros
Diretor de Administração e Controle Acadêmico

[redacted]

Ângela Maria Paiva Cruz
Reitora

[redacted]

DIPLOMADO
RG: 2318182 ITEP/RN

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Scanned by CamScanner

Histórico Escolar - Emitido em: 30/10/2015 às 20:26

Dados Pessoais

Nome: **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS** Matrícula: [redacted]

Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento: [redacted]

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Endereço: Bairro: [redacted]

Município: UF: [redacted]

Dados Do Vínculo do Discente

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**

Curso: **MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO**

Currículo: **5** Status: **CONCLUÍDO**

Área de Concentração: **AUTOMAÇÃO E SISTEMAS**

Linha de Pesquisa:

Orientador: **1807863 - FLAVIO BEZERRA COSTA**

Forma de Ingresso: **SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Mês/Ano Inicial: **JUL/2012** Mês Atual: **25º**

Suspensões: **0 meses** Prazo para Conclusão **JUN/2014**

Prorrogações: **0 meses** Tipo Saída: **CONCLUÍDO**

Mês/Ano de Saída: **JUL/2014** Data da Defesa: **26/05/2014**

Índices Acadêmicos

CR: **4.8571**

(Coeficiente de Rendimento: de 0.0 a 5.0)

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CR	Freq %	Nota	Situação
8/2012	--	EEC1101	SISTEMAS LINEARES	01	4	100.0	B	APROVADO
8/2012	11/2012	EEC1103	ELETRONICA DE POTENCIA	01	4	100.0	A	APROVADO
8/2012	11/2012	EEC1204	TRANSITORIOS ELETROMAGNETICOS	02	4	100.0	A	APROVADO
8/2012	--	EEC1515	VISÃO COMPUTACIONAL	01	4	--	--	TRANCADO
8/2012	--	EEC2007	TOPICOS ESPECIAIS G - SISTEMAS EMBARCADOS	01	4	--	--	TRANCADO
2/2013	6/2013	EEC1303	ALGEBRA LINEAR	01	4	100.0	A	APROVADO
2/2013	5/2013	EEC1505	REDES NEURAIS	01	4	100.0	A	APROVADO
2/2013	12/2013	EEC3001	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA	--	0	--	--	APROVADO
2/2013	5/2013	EEC3025	PROJETO DE PESQUISA I	07	4	100.0	A	APROVADO
1/2013	7/2013	PPG0004	CURSO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	02	3	77.0	--	APROVADO
7/2013	12/2013	EEC2006	TOPICOS ESPECIAIS F - PROTEÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS	01	4	100.0	A	APROVADO
7/2013	12/2013	EEC3003	ESTÁGIO DOCENTE I	--	0	--	--	APROVADO
7/2013	1/2014	EEC3005	EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE MESTRADO	--	0	--	--	APROVADO
1/2014	5/2014	EEC3007	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	--	0	--	--	APROVADO

Créditos Exigidos:	24	Créditos Integralizados:	31	Créditos Pendentes:	0

Dados da Defesa

Título: **Proteção Diferencial de Transformadores de Potência Utilizando a Transformada Wavelet**

Palavras-Chave: **Transformadores de Potência, Proteção Diferencial, Transformada Wavelet, Faltas Internas, Energização**

Páginas: **92** Data: **26/05/2014**

Grande Área: **Engenharias** Área: **Engenharia Elétrica**

Sub-Área: **Sistemas Elétricos de Potência** Especialidade: **Medição, Controle, Correção e Proteção de Sistemas Elétricos de Potência**

Membros:

Histórico Escolar - Emitido em: 30/10/2015 às 20:26

Nome: **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS** Matrícula: [redacted]

Presidente - 1807863 - FLAVIO BEZERRA COSTA - UFRN
Externo ao Programa - 1658061 - ALEXANDRE MAGNUS FERNANDES GUIMARAES - UFRN
Externo ao Programa - 347428 - MARCOS ANTONIO DIAS DE ALMEIDA - UFRN
Externo à Instituição - KLEBER MELO E SILVA - UnB - UnB

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PPG. Favor, ler instruções no rodapé.

Declaração de Disciplinas Ministradas

Declaramos para os devidos fins que o Docente RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE de número [redacted] ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2014.2	**Nível**
ELETROTECNICA BASICA - 60 h	GRADUAÇÃO
ELETROTECNICA BASICA - 60 h	GRADUAÇÃO

NATAL, 24 de Junho de 2022

Código de Verificação:
25e02a5b2d

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **http://www.sigaa.ufrn.br/documentos/**, informando a Matrícula do SIAPE , data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa01-producao.info.ufrn.br.sigaa01-producao

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em

Pró-Reitoria de Graduação

Declaração de Disciplinas Ministradas

Declaramos para os devidos fins que o Docente RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE de número [redacted], ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

Turmas Presenciais

2021.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	7
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	14
2021.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	14
LABORATÓRIO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS II - 30 h	GRADUAÇÃO	0
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	16
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	1
2020.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	9
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	12
2020.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	26
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	17
2019.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 44 h	GRADUAÇÃO	14
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - 44 h	GRADUAÇÃO	16
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 44 h	GRADUAÇÃO	10
2018.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	16
LABORATORIO DE CIRCUITOS ELETRICOS - 30 h	GRADUAÇÃO	6
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	14
2018.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	6
INSTALACOES ELETRICAS INDUSTRIAIS - 60 h	GRADUAÇÃO	16
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	8
2017.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	3
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	4
2017.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	9
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	9
2016.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA - 60 h	GRADUAÇÃO	3
MÁQUINAS ELÉTRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	8
2016.1	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANALISE DE SISTEMA DE POTENCIA (1200356) - 30 h	GRADUAÇÃO	3
LABORATORIO DE CIRCUITOS ELETRICOS - 15 h	GRADUAÇÃO	7
LABORATORIO DE ELETRONICA DE POTENCIA - 15 h	GRADUAÇÃO	4
2015.2	**Nível**	**Qtd. Al. Mat.**
ANALISE DE SISTEMA DE POTENCIA (1200356) - 60 h	GRADUAÇÃO	7
MAQUINAS ELETRICAS - 60 h	GRADUAÇÃO	5

CARAÚBAS, 24 de Junho de 2022

Código de Verificação:
79d4e0b1f7

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/**, informando a Matrícula do SIAPE , data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA
Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 13:53

SUTIC

Pró-Reitoria de Graduação

Declaração de Orientações

Declaramos para os devidos fins que o Docente RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE de número [redacted], atuou nesta instituição nas seguintes orientacoes, em seus respectivos períodos letivos:

2017.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - JOSÉ GARIBALDI DUARTE JÚNIOR
2017.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] MYCHAEL JALES DUARTE
2017.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - ALEF DA SILVA BEZERRA
2017.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - DIEGO PEREIRA TARGINO
2017.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] GONÇALO MACHADO FERREIRA
2017.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - ANDERSON VIEIRA FERNANDES
2018.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - ESDRAS ANTONIO DE MENESES FILHO
2018.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - ANTÔNIO GEORGE DE SOUSA CRUZ
2019.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] LUCAS DUARTE DE ALMEIDA
2020.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] GUSTAVO FERNANDES BEZERRA DA CRUZ
2020.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - HORTÊNCIA CIBELLE DA SILVA MARINHO
2020.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - BEATRIZ MEDEIROS DOS SANTOS
2020.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - JARDEL FIGUEIREDO DA SILVA
2021.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - MILENA BEZERRA DE ALMEIDA
2021.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - SAVIO GOMES FERNANDES DE MEDEIROS
2021.1 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - KALINE DA SILVA OLIVEIRA
2021.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - FRANCISCO DANILSON DA SILVA ALVES
2021.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - ERIKA OLIVEIRA DOS SANTOS
2021.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - INGRID THAIS AZEVEDO DANTAS
2021.2 - CEX0355 - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
[redacted] - JUDSON PRAXEDES DA SILVA
2016.2 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - YASMIN FERNANDES MAIA
2016.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - ÍTALO JONAS DE SOUZA ALENCAR
2016.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - EDUARDO MENDONÇA MATOS
2017.1 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - FLÁVIO EIDER FERNANDES DO RÊGO
2017.1 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - FRANCISCO DANILSON DA SILVA ALVES

2017.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - GABRIELA DE OLIVEIRA BANDEIRA
2017.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - JEFFERSON DA COSTA REZENDE
2017.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - IGNO FLORÊNCIO DE MORAIS
2017.2 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - DEUSDEDITH ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR
2018.1 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - HORTÊNCIA CIBELLE DA SILVA MARINHO
2018.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] ANDERSON VIEIRA FERNANDES
2018.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - ESDRAS ANTONIO DE MENESES FILHO
2018.1 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - IGNO FLORÊNCIO DE MORAIS
2018.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - JARDEL FIGUEIREDO DA SILVA
2020.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - JARDEL FIGUEIREDO DA SILVA
2020.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - GUSTAVO FERNANDES BEZERRA DA CRUZ
2021.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] SAVIO GOMES FERNANDES DE MEDEIROS
2021.1 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - JUDSON PRAXEDES DA SILVA
2021.2 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] - INGRID THAIS AZEVEDO DANTAS
2021.2 - CEX0326 - MONOGRAFIA DE ENGENHARIA
[redacted] ÉRIKA ISABEL DA COSTA
2021.2 - CAM1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO
[redacted] - ERIVELTON SOUSA BISPO

CARAÚBAS, 24 de Junho de 2022

Código de Verificação:
6bd2e1c009

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/**, informando a Matrícula do SIAPE, data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO

DECLARAÇÃO Nº 9799/2022 - PPGEEC/CT (14.27)

Nº do Protocolo: 23077.083347/2022-13

Natal-RN, 24 de junho de 2022.

Declaramos, para os devidos fins, que o Dr. **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, CPF nº [redacted] professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), atuou na coorientação do discente MATHEUS NUNES ORSANO AIRES, matrícula [redacted], do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Elétrica e de Computação (PPgEEC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com defesa de dissertação ocorrida em 20/01/2022 e intitulada: "*A WAVELET-BASED RESTRICTED EARTH-FAULT POWER TRANSFORMER DIFFERENTIAL PROTECTION*".

Atenciosamente,

MARCELO AUGUSTO COSTA FERNANDES

Coordenador do PPgEEC/UFRN

SIAPE [redacted]

(Assinado digitalmente em 24/06/2022 16:33)
MARCELO AUGUSTO COSTA FERNANDES
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGEEC/CT (14.27)
Matrícula: [redacted]

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **9799**, ano: **2022**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **24/06/2022** e o código de verificação: **867e44f357**

Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform

R. P. Medeiros, F. B. Costa, *Member, IEEE*, and K. M. Silva, *Member, IEEE*

***Abstract*—Currently, the differential function is the most used for the power transformer protection, leading to a reliable discrimination between internal faults and other events. However, the conventional phasor-based differential protection function presents difficulties in the detection of some internal faults and its performance depends on the harmonic restraint and blocking functions in order to avoid relay misoperation during inrush currents. However, internal faults and other disturbances present transient, which can be properly detected by using the wavelet transform. This paper recreates the phase current and the negative-sequence current differential elements by means of the boundary wavelet coefficient energy. The proposed method was evaluated by using representative simulations of internal faults, external faults, and transformer energizations in two different power systems. By using the boundary wavelet coefficient energy instead of phasor estimation, the proposed method was quite fast, accurate, was not affected by inrush currents in transformer energizations and fault clearance, and could be used in a real-time application with low computational burden. In addition, the proposed method presented no failure in fault with overdamped transients, was scarcely affected by the choice of the mother wavelet, presented no time delay associated with the wavelet filtering, and was not affected by typical noise.**

***Index Terms*—Differential protection, internal faults, power transformers, wavelet transform.**

I. Introduction

POWER transformers are devices that require continuous monitoring and fast protection because they are essential to the electrical power systems [1]. About 10% of faults take place into power transformers, in which 70% of these faults are caused by short-circuits in its windings [2]. In addition, faults in transformers are generally considered one of the most severe disturbances in transmission networks [3]. Therefore, a fast power transformer protection is of utmost importance.

The differential function has been widely used as primary protection for transformers with rated power above 10 MVA [4], providing reliable discrimination between internal and external faults or conditions of nominal load of the system. Typically, differential relays compare the currents that flow through the terminals of the protected transformer, so that in case of internal fault the equipment must be disconnected from the electrical system. However, transformer differential relays are prone to undesired operation in the presence of transformer inrush currents [5]. Therefore, the correct discrimination between inrush and fault currents is required in order to prevent incorrect operation of the relay [1].

In order to improve the conventional phasor-based differential protection, many modern numerical differential relays have employed additional harmonic restraint and harmonic blocking methods [6], [7]. These methods usually ensure relay security for a very high percentage of inrush cases [6]. However, these methods may present a delayed internal fault detection due to the convergence time in the estimation of harmonic phasors in the transition from the pre-fault to the post-fault periods.

Aiming to improve the power transformer protection, new techniques based on artificial intelligence and signal processing techniques have been developed to discriminate efficiently the internal faults from other disturbances or switching operations [1], [8]–[10]. For instance, an efficient method based on the combination of Clarke transform and fuzzy logic was presented in [1]. A statistical method of the pattern recognition based on the principal component analysis (PCA) was proposed in [8]. In [10], a wavelet-based technique for monitoring nonstationary variations was employed in order to distinguish between inrush currents from internal faults.

Among these algorithms, the wavelet transform is an efficient tool for analysis of non-stationary signals at different levels of time-frequency resolution and it can be feasible in real-time applications. In addition, the wavelet transform has been used to assist the power system protection, providing the detection, location, and classification of faults in electrical power systems [11], [12], as well as in the differential protection of power transformers [9], [10], [13]–[15].

Although the wavelet transform presents good performance in the fault detection, it presents some limitations for practical applications in the protection of electrical systems, such as: failure to detect faults with overdamped transient, strong influence of the mother wavelet, and time delay for the real-time analysis in some mother wavelets [16]. However, in order to overcome these drawbacks, in [16] and [17] was proposed the wavelet coefficient energy with border distortions of a one-cycle sliding window (boundary wavelet coefficient energy) for faults and voltage sag detection in transmission lines.

This paper proposes the application of the boundary wavelet transform in the differential protection of power transformers in order to discriminate internal faults from other disturbances

Manuscript received June 13, 2015; revised September 24, 2015 and December 01, 2015; accepted December 27, 2015. Date of publication December 31, 2015; date of current version September 21, 2016. This work was supported in part by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) and in part by CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Paper no. TPWRD-00734-2015.

R. P. Medeiros and F. B. Costa are with the Federal University of Rio Grande do Norte, Natal-RN, CEP:59.078-970, Brazil (e-mail: rodrigo.prado@ct.ufrn.br; flaviocosta@ect.ufrn.br).

K. M. Silva is with University of Brasília, Brasília-DF, CEP:709-900, Brazil (e-mail: klebermelo@unb.br).

Color versions of one or more of the figures in this paper are available online at http://ieeexplore.ieee.org.

Digital Object Identifier 10.1109/TPWRD.2015.2513778

0885-8977 © 2015 IEEE. Personal use is permitted, but republication/redistribution requires IEEE permission.
See http://www.ieee.org/publications_standards/publications/rights/index.html for more information.

accurately, providing a real-time disturbance detection faster than the conventional differential protection of power transformers. The main purpose is to take advantage of the principle of the differential protection of power transformers and recreate the phase current differential element (87T) and the negative sequence current differential element (87Q) by means of the boundary wavelet coefficient energy.

The proposed method was evaluated by using representative simulations of internal faults, external faults, and transformer energizations in two different power transformers. A description of the features of the boundary wavelet coefficient energy and comparisons with the conventional wavelet coefficient energy were provided, and the boundary wavelet transform presented as advantages over the conventional wavelet methods: no failure in critical faults, a scarcely dependence of the choice of the mother wavelet, and no time delay associated to the filtering for both compact and long wavelets.

With regard to conventional methods applied to the transformer differential protection relays, the proposed method was almost not affected by the slope selection, was not affected by inrush currents in transformer energizations and fault clearance, and a success rate of 100% was achieved with only two differential protection functions. Internal faults were detected with a median time delay of 26 μs, which is faster than the conventional protection. Therefore, the proposed method is fast, accurate, simple, robust to settings, and independent to the transformer parameters. In addition, the proposed method was implemented for the real-time analysis and a low computational burden was required, which makes it possible for real power transformer protection applications.

II. Recursive Boundary MODWT

Both the discrete wavelet transform (DWT) and Maximal Overlap DWT (MODWT) are time-frequency decomposition methods, in which a discrete signal is successively divided into scaling and wavelet coefficients with different frequency contents by means of low-pass (scaling filter—g) and high-pass (wavelet filter—h) filters, respectively. However, in the real-time analysis, the MODWT provides the fastest detection of faults and other disturbances with transients because there is no down-sampling process [15]. Therefore, only the MODWT is taken into account in this paper.

The MODWT boundary wavelet coefficients at sampling k are obtained through inner product of the wavelet filter h with L coefficients and L samples of the current (i) as follows [18]:

$$w(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}} \sum_{n=0}^{L-1} h(n) i(k - L + n + 1 + l), \qquad (1)$$

where $0 \leqslant l < L$; $\Delta k \geqslant L$ is the length of a sliding window; $k \geqslant \Delta k - 1$ is always the current sampling; $i(k+m) = i(k - \Delta k + m)$ with $m \in \mathbb{N}^*$ (periodized signal in Δk samples). Therefore, despite a sliding window with Δk samples, these coefficients are computed with only L samples with indices less or equal to k, which make this algorithm suitable for the real-time analysis.

By using the boundary MODWT, the current i is decomposed in L wavelet coefficients per sampling: $w(0,k) = w(k)$ is equivalent to the wavelet coefficient of the real-time version of the conventional MODWT pyramid algorithm [19], called wavelet coefficient in this paper, whereas $w(l,k)$ with $l \neq 0$ is called boundary wavelet coefficient (coefficient with circular border distortions). Therefore, this algorithm provides the conventional MODWT wavelet coefficients and additional $L-1$ boundary wavelet coefficients [18].

A. Wavelet Coefficient Energy of the Recursive MODWT

Based on the theorem of Parseval [20], the spectral energy $(\mathcal{E})$ of the current i inside a sliding window with length Δk is decomposed into energy of scaling and wavelet coefficients.

The first level wavelet coefficient energy is given by [15]:

$$\dot{\mathcal{E}}(k) = \sum_{n=k-\Delta k+1}^{k} w^2(n), \qquad (2)$$

since $k \geqslant \Delta k + L - 2$. However, this energy takes into account all of the wavelet coefficients related to the sliding window, disregarding the $L-1$ boundary wavelet coefficients, and does not attend the energy-preserving condition of such window.

In order to attend the energy-preserving condition, the wavelet coefficient energy $(\mathcal{E}^w)$ of a sliding window is defined as follows [17]:

$$\mathcal{E}^w(k) = \mathcal{E}^{wa}(k) + \mathcal{E}^{wb}(k), \qquad (3)$$

since $k > \Delta k - 1$. $\mathcal{E}^{wa}$ is due to the first $L-1$ boundary wavelet coefficients of the sliding window, defined as:

$$\mathcal{E}^{wa}(k) = \sum_{l=1}^{L-1} w^2(l,k), \qquad (4)$$

since $k > \Delta k - 1$. $\mathcal{E}^{wb}$ is computed with the other wavelet coefficients of the sliding window (no boundary effects), as follows:

$$\mathcal{E}^{wb}(k) = \sum_{n=k-\Delta k+L}^{k} w^2(n), \qquad (5)$$

since $k > \Delta k - 1$. According to [16], the waveforms of $\mathcal{E}^{wb}$ and $\dot{\mathcal{E}}$ are similar during the steady-state and during the first $\Delta k - L + 1$ fault samples, presenting the same behavior. Therefore, in this paper, all discussions referred to $\mathcal{E}^{wb}$ are valid for $\dot{\mathcal{E}}$ used in other papers, such as [11], [12], [15].

III. Proposed Wavelet-Based Differential Protection Method

Based on the conventional differential protection scheme, this paper proposes a differential protection algorithm for power transformers using the boundary wavelet coefficient energy of the operating and restraining currents with the 87T and 87Q functions, termed in the wavelet domain as 87TW and 87QW, respectively.

Unlike the phasor operating and restraining currents of the conventional method (I_{op}, I_{res}, I_{opQ}, and I_{resQ}), the differential currents of 87TW (i_{op}, i_{res}) and 87QW (i_{opQ}, i_{resQ}) elements are computed from instantaneous values of the secondary currents $(i_{HA}, i_{HB}, i_{HC}, i_{HN}, i_{XA}, i_{XB}$, and $i_{XC})$ flowing through the current transformers (CTs) as follows:

$$i_{op\phi}(k) = i_{H\phi}(k) + i_{X\phi}(k), \qquad (6)$$

A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection

Rodrigo Prado Medeiros and Flavio Bezerra Costa, *Member, IEEE*

***Abstract*—The current transformer (CT) saturation phenomenon has been one of the main problems for the power transformer differential protection, leading to incorrect current measurements and relay misoperation. This paper proposes a fast and efficient transformer differential protection scheme with additional differential CT saturation and cross-country fault detection modules after the external fault detection, all of them based on the differential wavelet coefficient energy with border distortions in order to stabilize the relay during external faults and distinguish accurately CT saturation from cross-country internal faults. The proposed method was assessed by using representative simulations of internal faults, transformer energizations, and external faults with CT saturation followed by cross-country internal faults, and good results were achieved.**

***Index Terms*—Current transformer (CT) saturation, differential protection, wavelet transform, cross-country faults.**

I. Introduction

THE main purpose of the current transformer (CT) is to reproduce accurately the primary current in its secondary winding, considering the criteria of magnitude and phase shift. However, the secondary current can present distortions when the CT magnetic core saturates, which may impact the protective relay operation. For instance, phasor estimation can face problems when CTs saturate, which can impact the distance and overcurrent protective relays [1].

According to [2], the CT saturation phenomenon has been one of the main problems for the power transformer differential protection, since it may lead to a false trip during external faults. In fact, traditional percentage differential relays with a single slope do not present a good response when CT saturates, and dual bias slopes are commonly used to restrain relays from tripping under CT saturation. In addition, besides the well-known efficiency against inrush conditions, the harmonic blocking element has provided better performance against nuisance trips caused by CT saturation than the relays with dual bias slopes. However, depending on the configuration used by this protective function (independent or cross-blocking mode) [2], the relay efficiency may be reduced if internal faults take place during external faults (cross-country fault).

Aiming to improve the differential protection performance under CT saturation, digital signal processing techniques have been employed for recognizing saturation intervals in the CT secondary currents appropriately [1]–[7]. In [6], a multiregion adaptive differential relay based on the differential current trajectory was proposed in order to discriminate internal faults from other disturbances properly, including CT saturation cases. In [7], a filter for compensating the CT saturation effects during faults and a filter for suppressing the DC component introduced by the inrush current were proposed. The wavelet transform has also been used for power transformer differential protection during CT saturation after external faults [4]. However, the conventional wavelet coefficients and their variants are affected by noise and are not sensible to overdamped transients induced by faults, limiting their applications in the power system protection [8], [9]. In addition, must methods concerned only for solving problems regarding the CT saturation after external faults, presenting no reliability for detecting possible cross-country faults, which may offer some concerns for the transformer differential protection [10]–[12]. For instance, a high current magnitude during external faults may shake and heat the transformer winding, and as longer the fault lasts, as greater the risk of it evolving into an internal transformer fault [12].

Recently, a wavelet-based power transformer differential protection was proposed in order to discriminate internal faults from external faults and inrush conditions [13]. In this method, the conventional differential protection philosophy was recreated by using high frequency components extracted through the differential wavelet coefficient energy with border distortions of the currents by means of the real-time stationary discrete transform (RT-SWT) instead of the differential currents. Both phase (87TW) and negative-sequence (87QW) wavelet differential units were proposed. As contributions, the relay operating time was faster than conventional differential relays and the method presented accurate detection of critical internal faults (turn-to-turn and turn-to-earth faults inside the transformer windings). However, this method is susceptible to

Manuscript received January 12, 2017; revised June 24, 2017 and September 9, 2017; accepted October 10, 2017. Date of publication October 25, 2017; date of current version March 22, 2018. This work was supported in part by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) and in part by CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Paper no. TPWRD-00012-2017. *(Corresponding author: Rodrigo Prado Medeiros.)*

The authors are with the Federal University of Rio Grande do Norte, Natal - RN, CEP:59.078-970, Brazil (e-mail: rodrigo.prado@ufersa.edu.br; flaviocosta@ect.ufrn.br).

Color versions of one or more of the figures in this paper are available online at http://ieeexplore.ieee.org.

Digital Object Identifier 10.1109/TPWRD.2017.2764062

0885-8977 © 2017 IEEE. Personal use is permitted, but republication/redistribution requires IEEE permission.
See http://www.ieee.org/publications_standards/publications/rights/index.html for more information.

CT saturation during external faults and it is not able to detect possible cross-country faults.

This paper proposes an improvement in the power transformer differential protection scheme based on the operating and restraining boundary wavelet coefficient energy proposed by [13] in order to overcome the CT saturation problem during external faults. Firstly, this paper proposes an external fault detection logic in order to block the trip logic when an external fault is detected and avoid the relay misoperation due to an eventual CT saturation. However, the differential function must trip if a cross-country fault occurs and remains blocked during CT saturation. Therefore, a differential CT saturation detection logic is proposed in order to detect and confirm CT saturations during external faults, remaining the trip logic blocked. However, if a cross-country fault takes place after the external fault, a cross-country fault detection logic based on the wavelet-based differential protection logic 87TW unblocks the trip logic. Therefore, the proposed method contemplates the 87TW and 87QW functions from [13] (fast and accurate internal fault detection) and presents as advantages: high effectiveness and security to be not affected by CT saturations during external faults and good performance to distinguish cross-country faults from CT saturations after external faults. In addition, all equations and logics were designed to be executed in the real-time with low computational burden.

The proposed method was evaluated under a wide variety of events such as critical internal faults, transformer energizations, and external faults with CT saturations and followed by cross-country internal faults. Comparisons with a conventional differential protection were accomplished, and good results were obtained.

II. The Proposed Wavelet-Based Transformer Differential Protection

Fig. 1 depicts the block diagram of the proposed wavelet-based transformer differential protection with the saturation detection algorithm, which is executed every sampling time. Whenever an event is detected through differential wavelet coefficient energy variables, external fault/event, internal fault, or transformer energization can be detected with the related logics. When an external fault is detected, the algorithm can detect CT saturations and cross-country faults properly. Each block in this diagram is addressed in the remainder of this section.

A. Pre-Processing

The preprocessing block lies in antialiasing filters followed by analog-to-digital converters attending the Nyquist criterium in order to get the time-discrete secondary currents ($i_{H\phi}$ and $i_{X\phi}$) of the current transformers CT1 and CT2, respectively. The underscript ϕ represents the phases A, B, and C, as well as Q, where Q is the negative-sequence index; H and X are high and low voltage winding sides of the transformer, respectively. The negative-sequence currents are computed through stored discrete current samples (no phasors) [13].

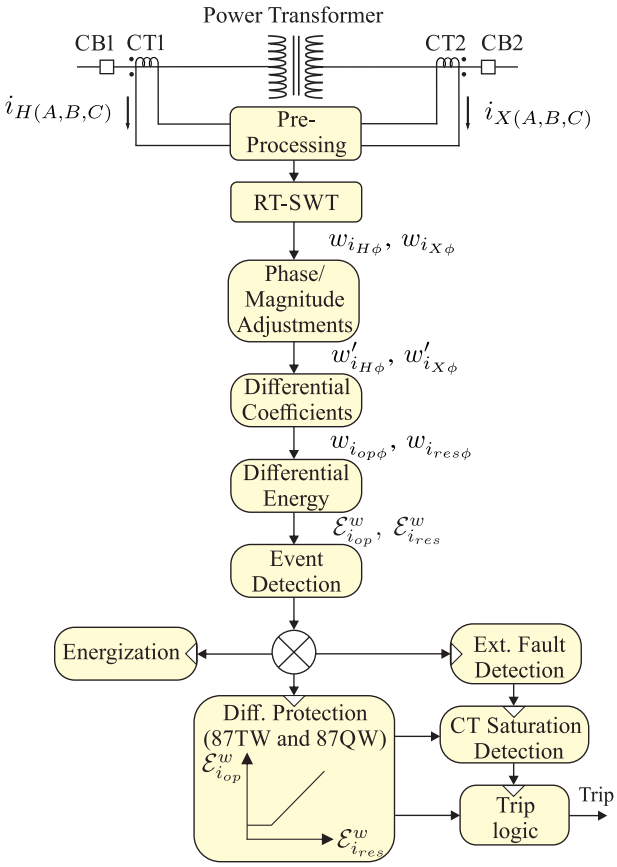


Fig. 1. The proposed wavelet-based transformer differential protection.

B. The Real-Time Stationary Discrete Wavelet Transform With Border Distortions

The RT-SWT boundary wavelet coefficients $w = \{w_{i_{H\phi}}$ and $w_{i_{X\phi}}\}$ of the currents $i = \{i_{H\phi}$ and $i_{X\phi}\}$ are computed, at sampling k, through inner products of the wavelet filter h_ψ with L samples of the current, as follows [8], [9]:

$$w(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}} \sum_{n=0}^{L-1} h_\psi(n) \overset{\circ}{i}(k - L + n + 1 + l), \qquad (1)$$

where $k \geqslant \Delta k - 1$ is always the current sampling; $0 \leqslant l < L$; L is the length of h_ψ; $\Delta k \geqslant L$ is the length of sliding window; $\overset{\circ}{i}(k+m) = \overset{\circ}{i}(k - \Delta k + m)$ with $m \in \mathbb{N}^*$ (periodized signal in Δk samples). In this paper, $\Delta k = f_s/f$ (i.e., one cycle of the fundamental frequency f); f_s is the sampling rate.

According to [9], $w(0,k)$ defined in (1) with $l = 0$ is the wavelet coefficients of the conventional SWT at the sampling k, whereas $w(l \neq 0, k)$ are additional wavelet coefficients with border distortions, useful for detecting overdamped transients of faults.

C. Phase and Magnitude Adjustments

Since the SWT is a linear transformation, the algorithm performs the amplitude and phase shift correction directly in the

A Wavelet-Based Transformer Differential Protection: Internal Fault Detection During Inrush Conditions

Rodrigo Prado Medeiros and Flavio Bezerra Costa, *Member, IEEE*

***Abstract*—This paper proposes the boundary discrete wavelet transform-based differential protection for detecting internal faults during inrush conditions in order to enhance both the safety and reliability of the differential relay during transformer energizations. The proposed method was assessed by using representative simulations of transformer energizations (with and without internal faults) as well as sympathetic inrush conditions. The performance of the proposed method was compared with a conventional technique and a wavelet-based scheme, and good results were obtained.**

***Index Terms*—Inrush currents, internal faults, differential protection, wavelet transform.**

I. Introduction

ENERGIZATION of a faulty transformer (transformer with a permanent fault) and a transformer energization followed by an internal fault have been a challenge for the power transformer differential protection, since the generation of harmonic restraint quantities during the inrush process can block the operation of the differential element [1], which can cause extra damage to the power transformer if backup protections take a long time to trip [2]. According to [1], a fault during the energization can occur due to the accumulation of rain water inside of transformer enclosure in a substation or due to insulation problems in the transformer coils.

The harmonic blocking and harmonic restraint are well-known techniques to avoid false trips due to inrush currents [3], and have been widely employed in commercial relays [2], [4]. However, harmonic restraint usually provides high reliability but low security in the presence of inrush with low harmonic content [5]. In addition, the harmonic restraint may provide an unexpected blocking when energizing a faulty transformer with high harmonics in healthy phases [5]. Harmonic cross-blocking provides better security but presents low reliability during the energization of a faulty transformer [5]. For instance, when a faulty transformer is energized, the differential relay may be blocked for several cycles [2]. In addition, modern power transformers may experience very low second harmonic ratios during energizations [5], which may challenge harmonic-based methods. Therefore, new functionalities must integrate the differential protection in order to enhance both security in energizations and reliability in detecting internal faults during energizations.

Recently, new techniques based on artificial intelligence and signal processing have been developed in order to overcome the drawbacks of the traditional differential protection methods [6]–[9], as well as improve the requirements of safety and reliability of differential relays during inrush conditions [10], [11]. However, in general, most of these methods present some concerns, such as large data set for training, high computational burden, and dependence of transformer parameters.

The wavelet transform has also been used to assist power transformer differential protection [12]–[16]. For instance, the traditional phase (87T) and negative-sequence (87Q) differential functions were recreated by using the differential wavelet coefficient energy with border distortions of the currents by means of the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT) [15]. The combination of phase (87TW) and negative-sequence (87QW) wavelet differential units in [15] provided a better performance than the conventional technique, even in critical faults (faults difficult to be detected), such as faults on few turns of the transformer winding. In addition, the method in [15] presented an average operating time in the order of microseconds at a sampling rate of 15.36 kHz. However, the wavelet-based differential protection in [15] is susceptible to current transformer (CT) saturation during external faults, which is a great issue in the transformer differential protection. In [16], the differential protection presented in [15] was updated in order to detect CT saturation and do not trip in external faults with CT saturation. In addition, this method can properly trip if an internal fault takes place after the external fault (cross-country fault) with or without CT saturation. However, [15], [16] did not provide solutions for internal fault detection during inrush conditions, which is also a great concern in the transformer differential protection.

Based on [15], [16], this paper proposes the application of the RT-BSWT for detecting internal faults during inrush conditions considering the principle of the differential protection through

Manuscript received January 2, 2018; revised April 20, 2018; accepted June 9, 2018. Date of publication July 2, 2018; date of current version November 20, 2018. This work was supported in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior and in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Paper no. TPWRD-00006-2018. *(Corresponding author: Rodrigo Prado Medeiros.)*

R. P. Medeiros is with the Federal Rural University of the Semi-Arid, Caraúbas 59780-000, Brazil (e-mail: rodrigo.prado@ufersa.edu.br).

F. B. Costa is with the Federal University of Rio Grande do Norte, Campus Universitário Lagoa Nova, Natal 59078-970, Brazil (e-mail: flaviocosta@ect.ufrn.br).

Color versions of one or more of the figures in this paper are available online at http://ieeexplore.ieee.org.

Digital Object Identifier 10.1109/TPWRD.2018.2852485

0885-8977 © 2018 IEEE. Personal use is permitted, but republication/redistribution requires IEEE permission.
See http://www.ieee.org/publications_standards/publications/rights/index.html for more information.

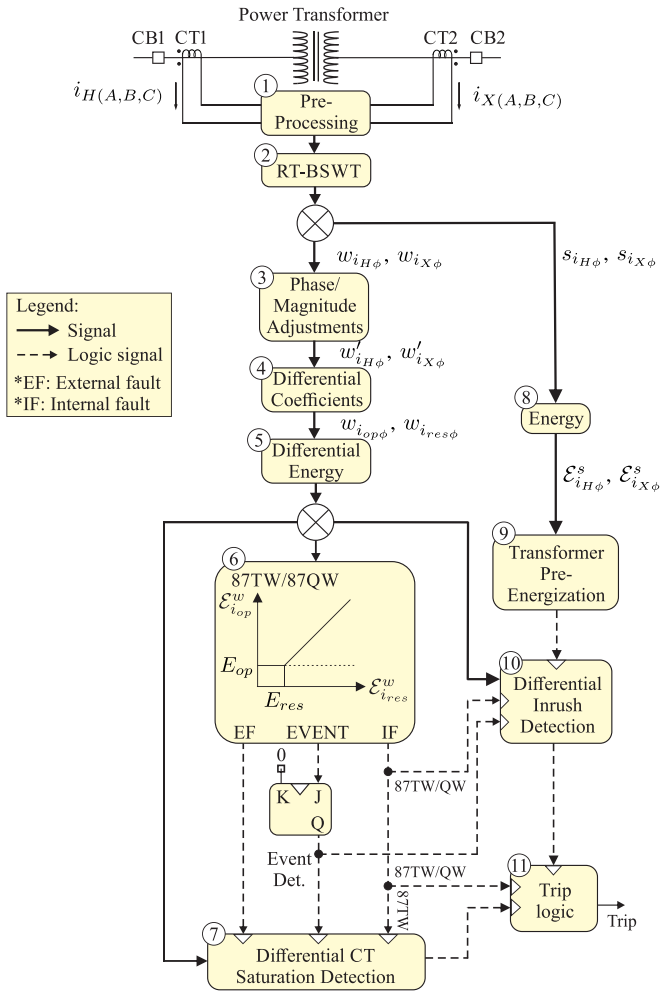


Fig. 1. The Proposed wavelet-based transformer differential protection.

the operating and restraining wavelet coefficient energy. Therefore, instead of the conventional methods, the proposed method does not need harmonic information, using only the high-frequency components of the CT secondary currents. The proposed differential method was evaluated for transformer energizations, sympathetic inrush conditions, faulty transformer energizations, and also transformer energizations followed by internal faults. In addition, the performance of the proposed method was compared with a conventional differential protection scheme with the harmonic blocking, harmonic restraint and negative-sequence differential functions, and also with the wavelet-based scheme proposed in [15], [16], and good results were obtained.

II. The Proposed Method

Fig. 1 depicts the proposed wavelet-based transformer differential protection flowchart, executed every sampling time, which is composed by: basic and wavelet pre-processing (blocks 1 and 2); the wavelet differential processing (blocks 3, 4, and 5): the wavelet differential protection units 87TW and 87QW (block 6); the CT saturation detection unit (block 7); the inrush current detection unit (blocks 8, 9, and 10); and the trip logic (block 11). The blocks 9 and 10 lie on the main contribution of this paper.

A. Basic Pre-Processing (Block 1)

According to Fig. 1, three-phase currents are monitored through current transformers (CTs) in both high- and low-voltage windings of the power transformer. The relay pre-processing step performs the digital acquisition (anti-aliasing filtering, A-D converter, etc.) of the CT currents and discrete currents are available sequencially like in the real-time in accordance with [15]. The pre-processing block still performs the computation of the negative-sequence currents (i_{HQ}) and (i_{XQ}), as follows:

$$i_{HQ}(k) = \frac{1}{3}\left[i_{HA}(k) + i_{HB}\left(k - \frac{f_s}{3f}\right) + i_{HC}\left(k - \frac{2f_s}{3f}\right)\right], \tag{1}$$

$$i_{XQ}(k) = \frac{1}{3}\left[i_{XA}(k) + i_{XB}\left(k - \frac{f_s}{3f}\right) + i_{XC}\left(k - \frac{2f_s}{3f}\right)\right], \tag{2}$$

where k is the current sampling; $f_s/3f$ and $2f_s/3f \in \mathbb{N}$ are delays related to 120° and 240°, respectively; $i_{H(A,B,C)}$ are the discrete-time domain currents of the secondary of the CTs in the high-voltage windings of the power transformer; $i_{L(A,B,C)}$ are the discrete-time domain currents of the secondary of the CTs in the low-voltage windings of the power transformer.

B. Wavelet-Based Pre-Processing: RT-BSWT (Block 2)

The RT-BSWT computes the boundary scaling and wavelet coefficients of the currents, in the real-time, as follows [17]:

$$s(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}}\sum_{n=0}^{L-1} h_\varphi(n)\overset{\circ}{i}(k - L + n + 1 + l), \tag{3}$$

$$w(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}}\sum_{n=0}^{L-1} h_\psi(n)\overset{\circ}{i}(k - L + n + 1 + l), \tag{4}$$

where $k \geqslant \Delta k - 1$ is always the current sampling; $0 \leqslant l < L$ is the border index; h_φ and h_ψ are low-pass scaling and high-pass wavelet filters, respectively, L is the length of the filters; $\Delta k \geqslant L$ is the length of sliding window; $\overset{\circ}{i}(k+m) = i(k - \Delta k + m)$ with $m \in \mathbb{N}^*$ (periodized signal in Δk samples).

C. Magnitude, Phase, and Zero-Sequence Compensation Adjustments (Block 3)

The amplitude, phase shift and zero-sequence correction, which is usually applied on the currents in conventional methods, is performed on the wavelet coefficients of the

A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection

Rodrigo Prado Medeiros, Flavio Bezerra Costa, *Member, IEEE*, Kleber Melo Silva, *Senior Member, IEEE*, Jose de Jesus Chavez Muro, *Member, IEEE*, Jose Raimundo Lima Júnior, and Marjan Popov, *Senior Member, IEEE*

***Abstract*—Phasor-based differential protection is widely used as the main protection function of the power transformer due to its reliability and ability to discriminate internal from external faults and inrush currents. However, these methods present some delays due to phasor convergence during the fault occurrence and can fail during challenging situations, such as transformer energizations with low second-harmonic content and turn-to-turn and turn-to-ground internal faults. This paper proposes a novel time-domain power transformer differential protection based on Clarke and wavelet transforms with only one differential unit and with automatic setting to be used in any power transformer. Considering both actual and simulation data, the performance validation reveals that the proposed method is efficient, ultra-fast, simple, and independent of the fundamental and harmonic components of the differential current. The method was also implemented in a real-time digital simulator to demonstrate its practical feasibility.**

***Index Terms*—ATP-EMTP, clarke transform, differential protection, power transformers, RTDS, wavelet transform.**

I. Introduction

POWER transformers are widely used in power systems, and faults on these equipment must be isolated as fast as possible. Therefore, power transformer protection must detect internal faults with high sensitivity and speed, guaranteeing no operation for external faults and energization maneuvers [1].

The differential protection is the commonly applied protection for power transformers rated from 10 MVA [2], for which percentage differential relays or high impedance relays are mainly used for this purpose [3]. Percentage differential relays operate when the differential current measured at the transformer terminals exceeds a predefined percentage of the restraint current. Although differential relays are commonly used, they must present a suitable adjustment to take into account the transformer tap changer, errors due to CT saturation, transformer overexcitation, and inrush currents.

Aiming to improve the conventional percentage differential relays, additional harmonic restraint and harmonic blocking methods have been used [4], [5]. Although those methods provide security, the internal fault detection can be delayed due to the digital filtering process to compute harmonic components. Furthermore, these methods may fail during inrush conditions because the second harmonic content may be smaller than established thresholds, causing relay misoperation [6]. Besides harmonic-based functions, a negative sequence unit is also commonly used for detecting unbalanced internal faults, such as turn-to-turn and turn-to-ground faults. However, this unit is usually blocked during external faults and transformer energizations [7].

Several techniques based on artificial intelligence, digital signal processing, and probability theory and statistics have been developed in order to improve the efficiency of transformer differential protection schemes [8]–[11]. For instance, in [8] a method based on the Clarke transform and fuzzy logic to single out internal faults on power transformers is presented. Clarke transform was applied on instantaneous values of differential currents, which eliminated the need of a phasor estimation algorithm and reduced the computational burden. However, the method did not ensure the protection for turn-to-ground faults between the first 5% and the neutral point of the wye-connected winding. Furthermore, the performance of the method was not assessed for CT saturation.

Research reported in [9] and [11] used high-order statistics and the second central moment techniques to distinguish between internal faults and energizations, respectively. Both methods presented good success rates in the event discrimination, but only [11] reported adjusts with no dependence of the transformer and system parameters. However, these methods did not consider transformer overexcitation, which is an important situation for validating new power transformer protections.

The wavelet transform has been widely employed to assist power transformer differential protection [10], [12]–[15]. In [13], using the real-time boundary stationary wavelet

Manuscript received August 5, 2020; revised November 15, 2020 and January 16, 2021; accepted February 9, 2021. Date of publication February 16, 2021; date of current version January 24, 2022. This work was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) and CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Paper no. TPWRD-01207-2020. *(Corresponding author: Rodrigo Prado Medeiros.)*

Rodrigo Prado Medeiros is with the UFERSA, Caraúbas-RN 59780, Brazil (e-mail: digaum_34@hotmail.com).

Flavio Bezerra Costa is with the School of Science and Thecnology, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal-RN 59078-970, Brazil (e-mail: flaviocosta@ect.ufrn.br).

Kleber Melo Silva is with the Department of Electrical Engineering, University of Brasilia, Brasília-DF 70910-900, Brazil (e-mail: klebermelo@unb.br).

Jose de Jesus Chavez Muro and Marjan Popov are with the Electrical Sustainable Energy, TU Delft, 2628CD Delft, Netherlands (e-mail: J.J.ChavezMuro@tudelft.nl; M.Popov@tudelft.nl).

Jose Raimundo Lima Júnior is with the University of Pernambuco, 225112, Recife-PE 50100-010, Brazil (e-mail: raimundol@ymail.com).

Color versions of one or more figures in this article are available at https://doi.org/10.1109/TPWRD.2021.3059732.

Digital Object Identifier 10.1109/TPWRD.2021.3059732

0885-8977 © 2021 IEEE. Personal use is permitted, but republication/redistribution requires IEEE permission.
See https://www.ieee.org/publications/rights/index.html for more information.

Authorized licensed use limited to: Universidade Federal Rural do Semiarido. Downloaded on May 25,2022 at 17:40:57 UTC from IEEE Xplore. Restrictions apply.

transform (RT-BSWT), the conventional phase (87 T) and negative sequence (87Q) differential functions were recreated in the wavelet domain, such that they were named as 87TW and 87QW units, respectively. Instead of the phasor-based conventional differential protection, this method uses only high-frequency components of CT secondary currents. Hence, neither fundamental nor low-order harmonic components are necessary. This method presented: simplicity of implementation, fast operation, good accuracy, and low computational burden. However, the method described in [13] is affected by CT saturation, evolving external-to-internal faults, and transformer energization with or followed by faults. Therefore, the method presented in [13] was updated in [14] and [15] with additional functions to overcome these issues. Considering these three references [13]–[15], the performance assessment included general and challenging cases for the transformer differential protection, such as external faults with and without CT saturation, evolving external-to-internal faults, transformer energization followed by internal faults, sympathetic energizations, and several types of internal faults considering few percentage of the winding. The 87TW and 87QW units proposed in [13]–[15], which are segregated by phase, provided a better performance and a faster fault detection than the respective conventional ones. However, the performance of these wavelet-based methods was assessed only in a simulation environment and, therefore, with no validation by using actual records. Furthermore, the negative sequence unit was blocked during external faults, and the performance of these methods was not assessed for transformer overexcitations.

This paper proposes a power transformer differential protection by using both Clarke and wavelet transforms, named as 87TWα, which extracts high-frequency transients induced by faults to provide a fast operation in accordance with the time-domain operation instead of the phasor-based idea. While [13]–[15] use positive and negative units segregated by phase and additional inrush and CT saturation detection methods, the proposed method presents only the 87TWα unit, with no phase segregation. In addition, all equations present only addition and multiplication operations, and were designed to run in a real-time processing. Although the proposed method presents only one differential unit, it presents an automatic parameter setting to be used in any power transformer interchangebly. Furthermore, the proposed 87TWα unit can be used in power transformers with any number of windings.

A differential protection based on high-frequency transients induced by faults, such as proposed in this paper, requires currents in both transformer terminals sampled at a high rate compared to sampling frequencies used by conventional protective relays. Therefore, actual data to validate these methods are not readily available. Nevertheless, the proposed method was validated with actual records from a power transformer in an actual transmission power system, containing internal fault, external fault, external fault clearance, and transformer energization, where the actual relay failed in the last one. Moreover, the proposed method was further assessed by using representative simulations of internal faults, external faults with and without CT saturation, evolving external-to-internal faults, transformer overexcitations, transformer energizations, transformer energizations followed by internal faults, and sympathetic transformer energizations. The results revealed the proposed method was accurate, fast, and simple. The method was also implemented and evaluated in the Real Time Digital Simulator (RTDS) to demonstrate its practical applicability.

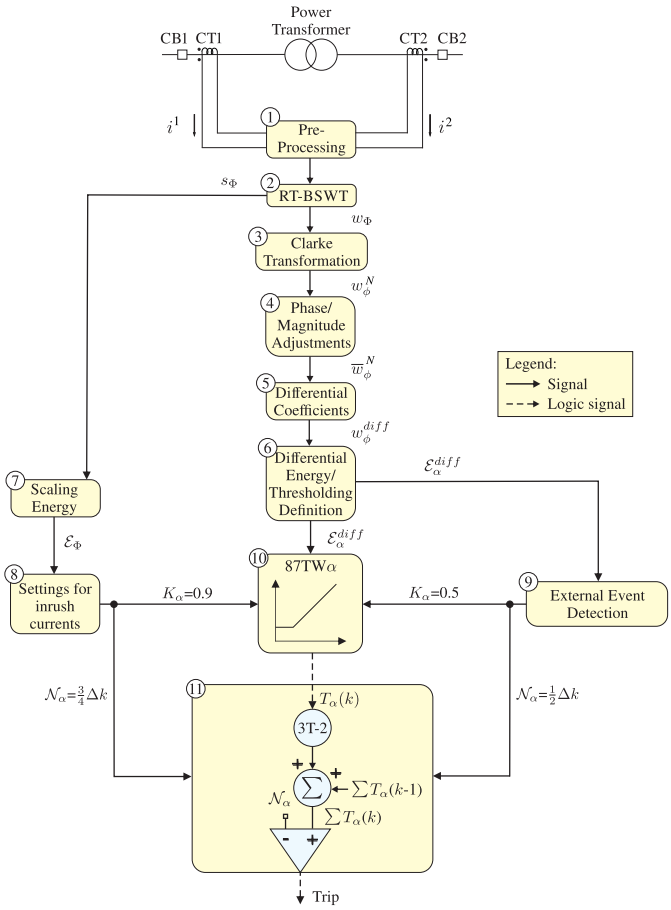


Fig. 1. The proposed Clarke-wavelet-based differential protection.

II. The Proposed Wavelet-Based Transformer Differential Protection

Fig. 1 depicts the block diagram of the proposed Clarke-wavelet-based power transformer differential protection, which is executed at each sampling time. The proposed method and its related equations were designed to run in a real-time application. Details about each block are addressed in the remainder of this section.

A. Basic Pre-Processing (Block 1)

The relay performs the digital acquisition of three-phase CT secondary currents by means of anti-aliasing filters and AD converters in order to get the following time-discrete currents: $i^N = \{i_A^N, i_B^N, i_C^N\}$. The sub-index $N = \{1,2,3,...,n\}$ refers to the nth transformer winding, whereas A, B, and C refer to phases A, B, and C, respectively. For the sake of illustration simplicity, the flowchart of the proposed method in Fig. 1 is for a particular

Authorized licensed use limited to: Universidade Federal Rural do Semiarido. Downloaded on May 25,2022 at 17:40:57 UTC from IEEE Xplore. Restrictions apply.

Electric Power Systems Research 196 (2021) 107246

Contents lists available at ScienceDirect

Electric Power Systems Research

journal homepage: www.elsevier.com/locate/epsr

A wavelet-based restricted earth-fault power transformer differential protection☆

M.N.O. Aires [a], R.P. Medeiros [b], F.B. Costa [a], K.M. Silva [c], J.J. Chavez [d], M. Popov [d]

[a] Federal University of Rio Grande do Norte, Natal - RN, Brazil
[b] Federal Rural University of the Semi-Arid, Caraúbas - RN, Brazil
[c] University of Brasília, Brasília - DF, Brazil
[d] Delft University of Technology, Delft, Netherlands

ARTICLE INFO

Keywords:
Power transformer protection
Restricted earth fault protection
Turn-to-ground faults
Wavelet transform

ABSTRACT

This paper proposes a restricted earth fault protection based on the wavelet transform (REFW) for detecting ground faults close to the transformer neutral point (turn-to-ground faults) and supporting the conventional phase differential protection, which presents limitations in this kind of faults. The proposed REFW protection uses only high-frequency components instead of phasor estimation, speeding up the detection of turn-to-ground faults. A performance comparison between the proposed wavelet-based restricted earth-fault differential protection and the respective conventional restricted earth-fault (REF) unit was accomplished considering simulated turn-to-ground faults, involving a few winding turns. The proposed method is more efficient and faster than the conventional one, reaching a success rate of 100%.

1. Introduction

Power transformers are essential components of electric power systems. Due to its importance and cost, its protection must be fast and accurate [1]. Power transformer protection schemes are designed to detect internal faults promptly and present security (i.e., false trip) during external events, such as transformer energization, current transformer (CT) saturation, and over-excitation [2].

Among the power transformer protection schemes, the current percentage differential protection compares the currents that flow through the protected transformer terminals, being the most applied for power transformers rated above 10 MVA [2]. However, some operation conditions, such as transformer energizations and CT saturation, can cause false differential currents, leading to relay misoperation. According to [3], differential relays are prone to incorrectly operate during no-load energization because the inrush currents may be confused with the internal fault currents.

Aiming to improve the performance of the conventional percentage differential relays, harmonic restraint and harmonic blocking logics have beed added to the conventional phase differential element [4,5]. Although it detects most of internal faults, phase conventional differential units usually present low sensitivity for ground faults close to the transformer neutral point (turn-to-ground faults). However, since the neutral current is high for these cases, a restricted earth-fault (REF) protection is able to succesfully detect ground faults close to the neutral point [6]. Indeed, the REF protection is more sensitive in detecting turn-to-ground faults close to the transformer neutral point when compared with another differential protection units [7]. Nevertheless, the REF unit may fail in detecting turn-to-ground faults during inrush conditions because the high harmonic content of the differential current may block the relay tripping [8]. In [9], some traditional REF functions versions are described to discriminate between internal and external events. However, these conventional methods usually present operating delays due to the slow convergence of the phasors when a fault takes place.

Recently, new methods based on artificial intelligence and signal processing techniques have been developed to improve the efficiency of traditional transformer differential protection schemes. Among these algorithms, the wavelet transform has been widely used for this purpose [10–13]. For instance, the conventional phase (87T) and the negative sequence (87Q) differential units were recreated by using the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT) in [11–13]. Some

☆ This work was supported in part by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) and in part by CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

E-mail addresses: matheus2726@gmail.com (M.N.O. Aires), rodrigo.prado@ufersa.edu.br (R.P. Medeiros), flaviocosta@ect.ufrn.br (F.B. Costa), klebermelo@unb.br (K.M. Silva), m.popov@tudelft.nl (J.J. Chavez), j.j.chavezmuro@tudelft.nl (M. Popov).

https://doi.org/10.1016/j.epsr.2021.107246
Received 1 December 2020; Received in revised form 5 March 2021; Accepted 7 April 2021
0378-7796/© 2021 Elsevier B.V. All rights reserved.

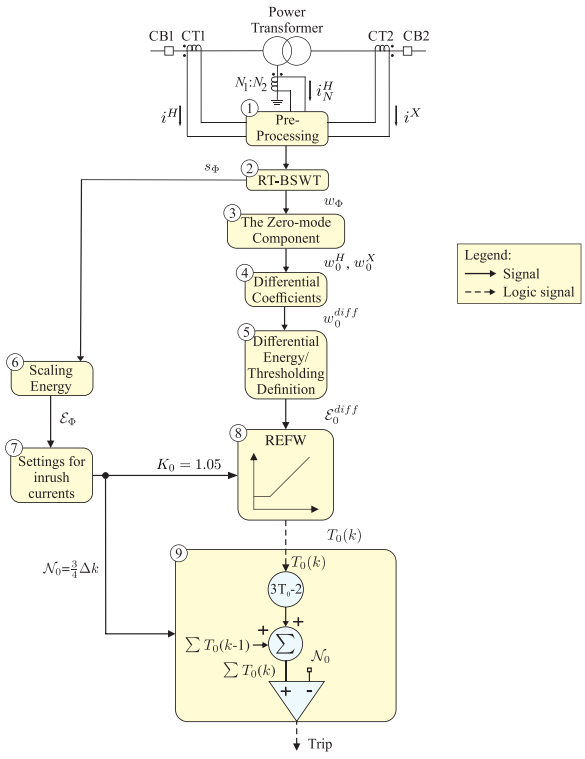


Fig. 1. The proposed Clarke-wavelet-based differential protection.

blocking functions for external event detection, such as sympathetic inrush and external faults, were also proposed in [11–13]. Unlike conventional methods that use low-frequency harmonic information, the reported method used high-frequency components of CT secondary currents to be faster and more efficient than the conventional one. However, even though wavelet-based phase (87TW) and negative sequence (87QW) units, the method proposed in [11–13] did not consider a function designed to detect challenging turn-to-ground faults close to the transformer neutral point.

This paper proposes the recreation of the traditional REF unit in the wavelet domain, named here as REFW unit, for detecting turn-to-ground faults close to the transformer neutral point, even during transformer energization. The proposed REFW protection uses only high-frequency components induced by faults instead of phasor estimation as conventional REF unit does, speeding up the protection of turn-to-ground faults and being sensitive to this kind of faults during transformer energization. Therefore, the proposed REFW protection can support better differential protection functions. A performance comparison between the proposed wavelet-based REF function and the conventional one was accomplished by taking into account turn-to-ground faults on the wye winding, and transformer energizations with turn-to-ground faults in the presence and in the absence of residual flux. The proposed REFW unit ensured a global success rate of 100%. Furthermore, the results revealed that this unit is faster and more efficient than the conventional one.

2. The proposed wavelet-Based REF differential protection

Fig. 1 depicts the flowchart of the proposed wavelet-based REF power transformer differential protection and it is addressed in the remainder of this section.

2.1. Basic pre-processing (block 1)

The time-discrete currents i^H={i_A^H, i_B^H, i_C^H}, i_N^H, and i^X={i_A^X, i_B^X, i_C^X} are obtained from CT secondary currents considering anti-aliasing filters and A-D converters, where the sub-indices H, X, and N refer to the primary transformer winding, secondary transformer winding, and the neutral point, respectively, whereas A, B, and C refer to phase quantities.

2.2. RT-BSWT (Block 2)

The RT-BSWT scaling and wavelet coefficients of a current i_Φ are respectively given by [14]:

$$s_\Phi(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}} \sum_{n=0}^{L-1} h_\varphi(n) i_\Phi(k-L+n+1+l), \tag{1}$$

$$w_\Phi(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}} \sum_{n=0}^{L-1} h_\psi(n) i_\Phi(k-L+n+1+l), \tag{2}$$

where $k \geqslant \Delta k - 1$ is associated to the current sampling time k/f_s; $0 \leqslant l < L$ is the border distortion index; h_φ and h_ψ are low-pass scaling and high-pass wavelet filters, respectively; L is the filter length; $\Delta k \geqslant L$ is the sliding window length; $i_\Phi(k+m) = i_\Phi(k-\Delta k+m)$ with $m \in \mathbb{N}^*$, which is a periodized current in Δk samples; s_Φ = {s_A^H, s_B^H, s_C^H, s_A^X, s_B^X, and s_C^X} and w_Φ = {w_A^H, w_B^H, w_C^H, w_N^H, w_A^X, w_B^X, and w_C^X} are related to i_Φ = {i_A^H, i_B^H, i_C^H, i_N^H, i_A^X, i_B^X, and i_C^X}.

2.3. The zero-mode components (block 3)

The zero-mode (0-mode) wavelet coefficients related to the primary and secondary transformer winding currents are respectively given by:

$$w_0^H(k) = \frac{w_A^H(k) + w_B^H(k) + w_C^H(k)}{\sqrt{3}}, \tag{3}$$

and

$$w_0^X(k) = \frac{w_A^X(k) + w_B^X(k) + w_C^X(k)}{\sqrt{3}}. \tag{4}$$

2.4. Differential wavelet coefficients (block 4)

Based on a classical REF unit, as addressed in [15], this paper proposes the differential 0-mode wavelet coefficients (w_0^{diff}={w_0^{op}, w_0^{res}}) instead of 0-mode differential currents as follows:

$$w_0^{op}(0,k) = \frac{1}{2}\left(\sqrt{3} w_0^H(0,k) + w_N^H(0,k)\right), \tag{5}$$

$$w_0^{op}(l \neq 0,k) = \sqrt{3} w_0^H(l,k) + w_N^H(l,k), \tag{6}$$

$$w_0^{res}(l,k) = \sqrt{3} w_0^H(l,k), \tag{7}$$

where

$$\sqrt{3} w_0^H(l,k) = w_A^H(l,k) + w_B^H(l,k) + w_C^H(l,k), \tag{8}$$

and $0 \leq l < L$. The superscripts *op* and *res* refer to the operating and restraining variables, respectively.

Contents lists available at ScienceDirect

Electric Power Systems Research

journal homepage: www.elsevier.com/locate/epsr

A power transformer differential protection based on support vector machine and wavelet transform☆

Lucas D. Simões [*,a], Hagi J.D. Costa [a], Matheus N.O. Aires [a], Rodrigo P. Medeiros [b], Flavio B. Costa [a], Arturo S. Bretas [c]

[a] Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), 59078-970, Natal - RN Brazil
[b] Federal Rural University of the Semi Arid (UFERSA), 59780-000, Caraúbas - RN Brazil
[c] University of Florida, Gainesville, FL 32611, USA

ARTICLE INFO

Keywords:
Support vector machine
Power transformer
Differential protection
CT saturation
Wavelet transform

ABSTRACT

This paper presents a power transformer differential protection scheme based on support vector machines (SVM) combined with high-frequency features extracted with the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT). SVM models are derived with synthetic data, considering a wide variety of events, such as inter-turn faults, external faults during CT saturation, and evolving external-to-internal faults. A comparative performance assessment is carried out considering accuracy and other reliability indices, as well as operating time, and good results were achieved. The simplicity of the presented SVM-based relay, without hard-to-derive parameters, built on the classical differential protection framework, highlights potential aspects towards real-life implementation.

1. Introduction

Differential protection has been commonly employed as the primary protection for power transformers, which are vital components to power systems operation and control. Therefore, accurate event detection and fast fault clearance are of utmost importance. However, even though being able to correctly distinguish external from internal faults to the protection zone, delimited by the current transformers (CT), traditional differential protection might be unable to discriminate internal faults from inrush currents, which arise as an effect of power transformer energizations [1].

Harmonic restraint and blocking algorithms have been commercially available to enhance traditional phasor-based differential protection. Nonetheless, these techniques might fail to operate when inrush currents present low harmonic content on one or two phases [2]. Furthermore, these algorithms also present an inherent delay due to the phasor estimation.

Current transformer saturation also plays a significant role in affecting transformer differential protection reliability. Due to its unpredictable nature, CT saturation might lead to misread differential currents that cause the relay to malfunction [3]. Also, evolving external-to-internal faults, i.e., faults that occur during another fault in the same circuit, possibly involving different phases [4], can cause unexpected behavior during CT saturation and are problems to be dealt with by the protection scheme. Furthermore, CIGRE technical brochure [5] states that most of the significant failures in power transformers have as main contributors failures in the windings.

Many modern digital signal processing techniques and data-driven protection schemes have been proposed in the literature in order to overcome the aforementioned problems and limitations [6–12]. For instance, [13] proposed the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT) to detect faults and other disturbances. However, this method can only perform the detection, with no possibility to identify a fault. Based on the wavelet-based signal processing in [13], [6–8] proposed the traditional phase differential function (87T) and the negative sequence differential function (87Q) to protect power transformers using high-frequency information obtained with the RT-BSWT instead of using low-frequency information obtained with

☆ This work was supported by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), and CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development), and German Research Foundation (DFG) - PIPC 8881.473092/2019-1 (DFG Grant Number AU 185/72).

* Corresponding author.
E-mail addresses: lucassimoesee@gmail.com (L.D. Simões), hagijakobson@gmail.com (H.J.D. Costa), matheus2726@gmail.com (M.N.O. Aires), rodrigo.prado@ufersa.edu.br (R.P. Medeiros), flaviocosta@ect.ufrn.br (F.B. Costa), arturo@ece.ufl.edu (A.S. Bretas).

https://doi.org/10.1016/j.epsr.2021.107297
Received 1 December 2020; Received in revised form 19 April 2021; Accepted 21 April 2021

Fourier-based phasor estimation. Therefore, [6–8] developed a way to identify internal faults from other disturbances. Despite the RT-BSWT signal processing being strongly sensible to detect faults in [6–8], the protection based on thresholds applied in these wavelet signals is susceptible to noise and does not provide an event classification. Also, this method presented a delay of more than a half-cycle for accurate external-to-internal evolving fault detection. In [9] and [10], deep learning-based power transformer differential protection methods were proposed, with good results reported. However, deep learning algorithms are not so easily embedded in hardware, thus potentially halting real-life implementations[11]. and [12] presented interesting approaches for power transformer differential protection based on random forest and support vector machine (SVM) algorithms, respectively, and likewise, promising results were reported. However, these last two works employed a cycle and a half-cycle vector lengths, respectively, to be used as input features to their data-driven models, making their methods slower or similar to phasor-based methods when comparing relay operating time.

This work presents an SVM-based power transformer differential protection scheme. The proposed protection is powered with the operating and restraining wavelet coefficients energies, which are obtained in accordance with [8]. If one of these differential energies exceeds a respective threshold, a disturbance detector enables a first SVM classifier in order to classify the type of event as an external fault, internal fault or transformer energization. If the event is an internal fault, a tripping command is emitted; if the event is an external fault, a second SVM classifier is enabled to distinguish between possible CT saturations or external-to-internal evolving faults.

The SVM models were trained using the LIBSVM [14] with synthetic data of fault records of an electric power system simulated in Simulink® software. A wide variety of events were simulated, such as: internal turn-to-turn and turn-to-earth faults, external faults with CT saturation, as well as evolving external-to-internal faults.

A comparative performance assessment with conventional methods, including the phase differential function 87T with harmonic restraint and harmonic blocking units, the negative sequence differential function 87Q, and the restricted earth fault (REF) function, is performed, regarding reliability indices and operating time, and the presented protection scheme has shown to be faster and more precise than conventional methods, and also faster than other data-driven methods presented in the literature. In addition, the proposed method was implemented in hardware to show its feasibility in practical applications.

2. SVM Theory

The support vector machine is a binary supervised learning algorithm based on the statistical learning theory [15]. Its main goal is, upon training, to construct a decision surface, called hyperplane, in a fashion to maximize the margin between positive and negative samples [15]. This hyperplane is delimited by the support vectors, which are the training examples closest to the optimal hyperplane. With the help of the support vectors, by solving an optimization problem, it is possible to set up a maximized separation margin.

The SVM performs separation of nonlinearly separable data by adopting the kernel functions, which map the data into higher-dimensional spaces, where it is possible to perform linear pattern separation. In the case of using non-linearly separable data, the trained SVM classifier can be written as:

$$f(\mathbf{x}) = \sum_{i=1}^{l} \alpha_i y_s^{(i)} K\left(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x}\right) + b, \tag{1}$$

where l is the number of support vectors; $\mathbf{x}_s^{(i)}$, $y_s^{(i)}$ and α_i are the i-th support vector, its associated label, and weight, respectively; $\mathbf{x}$ is the data observation to be classified; $K(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x})$ is the kernel function; and b is a bias [16]. The decision function, for a given unclassified feature vector $\mathbf{x}$, uses the sign of the classifier in (1) to perform data classification.

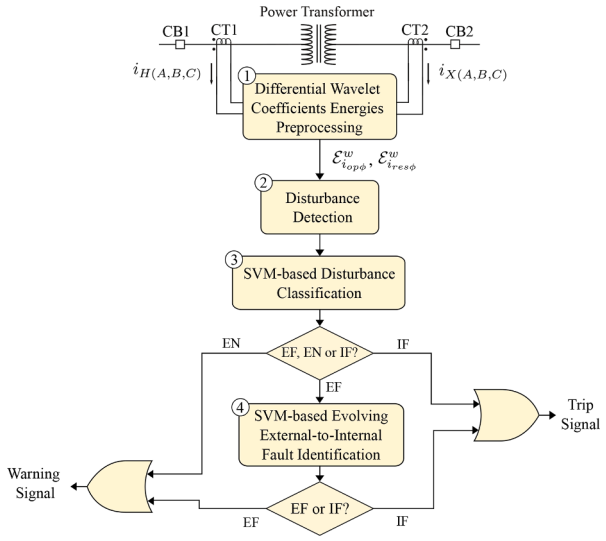


Fig. 1. Proposed SVM-based power transformer differential protection.

One key point of SVM algorithms is their offline parameterization, which requires expert knowledge, since different combinations of parameters might yield different results for a given dataset, making it essential to find the best parameters. This is typically solved by employing a grid search, which consists of testing a different range of hyperparameters and evaluating their performance. The concerning hyperparameters may vary depending on the chosen kernel, yet, one that is always present is the regularization parameter C. For instance, the choice of the radial-basis function (RBF) as kernel function leads to an additional parameter to be derived in the grid search, called γ. Moreover, since the SVM is essentially a binary classifier, some techniques are needed so the SVM algorithms can deal with problems with more than two classes. Among these methods, some of the most popular are the *one-versus-all* and the *one-versus-one* approaches [17]. In this paper, for the problems regarding more than two classes, the one-versus-all approach was adopted.

3. SVM-Based differential protection relay

Fig. 1 depicts the flowchart of the proposed differential protection. This protection algorithm is designed to run at every sampling time k. Details about each of the processing blocks presented in Fig. 1 are addressed in this section.

3.1. Differential wavelet coefficients energies preprocessing block 1)

Fig. 1 illustrates the data processing of the presented SVM-based protection algorithm. The data processing comprises several stages: currents measurement, performing of RT-BSWT, phase and magnitude adjustments, and computation of differential wavelet coefficients and differential energies. Data processing is needed to obtain the differential boundary wavelet coefficients energies, which were initially introduced by [6], and will be used as inputs for the subsequent algorithm analytics. The steps are described as follows:

3.1.1. Current measurement

Initially, the relay acquires current samples from the CT secondary currents employing anti-aliasing filters and AD converters. This procedure yields the time-discrete secondary currents $i_{H\phi} = \{i_{HA}, i_{HB}, i_{HC}\}$ and $i_{X\phi} = \{i_{XA}, i_{XB}, i_{XC}\}$, where H and X stand for the transformer primary

INTELLIGENT DISTURBANCE DIAGNOSIS IN POWER TRANSFORMERS BASED ON THE WAVELET TRANSFORM AND SUPPORT VECTOR MACHINE

J.F.Fernandes *, F.B.Costa *, O.V.Santana Júnior *, R.P.Medeiros *

* *Laboratório de Processamento de Sinais e Redes Elétricas Inteligentes - PROREDES*
Departamento de Engenharia Eletrica,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN,
59072-970, Natal, RN, Brasil.

jessika.fonseca@hotmail.com, flaviocosta@ect.ufrn.br, orivaldo.santana@ect.ufrn.br, rodrigo.prado@ufersa.edu.br

Abstract— This paper proposes a method based support vector machine and wavelet transform in order to discriminate different disturbances in power transformers appropriately, such as internal and external faults, and transformer energizations. The proposed method recreates the conventional differential function using a disturbance detector, by means of the energies of the wavelet coefficients, which enables the support vector machine (SVM)-based differential phase functions. Furthermore, the proposed method can work in conjunction with other system protections by sending warning signals, for example in external fault conditions of the transformer, so it makes the protection system more reliable and intelligent. Several events were simulated in the alternative transient program, such as external and internal faults, turn-to-turn and turn-to-ground fault with variations of fault resistance, fault inception angle, and fault type parameters, as well as transformer energizations. The method presented better success rate and a faster trip in the internal fault detection then the conventional different protection.

Keywords— Differential protection, power transformers, wavelet transform, support vector machines.

Resumo— Este artigo propõem um método baseado em máquina de vetor de suporte e transformada wavelet a fim de discriminar apropriadamente distúrbios em transformadores de potência tais como faltas internas, faltas externas e energização de transformadores. O método proposto recria a função diferencial convencional usando um detector de distúrbios, baseado nas energias dos coeficientes wavelet, o qual habilita as funções diferenciais de fase baseadas em máquinas de vetor de suporte. Além disso, o método proposto pode trabalhar em conjunto com outras proteções do sistema, enviando sinais de alarme, por exemplo, em casos de falta externa, tornando a proteção mais confiável e inteligente. Vários eventos foram simulados no software alternative transient program, tais como: falta externa, falta interna, Faltas entre espira-espira e espira-terra, variando-se o ângulo de incidência de falta e a resistência de falta. Faltas entre espira-espira e espira-terra foram variadas as percentagens dos enrolamentos. Além disso, foram simulados casos de energização de transformadores. O método apresentou melhor taxa de acerto e rápida atuação na detecção de faltas internas quando comparado com a proteção convencional.

Palavras-chave— Proteção diferencial, transformador de potência, transformada *wavelet*, máquinas de vetor de suporte.

1 Introduction

Power transformers are essential devices in a transmission and distribution system, since its operation is associated with the continuity of the electrical energy supply by interconnecting networks with different voltage levels. The increase of the number of nonlinear loads and the development of smart grids connected to the power systems might lead to nonsinusoidal operation and the occurrence of faults of the transformer (Masoum et al., 2017). Faults in power transformers are considered the more severe than faults in transmission networks (ABB, 1999). In addition, the cost of acquisition, installation, and repairs of power transformer are among the highest on the system. Therefore, condition monitoring of the power transformer is required to a quick and accurate diagnosis of disturbance as well predict fault condition (Masoum et al., 2017).

The differential function has been largely used in power transformer protection schemes. The idea of this function is to compare the currents that flow through the terminals of the protected transformer, so that in the occurrence of an internal fault, the equipment must be disconnected from the electrical system (Medeiros et al., 2016). However, a great disadvantage of this technique is associated to the false tripping during inrush currents in the transformer energization maneuver or external fault clearance situations, as well as the presence of the distorted currents due to the current transformer (CT) saturation. The commercial differential relays have used additional functions based on retrains and blocking harmonic components to improve the protection (Rahman and Jeyasurya, 1988), (Guillén et al., 2016), once that during energization there is the presence of second and fifth order harmonic components. The signal trip occurs when second or fifth harmonics the differential current exceeds a certain percentage of fundamental component (Medeiros et al., 2016). Therefore, these functions avoid the trip relay during inrush currents.

The problem is that these harmonics can appear in other operating conditions such as CT saturation, internal faults, and nonlinear loads bring

on the relay misoperation (Guillén et al., 2016). In addition, the appropriate materials used in actual power core transformer producing low contend harmonic which may cause improper operation of the relay (Masoum et al., 2017), (Shah and Bhalja, 2013). Another problem is that the differential function no send trip signal for critical internal faults, that is an internal fault in the transformer windings involving few turns.

In order to face these limitations, new techniques and methods based on artificial intelligence and signal processing have been applied for discriminating internal faults from other power transformer disturbances accurately (Mao and Aggarwal, 2001), (Segatto and Coury, 2006), (Tripathy et al., 2010). Among these algorithms, the wavelet transform is an efficient tool for analysis of non-stationary signals at different levels of time-frequency, which makes it widely applicable in the detection of electrical power system disturbances (Costa et al., 2010), with applicability to the power transformer differential protection (Oliveira and Bretas, 2009), (Medeiros et al., 2016), (Medeiros and Costa, 2017). On the other hand, the characteristic of learning makes the artificial neural networks (ANN) able to solve many problems of pattern classification, such as fault classification in transmission lines (Silva et al., 2006), (Costa et al., 2006), (Swetapadma and Yadav, 2015), and power transformers (Tripathy et al., 2010), (Fernandes et al., 2016). For instance, (Mao and Aggarwal, 2001) was proposed the wavelet transform and a multilayer perceptron (MLP) neural network for classification of internal faults, external faults, and transformer energizations. An optimal probabilistic neural network (PNN) was proposed for the same purpose in (Tripathy et al., 2010). In (Segatto and Coury, 2006), an MLP algorithm was presented to discriminate internal faults from other events and a reconstruction of the saturated current signals was performed based on recurrent ANNs.

Techniques based on support vector machine (SVM) are comparable and often superior to those obtained by other learning algorithms, such as the ANNs (Haykin, 1998). For instance, MLP trained using the back-propagation algorithm, it supply a computationally efficient solution to the pattern-classification (Haykin, 1998), with simple architecture, nevertheless, the not optimal solution. In the order hand, the same problem can be to solved using SVM in a manner close to the optimal solution. Furthermore, the good accurate performance SVM do not need the domain knowledge built into the design of the machine. However, SVM demand on computation complexity (Haykin, 1998). It can be possible to achieve a classification performance comparable to that of SVM patter-classification problems using MLP. However, it needs to build problem-domain knowledge into the design of the MLP, and tune a multitude of design parameters (Haykin, 1998), which sometimes may not be feasible for difficult pattern-classification problems.

This paper proposes the application of SVM-based differential relay in order to discriminate different disturbances in power transformers appropriately, such as internal and external faults, and transformer energizations. The proposed method recreates the differential function using a disturbance detector, by means of the energies of the wavelet coefficients, which enables the SVM-based differential phase functions.

The method was assessed in a power system modeled in the alternative transient program (ATP) (Dommel, 1984). Several events were simulated, such as external and internal faults, internal fault clearance with variations of fault resistance, fault inception angle, and fault type parameters, as well as transformer energizations. The proposed method sent the trip signal in 100% of the internal fault cases, whereas it provided no trip to energization of transformers and external faults. The proposed differential protection scheme can work in conjunction with other system protections by sending warning signals, for example in external fault conditions of the transformer, in order to accomplish the protection more reliable and intelligent.

2 SVM-Base Differential Relay

The proposed relay consists of three SVM-based differential phase functions SVM 87TW A, SVM 87TW B, and SVM 87TW C, for phases A, B, and C, respectively. These functions use a combination of SVM and the Real-Time Stationary Wavelet Transform (RT-SWT) to recreate the conventional differential function. The protection zone of this relay is delimited by the current transformers (CT_1 and CT_2), which is represented in Fig. 1 by the hatched region. Fig. 2 depicts the block diagram of the proposed SVM-based differential relay. Further details of the algorithm are presented in the following subsections.

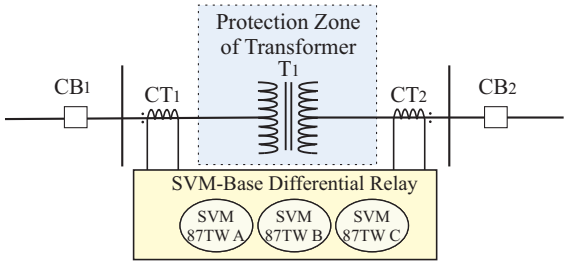


Figure 1: The basic block diagram of the SVM-based differential relay proposed.

A Proposed Methodology for Online Implementation of a Support Vector Machine With Applications in Power Transformers Event Classification

H.J.D. Costa [*], **B.L. Souza** [*], **L.D. Simões** [*], **M.N.O. Aires** [*], **R.P. Medeiros** [**], **O.V. Santana Jr.** [*], **F.B. Costa** [*],

[*] *Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brazil*
[**] *Federal Rural University of the Semi-Arid, Caraúbas, RN, Brazil*

Abstract: The constant evolution of resources in computational processing and machine learning algorithms, combined with the increasing complexity of embedded systems, made the hardware implementation of machine learning models more viable. This paper proposes a methodology for online implementation of a support vector machine classifier through the development of a simple, concise, and easily adapted algorithm for data classification. The system was validated through the development of an application that classifies disturbances in a power transformer, followed by a comparison with the results obtained with the Library for Support Vector Machines (LIBSVM). Besides the very similar results when compared with the LIBSVM, the proposed methodology achieved high overall accuracy and fast classification time.

Resumo: A constante evolução dos recursos em processamento computacional e dos algoritmos de aprendizagem de máquina, combinado com o aumento da complexidade dos sistemas embarcados, tornou a implementação em *hardware* de modelos de aprendizagem de máquina mais viáveis. Este artigo propõe uma metodologia para implementação *online* de uma máquina de vetor de suporte através do desenvolvimento de um algoritmo simples, conciso e facilmente adaptado para classificação de dados. O sistema foi validado através do desenvolvimento de uma aplicação que classifica distúrbios em um transformador de potência, e em seguida foi feita uma comparação com os resultados obtidos com a *Library for Support Vector Machines* (LIBSVM). Além de resultados muito similares quando comparado com a LIBSVM, a metodologia proposta alcançou uma alta acurácia e um tempo rápido de classificação.

Keywords: machine learning; real-time AI; electrical power systems; support vector machine; methodology.

Palavras-chaves: aprendizagem de máquina; IA de tempo real; sistemas elétricos de potência; máquina de vetor de suporte; metodologia.

1. INTRODUCTION

Machine learning (ML) is a key technology in the 21st century and the main contributing factor for many recent performance boosts in computer vision, natural language processing, speech recognition and signal processing (Roth et al., 2020). It has evolved from the study of computational learning theory and pattern recognition, being the most effective method used in the field of data analytics in order to predict something by devising some models and algorithms (Angra and Ahuja, 2017). ML models allow researchers, engineers, data scientists and analysts to produce reliable and valid results and decisions by the discover of some hidden patterns or features through historical learning's and trends in data. Among the several ML-based algorithms, the support vector machine (SVM) has presented promising results in pattern recognition problems (Karamizadeh et al., 2014).

The SVM was initially introduced by Boser, Guyon and Vapnik in 1992 (Guyon et al., 1992), experiencing a rapid development applied to handwriting recognition and text categorisation, through the Structural Risk Minimization (SRM) method. Currently, the SVM has been applied in several areas, such as robotics, computer vision, pattern recognition, computer security, and biomedics (Yunqian Ma, 2014). For instance, Shah and Bhalja (2013) presents a SVM-based differential protection scheme is proposed which effectively differentiates internal faults with other type of disturbances in a power transformer. Also, Bhargav Yashvantrai Vyas (2015) presents a pattern recognition based fault type identification approach for transmission line protection, which in comparison to a scheme based on artificial neural networks (ANN), the SVM has proved to be a better classifier for protection system.

The advancement in computational processing combined with the increased complexity of embedded systems

⋆ This work was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) and German Research Foundation (DFG) - PIPC 8881.473092/2019-1 (DFG Grant Number AU 185/72).

has made the implementation of ML models in hardware language more viable in current applications. Nowadays, ML algorithms are often implemented with custom integrated circuits, devices, and systems to achieve high performance. Nevertheless, the development of embedded systems present a variety of challenges as it has to deal with multiple viewpoints, types of requirements, programming languages and forms of description. It is indispensable for the system to be concise, since the diversity of specifications is a major source of inefficiency and failure (Sebastian Bab, 2006).

In recent years, the hardware implementation of ML-based algorithms has been reported in some works in the literature. For instance, a highly-compacted embedded system from the System inPackage type, implemented online on Polymer Electrolyte Membrane Fuel Cell (PEMFC), is presented in (Zhongliang Li, 2019). A SVM algorithm is implemented on a digital signal processor (DSP) for signal prediction in classication and regression applications in (Zabalza et al., 2012), and despite the high consumption of time in some stages, the SVM implementation has been carried out successfully. Furthermore, the implementation of SVMs in DSPs for image tracking was also seen in (Assia Arsalanea, 2018) and (Xinghong Li, 2017), and both of them show that SVM has higher tracking precision and obtained a high speed of target tracking, which makes it possible to achieve real-time performance.

This paper proposes a methodology for online implementation of a support vector machine classifier to be feasible in an embedded system. The proposed SVM classifier was tuned for providing appropriate classification of disturbances in a power transformer, such as internal faults, external faults, and transformer energizations. The disturbances were simulated in a power transformer modeled in ATP software and the signals used as inputs for the SVM classifier are the differential wavelet coefficient energies, which were computed by means of the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT), as seen in (Medeiros and Costa, 2018a). The results revealed the algorithm is simple, efficient and easily adapted for any programming language, also presenting a fast classification time.

2. SUPPORT VECTOR MACHINE

The SVM is a supervised learning ML technique that is based on the statistical learning theory and might be used for both classification or regression problems (Widodo and Yang, 2007). For data classification, the SVM aims to separate data by means of an optimal hyperplane. For this purpose, many formulations can be taken, and one of them is the C-SVM, which achieves it by solving an optimization problem (Chang and Lin, 2011). The SVM is essentially a binary classification algorithm, however, there are methods that make it possible to solve multiclass problems. The fundamentals of both approaches are covered in the remainder of this section.

2.1 Binary classification

The binary SVM classification consists in the partition of an optimal separation hyperplane into two classes, which allows to obtain the support vectors, that delimit the positive and negative hyperplane sides so that data will be classified as belonging to one of these classes (Faceli et al., 2011). The support vectors are positioned in the closest points to the optimal hyperplane, generating a maximized separation margin, represented by $\rho.$, as depicted in Fig. 1.

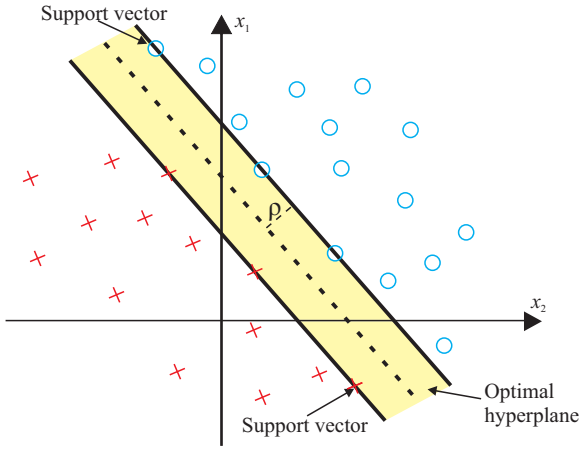


Fig. 1. The optimal separating hyperplane.

Linearly separable data. Let a two class n-feature dataset D with m samples. The samples are assumed to have two classes namely positive class and negative class, with associated labels $y = 1$ and $y = -1$ for positive and negative class, respectively. In the case of linearly separable data, it is possible to determine the hyperplane that separates the given data by

$$\mathbf{w}^T\mathbf{x} + b = 0, \tag{1}$$

where

$$f(\mathbf{x}) = \mathbf{w}^T\mathbf{x} + b \tag{2}$$

is the linear classifier. The variables $\mathbf{w}$ and b correspond to a n-dimensional vector and a scalar, respectively, and both are used to define the position of the optimal separating hyperplane (Vapnik, 2013).

Given an unclassified data input $\mathbf{x}$, the decision function uses the sign of the linear classifier to determine the class of $\mathbf{x}$ (C($\mathbf{x}$)), as follows (Vapnik, 2013):

$$C(\mathbf{x}) = \begin{cases} +1, & if\ f(\mathbf{x}) \geq 0, \\ -1, & if\ f(\mathbf{x}) < 0, \end{cases} \tag{3}$$

in which $C(\mathbf{x}) = 1$ and $C(\mathbf{x}) = -1$ correspond to a positive and a negative classes, respectively.

Nonlinearly separable data. SVM can be used in nonlinearly separable data classification applications. In this way, the data to be classified is positioned, by means of kernel functions, in a high-dimension separation hyperplane, allowing a linear classification. In this case, the linear classifier can be rewritten as,

$$f(\mathbf{x}) = \sum_{i=1}^{l} \alpha_i y_s^{(i)} K(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x}) + b, \tag{4}$$

where l is the number of support vectors, $\mathbf{x}_s^{(i)}$, $y_s^{(i)}$ and α_i are the i-th support vector, its associated label and weight, respectively, and $K(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x})$ is the kernel function (Vapnik, 2013; Cristianini and Shawe-Taylor, 2000). In the case of linear separable data, the kernel function is the dot product between the unclassified feature vector $\mathbf{x}$ and

Differential Protection of Power Transformers Using The Wavelet Transform

R. P. Medeiros, F. B. Costa, *Member*, *IEEE*, J. F. Fernandes

***Abstract*—Several disturbances involving power transformers commonly occur in the Electric Power System. External faults near the transformer, internal faults, as well as transformer energizing and overexcitation are the main events evaluated in the protection of the power transformers. All of the aforementioned events present transients, which can be properly analyzed by the wavelet transform. The Maximal Overlap Discrete Wavelet Transform (MODWT) can be used to detect transients in some power system disturbances. This paper presents an algorithm based on MODWT for detection and identification of external faults near or far the transformer, internal faults, and transformer energization by using differential currents in the wavelet domain. A system of 230 kV was modeled using ATP/EMTP software. The results reveal the advantages of using this type of modeling, since It provides reliability and speed in detection of these events.**

***Index Terms*—Power transformers, wavelet transform, transformer energizing, internal faults.**

I. Introduction

Power transformers are devices that require continuous monitoring and fast protection, because they are expensive and critical to the efficiency of the electrical power systems [1]. Similarly to other components of the power system, transformers are subject to faults. In fact, about 10% of faults take place into power transformers, in which 70% of these faults are caused by short circuits in its windings [2]. Faults in transformers cause damage, such as the cost associated with its repair and the cost of energy not supplied because of its unavailability [3].

Differential protection is the main protection scheme applied in power transforms, presenting reliable discrimination between internal faults and external faults or conditions of normal loading system. However, the differential protection presents significant sensitivity under certain conditions such as magnetizing inrush current, and transformer overexcitation.

To overcome the limitations of the conventional differential protection, the element with harmonic restraint was introduced in the differential relays. In [4] was proposed a relay based on the principle of harmonic restraint, being able to distinguish between the differential currents due to an internal fault and due to inrush currents, and operating at high speed on the fault current and restricting the operation in the presence of magnetization current. In this technique, relays are designed to restrain operation as long as the second harmonic exceeds a certain percentage of the fundamental [5]. This method ensured security for most of the inrush and overexcitation cases but still fail for cases with very low harmonic content in the operating current [6].

In order to improve power transformer protection, new techniques and methodologies based on intelligent tools have been developed to discriminate efficiently the internal faults from other disturbances or switching operations. In [7] was proposed to use a statistical method of data analysis, the principal component analysis (PCA), based on pattern recognition for the extraction of different characteristics of differential currents. In [5], the discrete wavelet transform (DWT) was employed to extract transient features of transformer three-phase differential currents to detect internal fault conditions. In [8] was proposed a wavelet-based technique for monitoring nonstationary variations in order to distinguish between transformer inrush currents and transformer internal faults. In [9] was presented an extension of real-time tests of a wavelet-packet-transform-based technique for the differential protection of three-phase power transformers, using a DS1102 digital signal processor board and tested on two different three-phase power transformers with neutral resistance grounded. In [1] was presented an efficient method based on the combination of Clarke transform and fuzzy logic to improve the performance of this type of protection. A differential protection scheme based on artificial neural networks using the SVM classifier was proposed in [10].

The DWT decomposes a sampled signal in time into scaling and wavelet coefficients. The wavelet coefficients of a signal, as well as their spectral energy, have been used to detect and classify faults and some power quality (PQ) disturbances [11]–[13]. In power transformer protection, some disturbances as external faults, internal faults and transformer energizing, which present transients, can be also properly analyzed by this tool [5], [8], [14] .

This paper proposes a differential protection scheme for three-phase transformers by using the Maximal Overlap DWT (MODWT). The technique detects and identifies external faults near or far the transformer, internal faults, and transformer energizing by using differential currents in the wavelet domain. Besides that, the method uses the wavelet coefficient energy of the operation and restriction currents, following the model of the conventional differential protection. The proposed protection method was evaluated through differential current signals obtained from the ATP/EMTP software in situations such as internal faults, transformer energizing, and external faults, with random fault resistance (r_f), fault inception angle (θ_i), fault

This work was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

F. B. Costa is with Federal University of Rio Grande do Norte - School of Science and Technology, Campus Univesitário Lagoa Nova, Natal - RN, CEP:59.078-970, Brazil. E-mail: flaviocosta@ect.ufrn.br.

R. P. Medeiros and J. F. Fernandes are with Federal University of Rio Grande do Norte - Department of Electrical Engineering, Campus Univesitário Lagoa Nova, Natal - RN, CEP:59.078-970, Brazil. E-mail: {digaum_34 and jessika.fonseca}@hotmail.com

978-1-4799-6415-4/14/$31.00 ©2014 IEEE

distance to the power transformer (d_f), and fault type. The proposed protection presented an optimal performance. The results obtained reveal the advantages of using this type of modeling, since It provides reliability and speed in detection of these events.

II. Differential Protection of Transformers

The philosophy of differential protection is applied on: power transformers protection, buses protection, large motors and generators protection, and transmission lines protection. Its mathematical principle is based on Kirchhoff law of the currents, whereby the sum of the currents flowing through a node is equal to the sum of the currents leaving that same node.

The principle of differential protection is based on the comparison between the primary and secondary currents of the power transformer. Current transformers installed in primary and secondary branches of the transformer provides the currents to the relay, which are the operating current (i_D) and the restriction current (i_R). Fig. 1 depicts a typical differential relay connection diagram for a single-phase transformer:

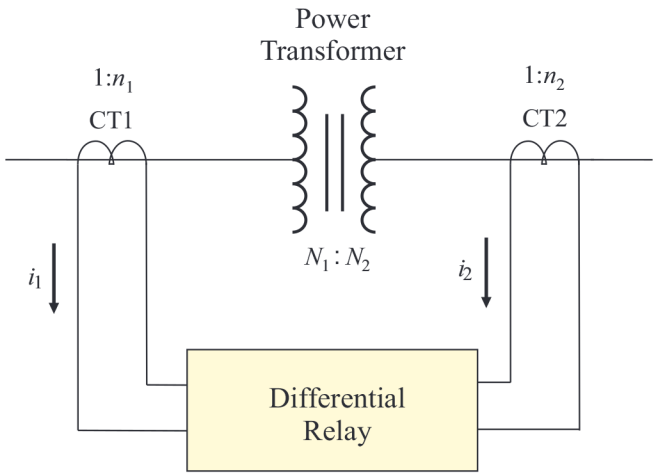


Fig. 1. Differential protection for single-phase transformer.

According to [15], The operation and restriction currents are defined as:

$$i_D = i_1 - i_2, \tag{1}$$

$$i_R = \frac{i_1 + i_2}{2}. \tag{2}$$

These equations are extended to the three-phase transformers.

However, in three-phase transformers with two windings, under normal operation conditions or external faults, i_1 and i_2 are approximately equal due to compensation made by the transformer ratio and setting (Δ or Y) of current transformers (CT1 and CT2). For instance, a ΔY power transformer with N_1:N_2 transformer ratio requires that CT1 is connected in Y configuration with a 1:$n1$ transformer ratio, and CT2 is connected in Δ configuration with a 1:$n2$ transformer ratio. However, when an internal fault occurs, these currents are different. The differential protection is based on the comparison between i_D and i_R. Fig. 2 depicts an example of a characteristic curve of a differential protection scheme, in which the regions of operation and non-operation are illustrated [15].

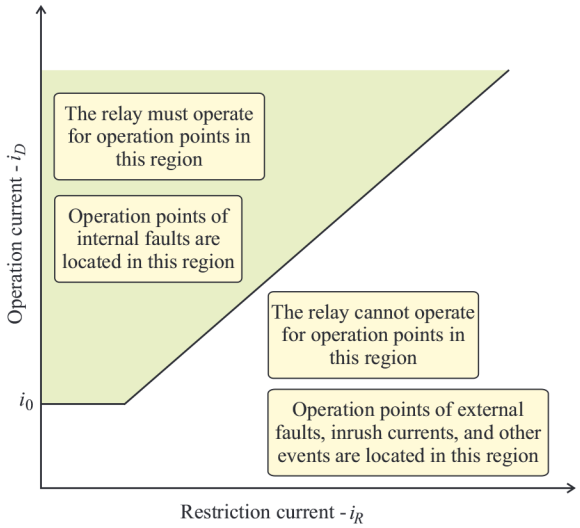


Fig. 2. Characteristic curve of the percentage differential protection.

According to Fig. 2, the relay operates only for cases in which the operation point (i_R, i_D) is above of the characteristic curve defined by:

$$i_D > i_0 + k i_R, \tag{3}$$

where k and i_0 are, respectively, the slope of the operation characteristic curve of percentage differential relay and minimum current of relay operation.

III. Wavelet Transform

The discrete wavelet transform is a mathematical tool for analyzing non-stationary signals, such as those observed in fault conditions or in the transformer energizing. According to the algorithm of Mallat [16], both the DWT and MODWT use low and high-pass filters (scaling and wavelet filters) to divide the frequency band of the input signal into scaling and wavelet coefficients, respectively. However, in contrast to the DWT, there is no downsampling in MODWT [13]. As a result, the MODWT provides the fastest detection of faults and other disturbances with transient.

Recursively, the scaling coefficients (s) and wavelet coefficients (w), of the MODWT, can be computed through the inner product of the sampled signal x with the filters $\tilde{g}$ and $\tilde{h}$, respectively, as follows [13]:

$$s(k) = \sum_{n=1}^{L} \tilde{g}(n) x(k + n - L), \tag{4}$$

$$w(k) = \sum_{n=1}^{\infty} \tilde{h}(n) x(k + n - L), \tag{5}$$

where $\tilde{g}(n) = g(n)/\sqrt{2}$ and $\tilde{h}(n) = h(n)/\sqrt{2}$ are the scaling and wavelet filters of the MODWT. L is the size of both filters.

The wavelet coefficient energy of the MODWT is also used for fault and some PQ disturbance detection [13]. The spectral

Power Transformer Disturbance Classification Based on the Wavelet Transform and Artificial Neural Networks

Jéssika Fonseca Fernandes, Flávio Bezerra Costa, and Rodrigo Prado de Medeiros
Federal University of Rio
Grande do Norte
Natal, Rio Grande do Norte
Email: jessika.fonseca@hotmail.com, flaviocosta@ect.ufrn.br, rodrigo.prado@ufersa.edu.br

***Abstract*—Currently, the differential function has been widely used in transformer protection relay. However, the main issue of this technique is assigned to the relay misoperation during the presence of inrush currents and current transformer (CT) saturation. In the literature, these limitations have been overcome with the use of tools based on artificial intelligence and signal processing, such as the methods based on artificial neural networks and wavelet transform. This paper proposes a method based the ANNs and wavelet transform to detect and classify disturbance in the power transformer accurately. The algorithm uses wavelet-based disturbance detector in order to detect any disturbance related to a power transformer, whereas a neural network-based routine is used to classify the disturbance type (internal fault, external fault and transformer energization) appropriately, as well as to classify the internal faults. Several events were simulated, such as external and internal faults, with variations of fault resistance, fault inception angle, and fault type parameters, as well as transformer energizations. The method presented an excellent success rate regarding the correct classification of the disturbance as well as an accurate fault classification.**

I. Introduction

Power transformer is one of the most important device in eletrical power systems, since its operation is associated to the continuity of the electrical energy supply by interconnecting networks with different voltage levels. Faults in transformers are considered the most severe disturbances in transmission networks [1]. Therefore, a quick and accurate diagnosis of faults is very important and vital for the electrical power system.

Among the power transformer protection schemes, the differential function has been used in relay largely. Basically, this function compares the currents that flow through the terminals of the protected transformer, so that in the occurrence of an internal fault, the equipment must be disconnected from the eletrical system [2]. However, a great disadvantage of this technique is associated to the relay misoperation during inrush currents in the transformer energization maneuver or external fault clearance situations, as well as the presence of the distorted currents due to the current transformer (CT) saturation.

In order to face these limitations, new techniques and methods based on artificial intelligence and signal processing have been applied for discriminating internal faults from other power transformer disturbances accurately [3], [4], [5]. Among these algorithms, the wavelet transform is an efficient tool for analysis of non-stationary signals at different levels of time-frequency, which makes it widely applicable in the detection of electrical power system disturbances [6] [7], with applicability to the power transformer differential protection [8]. On the other hand, the characteristic of learning makes the artificial neural networks (ANN) able to solve many problems of pattern classification, such as fault classification in transmission lines [9], [10], [11], and power transformers [5]. For instance, in [3] was proposed the usage of the wavelet transform and a multilayer perceptron (MLP) neural network for classification of internal faults, external faults, and transformer energizations. An optimal probabilistic neural network (PNN) was proposed for the same purpose in [5]. In [4], a MLP algorithm was presented to discriminate internal faults from other events and a reconstruction of the saturated current signals were performed based on recurrent ANNs.

This paper presents an alternative to improve the performance of the power transformer differential protection by using a combination of ANNs and wavelet transform. The proposed method takes into account the principle of the power transformer differential protection and uses a wavelet-based disturbance detector in order to detect the beginning of any disturbance related to a power transformer. In addition, a neural network is used to classify the disturbance (internal fault, external fault and transformer energization) appropriately, as well as to classify the internal fault.

The method was assessed in a power system modeled in the alternative transient program (ATP) [12]. Several events were simulated, such as external and internal faults, with variations of fault resistance, fault inception angle, and fault type parameters, as well as transformer energizations. The method presented an excellent success rate regarding the correct classification of the disturbance as well as an accurate fault classification. The performance obtained with the proposed

978-1-5090-0620-5/16/$31.00 ©2016 IEEE

ANN-based method was in accordance with the differential protection of power transformer. However, in addition, the proposed method provided the fault classification, which is not provided by conventional differential relays.

II. Wavelet Transform

The discrete wavelet transform (DWT) and its variant, the maximal overlap DWT (MODWT), are mathematical tools for analysing of non-stationary signals, such as those observed in fault conditions or in the transformer energizations.

According to [13], both the DWT and MODWT use low-pass and high-pass filters (scaling and wavelet filters) to divide the frequency band of a signal into scaling and wavelet coefficients, respectively. However, since MODWT does not present the down-sampling effect, it provides the fastest detection of faults and other disturbances with transient. Therefore, only the MODWT will be used in this paper.

Fig. 1 depicts the first stage of the MODWT, which is performed by inner products of the sampled signal x with scaling (g) and wavelet (h) filters of the MODWT. The scaling coefficients (s) and wavelet coefficients (w), respectively, are given by [13]:

$$s(k) = \sum_{l=0}^{L} = \frac{g(l)}{\sqrt{2}} x(k+l-L), \tag{1}$$

$$w(k) = \sum_{l=0}^{L} = \frac{h(l)}{\sqrt{2}} x(k+l-L), \tag{2}$$

where $k \geq L-1$; L is the order of both filters;

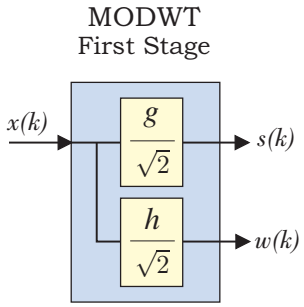


Figure 1. Fist stage of the MODWT.

The espectral energy $\mathcal{E}$ of a sliding window of length Δk sliding in the real-time signal x, per sampling, is given by:

$$\mathcal{E}(k) = \sum_{n=k-\Delta k+1}^{k} x^2(n), \tag{3}$$

where $\Delta k = f_s/f$ corresponds to the number of samplings per cycle of the power frequency (f).

Based on the Parseval theorem [14], the spectral energy of the signal sliding window can be decomposed into the scaling coefficient energy ($\ddot{\mathcal{E}}$) and the wavelet coefficient energy ($\dot{\mathcal{E}}$), recursively, at the first scale, as follows [13]:

$$\mathcal{E}(k) = \ddot{\mathcal{E}}(k) + \dot{\mathcal{E}}(k), \tag{4}$$

where

$$\ddot{\mathcal{E}}(k) = \sum_{n=k-\Delta k+1}^{k} s^2(n), \tag{5}$$

$$\dot{\mathcal{E}}(k) = \sum_{n=k-\Delta k+1}^{k} w^2(n), \tag{6}$$

This paper uses the wavelet coefficient energy of the MODWT for detecting external faults, internal faults, and transformer energizations. Therefore, the wavelet module activates the neural module when a disturbance is detected.

III. Differential protection

The differential protection relay compares the currents that flow through the power transformer windings. As an example, Fig. 2 depicts a typical differential protection scheme for a single-phase two-winding power transformer, in which $N1 : N2$ corresponds to the ratios of the power transformer, and $1 : n_1$ and $1 : n_2$ correspond, respectively, to the ratios of the current transformers (CT1 and CT2). The CT ratios are usually selected to satisfy the condition $N1n_1 = N2n_2$.

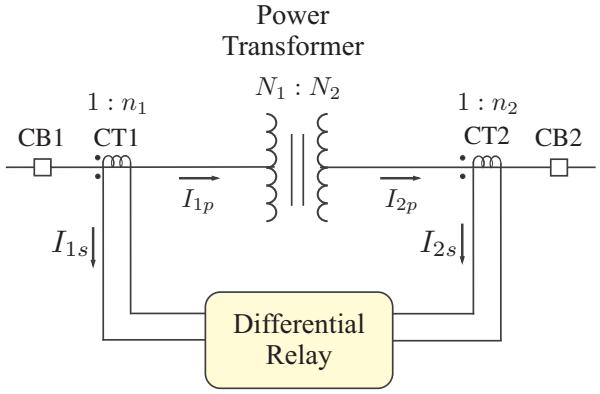


Figure 2. Differential protection scheme.

According to Fig. 2, under normal operation conditions, the CT secondary currents I_{1s} and I_{2s} are approximately equal. However, when an internal fault occur, this condition is no longer verified, and the difference between I_{1s} and I_{2s} becomes much large [15]. According to [15], the operating current was defined as follows:

$$I_{op} = I_{1s} - I_{2s} \tag{7}$$

Under normal conditions, the operating current must not exceed a fixed percentage of the restraining current I_{res}, which was defined as follows [15]:

$$I_{res} = \frac{I_{1s} - I_{2s}}{2}, \tag{8}$$

Therefore, the relay operates if [15]:

Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements

R. P. Medeiros, F. B. Costa, *Member*, *IEEE*, and M. A. D. Almeida

***Abstract*—With the advance of the digital technology, the basic principles of the power transformer differential protection have been implemented in logical schemes in the modern numerical differential relays. Moreover, the power transformer differential protection also incorporated the usage of additional protection functions, such as harmonic restraint, harmonic blocking, and negative-sequence current differential elements, improving the discrimination between internal faults and other events. This paper aims to present an analysis about the operation of the main phasor-based differential protection functions during the occurrence of relevant disturbances involving a power transformer modeled in ATP software. By means of the analyze of the differential currents obtained in the different records, the behavior of the several protection functions and the importance of each one were highlighted in order to ensure a robust, reliable and fast protection.**

***Index Terms*—Power transformer, differential protection, harmonic restraint, harmonic blocking, negative-sequence.**

I. Introduction

Power transformers are essential components in many energy conversion systems, allowing the widespread usage of the AC current energy systems, due to the possibility of the voltage levels adjustment between the generation, transmission and distribution systems [1].

As other components operating in the electrical system, power transformers are submitted to the adverse effects of the electrical transients constantly. When these devices have some failure, its repair demands an expensive financial cost because its high commercial value and the possible fines applied due to the temporary unavailability of energy [2]. According to [3], about 10% of faults in electrical systems occur in power transformers, in which 70% are caused by short-circuits in their windings and switches taps, which justifies the research for faster and more reliable protection schemes than the conventional one.

Among the protective functions applied in transformers, differential function has been widely used as primary protection for power transformers with rated power greater than 10 MVA [4], providing reliable discrimination between internal and external faults or nominal load conditions. Furthermore, the technological advancement became possible the implementation of the differential protection principles in microprocessed numerical relays, which proved to be faster and more reliable than the old electromechanical relays [5].

This work was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) and CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

R. P. Medeiros, F. B. Costa, and M. A. D. Almeida are with Federal University of Rio Grande do Norte, Campus Universitário Lagoa Nova, Natal - RN, CEP:59.078-970, Brazil. E-mail: rodrigo.prado@ufersa.edu.br, flaviocosta@ect.ufrn.br, and mad@ufrnet.br.

In general, differential relays compare the currents flowing through of the protected transformer terminals, so that in an internal fault condition, the equipment is disconnected from the electrical system. However, some operating conditions, such as transformer energization maneuvers can cause significant inrush currents. In order to prevent relay misoperation in these cases, the correct discrimination between a fault current and an inrush current is required [6].

In order to overcome this problem, modern relays have employed some phasor-based differential protection methods, whose operating principle is associated to the restraint and blocking of specific harmonic components. For instance, in transformer energization, the 2nd order harmonic component of the differential current is usually higher that in a typical fault current [7]. However, according to [2], most of the commercial numerical relays has not been able to protect power transformers for faults that happen in less than 15% of their windings, i.e., those faults involving few turns (incipient internal faults). In these cases, a negative-sequence differential element with high sensitivity has been used as a backup protection [8].

This paper presents an analysis about the operation of the main phasor-based power transformer differential protection functions (harmonic blocking, harmonic restraint, and negative-sequence) during the occurrence of relevant disturbances involving a power transformer modeled in ATP software, such as an external fault, external fault clearance, current transformer (CT) saturation due to an external fault, transformer energization in the presence or absence of a fault, and internal faults. By means of the analyze of the differential currents obtained in the different records, the behavior of the several protection functions and the importance of each one were highlighted in order to ensure a robust, reliable and fast protection.

II. Power Transformer Differential Protection Elements

The traditional phase differential protection is commonly applied in power transformers with rated above 10 MVA [4]. However, it has been used in association with some additional protections addressed in this section.

A. Traditional Phase Differential Protection

The traditional phase differential protection scheme is based on the comparison between an operating current (I_{op}) an restraining current (I_{res}) in a differential characteristic curve (Fig. 1). The former is usually computed as follows [8]:

$$I_{op} = |\widehat{I}_H + \widehat{I}_X|, \tag{1}$$

whereas I_{res} can be computed as follows [8]:

$$I_{res} = k(|\widehat{I}_H| + |\widehat{I}_X|), \tag{2}$$

where $\widehat{I}_H$ and $\widehat{I}_X$ correspond to the secondary phasor currents flowing through the CTs connected to the high and low voltage power transformer windings, respectively, and the constant k presents typical values equal to 0.5 or 1.0. Therefore, the relay operates if the operating point (I_{res}, I_{op}) is located in the operating region, as follows:

$$I_{op} > I_{puT}, \tag{3}$$

$$I_{op} > SLPI_{res}, \tag{4}$$

where I_{op} is the operating current; I_{res} is the restraining current; I_{puT} is the minimum current adjustment; and SLP is the slope of the characteristic curve of the differential relay.

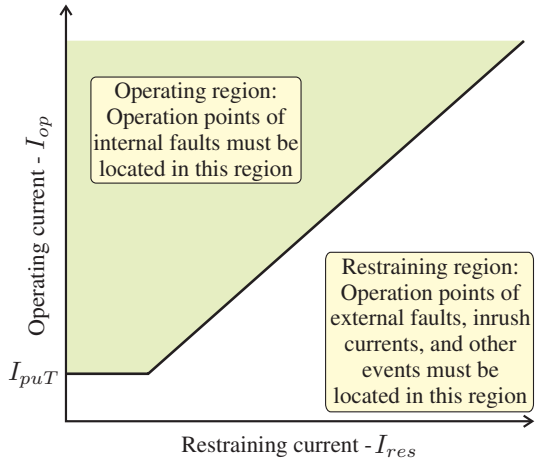


Fig. 1. Characteristic curve in a power transformer differential protection scheme.

B. Harmonic Blocking Differential Element

According to [9], the implementation of a harmonic blocking differential element takes into account a logic which blocks the differential relay when the ratio between a specific harmonic content and the fundamental component of the differential current reaches a pre-adjusted threshold. In this method, the differential element incorporates the concept of the traditional phase function defined in (3) and (4) and uses the magnitude of the harmonic components of 2nd and 4th order of the differential current in order to prevent the relay misoperation during inrush conditions and external faults with CT saturation. Therefore, if (3) and (4) are true, the relay will trip if (5) and (6) are also true, as follows:

$$K_2 I_2 < I_{op}, \tag{5}$$

$$K_4 I_4 < I_{op}, \tag{6}$$

$$K_N = \frac{100}{PCT_N}, \tag{7}$$

where I_2 and I_4 correspond to the magnitudes of the harmonic components of 2nd and 4th order of the differential current, respectively; k_2 and K_4 are constants; K_N is the constant associated to the magnitude of the nth order harmonic; and PCT_N is the percentage adjustment for the nth harmonic. When (5) or (6) are not met, it is expected that the harmonic content of the differential current is high enough, which blocks the relay operation.

The differential element also uses the magnitude of the fifth harmonic component of the differential current in order to block relay operation in power transformer overexcitation conditions. Therefore, the differential element is blocked when:

$$K_5 I_5 > I_{op}, \tag{8}$$

where I_5 is the magnitude of the harmonic component of 5th order of the differential current and K_5 is a constant.

C. Harmonic Restraint Differential Element

According to [9], the harmonic restraint differential element incorporates the concept of the traditional phase function and uses the harmonic components of 2nd and 4th order of the differential current to supply an additional restraint to the differential element, so as not to operate during inrush conditions and external faults with CT saturation, without sacrifice its reliability for internal faults with CT saturation. The harmonic restraint differential element operates if (3) and the following condition are met:

$$I_{op} > SLPI_{comp}, \tag{9}$$

in which I_{comp} is computed as follows:

$$I_{comp} > I_{res} + \frac{1}{SLP}(K_2 I_2 + K_4 I_4). \tag{10}$$

D. Negative-Sequence Differential Element

The operating principle of the negative-sequence current differential element (87Q) is similar to the traditional phase differential element. The operating (I_{opQ}) and the restraining (I_{resQ}) negative-sequence differential currents are computed from the negative-sequence phasor currents ($\widehat{I}_{HQ}$ and $\widehat{I}_{XQ}$) flowing by the CTs, as follows [9]:

$$I_{opQ} = |\widehat{I}_{HQ} + \widehat{I}_{XQ}|, \tag{11}$$

$$I_{resQ} = |\widehat{I}_{HQ}| + |\widehat{I}_{XQ}|. \tag{12}$$

The output of the 87Q element is activated if the differential element of common harmonic blocking is not enabled and if the following two conditions are met:

$$I_{opQ} > I_{puQ}, \tag{13}$$

$$I_{opQ} > SLP2I_{resQ}, \tag{14}$$

where I_{puQ} and $SLP2$ correspond, respectively, to the minimum setting for the operation and the slope value for the characteristic curve of the negative-sequence current differential element.

III. Evaluation of Power Transformer Disturbances

In this paper, the performance of the harmonic blocking, harmonic restraint, and negative-sequence current differential elements was assessed for different disturbances related to the transformer of the power system detailed in [10]. The

DOI: 10.48011/sbse.v1i1.2212

A Performance Analysis of Transmission Line Differential Protection

Igor F. Prado [*] **Rodrigo P. Medeiros** [**] **Flávio B. Costa** [***] **Kleber M. Silva**[****]

[*] *Department of Exact and Technological Sciences, State University of Santa Cruz, BA, Brazil (e-mail: ifprado@uesc.br).*
[**] *Multidisciplinary Center of Caraúbas, Federal Rural University of the Semi-Arid, RN, Brazil (e-mail: rodrigo.prado@ufersa.edu.br)*
[***] *School of Science and Tecnology, Federal University of Rio Grande do Norte, RN, Brazil (e-mail:flaviocosta@ect.ufrn.br)*
[****] *University of Brasília, DF, Brazil (e-mail: klebermelo@unb.br)*

Abstract: This work accomplishes a comparative analysis between two methodologies of transmission line protections available in commercial relays: percentage and alpha-plane differential protections. In order to verify the operation limits of these protections, several internal and external faults were simulated considering variations of the electrical parameters of fault types, system loading, fault impedance and CT saturation on transmission lines. The fault detection time is strongly influenced by the fault impedance variation, the greater the fault resistance, the longer the time for its detection. Comparing the overall performance of the protections, the alpha plane method showed more accurate and faster responses, since the sequence units are not influenced by the fault impedance.

Keywords: Transmission Line Protection, Percentage Differential Protection, Alpha-Plane Differential Protection.

1. INTRODUCTION

An electric power system is characterized by three major subsystems: generation, transmission and distribution. Transmission lines are important components of the power system since they connect the generation system to the distribution system.

According to brazilian National Electric System Operator (2019), 70% of power system faults occurs on transmission lines due to their length, which makes them more susceptible to weather conditions and vandalism. Therefore, the protection of transmission lines is of utmost importance, since it prevents the spread of the fault to the electrical system by isolating the smallest region with the shortest possible time, as well as reduces equipment damage and ensures system stability, taking into account the fault currents can be several times greater than the steady-state currents and may cause thermal and electrical damage to the equipment. In this way, a fast and reliable transmission line protection operation is required in order to prevent the emergence of faults, which would yield economic losses and major power delivery outages. (Paithankar and Bhide, 2011)

The differential protection is an unitary protection, i.e., it protects the whole line, but it does not protect adjacent equipment. This protection presents several advantages over the distance protection, such as better performance in transmission lines with series compensation and no dependence of the voltage measurement in most applications (Roberts et al., 2001). However, this technique demands a more complex communication system, which increases the implementation costs. (Ziegler, 2012)

With the advent of new digital signal processing techniques and robust communication systems, the differential protection has become a promising alternative for the transmission line protection. Among the differential protection schemes applied in transmission lines, the most traditional is the percentage differential, based on the implementation of electromagnetic relays (Kasztenny et al., 2014). However, the alpha-plane differential protection, which takes into account the ratio between the current phasors that enter and leave a transmission line by using a complex plane, has been commercially applied in the last years (SEL, 2011). This technique was designed to present a more reliable operation when compared to the percentage one, since it provides information about the module and the phase of the local and remote currents.

This paper accomplishes a performance analysis between the transmission line differential protection schemes: percentage and alpha-plane. For this purpose, challenging cases of faults in transmission lines are simulated by varying the type of fault, system loading, fault resistance, and current transformer (CT) saturation. The main objective of this study is to compare the two methods and to verify the behavior in critical situations and operations. The performance of the alpha-plane protection method was slightly higher than the percentage differential protection mainly due to the sequence units.

2. THE TRANSMISSION LINE DIFFERENTIAL PROTECTION PHILOSOPHY

The transmission line differential protection (87L) presents a high degree of selectivity, being capable to ensure the operation in all the extension of the transmission line. The differential protection is based on the comparison of the currents that flow through the terminals of the protected element, providing reliable discrimination between internal and external faults. The protection zone is delimited by the connection of the CTs. During an internal fault condition, for instance, the differential relay sends the trip command for circuit breakers in order to isolate the equipment from the electrical system.

In transmission lines, CTs are usually too far apart. Therefore, a communication system with data synchronization is required to ensure the differential protection operates correctly with the current samples in a same time basis. The synchronization can be performed by means of a communication channel as described in Mills (1991), or by means of the use of external time references, such as the Global Positioning System (GPS) Hall et al. (2003). In this work, phase (87LA, 87LB and 87LC), negative sequence (87LQ) and zero sequence (87LN) units were implemented.

Fig. 1 depicts all the executed steps by the differential protection scheme, per sampling k. From the acquisition of the signal, performed by the CTs, until the tripping command, the following subroutines are executed: the preprocessing step, which consists in performing the digital acquisition of the CT currents using anti-aliasing filters and analog-to-digital converters, as described in Tavares and Silva (2014); the current phasor estimation, used to extract the module and angle of the fundamental component of local and remote currents; and the differential analysis, that implements logics of the percentage- and alpha-plane differential protections.

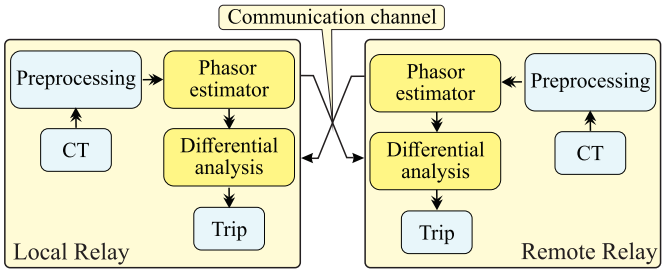


Figure 1. The differential relay block diagram.

2.1 Percentage Differential Protection Algorithm

Fig. 2 depicts the traditional configuration of a percentage differential protection scheme, composed by two CTs, two restriction coils (RC) and one operating coil (OC). Besides the traditional operating coil, the restriction coil has been incorporated into the relay, which has the main function of reinforcing the actuation torque of the relay when an internal fault occurs and weakens it for external faults. (Molas et al., 2012)

According to Fig. 2, CTs have inverted polarities with each other, providing the following analysis based on Kirchhoff current law in the equivalent circuit, in nominal loading or external fault situations, the current phasors ($\hat{I}_L$) and

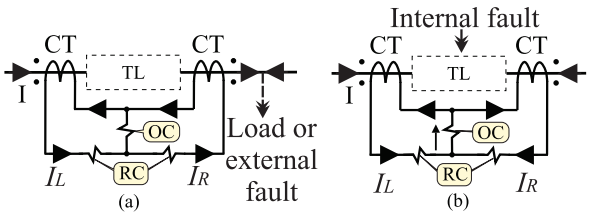


Figure 2. Differential relay: (a) External fault; (b) Internal fault.

($\hat{I}_R$) present the same magnitude and opposite directions, and no current flows in the operating coil, desensitizing the protection (Fig. 2(a)). However, if a fault occurs inside of the protection zone, there is a resulting current flux in the operative coil, which enables the protection operation. The operation and restriction currents (I_{op} and I_{res}) are given by Ziegler (2012):

$$I_{op} = |\hat{I}_L + \hat{I}_R|, \tag{1}$$

$$I_{res} = \frac{|\hat{I}_L - \hat{I}_R|}{2}, \tag{2}$$

where $\hat{I}_L$ and $\hat{I}_R$ are the local and remote terminal currents, respectively. The protection operates when:

$$I_{op} > SLP * I_{res} + k_0, \tag{3}$$

where SLP defines the inclination of the differential characteristic curve; k_0 corresponds to a preset threshold (pickup current). In this application, k_0 is computed taking into account the capacitive current, that arises as a spurious differential current.

The differential characteristic curve is obtained from the solution of (3), with the definitions of the operating and restriction zones (Fig. 3).

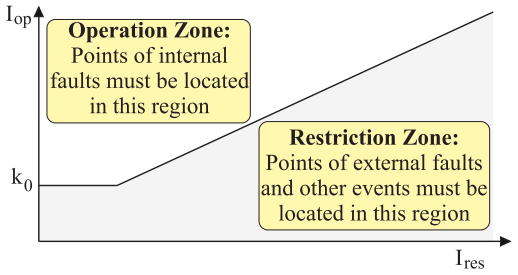


Figure 3. Characteristic curve of the percentage differential protection.Medeiros et al. (2016)

2.2 Alpha-Plane Differential Protection Algorithm

The alpha-plane differential protection is based on the comparison of the ratio between $\hat{I}_L$ and $\hat{I}_R$. Traditionally, the algorithm is defined by a quantity , which is expressed by the ratio between the currents of the local and remote terminals, as follows:

$$\hat{K} = \hat{I}_R / \hat{I}_L. \tag{4}$$

Fig. 4 depicts the alpha-plane differential characteristic, which consists in a circular region centered in the origin

A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections

Igor Ferreira do Prado
State University of Santa Cruz
Ilhéus, BA, Brazil
Email:ifprado@uesc.br

Rodrigo Prado de Medeiros
Federal Rural University of the Semi-Arid
Caraúbas, RN, Brazil
Email:rodrigo.prado@ufersa.edu.br

Flávio Bezerra Costa
Federal University of Rio Grande do Norte
Natal, RN, Brazil
Email:flaviocosta@ect.ufrn.br

Kleber Melo e Silva
University of Brasília
Brasília, DF, Brazil
Email:klebermelo@unb.br

***Abstract*—This work accomplishes a comparative analysis between two transmission line differential protection methodologies available in commercial relays: percentage and alpha-plane differential protections. In order to verify the operation limits of the protections, several internal and external faults were simulated considering variations of the fault location, fault inception angle, fault impedance, and TC saturation. The alpha-plane method presented was the most accurate and fastest since the sequence units were not influenced by the fault impedance.**

***Index Terms*—Transmission Line Protection, Percentage Differential Protection, Alpha-Plane Differential Protection.**

I. Introduction

Transmission lines are important components of the power system since they connect the generation system to the distribution system. Therefore, the power system reliability is closely dependent of the transmission system. However, 70% of power system failures occurs on transmission lines [1] due to their length, which makes them more susceptible to weather conditions and vandalism. Therefore, a fast and reliable transmission line protection operation is required in order to prevent the emergence of faults, along all the power system, which would yield economic losses and major power delivery outages. [2].

The differential protection is a unitary protection, i.e., it protects the whole line, but it does not protect adjacent equipment or transmission lines. This protection presents several advantages over the distance protection, such as a better performance in transmission lines with serie compensation and no dependence of the voltage measurement in the most applications [3]. However, this technique demands a more complex communication system, which increases the implementation costs [4].

With the advent of new digital signal processing techniques and robust communication systems, the differential protection has become a promising alternative for the transmission line protection. Among the differential protection schemes applied in transmission lines, the most traditional one is the differential percentage [5]. However, the alpha-plane differential protection, which consists in a geometrical representation of the ratio of the current phasors that enter and leave a transmission line in a complex plane, has been commercially applied in the last years [6]. This technique was designed to present a more reliable operation when compared to the percentage one, since it provides, by means of a complex plan, information about the module and the phase of the local and remote currents.

This paper accomplishes a performance analysis between the transmission line percentage differential protection and alpha-plane differential protection, considering different challenging cases with variations of the fault type, fault location, fault inception angle, system loading, and fault impedance, in the presence and absence of current transformer (CT) saturation for internal and external faults. The performance of the alpha-plane protection method was slightly higher than the percentage differential protection.

II. Transmission Line Differential Protection

The differential protection is based on the comparison of currents that flow to/from terminals of the protected element, providing reliable discrimination between internal and external faults. The limits of protection are defined by the connection of current transformers (CTs). In an internal fault condition, for instance, the differential relay sends the trip command for circuit breakers in order to isolate the equipment from the electrical system. The selectivity of this kind of protection is high, and internal faults can be well distinguished from external faults (faults outside the protection zone limits).

In transmission lines, CTs are usually too far apart. Therefore, a communication system with data synchronization is required to ensure the differential protection operates correctly with the current samples is a same time basis. The synchronization can be done by a communication channel as described in [7], or by the use of external time references, such as the Global Positioning System (GPS) [8]. In this work, phase (87LA, 87LB and 87LC), negative sequence (87LQ) and zero sequence (87LN) units were implemented.

Fig. 1 depicts all steps executed by the differential protection scheme, per sampling k. From the acquisition of the

signal, performed by the CTs, until the tripping command, the following subroutines are executed: the preprocessing step, which consists in performing the digital acquisition of the CT currents using anti-aliasing filters and analog-to-digital converters, as described in [9]; the current phasor estimation, used to extract the module and angle of the fundamental component of local and remote currents; and the differential analysis, that implements logics of the percentage- and alpha-plane differential protections.

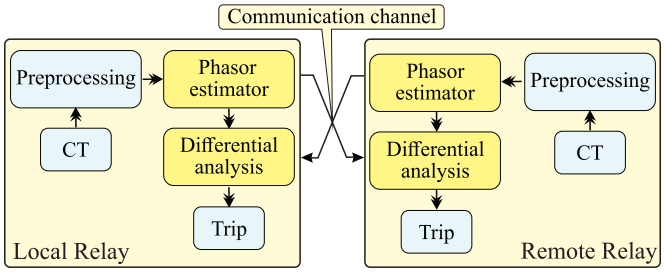


Figure 1. The differential relay block diagram.

A. Percentage Differential Protection Algorithm

Fig. 2 depicts the traditional configuration of a percentage differential protection circuit, composed by two CTs, two restriction coils (RC) and one operating coil (OC). In addition to the traditional operating coil, the restriction coil has been incorporated into the relay, which has the main function of reinforcing the actuation torque of the relay when an internal fault occurs and weakens it for external faults [10].

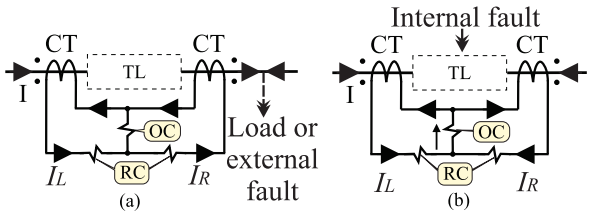


Figure 2. (a) Differential relay: (a) External fault; (b) Internal fault.

According to Fig. 2, in nominal loading or external fault situations, the current phasors ($\hat{I}_L$) and ($\hat{I}_R$) present the same magnitude and opposite directions, therefore no current flows in the operative coil, desensitizing the protection. Otherwise, for a fault occurring inside of the protection zone, there is a resulting current flux in the operative coil, which enables the protection operation. The operation and restriction currents (I_{op} and I_{res}) are given by [4]:

$$I_{op} = |\hat{I}_L + \hat{I}_R|, \tag{1}$$

$$I_{res} = \frac{|\hat{I}_L - \hat{I}_R|}{2}, \tag{2}$$

where $\hat{I}_L$ and $\hat{I}_R$ are currents at local and remote terminals, respectively. The protection operates when:

$$\begin{cases} I_{op} > SLP * I_{res}, \\ I_{op} > k_0, \end{cases} \tag{3}$$

where *SLP* defines the inclination of the differential characteristic curve; k_0 corresponds to a preset threshold (pickup current). In this application, k_0 is computed taking into account the capacitive current, that arises as a spurious differential current.

The differential characteristic curve is obtained from the solution of (3), with the definitions of the operating and restriction zones (Fig. 3).

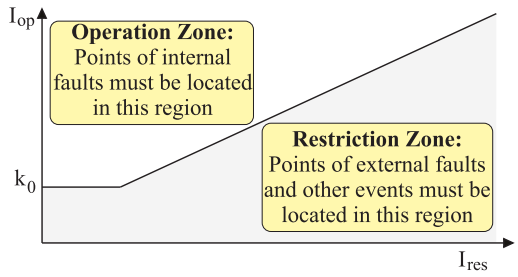


Figure 3. Characteristic percentage differential protection. [11]

B. Alpha-Plane Differential Protection Algorithm

The alpha-plane differential protection is based on the comparison of the ratio between the local relay current ($\hat{I}_L$) and the remote relay current ($\hat{I}_R$). Theses currents are usually obtained by the sum of the current phasor from all network elements (e.g. transmission lines, transformers) connected to the respective local and remote busbars wherein the protection act [12], [13]. Traditionally, is defined by the direct ratio of currents between the terminals, as follows

$$\hat{K} = \hat{I}_L / \hat{I}_R. \tag{4}$$

Fig. 4 depicts the alpha-plane differential characteristic, which consists in a circular region centered in the origin of the complex plane and delimits the border between the operation and restriction zones. When the value $\hat{K}$ exceeds the limits of the restriction zone and achieves the operation zone, a internal fault is detected.

According to Fig. 2, during an external fault or during nominal loading, $\hat{I}_L$ is approximately equal to $\hat{I}_R$, and due to the disposition of the CTs, they have opposite directions, therefore in this condition the point $\hat{K}$ in (4), in the complex plane, will be near to point (-1,0). The restriction area is characterized by the hatched area in Fig. 4. It is designed to accommodate the quotient $\hat{K}$ during normal operating conditions and external faults. During an internal fault condition, the value of $\hat{K}$ becomes positive for conventional faults in the protected zone, or negative, within circumference $R_2 = 1/R_1$, for outfeed faults The region called *"rainbow"* was choosed in this paper [3]. The operation and restriction zones were defined according

A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers

Lucas D. Simões, Adinara L. R. de Oliveira, Flavio Bezerra Costa
School of Science and Technology
Federal University of Rio Grande do Norte
Natal, RN, Brazil
Emails: lucassimoesee@gmail.com, adinara_larissa@hotmail.com, flaviocosta@ect.ufrn.br

Rodrigo Prado de Medeiros
Multidisciplinary Center of Caraúbas
Federal Rural University of the Semi-Arid
Caraúbas, RN, Brazil
Email: rodrigo.prado@ufersa.edu.br

***Abstract*—Currently, several techniques based in digital signal processing and artificial intelligence tools have been applied in power transformer protection in order to detect and discriminate internal faults from external faults. This paper presents the application of two machine learning algorithms, the support-vector machine and random forest, in order to distinguish between internal and external faults. A performance comparison between the both techniques regarding the success rate in discriminating the events is accomplished. The results reveal the feasibility regarding the application of these techniques in association to the power transformer protection schemes.**

***Keywords* – machine learning, power transformers, random forest, support-vector machines, wavelet transform**

I. Introduction

Power transformers are expensive components in electrical power systems and of high strategic importance [1], interconnecting the generation system to the transmission and distribution systems and ensuring the system operation in appropriated voltage levels. These components are subject to failures, of which 70-80% of faults result from turn-to-turn or internal faults, and 10% of faults in power systems take place on power transformers. [2] In addition, the maintaining of a faulted transformer demands an expensive financial cost due to its high commercial cost and the imposition of fines due to power outages [3]. Therefore, it is of utmost importance the protection and monitoring of these equipments, providing a fast and accurate disturbance detection and maintaining the security and reliability of the system.

The percentage differential protection has been the main protection for transformers with rated power above 10 MVA [4], providing a reliable discrimination between internal and external faults. However, this protection may fail in the presence of CT saturation and inrush currents during transformer energization [5], causing an incorrect relay operation.

In order to overcome this limitation, many modern percentage transformer differential relays have incorporated additional harmonic restraint and harmonic blocking methods [6]. However, these methods can fail for some inrush situations in which the second harmonic content of the differential currents may fall below 15% [7]. In addition, the conventional harmonic restraint and blocking methods present an inherently delay due to convergence of phasor estimation in pre- and post-fault regimes [8].

Recently, several techniques based on artificial intelligence and some digital signal processing tools have been developed to discriminate efficiently internal faults from other events in power transformer operation [8]–[17]. Among these techniques, some of them have presented promising results in power transformer fault detection and discrimination, especially those implementing wavelet transform and machine learning algorithms [8], [13]–[17]. For instance, a power transformer differential protection algorithm based on the boundary wavelet coefficient energy of the differential currents was proposed in [8]. In [13] a multilayer perceptron neural network was implemented in order to discriminate between internal faults, external faults and transformer energizations. In [14], a support-vector machine-based method for discriminating between internal faults and other disturbances was proposed with good results obtained even during CT saturation. Further, a random forest algorithm with the purpose of discriminating internal faults from other disturbances was implemented, and good results regarding the events classification were achieved [15]. All these techniques are able to provide a possible way for making power transformer protection schemes more reliable and faster.

This paper proposes the application of two machine learning (ML) algorithms, the support-vector machine (SVM) and random forest (RF), which were implemented to appropriately discriminate internal faults from external faults to the transformer protection zone. Further on, a comparison between the two techniques is carried out in order to evaluate which one performs better regarding the discrimination of these events. The input signals for the ML algorithms are the differential wavelet coefficient energies, which were computed by means of the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT), according to [17]. For training and validating the models, several internal and external faults were simulated with variations of fault inception angle, fault resistance, and fault type.

Both ML-algorithms presented very significant success rates

regarding the discrimination between internal and external faults. The presented technique can be implemented for real-time applications and is capable of operating in conjunction with traditional power transformer differential protection algorithms.

II. Machine Learning Algorithms

Machine learning is an important concept of the artificial intelligence area. According to [18], this concept is based on the idea that systems can learn from data, recognize patterns and make decisions with minimal human intervention. Tipically, the machine learning philosophy can be divided into two important categories: the supervised learning and unsupervised learning. With regard to a supervised learning model, the purpose is to classify unknown data from a database subdivided into groups according to their similarities. From the characteristics of each group, it is possible to infer a value judgment to the unknown data by comparing it with the existing groups and classifying it in one of these groups [18]. This paper used two supervised ML algorithms: the support-vector machine (SVM) and the random-forest (RF).

A. Support Vector Machine

The SVM is a supervised learning tool applied in both classification and data regression. The purpose of the classification is to partition two classes through an optimal separation hyperplane, making it possible to obtain the support vectors, which will produce a maximum margin capable of separating these classes. The support vectors delimit the positive and negative hyperplane sides, allowing the classification of data as belonging to one of these classes [19].

The classification proceeds from a set of training samples $\{(x_i,d_i)\}$, where x_i is the input pattern for the *i*-th term. This data set is linearly separable if it is possible to separate the samples into two classes, delimited by the positive and negative hyperplanes. The support vectors are the points closest to the optimal hyperplane and, through them, it is possible to generate a maximized separation margin, represented by ρ. Fig 1 depicts an optimal hyperplane.

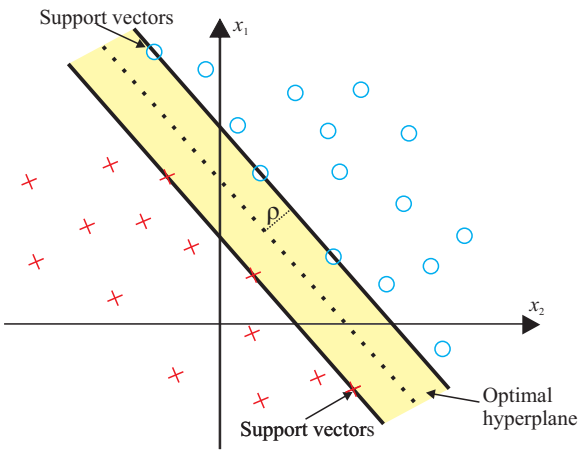


Figure 1. Illustration of an optimal hyperplane

The representation of the optimal hyperplane is defined as follows:

$$\mathbf{w}^T\mathbf{x} + b = 0, \tag{1}$$

where **w** is an adjustable weight vector; **x** is a vector containing the input data; and b is a bias. The solution of (1) is greater than or equal to zero for d_i = 1 and less than or equal to zero for d_i = -1.

The desired vector length is computed from the optimal values of the weight vector w_0 and bias b_0, and taking into account the existing multiplanes. Applying this analysis in (1) and computing the distance between the planes formed by the support vectors, the desired algebraic distance (r) is defined as follows:

$$r = \frac{2}{\|\mathbf{w}\|}. \tag{2}$$

B. Random Forest

Random Forest is an ensemble ML method which uses several typically weak predictive models, such as decision trees, in order to build more robust and stronger models. This is usually achieved by injecting randomness and diversity into the learning algorithm. Therefore, RF is a technique based on many random-generated decision trees.

In this method, randomness can be injected by means of one random vector θ_k, which is generated for the kth tree, independently from the previous θ_1,...,θ_{k-1} random vectors. According to [20], the parameters of the random vector define the behaviour of the decision trees, such as split nodes (j) thresholds and random feature selection from the input training data vector **x**. Furthermore, randomness is also carried into the algorithm by means of randomized subset sampling from the input **x**, thus growing each tree with a randomly different training subset. This strategy is commonly known as bootstrap-aggregating (bagging). These trees grown with different subsets of randomly selected samples and features differ from each other, allowing an improved generalization capability.

After growing, each tree is a classifier represented by $h(\mathbf{v}, \theta_k)$, which votes in a determined class for a given input vector **v**. The class with majority of votes is the winner, becoming the model output [21]. An example of one of these trees is depicted in Fig. 2, as well as the split nodes j, a given testing or validating input vector **v** and the selection for a class in each of the tree's nodes, represented by the coloured squares.

III. Proposed Method

Fig. 3 depicts the block diagram of the proposed ML-based transformer fault identifier, which is executed every sampling time k. The ML-based scheme uses the operating and restraining wavelet coefficient energy signals, as described in [17], as inputs for properly discrimination between internal and external faults. The functions of each block in this diagram are addressed in the remainder of this section.

Performance Assessment of a Wavelet-Based Differential Protection scheme in the Inter-Turn Fault Detection in a Transformer

Rodrigo P. Medeiros *, Matheus N. O. Aires †, Rafael L. S. França †, Flavio. B. Costa †
Federal Rural University of the Semi-Arid*
Federal University of Rio Grande do Norte†
Email: rodrigo.prado@ufersa.edu.br*, [matheus2726, rafaellucas03]@gmail.com†, flaviocosta@ect.ufrn.br†

***Abstract*—Faults inside of the power transformer protection zone are commonly detected by the traditional phase and negative sequence differential elements. However, the detection of turn-to-turn and turn-to-earth faults is still a challenge for the traditional phase differential element, especially when the transformer operates with maximum load. Furthermore, the conventional algorithm usually is only able to detect turn-to-turn and turn-to-earth faults at a severe stage, when it involves a larger percentage of winding turns or phase-to-earth fault condition. This paper presents a comparison between the performances of existing conventional and wavelet-based differential protections regarding the detection of turn-to-turn and turn-to-earth faults in a power transformer under different loading scenarios. The wavelet units were more sensitive, faster, and less affected by the load variations, being a promising alternative for detecting transformer failures and preventing the fault evolution to more severe stages.**

***Keywords*—Power transformer protection, turn-to-turn faults, turn-to-earth faults, wavelet transform.**

I. Introduction

The power transformer differential protection is a widely used protection for detecting faults inside of the transformer protection zone (internal faults), ensuring stability during inrush and CT saturation conditions. Regarding the internal faults, about 70% of these failures are due to transformer inter-turn short-circuits [1]. According to [2], an inter-turn fault is a failure that initiates with one or two turns and gradually increases its severity. Therefore, it is utmost important detecting these faults in an incipient stage in order to avoid further catastrophic failures.

The traditional phase (87T), negative sequence (87Q), harmonic blocking and harmonic restraint differential elements are well-known functions of the transformer differential protection, and have been widely employed in commercial relays [3], [4]. According to [4], the detection of turn-to-turn and turn-to-earth faults is still a challenge for the traditional phase differential element since the transformer load current can be confused with the fault current. If the transformer is operating under light load, the sensitivities of both the phase and negative-sequence differential elements are practically equal. However, the sensitivity of the phase unit decreases significantly as the load of the transformer increases, whereas the sensitivity of the negative-sequence unit remains substantially unchanged. However, despite the good sensitivity of the negative-sequence element for detecting turn-to-turn and turn-to-earth faults, the conventional algorithm usually is only able to detect inter-turn faults at a severe stage, when it involves a larger percentage of winding turns or phase-to-earth fault condition [5].

Besides the conventional differential protection, several techniques have been used in the literature in order to detect inter-turn transformer faults [6], [7], [8], [9], [10]. For instance, in [7], [8], [6], the finite element model based approach is suggested in order to characterize the transient behaviour of transformers when their windings are under short-circuit conditions. However, although they are based on the transformer's electromagnetic behavior in transient situations, these methods work off-line and require accurate data. Furthermore, these techniques did not assess the effect of the transformer load variation in the performance of turn-to-turn and turn-to-earth fault detection.

The wavelet transform has also been used to assist power transformer differential protection and detect turn-to-turn and turn-to-earth faults [11], [12], [13], [14], [15], [16]. In [14], the 87T and 87Q differential functions were recreated by using the differential wavelet coefficient energy with border distortions of the currents by means of the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT). The combination of phase (87TW) and negative-sequence (87QW) wavelet differential units provided a better performance than the conventional technique, even in critical

978-1-7281-8791-4/20/$31.00 © 2020 IEEE

faults (faults difficult to be detected), such as turn-to-turn and turn-to-earth faults along the transformer winding. In addition, the method presented an average operating time in the order of microseconds at a sampling rate of 15.36 kHz. However, the wavelet-based differential protection was susceptible to current transformer (CT) saturation during external faults. In [15], the differential protection presented in [14] was updated in order to detect CT saturation and do not trip in external faults with CT saturation. However, [14] and [15] did not provide solutions for the detection of internal faults during inrush conditions, which is also a great concern in the transformer differential protection. This issue was properly addressed in [16]. Nevertheless, [14]-[16] did not consider the effect of load variation on the performance of 87TW and 87QW units in the turn-to-turn and turn-to-earth fault detection, which is still a challenge for conventional 87T and 87Q units [17].

Based on [14], [15], [16], this paper presents an extensively comparison between the performance of the 87TW and 87QW units and their respective conventional functions, 87T and 87Q, regarding the detection of several turn-to-turn and turn-to-earth faults on the wye and delta windings for different power transformer loading scenarios. Therefore, the operation limits of the wavelet and conventional differential protection units are tested for challenge scenarios of turn-to-turn and turn-to-earth faults with distinct transformer loading variation. Unlike the 87T and 87Q units, the wavelet differential units were almost not affected by the transformer load variation, presenting success rates above 99% for all cases. Furthermore, the 87TW and 87QW units detected all internal faults with a maximum time delay of 6.2 ms, being faster than the respective conventional units. Therefore, wavelet differential units are a promising alternative for detecting turn-to-turn and turn-to-earth faults in transformers with a minimum time delay, avoiding fault evolution to severe stages and ensuring the integrity of the protected equipment.

II. The Wavelet-Based Differential Protection

Fig. 1 depicts the existing wavelet-based transformer differential protection flowchart which is executed at each sampling time. It is composed by: basic and wavelet pre-processing (blocks 1 and 2); the phase and magnitude adjustments (block 3); the computation of the differential wavelet coefficients and the differential boundary wavelet coefficient energy (blocks 4 and 5); the 87TW and 87QW wavelet differential protection units (block 6).

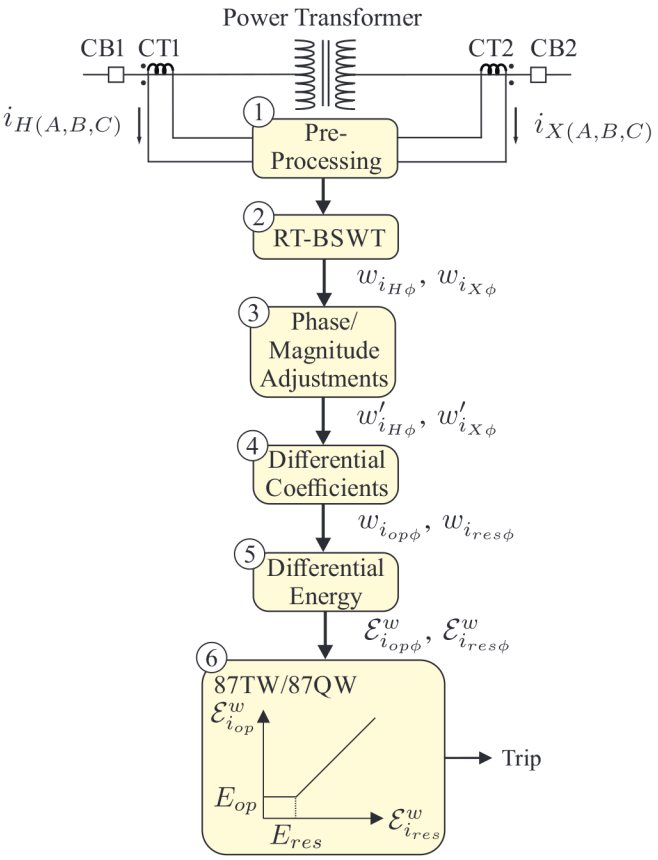


Figure 1: The existing wavelet-based transformer differential protection.

The wavelet-based differential protection uses the operating and restraining wavelet coefficient energy to be evaluated in a similar way to traditional transformer differential protection schemes. Therefore, the 87T and 87Q traditional units are termed in the wavelet domain as 87TW and 87QW, respectively.

A. Pre-processing (Block 1)

The relay pre-processing step performs the digital acquisition of the CT currents ($i_{H(A,B,C)}$ and $i_{X(A,B,C)}$), and discretizes them to be processed by the wavelet-based protection relay [16]. The sub-indices H and X refer to the primary and secondary transformer windings, respectively, whereas A, B, and C refer to phases A, B, and C, respectively.

B. RT-BSWT (Block 2)

The boundary wavelet coefficients of the currents, in the real-time, are computed as follows [18]:

$$w(l,k) = \frac{1}{\sqrt{2}} \sum_{n=0}^{L-1} h_\psi(n) \overset{\circ}{i}(k - L + n + 1 + l), \qquad (1)$$

where $k \geq \Delta k - 1$ is always the current sampling; $0 \leq l < L$ is the border index; h_ψ is the high-pass

A Power Transformer Event Classification Technique Based on Support Vector Machine

Lucas D. Simões*, Bruna L. Souza *, Hagi J. D. Costa *, Rodrigo P. de Medeiros †,
Orivaldo V. S. Júnior *, Flavio B. Costa *
Federal University of Rio Grande do Norte 1*
Federal Rural University of the Semi Arid†
Email: [lucassimoesee, hagijakobson, orivaldo]@gmail.com *
brunaliberato@ufrn.edu.br *, rodrigo.prado@ufersa.edu.br †,
flaviocosta@ect.ufrn.br *

***Abstract*—Currently, different artificial intelligence techniques have been applied in power transformer protection purposes to discriminate internal faults from inrush currents and other disturbances. This paper proposes the application of a support vector machine (SVM) algorithm, for distinguishing among internal faults, external faults, and transformer energizations in a power transformer. The event classifier is enabled through a disturbance detector, hence receiving as input features the first post-fault boundary wavelet differential energies, which are processed by the classifier during the training and set stages. Simulations of a 100 MVA rated power transformer using the Alternative Transients Program (ATP) were carried out. Hence considering a wide variety of the fault parameters, a performance analysis of the SVM classifier regarding the overall accuracy and the time of operation in discriminating the events was accomplished, and promising results were achieved.**

***Keywords*—machine learning, support vector machines, power transformers, differential protection, wavelet transform**

I. Introduction

Power transformers are one of the most fundamental components in power systems [1], inter-connecting the generation to transmission and distribution systems, as well as ensuring the system operates at proper voltage levels. About 10% of the total of faults in electrical power systems take place on power transformers. Among them, 70-80% result from turn-to-turn faults [2]. The transformer failure occurrence associated with relay misoperations might result in high repair cost as well as fines due to power outages [3]. Therefore, an efficient protection and monitoring system of this equipment is required, providing a fast detection, diagnosis, and isolation of failures to maintain the reliability and security of the system.

978-1-7281-8791-4/20/$31.00 © 2020 IEEE

Percentage differential protection has been widely used in power transformers with rated power above 10 MVA [4]. Furthermore, many modern percentage transformer differential relays have incorporated methods using the harmonic content of the differential currents (harmonic restraint and harmonic blocking methods) in order to discriminate appropriately magnetizing inrush currents of internal faults [5]. However, these methods might fail for inrush situations in which the second harmonic content of the differential currents fall below 15% [6]. Besides that, the harmonic restraint and harmonic blocking functions present an inherent delay in detecting internal faults due to the time required for phasor estimation between pre- and post-fault regimes [7].

In recent years, several techniques based on artificial intelligence and digital signal processing have been developed to discriminate efficiently internal faults from other events in power transformers [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14]. Many of these methods have presented promising results on fault detection and discrimination, notably those employing the wavelet transform and/or machine learning (ML) algorithms [11], [12], [9], [10], [8], [13], [14]. For instance, in [7], the application of the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT) in a power transformer differential protection scheme provided a real-time disturbance detection in power transformers faster and more efficient than the conventional ones. A technique based on the combination of artificial neural networks and wavelet transform was used in [8], and good rates in discriminating external faults and transformer energizations were achieved. A support-vector machine (SVM) based protection scheme was presented in [9] , which provided effective discrimination between internal faults and other events, such as transformer energizations and overexcitation conditions. The ran-

dom forest technique was used in [10] to discriminate a wide variety of events in power transformers, with an overall accuracy of approximately 98%. Lastly, [13] and [14] applied deep learning techniques for power transformers differential protection, with [14] regarding a composite architecture based on convolutional neural networks and a light-gated recurrent unit, and [13] an accelerated convolutional neural network, with the two presenting high accuracy and reliability. All these techniques provided a possible way of making power transformer protection schemes more reliable and faster.

This paper proposes the application of the SVM, a machine learning (ML) algorithm, for discriminating appropriately internal faults, external faults, and transformer energizations. The features used as inputs for the SVM are the boundary differential wavelet coefficient energies, which were computed through the real-time boundary stationary wavelet transform (RT-BSWT), according to [12]. For an appropriate training and validation of the models, several cases of transformer energizations with variations of the voltage inception angle and residual flux, as well as internal and external faults, with variations of the fault inception angle, fault resistance, and fault type, were simulated using the Alternative Transients Program (ATP).

By collecting the four first post-fault samples and with proper model training, all the simulated events were correctly identified in a very fast time interval in comparison to other methods that use ML, which suggests the implementation potential of this technique in real-time applications, thus being capable of operating in conjunction with traditional power transformer differential protection algorithms.

II. Support-Vector Machine

The SVM is a supervised learning tool applied in both classification and data regression. The classification is made by the partition of data in two classes through an optimal separation hyperplane, which will make it possible to obtain the support vectors, creating a maximum margin capable of separating these classes. The support vectors delimit the positive and negative hyperplane sides so that data will be classified as belonging to one of these classes [15]. The support vectors are the points closest to the optimal hyperplane and, through them, it is possible to generate a maximized separation margin, represented by ρ. Fig 1 depicts an optimal separation hyperplane.

Once a model is trained, with defined support vectors, if given an unclassified data input $\mathbf{x}$, the decision

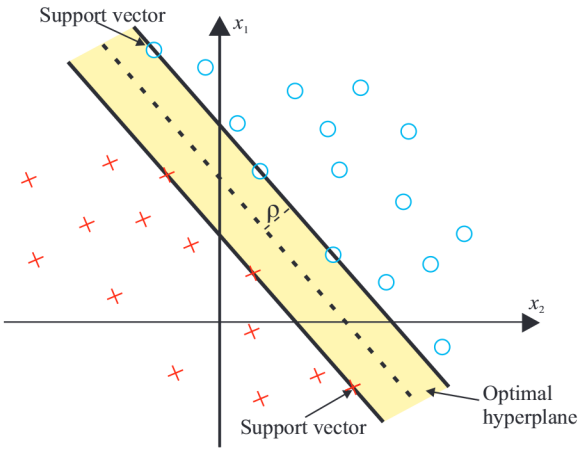


Figure 1: Illustration of an optimal hyperplane

function uses the sign of the linear classifier to determine the class of $\mathbf{x}$ (C($\mathbf{x}$)), as follows [16]:

$$C(\mathbf{x}) = \begin{cases} +1, & if\ f(\mathbf{x}) \geq 0, \\ -1, & if\ f(\mathbf{x}) < 0, \end{cases} \tag{1}$$

in which $C(\mathbf{x}) = 1$ and $C(\mathbf{x}) = -1$ correspond to a positive and a negative classes, respectively.

Data can be linearly separable, as illustrated in Fig. 1, or it can be nonlinearly separable. In the case of nonlinearly separable data classification, the data is mapped with the use of non-linear kernel functions into higher-dimensional spaces, in which the linear classification process can take place. In this case, the linear classifier can be written as,

$$f(\mathbf{x}) = \sum_{i=1}^{l} \alpha_i y_s^{(i)} K(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x}) + b, \tag{2}$$

where l is the number of support vectors, $\mathbf{x}_s^{(i)}$, $y_s^{(i)}$ and α_i are the i-th support vector, its associated label and weight, respectively, and $K(\mathbf{x}_s^{(i)}, \mathbf{x})$ is the kernel function [16], [17].

Moreover, one main disadvantage of the SVM algorithm is that it is quite sensitive to parameterization, hence finding the optimal hyperparameters is of fundamental importance. This is frequently accomplished by using a grid search, while varying the hyperparameters and checking for the overall accuracy during model training. The hyperparameters involved might vary due to kernel choice, however, in data classification SVM, the regularization parameter C is always present. For instance, if the RBF kernel is used, the hyperparameter associated with it, γ, added to the grid search.

In this paper, it was chosen the radial-basis function (RBF) kernel, since it has been referred to as the best kernel function for fault detection and classification applications [9]. Nonetheless, the SVM is essentially

A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection

Flavio Costa[1], Rodrigo Prado[2]
[1]School of Science and Technology, UFRN, [2]Electrical Engineering, UFERSA

The current transformer (CT) saturation phenomenon has been one of the main problems for the power transformer differential protection, leading to incorrect current measurements and relay misoperation. This paper proposes a fast and efficient transformer differential protection scheme with additional differential CT saturation and cross-country fault detection modules after the external fault detection, all of them based on the differential wavelet coefficient energy with border distortions in order to stabilize the relay during external faults and distinguish accurately CT saturation from cross-country internal faults. The proposed method was assessed by using representative simulations of internal faults, transformer energizations, and external faults with CT saturation followed by cross-country internal faults, and good results were achieved.

978-1-5386-7703-2/18/$31.00 ©2018 IEEE

Authorized licensed use limited to: Universidade Federal Rural do Semiarido. Downloaded on June 24,2022 at 19:37:08 UTC from IEEE Xplore. Restrictions apply.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUACAO

PROPPG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaramos que o professor(a) RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, mat.[redacted] lotado no DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS, orienta(ou) alunos de Iniciação Científica da Pesquisa "Desenvolvimento de estratégias de modulação PWM baseadas na teoria de vetores espaciais para controle da velocidade de motores de indução trifásicos", conforme quadro abaixo:

Bolsista	Modalidade	Período
IGOR LAMARK ARAÚJO FERNANDES	PIBIC (IC)	01/09/2021 at a presente
JUDSON PRAXEDES DA SILVA	PIVIC (IC)	05/09/2021 at a presente

Mossoró, 24 de Junho de 2022



.
Pró-Reitor de Pesquisa



.
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/**, informando data de emissão do documento e o código de verificação.
Código de verificação: **bc674ce3de**
Número do Documento: **288021**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIVISÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8295 – E.mail: proppg.dpi@ufersa.edu.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os fins que se fizerem necessários, que **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, portador do CPF [redacted] e matrícula SIAPE nº [redacted], atuou como COORDENADOR no projeto de pesquisa “PIG00030-2018- Detecção de danos em estruturas utilizando a transformada wavelet", no período de 03 de julho de 2018 até 03 de julho de 2020.

Mossoró/RN, 27 de junho de 2022.

[redacted]

UFERSA
Prof. Dr. Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Portaria nº 487, de 16 de agosto de 2021

Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que, O(A) PROFESSOR(A) RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, SIAPE [redacted], participou do evento de extensão RECARREGUE, com carga horária de 32 hora(s), coordenado pelo(a) Professor(a) TANIA LUNA LAURA, promovido pelo(a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS, na função de Vice-Coordenador, com 4 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 25 de Fevereiro de 2019 a 28 de Fevereiro de 2019.

Mossoró, 27 de Junho de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **637ded3fbd**
Número do Documento: **288868**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão* >> *Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que, O(A) PROFESSOR(A) RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, SIAPE [redacted], participou do evento de extensão I SEMANA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, com carga horária de 30 hora(s), coordenado pelo(a) Professor(a) VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO, promovido pelo(a) CAMPUS CARAUBAS, na função de Membro, com 10 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 13 de Agosto de 2017 a 20 de Outubro de 2017.

Mossoró, 27 de Junho de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **a5dcb79dd6**
Número do Documento: **288869**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão >> Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Certificado

Certificamos que, O(A) PROFESSOR(A) RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, SIAPE [redacted], participou do projeto de extensão DESENVOLVIMENTO DE BANCADAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE ENGENHARIAS, coordenado pelo(a) Professor(a) TANIA LUNA LAURA, promovido pelo(a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS, na função de Membro, com 152 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 10 de Junho de 2019 a 6 de Março de 2020.

Mossoró, 27 de Junho de 2022

Kátia Cilene da Silva Moura

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **cf7ae83174**
Número do Documento: **288872**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão* >> *Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

SEPOC 2019

12th Seminar on Power Electronics and Control

Natal, RN, Brazil | 27 - 30 October

CERTIFICATE

The SEPOC 2019 hereby certifies that

Rodrigo Prado

acted on the organizing committee of the 12th Seminar on Power Electronics and Control held on 27 to 30 October.

[redacted]

José Raimundo Dantas Neto
Technical Committee Chair

[redacted]

Thales Queiroz Fonseca
General Chair

Certification by Galoá

ATA Nº 24

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, foi realizada a 24ª sessão de defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica da UFRN, na qual o(a) mestrando(a) SAMUEL SIMÕES BRITO DE AZEVEDO apresentou o trabalho intitulado "Evaluation of Fault-Induced Traveling Waves in a Transmission Line Experimental Test Bench". A sessão teve início às 08h e, em cumprimento ao Ofício Circular N° 61/2020/PPG/REITORIA/CONSUNI/UFRN, ocorreu de forma inteiramente remota, tendo o(a) aluno(a) e a banca examinadora participado por videoconferência, tendo esta sido constituída pelos seguintes professores(as) Doutores(as): FLAVIO BEZERRA COSTA (Dr. UFRN, Orientador), LUIZ FELIPE DE QUEIROZ SILVEIRA (Dr. UFRN, Examinador(a) Externo(a) ao Programa), RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Dr. UFERSA, Examinador(a) Externo(a) à Instituição), WASHINGTON LUIZ ARAUJO NEVES (Dr. UFCG, Examinador(a) Externo(a) à Instituição). Após a apresentação do trabalho e o exame pela banca, o(a) mestrando(a) foi considerado(a) Aprovado, tendo sido lavrada a presente ata, que vai assinada pelos examinadores(as) e por ele(a). A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de 60 dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. Conforme o Artigo 49 da Resolução 197/2013 - CONSEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

[redacted]

Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, UFERSA

Examinador Externo à Instituição

[redacted]

Dr. WASHINGTON LUIZ ARAUJO NEVES, UFCG

Examinador Externo à Instituição

[redacted]

Dr. LUIZ FELIPE DE QUEIROZ SILVEIRA, UFRN

Examinador Externo ao Programa

[redacted]

Dr. FLAVIO BEZERRA COSTA, UFRN

Examinador Interno

[redacted]

SAMUEL SIMÕES BRITO DE AZEVEDO

Mestrando

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECATRÔNICA

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 24

Autor: **SAMUEL SIMÕES BRITO DE AZEVEDO**

Título: **Evaluation of Fault-Induced Traveling Waves in a Transmission Line Experimental Test Bench**

Banca examinadora:

Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS	Examinador Externo à Instituição
Prof. WASHINGTON LUIZ ARAUJO NEVES	Examinador Externo à Instituição
Prof. LUIZ FELIPE DE QUEIROZ SILVEIRA	Examinador Externo ao Programa
Prof. FLAVIO BEZERRA COSTA	Examinador Interno

[redacted]

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. [ ] INTRODUÇÃO
2. [ ] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. [ ] METODOLOGIA
4. [ ] RESULTADOS OBTIDOS
5. [ ] CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Atender as modificações de texto sugeridas pela banca

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

[redacted]

Prof. FLAVIO BEZERRA COSTA

Orientador(a)

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:23

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) FRANCISCO CANINDE DA SILVA JUNIOR, intitulada:

PROTEÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO AÉREAS DE SISTEMAS LCC-HVDC MONOPOLARES BASEADA EM ONDAS VIAJANTES UTILIZANDO UM TERMINAL

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada no dia 03 de Agosto de 2018 às 09:00.

Membros da Banca

FLAVIO BEZERRA COSTA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
RICARDO LUCIO DE ARAUJO RIBEIRO (UFRN - Examinador Interno)
JOSSANA MARIA DE SOUZA FERREIRA (UFRN - Examinadora Externa ao Programa)
JOSÉ CARLOS DE MELO VIEIRA JUNIOR (USP - Examinador Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dr. MARCELO AUGUSTO COSTA FERNANDES
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO- UFRN

Número do Documento: 3137163
Código de Verificação: c7d24e2db1

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:23

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) MAX RODRIGUES MARQUES, intitulada:

AVALIAÇÃO DA PROTEÇÃO DE GERADOR DE INDUÇÃO DUPLAMENTE ALIMENTADO APLICANDO A TRANSFORMADA WAVELET

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada por videoconferência no dia 28 de Janeiro de 2019 às 09:00.

Membros da Banca

FLAVIO BEZERRA COSTA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
LUCIANO SALES BARROS (UFRN - Examinador Interno)
THIAGO DE OLIVEIRA ALVES ROCHA (UFRN - Examinador Externo ao Programa)
CAMILA MARA VITAL BARROS (UFPB - Examinador Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dr. MARCELO AUGUSTO COSTA FERNANDES
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO- UFRN

Número do Documento: 3137162
Código de Verificação: a77c3747ac

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:22

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) YURI IOHANSSEN RIBEIRO DAMASCENO, intitulada:

ESTRATÉGIA DE CONTROLE APLICADO A SISTEMA DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COM TRANSIÇÃO SUAVE ENTRE OS MODOS OPERAÇÃO CONECTADO E ILHADO

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada por videoconferência no dia 04 de Outubro de 2019 às 09:00.

Membros da Banca

RICARDO LUCIO DE ARAUJO RIBEIRO (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
FABIO MENEGHETTI UGULINO DE ARAUJO (UFRN - Examinador Interno)
THIAGO DE OLIVEIRA ALVES ROCHA (UFRN - Examinador Externo ao Programa)
CECÍLIO MARTINS DE SOUSA NETO (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dr. MARCELO AUGUSTO COSTA FERNANDES
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO- UFRN

Número do Documento: 3137161
Código de Verificação: 03a205cd44

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:25

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) JOAO MARIA VITAL DE PAIVA, intitulada:

PROPOSTA DA NOVA TOPOLOGIA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE MÉDIA TENSÃO DO CAMPUS CENTRAL DA UFRN A PARTIR DA ENTRADA EM OPERAÇÃO DA SUBESTAÇÃO 69 KV.

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada no dia 26 de Junho de 2019 às 09:00.

Membros da Banca

ARRHENIUS VINICIUS DA COSTA OLIVEIRA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
JOSE LUIZ DA SILVA JUNIOR (UFRN - Examinador Interno)
MARCOS ANTONIO DIAS DE ALMEIDA (UFRN - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dra. CRISLUCI KARINA SOUZA SANTOS CANDIDO
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA- UFRN

Número do Documento: 3137168
Código de Verificação: 01b72a2eb2

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:24

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) GENILSON COSTA MUNIZ FILHO, intitulada:

ESTUDO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA UTILIZANDO MÓDULOS BIFACIAIS.

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada por videoconferência no dia 27 de Julho de 2021 às 15:00.

Membros da Banca

ARRHENIUS VINICIUS DA COSTA OLIVEIRA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
JOSE LUIZ DA SILVA JUNIOR (UFRN - Examinador Interno)
THIAGO DE OLIVEIRA ALVES ROCHA (UFRN - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dra. CRISLUCI KARINA SOUZA SANTOS CANDIDO
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA- UFRN

Número do Documento: 3137165
Código de Verificação: c60b227d66

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:26

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) MARCOS ANTONIO DE ARAUJO SILVA, intitulada:

OTIMIZAÇÃO DA PARAMETRIZAÇÃO DE RELÉS EM SISTEMAS RADIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM UTILIZAÇÃO DO ALGORITMO GENÉTICO.

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada no dia 02 de Maio de 2018 às 07:00.

Membros da Banca

MAX CHIANCA PIMENTEL FILHO (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
ARRHENIUS VINICIUS DA COSTA OLIVEIRA (UFRN - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dra. CRISLUCI KARINA SOUZA SANTOS CANDIDO
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA- UFRN

Número do Documento: 3137169
Código de Verificação: f7014df067

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:24

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) ENIR DIAS NETO, intitulada:

CONCEPÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE MONITORAMENTO E ATUAÇÃO PARA SISTEMAS DE PROTEÇÃO EM BAIXA TENSÃO

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada no dia 20 de Dezembro de 2019 às 09:30.

Membros da Banca

ARRHENIUS VINICIUS DA COSTA OLIVEIRA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
JOSE ALBERTO NICOLAU DE OLIVEIRA (UFRN - Examinador Interno)
MARCOS ANTONIO DIAS DE ALMEIDA (UFRN - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dra. CRISLUCI KARINA SOUZA SANTOS CANDIDO
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA- UFRN

Número do Documento: 3137166
Código de Verificação: 1c43d28e91

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 16:25

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) ALLAN DAVID SILVA DA COSTA, intitulada:

"APLICAÇÃO WEB PARA MONITORAMENTO DE PARÂMETROS ELÉTRICOS DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS"

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA do CENTRO DE TECNOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE , em sessão pública realizada no dia 18 de Novembro de 2019 às 16:30.

Membros da Banca

MARCOS ANTONIO DIAS DE ALMEIDA (UFRN - Presidente) - ORIENTADOR
JOSE ALBERTO NICOLAU DE OLIVEIRA (UFRN - Examinador Interno)
JOSE LUIZ DA SILVA JUNIOR (UFRN - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dra. CRISLUCI KARINA SOUZA SANTOS CANDIDO
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA ELÉTRICA- UFRN

Número do Documento: 3137167
Código de Verificação: 3001e7d1d7

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br.sigaa15-producao

Portal do Coordenador Stricto

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 27/06/2022 17:31

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. Dr. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Examinador Externo ao Programa da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) pós-graduando(a) MOISÉS HONORATO DE OLIVEIRA NETO, intitulada:

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE FALTAS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO A PARTIR DE MEDIDAS NÃO SINCRONIZADAS DE DOIS TERMINAIS

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO , em sessão pública realizada no dia 28 de Agosto de 2018 às 09:00.

Membros da Banca

MELINDA CESIANARA SILVA DA CRUZ (UFERSA - Presidente) - ORIENTADOR
ADRIANO ARON FREITAS DE MOURA (UFERSA - Examinador Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (UFERSA - Examinador Externo ao Programa)
MANOEL FIRMINO DE MEDEIROS JÚNIOR (UFRN - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dr. IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JÚNIOR
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 289073
Código de Verificação: 39f55b6107

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Pós-Graduação Stricto Sensu*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:49

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) AMANDA GOMES BARBOZA, intitulada:

ESTUDO DE SUPERFÍCIES SELETIVAS DE FREQUÊNCIAS UTILIZANDO RESSOADORES EM CASCATA

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 18 de Outubro de 2017.

Membros da Banca

JUAN RAFAEL FILGUEIRA GUERRA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO (Docente Interno - Orientador(a))

Prof(a). MSc. ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS
Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288047
Código de Verificação: c50dfbebd3

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:50

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) ÁLISON BRENO DIÓGENES PINTO, intitulada:

ANÁLISE MULTIFRACTAL EM SÉRIES FISIOLÓGICAS DE PACIENTE COM APNEIA DO SONO

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 14 de Março de 2019.

Membros da Banca

FRANCISCO DE ASSIS BRITO FILHO (Docente Interno)
MACKSON MATHEUS FRANCA NEPOMUCENO (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.- UFERSA

Número do Documento: 288050
Código de Verificação: cb2c2e2500

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:48

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted] participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) CÍCERO EDUARDO DE MELO, intitulada:

ANÁLISE E ESTUDO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA UFERSA, CAMPUS CARAÚBAS.

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 18 de Abril de 2018.

Membros da Banca

HUGO MICHEL CAMARA DE AZEVEDO MAIA (Docente Interno)
JUAN RAFAEL FILGUEIRA GUERRA (Docente Interno - Orientador(a))
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288045
Código de Verificação: ba57f93b66

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:51

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) CÍCERO EDUARDO DE MELO, intitulada:

ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS DO BLOCO DELABORATÓRIOS DE ENGENHARIAS DA UFERSA, CAMPUS CARAÚBAS.

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 21 de Dezembro de 2020.

Membros da Banca

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA (Presidente da Banca - Orientador(a))
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
THAIS MILLA SIMAO ARAUJO (Docente Interno)

Prof(a). MSc. ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS
Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288056
Código de Verificação: a1b429b5bb

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:52

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) DAYANE CYNTHIA PINTO OLIVEIRA, intitulada:

DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA UTILIZANDO O MÉTODO PROCEL RTQ-C

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 16 de Novembro de 2021.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Presidente da Banca - Orientador(a))
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA (Docente Interno)

Prof(a). Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA
Vice-Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288060
Código de Verificação: e8dbcb78e8

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:47

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) ESTHEFANI MARIA ALMEIDA CAVALCANTE, intitulada:

COMPARATIVO DE ATUADORES ELETRÔNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOBILÍSTICOS

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - PAU DOS FERROS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 21 de Outubro de 2016.

Membros da Banca

DIEGO DAVID SILVA DINIZ (Docente Interno)
DORGIVAL ALBERTINO DA SILVA JUNIOR (Docente Interno - Orientador(a))
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dra. SANDERLIR SILVA DIAS
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288040
Código de Verificação: be9ceccbcc

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:50

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) HORTÊNCIA CIBELLE DA SILVA MARINHO, intitulada:

COMPARAÇÃO ENTRE UM SISTEMA FOTOVOLTAICO PROJETADO TEORICAMENTE E POR FERRAMENTACOMPUTACIONAL

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 14 de Dezembro de 2020.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Presidente da Banca - Orientador(a))
RAFAEL LUZ ESPINDOLA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA
Vice-Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288052
Código de Verificação: d9adf4e44f

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:52

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) JOÃO BATISTA CAVALCANTE, intitulada:

UMA ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE USINAS DE GERAÇÃO DE FOTOVOLTA EM MOSSORÓ E REGIÃO

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 16 de Novembro de 2021.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Presidente da Banca - Orientador(a))
FRANCISCO DE ASSIS BRITO FILHO (Docente Interno)
RAFAEL LUZ ESPINDOLA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA
Vice-Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288061
Código de Verificação: bb59e22d43

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:51

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) JOCÉLIA DANTAS DE SOUZA, intitulada:

USINA SOLAR FOTOVOLTAICA DA UFERSA CAMPUS CARAÚBAS-RN

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 28 de Maio de 2021.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Presidente da Banca - Orientador(a))
RAFAEL LUZ ESPINDOLA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288053
Código de Verificação: 43130ecfde

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:45

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) JOSÉ RAFAEL BENIGNO DE ARAÚJO, intitulada:

COMISSIONAMENTO TÉCNICO REALIZADO EM UMA ESCOLA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO ESTADO DOCEARÁ

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 17 de Junho de 2022.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Docente Interno - Orientador(a))
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA (Docente Interno)

Prof(a). Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA
Vice-Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288033
Código de Verificação: b11b7c0b40

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:50

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted] participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) LORENA JANISIA CORINGA COSTA, intitulada:

ESTUDO DE UM BARRAMENTO MULTITENSÕES DE CORRENTE CONTÍNUA PARA NANORREDES NO BRASIL

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 10 de Dezembro de 2020.

Membros da Banca

ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS (Presidente da Banca - Orientador(a))
MAX CHIANCA PIMENTEL FILHO (UFRN - Docente Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288051
Código de Verificação: 39bc217547

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:47

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) LUARA KAROLINNY MACHADO DE OLIVEIRA, intitulada:

APLICAÇÃO DE ANTENAS DE MICROFITA NO DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE PERDA DE MASSA ÓSSEA.

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 18 de Maio de 2017.

Membros da Banca

JURGEN KLINSMANN AZEVEDO NOGUEIRA (NENHUMA - Docente Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA (Docente Interno)
VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO (Docente Interno - Orientador(a))

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.- UFERSA

Número do Documento: 288037
Código de Verificação: bb895ec0a9

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:46

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) MARCOS ALVES RODRIGUES NETO, intitulada:

DESENVOLVIMENTO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES DE SUPERFÍCIES SELETIVAS DE FREQUÊNCIAS BASEADAS EM ESPIRAIS PARA SISTEMAS MODERNOS DE COMUNICAÇÕES SEM FIO

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 17 de Maio de 2017.

Membros da Banca

MYCHAEL JALES DUARTE (UFERSA - Docente Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA (Docente Interno)
VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO (Docente Interno - Orientador(a))

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288035
Código de Verificação: c25f5c8ffb

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:47

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) MONARA BEATRIZ SANTOS RODRIGUES, intitulada:

ANÁLISE DA QUALIDADE DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE CARAÚBAS/RN

no CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 17 de Outubro de 2017.

Membros da Banca

PLYCIA FERNANDES DE OLIVEIRA (NENHUMA - Docente Externo à Instituição)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
SAMARA DE CAVALCANTE PAIVA (Docente Interno - Coorientador(a))
VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO (Docente Interno - Orientador(a))

Prof(a). Dr. HUDSON PACHECO PINHEIRO
Coordenador(a) do CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- UFERSA

Número do Documento: 288036
Código de Verificação: ac348a6132

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:53

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) SEBASTIÃO AUGUSTO DE CARVALHO MELO, intitulada:

ESTUDO DE CASO NO LABORATÓRIO II DA UFERSA, CAMPUS CARAÚBAS.

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 14 de Junho de 2022.

Membros da Banca

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SENA (Docente Interno - Orientador(a))
LINCOLN ALEXANDRE PAZ SILVA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)

Prof(a). MSc. ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS
Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288062
Código de Verificação: 131fb436ee

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 24/06/2022 16:49

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Prof. RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, CPF [redacted], participou como Docente Interno da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a) graduando(a) THAIS MILLA SIMAO ARAUJO, intitulada:

SIMULADOR DE PLANEJAMENTO DE CAMINHOS GUIADO POR POTÊNCIAL

no CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA do CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, em sessão pública realizada no dia 28 de Junho de 2019.

Membros da Banca

ADIANA NASCIMENTO SILVA (Docente Interno)
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS (Docente Interno)
TANIA LUNA LAURA (Docente Interno - Orientador(a))

Prof(a). MSc. ANTONIO ALISSON ALENCAR FREITAS
Coordenador(a) do CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA- UFERSA

Número do Documento: 288049
Código de Verificação: 0f53eee9f7

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Ensino >> Declaração de Participação como Membro de Banca de Graduação*, informando o número do documento, a data de emissão e o código de verificação.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

Portaria n° 049/17-DEE, de 29 de Setembro de 2017.

O Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar os professores JOSÉ LUIZ DA SILVA JÚNIOR, matrícula [redacted], RODRIGO PRADO DE MEDEIROS e SÂMARA DE CAVALCANTE PAIVA, da UFERSA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - Nível 2 (TCC-2) de DÉBORA AMORIM BULHÕES, com o título: "PERSPECTIVAS DA MICO E MINIGERAÇÃO NO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA".

(a) Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira - Chefe

Portaria n° 050/17-DEE, de 29 de Setembro de 2017.

O Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar os professores JOSÉ LUIZ DA SILVA JÚNIOR, matrícula [redacted] RODRIGO PRADO DE MEDEIROS e SÂMARA DE CAVALCANTE PAIVA, da UFERSA, para, sob a presidência da primeira, comporem Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - Nível 2 (TCC-2) de ANDERSON NICHOLAS LIMA DE OLIVEIRA, com o título: "AUTOMATIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CÁLCULOS DE QUEDA DE TENSÃO PARA PROJETOS DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA".

(a) Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira - Chefe

Portaria n° 056/17-DEE, de 07 de Novembro de 2017.

O Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar os professores EDUARDO NOGUEIRA CUNHA, siape [redacted] IVANOVITH MEDEIROS DANTAS DA SILVA, siape [redacted] e BOANERGES VITOR SOARES DE ARAÚJO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - Nível 2 (TCC-2) de JOÃO PABLO SANTOS DA SILVA.

(a) Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira - Chefe

O Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar os professores do ECT: FLAVIO BEZERRA COSTA, ALEXANDRE MAGNUS FERNANDES GUIMARÃES, JOSSANA MARIA DE SOUZA FERREIRA, e RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, da UFERSA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Defesa do Trabalho de DANIEL MARQUES DA SILVA, com o título "MODELAGEM DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DE CORRENTE CONTÍNUA EM ALTA TENSÃO".

(a) Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira - Chefe

Portaria nº 067/16-DEE, de 15 de Dezembro de 2016.

O Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar os professores MARCOS ANTONIO DIAS DE ALMEIDA, matrícula [redacted] JOSÉ LUIZ DA SILVA JÚNIOR, matrícula [redacted] e SÂMARA DE CAVALCANTE PAIVA, da UFERSA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - Nível 2 (TCC-2) de ÁLVARO JOSÉ FONSECA DE GOUVEIA FILHO, com o título "PROJETO DE UM GRUPO MOTOR GERADOR (GMG) PARA UMA SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE 13,8KV E OS ESTUDOS DE PROTEÇÃO E PARTIDA EM RAMPA".

(a) Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira - Chefe

Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET
Instituto de Química – IQ
Portaria nº 098/16-IQ, de 14 de Dezembro de 2016.

O Diretor do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1092/2015-R, de 12/06/2015.

Considerando a escolha, por unanimidade, do Plenário do Conselho Pleno do Instituto de Química – CONIQ em Reunião Ordinária, com exceção do servidor técnico-administrativo, no dia 25 de novembro de 2016,

R E S O L V E

Designar as professoras Ana Cristina Facundo de Brito Pontes – mat. [redacted] (Vice-Diretora do IQ), Nedja Suely Fernandes – mat. [redacted] (Coordenadora do Curso de Química a Distância), os professores Fabiano do Espírito Santo Gomes – mat. [redacted] (Coordenador dos Cursos de Química), Luiz Henrique da Silva Gasparotto - mat. [redacted] (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Química) e o técnico-administrativo, Elson Guedes de Carvalho Filho - mat. [redacted] escolhido entre os técnicos do IQ, para a partir da publicação desta portaria e sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Elaboração Final do Plano Quadrienal deste Instituto por um período de 90 dias.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

(a) Ótom Anselmo de Oliveira - Diretor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
CAMPUS DE CARAÚBAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 14h20min do dia 23 de outubro do ano de 2017, na sala 01 do bloco de aulas II da Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA(Campus Caraúbas), sob a presidência do professor Me. Juan Rafael Filgueira Guerra, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia de autoria do aluno **JOSÉ JEFFERSON AZEVEDO LIMA**, do curso de Bacharelado em ciência e tecnologia desta Universidade com o título, "**ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE UM AEROGERADOR RESIDENCIAL DE BAIXO CUSTO**". A Banca Examinadora ficou assim constituída: professor Me. Juan Rafael Filgueira Guerra, presidente da banca e orientador da monografia, professor Me. Rodrigo Prado de Medeiros e o professor Dr. Rudson de Souza Lima, como membros. Foram registradas as seguintes ocorrências: **Nenhuma ocorrência**. Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, em reunião fechada, tendo o aluno obtido às seguintes notas: **10,0 (dez)**; **9,5 (nove vírgula cinco)** e **8,5 (oito vírgula cinco)**. Apuradas as notas verificou-se que o aluno foi aprovado com média geral **9,3 (nove vírgula três)**, fazendo jus, portanto, ao título de Bacharel em Ciência e tecnologia. E para constar, eu, Juan Rafael Filgueira Guerra, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos. Caraúbas, 23 de outubro de 2017.

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

[redacted]

Prof. Me. Juan Rafael Filgueira Guerra - UFERSA

Presidente

[redacted]

Prof. Me. Rodrigo Prado de Medeiros - UFERSA

Membro

[redacted]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
CAMPUS DE CARAÚBAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 09h30min, do dia 01 de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no Auditório do Bloco de Professores I da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA Campus de Caraúbas-RN, sob a presidência do professorDr.Valdemir Praxedes da Silva Neto reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do aluno **SAMUEL BELARMINO DE PAIVA**, do curso de Engenharia Elétrica desta Universidade, com o título "*NOVAS PROPOSTAS DE GEOMETRIAS PARA SUPERFÍCIES SELETIVAS DE FREQUÊNCIA PARA APLICAÇÕES WIRELESS*". A Banca Examinadora ficou assim constituída: Prof.Dr.Valdemir Praxedes da Silva Neto, presidente da banca e orientador do TCC; Profª.Ma.Sâmara de Cavalcante Paiva, Prof.Dr.Francisco de Assis de Brito Filho, e Prof. Me. Rodrigo Prado de Medeiros como membros. Foram registradas as seguintes ocorrências:

Sem ocorrencias

Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, em reunião fechada, tendo o aluno obtido as seguintes notas: 10,0 (DEZ); 9,5 (nove cinco); 9,0 (nove) e 9,6 (nove seis). Apuradas as notas verificou-se que o aluno foi APROVADO com *média geral* 9,5 (nove cinco), fazendo jus, portanto, ao título de **Bacharel emEngenharia Elétrica**. E para constar, eu, Ana Paula Oliveira Vale de Andrade, secretária-executiva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos. Caraúbas, 01 de novembro de 2016.

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

[redacted]

Prof. Dr.Valdemir Praxedes da Silva Neto
Presidente

[redacted]

Profª.Ma. Sâmara de Cavalcante Paiva
Membro

[redacted]

Prof. Dr. Francisco de Assis de Brito Filho

[redacted]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
CAMPUS DE CARAÚBAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 17h30min, do dia 01 de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no Auditório do Bloco de Professores I da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA Campus de Caraúbas-RN, sob a presidência do professorDr.Valdemir Praxedes da Silva Neto reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do aluno**SILVAN FERREIRA DA SILVA JÚNIOR**, do curso de Engenharia Elétrica desta Universidade, com o título "*DESENVOLVIMENTO DE MONOPOLOS DE MICROFITA BIOINSPIRADOS PARA APLICAÇÕES EM SISTEMAS BROADBAND*". A Banca Examinadora ficou assim constituída: Prof.Dr.Valdemir Praxedes da Silva Neto, presidente da banca e orientador do TCC; Profª.Ma.Sâmara de Cavalcante Paiva, Prof.Prof. Me. Eliel Poggi dos Santos, e Prof. Me. Rodrigo Prado de Medeiros como membros. Foram registradas as seguintes ocorrências:

Sem ocorrências

Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, em reunião fechada, tendo o aluno obtido as seguintes notas: 10,0 (dez); 9,5 (nove, cinco); 10,0 (dez) e 9,8 (nove, oito). Apuradas as notas verificou-se que o aluno foi APROVADO com *média geral* 9,8 (nove, oito), fazendo jus, portanto, ao título de **Bacharel emEngenharia Elétrica**. E para constar, eu, Ana Paula Oliveira Vale de Andrade, secretária-executiva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos. Caraúbas, 01 de novembro de 2016.

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

[redacted]

Prof. Dr.Valdemir Praxedes da Silva Neto

[redacted]

Profª.Ma. Sâmara de Cavalcante Paiva

[redacted]

Prof. Me. Eliel Poggi dos Santos
Membro

[redacted]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0142/2018, de 14 de março de 2018.

O Reitor da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2016,

CONSIDERANDO o que determina o artigo 44, incisos VI e XIX, do Estatuto da Universidade;

CONSIDERANDO o Processo n.º 23091.001199/2018-27, que trata da eleição para Coordenador e Vice-Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica - Caraúbas;

CONSIDERANDO a PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0170/2016, de 14 de março de 2016 e a PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0557/2017, de 15 de setembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Homologar o resultado da eleição deflagrada para escolha da Coordenação e Vice-Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica - Caraúbas.

Art. 2º Dispensar, a partir de 02 de março de 2018, os servidores docentes **Hugo Michel Camara de Azevedo Maia** e **Walber Medeiros Lima**, da função de Coordenador e Vice-Coordenador, respectivamente, do Curso de Engenharia Elétrica - Caraúbas.

Art. 3º Nomear, a partir de 02 de março de 2018, os servidores docentes **Tania Luna Laura** e **Rodrigo Prado de Medeiros**, para exercerem a função de Coordenadora e Vice-Coordenador, respectivamente, do Curso de Engenharia Elétrica – Caraúbas.

Art. 4º O Mandato da Coordenadora e do Vice-Coordenador, ora designados, será de dois anos.

Art. 5º Este ato entra em vigor nesta data.

[redacted]
José de Arimatea de Matos
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR

PORTARIA UFERSA/GAB N.º 0252/2016, de 13 de abril de 2016

O Decano da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no exercício da função de reitor, conforme atribuição conferida pelo parágrafo 1º, do artigo 26, do Estatuto da Universidade, aprovado por meio da PORTARIA N.º 312, DE 3 DE JULHO DE 2006, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União N.º 126, de 04 de julho de 2006, Seção 1,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico N.º 109/2016 – CARAÚBAS, que solicita a emissão de portaria de designação de responsável técnico para o Laboratório de Engenharia Elétrica do referido Campus;

CONSIDERANDO o que determina o inciso XVIII do artigo 28 do Estatuto da Universidade,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0329/2015, de 05 de maio de 2015.

Art.2º Designar o servidor docente **Rodrigo Prado de Medeiros**, para ser o responsável técnico pelos Laboratórios de Engenharia Elétrica da UFERSA do Campus de Caraúbas.

Art. 3º Este ato entra em vigor a partir desta data.

[redacted]
Francisco Praxedes de Aquino
Decano no exercício da função de Reitor

Publique-se, afixando-se no
Mural dos Atos Oficiais
13 / 04 / 16
[redacted]
Márcia de Jesus Xavier
Chefe de Gabinete

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAÚBAS

PORTARIA UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS Nº 046/2018, de 26 de novembro de 2018.

O Diretor do **Campus de Caraúbas** da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFERSA/GAB Nº 245/2016, de 11 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2016,

CONSIDERANDO o que determina o Artigo 54 do Estatuto da UFERSA;

CONSIDERANDO o que determina o artigo 70, parágrafo 2º, do Estatuto da UFERSA;

CONSIDERANDO a Portaria UFERSA/GAB Nº 0594/2016, de 01 de setembro de 2016 que transfere as competências de organização administrativa, financeira, didático-científica e lotação de pessoal dos departamentos para os Centros;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Administração da Usina Solar do Campus de Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA:

I.Francisco de Assis Brito Filho
II. Francisco Solano de Lima Neto
III. Rodrigo Prado de Medeiros
IV. Antonio Alisson Alencar Freitas

Art. 2º A comissão terá o mandato de 01(ano) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Este ato entra em vigor nesta data.

[redacted]

Francisco de Assis Brito Filho
Diretor em Exercício do Campus

Publique - se, afixando-se no Mural dos Atos Oficiais
[redacted]
Rosane Fernandes de [redacted]
Secretária Executiva
Mat. SIAPE 1959877

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA UFERSA/PROGRAD Nº 066/2018, de 29 de março de 2018.

O Pró-Reitor de Graduação da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições, conferidas pela **PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0634/2016**, de 09 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a **RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº. 004/2017**, de 15 de maio de 2017, que Dispõe sobre Colegiado de Curso de Graduação na UFERSA;

CONSIDERANDO a **PORTARIA UFERSA/GAB Nº. 0785/2016, de 18 de novembro de 2016**, que delega a competência de designação dos Colegiados de Cursos de Graduação e dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da UFERSA ao Pró-Reitor de Graduação;

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o inciso I da **PORTARIA UFERSA/PROGRAD Nº 063/2018**, da maneira que segue:

Onde se lê: "I – Presidente e Vice-Presidente, que exercerão mandato coincidente com os mandatos de Coordenador e Vice Coordenador do Curso: **Hugo Michel Câmara de Azevedo Maia e Walber Medeiros Lima**;"

Leia-se: "I – Presidente e Vice-Presidente, que exercerão mandato coincidente com os mandatos de Coordenador e Vice Coordenador do Curso: **Tania Luna Laura e Rodrigo Prado de Medeiros**;"

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data e seus efeitos retroagem a 28 de março de 2018.

[redacted]

Rodrigo Nogueira de Codes
Pró-Reitor de Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA UFERSA/PROGRAD Nº 157/2020, de 23 de novembro de 2020.

O Pró-Reitor de Graduação da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições, conferidas pela **PORTARIA UFERSA/GAB Nº 408/2020**, de 31 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 1º de setembro de 2020;

CONSIDERANDO as **RESOLUÇÕES CONSEPE/UFERSA Nºs. 004/2017 e 003/2018**, que dispõem sobre Colegiado de Curso de Graduação na UFERSA;

CONSIDERANDO a **PORTARIA UFERSA/GAB Nº. 658/2020**, de 04 de novembro de 2020, que delega a competência de nomear membros dos Colegiados dos Cursos de Graduação da UFERSA ao Pró-Reitor de Graduação;

CONSIDERANDO o **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - CCEEC-CAR**, de 20 de novembro de 2020, que comunica o resultado da eleição para o Colegiado do Curso de Engenharia Elétrica, Campus Caraúbas;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para compor o Colegiado do Curso de Engenharia Elétrica, Campus Caraúbas:

I – Presidente e Vice-Presidente, que exercerão mandato coincidente com os mandatos de Coordenador e Vice-Coordenadora do Curso: **Antônio Alisson Alencar Freitas e Tânia Luna Laura**;

II – Representantes docentes, que exercerão mandato de 2 (dois) anos: **Tony Kleverson Nogueira**, **Hugo Michel Câmara de Azevedo Maia e Rodrigo Prado de Medeiros** (titulares); **Walber Medeiros Lima e Francisco de Assis Brito Filho** (suplentes);

III – Representantes discentes que exercerão mandato de 01 (um) ano: **João Marcos de Medeiros Brito** (titular) **e Dayane Cynthia Pinto Oliveira** (suplente).

Art. 2º Este ato entra em vigor nesta data.

SUELDES DE ARAU[redacted]
Assinado de forma digital por SUELDES DE ARA[redacted]
Dados: 2020.11.24 08:22:08 -03'00'

Sueldes de Araújo
Pró-Reitor de Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA UFERSA/PROGRAD Nº 072/2018, de 09 de abril de 2018.

O Pró-Reitor de Graduação da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições, conferidas pela **PORTARIA UFERSA/GAB Nº 0634/2016**, de 09 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a **RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº. 009/2010, de 21 de outubro de 2010**, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE na UFERSA;

CONSIDERANDO a **PORTARIA UFERSA/GAB Nº. 0785/2016, de 18 de novembro de 2016**, que delega a competência de designação dos Colegiados de Cursos de Graduação e dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação da UFERSA ao Pró-Reitor de Graduação;

CONSIDERANDO o **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº. 2/2018 – CCEEC-CAR,** de 04 de abril de 2018, que solicita emissão de portaria para atualização da composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Elétrica, câmpus Caraúbas;

R E S O L V E:

Art. 1º Dispensar a docente **Sâmara de Cavalcante Paiva** da composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Engenharia Elétrica, câmpus Caraúbas.

Art. 2º Designar, para compor o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Engenharia Elétrica, câmpus Caraúbas, os docentes **Rodrigo Prado de Medeiros e Walber Medeiros Lima.**

Art. 3º Ficando o Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Engenharia Elétrica – câmpus Caraúbas, com a seguinte composição: **Hugo Michel Câmara de Azevedo Maia, Tania Luna Laura, Rodrigo Prado de Medeiros, Francisco de Assis Brito Filho, Walber Mdeiros Lima e Valdemir Praxedes da Silva Neto.**

Art. 4º Todos os membros docentes integrantes do NDE cumprirão mandato até o dia **11 de novembro de 2019**, conforme estabelece a **PORTARIA UFERSA/PROGRAD Nº 0040/2015, de 11 de novembro de 2015.**

Art. 5º Este ato entra em vigor a partir desta data.

[redacted]
Luciana Angélica da Silva Nunes
Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Projeto de Atuação Profissional

Rodrigo Prado de Medeiros

Natal, 30 de junho de 2022.

Projeto de Atuação Profissional

Rodrigo Prado de Medeiros

PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL APRESENTADO COMO PARTE DOS REQUISITOS DA CHAMADA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DOCENTE PARA A UFRN, EDITAL N° 01/2022 - DEE/CT.

Natal, 30 de junho de 2022.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO 5

2- IDENTIFICAÇÃO 6

3- FORMAÇÃO ACADÊMICA 7

3.1- Graduação: Engenharia elétrica 7

3.2- Mestrado em Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação – PPGEEC/UFRN - (Conceito CAPES 4). 8

3.3- Doutorado em Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação – PPGEEC/UFRN - (Conceito CAPES 4). 9

3.4 - Disciplinas cursadas na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) 10

4- ATIVIDADES PROFISSIONAIS 11

4.1- Estágio na Empresa PETROBRAS, Natal/RN (07/2011 – 06/2012) 11

4.2- Estágio Docente na UFRN (07/2013 – 12/2013) 11

4.3- Professor Temporário na UFRN (07/2014 – 12/2014) 11

4.4- Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 – ATUAL) 11

4.4.1- Aulas Ministradas 12

4.4.2- Comissões e Cargos Administrativos: 12

4.4.3- Orientações de Alunos de Graduação 13

4.4.4- Participação em Comissões Examinadoras 16

4.4.4.1- Participação em Bancas de Trabalho de Conclusão de Curso 16

4.4.4.2- Participação em Bancas de Mestrado 19

5- PRODUÇÃO CIENTÍFICA 22

5.1- Trabalhos publicados em periódicos internacionais 22

5.2- Trabalhos publicados em eventos internacionais 23

5.3- Trabalhos publicados em eventos nacionais 24

6- PLANO DE PESQUISA 25

6.1- Contribuições na Área de Proteção de Sistemas Elétricos (Aplicações de Ferramentas Inteligentes na Proteção de Sistemas Elétricos) 25

6.2- Contribuições na Área de Automação de Sistemas Elétricos 28

6.2.1- Sistema de Aquisição de Dados Atual 30

6.2.2- Implementação em *hardware* do relé de proteção diferencial 31

6.2.3- Desenvolvimento de sistemas supervisórios para monitoramento de equipamentos elétricos (transformadores e motores) 33

7- PLANO DE ENSINO 35

8- PLANO DE EXTENSÃO..... 36
9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 37

1- INTRODUÇÃO

Neste projeto de atuação profissional é apresentada a trajetória acadêmica do candidato Rodrigo Prado de Medeiros, com ênfase na descrição das atividades desenvolvidas durante a sua graduação, mestrado e doutorado, além das atividades profissionais desenvolvidas pelo candidato ao longo da vida.

São apresentados neste documento, também, os planos de pesquisa, ensino e extensão propostos pelo candidato caso ele venha a atuar como docente do curso de Engenharia Mecatrônica do Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2- IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: Rodrigo Prado de Medeiros;
Nacionalidade: Brasileira;
Data de nascimento: 10/01/1989;
Estado civil: Casado;
CPF: 064.477.124-09;
RG: 002.318.182;

Endereço Profissional:
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar de Caraúbas, RN 233, km 01, Sítio Nova Esperança II, CEP: 59700-000, Caraúbas-RN, Brasil
URL da Homepage: https://caraubas.ufersa.edu.br/

Endereço Residencial:
Rua Desportista Jeremias Pinheiro da Câmara Filho
Número: 270
Bairro: Ponta Negra
Cidade: Natal-RN
CEP: 59091-250

3- FORMAÇÃO ACADÊMICA

O proponente deste projeto é graduado, mestre e doutor em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo recebido estes títulos, respectivamente, nos anos de 2012, 2014 e 2018. Durante o mestrado e doutorado, desenvolveu pesquisa na área de proteção de sistemas elétricos no laboratório de processamento de sinais e redes elétricas inteligentes (ProRedes), localizado na Escola de Ciências e Tecnologia (ECT) da UFRN. Exerceu função de professor temporário junto ao DEE-UFRN durante o segundo semestre do ano de 2014. Desde o mês de novembro de 2015, é professor efetivo do curso de Engenharia Elétrica, lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar de Caraúbas. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPgEEC) da UFRN, entre julho de 2019 e julho de 2020. Suas áreas de interesse incluem: transitórios eletromagnéticos, proteção e automação de sistemas elétricos, qualidade de energia elétrica, acionamentos de máquinas elétricas e processamento digital de sinais.

3.1- Graduação: Engenharia elétrica

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Brasil
Título: Análise em regime permanente da injeção de harmônicos em uma rede elétrica através de geração eólica, ano de obtenção: 2012.

Orientador: Arrhenius Vinícius da Costa Oliveira

Após concluir o ensino médio no colégio Salesiano São José, em Natal-RN e no ano de 2006, o candidato foi aprovado na 10° posição do curso de Engenheiro Elétrica da UFRN, para o primeiro semestre do ano de 2007. Durante o curso, a afeição adquirida pelas disciplinas das áreas de “sistemas de potência” e “automação e controle”, tais como análise de sistemas de potência, proteção de sistemas elétricos, sistemas de controle e acionamentos de máquinas elétricas, motivou o candidato a desenvolver um trabalho de conclusão de curso (TCC) com enfoque nessas áreas. Em seu TCC, o candidato realizou um estudo de caso sobre a conexão de um gerador eólico a uma rede elétrica, bem como sobre os impactos na qualidade da energia elétrica (QEE) que este tipo de geração poderia

trazer ao sistema elétrico. O índice de QEE avaliado neste estudo foi a taxa de distorção harmônica de tensão, em regime permanente, no ponto de acoplamento comum (PAC) entre o gerador eólico e a rede elétrica. Para a realização deste estudo, foram utilizados dois *softwares* do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL): o ANAREDE, para modelagem da rede elétrica e simulação do fluxo de potência a partir dos dados da rede; e o HARMZS, para análises do comportamento do fluxo de potência harmônico ao longo das diversas barras da rede desde o PAC.

3.2- Mestrado em Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação – PPGEEC/UFRN - (Conceito CAPES 4).

Área: Automação e sistemas

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Brasil, 2012-2014
Título: Proteção diferencial de transformadores utilizando a transformada *wavelet*, Ano de obtenção: 2014
Orientador: Flavio Bezerra Costa, Dr.
Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

O objetivo da pesquisa de mestrado foi desenvolver um algoritmo de proteção diferencial de transformadores baseado na transformada *wavelet* para a apropriada discriminação de curtos-circuitos dentro da zona de proteção do transformador de outros eventos, a exemplo da energização do transformador e de curtos-circuitos externos à zona de proteção. A metodologia adotada foi basicamente dividida em três etapas. Em um primeiro momento, o candidato realizou uma extensiva revisão bibliográfica acerca dos esquemas de proteção diferencial de transformadores bem como dos fundamentos da transformada *wavelet*. Após essa etapa, o candidato implementou um algoritmo de proteção diferencial de transformadores convencional, tal como é implementado nos relés de proteção diferencial de transformadores disponíveis no mercado. Nessa etapa, o candidato utilizou o *software* ATP (*Alternative Transients Program)* para modelagem do sistema elétrico com o transformador a ser protegido. A rotina de programação do algoritmo de proteção foi desenvolvida no *software* Matlab. Por fim, o candidato recriou a tradicional lógica da proteção diferencial de transformadores, baseada no elemento de

restrição por harmônicos, em uma lógica que seguia o mesmo princípio da anterior, mas que aplicava uma versão da transformada *wavelet*, a transformada *wavelet* discreta redundante (TWDR), nos sinais de corrente que fluíam pelos transformadores de corrente (TCs) instalados em cada enrolamento do transformador. Como resultados, o método proposto foi capaz de distinguir adequadamente curtos-circuitos internos de manobras de energização do transformador e de curtos-circuitos externos à sua zona de proteção, sendo esta a principal contribuição da sua pesquisa no mestrado.

Além da pesquisa desenvolvida, cabe destacar que, no mestrado, o candidato teve o seu primeiro contato com a prática pedagógica ao realizar o estágio a docência na disciplina Eletricidade Aplicada da ECT. Como contribuições, o candidato colaborou com a elaboração dos roteiros das atividades práticas de laboratório, além de auxiliar os docentes da referida disciplina durante as aulas experimentais.

Em relação à produção gerada no mestrado, foi publicado um artigo intitulado na conferência internacional *IEEE PES General* Meeting, no ano de 2014.

3.3- Doutorado em Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação – PPGEEC/UFRN - (Conceito CAPES 4).

Área: Automação e sistemas

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Brasil, 2014-2018
Título: Proteção diferencial de transformadores utilizando a transformada *wavelet* com efeitos de bordas, Ano de obtenção: 2018
Orientador: Flavio Bezerra Costa, Dr.
Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Ainda trabalhando com a temática de proteção diferencial de transformadores no doutorado, o candidato decidiu promover melhorias e contribuições ao método de proteção apresentado em seu metrado. Por exemplo, ao invés da TWDR convencional, que fora utilizada na dissertação de mestrado, o candidato optou por utilizar, no doutorado, a TWDR com efeitos de bordas, que já apresentava um ganho de sensibilidade muito maior que sua versão anterior na detecção dos transitórios, permitindo a detecção de faltas com transitórios superamortecidos (faltas de alta impedância, algumas faltas

entre espiras, etc). De fato, isso resultou em um algoritmo de proteção mais rápido e mais sensível. Além disso, a base de dados foi atualizada e o desempenho do algoritmo pôde ser testado para eventos desafiadores, tais como: energizações do transformador na presença de curto-circuito interno, faltas externas com saturação do TC, energização solidária, entre outros. Pôde-se também implementar o algoritmo de proteção em um DSP (do inglês, *digital signal processing*) de ponto flutuante, modelo TMS230F28335 da *Texas Instruments*, em laboratório, para verificar o potencial de aplicabilidade do método proposto em relés de proteção diferencial comerciais. Durante o procedimento, foi realizado um *playback* de um sinal de corrente com falta simulado em uma placa de aquisição de dados (USB6212), também da *Texas Instruments*, para emular uma análise em tempo real. Como resultado, verificou-se que o tempo que o processador utilizou para calcular a transformada *wavelet* do sinal de corrente foi bastante inferior ao passo de amostragem utilizado, tornando factível o desenvolvimento de um protótipo de um relé diferencial *wavelet* para aplicações práticas.

Em relação à produção gerada no doutorado, cinco artigos foram publicados. Dentre essas cinco publicações, três delas foram no periódico internacional *IEEE Transactions on Power Delivery*, nos anos de 2015, 2017 e 2018, respectivamente. Um artigo foi publicado no Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos (SBSE), em 2016 e o outro foi publicado no congresso *International Joint Conference on Neural Networks* (IJCNN), também em 2016.

3.4 - Disciplinas cursadas na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)

- Transitórios Eletromagnéticos, 60 horas, conceito A.
- Sistemas Lineares, 60 horas, conceito B.
- Eletrônica de Potência, 60 horas, conceito A.
- Álgebra Linear, 60 horas, conceito A.
- Redes Neurais, 60 horas, conceito A.
- Projeto de Pesquisa I, 60 horas, conceito A.
- Proteção de Sistemas Elétricos, 60 horas, conceito A.
- Tópicos Especiais S – Instrumentação Eletrônica, 60 horas, conceito A.
- Projeto de Pesquisa II, 60 horas, conceito A.

4- ATIVIDADES PROFISSIONAIS

4.1- Estágio na Empresa PETROBRAS, Natal/RN (07/2011 – 06/2012)

Em seu último ano de graduação, o candidato realizou um estágio na sede administrativa da PETROBRAS, em Natal/RN, onde esteve lotado na Engenharia de Instalações, Processamento e Automação (EIPA), sob a supervisão do engenheiro eletricista Fabiano Medeiros. Ao longo do estágio, desenvolveu tarefas concernentes à engenharia de automação, tais como elaboração de tabelas e gráficos, bem como análise diária das planilhas com dados de produção das diversas estações de medição da região, além de participar de diversas reuniões com engenheiros e técnicos.

4.2- Estágio Docente na UFRN (07/2013 – 12/2013)

Durante o mestrado, o candidato teve o seu primeiro contato com a prática pedagógica, na ECT, ao realizar o estágio a docência na disciplina Eletricidade Aplicada. Nesse estágio, o candidato participou ativamente da elaboração dos roteiros das atividades práticas de laboratório e auxiliou os docentes da referida disciplina durante as aulas experimentais.

4.3- Professor Temporário na UFRN (07/2014 – 12/2014)

Durante o segundo semestre do ano de 2014, o candidato foi professor temporário no DEE-UFRN, tendo ministrado, na ocasião, a disciplina de eletrotécnica básica para duas turmas.

4.4- Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 – ATUAL)

Desde o mês de novembro de 2015, o candidato é professor efetivo do curso de Engenharia Elétrica, lotado no Departamento de Engenharias da UFERSA, Centro Multidisciplinar de Caraúbas, tendo exercido diversas atividades até o presente momento, tais como: ministração de aulas, participação em comissões e cargos administrativos, orientação de alunos de graduação e participação em comissões examinadoras.

4.4.1- Aulas Ministradas

- 2015.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2016.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2016.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h), Laboratório de Circuitos Elétricos (30 h) e Laboratório de Eletrônica de Potência (30 h).
- 2017.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2017.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2018.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h), Máquinas Elétricas (60 h) e Instalações Elétricas Industriais (60 h).
- 2018.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h), Máquinas Elétricas (60 h) e Laboratório de Circuitos Elétricos (30 h).
- 2019.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h), Máquinas Elétricas (60 h) e Instalações Elétricas (60 h).
- 2020.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2020.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2021.1: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).
- 2021.2: Análise de Sistemas de Potência (60 h) e Máquinas Elétricas (60 h).

4.4.2- Comissões e Cargos Administrativos:

- Coordenador dos laboratórios do Curso de Engenharia Elétrica (04/2016 – 01/2018) - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 0329/2015, de 05 de maio de 2015.**
- Coordenador da Comissão de Eficiência Energética da UFERSA campus Caraúbas - **PORTARIA UFERSA/GAB N°. 0523/2016, de 04 de agosto de 2016.**
- Vice Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica (02/2018 – 07/2019) - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 0142/2018, de 14 de março de 2018.**
- Membro da comissão de administração da usina solar da usina solar do campus de Caraúbas da UFERSA (11/2018 – 07/2019) **- PORTARIA UFERSA/GAB N° 046/2018, de 26 de novembro de 2018.**

4.4.3- Orientações de Alunos de Graduação

- Érika Isabel da Costa. Análise e Simulações de Erros em Sistemas Fotovoltaicos On-Grid. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Ingrid Thaís Azêvedo Dantas. Análise e Simulação de Falhas e Desequilíbrios em um Motor de Indução Trifásico. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Erivelton Sousa Bispo. Inspeção Visual de Instalação Elétrica: Estudo de Caso na Escola Pública do Município de Barão de Grajaú - MA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Judson Praxedes da Silva. Desenvolvimento de Estratégia de Modulação SVPWM Aplicada a Inversor Multinível para Alimentar uma Máquina de Indução Trifásica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Savio Gomes Fernandes de Medeiros. Análise de Índices de Qualidade de Energia Elétrica Considerando a Inserção de Geração Distribuída na UFERSA Campus Caraúbas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Gustavo Fernandes Bezerra da Cruz. Ensaios de Medição da Malha de Aterramento de um Aerogerador. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Jardel Figueiredo da Silva. Parametrização de um Módulo Fotovoltaico para Estudos de Fluxo de Potência em uma Rede de Distribuição com Inserção de Geração Distribuída. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Jardel Figueiredo da Silva. Software para dimensionamento da curva da catenária em linhas aéreas de transmissão. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Jefferson da Costa Rezende. Avaliação de Indicadores de Qualidade de Energia Elétrica no Prédio do Bloco de Laboratórios II da UFERSA Campus caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Esdras Antonio de Meneses Filho. Dimensionamento de uma rede de fibra óptica PON FTTH. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Igno Florêncio de Morais. Análise de tarifação de energia elétrica: um estudo de caso na UFERSA campus Caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Anderson Vieira Fernandes. Parametrização e análise de um modelo de uma máquina síncrona para estudos de transitórios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Hortência Cibelle da Silva Marinho. Inspeção dos equipamentos elétricos da rede de média tensão da UFERSA Campus Caraúbas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Ítalo Jonas de Sousa Alencar. Estudos Preliminares Sobre a Qualidade de Energia Elétrica em uma Instalação da UFERSA-Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Eduardo Mendonça Matos. Modelagem e Simulação de uma Linha de Transmissão com um Pouco Mais de Meio Comprimento de Onda. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Francisco Danilson da Silva Alves. Estudos de Medição de Resistividade e Estratificação do Solo em uma Localidade Próxima à UFERSA Campus Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Flavio Eider Fernandes do Rego. Análise Termográfica em Isoladores Instalados em um Sistema de Média Tensão no RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Gabriela de Oliveira Bandeira. Dimensionamento da Proteção Contra Sobrecorrentes da Subestação da UFERSA - Campus Caraúbas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Yasmin Fernandes Maia. Proteção Diferencial de Transformadores de Potência. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Orientador: Rodrigo Prado de Medeiros.

- Igor Lamark Araújo Fernandes. Desenvolvimento de um circuito de modulação PWM senoidal (SPWM) para controle de velocidade de motor de indução trifásico. Início: 2021. Iniciação científica (Graduando em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

- Judson Praxedes da Silva. Desenvolvimento de um circuito de modulação baseado em vetores espaciais para controle de velocidade de motor de indução trifásico. Início: 2021. Iniciação científica (Graduando em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

4.4.4- Participação em Comissões Examinadoras

4.4.4.1- Participação em Bancas de Trabalho de Conclusão de Curso

- FREITAS, A. A. A.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C.. Participação em banca de José Rafael Benigno de Araújo. Comissionamento Técnico Realizado em uma Escola de Ensino Profissionalizante no Estado do Ceará. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SENA, F. C. B.; SILVA, L. A. P.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Sebastião Augusto de Carvalho Melo. Estudo de Caso no Laboratório II da UFERSA, Campus Caraúbas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- FREITAS, A. A. A.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C. Participação em banca de Dayane Cynthia Pinto Oliveira.Diagnóstico e Avaliação de Eficiência Energética Utilizando o Método PROCEL RTQ-C. 2021. Trabalho de Conclusão

de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

- FREITAS, A. A. A.; BRITO FILHO, F. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de João Batista Cavalcante.Uma Análise sobre o Mercado de Usinas de Geração Fotovoltaica em Mossoró e Região. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- FREITAS, A. A. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Jocélia Dantas de Souza.Usina Solar Fotovoltaica da UFERSA Campus Caraúbas-RN. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- FREITAS, A. A. A.; PIMENTEL FILHO, M. C.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Lorena Janisia Coringa Costa.Estudo de um Barramento Multitensões de Corrente Contínua para Nanorredes no Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SENA, F. C. B.; **MEDEIROS, R. P.**; ARAUJO, T. M. S. Participação em banca de Cícero Eduardo de Melo.Análise e Adequação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas do Bloco de Laboratórios de Engenharia da UFERSA, Campus Caraúbas. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- FREITAS, A. A. A.; ESPINDOLA, R. L.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Hortência Cibelle da Silva Marinho.Comparação entre um Sistema Fotovoltaico Projetado Teoricamente e por Ferramenta Computacional. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- Nepomuceno, M. M. F.; BRITO FILHO, F. A.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Álison Breno Diógenes Pinto.Análise Multifractal em Séries Fisiológicas de Paciente com Apnéia de Sono. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- LAURA, T. L.; SILVA, A. N.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Thaís Milla Simão Araújo.Simulador de Planejamento de Caminhos Guiado por

Potencial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

- SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Luara Karolinny Machado de Oliveira.Aplicação de antenas de microfita no desenvolvimento de um sistema de identificação de perda de massa óssea. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Marcos Alves Rodrigues Neto.Desenvolvimento de novas configurações de superfícies seletivas de frequência baseadas em espirais para sistemas modernos de comunicações sem fio. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Monara Beatriz Santos Rodrigues.Análise da qualidade de instalação elétrica de uma escola municipal da cidade de Caraúbas/RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C. Participação em banca de Anderson Nicholas Lima de Oliveira. Automatização da elaboração de orçamentos e cálculos de queda de tensão para projetos de redes de distribuição de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.**; PAIVA, S. C. Participação em banca de Débora Amorim Bulhões. Perspectivas da micro e minigeração no sistema de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Guerra, J. R. F.; **MEDEIROS, R. P.**; Lima, R. S. Participação em banca de Jose Jefferson Azevedo Lima.Estudo sobre o desenvolvimento de um aerogerador residencial de baixo custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA NETO, V. P.; **MEDEIROS, R. P.**; Guerra, J. R. F. Participação em banca de Amanda Gomes Barboza. Estudo de superfícies seletivas de frequência

utilizando ressoadores em cascata. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

- COSTA, F. B.; GUIMARAES, A. M. F.; Ferreira, J. M. S.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Daniel Marques da Silva. Modelagem de Sistemas de Transmissão de Corrente Contínua em Alta Tensão. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SILVA JÚNIOR, D. A.; **MEDEIROS, R. P.**; DINIZ, D. D. S.; BEZERRA, B. G. S. Participação em banca de Esthefani Maria Almeida Cavalcante. Comparativo de atuadores eletrônicos em veículos automobilísticos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; BRITO FILHO, F. A.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Samuel Belarmino de Paiva. Novas propostas de geometrias para superfícies seletivas de frequências para aplicações wireless. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- SILVA NETO, V. P.; PAIVA, S. C.; SANTOS, E. P.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Silvan Ferreira da Silva Júnior.Desenvolvimento de monopolos de microfita bioinspirados para aplicações em sistemas broadband. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

4.4.4.2- Participação em Bancas de Mestrado

- COSTA, F. B.; SILVEIRA, L. F. Q.; **MEDEIROS, R. P.**; NEVES, W. L. A. Participação em banca de Samuel Simões Brito de Azevedo. Evaluation of Fault-Induced Traveling Waves in a Transmission Line Experimental Test Bench. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, A. V. C.; SILVA JUNIOR, J. L.; ROCHA, T. O. A.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Genilson Costa Muniz Filho. Estudo de Geração Fotovoltaica Utilizando Módulos Bifaciais. 2021. Dissertação (Mestrado em

Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- COSTA, F. B.; BARROS, C. M. V.; **MEDEIROS, R. P.**; ROCHA, T. O. A.; BARROS, L. S. Participação em banca de Max Rodrigues marques. Avaliação da Proteção de Gerador de Indução Duplamente Alimentado Aplicando a Transformada Wavelet. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, A. V. C.; SILVA JUNIOR, J. L.; ALMEIDA, M. A. D.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de João Maria Vital de Paiva. Proposta da Nova Topologia da Rede de Distribuição de Média Tensão do Campus Central a Partir da Entrada em Operação da Subestação 69 kV. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ribeiro, R. L. A.; Araújo, F. M. U.; ROCHA, T. O. A.; SOUSA NETO, C. M.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Yuri Iohanssen Ribeiro Damasceno. Estratégia de Controle Aplicado a Sistema de Geração Distribuída com Transição Suave entre os Modos Operação Conectado e Ilhado. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ALMEIDA, M. A. D.; Oliveira, J. A. N.; SILVA JUNIOR, J. L.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Allan David Silva da Costa. Aplicação WEB para Monitoramento de Parâmetros Elétricos de Sistemas Fotovoltaicos. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, A. V. C.; Oliveira, J. A. N.; ALMEIDA, M. A. D.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Enir Dias Neto. CONCEPÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE MONITORAMENTO E ATUAÇÃO PARA SISTEMAS DE PROTEÇÃO EM BAIXA TENSÃO. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PIMENTEL FILHO, M. C.; OLIVEIRA, A. V. C.; **MEDEIROS, R. P.** Participação em banca de Marcos Antonio de Araújo Silva. Otimização da

Parametrização de Relés em Sistemas Radiais de Distribuição de Energia Elétrica com Utilização do Algoritmo Genético. 2018. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Energia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- COSTA, F. B.; **MEDEIROS, R. P.**; Ribeiro, R. L. A.; Ferreira, J. M. S.; VIEIRA JÚNIOR, J. C. M. Participação em banca de Francisco Canindé da Silva Júnior. Proteção de Linhas de Transmissão Aéreas de Sistemas LCC-HVDC Monopolares Baseada em Ondas Viajantes Utilizando um Terminal. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5- PRODUÇÃO CIENTÍFICA

No que tange à produção científica, o candidato é autor de:

- Quatro artigos publicados no periódico internacional *IEEE Transactions on Power Delivery*. Todos os quatro artigos possuem Qualis A1 reconhecido pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior).
- Dois artigos publicados no periódico internacional *Electric Power Systems Research.* Todos os dois artigos possuem Qualis A1 reconhecido pela CAPES.
- Sete artigos publicados em eventos internacionais: dois artigos publicados no *IEEE PES General Meeting*, dois artigos publicados no *Seminar on Power Electronics and Control* (SEPOC), dois artigos publicados no *Workshop on Communication Networks and Power Systems* (WCNPS) e um artigo publicado no *International Joint on Neural Networks* (IJCNN).
- Quatro artigos publicados em eventos nacionais: dois artigos publicados no Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos (SBSE) e dois artigos publicados no Congresso Brasileiro de Automática (CBA)

5.1- Trabalhos publicados em periódicos internacionais

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M.; CHAVEZ, J. J.; LIMA JUNIOR, J. R.; POPOV, M. **A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 317-328, fev. 2022.

AIRES, M. N. O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M.; CHAVEZ, J. J.; POPOV, M. **A wavelet-based restricted earth-fault power transformer differential protection.** *Electric Power Systems Research*, [S.L.], v. 196, p. 107246, jul. 2021.

SIMÕES, L. D.; COSTA, H. J. D.; AIRES, M. N. O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; BRETAS, A. S. **A power transformer differential protection based on support vector machine and wavelet transform.** *Electric Power Systems Research*, [S.L.], v. 197, p. 107297, ago. 2021.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. **A Wavelet-Based Transformer Differential Protection: internal fault detection during inrush conditions.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 33, n. 6, p. 2965-2977, dez. 2018.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. **A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 789-799, abr. 2018.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. **Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 31, n. 5, p. 2083-2095, out. 2016.

5.2- Trabalhos publicados em eventos internacionais

MEDEIROS, R. P.; AIRES, M. N. O.; FRANÇA, R. L. S.; COSTA, F. B. **Performance assessment of a wavelet-based differential protection scheme in the inter-turn fault detection in a transformer.** In: *2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS)*. [S.l.: s.n.], 2020. p. 1–6.

SIMOES, L. D.; SOUZA, B. L.; COSTA, H. J. D.; MEDEIROS, R. P.; SANTANA JÚNIOR, O. V.; COSTA, F. B. **A power transformer event classification technique based on support vector machine.** In: *2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS)*. [S.l.: s.n.], 2020. p. 1–6.

PRADO, I. F.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. **A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections.** In: *12th Seminar on Power Electronics and Control*, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.

SIMÕES, L. D. ; OLIVEIRA, A. L. R. ; MEDEIROS, R. P. ; COSTA, F. B. **A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers.** In: *12th Seminar on Power Electronics and Control*, 2019, Natal - RN.

COSTA, F. B.; MEDEIROS, R. P. A wavelet-based transformer differential protection with differential current transformer saturation and cross-country fault detection. In: *2018 IEEE Power & Energy Society General Meeting (PESGM)*, 2018.

FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; MEDEIROS, R. P. **Power transformer disturbance classification based on the wavelet transform and artificial neural networks.** In: *2016 International Joint Conference on Neural Networks (IJCNN)*. [S.l.: s.n.], 2016. p. 640–646.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; FERNANDES, J. F. **Differential protection of power transformers using the wavelet transform.** In: *IEEE PES General Meeting*, 2014.

5.3- Trabalhos publicados em eventos nacionais

PRADO, I.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. **A performance analysis of transmission line differential protection.** In: VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020, Santo André - SP.

COSTA, H. J. D.; SOUZA, B. L.; SIMÕES, L. D.; AIRES, M. N. O.; MEDEIROS, R. P.; SANTANA JÚNIOR, O. V.; COSTA, F. B. **A proposed methodology for online implementation of a support vector machine with applications in power transformers event classification.** In: Congresso Brasileiro de Automática 2020, 2020.

FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; SANTANA JÚNIOR, O. V.; MEDEIROS, R. P. **Intelligent disturbance diagnosis in power transformers based on the wavelet transform and support vector machine.** In: XXII Congresso Brasileiro de Automática, 2018, João Pessoa - PB.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; ALMEIDA, M. A. D. **Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements.** In: Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016, Natal - RN.

6- PLANO DE PESQUISA

O proponente pretende desenvolver suas atividades de pesquisa a partir da orientação de trabalhos de iniciação científica e de monografia para alunos dos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecatrônica, bem como de dissertações de mestrado e em médio/longo prazo de teses de doutorado, para alunos matriculados nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPGEEC-UFRN) e de Engenharia Mecatrônica (PPGEMECA-UFRN). Os pressupostos teóricos das áreas que o candidato deseja realizar pesquisas, bem como as propostas de estudos sugeridas, estão contidos a seguir:

6.1- Contribuições na Área de Proteção de Sistemas Elétricos (Aplicações de Ferramentas Inteligentes na Proteção de Sistemas Elétricos)

Um sistema elétrico de potência é dividido em três subsistemas: geração, transmissão e distribuição. O subsistema de geração é responsável pela geração de energia elétrica por meio da utilização de diferentes formas de energia primitivas, tais como: energia das águas, dos ventos e do sol. O sistema de transmissão é responsável por interconectar as grandes usinas de geração às regiões de grande consumo, enquanto que a rede de distribuição é responsável pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores industriais de médio e pequeno porte, consumidores comerciais e de serviços e consumidores residenciais.

No sistema elétrico de potência, os transformadores são dispositivos destinados à compatibilização dos níveis de tensões e correntes em seus terminais primário e secundário, tornando possível a conexão dos geradores e das cargas aos sistemas de transmissão e de distribuição.

Da mesma forma que os demais componentes do sistema elétrico, transformadores estão sujeitos a curtos-circuitos. Portanto, esses dispositivos necessitam de monitoramento contínuo e proteção rápida, uma vez que são caros e essenciais para o funcionamento dos sistemas elétricos (BARBOSA et al., 2011).

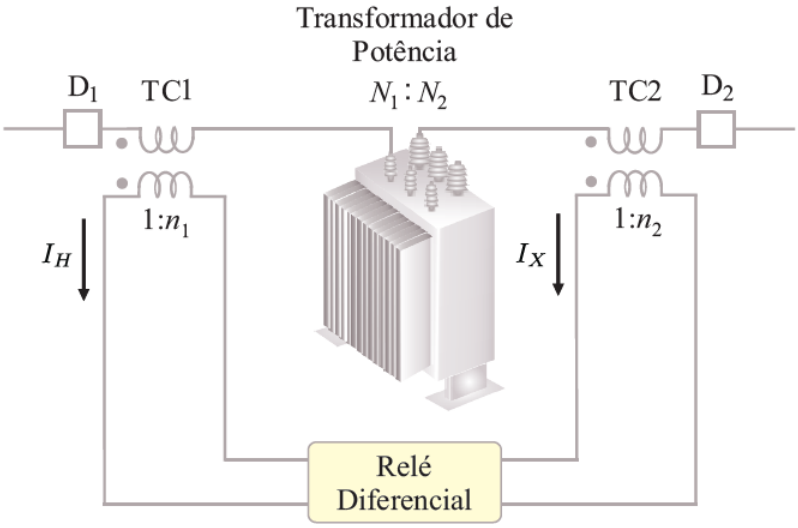
Cerca de 10% das faltas nos sistemas elétricos de potência ocorrem em transformadores de potência, sendo 70% destas faltas causadas por curtos-circuitos em seus enrolamentos (BLACKBURN; DOMIN, 2006). Faltas em transformadores causam prejuízos, principalmente, devido ao custo da energia não entregue por causa da sua

indisponibilidade, multas e possíveis custos adicionais de reparo de danos de equipamentos (PAITHANKAR; BHIDE, 2004). Além disso, faltas em transformadores são consideradas, muitas vezes, distúrbios mais severos para a rede de transmissão que as faltas em linhas de transmissão, as quais geralmente podem ser reparadas rapidamente (ABB, 1999). Portanto, a proteção dos transformadores de potência é necessária e indispensável.

Entre as funções de proteção aplicadas em transformadores, a função diferencial tem sido largamente utilizada como proteção primária para transformadores com potência nominal superior a 10 MVA. Relés numéricos modernos incorporaram as funções da proteção diferencial, mostrando-se mais rápidos, seguros e confiáveis que os antigos relés eletromecânicos e estáticos (BLACKBURN; DOMIN, 2006).

Normalmente, os relés de proteção diferencial comparam as correntes que fluem pelos enrolamentos secundários dos transformadores de corrente instalados em cada terminal do transformador de potência, conforme ilustrado na Figura 1. Contudo, algumas condições operacionais, como manobras de energização e o consequente aparecimento das correntes de *inrush*, podem causar correntes diferenciais significativas. Com a finalidade de evitar uma incorreta operação do relé, nesse caso, é necessária a correta discriminação entre a corrente de *inrush* e a corrente de falta (BARBOSA et al., 2011).

Figura 1 – Esquema unifilar da proteção diferencial percentual.



Fonte: Autoria própria (2018).

Na literatura, os métodos de proteção diferencial baseados na restrição de componentes harmônicas têm sido bastante utilizados para resolver este problema. Essa

abordagem é baseada no fato de que cada fenômeno possui um espectro harmônico característico. Por exemplo, na energização do transformador, a componente de segunda harmônica da corrente é maior que em uma corrente de falta típica (ELMORE, 2003). Porém, essa metodologia apresenta tempo de convergência lento na detecção de faltas.

Nos últimos anos, técnicas modernas de processamento digital de sinais e inteligência artificial, tais como redes neurais artificiais (RNAs), lógica fuzzy e transformada *wavelet* têm sido propostas para detectar e classificar faltas e alguns distúrbios de qualidade da energia (KHAN; OZGONENEL; RAHMAN, 2007; VAZQUEZ et al., 2008; COSTA; SOUZA; BRITO, 2010; BARBOSA et al., 2011; SHAH; BHALJA, 2013). Dentre esses algoritmos, a transformada *wavelet* apresenta um elevado potencial como ferramenta matemática auxiliar ao estudo da proteção diferencial, pois vem apresentando resultados satisfatórios na detecção, localização e classificação de faltas nos sistemas elétricos de potência (OLIVEIRA; BRETAS, 2009; GAOUDA; SALAMA, 2010; SALEH; SCAPLEN; RAHMAN, 2011).

Apesar da transformada *wavelet* apresentar um bom desempenho para detecção dos sinais de falta no sistema elétrico, esta metodologia comumente falha na detecção de faltas com transitórios superamortecidos e é fortemente influenciada pela escolha da wavelet mãe, apresentando tempo de atraso em análises em tempo real (COSTA, 2014). Para superar essas limitações, Costa (2014) propôs a utilização da transformada *wavelet* com bordas, a qual se mostrou não ser afetada pela escolha da *wavelet* mãe e apresentou nenhum atraso na detecção de faltas em tempo real.

Utilizando a metodologia da transformada *wavelet* discreta com efeitos de borda proposta em Costa (2014), é apresentado em Medeiros et al. (2022) um esquema de proteção diferencial de transformadores rápido, de fácil implementação e bastante sensível na detecção de curtos-circuitos dentro da zona de proteção diferencial de transformador. O esquema apresentado mostrou-se bastante promissor para implementações práticas em relés diferenciais numéricos atuais.

Com base no estado da arte apresentado acima, que discute sobre a aplicação da transformada *wavelet* na detecção de faltas e na proteção de sistemas elétricos, o candidato possui interesse em dar continuidade aos estudos realizados, desenvolvendo as seguintes pesquisas:

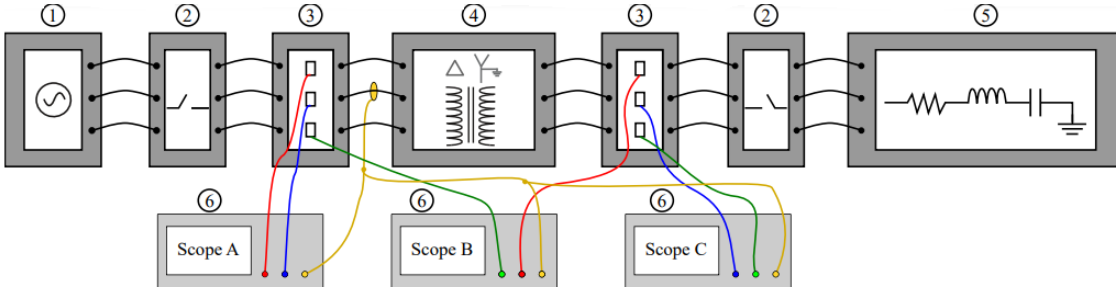
- Avaliação de desempenho do método de proteção diferencial proposto em Medeiros et al. (2022) para outros componentes do sistema de potência, a exemplo das linhas de transmissão, barramentos e máquinas elétricas.

- Utilização de outras ferramentas inteligentes, como por exemplo lógica *fuzzy* e *machine learning*, para a correta classificação de distúrbios em transformadores e em outros equipamentos elétricos, tais como linhas de transmissão e máquinas elétricas.

6.2- Contribuições na Área de Automação de Sistemas Elétricos

Atualmente, o proponente é coordenador do projeto universal intitulado “Proteção diferencial de transformadores baseada na transformada wavelet”, o qual foi aprovado na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa A. O objetivo desse projeto é implementar um esquema de proteção diferencial de transformadores em laboratório aplicando a transformada *wavelet* discreta redundante com efeitos de borda nas correntes que fluem pelos dois enrolamentos do transformador, de acordo com Medeiros et al. (2022). Este projeto é fruto de uma parceria entre as instituições UFERSA e UFRN e, atualmente, encontra-se em fase de execução no laboratório ProRedes, localizado na Escola de Ciências e Tecnologia (ECT) da UFRN, o qual dispõe de uma infraestrutura adequada para a sua realização. Os resultados obtidos até o presente momento com este projeto têm apoiado o desenvolvimento de duas dissertações de mestrado de alunos do grupo de pesquisa ProRedes, grupo do qual o coordenador deste projeto é membro. Uma dissertação já foi defendida e a outra encontra-se em andamento. Além disso, alguns artigos já foram publicados em periódicos e simpósios internacionais (três deles em periódicos internacionais e um deles em um simpósio internacional), e outro artigo foi submetido recentemente para um congresso nacional. Na Figura 1 é ilustrado um diagrama de blocos representando a bancada experimental que foi desenvolvida até o presente momento, a qual possibilita a geração de eventos no transformador de potência.

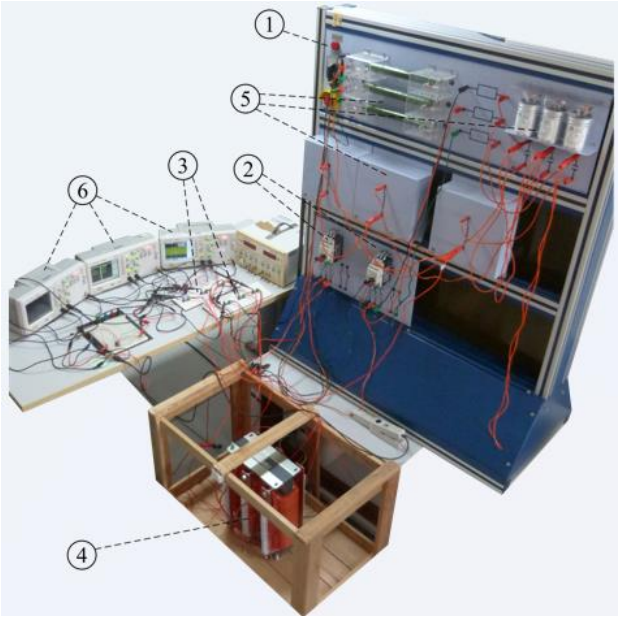
Figura 2 – Diagrama de blocos para o arranjo experimental



Fonte: Autoria própria (2022)

Os blocos numerados de 1 a 6 na Figura 2 representam todos os componentes que integram o experimento, respectivamente: fonte de tensão de bancada, disjuntores, sensores de corrente, transformador, carga RLC e osciloscópios. A bancada experimental está ilustrada na Figura 3. O transformador trifásico tem potência nominal de 1 kVA e relação de transformação 220/220 V, e os seus enrolamentos apresentam derivações para permitir a geração de curtos-circuitos entre espiras (Figura 4).

Figura 3 – Bancada experimental.



Fonte: Autoria própria (2022).

Figura 4 – Transformador trifásico.



Fonte: Autoria própria (2022).

6.2.1- Sistema de Aquisição de Dados Atual

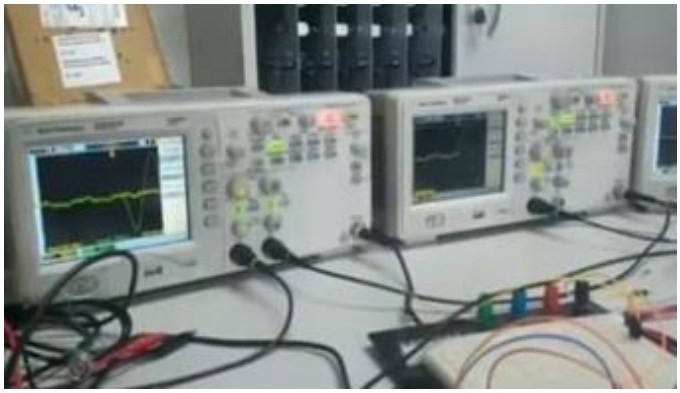
Para o monitoramento do transformador, escolheu-se gravar seis sinais de corrente (três correntes do lado primário e três correntes do lado secundário). Em aplicações práticas, essas correntes são usualmente medidas por transformadores de corrente. Para este experimento, seis sensores de corrente/tensão do fabricante Allegro ACS712-30 A são utilizados para medir as correntes trifásicas dos lados primário e secundário do transformador. Esses sensores são alimentados por uma bateria e são capazes de medir correntes na faixa entre -30 A e 30 A, apresentando uma sensibilidade de 66 mV/A.

Para gravar os registros medidos pelos sensores de corrente, são utilizados três osciloscópios idênticos do fabricante Agilent DSO1012A. Cada osciloscópio tem uma largura de banda de 100 MHz e 2 canais analógicos com uma profundidade máxima de memória de 10 kpts. Como diferentes correntes são medidas por diferentes osciloscópios, as medições devem ser sincronizadas. Portanto, uma ponta de prova de corrente Keysight 1146B é usada como trigger externo para os três osciloscópios, que mediam dois canais cada. Além disso, seis pontas de prova de tensão Siglent PP510, com largura de banda de 100 MHz cada uma, foram utilizadas para medir os sinais de saída dos sensores.

Com base em Medeiros et al. (2022), a frequência de amostragem de 15,36 kHz é suficiente para ser utilizada em métodos de proteção diferencial de transformadores baseados em componentes de alta frequência, os quais podem ser apropriadamente extraídos através da transformada *wavelet*. No entanto, uma limitação dos osciloscópios usados é que nenhum deles fornece taxas de amostragem múltiplas de 60 Hz. Assim sendo, os osciloscópios registraram os sinais em 17,07 kHz, que é a frequência de amostragem mais próxima de 15,36 kHz disponível nos osciloscópios utilizados.

Os osciloscópios possuem uma porta USB 2.0 para exportação de dados para análises *offline*. As medições são exportadas como pontos de dados XY, sendo X a contagem da amostra e Y a corrente medida naquele ponto, em formato de valores separados por vírgula (*.csv). Na Figura 3 ilustra-se um sinal de corrente gravado no osciloscópio para um caso em que foi gerado um curto-circuito entre espiras em uma das fases do enrolamento primário do transformador. Uma vez que cada osciloscópio grava apenas um número limite de amostras, foi utilizado o botão de *trigger* para selecionar a gravação de amostras do regime permanente e do regime de falta, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 – Exibição do sinal gravado no osciloscópio.



Fonte: Autoria própria (2022).

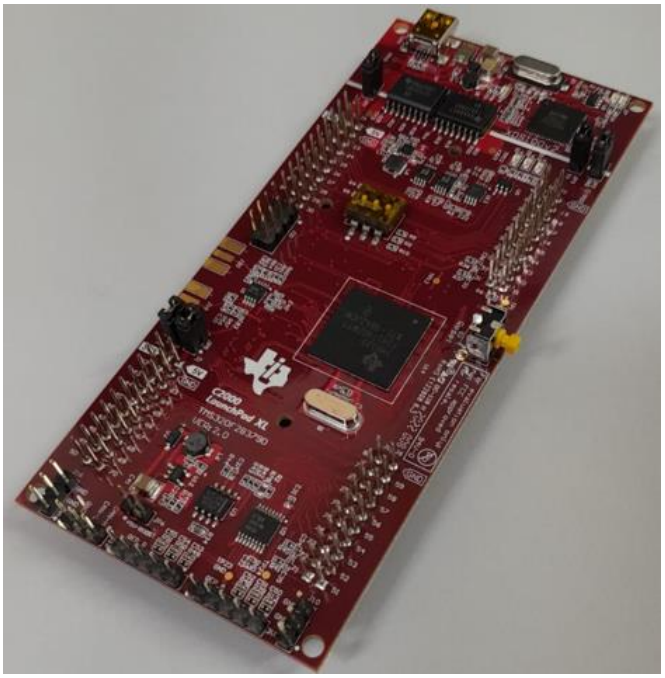
6.2.2- Implementação em *hardware* do relé de proteção diferencial

Atualmente, os registros gerados através da bancada experimental são exportados via osciloscópios para serem avaliados de maneira *offline* por um algoritmo de que implementa o elemento de proteção diferencial convencional. O próximo passo para este experimento é avaliar de maneira *offline* o desempenho de algoritmos de proteção baseados em componentes de alta frequência, para fins de comparação de desempenho com o elemento convencional, que é baseado na componente fundamental e em componentes de baixa frequência. Além disso, pretende-se implementar todos esses algoritmos de proteção em um hardware DSP, o qual estará integrado à bancada desempenhando o papel do relé de proteção, para permitir a validação dos seus desempenhos em tempo real. Na Figura 6 é ilustrado o kit DSP de ponto flutuante, modelo TMS320F28379D da *Texas Instruments*, que será utilizado neste experimento para esta finalidade. Este processador foi escolhido por apresentar características de desempenho superiores a outros processadores da mesma família, como elevada capacidade de processamento e maior resolução no processo de conversão analógico digital, além de apresentar modulação sigma-delta.

Uma das saídas do DSP será configurada para ser o sinal de *TRIP* quando o algoritmo detectar uma condição de curto-circuito interno, e este acionará dois relés de estado sólido, os quais estarão conectados a cada enrolamento do transformador, promovendo o seccionamento do circuito e o consequente isolamento do transformador. Os relés de estado sólido, do inglês *state solid relays* (SSRs), são dispositivos eletrônicos usados no acionamento de cargas e apresentam inúmeras vantagens em relação aos

convencionais relés eletromecânicos. Ao receber um sinal de comando em seus terminais de entrada, o SSR aciona (liga) a carga. O instante de acionamento sempre acontece na próxima passagem por zero da tensão de rede. Durante o desligamento, o sinal de comando é retirado e o SSR espera a próxima passagem por zero da tensão da rede para realizar o bloqueio (NOVUS PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA., 2022). Na Figura 7 é ilustrado o modelo do relé de estado sólido que será utilizado neste experimento.

Figura 6 – Kit DSP de ponto flutuante (modelo TMS320F28379D).



Fonte: Autoria própria (2022).

Figura 7 – Relé de estado sólido (modelo SSR3-4890)



Fonte: Autoria própria (2022).

6.2.3- Desenvolvimento de sistemas supervisórios para monitoramento de equipamentos elétricos (transformadores e motores)

O monitoramento do estado operativo de equipamentos elétricos em plantas industriais e nas concessionárias, por exemplo, é um tema bastante relevante, especialmente no contexto atual da quarta revolução industrial (indústria 4.0), que pressupõe a grande competividade entre as empresas que buscam aumentar cada vez mais garantir a eficiência dos seus processos e equipamentos bem como reduzir os seus custos (PESSATTI, 2020). No entanto, estes equipamentos estão bastante susceptíveis a falhas quando estão em operação, as quais podem resultar em paradas não planejadas. De acordo com Pessatti (2020), grandes prejuízos são gerados às empresas devido ao tempo de inatividade de suas máquinas. Desse modo, todos os tipos de manutenção (corretiva, preventiva e preditiva) são cruciais para garantir o mínimo de paradas não programadas, permitindo a boa produtividade e lucratividade das empresas. No entanto, no contexto atual das tecnologias empregadas na indústria 4.0, a previsibilidade dos processos assume um nível bem mais alto de excelência e confiança, garantindo que as intervenções ocorram de modo pontual e específico (BOSCH, 2022).

Dentre os diversos equipamentos presentes em uma planta industrial, os motores elétricos assumem papel de destaque por fornecerem, por meio de um processo de conversão eletromecânica de energia, os movimentos necessários para o desenvolvimento dos processos em uma planta. Para Ferreira (2019), a manutenção e o monitoramento de motores elétricos são de extrema importância para a melhoria da produtividade nas indústrias. De acordo com Reis (2010), falhas em motores elétricos são uma das principais causas de paradas não planejadas nos processos industriais. Tais falhas podem ser de natureza: mecânica, como desalinhamento e desgastes nos rolamentos; elétrica, como curtos-circuitos nos enrolamentos estator e quebra de barras no circuito do rotor; ou ambiental, como variações de temperatura, umidade ou problemas com a limpeza (MENEGAT, 2014). Portanto, é necessário um sistema de monitoramento que realize a medição e a análise minuciosa de todos esses parâmetros.

Com relação aos transformadores de potência, estes são dispositivos cruciais para os sistemas elétricos de potência, uma vez que o seu funcionamento está associado à continuidade do fornecimento de energia elétrica por meio da interligação de redes com diferentes níveis de tensão (FITZGERALD; KINGSLEY; KUSKO, 1975). De modo geral, os transformadores de potência apresentam um longo e complexo processo de

fabricação e aquisição. Embora os preços variem de acordo com os fabricantes e com o tamanho do equipamento, um transformador de potência pode custar cerca de milhões de dólares. Por se tratar de um elemento caro e de grande porte, sua substituição pode se tornar bastante onerosa e demorada. Faltas em transformadores são consideradas perturbações muito graves para as redes de transmissão, provocando repetidas manutenções (ABB, 1999). Além das faltas, os transformadores estão sujeitos a distúrbios de qualidade da energia elétrica, tais como sobrecarga e redução do fator de potência, que podem causar danos e efeitos indesejáveis no sistema elétrico. Portanto, é necessário investimento em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento que auxiliem na manutenção preditiva de transformadores, promovendo o aumento da sua vida útil e reduzindo o número de interrupções de serviço.

A utilização de tecnologias para monitoramento remoto é fundamental para garantir a boa *performance* das máquinas elétricas. De acordo com Edge Brasil (2022), é impossível adequar as empresas à era da indústria 4.0 sem a utilização dessas tecnologias. Além disso, o uso de protocolos de comunicação sem fio permite a fácil visualização dos dados em aplicativos, tais como smartphones, ou na nuvem, os quais podem ser transmitidos através de outros dispositivos conectados (PESSATTI, 2020). Nesse contexto, existem soluções de IoT (Internet das Coisas) que tornam esse monitoramento mais barato e acessível, podendo serem aplicadas desde os processos industriais até processos mais simplificados.

Tomando como base a experiência do proponente deste projeto na aplicação de ferramentas inteligentes como transformada *wavelet* e *machine learning* na proteção de sistemas elétricos, no âmbito da pesquisa, e em máquinas elétricas rotativas, no âmbito de ensino, e aproveitando a disponibilidade de equipamentos e recursos oriundos do projeto universal “Proteção diferencial de transformadores baseada na transformada wavelet”, o qual é coordenado pelo proponente, pretende-se desenvolver um sistema de monitoramento de equipamentos elétricos dentro de um laboratório da UFRN, tal como é realizado nas indústrias e concessionárias de energia elétrica. Espera-se que esse sistema possa fornecer um diagnóstico inteligente de distúrbios em tempo real e prever a sua ocorrência, apoiando-se na utilização de ferramentas como inteligência artificial e IoT, alinhando cada vez mais as pesquisas da universidade ao conceito de indústria 4.0.

7- PLANO DE ENSINO

Tomando como base toda a trajetória profissional do candidato até o presente momento, e considerando as áreas de ensino que ele poderá atuar enquanto docente do curso de engenharia mecatrônica do DEE/UFRN, o candidato encontra-se apto para:

1. Ministrar disciplinas da estrutura curricular do curso de engenharia mecatrônica do DEE/UFRN, tais como:

   1.1. Análise de Sinais e Sistemas;
   1.2. Teoria de Circuitos;
   1.3. Processamento Digital de Sinais;
   1.4. Sistemas de Controle;
   1.5. Automação Industrial;
   1.6. Acionamentos Eletrônicos de Potência.

2. Ministrar disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPgEEC) e Pós-Graduação em Engenharia Mecatrônica (PPGEMECA), tais como:

   2.1. Sistemas de Controle;
   2.2. Redes Neurais;
   2.3. Sistemas Lineares;
   2.4. Tópicos Especiais (Ex: Máquinas Elétricas, Análise de Sistemas de Potência, Proteção de Sistemas Elétricos).

3. Participar ativamente das atividades relacionadas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Engenharia Mecatrônica, atuando como membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso.

4. Participar de comissão examinadora de trabalho final ou monografia dos cursos de engenharia mecatrônica e engenharia elétrica do DEE/UFRN.

5. Participar de comissão examinadora de dissertações e teses do PPgEEC e do PPGEMECA.

8- PLANO DE EXTENSÃO

Em relação às atividades planejadas pelo candidato para serem desenvolvidas no âmbito da extensão, podem ser destacadas:

1. A partir da análise das necessidades da sociedade, promover a identificação de aspectos nos quais o trabalho desenvolvido no curso de engenharia mecatrônica do DEE/UFRN pode auxiliar as pessoas de tal forma a viabilizar uma boa relação universidade-sociedade.

2. Organização de palestras e minicursos, juntamente com os alunos do curso de graduação em engenharia mecatrônica do DEE/UFRN, sobre temas relacionados a áreas como instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação, a serem realizados em escolas da rede pública estadual e municipal a fim de despertar nos jovens e adolescentes a consciência sobre a importância da engenharia na vida moderna, especialmente a engenharia mecatrônica.

3. Ministração de minicursos de *softwares* relacionados ao curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN para os discentes de maneira a contribuir com a formação curricular dos futuros egressos.

4. Envolver-se com atividades de extensão desenvolvidas pelos demais docentes do curso de engenharia mecatrônica do DEE/UFRN e programar atividades e *workshops* com os docentes do curso com o intuito de promover discussões e soluções sobre como o referido curso pode beneficiar a sociedade.

9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABB. *Protection Application Handbook*. [S.l.: s.n.], 1999.

AIRES, M. N. O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M.; CHAVEZ, J. J.; POPOV, M. **A wavelet-based restricted earth-fault power transformer differential protection.** *Electric Power Systems Research*, [S.L.], v. 196, p. 107246, jul. 2021.

BARBOSA, D. et al. **Power transformer differential protection based on clarke's transform and fuzzy systems.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 26, n. 2, p. 1212–1220, 2011.

BLACKBURN, J.; DOMIN, T. **Protective Relaying: Principles and Applications**, Third Edition. [S.l.]: Taylor & Francis, 2006.

BOSCH. **Indústria 4.0: muito além da automação**. 2022. Disponível em: https://www.bosch.com.br/noticias-e-historias/industria-4-0/. Acesso em: 30 jun. 2022.

COSTA, F. B. **Fault-induced transient detection based on real-time analysis of the wavelet coefficient energy.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 29, n. 1, p. 140–153, Feb 2014.

COSTA, F. B.; SOUZA, B. A.; BRITO, N. S. D. **Real-time detection of fault-induced transients in transmission lines.** *Electronics Letters*, v. 46, n. 11, p. 753–755, May 2010.

COSTA, F.; PRADO, R. **A wavelet-based transformer differential protection with differential current transformer saturation and cross-country fault detection.** In: *2018 IEEE Power & Energy Society General Meeting*. [S.l.: s.n.], 2018. p. 1–1.

COSTA, H. et al. **A proposed methodology for online implementation of a support vector machine with applications in power transformers event classification.** In: Congresso Brasileiro de Automática 2020, 2020. Anais do Congresso Brasileiro de Automática 2020.

EDGE BRASIL. **Análise de vibração e temperatura: saiba como e por que implantar**. Disponível em: https://edgeglobal.com.br/blog/analise-de-vibracao/. Acesso em: 29 jun. 2022.

ELMORE, W. **Protective Relaying: Theory and Applications**. [S.l.]: Taylor & Francis, 2003.

FERREIRA, Carlos André. **Sistema de Monitoramento em Motores de Indução Trifásicos Utilizando a Plataforma Arduíno.** 2019. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Manutenção Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Guarapuava, 2019.

FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; MEDEIROS, R. P. **Power transformer disturbance classification based on the wavelet transform and artificial neural networks**. In: *2016 International Joint Conference on Neural Networks (IJCNN)*. [S.l.: s.n.], 2016. p. 640–646.

FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; SANTANA JÚNIOR, O. V.; MEDEIROS, R. P. **Intelligent disturbance diagnosis in power transformers based on the wavelet transform and support vector machine.** In: XXII Congresso Brasileiro de Automática, 2018, João Pessoa - PB. XXII Congresso Brasileiro de Automática - CBA 2018, 2018.

FITZGERALD, A.; KINGSLEY, C.; KUSKO, A. *Máquinas Elétricas: Conversão Eletromecânica da Energia, Processos, Dispositivos e Sistemas*. [S.l.]: McGraw-Hill, 1975.

GAOUDA, A.; SALAMA, M. **Dsp wavelet-based tool for monitoring transformer inrush currents and internal faults.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 25, n. 3, p. 1258–1267, 2010.

KHAN, M.; OZGONENEL, O.; RAHMAN, M. A. **Diagnosis and protection of stator faults in synchronous generators using wavelet transform.** In: *IEEE International Electric Machines Drives Conference*, 2007. IEMDC ’07. [S.l.: s.n.], 2007. v. 1, p. 184-189.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; FERNANDES, J. F. **Differential protection of power transformers using the wavelet transform.** *IEEE PES Gen. Meeting*, 2014.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; ALMEIDA, M. A. D. **Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements.** In: Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016, Natal - RN. Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. **Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 31, n. 5, p. 2083-2095, 2016.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. **A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, v. 33, n. 2, p. 789-799, abr. 2018.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. **A Wavelet-Based Transformer Differential Protection: internal fault detection during inrush conditions.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 33, n. 6, p. 2965-2977, dez. 2018.

MEDEIROS, R. P. et al. **Performance assessment of a wavelet-based differential protection scheme in the inter-turn fault detection in a transformer.** In: *2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS)*. [S.l.: s.n.], 2020. p. 1–6.

MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M.; CHAVEZ, J. J.; LIMA JUNIOR, L. R.; POPOV, M. **A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection.** *IEEE Transactions On Power Delivery*, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 317-328, fev. 2022.

MENEGAT, Juliano. **Estudo de Falhas Incipientes em Motores de Indução Trifásicos Utilizando a Transformada Discreta de Wavelet.** TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NOVUS PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. **SSR - Relé de Estado Sólido 40 a 90 Ampéres (Trifásico).** Disponível em: https://www.novus.com.br/pt/ssrtri_40a90amp. Acesso em: 29 jun. 2022.

OLIVEIRA, M.; BRETAS, A. **Application of discrete wavelet transform for differential protection of power transformers.** In: *2009 IEEE Bucharest PowerTech*. [S.l.: s.n.], 2009. p. 1–8.

PAITHANKAR, Y. G.; BHIDE, S. R. **Fundamentals of Power System Protection.** [S.l.]: Prentice-Hall of India, 2004.

PESSATTI, Otávio Bohn. **Um panorama sobre o monitoramento de condições de operação de motores elétricos**. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PRADO, I. F.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. **A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections.** In: *12th Seminar on Power Electronics and Control*, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.

PRADO, I. et al. **A performance analysis of transmission line differential protection.** In: VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020, Santo André - SP. VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020.

REIS, Aderson Jamier Santos. **Reconhecimento de Padrões de Falhas em Motores Trifásicos Utilizando Redes Neurais**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SALEH, S.; SCAPLEN, B.; RAHMAN, M. **A new implementation method of wavelet packet-transform differential protection for power transformers.** *IEEE Transactions on Industry Applications*, v. 47, n. 2, p. 1003–1012, 2011.

SHAH, A. M.; BHALJA, B. R**. Discrimination between internal faults and other disturbances in transformer using the support vector machine-based protection scheme.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 28, n. 3, p. 1508–1515, 2013.

SIMÕES, L. D.; OLIVEIRA, A. L. R.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. **A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers.** In: *12th Seminar on Power Electronics and Control*, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.

SIMOES, L. D. et al. **A power transformer event classification technique based on support vector machine.** In: *2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS)*. [S.l.: s.n.], 2020. p. 1–6.

SIMÕES, L. D.; COSTA, H. J. D.; AIRES, M. N.O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; BRETAS, A. S. **A power transformer differential protection based on support vector machine and wavelet transform.** *Electric Power Systems Research*, [S.L.], v. 197, p. 107297, ago. 2021.

VAZQUEZ, E. et al. **Transformer differential protection using principal component analysis.** *IEEE Transactions on Power Delivery*, v. 23, n. 1, p. 67–72, 2008.

Processo nº. 23091.000561/2021-75

Assunto: SOLICITA PROGRESSÃO FUNCIONAL, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

DESPACHO FAVORÁVEL

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE
RELATÓRIO PARA ASCENSÃO FUNCIONAL DE DOCENTE

Docente:	Rodrigo Prado de Medeiros		
Origem: CMC	Identificador: 1141792	Regime:	DE
Ascensão:	para o nível 02 da Classe C – Professor Adjunto		
Ingresso UFERSA:	24/11/2015	Última Ascensão:	24/11/2018
Ascensão Atual:	24/11/2020	Data do protocolo:	14/01/2021
Períodos Analisados:	2018.2; 2019.1; 2019.2;		

PONTUAÇÃO		PONTOS
Grupo I - Atividades Docentes		33,53
Grupo II - Produção Intelectual, de Pesquisa e Extensão		57,00
Grupo III - Atividades Administrativas, de Representação e Outras		3,50
Número de semestres que o docente encontrou-se em cargo de direção, chefia, coordenação; curso de mestrado, doutorado ou pós-doutorado; licença saúde/gestante	3	45,00
TOTAL		139,03
Requisítos Mínimos para Aprovação: Mínimo de 6,25 pontos no Grupo I; Mínimo de 2,5 pontos no Grupo II; Mínimo de 60 pontos no Total		Atingiu
RESULTADO FINAL		Aprovado

DESPACHO

Considerando que o Art. 12, § 2° da Lei Federal 12.772 de 28 de dezembro de 2012, prevê o interstício mínimo de 24 meses para a avaliação funcional docente em cada nível para fins de concessão de progressão ou promoção por desempenho, sendo silente no que se refere a períodos letivos ministrados neste interstício, o docente requerente foi avaliado nos períodos letivos concluídos que foram lecionados durante o seu interstício, tendo cumprido o disposto no Art. 57 da Lei Federal 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nos períodos analisados.
Desta forma, de acordo com o disposto na RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 010/2014 (com anexo alterado pela Resolução CONSUNI 006/2017), de 24 de novembro de 2014, procedeu-se à análise de desempenho acadêmico do professor referente ao interstício de 24 de novembro de 2018 a 24 de novembro de 2020 e, como pode ser comprovado na tabela acima, o docente atingiu a pontuação necessária, tendo, portanto, direito à sua progressão funcional. Esta deliberação está registrada na Ata da 1ª Reunião Ordinária do mês de fevereiro de 2021, aprovada em 03 de fevereiro de 2021 e assinada pelos membros desta comissão.

(Autenticado digitalmente em 08/02/2021 15:35)
LUIS MORAO CABRAL FERRO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
PROFESSOR 3 GRAU

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 16:00

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2018.1

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0148 - INSTALACOES ELETRICAS INDUSTRIAIS	01	16	1	9,53	0,00	9,53	9,11	1,47
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	01	8	0	9,67	0,00	9,67	9,44	0,00
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	01	6	1	9,78	0,00	9,78	9,56	0,00

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0148 - INSTALACOES ELETRICAS INDUSTRIAIS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	8	9	8	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	9	10	10	10
4	10	10	7	7	7	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	6	9	8	10	10	9	10
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
10	10	10	10	9	10	10	10	10	10
11	9	10	7	9	8	10	10	8	8
12	10	9	7	7	8	9	10	10	9
13	10	10	8	8	9	10	10	10	10
14	10	10	10	8	9	10	10	10	10
15	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Média	**9,87**	**9,87**	**8,80**	**9,00**	**9,07**	**9,80**	**9,93**	**9,73**	**9,73**
DP	**0,35**	**0,35**	**1,47**	**1,07**	**1,03**	**0,41**	**0,26**	**0,59**	**0,59**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	9	9	9	9	9	9
2	10	9	10	10	10	9	8
3	10	9	9	8	9	9	9
4	10	7	10	10	N/A	7	7
5	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	8
9	10	4	10	7	0	8	10
10	10	10	10	10	10	10	10
11	9	7	10	9	7	8	8
12	10	9	9	8	5	9	8
13	10	10	10	7	7	10	7
14	10	9	10	10	9	10	8
15	9	9	9	9	9	9	9
Média	**9,87**	**8,80**	**9,73**	**9,13**	**8,21**	**9,20**	**8,73**
DP	**0,35**	**1,66**	**0,46**	**1,13**	**2,81**	**0,94**	**1,10**

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	9	10	7	9	8	10	10	8	8
6	10	10	9	8	8	9	10	10	10
7	10	10	10	10	8	10	10	10	9
8	10	10	10	9	8	10	10	10	9
Média	**9,88**	**10,00**	**9,50**	**9,50**	**9,00**	**9,88**	**10,00**	**9,75**	**9,50**
DP	**0,35**	**0,00**	**1,07**	**0,76**	**1,07**	**0,35**	**0,00**	**0,71**	**0,76**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	9	9	8	9	9	9
2	10	10	10	10	N/A	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	9	8	10	9	7	8	9
6	10	8	10	10	9	10	9
7	10	10	10	10	7	10	8
Média	**9,88**	**9,13**	**9,88**	**9,50**	**8,71**	**9,63**	**9,25**
DP	**0,35**	**0,99**	**0,35**	**0,76**	**1,25**	**0,74**	**0,71**

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
8	10	8	10	9	9	10	9
Média	**9,88**	**9,13**	**9,88**	**9,50**	**8,71**	**9,63**	**9,25**
DP	**0,35**	**0,99**	**0,35**	**0,76**	**1,25**	**0,74**	**0,71**

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	9	10	10	10	10	10
6	9	10	7	9	8	10	10	8	8
Média	**9,83**	**10,00**	**9,50**	**9,67**	**9,67**	**10,00**	**10,00**	**9,67**	**9,67**
DP	**0,41**	**0,00**	**1,22**	**0,52**	**0,82**	**0,00**	**0,00**	**0,82**	**0,82**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	9	9	8	9	9	9
2	10	10	10	10	N/A	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	10	9	10	10	10	10	10
6	9	8	10	9	7	9	8
Média	**9,83**	**9,33**	**9,83**	**9,50**	**9,20**	**9,67**	**9,50**
DP	**0,41**	**0,82**	**0,41**	**0,84**	**1,30**	**0,52**	**0,84**

Legenda:
- **N/A** Item não avaliado ou não se aplica
- **DP** Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)
- **1.1.1** Comparecimento às aulas
- **1.1.2** Cumprimento do horário das aulas do início ao fim
- **1.1.3** Cumprimento do programa da disciplina
- **1.1.4** Clareza na apresentação do conteúdo
- **1.1.5** Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado
- **1.1.6** Incentivo à participação dos alunos nas aulas
- **1.1.7** Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas
- **1.1.8** Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas
- **1.1.9** Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)
- **2.2.1** Utilização da bibliografia sugerida pelo professor
- **2.2.2** Comparecimento às aulas
- **2.2.3** Permanência nas aulas do início ao fim
- **2.2.4** Participação nas aulas
- **2.2.5** Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor
- **2.2.6** Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina
- **2.2.7** Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 15:59

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2018.2

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	01	14	0	9,70	0,00	9,70	8,95	1,74
CEX0306 - LABORATORIO DE CIRCUITOS ELETRICOS	02	6	0	9,85	0,00	9,85	9,95	0,00
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	01	16	1	9,71	0,00	9,71	8,63	2,39

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	9	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	8	8	8	8	8	8	8	8	8
8	10	10	9	9	9	9	10	10	10
9	10	10	8	8	8	10	10	10	10
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
11	9	10	10	10	10	9	9	10	10
12	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,75**	**9,83**	**9,50**	**9,58**	**9,58**	**9,67**	**9,75**	**9,83**	**9,83**
DP	**0,62**	**0,58**	**0,80**	**0,79**	**0,79**	**0,65**	**0,62**	**0,58**	**0,58**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	9	10	10
2	9	8	9	10	9	8	8
3	10	7	10	9	0	10	8
4	10	10	10	10	10	10	10
5	8	8	10	8	8	8	8
6	10	10	10	10	10	10	10
7	9	9	9	9	9	9	9
8	10	9	9	9	0	9	9
9	10	8	10	10	7	10	10
10	10	8	10	9	9	10	10
11	8	7	7	7	5	9	9
12	10	10	9	10	10	10	10
Média	**9,50**	**8,67**	**9,42**	**9,25**	**7,17**	**9,42**	**9,25**
DP	**0,80**	**1,15**	**0,90**	**0,97**	**3,64**	**0,79**	**0,87**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X
7						X
8						X
9						X
10						X
11						X
12						X

Componente: CEX0306 - LABORATORIO DE CIRCUITOS ELETRICOS Turma: 02

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	8	10	10	9	10	10	10	9	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	8	9	10	10	10	10	9
Média	**9,67**	**10,00**	**9,67**	**9,67**	**10,00**	**10,00**	**10,00**	**9,83**	**9,83**
DP	**0,82**	**0,00**	**0,82**	**0,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,41**	**0,41**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	9	10	10	10	10	10	10
6	10	10	9	10	10	10	10
Média	**9,83**	**10,00**	**9,83**	**10,00**	**10,00**	**10,00**	**10,00**
DP	**0,41**	**0,00**	**0,41**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	9	10	9	10	10	10	9
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	8	8	8	8	8	8	8	8	8
8	10	10	9	9	9	9	10	10	10
9	10	10	8	8	8	10	10	10	10
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10	10	10
12	10	10	10	9	10	7	10	10	9
13	9	10	10	10	10	9	9	10	10
14	10	10	10	10	10	10	10	10	10
15	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,80**	**9,87**	**9,60**	**9,60**	**9,60**	**9,53**	**9,80**	**9,87**	**9,73**
DP	**0,56**	**0,52**	**0,74**	**0,74**	**0,74**	**0,92**	**0,56**	**0,52**	**0,59**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	9	9	10	9
2	9	10	9	10	10	9	9
3	10	7	10	9	0	10	8
4	10	10	10	10	10	10	10
5	8	8	10	8	8	8	8
6	9	10	10	10	10	10	10
7	9	9	9	9	9	9	9
8	10	9	9	9	0	9	9
9	10	8	10	10	7	10	8
10	10	8	10	9	9	10	10
11	2	10	8	1	0	0	1
12	10	10	10	7	7	9	8
13	8	7	7	7	5	9	9
14	10	10	10	10	10	10	10
15	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,00**	**9,07**	**9,47**	**8,53**	**6,93**	**8,87**	**8,53**
DP	**2,07**	**1,16**	**0,92**	**2,33**	**3,86**	**2,53**	**2,23**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X
7						X
8						X
9						X
10						X
11						X
12						X
13						X
14						X
15						X

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica

DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas

1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim

1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina

1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo

1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado

1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas

1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas

1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas

1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor
2.2.2 Comparecimento às aulas
2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim
2.2.4 Participação nas aulas
2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor
2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina
2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 15:58

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2019.1

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	01	14	0	9,91	0,00	9,91	9,58	0,00
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	01	10	0	9,86	0,00	9,86	9,59	0,00
CAM0780 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	01	16	3	9,69	0,00	9,69	9,06	0,00

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	8
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	9	10	10	10	9	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9	8	10	10	10	9	9	9	9	10
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10	10	10
12	10	10	10	10	10	10	10	10	10
13	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,85**	**10,00**	**9,92**	**10,00**	**9,92**	**9,92**	**9,85**	**9,92**	**9,85**
DP	**0,55**	**0,00**	**0,28**	**0,00**	**0,28**	**0,28**	**0,38**	**0,28**	**0,55**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	8	10	8	8	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	9	9	9	9	9	9	9
6	10	10	10	10	10	10	10
7	9	9	10	8	6	9	9
8	10	10	10	10	10	10	10
9	10	7	9	9	8	8	8
10	10	10	10	10	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10
12	10	6	10	10	10	10	10
13	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,85**	**9,15**	**9,85**	**9,54**	**9,31**	**9,69**	**9,69**
DP	**0,38**	**1,34**	**0,38**	**0,78**	**1,25**	**0,63**	**0,63**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3					X	
4						X
5						X
6						X
7						X
8					X	
9						X
10						X
11						X
12						X
13					X	

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	8
4	10	10	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	9	8	10	8	9	9	10	10	8
Média	**9,89**	**9,78**	**10,00**	**9,78**	**9,89**	**9,89**	**10,00**	**10,00**	**9,56**
DP	**0,33**	**0,67**	**0,00**	**0,67**	**0,33**	**0,33**	**0,00**	**0,00**	**0,88**

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,89**	**9,78**	**10,00**	**9,78**	**9,89**	**9,89**	**10,00**	**10,00**	**9,56**
DP	**0,33**	**0,67**	**0,00**	**0,67**	**0,33**	**0,33**	**0,00**	**0,00**	**0,88**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	8	10	8	8	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	7	10	10	10
4	10	10	10	10	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10
6	10	8	9	9	9	9	8
7	7	10	10	10	10	10	8
8	10	7	9	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,67**	**9,22**	**9,78**	**9,33**	**9,67**	**9,89**	**9,56**
DP	**1,00**	**1,20**	**0,44**	**1,12**	**0,71**	**0,33**	**0,88**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3					X	
4						X
5					X	
6						X
7						X
8						X
9					X	

Componente: CAM0780 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	9	9	9	9	9	9	9	9	9
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	9	10	10	10	9	9	10	10	10
5	9	10	10	10	10	10	9	9	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	9	9	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	8	8	9
9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,64**	**9,82**	**9,82**	**9,82**	**9,64**	**9,64**	**9,55**	**9,55**	**9,73**
DP	**0,50**	**0,40**	**0,40**	**0,40**	**0,50**	**0,50**	**0,69**	**0,69**	**0,47**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	10	10	10
2	8	8	8	8	8	8	8
3	8	8	8	8	8	8	8
4	9	9	9	9	9	9	9
5	9	10	9	7	7	10	8
6	9	9	9	9	9	9	9
7	9	10	10	10	8	10	10
8	8	9	9	9	9	9	10
9	9	9	9	9	9	9	9
10	10	10	10	10	10	10	10
11	10	7	10	10	10	10	10
Média	**9,00**	**9,00**	**9,18**	**9,00**	**8,82**	**9,27**	**9,18**
DP	**0,77**	**1,00**	**0,75**	**1,00**	**0,98**	**0,79**	**0,87**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3				X		
4						X
5						X
6					X	
7						X
8					X	
9					X	
10						X
11						X

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica

DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas

1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim

1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina

1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo

1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado

1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas

1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas

1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas

1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor
2.2.2 Comparecimento às aulas
2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim
2.2.4 Participação nas aulas
2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor
2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina
2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 15:58

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2020.1

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	01	26	0	9,57	0,00	9,57	9,58	0,00
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	01	17	0	9,92	0,00	9,92	9,76	0,00

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	9	10	9	9	10	9	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	9	9	9	9	9	9	9	9	9
7	5	7	8	10	6	8	8	8	7
8	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
10	10	10	10	10	8	8	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10	10	10
12	10	8	10	10	10	10	9	9	9
13	10	10	10	10	10	10	10	10	10
14	10	10	10	10	10	10	10	10	10
15	9	9	9	9	9	9	9	9	9
16	10	10	10	10	10	10	10	10	10
17	7	10	7	10	8	10	10	10	10
18	10	10	10	10	10	10	10	10	10
19	10	10	10	10	10	10	10	10	10
20	10	10	10	10	10	10	10	10	10
21	10	10	10	10	10	10	10	10	10
22	7	9	8	9	8	8	8	9	7
23	10	10	10	10	10	10	10	10	10
24	8	8	7	8	7	8	8	8	8
25	10	10	9	10	10	10	10	10	10
26	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,38**	**9,62**	**9,46**	**9,77**	**9,42**	**9,58**	**9,65**	**9,69**	**9,58**
DP	**1,27**	**0,80**	**0,95**	**0,51**	**1,10**	**0,76**	**0,69**	**0,62**	**0,90**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	10	10	9	9	10	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10
6	9	9	9	9	9	9	9
7	7	8	7	8	8	7	9
8	10	10	10	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10
10	10	8	10	9	9	10	10
11	10	10	10	10	10	10	10
12	9	9	9	9	9	9	9
13	10	10	10	10	10	10	10
14	10	10	10	10	10	10	8
15	10	10	10	10	10	10	10
16	10	10	10	10	10	10	10
17	10	10	10	8	8	10	10
18	10	10	10	10	10	10	10
19	10	10	10	10	10	10	10
20	10	10	10	10	10	10	10
21	10	10	10	10	10	10	10
22	8	8	8	9	8	10	8
23	10	10	10	10	10	10	10
24	8	8	6	6	8	8	8
25	10	8	10	9	8	10	10
26	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,65**	**9,54**	**9,54**	**9,46**	**9,50**	**9,73**	**9,65**
DP	**0,80**	**0,81**	**1,03**	**0,95**	**0,81**	**0,72**	**0,69**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1					X	
2						X

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
3					X	
4						X
5						X
6						X
7						X
8						X
9						X
10						X
11					X	
12						X
13						X
14						X
15					X	
16						X
17						X
18						X
19						X
20						X
21						X
22						X
23	X					
24					X	
25						X
26						X

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	9	10	10	10	10
4	9	9	10	10	9	10	9	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	9	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	8	8	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
10	10	9	9	10	10	10	10	10	9
11	10	10	10	10	10	10	10	10	10
12	10	10	10	10	10	10	10	10	10
13	10	10	10	10	10	10	10	10	10
14	10	10	10	10	10	10	10	10	10
15	10	10	10	10	10	10	10	10	10
16	10	10	10	10	10	10	10	10	10
17	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,94**	**9,88**	**9,94**	**10,00**	**9,76**	**9,88**	**9,88**	**10,00**	**9,94**
DP	**0,24**	**0,33**	**0,24**	**0,00**	**0,56**	**0,49**	**0,33**	**0,00**	**0,24**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	8	8	10	9
4	9	10	9	9	9	8	9
5	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	8
8	10	8	10	9	9	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10
10	10	10	10	9	10	10	10
11	10	10	10	10	10	10	8
12	10	10	10	10	10	10	10
13	10	10	10	10	10	10	10
14	9	9	10	8	8	10	10
15	10	10	10	10	10	10	10
16	10	10	10	10	10	10	10
17	10	10	10	9	10	9	10
Média	**9,88**	**9,82**	**9,94**	**9,53**	**9,65**	**9,82**	**9,65**
DP	**0,33**	**0,53**	**0,24**	**0,72**	**0,70**	**0,53**	**0,70**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6						X
7						X
8						X
9						X
10					X	
11						X
12						X
13						X
14						X
15						X
16						X
17						X

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica

DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas

1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim

1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina

1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo

1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado

1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas

1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas

1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas

1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor

2.2.2 Comparecimento às aulas

2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim

2.2.4 Participação nas aulas

2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor

2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina

2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 15:58

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2020.2

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	02	9	0	9,81	0,00	9,81	9,46	0,00
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	02	12	0	9,86	0,00	9,86	9,70	0,00

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 02

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	9	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	10	9	10	9	10	10	10	10	9
5	9	9	9	9	8	9	9	8	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,88**	**9,75**	**9,88**	**9,75**	**9,63**	**9,88**	**9,88**	**9,75**	**9,88**
DP	**0,35**	**0,46**	**0,35**	**0,46**	**0,74**	**0,35**	**0,35**	**0,71**	**0,35**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	8	10	10	8	6	10	9
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	9	10	10	9	9	10	10
5	8	8	9	8	9	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10
7	9	9	9	7	7	9	10
8	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,25**	**9,63**	**9,75**	**9,00**	**8,88**	**9,88**	**9,88**
DP	**0,89**	**0,74**	**0,46**	**1,20**	**1,55**	**0,35**	**0,35**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3						X
4						X
5						X
6					X	
7						X
8						X

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 02

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	9	10	10	10	9	9	9	9	9
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	9	9	9	9	9	10	9	10	9
5	10	10	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10	10	10
8	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10	10	10
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,80**	**9,90**	**9,90**	**9,90**	**9,80**	**9,90**	**9,80**	**9,90**	**9,80**
DP	**0,42**	**0,32**	**0,32**	**0,32**	**0,42**	**0,32**	**0,42**	**0,32**	**0,42**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	8	8	8	8	8	8	8
2	10	10	10	10	10	10	10
3	10	10	10	10	10	10	10
4	9	8	9	9	8	10	10
5	10	10	10	10	10	10	10
6	10	10	10	10	10	10	10
7	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,70**	**9,60**	**9,70**	**9,70**	**9,60**	**9,80**	**9,80**
DP	**0,67**	**0,84**	**0,67**	**0,67**	**0,84**	**0,63**	**0,63**

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
8	10	10	10	10	10	10	10
9	10	10	10	10	10	10	10
10	10	10	10	10	10	10	10
Média	**9,70**	**9,60**	**9,70**	**9,70**	**9,60**	**9,80**	**9,80**
DP	**0,67**	**0,84**	**0,67**	**0,67**	**0,84**	**0,63**	**0,63**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3					X	
4						X
5						X
6						X
7					X	
8						X
9					X	
10				X		

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica

DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas

1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim

1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina

1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo

1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado

1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas

1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas

1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas

1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor

2.2.2 Comparecimento às aulas

2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim

2.2.4 Participação nas aulas

2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor

2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina

2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

UFERSA Portal do Docente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 23/06/2022 15:56

SUTIC

Relatório Detalhado da Avaliação da Docência por Turma

Docente: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Ano-Período: 2021.1

Componente Curricular	Turma	Discentes	Trancamentos	Dimensão 1-atuação didática e postura profissional do professor, quanto a(ao)		Média Geral	Dimensão 2-auto-avaliação do aluno quanto a(ao)	
				Média	DP		Média	DP
CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA	01	14	0	9,44	0,92	9,44	8,14	1,03
CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS	01	16	0	9,67	0,48	9,67	9,52	0,51

Respostas Detalhadas

Os discentes são ordenados aleatoriamente e o nº de ordem serve apenas para visualização.

Componente: CEX0354 - ANÁLISE DE SISTEMAS DE POTÊNCIA Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	8	10	10	8	8	8	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	8
Média	**9,00**	**10,00**	**10,00**	**9,00**	**9,00**	**9,00**	**10,00**	**10,00**	**9,00**
DP	**1,41**	**0,00**	**0,00**	**1,41**	**1,41**	**1,41**	**0,00**	**0,00**	**1,41**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	9	8	8	7	6	7	7
2	9	8	9	9	9	9	9
Média	**9,00**	**8,00**	**8,50**	**8,00**	**7,50**	**8,00**	**8,00**
DP	**0,00**	**0,00**	**0,71**	**1,41**	**2,12**	**1,41**	**1,41**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
% Resp.	**0,00%**	**0,00%**				

Componente: CEX0316 - MÁQUINAS ELÉTRICAS Turma: 01

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões								
	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6	1.1.7	1.1.8	1.1.9
1	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Média	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**	**9,67**
DP	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

Discente	Respostas às Questões						
	2.2.1	2.2.2	2.2.3	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7
1	10	10	10	10	10	10	10
2	10	9	9	10	10	9	10
3	9	9	9	9	9	9	9
Média	**9,67**	**9,33**	**9,33**	**9,67**	**9,67**	**9,33**	**9,67**
DP	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**	**0,58**

Dimensão 4 - Ações de Ensino

Discente	Respostas às Questões					
	4.3.1					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1						X
2						X
3				X		
% Resp.	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**			

Legenda:

N/A Item não avaliado ou não se aplica
DP Desvio Padrão

Dimensão 1 - Dimensão 1-ATUAÇÃO DIDÁTICA E POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, QUANTO A(AO)

1.1.1 Comparecimento às aulas
1.1.2 Cumprimento do horário das aulas do início ao fim
1.1.3 Cumprimento do programa da disciplina
1.1.4 Clareza na apresentação do conteúdo
1.1.5 Utilização de metodologias que facilitem o aprendizado
1.1.6 Incentivo à participação dos alunos nas aulas
1.1.7 Disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos durante as aulas
1.1.8 Disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aulas
1.1.9 Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo dado

Dimensão 2 - Dimensão 2-AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO QUANTO A(AO)

2.2.1 Utilização da bibliografia sugerida pelo professor
2.2.2 Comparecimento às aulas
2.2.3 Permanência nas aulas do início ao fim
2.2.4 Participação nas aulas
2.2.5 Utilização de horário extra para tirar dúvidas com o professor
2.2.6 Cumprimento das atividades solicitadas pelo professor da disciplina
2.2.7 Dedicação ao estudo da disciplina fora do horário de aula

Dimensão 4 - Ações de Ensino

4.3.1 Como você avalia o monitor do componente curricular?

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sig-prd-sigaa01.ufersa.edu.br.sigaa01

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, Matrícula SIAPE nº [redacted], foi admitido(a) nesta Universidade em 24 de novembro de 2015, ocupante do cargo de Progessor do Magistério Superior.

Declaramos, outrossim, que o(a) servidor(a) possui de efetivo exercício prestado neste Órgão, no referido provimento, até a presente data, o tempo de contribuição de **2.403** dias, correspondente a **06 (seis)** anos, **07 (sete)** mês(es) e **03 (três)** dias, entre o período de 24/11/2015 a 22/06/2022.

Em dias

TEMPO BRUTO	2.403
Faltas	-
Licenças	-
Licenças sem vencimentos	-
Suspensões	-
Disponibilidades	-
Outras	-
TEMPO LÍQUIDO	2.403

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor(a) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e em observação a legislação vigente nesta data.

Caraúbas/RN, 22 de junho de 2022.

SIMONE MARIA DA ROCHA:[redacted]
Assinado de forma digital por SIMONE MARIA DA ROCHA:[redacted]
Dados: 2022.06.22 09:29:37 -03'00'

Simone Maria da Rocha
Diretora do Campus Caraúbas

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 24 de novembro de 2015, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*02/07/2020 a 21/07/2020*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*17/07/2019 a 16/07/2020*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*Sem registro*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 22 de junho de 2022.

SIMONE MARIA DA ROCHA:[redacted]
Assinado de forma digital por SIMONE MARIA DA ROCHA[redacted]
Dados: 2022.06.22 09:29:15 -03'00'

Simone Maria da Roha
Diretora do Campus Caraúbas

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, Matrícula SIAPE n°[redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 30/06/2022

RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO[redacted]
Assinado de forma digital por RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GA[redacted]
Dados: 2022.06.30 16:03:48 -03'00'

Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão
Pró-Reitora

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 10:02:30 do dia 30/06/2022 , com validade até o dia 30/07/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 4slE6azj5Rc7fpaUQ6WH

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Rodrigo Prado de Medeiros**, Matrícula SIAPE nº [redacted], foi admitido(a) nesta Universidade em 24 de novembro de 2015, ocupante do cargo de Professor do magistério superior.

Declaramos, outrossim, que o(a) referido(a) servidor(a) poderá se aposentar em 13 de dezembro de 2054, na modalidade "Aposentadoria voluntária comum por pontuação" com base no Art. 4º da EC nº 103/2019 ou, em 10 de janeiro de 2054 na modalidade "Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição", nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 40 da CF/1988 com redação dada pela da Emenda Constitucional n° 103/2019 c/c com o Art. 10 da EC nº 103/2019.

Eu, Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos dos assentamentos funcionais do servidor(a) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e em observação a legislação vigente nesta data.

Mossoró/RN, 30 de junho de 2022.

DHOUGO ARAGONES AMARO DA SILVA:[redacted]
Assinado de forma digital por DHOUGO ARAGONES AMARO DA SILVA:[redacted]
Dados: 2022.06.30 10:32:47 -03'00'

Dhougo Aragonês Amaro da Silva
Diretor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA UFERSA/PROGEPE N.º 0167/2019, de 05 de fevereiro de 2019

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFERSA/GAB N° 1.482/2012, de 05 de junho de 2012, e tendo em vista a delegação de competência constante na Portaria UFERSA/GAB n° 429/2018, de 26 de junho de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 16 da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA N° 005/2017,

CONSIDERANDO os artigos 311 e 312 do Regimento Geral da UFERSA,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n° 23091.013879/2018-77,

R E S O L V E:

Art.1° Homologar o estágio probatório do servidor docente **Rodrigo Prado de Medeiros**, Matrícula SIAPE nº [redacted], cumprido no período de 24 de novembro de 2015 a 24 de novembro de 2018.

Art. 2° Este ato entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 24 de novembro de 2018.

[redacted]

Keliane de Oliveira Cavalcante
Pró-Reitora

ANEXO IV
(Dispensa de Ajuda de Custo)

Eu, Rodrigo Prado de Medeiros, Matrícula SIAPE nº [redacted] docente da carreira do magistério superior do quadro de pessoal do (a) Universidade Federal Rural do Semi-Árido Campus Caraúbas, venho através deste documento declarar que desisto de pleitear ajuda de custo citada no Artigo 53 da Lei 8.112/1990. Informo não ter interesse em pleitear a referida ajuda de custo pela redistribuição para o quadro de Pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ser eu o interessado no pleito em questão. Declaro que a redistribuição atende ao meu interesse, e reitero a dispensa da ajuda de custo mencionada no referido documento.

Natal, 30 de junho de 2022
Local/Data

[redacted]
Assinatura do Requerente

Digitalizado com CamScanner

Universidade Federal Rural o Semi-ÁridoCampus Caraúbas
Centro Multidisciplinar de Caraúbas
Departamento de Engenharias

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que o Depatramento de Engenhariais **NÃO** tem se manifestado contrário à redistribuição de docente do seu quadro para outras Instituição de Ensino Superio quando **há contrapartida** de Código de Vaga da Carreira de Professor do Magistério Superior. Dessa forma a docente ***Rodrigo Pradro de Medeiros***, não teria problemas de conseguir liberarção por parte deste em caso de processo de redistribuição.

Caraúbas, 28 de Junho de 2022.

JACKSON DE BRITO SIMOES:[redacted]

Assinado de forma digital por JACKSON DE BRITO SIMOES:[redacted]
Dados: 2022.06.28 05:55:41 -03'00'

Chefe do Departamento

ANEXO II
(FICHA DE INSCRIÇÃO)

Venho, através deste documento, manifestar interesse na redistribuição para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Central, no cargo de docente da carreira do magistério superior, nos termos da Chamada Pública – Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.

Nome completo:	Rodrigo Prado de Medeiros
CPF:	[redacted]
SIAPE:	
Cargo ocupado:	Professor do Magistério Superior
Órgão de origem:	UFERSA
Lotação/Exercício:	Departamento de Engenharias
Escolaridade (além da exigida para o cargo):	Pós-Doutorado
E-mail:	rodrigo.prado@ufersa.edu.br
Telefone para contato:	[redacted]

- Estou ciente e de acordo com os termos da Chamada Pública - Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.
- Estou ciente de que a participação nesta chamada pública não gera o direito de ser redistribuído, ou seja, gera apenas expectativa da redistribuição.
- Estou ciente de que não haverá qualquer pagamento a título de ajuda de custo, no caso de redistribuição regida por esta Chamada Pública.
- Estou ciente de que a falta de documentos, conforme indicado neste Edital, implicará no indeferimento da solicitação de redistribuição.

Natal, 30 de junho de 2022
Local/Data

[redacted]
Assinatura do Requerente

Digitalizado com CamScanner

ANEXO III
(CHECK LIST)

Documentos obrigatórios para inscrição na Chamada Pública - Edital N° Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN.

	I	Justificativa do pedido, anexando o currículo comprovado e autenticado (vitae ou lattes) e o projeto de atuação profissional a ser desenvolvido na UFRN
	II	Cópia das avaliações de desempenho funcional, pelo menos dos últimos 36 (trinta e seis) meses ou equivalente ao tempo de exercício.
	III	Cópia das avaliações pelos discentes ou documento equivalente, pelo menos dos últimos 3 (três) anos, quando houver.
	IV	Cópia da ficha funcional em que conste o tempo de serviço, os afastamentos e licenças.
	V	Declaração expedida pelo órgão de origem de que não responde a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou que não esteja cumprindo penalidade disciplinar.
	VI	Comprovação de que tenha no mínimo 7 (sete) anos de tempo de efetivo exercício até a data em que adquirirá direito à aposentadoria, em qualquer de suas modalidades.
	VII	Declaração de dispensa de ajuda de custo (Anexo IV).
	VIII	Documento em que conste a concordância da Instituição de origem em liberar o docente para redistribuição (assinado pelo diretor de centro/departamento/unidade acadêmica ou equivalente)
	IX	Ficha de Inscrição e check list, preenchidos e assinados.

Eu Rodrigo Prado de Medeiros servidor(a), interessado(a) em participar da Chamada Pública - Edital N° 01/2022 DEE/CT-UFRN, apresentei a documentação exigida e estou ciente de que a Comissão de Avaliação de Redistribuição não se responsabilizará por solicitações de redistribuição com documentos incompletos ou faltantes e/ou enviadas fora do prazo.

Natal, 30 de junho de 2022
Local/Data

[redacted]
Assinatura do Requerente

Digitalizado com CamScanner

Emitido em 12/09/2022

SOLICITAÇÃO Nº 1616/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:07)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1616**, ano: **2022**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **01c86a1d42**

NOTA INFORMATIVA - RELAÇÃO DEFINITIVA DE INSCRIÇÕES

O Departamento de Engenharia Elétrica (DEE), no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação definitiva das inscrições deferidas e indeferidas relativas a Chamada Pública de Redistribuição de Docentes da Carreira do Magistério Superior para o Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nome	**Situação**
Elmer Rolando Llanos Villarreal	INSCRIÇÃO INDEFERIDA[1,2]
Humberto Dionísio de Andrade	INSCRIÇÃO INDEFERIDA[2]
Melinda Cesianara Silva da Cruz	INSCRIÇÃO INDEFERIDA[2]
Rodrigo Prado de Medeiros	INSCRIÇÃO DEFERIDA
Tania Luna Laura	INSCRIÇÃO DEFERIDA

[1] faltou incluir o documento referente ao item c) da seção 5.2 do EDITAL 01/2022 - DEE/CT

[2] não cumpriu o item j) da seção 5.2 do EDITAL 01/2022 - DEE/CT

Natal, 8 de julho de 2022.

Emitido em 12/09/2022

ATA Nº 14/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:07)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **14**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **8475bbfa09**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

ATA DE DEFESA DO MEMORIAL E PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Ao (s) 22 dias do mês de julho do ano de 2022, às 08:00 horas, na sala virtual do Google Meet, foi iniciado o 1º turno de apresentações do Memorial e Projeto de Atuação Profissional, na área de Mecatrônica, objeto do Edital nº EDITAL 01/2022 – DEE/CT, por parte dos candidatos estavam presentes Rodrigo Prado de Medeiros e Tania Luna Laura. Cada apresentação durou cerca de 45 min, seguido de mais 20 min de arguição por parte da banca examinadora. Para as apresentações foi criado uma segunda sala virtual reservada apenas aos membros da banca e o candidato que iria apresentar.

Encerrada as apresentações e as arguições do 1º turno, às 10:00, os membros reuniram-se e atribuíram a seguinte nota, consolidadas de cada um dos candidatos nesta fase, considerando 02 (duas) casas decimais:

Candidato	**Nota**
Rodrigo Prado de Medeiros	7,50
Tania Luna Laura	6,00

Sem nada mais a tratar, eu Kurios Iuri Pinheiro de Melo Queiroz, presidente da Comissão de examinadora, lavrei a presente ata.

Comissão Examinadora

Emitido em 12/09/2022

ATA DA PROVA MPAP Nº 1/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:07)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **ATA DA PROVA MPAP**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **dfa77c227e**

Projeto de Atuação Profissional - EDITAL N° 01/2022 - DEE/CT

Rodrigo Prado de Medeiros

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Centro Multidisciplinar de Caraúbas
Departamento de Engenharias

Natal-RN, 22 de Julho de 2022

Sumário

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Introdução

- Neste projeto de atuação profissional é apresentada a trajetória acadêmica do candidato Rodrigo Prado de Medeiros, com ênfase na descrição das atividades desenvolvidas durante a sua graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além das atividades profissionais desenvolvidas pelo candidato ao longo da sua vida. São apresentados neste documento, também, os planos de pesquisa, ensino e extensão propostos pelo candidato caso ele venha a atuar como docente do curso de Engenharia Mecatrônica do Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Identificação

- Informações pessoais
  - Nome completo: Rodrigo Prado de Medeiros
  - Nacionalidade: Brasileira
  - Data de nascimento: [redacted]
  - Estado civil: Casado
  - CPF / RG: [redacted]
  - Endereço residencial: [redacted]
- Informações profissionais
  - Cargo: Professor do magistério superior
  - Lotação: Departamento de Engenharias - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
  - Endereço profissional: RN 233, km 01, Sítio Nova Esperança II, CEP: 59700-000, Caraúbas-RN, Brasil. URL da *homepage*: https://caraubas.ufersa.edu.br/

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Formação Acadêmica

- Graduação em Engenharia Elétrica (UFRN, 2007-2012)
  - **Título**: Análise em regime permanente da injeção de harmônicos em uma rede elétrica através de geração eólica
- Mestrado (PPgEEC/UFRN, 2012-2014)
  - **Título**: Proteção diferencial de transformadores utilizando a transformada *wavelet*
- Doutorado (PPgEEC/UFRN, 2014-2018)
  - **Título**: Proteção diferencial de transformadores utilizando a transformada *wavelet* com efeitos de borda
- Pós-Doutorado (PPgEEC/UFRN, 2019-2020)
  - **Título**: A Clarke-wavelet-based time-domain power transformer differential protection

Formação Acadêmica

- Disciplinas cursadas na pós-graduação (mestrado e doutorado)
  - Transitórios eletromagnéticos, 60 H, conceito A
  - Sistemas lineares, 60 H, conceito B
  - Eletrônica de potência, 60 H, conceito A
  - Álgebra linear, 60 H, conceito A
  - Redes neurais, 60 H, conceito A
  - Projeto de pesquisa I, 60 H, conceito A
  - Proteção de sistemas elétricos, 60 H, conceito A
  - Instrumentação eletrônica, 60 H, conceito A
  - Projeto de pesquisa II, 60 H, conceito A.

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Atividades Profissionais

- Estágio na empresa PETROBRAS, Natal/RN (07/2011 - 06/2012)
- Estágio docente no PPgEEC/UFRN (07/2013 - 12/2013)
- Professor temporário na UFRN (07/2014 - 12/2014)
- Professor efetivo na UFERSA (11/2015 - ATUAL)

Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 - ATUAL)

- Disciplinas ministradas

Ano/ semestre	Disciplinas					
	Análise de sistemas de potência	Máquinas elétricas	Instalações elétricas	Instalações elétricas industriais	Lab. de circuitos elétricos	Lab. de eletrônica de potência
2015.2	√	√				
2016.1	√	√				
2016.2	√				√	√
2017.1	√	√				
2017.2	√	√				
2018.1	√	√		√		
2018.2	√	√			√	
2019.1	√	√	√			
2019.2[1]						
2020.1	√	√				
2020.2	√	√				
2021.1	√	√				
2021.2	√	√				

[1] Neste período o candidato estava cursando estágio pós-doutoral na UFRN

Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 - ATUAL)

- Comissões e cargos administrativos
  - Coordenador dos laboratórios do Curso de Engenharia Elétrica (04/2016 - 01/2018) - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 0329/2015, de 05 de maio de 2015**
  - Coordenador da comissão de eficiência energética da UFERSA campus Caraúbas - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 0523/2016, de 04 de agosto de 2016**
  - Vice-Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica (02/2018 - 07/2019) - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 0142/2018, de 14 de março de 2018**
  - Membro da comissão de administração da usina solar da UFERSA campus Caraúbas (11/2018 - 07/2019) - **PORTARIA UFERSA/GAB N° 046/2018, de 26 de novembro de 2018**

Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 - ATUAL)

- Orientações de Alunos de Graduação (TCC e IC)

Ano	Área/Tema						
	Sistemas elétricos de potência					Telecomu-nicações	Eletrônica industrial
	Geração e medição de energia	Instalações elétricas e industriais	Máquinas elétricas	Proteção de sistemas elétricos	Transmissão de energia elétrica	Comunicações ópticas	Acionamentos eletrônicos
2017	1	2		2	1		
2018	2	1	1			1	
2019					1		
2020	1	1					
2021	1						3
2022	1	1	1				
Total			17			1	3

- Além das orientações de TCC e IC, o candidato também possui uma coorientação de discente de mestrado do PPgEEC/UFRN (2019-2021)

Professor Efetivo na UFERSA (11/2015 - ATUAL)

- Participação em Comissões Examinadoras

Ano	Participação em bancas					
	Trabalho de conclusão de curso			Dissertação de mestrado		
	Ciências e tecnologia (UFERSA)	Engenharia elétrica (UFERSA)	Engenharia elétrica (UFRN)	MPEE/UFRN	PPgEEC/UFRN	PPGEMECA/UFRN
2016	1	2				
2017	4	1	3			
2018				1	1	
2019	1	1		3	2	
2020	1	2				
2021	1	2		1		1
2022		2				
Total		21			9	

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Publicações

- Seis artigos publicados em periódicos internacionais

Evento	Título	Autores	Ano
IEEE Transactions on Power Delivery	Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform	R. P. Medeiros, F. B. Costa, K. M. Silva	2016
IEEE Transactions on Power Delivery	A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection	R. P. Medeiros, F. B. Costa	2018
IEEE Transactions on Power Delivery	A Wavelet-Based Transformer Differential Protection for Detecting Faults During Energizations	R. P. Medeiros, F. B. Costa	2018
IEEE Transactions on Power Delivery	A Clarke-Wavelet-Based Time-Domain Power Transformer Differential Protection	R. P. Medeiros, F. B. Costa, K. M. Silva, J. J. Chavez, J. R. Lima Júnior, M. Popov	2022
Electric Power Systems Research	A Wavelet-Based Restricted Earth-Fault Power Transformer Differential Protection	M. N. O. Aires, R. P. Medeiros, F. B. Costa, K. M. Silva, J. J. Chavez, M. Popov	2021
Electric Power Systems Research	A Power Transformer Differential Protection Based on Support Vector Machine and Wavelet Transform	L. D. Simões, H. J. D. Costa, M. N. O. Aires, R. P. Medeiros, F. B. Costa, A. S. Bretas	2021

Publicações

- Sete artigos publicados em eventos internacionais

Evento	Título	Autores	Ano
IEEE PES General Meeting	Differential Protection of Power Transformers Using the Wavelet Transform	R. P. Medeiros, F. B. Costa, J. F. Fernandes	2014
International Joint Conference on Neural Networks	Power Transformer Disturbance Classification Based on the Wavelet Transform and Artificial Neural Networks	J. F. Fernandes, R. P. Medeiros, F. B. Costa	2016
IEEE PES General Meeting	A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection	F. B. Costa, R. P. Medeiros	2018
12th Seminar on Power Electronics and Control	A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers	L. D. Simões, A. L. R. Oliveira, R. P. Medeiros, F. B. Costa	2019
12th Seminar on Power Electronics and Control	A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections	I. F. Prado, R. P. Medeiros, F. B. Costa, K. M. Silva	2019
Workshop on Communication Networks and Power Systems	A Power Transformer Event Classification Technique Based on Support Vector Machine	L. D. Simões, B. L. Souza, H. J. D. Costa, R. P. Medeiros, O. V. Santana Júnior, F. B. Costa	2020
Workshop on Communication Networks and Power Systems	Performance Assessment of a Wavelet-Based Differential Protection Scheme in the Inter-Turn Fault Detection in a Transformer	R. P. Medeiros, M. N. O. Aires, R. L .S. França, F. B. Costa	2020

Publicações

- Quatro artigos publicados em eventos nacionais

Evento	Título	Autores	Ano
Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos	Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements	R. P. Medeiros, F. B. Costa, M .A. D. Almeida	2016
Congresso Brasileiro de Automática	Intelligent Disturbance Diagnosis in Power Transformers Based on the Wavelet Transform and Support Vector Machine	J. F. Fernandes, F. B. Costa, O. V. Santana Júnior, R. P. Medeiros	2018
Congresso Brasileiro de Automática	A Proposed Methodology for Online Implementation of a Support Vector Machine with Applications in Power Transformers Event Classification	H. J. D. Costa, B. L. Souza, L. D. Simões, M. N. O. Aires, R. P. Medeiros, O. V. Santana Júnior, F. B. Costa	2020
Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos	A Performance Analysis of Transmission Line Differential Protection	I. F. Prado, R. P. Medeiros, F. B. Costa, K. M. Silva	2020

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

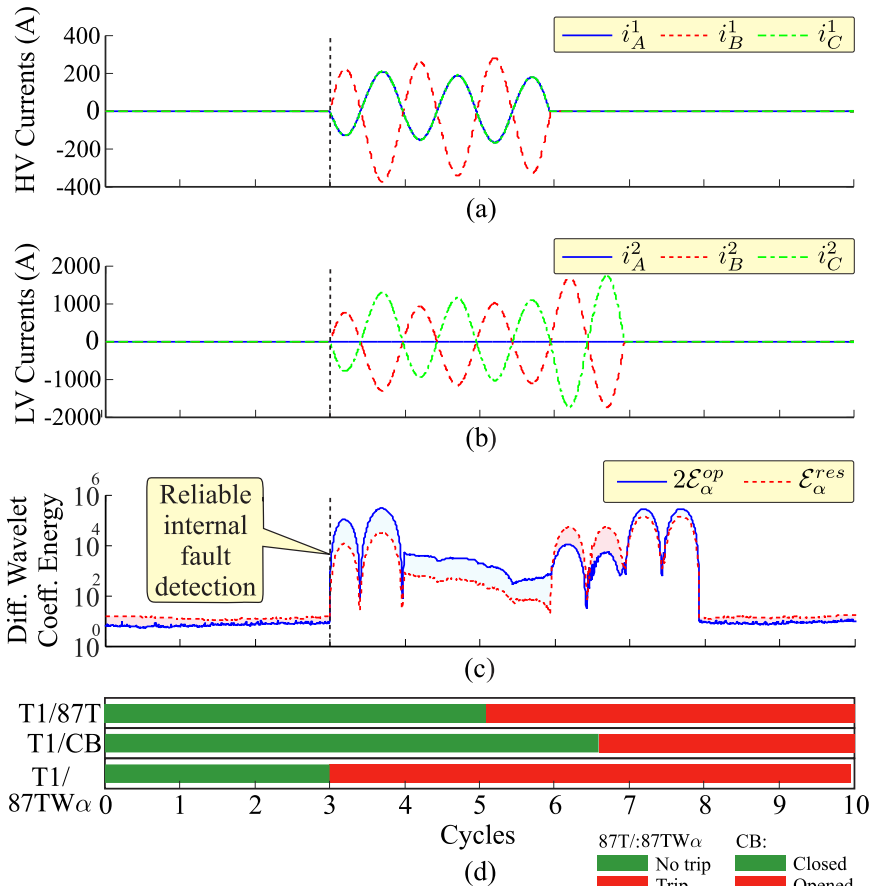
Plano de Pesquisa

- O candidato pretende desenvolver minhas atividades de pesquisa a partir da orientação de trabalhos de iniciação científica e de monografia para alunos dos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecatrônica, bem como de dissertações de mestrado e em médio/longo prazo de teses de doutorado, para alunos matriculados nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação (PPGEEC-UFRN) e de Engenharia Mecatrônica (PPGEMECA-UFRN).

Contribuições na Área de Proteção de Sistemas Elétricos

- A Transformada *wavelet* (TW) e suas potencialidades na detecção e classificação de distúrbios em sistemas elétricos

- A TW permite a análise de sinais não estacionários, o que a torna ideal para o estudo de transitórios em sistemas elétricos
- Os transitórios podem ser causados por chaveamentos de cargas ou bancos de capacitores, ou devido à ocorrência e eliminação de faltas
- A TW é capaz de fornecer detecção, localização e classificação de faltas com alta velocidade
- Proteção diferencial de transformadores de potência no domínio do tempo baseada nas transformadas de Clarke e *wavelet* (MEDEIROS et al., 2022)



Contribuições na Área de Proteção de Sistemas Elétricos

- Como contribuições, o método proposto em Medeiros et al. (2022) apresenta:
  - Simplicidade: possui apenas uma unidade de proteção com parametrização automática
  - Rapidez: usa transitórios de alta frequência das correntes elétricas
  - Precisão: possui desempenho superior quando comparado com um esquema de proteção convencional
  - Generalização: pode ser usado em qualquer transformador de potência, independentemente de sua configuração
  - Baixo esforço computacional: requer apenas algumas poucas dezenas de microsegundos em um DSP
  - Inovação: uma nova versão da transformada *wavelet* é utilizada
- Etapa atual: validação em uma configuração experimental

Contribuições na Área de Proteção de Sistemas Elétricos

- Com base no trabalho desenvolvido em Medeiros et al. (2022) durante o pós-doutorado, o candidato possui interesse em dar seguimento às seguintes linhas de pesquisa:
  - Avaliação de desempenho do método de proteção diferencial proposto em Medeiros et al. (2022) para outros componentes do sistema de potência, tais como linhas de transmissão e máquinas elétricas (ex: geradores utilizados em sistemas de conversão de energia eólica).
  - Utilização de outras ferramentas inteligentes, como por exemplo lógica *fuzzy* e *machine learning*, para a correta classificação de distúrbios em transformadores, em linhas de transmissão e em máquinas elétricas.

Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

- Projeto Universal, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 - Universal/Faixa A

- **Título:** Proteção diferencial de transformadores baseada na transformada *wavelet*
- Parceria UFERSA/UFRN
- Experimento desenvolvido no Laboratório ProRedes (ECT/UFRN)
- Resultados apoiam a elaboração de duas dissertações de mestrado de discentes do PPgEEC/UFRN
- Trabalhos publicados e submetidos



Identificação da Proposta

Número do Processo: 437809/2018-6 **Solicitante:** Rodrigo Prado de Medeiros

Chamada: UNIVERSAL 2018

Título do Projeto: Proteção Diferencial de Transformadores Baseada na Transformada Wavelet

Parecer de Deliberação Final

Nota Final

Nota	Ordem	Prioridade
9,44		

Resultado da Avaliação

Favorável

Justificativa:

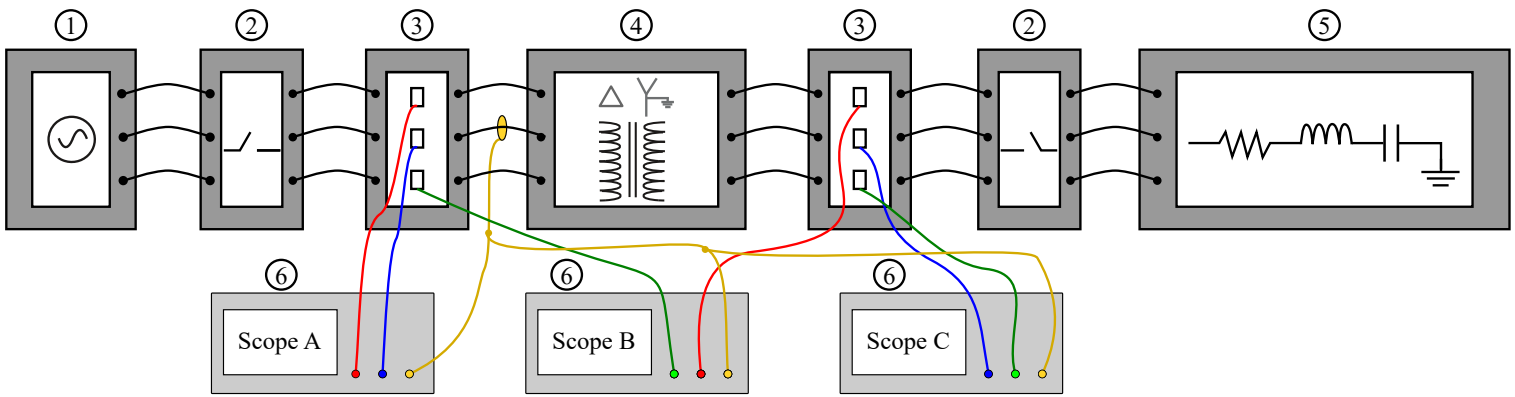
O projeto foi avaliado como muito bom pela consultoria ad hoc. O CV do coordenador demonstra produção científica ou tecnológica adequada nos últimos cinco anos. O CA-EE recomenda o projeto em questão, restrito às limitações orçamentárias do CNPq.

Recursos

Capital	Custeio	Bolsa	Valor Total
R$ 18.000,00	R$ 5.000,00	R$ 0,00	R$ 23.000,00

Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

- Projeto Universal, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 - Universal/Faixa A

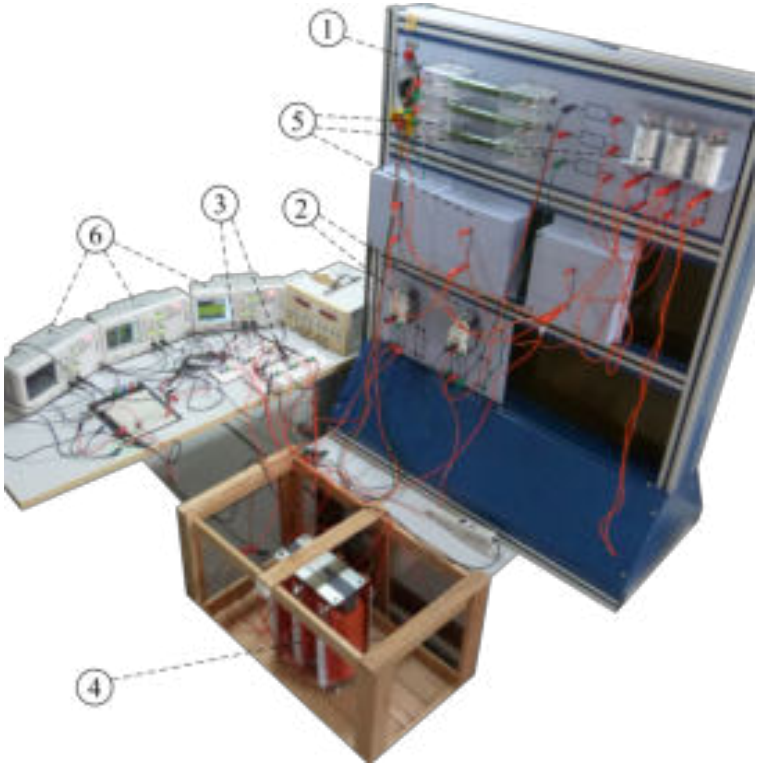


Legenda:

1. Fonte de tensão de bancada
2. Disjuntores
3. Sensores de corrente/tensão
4. Transformador trifásico
5. Carga RLC
6. Osciloscópios

Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

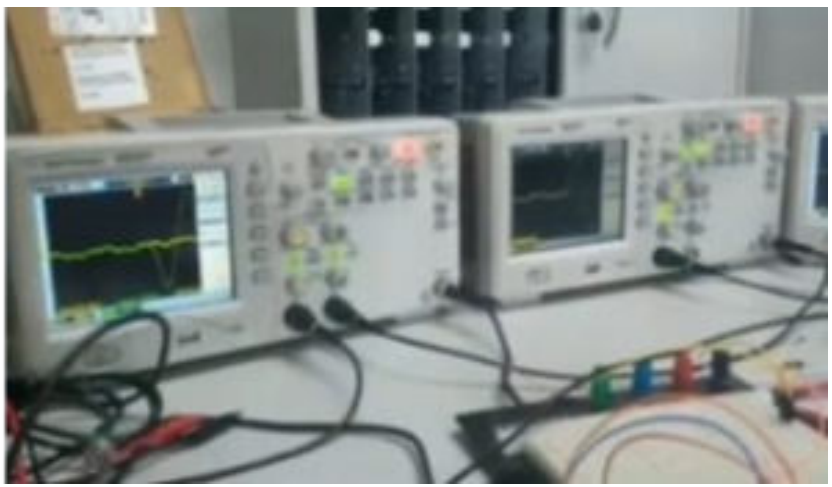
- Projeto Universal, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 - Universal/Faixa A





Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

- Projeto Universal, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 - Universal/Faixa A
  - Sistema de aquisição de dados atual
    - Seis sensores de corrente/tensão da marca Allegro ACS712-30 A
    - Três osciloscópios idênticos do fabricante Agilent DS01012A (medição sincronizada das correntes nos três osciloscópios usando a função *trigger*)



Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

- Projeto Universal, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 - Universal/Faixa A

- Implementação em hardware do relé de proteção diferencial
  - Inclusão de alguns equipamentos para automatização da bancada experimental
  - Implementação do algoritmo de proteção em um DSP
  - Kit DSP de ponto flutuante, modelo TMS320F28379D da *Texas Instruments*
  - Relés de estado sólido (modelo SSR3-4890)
  - Ao detectar um curto-circuito interno, uma das saídas digitais do DSP (TRIP do relé) acionará os relés de estado sólido (disjuntores), que farão o seccionamento do circuito, isolando o transformador.

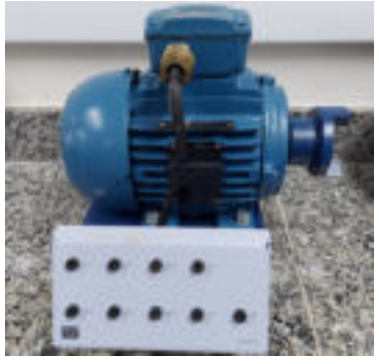


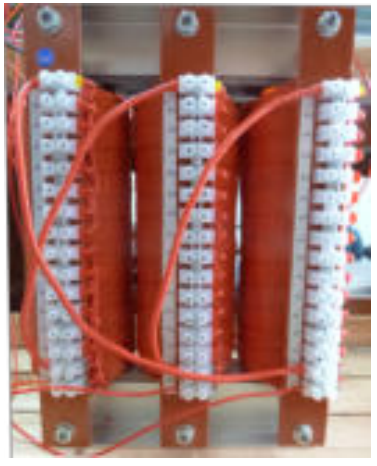


Contribuições na Área de Instrumentação para Automação

- Desenvolvimento de sistemas supervisórios para monitoramento de equipamentos elétricos (transformadores e motores)

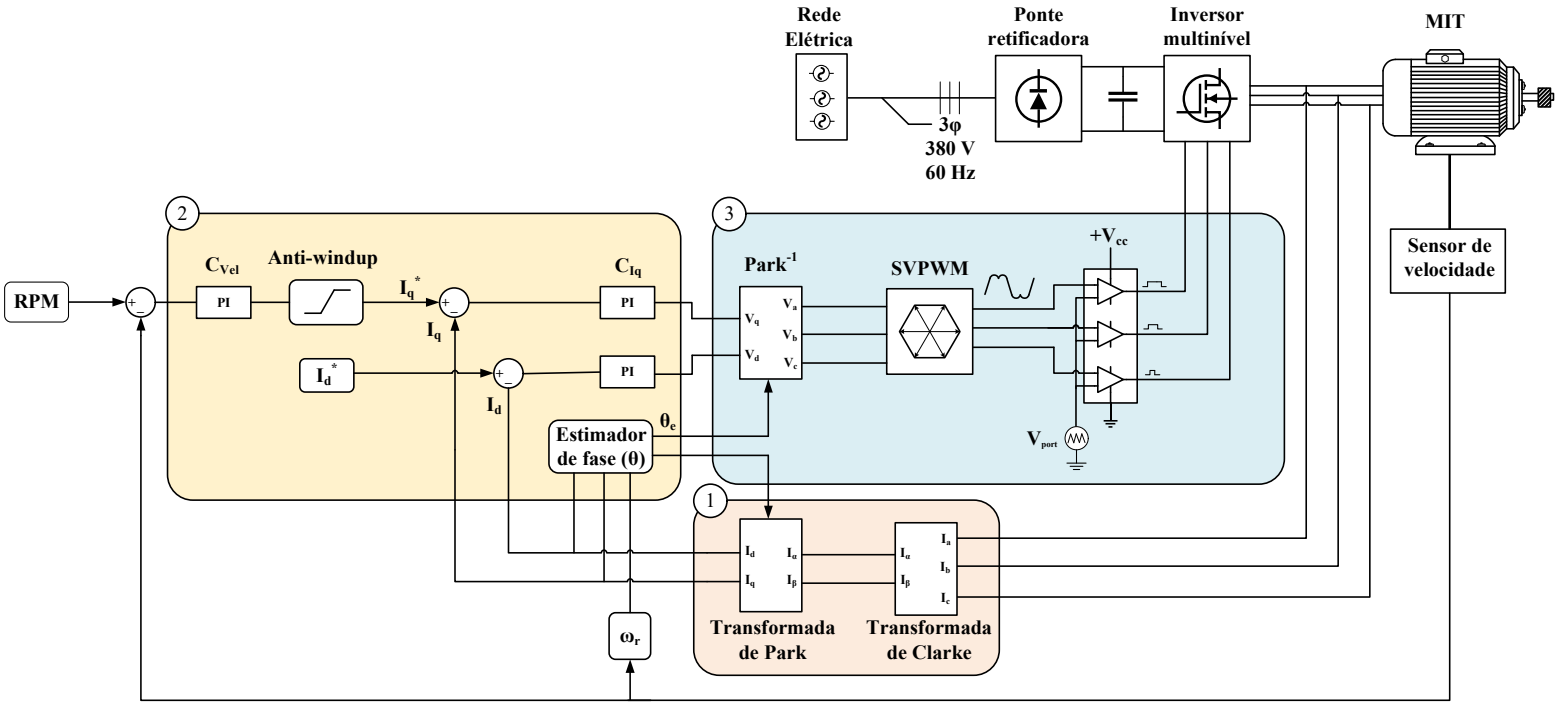
- Monitoramento de equipamentos elétricos e indústria 4.0
- Maximização da eficiência e redução de custos
- Falhas em equipamentos e paradas não planejadas nos processos industriais
- Motores e transformadores estão presentes em plantas industriais e em concessionárias de energia elétrica
- Soluções utilizando IoT e inteligência artificial para monitoramento remoto (adequação à indústria 4.0)
- Desenvolvimento de sistema de monitoramento de equipamentos elétricos que possa fornecer um diagnóstico inteligente de distúrbios em tempo real e prever a sua ocorrência





Contribuições na Área de Acionamentos Eletrônicos para Automação

- Controle de velocidade de motores de indução trifásicos



- Controle escalar
- Controle vetorial

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Plano de Ensino

- Ministração de disciplinas da estrutura curricular do curso de engenharia mecatrônica do DEE/UFRN
  - Análise de sinais e sistemas
  - Teoria de circuitos
  - Processamento digital de sinais
  - Sistemas de controle
  - Automação industrial
  - Acionamentos eletrônicos de potência
- Ministração de disciplinas do PPgEEC e do PPGEMECA/UFRN
  - Sistemas de controle
  - Redes neurais
  - Sistemas lineares
  - Tópicos especiais (ex: máquinas elétricas, análise de sistemas de potência, proteção de sistemas elétricos)

Plano de Ensino

- Participação ativa nas atividades relacionadas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Engenharia Mecatrônica, atuando como membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso.
- Participação em comissões examinadoras de trabalho de conclusão de curso dos cursos de Engenharia Mecatrônica e Engenharia Elétrica do DEE/UFRN.
- Participação em comissões examinadoras de dissertações e teses do PPgEEC/UFRN e do PPGEMECA/UFRN.

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Plano de Extensão

- Organização de palestras e minicursos, juntamente com os alunos do curso de graduação em engenharia mecatrônica do DEE/UFRN, sobre temas relacionados às áreas de instrumentação industrial para controle e automação e acionamento para controle e automação, a serem realizados em escolas da rede pública estadual e municipal, a fim de despertar nos jovens e adolescentes a consciência sobre a importância da engenharia no cotidiano das pessoas, especialmente a Engenharia Mecatrônica.
- Ministração de minicursos de softwares relacionados ao curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN para os discentes de maneira a contribuir com a formação curricular dos futuros egressos.
- Envolvimento em atividades e cursos de extensão coordenados pelos demais docentes do curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN.

Plano de Extensão

- Programação de atividades e *workshops* em parceria com os docentes do curso de Engenharia Mecatrônica do DEE/UFRN com o intuito de promover discussões e formações sobre temas bastante aplicados atualmente no setor industrial, tais como IoT (Internet das Coisas), inteligência artificial e indústria 4.0.

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Referências

- ABB. Protection Application Handbook. [S.l.: s.n.], 1999.
- AIRES, M. N. O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M.; CHAVEZ, J. J.; POPOV, M. A wavelet-based restricted earth-fault power transformer differential protection. Electric Power Systems Research, [S.L.], v. 196, p. 107246, jul. 2021.
- BARBOSA, D. et al. Power transformer differential protection based on clarke's transform and fuzzy systems. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 26, n. 2, p. 1212–1220, 2011.
- BLACKBURN, J.; DOMIN, T. Protective Relaying: Principles and Applications, Third Edition. [S.l.]: Taylor & Francis, 2006.
- BOSCH. Indústria 4.0: muito além da automação. 2022. Disponível em: https://www.bosch.com.br/noticias-e-historias/industria-4-0/. Acesso em: 30 jun. 2022.
- COSTA, F. B. Fault-induced transient detection based on real-time analysis of the wavelet coefficient energy. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 29, n. 1, p. 140–153, Feb 2014.
- COSTA, F. B.; SOUZA, B. A.; BRITO, N. S. D. Real-time detection of fault-induced transients in transmission lines. Electronics Letters, v. 46, n. 11, p. 753–755, May 2010.

Referências

- COSTA, F.; PRADO, R. A wavelet-based transformer differential protection with differential current transformer saturation and cross-country fault detection. In: 2018 IEEE Power & Energy Society General Meeting. [S.l.: s.n.], 2018. p. 1–1.
- COSTA, H. et al. A proposed methodology for online implementation of a support vector machine with applications in power transformers event classification. In: Congresso Brasileiro de Automática 2020, 2020. Anais do Congresso Brasileiro de Automática 2020.
- EDGE BRASIL. Análise de vibração e temperatura: saiba como e por que implantar. Disponível em: https://edgeglobal.com.br/blog/analise-de-vibracao/. Acesso em: 29 jun. 2022.
- ELMORE, W. Protective Relaying: Theory and Applications. [S.l.]: Taylor & Francis, 2003.
- FERREIRA, Carlos André. Sistema de Monitoramento em Motores de Indução Trifásicos Utilizando a Plataforma Arduíno. 2019. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Manutenção Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Guarapuava, 2019.
- FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; MEDEIROS, R. P. Power transformer disturbance classification based on the wavelet transform and artificial neural networks. In: 2016 International Joint Conference on Neural Networks (IJCNN). [S.l.: s.n.], 2016. p. 640–646.
- FERNANDES, J. F.; COSTA, F. B.; SANTANA JÚNIOR, O. V.; MEDEIROS, R. P. Intelligent disturbance diagnosis in power transformers based on the wavelet transform and support vector machine. In: XXII Congresso Brasileiro de Automática, 2018, João Pessoa - PB. XXII Congresso Brasileiro de Automática - CBA 2018, 2018.

Referências

- FITZGERALD, A.; KINGSLEY, C.; KUSKO, A. Máquinas Elétricas: Conversão Eletromecânica da Energia, Processos, Dispositivos e Sistemas. [S.l.]: McGraw-Hill, 1975.
- GAOUDA, A.; SALAMA, M. Dsp wavelet-based tool for monitoring transformer inrush currents and internal faults. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 25, n. 3, p. 1258–1267, 2010.
- KHAN, M.; OZGONENEL, O.; RAHMAN, M. A. Diagnosis and protection of stator faults in synchronous generators using wavelet transform. In: IEEE International Electric Machines Drives Conference, 2007. IEMDC '07. [S.l.: s.n.], 2007. v. 1, p. 184-189.
- MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; FERNANDES, J. F. Differential protection of power transformers using the wavelet transform. IEEE PES Gen. Meeting, 2014.
- MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; ALMEIDA, M. A. D. Assessment of the Main Phasor-Based Power Transformer Differential Protection Elements. In: Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016, Natal - RN. Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos, 2016.
- MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. Power Transformer Differential Protection Using the Boundary Discrete Wavelet Transform. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 31, n. 5, p. 2083-2095, 2016.
- MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. A Wavelet-Based Transformer Differential Protection With Differential Current Transformer Saturation and Cross-Country Fault Detection. IEEE Transactions On Power Delivery, v. 33, n. 2, p. 789-799, abr. 2018.

Referências

- PESSATTI, Otávio Bohn. Um panorama sobre o monitoramento de condições de operação de motores elétricos. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- PRADO, I. F.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; SILVA, K. M. A Performance Analysis of Alpha-Plane and Percentual Transmission Line Differential Protections. In: 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.
- PRADO, I. et al. A performance analysis of transmission line differential protection. In: VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020, Santo André - SP. VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos - Virtual, 2020.
- REIS, Aderson Jamier Santos. Reconhecimento de Padrões de Falhas em Motores Trifásicos Utilizando Redes Neurais. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- SALEH, S.; SCAPLEN, B.; RAHMAN, M. A new implementation method of wavelet packet-transform differential protection for power transformers. IEEE Transactions on Industry Applications, v. 47, n. 2, p. 1003–1012, 2011.
- SHAH, A. M.; BHALJA, B. R. Discrimination between internal faults and other disturbances in transformer using the support vector machine-based protection scheme. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 28, n. 3, p. 1508–1515, 2013.

Referências

- SIMÕES, L. D.; OLIVEIRA, A. L. R.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B. A Machine Learning-Based Internal Fault Identification in Power Transformers. In: 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019, Natal - RN. 12th Seminar on Power Electronics and Control, 2019.
- SIMÕES, L. D. et al. A power transformer event classification technique based on support vector machine. In: 2020 Workshop on Communication Networks and Power Systems (WCNPS). [S.l.: s.n.], 2020. p. 1–6.
- SIMÕES, L. D.; COSTA, H. J. D.; AIRES, M. N.O.; MEDEIROS, R. P.; COSTA, F. B.; BRETAS, A. S. A power transformer differential protection based on support vector machine and wavelet transform. Electric Power Systems Research, [S.L.], v. 197, p. 107297, ago. 2021.
- VAZQUEZ, E. et al. Transformer differential protection using principal component analysis. IEEE Transactions on Power Delivery, v. 23, n. 1, p. 67–72, 2008.

1 Introdução
2 Identificação
3 Formação Acadêmica
4 Atividades Profissionais
5 Produção Científica
6 Plano de Pesquisa
7 Plano de Ensino
8 Plano de Extensão
9 Referências
10 Agradecimentos

Agradecimentos

OBRIGADO!

rodrigo.prado@ufersa.edu.br

Emitido em 12/09/2022

PROJETO Nº 381/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/09/2022 14:26)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **381**, ano: **2022**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **12/09/2022** e o código de verificação: **d7dfd634e8**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015.

Aprova os procedimentos para Redistribuição de Pessoal Docente da Carreira do Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso IX, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o previsto no Art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO as Portarias nº 57/2000 e nº 79/2002, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011 e o Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014;

CONSIDERANDO a Resolução nº 110/2008-CONSEPE, de 10 de junho de 2008;

CONSIDERANDO o Acordão TCU nº 1308/2014-Plenário;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.054836/2015-21,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os procedimentos para a redistribuição de pessoal docente da Carreira do Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

CAPÍTULO I
DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 2º Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC (Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal), observados os seguintes preceitos, de forma cumulativa:

I – interesse da administração;

II – equivalência de vencimentos;

III – manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Resolução, a redistribuição ocorrerá no interesse exclusivo da instituição:

I – de cargos ocupados entre as Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação;

II – de cargos vagos entre o Ministério da Educação e as Instituições Federais de Ensino.

Parágrafo único. O Departamento Acadêmico, Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica, deverão justificar a utilização da vaga para redistribuição em detrimento do provimento por meio de concurso público, nos termos do art. 4º da Resolução nº 110/2008-CONSEPE, de 10 de junho de 2008.

Art. 4º A redistribuição de cargo ocupado ou vago somente poderá ser efetivada se houver, como contrapartida, a redistribuição de um cargo efetivo, ocupado ou vago, com idêntico regime de trabalho e equivalência de vencimentos**.**

Art. 5º No caso de pedido de redistribuição encaminhado por docente da UFRN para atuar em outra instituição de ensino federal, a análise do processo deverá considerar os seguintes aspectos de natureza cumulativa:

I – cumprimento de tempo mínimo na UFRN de 3 (três) anos;

II – certidão da Plenária do Departamento Acadêmico, Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica, de forma circunstanciada, ressaltando as implicações que a redistribuição acarretará na mesma;

III – cumprimento na UFRN de tempo igual ao de afastamento para qualificação, quando couber;

IV – disponibilidade do número de Código de Vaga utilizado no processo.

Art. 6º Não serão aceitos pedidos de redistribuição para a UFRN nas seguintes situações:

I – para cargo vago em áreas em que haja concurso público em andamento ou vigente na UFRN;

~~II – para cargo ocupado por docente que se encontre em estágio probatório;~~

(excluído conforme Resolução nº 196/2017-CONSEPE, de 28 de novembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 224, de 30 de novembro de 2017).

II – para cargo ocupado por docente que esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou esteja cumprindo penalidade administrativa;

III – para cargo ocupado por docente que esteja em gozo de afastamento ou licença;

IV – para cargo ocupado por docente que já tiver sido redistribuído há menos de 3 (três) anos;

V – para cargo ocupado por docente que tenha integralizado o tempo de contribuição mínimo necessário para aposentadoria, em qualquer de suas modalidades, ou que falte no mínimo 7 (sete) anos para tal integralização.

Parágrafo único. É vedada a utilização da redistribuição como pena disciplinar ou para atender interesse exclusivamente pessoal do servidor ocupante do cargo.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE REDISTRIBUIÇÃO

Art. 7º Caberá ao Chefe do Departamento Acadêmico ou ao Diretor da Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino, Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica, mediante aprovação em plenária ou Conselho da Unidade, indicar 3 (três) professores efetivos da área de conhecimento e/ou área correlata do docente ocupante do cargo a ser redistribuído para compor Comissão de Avaliação de Redistribuição.

§1º. A comissão de que trata o caput desse artigo será designada por portaria, publicada em Boletim de Serviço, expedida pelo Diretor do Centro ou Unidade Acadêmica Especializada.

§2º. Tratando-se de Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica, a designação será feita pelo Reitor, mediante indicação do plenário respectivo.

Art. 8º É vedada a participação na Comissão de Avaliação de Redistribuição, componentes que mantenham a seguinte relação de afinidade com docente ocupante de cargo a ser redistribuído:

I – cônjuge, ex-cônjuge ou companheiro;

II – ascendente ou descendente, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;

III – sócio em atividade profissional;

IV – orientador, ex-orientador, co-orientador, ex-co-orientador, orientando ou ex-orientando em cursos de pós-graduação;

V – integrante de grupo ou projeto de pesquisa no qual tenha interagido nos últimos 05 (cinco) anos;

VI – co-autor de publicação e/ou apresentação de trabalho científico nos últimos 5 (cinco) anos;

VII – membro que, por qualquer razão, possa ter interesse pessoal no resultado da redistribuição.

Parágrafo único. Na ocorrência de algum dos impedimentos referidos no *caput* deste artigo, o membro da comissão por ele alcançado será substituído por professor indicado na forma do artigo 7º desta Resolução.

Art. 9º Compete à Comissão de Avaliação de Redistribuição analisar a defesa do projeto de atuação profissional apresentado pelo docente ocupante do cargo a ser redistribuído, avaliando os critérios institucionais para a concessão da redistribuição:

I – o interesse público;

II – a experiência comprovada em ensino, pesquisa e/ou extensão na área de atuação e/ou gestão acadêmica;

III – o ganho institucional com o perfil acadêmico, de acordo com o currículo e projeto de atuação profissional apresentado.

§ 1º A área de atuação do docente ocupante do cargo a ser redistribuído deverá estar alinhada ao perfil da vaga distribuída pelo CONSEPE à unidade.

§ 2º Para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o critério definido no inciso II deste artigo terá enfoque majoritariamente no ensino.

CAPÍTULO III
DA FORMALIZAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO

Art. 10. O pedido de redistribuição de cargo ocupado por docente da carreira do Magistério Superior ou do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente de uma Instituição Federal de Ensino para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, deverá ser formulado mediante requerimento encaminhado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, acompanhado dos seguintes documentos do docente ocupante do cargo a ser redistribuído:

I – justificativa do pedido, anexando o currículo (*vitae ou lattes*) e o projeto de atuação profissional a ser desenvolvido na UFRN;

II – cópia das avaliações de desempenho funcional, pelo menos dos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – cópia das avaliações pelos discentes ou documento equivalente, pelo menos dos últimos 3 (três) anos, quando houver;

IV – cópia da ficha funcional em que conste o tempo de serviço, os afastamentos e licenças;

V – declaração expedida pelo órgão de origem de que não responde a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou que não esteja cumprindo penalidade disciplinar;

VI – comprovação de que tenha no mínimo 7 (sete) anos de tempo de efetivo exercício até a data em que adquirirá direito à aposentadoria, em qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. O projeto de atuação profissional deverá:

I – articular a trajetória acadêmico-profissional com a área de conhecimento do docente ocupante do cargo a ser redistribuído;

II – prever a participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em atividades de administração acadêmica para inserção no contexto institucional;

III – articular propostas de atuação aos projetos institucionais da UFRN e/ou do departamento acadêmico, unidade acadêmica especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica;

IV – apresentar contribuição para a consolidação e desenvolvimento da área.

Art. 11. A PROGESP instaurará processo administrativo no sistema SIPAC (www.sipac.ufrn.br) e encaminhará o pedido ao Departamento Acadêmico, Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica para os fins discriminados nos artigos 7º e 8º desta Resolução.

Parágrafo único. Caberá à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas verificar se o pedido encontra-se instruído com toda a documentação especificada no art. 10 desta Resolução, sob pena de sobrestamento do processo até a sua regularização.

Art. 12. A Comissão de Avaliação de Redistribuição do Departamento Acadêmico, Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnica ou Tecnológica emitirá parecer, favorável ou não, ao projeto de atuação profissional

apresentado, submetendo-o à respectiva plenária ou Conselho da Unidade, e enviará o processo à Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI.

§1º O parecer deverá destacar a exigência constante no parágrafo único do art. 3º desta Resolução.

§2º Caso o parecer aprovado em plenária ou Conselho da Unidade seja favorável à redistribuição, deverá ser indicado o código de vaga de contrapartida, salvo os casos de permuta de cargos ocupados.

Art. 13. Compete à CPDI analisar e emitir parecer acerca do pedido, orientado conforme diretrizes constantes nas Resoluções nº 033/2003-CONSEPE, de 19 de agosto de 2003, e nº 110/2008-CONSEPE, de 10 de junho de 2008, em especial:

I – no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e no Projeto Pedagógico Institucional – PPI;

II – no Plano Trienal e o quadro de pessoal docente do Departamento Acadêmico, Unidade Acadêmica Especializada, Unidade de Ensino ou Unidade de Educação Básica, Técnico ou Tecnológica no qual o docente ocupante do cargo a ser redistribuído poderá vir a atuar;

III – as necessidades específicas tendo em vista as perspectivas futuras de crescimento nas atividades-fim e carências localizadas.

Parágrafo único. O parecer, recomendando ou não a aprovação do pedido de redistribuição, será encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE para deliberação final.

Art. 14. Caberá ao Reitor remeter ofício ao dirigente máximo da IFES de origem, solicitando-lhe a redistribuição do cargo ocupado por docente devidamente fundamentado na Resolução do CONSEPE, demonstrando claramente o interesse institucional e informando o código de vaga como contrapartida.

Parágrafo único. A IFES de origem do cargo ocupado deverá remeter o processo ao Ministério da Educação para a efetivação do ato de redistribuição por meio de publicação em Diário Oficial da União.

Art. 15. A publicação do ato de redistribuição no Diário Oficial da União implicará no automático remanejamento do cargo efetivo, devendo o docente ocupante do cargo se apresentar na UFRN dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16. Nos casos em que a redistribuição para a UFRN implicar obrigação de mudança de domicílio do docente titular do cargo redistribuído, poderá ser concedida ajuda de custo, paga pela UFRN, condicionada à disponibilidade orçamentária, para compensar as despesas de instalação, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor vier a ter exercício na mesma sede.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. Os processos de redistribuição protocolados antes da entrada em vigor desta resolução obedecerão às regras gerais estabelecidas nas Portarias nº 57/2000 e nº 79/2002, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Art. 18. Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo CONSEPE.

Reitoria, em Natal, 27 de outubro de 2015.

José Daniel Diniz Melo
REITOR EM EXERCÍCIO

Emitido em 11/10/2022

RESOLUÇÃO Nº 3/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 07:52)
KATIA REGINA GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO
SADEE (14.19.03)
Matrícula: ###99#4

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **3**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **11/10/2022** e o código de verificação: **b627d69fca**

Emitido em 11/10/2022

RESOLUÇÃO Nº 4/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 07:59)
KATIA REGINA GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO
SADEE (14.19.03)
Matrícula: ###99#4

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **4**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **11/10/2022** e o código de verificação: **460b619dc2**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

ATA FINAL DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO

Concluída todas as etapas do processo de redistribuição previstas no Edital 001/2022 – DEE/CT. A Comissão Examinadora apresenta as notas finais, considerando 02 (duas) casas decimais:

Candidato	Títulos	PAP	Nota Final Classificatória	Situação
Rodrigo Prado de Medeiros	10,00	7,5	8,00	Aprovado

De acordo com o resultado apresentado, o candidato Rodrigo Prado de Medeiros obteve a nota de 8,00, classificando para a vaga.

Sem nada mais a tratar a Comissão Examinadora do processo de redistribuição encerram suas atividades referentes ao Edital N.º 001/2022 DEE/CT.

Natal, 01 de agosto de 2022.

Comissão Examinadora

Emitido em 11/10/2022

ATA Nº 16/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/10/2022 15:03)
ANTONIO WALLACE ANTUNES SOARES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###571#5

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 10:31)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

(Assinado digitalmente em 13/10/2022 15:21)
KURIOS IURI PINHEIRO DE MELO QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###770#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **16**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **11/10/2022** e o código de verificação: **34b94f210a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

PARECER Nº 8298/2022 - DEE/CT (14.19)

Nº do Protocolo: 23077.146291/2022-15

Natal-RN, 31 de outubro de 2022.

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA - EDITAL 01/2022 ? DEE/CT

Ao (s) 22 dias do mês de julho do ano de 2022, às 10:00 horas, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em sala virtual do Sistema Google-Meet, reuniram-se os Professores Kurios Iuri Pinheiro de Melo Queiroz (Presidente), Antônio Wallace Antunes Soares e Diomadson Rodrigue Belfort, membros da Comissão Examinadora do pedido de redistribuição para a área de instrumentação industrial e acionamento para controle e automação, instituída pela Portaria Interna n.º 18 / 2022 - DEE/CT de 19 de julho de 2022, visando o preenchimento do cargo de docente mediante processo de Redistribuição de Cargos entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e outra IFES, dando início aos trabalhos de avaliação do memorial e projeto de atuação profissional.

Após realizar a avaliação da atuação do candidato em ensino, pesquisa e extensão na área do Edital em tela e das propostas para atuação na UFRN, através da análise do MPAP apresentados para este Edital, a Comissão Examinadora concluiu que o candidato Rodrigo Prado de Medeiros atende aos quesitos da área de instrumentação industrial e acionamento para controle e automação do DEE/CT. Sendo assim, emite parecer **FAVORÁVEL à redistribuição do candidato Rodrigo Prado de Medeiros**, indicando-o para a ocupação da vaga docente de que trata o EDITAL 01/2022 ? DEE/CT, código de vaga 0860173.

Sem nada mais a tratar, eu Kurios Iuri Pinheiro de Melo Queiroz, presidente da Comissão de examinadora, lavrei a presente ata.

Comissão Examinadora

(Assinado digitalmente em 01/11/2022 17:34)
ANTONIO WALLACE ANTUNES SOARES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###571#5

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 11:50)
DIOMADSON RODRIGUES BELFORT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###406#3

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 15:35)
KURIOS IURI PINHEIRO DE MELO QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DEE/CT (14.19)
Matrícula: ###770#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **8298**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **31/10/2022** e o código de verificação: **7655090a49**

Emitido em 08/11/2022

PARECER CONCLUSIVO Nº 1/2022 - DEE/CT (14.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/11/2022 09:27)
KATIA REGINA GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO
SADEE (14.19.03)
Matrícula: ###99#4

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **PARECER CONCLUSIVO**, data de emissão: **08/11/2022** e o código de verificação: **ae9be82e2d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO Nº 3/2022 - DEE/CT (14.19)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 08 de novembro de 2022.

DESPACHO

Em reunião plenária do DEE, realizada no dia 10 de outubro do corrente, o processo de redistribuição, solicitado por RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, foi relatado pelo professor Samaherni Morais Dias, cujo parecer FAVORÁVEL foi aprovado por UNANIMIDADE.

Assim sendo, encaminhamos o presente processo para as providências cabíveis.

(Assinado digitalmente em 08/11/2022 09:27)
KATIA REGINA GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO
SADEE (14.19.03)
Matrícula: ###99#4

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **3**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**, data de emissão: **08/11/2022** e o código de verificação: **11bac93148**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CPDI

DESPACHO Nº 173/2022 - CPDI/PROGESP (11.65.00.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 17 de novembro de 2022.

Considerando os termos do Processo nº 23077.122264/2022-49, encaminha-se os autos ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para deliberação.

Outrossim, informamos que o **Código de Vaga** devidamente reservado para este fim é o de nº **0860173** (a ser repassado em contrapartida à Redistribuição em tela).

(Assinado digitalmente em 18/11/2022 08:53)
MIRIAN DANTAS DOS SANTOS
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGESP (11.65)
Matrícula: ###99#7

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **173**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **17/11/2022** e o código de verificação: **b768e611ea**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

DESPACHO Nº 166/2022 - CONSEPE (11.32.09.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 18 de novembro de 2022.

D E S P A C H O

Encaminhe-se o presente processo à conselheira **SANDRA KELLY DE ARAÚJO,** para relatar na 12ª sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que será realizada no dia 22 de novembro de 2022 às 9h.

(Assinado digitalmente em 18/11/2022 09:29)
ANTONIO ROSELINO RODRIGUES CIRILO
SECRETÁRIO - TITULAR
SEOC/GAB (11.32.09)
Matrícula: ###495#7

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **166**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **18/11/2022** e o código de verificação: **51e92fc06d**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Processo no 122264/2022-49
Interessado: Rodrigo Prado de Medeiros
Assunto: Redistribuição do Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnologia - CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Do processo:
Trata-se de pedido de redistribuição feito por Rodrigo Prado de Medeiros, do Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnlogia - CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Da análise:
O processo de distribuição em análise tem origem na Chamada Pública de Redistribuição Docente, realizada através do Edital 01/2022, do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro de Tecnologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
A referida Chamada tem sua base legal no disposto no artigo 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro 1997 e demais orientações do Ministério da Educação, que tratam do instituto da redistribuição; Ainda, a Resolução nº 092/2019-CONSEPE, de 06 de agosto de 2019, que distribui vagas docentes do Banco de Professor Equivalente e dá outras providências; e a Resolução nº 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, que aprova os procedimentos para redistribuição de servidores docentes para a UFRN.
Em resposta ao referido Edital, cinco interessados fizeram inscrição, sendo que apenas dois tiveram suas inscrições homologadas - Rodrigo Prado de Medeiros e Tania Luna Laura. Para análise do processo seletivo da Chamada Pública, foram nomeados os professores Kurios Iuri Pinheiro de Melo Queiroz, Diomadson Rodrigues Belfort e Antônio Wallace Antunes Soares, através da Portaria de Comissão Nº 18/2022- DEE/CT.
De acordo, com a avaliação realizada da defesa do Memorial e Projeto de Atuação Profissional, somente o docente Rodrigo Prado de Medeiros é aprovado, obtendo média 7,5 pontos. Com a prova de títulos, Rodrigo Prado é aprovado com a média final de 8,0 pontos.

Do parecer:

Considerando que o processo encontra-se adequadamente instruído, com toda documentação exigida pelo Edital;
Considerando a aprovação na Plenária do Departamento de Engelharia Elétrica, do Centro de Tecnologia, por unanimidade de votos, realizada no dia 10 de outubro deste ano;
Considerando a manifestação da CPDI quanto a disponibilidade do código de vaga para a redistribuição em pauta, código 086173, a ser repassado em contrapartida à Redistribuição;
Somos favoráveis a redistribuição do docente Rodrigo Prado de Medeiros, do Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnologia - CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Natal, 22 de novembro de 2022.

Sandra Kelly de Araújo
Conselheira do CONSEPE

Emitido em 22/11/2022

PARECER Nº 8781/2022 - CONSEPE (11.32.09.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/11/2022 07:33)
SANDRA KELLY DE ARAUJO
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CERES (18.00)
Matrícula: ###66#3

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **8781**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **22/11/2022** e o código de verificação: **9d1df34335**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 084/2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022.

Aprova, à unanimidade de votos, redistribuição de docente.

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XI do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Resolução nº 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 204/2015, de 03 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o parecer da Comissão de Avaliação de Redistribuição do Departamento de Engenharia Elétrica – DEE/CT, de 08 de novembro de 2022, designada pela Portaria nº 18/2022-DEE/CT, de 19 de julho de 2022;

CONSIDERANDO a decisão da plenária do Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, do Centro de Tecnologia - CT em reunião realizada no dia 10 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO o despacho nº 173/2022 - CPDI/PROGESP, de 17 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o previsto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 9.527/97, de 10 de dezembro de 1997;

CONSIDERANDO as Portarias nº 57/2000 e nº 79/2002, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.122264/2022-49,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, à unanimidade de votos, a redistribuição do cargo de professor do Magistério Superior ocupado pelo servidor **RODRIGO PRADO DE MEDEIROS**, Matrícula SIAPE nº [redacted] Classe Adjunto C, lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, do Centro de Tecnologia - CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Parágrafo único. A redistribuição a que se refere o caput deste artigo efetivar-se-á com a liberação do código de vaga nº 0860173 a ser oferecido pelo DEE/CT/UFRN à UFERSA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria, em Natal, 22 de novembro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
HENIO FERREIRA DE MIRANDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

HENIO FERREIRA DE MIRANDA
Reitor em exercício

Emitido em 22/11/2022

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 084/2022 - CONSEPE (11.32.09.02)
(Nº do Documento: 78)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/11/2022 10:19)
TABATTA CRISTINE CHAVES DE LIMA
AUXILIAR EM ADMINISTRACAO
GAB (11.32)
Matrícula: ###353#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **78**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO DELIBERATIVA**, data de emissão: **24/11/2022** e o código de verificação: **7f42bbc5db**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

DESPACHO Nº 179/2022 - CONSEPE (11.32.09.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 24 de novembro de 2022.

D E S P A C H O

Após deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, efetuada através da Resolução nº 084/2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022, cópia em anexo, encaminhe-se o presente à Secretaria da Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional - CPDI para os demais trâmites procedimentais.

(Assinado digitalmente em 24/11/2022 10:19)
TABATTA CRISTINE CHAVES DE LIMA
AUXILIAR EM ADMINISTRACAO
GAB (11.32)
Matrícula: ###353#8

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **179**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **24/11/2022** e o código de verificação: **9b53fabe4f**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CPDI

DESPACHO Nº 178/2022 - CPDI/PROGESP (11.65.00.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 01 de dezembro de 2022.

Considerando a Resolução Nº 084/2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022, doc.16, que aprova a Redistribuição do docente RODRIGO PRADO DE MEDEIROS , Matrícula SIAPE nº 1141792 , lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido- UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, do Centro de Tecnologia- CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;

Considerando que esta UFRN oferecerá à UFERSA o código de vaga nº 0860173 , em contrapartida, inclusive para tanto, juntamos a tela SIGRH demonstrando as informações quanto à origem do código de vaga ofertado;

Remetemos os autos ao Gabinete do Reitor para, em caso de anuência, encaminhar Ofício ao MEC com o intuito de oficializar a redistribuição em tela.

(Assinado digitalmente em 01/12/2022 15:30)
MIRIAN DANTAS DOS SANTOS
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGESP (11.65)
Matrícula: ###99#7

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **178**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **01/12/2022** e o código de verificação: **27f608c526**

0270786	DESOCUPADA	FALECIMENTO	PATRICIA TARGINO DUTRA		15/06/2018	31/07/2021
0855640	DESOCUPADA	APOSENTADORIA	ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA		31/07/2009	07/06/2021
0860173	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	ALEXANDRE NOBREGA DUARTE	26240	01/11/2012	06/08/2018
0860485	DESOCUPADA	APOSENTADORIA	WILLIAM FERNANDES DE QUEIROZ		02/08/2010	15/01/2021
0917825	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA		14/03/2013	29/07/2022
0917827	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	GIOVANNI GALENO DO NASCIMENTO S		28/05/2021	17/03/2022
0917874	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	HECIO HENRIQUE ARAUJO DE MORAIS		04/10/2019	11/07/2022
0924256	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	GISELLE MENEZES DE SOUSA		15/06/2018	21/07/2019
0927693	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	GISELE CORREIA PACHECO LEITE		03/02/2015	23/07/2022
0927701	DESOCUPADA	FALECIMENTO	PAULO HENRIQUE SOUSA DE OLIVEIR		09/02/2015	30/04/2021
0927822	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	JORDI CARMONA HURTADO	26252	31/07/2014	15/03/2021
0931783	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931916	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	JOSE EDVALDO GUIMARAES JUNIOR		21/01/2020	13/01/2022
0931918	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931919	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931920	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	BRUNO CESAR FERREIRA DE MEDEIRO		18/09/2019	07/02/2020
0931921	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931922	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931923	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931924	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0931925	DESOCUPADA	EXONERAÇÃO	ARTHUR HARRY FREDERICO RIBEIRO		14/11/2019	31/08/2022
0932907	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0932908	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0932909	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				
0932910	DESOCUPADA	VAGA CRIADA POR LEI				

Emitido em 01/12/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 44034/2022 - CPDI/PROGESP (11.65.00.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/12/2022 10:54)
CAMILA TEIXEIRA RIBEIRO SANTANA
SECRETARIO - TITULAR
CPDI/PROGESP (11.65.00.04)
Matrícula: ###228#2

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **44034**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **01/12/2022** e o código de verificação: **6cbdd91e9d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 686/2022 - GAB (11.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 02 de dezembro de 2022.

À Senhora
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenadoria-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)
Ministério da Educação (MEC)

Assunto: **Redistribuição do Servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS.**

Senhora Coordenadora-Geral,

Manifestamos a anuência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na redistribuição do cargo de Professor do Magistério Superior ocupado pelo servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE nº [redacted], lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) para o Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnologia - CT da UFRN, que cede como contrapartida o código de vaga n.º 0860173, conforme atesta a Resolução n.º 084/2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022, inserida no PROCESSO 23077.122264/2022-49 (anexo), que enviamos para a oficialização da redistribuição em tela.

Ressaltamos que não existe concurso público vigente com aprovados para o cargo de Professor do Magistério Superior, área Mecatrônica, nesta Universidade.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 05/12/2022 11:01)
JOSE DANIEL DINIZ MELO
REITOR

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

ano: **2022**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **02/12/2022** e o código de verificação: **7d85aa6b6c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 695/2022 - GAB (11.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 08 de dezembro de 2022.

À Senhora Reitora
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Assunto: **Redistribuição**.

Senhora Reitora,

Informamos que enviamos à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, por meio do Ofício n.º 686/2022-GAB, o processo 23077.122264/2022-49 para as providências necessárias à efetivação da redistribuição do cargo de Professor do Magistério Superior ocupado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) pelo servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, matrícula SIAPE nº 1[redacted] para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cedendo em contrapartida o código de vaga n.º 0860173, conforme aprovado pela Resolução n.º Resolução n.º 084/2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022, em anexo.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 08/12/2022 11:12)
JOSE DANIEL DINIZ MELO
REITOR

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **695**, ano: **2022**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **08/12/2022** e o código de verificação: **15c6de9569**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 711/2022 - GAB (11.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 16 de dezembro de 2022.

À Senhora Reitora
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Assunto: Redistribuição.

Senhora Reitora,

Referimo-nos ao OFÍCIO Nº 695/2022 - GAB, de 08/12/2022, e pedimos desculpas pelo lapso do envio do processo 23077.122264/2022-49 ao Ministério da Educação (MEC) para as providências necessárias à efetivação da redistribuição do cargo de Professor do Magistério Superior ocupado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) pelo servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, matrícula SIAPE nº [redacted], sem a devida anuência dessa Universidade, a qual solicitamos nesta oportunidade para que possamos dar andamento aos trâmites junto ao MEC.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 16/12/2022 17:33)
JOSE DANIEL DINIZ MELO
REITOR

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **711**, ano: **2022**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **16/12/2022** e o código de verificação: **9b8ce969c9**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CPDI (11.65.00.04)

OFÍCIO N° 264/2022/CPDI/PROGESP/PROGESP/REITORIA/UFRN
Nº do Protocolo: 23077.167026/2022-62

Natal, 15 de dezembro de 2022.

Destinatário(s):
GABINETE DO REITOR

Assunto: ATUALIZAÇÃO - PROCESSO Nº 23077.122264/2022-49.

Prezados,

Em atenção ao Processo nº 23077.122264/2022-49, que trata acerca da Redistribuição do docente RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE nº [redacted], da UFERSA para o Departamento de Engenharia Elétrica-DEE da UFRN, conforme Resolução Nº 084 /2022-CONSEPE, de 22 de novembro de 2022;

Considerando que esta UFRN oferecerá à UFERSA o código de vaga nº 0860173;

Considerando o documento em anexo, enviado pela UFERSA, em 16 de novembro de 2022, fato que originou o encaminhamento equivocado do referido processo;

Solicitamos, o encaminhamento de Ofício do Gabinete do Reitor desta UFRN à UFERSA, consultando acerca da anuência na presente Redistribuição e posterior envio ao Ministério da Educação - MEC, para fins de oficialização do Processo.

Outrossim, solicitamos o envio de Ofício ao MEC, de modo a desconsiderar o OFÍCIO Nº 686 /2022-GAB, de 02 de dezembro de 2022.

Desde já agradecemos!

Atenciosamente,

(Autenticado em 15/12/2022 17:16)
MIRIAN DANTAS DOS SANTOS
Chefe da unidade
Matrícula: [redacted]

Para verificar a autencidade deste documento acesse https://memo.ufrn.br/memorando-web/public/validador informando o seu código de verificação **03fa 1b50 01f5 68c4**.

Campus Universitário BR-101 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59078-900
Contato: +55 84 3215-3883 - ouvidoria@ufrn.br

Emitido em 15/12/2022

CÓPIA DE OFÍCIO Nº 1705/2022 - GAB (11.32)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/12/2022 09:50)
MARIA GORETE FRANKLIN DA COSTA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
GR/SECADM (11.32.16)
Matrícula: ###326#1

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1705**, ano: **2022**, tipo: **CÓPIA DE OFÍCIO**, data de emissão: **19/12/2022** e o código de verificação: **a02fb5175f**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº 715/2022 - GAB (11.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 19 de dezembro de 2022.

À Senhora
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenadoria-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)
Ministério da Educação (MEC)

Assunto: **Solicita desconsiderar o OFÍCIO Nº 686 / 2022 - GAB, referente à redistribuição do Servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS.**

Senhora Coordenadora-Geral,

Solicitamos desconsiderar o OFÍCIO Nº 686 / 2022 - GAB, datado de 02 de dezembro de 2022, inserido no PROCESSO 23077.122264/2022-49, que trata da redistribuição do cargo de Professor do Magistério Superior ocupado pelo servidor RODRIGO PRADO DE MEDEIROS, Matrícula SIAPE nº [redacted] lotado no Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) para o Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnologia - CT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. O referido processo foi enviado a essa Coordenadoria-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) antes de ser solicitada a anuência da UFERSA.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 19/12/2022 15:33)
JOSE DANIEL DINIZ MELO
REITOR

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **715**, ano: **2022**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **19/12/2022** e o código de verificação: **c1a40183b1**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO Nº 2225/2022 - GAB (11.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Natal-RN, 20 de dezembro de 2022.

Providenciado o Ofício n.º 715 /2022 - GAB, de ordem do Reitor, retorne-se à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP) para demais providências.

(Assinado digitalmente em 20/12/2022 09:03)
KADMA LANÚBIA DA SILVA MAIA
SECRETARIO EXECUTIVO
GAB (11.32)
Matrícula: ###256#3

Processo Associado: 23077.122264/2022-49

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **2225**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**, data de emissão: **20/12/2022** e o código de verificação: **591465ce97**

Emitido em 20/12/2022

REQUERIMENTO Nº 2953/2022 - SID (11.01.04.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/02/2023 10:05)
ANA PAULA SILVA FERNANDES IRBER
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SID (11.01.04.04.03)
Matrícula: ###874#0

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2953**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **09/02/2023** e o código de verificação: **df16c41b4a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SETOR DE INGRESSO E DIMENSIONAMENTO

DESPACHO Nº 640/2023 - SID (11.01.04.04.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 09 de fevereiro de 2023.

01. Trata-se de pedido de redistribuição, formulado pelo servidor docente **Rodrigo Prado de Medeiros,** matrícula Siape nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotado no Campus de Caraúbas, no qual é demonstrado seu interesse em ser redistribuído para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, tendo como contrapartida o código de vaga nº 0860173, a ser oferecido pelo Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, do Centro de Tecnologia - CT da UFRN, que se encontra desocupado.

02. A lei que trata do estatuto do servidor público federal, (Lei nº 8.112/1990), dispõe em seu art. 37, que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

> I - **interesse da administração**; **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**
>
> II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

03. Por conseguinte, a Portaria MPOG Nº 57, de 14 de abril de 2000, dispõe em seu art. 4º, que *"a redistribuição de cargo ocupado ou vago somente poderá ser efetivada se houver, como contrapartida, a redistribuição de um cargo efetivo, ocupado ou vago, do mesmo nível de escolaridade".*

04. Nesta esteira, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe encaminha o processo para apreciação e manifestação do Departamento de Engenharias do Campus de Caraúbas e posteriormente, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, quanto ao interesse da administração em efetivar a redistribuição do servidor **Rodrigo Prado de Medeiros** e recebendo como contrapartida o código de vaga nº

0860173, de Professor do Magistério Superior, desocupado, pertencente à UFRN. Ao término, o processo deverá ser devolvido ao Setor de Ingresso e Dimensionamento.

(Assinado digitalmente em 09/02/2023 10:22)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.000969/2023-14

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **640**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **09/02/2023** e o código de verificação: **fe60b3d490**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Eu, Rodrigo Prado de Medeiros, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, Matrícula SIAPE nº [redacted], servidor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, lotado no Departamento de Engenharias do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, venho expressar a minha concordância em ser redistribuído para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Caraúbas/RN, 09 de Fevereiro de 2023.

[redacted]

Assinatura do(a) Servidor(a)

Emitido em 09/02/2023

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 268/2023 - SID (11.01.04.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/02/2023 10:48)
ANA PAULA SILVA FERNANDES IRBER
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SID (11.01.04.04.03)
Matrícula: ###874#0

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **268**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **09/02/2023** e o código de verificação: **a8782a601b**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 1190/2023 - DE (11.01.29.12.07)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 21 de março de 2023.

Prezada diretora,

trata do processo n° 23091.000969/2023-14 que trata da redistribuição com contra partida de código vago do docente Rodrigo Prado de Medeiros para Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O processo foi apreciado e deliberado na 3° Reunião Ordinária do Departamento em 15/03/2023, tendo a assembleia se manifestado de forma unânime, ou seja, favorável a redistribuição.

Assim, peço providências para os trâmites subsequentes.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 21/03/2023 11:04)
JACKSON DE BRITO SIMOES
PROFESSOR 3 GRAU
DE (11.01.29.12.07)
Matrícula: ###979#7

Processo Associado: 23091.000969/2023-14

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1190**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **21/03/2023** e o código de verificação: **6c3f321458**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 1191/2023 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 21 de março de 2023.

01. Trata-se de pedido de redistribuição, formulado pelo servidor docente **Rodrigo Prado de Medeiros,** matrícula Siape nº [redacted] ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotado no Campus de Caraúbas, no qual é demonstrado seu interesse em ser redistribuído para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, tendo como contrapartida o código de vaga nº 0860173, a ser oferecido pelo Departamento de Engenharia Elétrica - DEE, do Centro de Tecnologia - CT da UFRN, que se encontra desocupado.

02. A lei que trata do estatuto do servidor público federal, (Lei nº 8.112/1990), dispõe em seu art. 37, que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

I - **interesse da administração**; **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**
II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

03. Por conseguinte, a Portaria MPOG Nº 57, de 14 de abril de 2000, dispõe em seu art. 4º, que *"a redistribuição de cargo ocupado ou vago somente poderá ser efetivada se houver, como contrapartida, a redistribuição de um cargo efetivo, ocupado ou vago, do mesmo nível de escolaridade"*.

04. O Departamento de Engenharias do Campus de Caraúbas manifestou-se favoravelmente ao pedido.

05. Analisando os pleito, em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2023, o Centro Multidisciplinar de Caraúbas, deliberou favoravelmente ao pedido de redistribuição do servidor **Rodrigo Prado de Medeiros, com** contrapartida de código de vaga nº [redacted] de Professor do Magistério Superior, desocupado, pertencente à UFRN.

06. Ao Setor de Ingresso e Dimensionamento.

(Assinado digitalmente em 21/03/2023 11:16)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: ###590#9

Processo Associado: 23091.000969/2023-14

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1191**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **21/03/2023** e o código de verificação: **3e49473583**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Eu, Rodrigo Prado de Medeiros, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, Matrícula SIAPE nº [redacted], servidor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, lotado no Departamento de Engenharias do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, venho expressar a minha concordância em ser redistribuído para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Caraúbas/RN, 09 de Fevereiro de 2023.

[redacted]

Assinatura do(a) Servidor(a)

Emitido em 09/02/2023

TERMO Nº 20/2023 - SID (11.01.04.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/04/2023 07:06)
JOSIMAR CARDOSO DE QUEIROZ
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###359#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **20**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **05/04/2023** e o código de verificação: **7682af60a8**

Via do Servidor

Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor

Atestado de Saúde Ocupacional - ASO

Nome: RODRIGO PRADO DE MEDEIROS

Matrícula SIAPE: [redacted]

Dt. nascimento: [redacted] **Cidade:** [redacted] **UF:** RN

Nº RG: [redacted] **Órgão expedidor:** [redacted]

Lotação: 284 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS

Cargo: PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Relação dos Exames Requisitados/Realizados

Descrição	Data
40304361 - Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	13/02/2022
40301630 - Creatinina - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022
40301605 - Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022
40302547 - Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022
40311210 - Rotina de urina (caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia)	13/02/2022
40302504 - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022
40302040 - Glicose - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022
10101012 - Em consultório - Observação: - Avaliação Clínica.	13/02/2022
40302512 - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) - pesquisa e/ou dosagem	13/02/2022

Conclusão: A[redacted]ercício do cargo

Mossoró, 17 de fevereiro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RODRIGO PRADO DE MEDEIROS
Data: 05/04/2023 09:46:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jos[redacted]ano

C[redacted]13

JOSE GILLIANO CARLOS DE FREITAS
CRM - RN 5113
Divisão de Atenção à Saúde do Servidor
Av. Francisco Mota, 572Presidente Costa e Silva.
Natal, RN

(84) 33178-577

RODRIGO PRADO DE MEDEIROS

Emitido em 07/02/2023

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 2263/2023 - SID (11.01.04.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/04/2023 15:46)
JOSIMAR CARDOSO DE QUEIROZ
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###359#8

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2263**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **06/04/2023** e o código de verificação: **f1822ca33e**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SETOR DE INGRESSO E DIMENSIONAMENTO

DESPACHO Nº 1411/2023 - SID (11.01.04.04.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 06 de abril de 2023.

1. Trata-se de consulta formulada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, no qual é demonstrado o interesse em efetivar a redistribuição do servidor **Rodrigo Prado de Medeiros**, matrícula Siape nº [redacted] ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa, código de vaga nº 0926130, tendo como contrapartida o código de vaga nº 0860173, também do cargo de Professor do Magistério Superior a ser ofertado pela UFRN.

2. A lei que trata do estatuto do servidor público federal, (Lei nº 8.112/1990), dispõe em seu art. 37, que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

> I - interesse da administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
>
> V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

3. Por conseguinte, a Portaria SEGRT/MGI Nº 619, DE 9 DE MARÇO DE 2023, dispõe em seu parágrafo 3º, art. 6º, que "*Na redistribuição de cargo ocupado ou vago deverá haver a oferta de cargo efetivo, ocupado ou vago".*

4. Importante ressaltar que a UFRN ofertará como contrapartida o código de vaga nº 0860173, também do cargo de Professor do Magistério Superior.

5. No que pertine ao atendimento dos requisitos da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 001/2018, de 07 de fevereiro de 2018, destaca-se que o docente Rodrigo Prado de Medeiros cumpre com os requisitos estabelecidos no Art. 5º da supracitada Resolução e que o Departamento de Engenharias - DENGE e o Centro Multidisciplinar Caraúbas - CMC, analisaram os autos do processo e se manifestaram de forma favorável ao pleito do interessado.

6. Considerando as informações supracitadas e comprovadas nos autos do processo, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas opina pelo **DEFERIMENTO** do pleito ora requerido.

7. Nesse contexto, encaminhe-se à Secretaria dos Órgãos Colegiados, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias quanto à apreciação e deliberação desse pedido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e pelo Conselho Universitário - CONSUNI.

(Assinado digitalmente em 06/04/2023 15:50)
JOSIMAR CARDOSO DE QUEIROZ
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###359#8

(Assinado digitalmente em 06/04/2023 15:50)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: ###122#1

Processo Associado: 23091.000969/2023-14

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1411**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **06/04/2023** e o código de verificação: **3859ecddb7**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

5º PONTO

Apreciação e deliberação sobre o Processo nº 23091.016249/2022-95, que trata sobre alienação de bens móveis (leilão), encaminhado via Memorando Eletrônico nº 60/2023 – Proad;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 60/2023 - PROAD (11.01.38)
(Código: 202409347)

Nº do Protocolo: 23091.005756/2023-66

Mossoró-RN, 14 de Abril de 2023.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Ponto de Pauta CONSUNI - Alienação do tipo leilão de bens semoventes

Prezados(as),

1. Considerando o artigo 28, inciso XIII, do regimento geral da Ufersa, que compete ao Conselho Universitário (CONSUNI) a competência para autorizar as alienações de bens (venda, permuta ou doação) da Universidade, encaminhamos o processo 23091.016249/2022-95 que trata da alienação do tipo leilão de bens semoventes, para apreciação e deliberação por esse Conselho.

2. Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique:
Processo 23091.016249-2022-95.pdf

(Autenticado em 14/04/2023 12:21)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROAD (11.01.38)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **60**, ano: **2023**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **14/04/2023** e o código de verificação: **82917e2545**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.016249/2022-95

ELETRÔNICO

Cadastrado em 14/10/2022

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	[redacted]	11010011

Tipo do Processo:
ALIENAÇÃO

Assunto do Processo:
043 - BENS SEMOVENTES

Assunto Detalhado:
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS PARA DESFAZIMENTO DE BOVINOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS /CCA.

Unidade de Origem:
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (11.01.38)

Criado Por:
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
14/10/2022	SECRETARIA ADMINISTRATIVA - PROAD (11.01.38.07)		
20/12/2022	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (11.01.38)		

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2023 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 100/2022 - CCA (11.01.00.11)
(Identificador: 202303849)

Nº do Protocolo: 23091.016249/2022-95

Mossoró-RN, 10 de Outubro de 2022.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Indicação de membro para nomeação de portaria de Leilão de bovinos

Solicitamos a vossa senhoria a designação de portaria para comissão de avaliação de bens para desfazimento de bovinos do Centro de Ciências Agrárias /CCA. Assim, segue abaixo a indicação dos nomes para compor a comissão para proceder com o leilão de animais da UFERSA.

1. Francyelle Gurgel de Castro Alves(presidente);
2. Josemir de Souza Gonçalves;
3. Ricardo Jorge Eduardo Galvão.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 09:53)
JOSE TORRES FILHO
FUNÇÃO INDEFINIDA
CCA (11.01.00.11)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.016249/2022-95

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **100**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **10/10/2022** e o código de verificação: **c1b3095c6e**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO Nº 5009/2022 - PROAD (11.01.38)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 14 de outubro de 2022.

Considerando MEMORANDO ELETRÔNICO No 100/2022 - CCA, deferimos a solicitação de emissão de portaria.

(Assinado digitalmente em 14/10/2022 08:50)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Processo Associado: 23091.016249/2022-95

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **5009**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **14/10/2022** e o código de verificação: **18edd13cea**

PORTARIA N.º 099, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

A PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria Nº 0558/2021 – Gabinete da Reitoria, de 14 de setembro de 2021; considerando Memorando Eletrônico nº 100/2022 - CCA, de 10 de outubro de 2022, que solicita emissão de portaria designando comissão para alienação de bovinos do Centro de Ciências Agrárias/CCA (processo 23091.016249/2022-95); o que estabelece o inciso XIII do art. 28 do Regimento da universidade; o Decreto n° 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; o artigo 17, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando que a alienação de bens da Administração Pública deve ser precedida de avaliação; o que determina o art. 1º da Portaria UFERSA/GAB nº 144/2021, de 12 de março de 2021, que delega ao Pró-Reitor de Administração a competência de designar servidor ou comissão, de caráter permanente ou temporário, para atuação em questões relativas a licitações, compras, contratos, almoxarifado, patrimônio e transportes, resolve:

Art. 1º Designar comissão composta pelos servidores **Francyelle Gurgel de Castro Alves**, **Josemir de Souza Gonçalves** e **Ricardo Jorge Duarte Galvão** para, sob a presidência da primeira, procederem com a avaliação e a classificação de bovinos do Centro de Ciências Agrárias/CCA para alienação.

Art. 2º A comissão separará os bens por lote de forma a facilitar o processo de desfazimento, indicando inclusive seus respectivos valores residuais.

Art. 3º A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, para encaminhar relatório à Pró-Reitoria de Administração, contendo planilha com o nome do objeto, descrição, classificação, bem como a indicação da forma de desfazimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ARLY DAYANY FERNANDES LOPES DE CARVALHO:[redacted]
Assinado de forma digital por ARLY DAYANY FERNANDES LOPES DE CARVALHO:[redacted]
Dados: 2022.10.17 08:09:19 -03'00'

ARLY DAYANY FERNANDES LOPES DE CARVALHO

Emitido em 14/10/2022

PORTARIA Nº 99/2022 - PROAD (11.01.38)
(Nº do Documento: 1407)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/01/2023 09:02)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1407**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **30/01/2023** e o código de verificação: **107a4d58e1**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Relatório da comissão para análise da solicitação de bens a doação.

Em atendimento à Portaria UFERSA/PROAD N° 99 de 14 de outubro de 2022, a comissão composta pelos servidores Francyelle Gurgel de Castro Alves, Josemir de Souza Goncalves e Ricardo Jorge Duarte Galvão, sob a presidência do primeiro, procederam com a avaliação e a classificação de bovinos do Centro de Ciências Agrárias/CCA para alienação, conforme processo 23091.016249/2022-95.

A comissão com base no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final, ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, realizou a identificação dos bens em atendimento ao art. 3°, incisos de I a IV que segue:

> Art. 3° Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:
>
> I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;
>
> II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;
>
> III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo; ou
>
> IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Tabela 01 – Relação de bens, classificação e valor

Lote	N° Tombo	Descrição	Classificação	Quantidade	Valor residual
01	2017000800	Tipo bovino; Raça: Holandesa; Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea. Nascimento: 10/07/2013; Identificação – 127.	Ocioso	01	R$ 1.000,00
02	2017000809	Tipo bovino; Raça: Holandesa; Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea. Nascimento: 19/01/2015; Identificação: 142.	Ocioso	01	R$ 2.000,00
03	2019000666	Bovino; Raça: Holandesa (HPB-PO); Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea; Filiação: Pai T02, Mãe 133; Nascimento: 16/01/2017; Identificação: 154.	Ocioso	01	R$ 2.000,00
04	2020000991	Bovino. Sexo: feminino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 158.Nascimento: 30/09/2019; Identificação: 168.	Ocioso	01	R$ 2.200,00
05	2022003358	Bovino; Raça: Mestiço; Cor: Preta; Sexo: Fêmea; Filiação: Pai T14, Mãe 155; Nascimento: 05/10/2019; Identificação: 169	Ocioso	01	R$ 2.200,00
06	2022003389	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t14; mãe: 156. Nascimento: 22/04/2021; identificação: brinco 2102.	Ocioso	01	R$ 1.300,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Lote	N° Tombo	Descrição	Classificação	Quantidade	Valor residual
07	2022003390	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t14; mãe: 154. Nascimento: 22/04/2021; identificação: brinco 2103	Ocioso	01	R$ 1.300,00
08	2022003379	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t31; mãe: 126. Nascimento: 25/06/2021; identificação: brinco 2105.	Ocioso	01	R$ 1.300,00
09	2022003387	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t31; mãe: 154. Nascimento: 16/10/2022; identificação: brinco 2207	Ocioso	01	R$ 750,00
10	2020000996	Bovino; Brinco D31; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 134; Chanfro, fronte e narina branca / garupa branca / patas brancas. Nascimento: 13/04/2019;	Ocioso	01	R$ 3.000,00
11	2022003362	Bovino; Brinco D36; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T13 e mãe 126. Nascimento: 12/07/2020	Ocioso	01	R$ 2.500,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Lote	N° Tombo	Descrição	Classificação	Quantidade	Valor residual
12	2022003364	Bovino; Brinco D39; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 157. Nascimento: 06/01/2021	Ocioso	01	R$ 1.500,00
13	2022003365	Bovino; Brinco D40; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 118. Nascimento: 11/05/2021	Ocioso	01	R$ 1.500,00
14	2022003369	Bovino; Brinco D44; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T37 e mãe 169. Nascimento: 05/06/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
15	2022003370	Bovino; Brinco D45; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 126 Nascimento: 15/06/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
16	2022003371	Bovino; Brinco D46; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 133 Nascimento: 03/08/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
17	2022003372	Bovino; Brinco D47; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 160 Nascimento: 03/09/2022	Ocioso	01	R$ 750,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Lote	N° Tombo	Descrição	Classificação	Quantidade	Valor residual
18	2022003373	Bovino; Brinco D48; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 154 Nascimento: 16/10/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
19	2022003388	bovino; brinco d49; pelagem: preto e branco; sexo: masculino; raça: holandesa; filiação: pai desconhecido e mãe 172. Data de nascimento: 13/11/2022.	Ocioso	01	R$ 750,00

Os valores unitários atribuídos aos itens presentes na Tabela 01, correspondem aos valores de mercado para o animal vivo, conforme fonte da pesquisa, realizado dia 13/11/2022. Ressalta-se que as avaliações de animais para alienações somente são válidas por quatro meses depois da data da realização caso não se conclua o referido processo de desfazimento sugerir nova reavaliação econômica e sanitária dos animais.

Os animais presentes encontram-se vermifugados e vacinados contra febre aftosa, raiva e clostridiose, conforme declaração sanitária em anexo.

Considerando-se a previsão legal para realização de certame licitatório para venda de bens produzidos pela Administração Pública, contida no art. 17, inciso II da Lei 8.666/93:

> Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
>
> .
>
> .
>
> II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
>
> .
>
> .
>
> **e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS/CCA

Esta comissão decide por unanimidade:

a. **Sugerir o desfazimento dos semoventes classificados como ociosos através da adoção de procedimento licitatório, sob a modalidade de leilão mediante parecer jurídico favorável da Procuradoria Geral Federal/PGF-UFERSA e deliberação do CONSAD.**

Encaminha-se este relatório para conhecimento e providência da PROAD.

Mossoró/RN, 09 de dezembro de 2022

FRANCYELLE GURGEL DE CASTRO ALVES [redacted]
Assinado de forma digital por FRANCYELLE GURGEL DE CASTRO ALVES [redacted]
Dados: 2022.12.09 10:53:17 -03'00'

Francyelle Gurgel de Castro Alves
(Presidente)

JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES: [redacted]
Assinado de forma digital por JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES: [redacted]
Dados: 2022.12.09 10:19:22 -03'00'

Josemir de Souza Gonçalves
(Membro)

[redacted]

Ricardo Jorge Duarte Galvão
(Membro)

Emitido em 09/12/2022

RELATÓRIO Nº 1008/2022 - PROAD (11.01.38)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/01/2023 09:02)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1008**, ano: **2022**, tipo: **RELATÓRIO**, data de emissão: **30/01/2023** e o código de verificação: **3f9b5996e3**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LEILÃO ADMINISTRATIVO N.º 02/2023

A **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, por meio de seu servidor Geovani Maia Damasceno, atuando como Leiloeiro, designado pela Portaria PROAD nº 055/2022, de 01 de julho de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **LEILÃO ADMINISTRATIVO**, para fins de consecução do objeto descrito na cláusula primeira deste Edital. O certame realizar-se-á no dia XX/XX/2023, às 09h na UFERSA – campus leste – Setor transportes, Mossoró - RN. O presente procedimento licitatório será regido pela Lei n.º 8.666/93, com as respectivas alterações, bem como nos termos do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, pelo critério de **"MAIOR LANCE"**, nos exatos termos contidos no artigo 22, § 5º da Lei 8.666/93.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a alienação de bovinos, da UFERSA, de acordo com relação anexa a este Edital.

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL

Data: XX/XX/2023
Horário: 09h
Local: Campus Mossoró – Campus Leste – Setor de Vacaria da Ufersa

3. DOS ITENS

3.1. Os bens a serem leiloados têm seus preços mínimos, bem como suas características gerais descritos em planilhas anexas aos processos administrativos de licitação n.º 23091.016249/2022-95.

3.2. Os bens serão vendidos no estado de conservação que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos ARREMATANTES verificarem os bens e suas especificações antes do certame.

3.3. A visitação aos bens torna-se essencial, não cabendo reclamações sobre o estado dos bens após a realização do certame.

4. DA VISITAÇÃO

4.1. Os bens poderão ser vistoriados pelos interessados durante o horário compreendido das 07h às 10h, de segunda-feira até sexta-feira. A vistoria deverá ser agendada através do e-mail: **leilao@ufersa.edu.br.**

5. DA HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente Leilão e oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastrado Nacional de Pessoas Físicas (CPF), e pessoas jurídicas, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.2. Conforme determina o art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, os servidores do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, bem como seus dirigentes/autoridades, não poderão participar, direta ou indiretamente, na aquisição dos bens objeto do presente Leilão;

5.2.1. Não poderão participar da presente licitação consórcios de empresas, empresa ou pessoas que, por qualquer motivo, estejam punidas à suspensão do direito de licitar junto à Ufersa, ou declaradas inidôneas com qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

5.3. No dia e hora indicados no item 2 do presente Edital, os licitantes por si ou legalmente representados, deverão comparecer no local no qual será realizado o Leilão, a fim de se credenciarem perante o Leiloeiro;

5.4. Para a realização do credenciamento dos licitantes e seus representantes perante o Leiloeiro, é necessária a apresentação dos documentos relacionados a seguir, cujas cópias serão parte integrante do processo:

5.4.1. Se Pessoa Física: Documento Oficial com foto e CPF;

5.4.2. CNPJ, se Pessoa Jurídica;

5.4.3. Carteira de Identidade,

5.4.4. Procuração dos representantes dos licitantes, caso os próprios não venham participar da fase de lances.

6. DOS PREÇOS E SEUS LANCES

6.1. Os preços dos bens deste Leilão foram definidos pela Comissão de Avaliação e Classificação de Bovinos do Centro de Ciências Agrárias, devidamente designada pela portaria UFERSA/PROAD Nº 099/2022 de 14 de outubro de 2022, a qual considerou o estado dos bens, bem como o real interesse da administração pública na alienação dos mesmos.

6.2. Os lances serão verbais, a partir do preço mínimo estabelecido para cada item, considerando-se vencedor o licitante que houver oferecido o maior lance pelo item.

6.3. A mera oferta de lance implica na aceitação pelo licitante de todas as condições estabelecidas no Edital.

6.4. Após a oferta de todos os itens, caso algum não receba lances iguais ou superiores ao valor inicial, o leiloeiro poderá oferecê-los sob "Lance Condicional", ou seja, em valor entre 60% (sessenta por cento) e 100% (cem por cento) do valor inicial. O aceite do lance será deferido ou não, em até 24h (vinte e quatro horas) pela Reitora desta IFES, sem prejuízo dos prazos já iniciados para pagamento e retirada dos bens.

6.5. As vendas serão realizadas em caráter irrevogável e irretratável, não cabendo ao arrematante qualquer recusa, pedido de redução de preço ou solicitação de qualquer vantagem não contida neste Edital.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de até 2 (dois) dias úteis após a data de arrematação, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela Divisão de Contabilidade e Administração Financeira da UFERSA, em nome do arrematante e no valor do lance vencedor.

7.2. Para cada item será gerada uma GRU.

7.3. Antes da retirada dos bens objeto do Leilão, a Ufersa poderá, no interesse público e desde que em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, revogar este Leilão, parcial ou totalmente, devendo, no caso de ilegalidade, anulá-lo, no todo ou em parte, em despacho fundamentado, quer de ofício, quer mediante provocação de terceiros.

8. DA RETIRADA DOS BENS

8.1. Os itens a serem leiloados serão entregues àqueles que oferecem os maiores lances (arrematantes), desde que sejam iguais ou superiores aos valores da avaliação, mediante confirmação do pagamento da GRU e do comprovante de transferência da propriedade, exclusivamente, para os respectivos alienantes e após assinatura da respectiva ata lavrada no local do Leilão.

8.2. De posse da GRU acompanhada do comprovante de pagamento e do comprovante de transferência da propriedade, os arrematantes deverão se dirigir ao leiloeiro, na Divisão de Licitações/PROAD/UFERSA para receberem o Termo de Liberação de Retirada dos Bens Arrematados.

8.3. De posse do Termo de Liberação dos Bens Arrematados os arrematantes deverão se dirigir até ao Setor de Bovinocultura de leite) para que possam retirar os bens no prazo de 3 (dias) corridos, a contar da data do Leilão, durante o horário das 8h às 11h e das 14h às 17h. Sugiro alteração destes horários (7h as 10h e de 13 as 15hrs)

8.3.1. A não retirada do item ou lote no prazo estabelecido no item 8.3, sujeitará ao arrematante o pagamento de multa 1% ao dia sobre o valor arrematado, limitado a 15 dias corridos.

8.4. Escoado o prazo de 15 dias corridos, sem a devida retirada dos bens, a arrematação será tida como cancelada. Decurso o prazo citado, os bens serão reincorporados a instituição.

8.5. O arrematante, por ocasião do recebimento dos bens arrematados, assinará Recibo de Entrega do respectivo bem e o retirará em sua integralidade, não podendo fazê-lo de forma fracionada.

8.6. É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou negociar, sob qualquer forma, o bem arrematado antes da perfectibilização do ato de alienação entre a Ufersa e o alienante, bem como da retirada dos bens das dependências da Ufersa.

8.7. Todas as despesas e providências para a retirada dos itens serão de responsabilidade do arrematante. É dever da Ufersa, somente, disponibilizar os bens nos horários e dias destinados a entrega dos bens, assim como permitir o acesso aos licitantes; bem como não se responsabilizará por qualquer acidente que porventura ocorrer no ato de remoção.

8.7.1. A retirada dos itens está condicionada a apresentação da Guia de Transporte de Animais - GTA válida.

8.7.2. O arrematante deverá trazer pessoal para contenção e embarque dos animais, cordas para contenção dos animais e corda de cabresto.

9. DAS RESPONSABILIDADES

9.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO obriga-se a:

a) Entregar os itens com as condições materiais e formais de acordo com o publicado no Edital;

b) Emitir Guia de Recolhimento da União – GRU para devido pagamento;

c) Em face do comprovante de pagamento da GRU, emitir Termo de Liberação de Retirada dos Bens, bem como disponibilizar para retirada, a cargo do arrematador, os itens de acordo com o anunciado.

9.2. O PARTICIPANTE QUE OFERECER O MAIOR LANCE obriga-se a:

a) Efetuar o pagamento da Guia de Recolhimento da União referente ao valor do MAIOR LANCE oferecido por lote ou item;

b) Retirar, no prazo estabelecido em Edital, o lote ou item respectivo à oferta de MAIOR LANCE;

c) O arrematante que tiver seu lance considerado vencedor declara-se ciente e integralmente de acordo com este Edital e demais condições que serão estipuladas pelo Leiloeiro;

d) Todos os débitos/despesas incidentes sobre os bens objetos deste Leilão que tenham como fato gerador data após o início do prazo para retirada dos mesmos serão de exclusiva responsabilidade do arrematante.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do item 7.1, isto é, a falta de pagamento do valor de arrematação no prazo estabelecido, acarretará ao arrematante a aplicação das seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

10.1.1. Multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da arrematação;

10.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UFERSA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que o licitante ressarcir à Ufersa pelos prejuízos resultantes.

10.1.4. Caso seja cadastrado, as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

10.2. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do processo de licitação: Pena: detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

10.3. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: Pena: detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

10.4. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: Pena: detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena corresponde a violência.

10.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao arrematante o direito ao contraditório e ampla defesa.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. À UFERSA, através do Leiloeiro, até o momento da abertura do LEILÃO, é reservado o direito de retirar do Leilão quaisquer dos itens constantes no Edital, sem que isso derive qualquer direito de indenização aos participantes.

11.2. Não será aceita a desistência do adquirente do(s) bem(ns) ou alegação de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para eximir-se de obrigações pelo mesmo geradas.

11.3. As decisões do Leiloeiro serão comunicadas mediante publicação no sítio na internet da UFERSA, no endereço https://licitacao.ufersa.edu.br/https-licitacao-ufersa-edu-br-avisos-de-licitacoes-editais/.

11.4. Após a realização do Leilão, diante da ocorrência de fato superveniente, a administração, através de autoridade competente, poderá revogar o procedimento e, diante de uma ilegalidade, deverá anulá-lo, total ou parcialmente em ambas as hipóteses.

11.5. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados ao presente Leilão deverá ser efetuada até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida para abertura do certame pelo e-mail **leilao@ufersa.edu.br.**

11.6. Em caso de dúvida acerca das disposições deste Leilão, os interessados deverão entrar em contato com o Leiloeiro ou a equipe de apoio da UFERSA pelos telefones: (84) 3317-8292 e 3317-8293, ou pelo e-mail **leilao@ufersa.edu.br.**

Mossoró (RN), 26 de janeiro de 2023.

Geovani Maia Damasceno
Leiloeiro/Ufersa
Portaria nº 055/2022, de 01 de julho de 2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – ITENS

Lote	N° Tombo	Descrição	Classificação	Quant.	Valor residual
01	2017000800	Tipo bovino; Raça: Holandesa; Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea. Nascimento: 10/07/2013; Identificação – 127.	Ocioso	01	R$ 1.000,00
02	2017000809	Tipo bovino; Raça: Holandesa; Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea. Nascimento: 19/01/2015; Identificação: 142.	Ocioso	01	R$ 2.000,00
03	2019000666	Bovino; Raça: Holandesa (HPB-PO); Cor: Preta e branca; Sexo: Fêmea; Filiação: Pai T02, Mãe 133; Nascimento: 16/01/2017; Identificação: 154.	Ocioso	01	R$ 2.000,00
04	2020000991	Bovino. Sexo: feminino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 158.Nascimento: 30/09/2019; Identificação: 168.	Ocioso	01	R$ 2.200,00
05	2022003358	Bovino; Raça: Mestiço; Cor: Preta; Sexo: Fêmea; Filiação: Pai T14, Mãe 155; Nascimento: 05/10/2019; Identificação: 169	Ocioso	01	R$ 2.200,00
06	2022003389	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t14; mãe: 156. Nascimento: 22/04/2021; identificação: brinco 2102.	Ocioso	01	R$ 1.300,00
07	2022003390	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t14; mãe: 154. Nascimento: 22/04/2021; identificação: brinco 2103	Ocioso	01	R$ 1.300,00
08	2022003379	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t31; mãe: 126. Nascimento: 25/06/2021; identificação: brinco 2105.	Ocioso	01	R$ 1.300,00
09	2022003387	Bovino; raça: holandesa; cor: preta e branca; sexo: fêmea. Pai: t31; mãe: 154. Nascimento: 16/10/2022; identificação: brinco 2207	Ocioso	01	R$ 750,00
10	2020000996	Bovino; Brinco D31; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 134; Chanfro, fronte e narina branca / garupa branca / patas brancas. Nascimento: 13/04/2019;	Ocioso	01	R$ 3.000,00

11	2022003362	Bovino; Brinco D36; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T13 e mãe 126. Nascimento: 12/07/2020	Ocioso	01	R$ 2.500,00
12	2022003364	Bovino; Brinco D39; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 157. Nascimento: 06/01/2021	Ocioso	01	R$ 1.500,00
13	2022003365	Bovino; Brinco D40; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T14 e mãe 118. Nascimento: 11/05/2021	Ocioso	01	R$ 1.500,00
14	2022003369	Bovino; Brinco D44; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T37 e mãe 169. Nascimento: 05/06/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
15	2022003370	Bovino; Brinco D45; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 126 Nascimento: 15/06/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
16	2022003371	Bovino; Brinco D46; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 133 Nascimento: 03/08/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
17	2022003372	Bovino; Brinco D47; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 160 Nascimento: 03/09/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
18	2022003373	Bovino; Brinco D48; Pelagem: preto e branco; Sexo: masculino; Raça: mestiço; Filiação: pai T31 e mãe 154 Nascimento: 16/10/2022	Ocioso	01	R$ 750,00
19	2022003388	Bovino; brinco D49; pelagem: preto e branco; sexo: masculino; raça: holandesa; filiação: pai desconhecido e mãe 172. Data de nascimento: 13/11/2022.	Ocioso	01	R$ 750,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

TERMO DE PARTICIPAÇÃO

Eu,_____

participante do Leilão Administrativo, nº 02/2023 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, portador do CPF nº_____, RG: _____ telefone_____

_____

e-mail:_____residente e domiciliado(a) à_____

_____

_____estou ciente e aceito todas as condições constantes no "Edital de Leilão Administrativo 02/2023 – UFERSA, afirmo ainda não pertencer ao quadro de agente público da Ufersa.

Mossoró, de de 2023.

_____

Assinatura do Participante

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III
ATA DE LEILÃO 01/2023

Às 09:00 horas do dia xx do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e três, na Ufersa – Setor xxx, Mossoró/RN a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA, através do Leiloeiro Geovani Maia Damasceno Leiloeiro/Ufersa, designado pela Portaria nº 055/2022, de 01 de julho de 2022, lavra a presente Ata de Leilão, referente ao Leilão Administrativo 01/2023, que objetiva alienação de bens móveis, observadas as especificações, o lance mínimo, os quantitativos, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no Decreto nº. 9.373, de 11/05/2018 e a Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Ao iniciar, o leiloeiro, agradeceu a presença de todos, fez a leitura dos itens, informou sobre as principais regras constantes no Edital, ainda avisou, que o pagamento deverá ser feito em até dois dias úteis após o arremate, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, e sempre referente a apenas um item; além disso, esclareceu que o prazo para retirada dos itens é de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do Leilão. O Leilão obteve uma arrecadação total de R$ xxx (xxxxxs) com arrematação de xx itens, participação de xx (xx) licitantes, às xx:xx o Leilão 02/2023 da Ufersa foi encerrado. Sendo assim:

Lote 0X	
BEM:	
ARREMATANTE:	
CPF:	
AVALIAÇÃO: R$ xxx	**VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ xxx**

Nada mais havendo para tratar, a presente ata foi encerrada e vai ao fim assinada por mim, na condição de leiloeiro, e por todos os participante que desejarem assinar.

Mossoró (RN), xx de xxx de 2023.

Geovani Maia Damasceno
Leiloeiro/Ufersa
Portaria PROAD nº 055/2022, de 01 de julho de 2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV
TERMO DE ARREMATAÇÃO

Eu, xxxxxxxxxxxx, participante do Leilão Administrativo, nº 02/2023 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, portador do CPF nº. xxxxxxxxxxxxxx e carteira de identidade (RG) nº: xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estou ciente e aceito todas as condições constantes do "Edital de Leilão Administrativo 02/2023 Ufersa", e declaro, ainda, que sou responsável, a partir desta data, pelo item abaixo discriminado:

Telefone:	E-mail:

Número do GRUPO	Especificação do lote

Lance Inicial	Valor da proposta de arrematação	Valor pagamento à vista

Eu, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira autorizo, de acordo com o item 6.4 do Edital 02/2023, a alienação deste bem no valor informado acima.

Mossoró, xxxxxxxxxxx de 2023.

Assinatura do Arrematante

Geovani Maia Damasceno
Leiloeiro/Ufersa
Portaria nº 055/2022, de 01/07/2022

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Reitora UFERSA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO V
TERMO DE LIBERAÇÃO DE RETIRADA DOS BENS ARREMATADOS

Eu, Geovani Maia Damasceno, investido da função de leiloeiro:

CONFIRMO: recebimento da GRU e seu comprovante de pagamento referente ao item _____ do Leilão Administrativo nº 02/2023.

SOLICITO: que de posse e averiguação deste expediente, o responsável pela entrega do lote único do Leilão Administrativo nº 02/2023 o faça, de modo privativo, ao arrematante XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxx e carteira de identidade (RG) nº: xxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxx, xx – Bairro xxxxxxxx.

Mossoró/RN, de de 2023.

Geovani Maia Damasceno
Leiloeiro/Ufersa
Portaria PROAD nº 055/2022, de 01/07/2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ENTREGA

Eu, xxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx e carteira de identidade (RG) nº: xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxx, xx – Bairro: xxxxxxxxx, telefone: XXXXXXXXXXX, arrematante do lote abaixo descriminados, referente ao Leilão 02/2023 – UFERSA, afirmo ter recebido os citados itens, nas condições informadas no Edital do Leilão 02/2023 sendo a partir desta data proprietário e responsável pelo lote.

Lote ou item XX

ARREMATANTE: **CPF:**
AVALIAÇÃO: R$
VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ ()

Mossoró-RN, xxxxxxxxxxx de 2023.

_____

Arrematante

Emitido em 23/03/2023

MINUTA DE EDITAL Nº 02/2023 - PROAD (11.01.38)
(Nº do Documento: 13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/03/2023 16:30)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **13**, ano: **2023**, tipo: **MINUTA DE EDITAL**, data de emissão: **23/03/2023** e o código de verificação: **1006802d26**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

OFICIO Nº 521/2023 - PROAD (11.01.38)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 23 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

RAIMUNDO MÁRCIO RIBEIRO LIMA
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UFERSA
Av. Francisco Mota, 572, Presidente Costa e Silva - CEP: 59.625-900 - Mossoró/RN

Assunto: Solicita emissão de parecer jurídico.

Senhor Procurador,

1. Considerando a lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Atualizada em 17/03/2023;
2. Considerando que a minuta do decreto que trata de leilões ainda não foi aprovada;
3. Considerando a PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, DE 15 DE MARÇO DE 2023;
4. Encaminhamos o processo nº 23091.016249/2022-95, para emissão de parecer jurídico quanto à leilão de bovinos da Ufersa baseado a lei 8.666/93;
5. Sendo o que se apresenta para o momento.

Respeitosamente,

(Assinado digitalmente em 23/03/2023 16:30)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Processo Associado: 23091.016249/2022-95

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **521**, ano: **2023**, tipo: **OFICIO**, data de emissão: **23/03/2023** e o código de verificação: **4ac51030c9**

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
1.	**Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras**	x	-	-	x	x	**DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021** Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2.	**Decreto de bens de consumo comum e de luxo**	x	x	x	x	x	**DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021** Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3.	**Portaria sobre Governança das contratações públicas**	x	x	x	x	x	**PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021** Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4.	**Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	x	-	-	x	x	**PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021** Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. (revogada pela Portaria ME nº 15.496, de 2021 – linha 12 desta tabela)
5.	**Instrução Normativa de Pesquisa de Preços**	x	x	x	x	x	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
6.	**Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica**	x	x	x	x	x	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021** Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
							de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
7.	**Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021** Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 91, de 2022 – linha 26 desta tabela)
8.	**Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021** Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 90, de 16 de dezembro de 2022)
9.	**Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021** Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	**Decreto de adequação do CIPI**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021** Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
11.	**Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas**	x	x	x	x	x	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021** Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	**Nova Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	x	-	-	x	x	**PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021** Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
13.	**Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021**	x	-	-	x	x	**DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021** Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos. (revogado pelo Decreto nº 11.317, de 2022 – linha 30 desta tabela)
14.	**Decreto de procedimento especial para consultas públicas para regulamentação da Lei nº 14.133, de 2021**	x	-	-	x	x	**DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022** Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
15.	**Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	x	-	-	x	x	**PORTARIA ME Nº 538, DE 18 DE JANEIRO DE 2022** Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
16.	**Decreto do plano de contratações anual e PGC**	x	x	x	x	x	**DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022** Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
17.	**Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022** Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
18.	**Instrução Normativa sobre multa administrativa**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022** Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
19.	**Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022** Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
20.	**Portaria normas complementares ao Decreto nº 13.193, de 2019**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022** Estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
21.	**Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022** Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
22.	**Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022** Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
23.	**Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022** Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
24.	**Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**PORTARIA ME Nº 12.663, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022** Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
25.	**Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022** Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
26.	**Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022** Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
27.	**Instrução Normativa sobre o critério julgamento pelo maior retorno econômico**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022** Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
28.	**Instrução Normativa que autoriza a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022** Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
29.	**Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**PORTARIA DE PESSOAL SE/ME Nº 14.542, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022** Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021
30.	**Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022** Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
31.	**Orientações sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**Orientação e Procedimento nº 37 - sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA** Publicado no Portal de Compras do Governo Federal
32.	**Instrução Normativa sobre Locação de imóveis**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.** Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
33.	**Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas**	**x**	**-**	**-**	**-**	**x**	**PORTARIA DE PESSOAL/MGI Nº 592, DE 31 DE JANEIRO DE 2023** Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
34.	**Instrução Normativa que estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 2021**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2023** Estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
35.	**Instrução Normativa sobre critério de julgamento por técnica e preço**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023** Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
36.	**Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica e ações de equidade de gênero, como critério de desempate**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**DECRETO Nº 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023** Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
37.	**Portaria que estabelece o regime de transição da Lei nº 14.133, de 2021**	**x**	**-**	**-**	**x**	**x**	**PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, DE 15 DE MARÇO DE 2023** Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
38.	**Convênios e contratos de repasse (decreto)**	**x**	**x**	**x**	**x**		**Em andamento** – enviado para Casa Civil da Presidência da República. **Observação:** Iniciativa está sob a alçada de competência do Departamento de Transferências da União desta Seges.
39.	**Decreto SRP**	**x**	**x**	**x**	**x**		**Em andamento** – em avaliação pela SE-MGI. **Processo SEI 19973.108728/2022-23**
40.	**Decreto de bens móveis inservíveis**	**x**	**x**	**x**	**x**		**Em andamento** – elaboração de NT e minuta após avaliação jurídica pela Consultoria Jurídica MGI.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
							Processo SEI 19973.108889/2022-17.
41.	**Decreto sobre o Leilão Eletrônico**	**x**	**x**	**x**	**x**		**Em andamento** – em avaliação pela Consultoria Jurídica MGI. **Processos SEI 19973.101177/2022-77.**
42.	**Portaria que fixa limites de valor para despesas por suprimento de fundos**	**x**	**-**	**-**			**Em andamento** – nova análise e manifestação das unidades envolvidas. **Processo SEI 19973.100542/2020-64**
43.	**Decreto do Cartão de Pagamento do Governo Federal**	**x**	**x**	**x**			**Em andamento –** elaboração de nova minuta pela equipe técnica. **Processo SEI 19973.100028/2023-71.**
44.	**Decreto de forma eletrônica de celebração de contratos e termos aditivos**	**x**	**x**	**x**			**Em andamento –** elaboração de NT e nova versão da minuta para fins de encaminhamento para Conjur-MGI. **Processo SEI 19973.100260/2023-18.**
45.	**Instrução Normativa sobre o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico**	**x**	**x**				**Em andamento –** em consulta pública - https://www.gov.br/participamaisbrasil/in-melhor-tecnica-ou-conteudo-artistico. **Processo SEI 19973.100979/2023-41**
46.	**Caderno do Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Custos indiretos**	**x**					**Em andamento –** em validação final para fins de disponibilização em consulta pública.
47.	**Instrução Normativa de Serviços**	**x**					**Em elaboração pela equipe técnica**.
48.	**Credenciamento**	**x**					**Em elaboração pela equipe técnica**.
49.	**Custos indiretos**	**x**					**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021**.** **Observação: via Caderno PLS, conforme prevê o inciso II do art. 8º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021**
50.	**Gestão de bens móveis**	**x**					**Em elaboração pela equipe técnica**.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
51.	**Decreto de Sanções**	**x**					**Em elaboração pela equipe técnica**.
52.	Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)						**Regulamentação via Decreto –** inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
53.	Pré-qualificação						**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
54.	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)						**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
55.	Recebimento provisório e definitivo						**Regulamentação via Decreto –** § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021**.** **Observação: regulamento ou contrato pode prever as regras e condições para a recebimentos provisório e definitivo.** *"Art. 140 (...)* *§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em **regulamento** ou no **contrato**."*
Ato dependente de alteração legislativa							
56.	Registro cadastral Unificado						**Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021**. ● **Documentos considerando a empresa estrangeira** - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, com provável expedição de caderno procedimentalizando as atividades. ● **Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância** - § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021. ● **Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações** - §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021 **Observação: Regulamentação dependente de alteração legislativa - PL 249/2022, em que**

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
							teve atuação do Ministério da Economia, representado pela Secretaria de Gestão. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2314510
Atos não essenciais para a para garantir a eficácia da Lei nº 14.133, de 2021							
57.	Subcontratação						**Regulamentação via Decreto –** § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021**.** **Observação: regulamento ou edital pode prever as regras e condições para a subcontratação.** *"Art. 122 (...) § 2º Regulamento ou edital de licitação **poderão** vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."*
58.	Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato						**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021**.** **Observação: não há exigência da expedição de regulamentação para que seja operacionalizada a Lei nº 14.133, de 2022. Tal regra será expedida caso haja necessidade de padronização, a qual será verificada após as regulamentações essenciais sobre a formalização e gestão dos contratos administrativos.** *"Art. 137 (...) § 1º Regulamento **poderá** especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo."*
59.	Remuneração variável						**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021**.**

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
60.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade						**Regulamentação via Decreto** - § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
61.	Diálogo competitivo						**Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.**
62.	Margens de preferência						**Regulamentação via Decreto** (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) **–** inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021**.** **Regulamentação via Decreto** (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País) **–** § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
63.	Integração de portal privado com o PNCP						**Regulamentação via Decreto** (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência conjunta com outros órgãos regulamentadores		
Ato		**Observações**
1.	Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)	**Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.** **Em elaboração pela equipe técnica.** **Observação: Após a prontificação da primeira minuta, esta será encaminhada para avaliação do órgão regulamentador competente.**
2.	Cota para oriundos e egressos do sistema prisional	**Ministério da Justiça** **Regulamentação via Decreto –** inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
3.	Gestão de riscos e controle preventivo	**Regulamentação via Decreto –** § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
Competência de outros órgãos regulamentadores		

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 17/03/2023

1.	Contratações de repartições públicas no exterior	**Competência Ministério das Relações Exteriores** **Regulamentação via Decreto** - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
2.	Contratações relativas à gestão de reservas internacionais	**Competência Banco Central do Brasil** **Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil** - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
3.	Decreto BIM	**Competência Ministério da Infraestrutura** **Regulamentação via Decreto –** § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.	Programa de integridade	**Competência da Controladora-Geral da União** **Art. 25, § 4º; Art. 60, III** **Regulamentação via Decreto** (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto **–** § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 **Regulamentação via ato dos órgãos de controle** (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.	Sanção	**Competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública** **Regulamentação via Decreto** - inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021**.**
6.	Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia	**Competência Ministério da Infraestrutura** Art. 72, § 5º **Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa –** não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.	Gestão estratégica das contratações de *software*	**Competência SGD (art. 43)** **Regulamentação via Decreto –** § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021**.**

Emitido em 23/03/2023

MINUTA DE NORMAS Nº 1/2023 - PROAD (11.01.38)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/03/2023 16:30)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **MINUTA DE NORMAS**, data de emissão: **23/03/2023** e o código de verificação: **79de4c301d**

MINUTA DE PROPOSTA DE DECRETO

Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e instituir o Sistema de Leilão Eletrônico, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Será admitida, excepcionalmente, a utilização da forma presencial, desde que mediante prévia justificativa da autoridade competente e comprovação da inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração, nos termos do disposto no inciso IV do § 2º do art. 31 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 2º Os bens legalmente apreendidos, administrados e alienados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia serão leiloados na forma do regulamento específico, em atenção ao disposto no § 10 do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e no art. 31 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Os bens imóveis que integram o patrimônio da União serão leiloados conforme estabelecido em ato do Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, em atenção ao disposto na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

Sistema de Leilão Eletrônico

Art. 4° Fica instituído o Sistema de Leilão Eletrônico, P ferramenta informatizada disponibilizada pelo Ministério da Economia, para a realização da licitação, na modalidade leilão, destinada a alienação de bens móveis inservíveis ou de bens móveis legalmente apreendidos, não enquadrados no disposto no art. 2º.

§ 1º Para acesso ao sistema e sua operacionalização, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 2º O órgão ou a entidade, mediante prévia justificativa da autoridade competente, poderá se valer de outro sistema público ou privado para a realização de leilão, desde que adequados ao disposto neste Decreto.

Art. 5º A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá ceder o uso do Sistema de Leilão Eletrônico, por meio de termo de acesso, a órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO II
DO COMETIMENTO DO LEILÃO

Designação

Art. 6º O leilão poderá ser cometido a servidor designado pela autoridade competente ou a leiloeiro oficial.

§ 1º A opção por leiloeiro oficial deverá ser justificada em face de seus benefícios, considerando-se aspectos como:

I - disponibilidade de recursos de pessoal da Administração para a realização do leilão;

II - complexidade dos serviços necessários para a preparação e execução do leilão;

III - necessidade de conhecimentos específicos para a alienação;

IV - custo procedimental para a Administração; e

V - ampliação prevista da publicidade e competitividade do leilão.

§ 2º Ao leiloeiro oficial poderão ser designadas tarefas como a vistoria e a avaliação de bens, o loteamento, a verificação de ônus e débitos, o desembaraço de documentos, a organização da visitação, o atendimento integral aos interessados e arrematantes, entre outros.

§ 3º É vedado o pagamento de comissão ao servidor designado para atuar como leiloeiro.

Art. 7º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o **caput** observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.

2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

Art. 8º O credenciamento de que trata o art. 7º será realizado exclusivamente pela Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para adesão pelos órgãos e entidades.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO

Etapas

Art. 9º A realização do leilão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - publicação do edital;

II - apresentação da proposta inicial fechada;

III - abertura da sessão pública e envio de lances;

IV - julgamento;

V - recursal;

VI - pagamento pelo licitante vencedor; e

VII - homologação.

Critério de julgamento das propostas

Art. 10. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será o de maior lance, devendo constar obrigatoriamente do edital.

Órgão ou entidade promotora do leilão

Art. 11. O órgão ou entidade, ou o leiloeiro oficial, deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do leilão:

I - a descrição do bem, com suas características;

II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, despesas relativas à armazenagem incidentes sobre as mercadorias arrematadas, valor da caução e a comissão do leiloeiro oficial;

III - a indicação do lugar onde estão localizados os móveis, os veículos, os semoventes ou os eventuais bens a serem alienados, a fim de que os eventuais interessados possam conferir o estado dos itens que serão leiloados, com data e horário estabelecidos;

IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

VI - o critério de julgamento das propostas pelo maior lance;

VII - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

VIII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. O prazo fixado para abertura do leilão e envio de lances, de que trata o Capítulo IV, não será inferior a quinze dias úteis, contado a partir da data de divulgação do edital.

Divulgação

Art. 12. O leilão será precedido da divulgação do edital no Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com as informações constantes do art. 11.

Parágrafo único. O edital, além da divulgação de que trata o **caput**, deverá ser afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

Licitante

Art. 13. Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão eletrônico deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, devendo, ainda, declarar em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

II - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

III - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras.

Parágrafo único. As informações declaradas no sistema referidas no **caput** permitem a participação dos interessados no leilão promovido pelo órgão ou entidade, na forma eletrônica, não constituindo registro cadastral prévio.

Art. 14. O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto no art. 13, poderá parametrizar o seu valor final máximo e deverá obedecer às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I do caput.

§ 1º O valor final máximo de que trata o **caput** poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior ao lance já registrado por ele no sistema.

§ 2º O valor máximo parametrizado na forma do **caput** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 15. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CAPÍTULO IV
DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES

Abertura

Art. 16. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a três horas ou de, no máximo, de seis horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. O procedimento, imediatamente após o encerramento do prazo estabelecido nos termos do **caput**, será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

Envio de lances

Art. 17. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Parágrafo único. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 18. Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 19. O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 20. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas úteis após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

CAPÍTULO V
DO JULGAMENTO

Verificação da conformidade da proposta

Art. 21. O leiloeiro ou o servidor designado, encerrada a etapa de envio de lances, nos termos do disposto no art. 17, realizará a verificação da conformidade da proposta, devendo considerar vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

Art. 22. O órgão ou a entidade, definido o resultado do julgamento, poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema, quando a sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

Parágrafo único. Concluída a negociação, se couber, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 23. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço

mínimo estipulado pela Administração para arrematação, observado o disposto no parágrafo único do art. 22.

Procedimento fracassado ou deserto

Art. 24. No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento; ou

II - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

Parágrafo único. O disposto no inciso I do **caput** poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO VI
DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 25. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a dez minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 1º As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO VII
DO PAGAMENTO

Pagamento pelo arrematante

Art. 26. O leiloeiro ou o servidor designado, após a declaração do vencedor, emitirá, por meio do sistema, o Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, ou a Guia de Recolhimento da União - GRU, para que o licitante vencedor proceda imediatamente ao pagamento do bem e o arremate, salvo disposição diversa em edital, arrematação a prazo ou outra forma prevista em lei ou regulamentação específica.

§ 1º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro ou ao servidor designado, por meio do sistema.

§ 2º O leiloeiro ou o servidor designado, não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, examinará os lances imediatamente subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda à Administração.

§ 3º O pagamento poderá ser realizado, no todo ou em parte, por intermédio de dação em pagamento ou permuta, desde que disposto em edital.

CAPÍTULO VIII
DA HOMOLOGAÇÃO

Homologação

Art. 27. O processo, encerradas as etapas de recurso e pagamento, será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IX
DO CONTRATO

Formalização do contrato de compra e venda

Art. 28. Nos contratos decorrentes do disposto neste Decreto, deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou regulamentação específica.

Parágrafo único. O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar, no sistema, a regularidade perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição.

CAPÍTULO X
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicação

Art. 29. O licitante vencedor, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto, estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, bem como à perda de caução, se houver, em favor da Administração, revertendo o bem a novo leilão, do qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

CAPÍTULO XI
DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Revogação e anulação

Art. 30. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata este Decreto por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º A autoridade, so pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 31. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 32. Os órgãos e as entidades, seus dirigentes e servidores, que utilizem o Sistema de Leilão Eletrônico responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 33. O Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art. 34. Este Decreto entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

Brasília, ... de de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

Emitido em 23/03/2023

MINUTA Nº 17/2023 - PROAD (11.01.38)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/03/2023 16:30)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **17**, ano: **2023**, tipo: **MINUTA** , data de emissão: **23/03/2023** e o código de verificação: **2fc41aefb6**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/03/2023 | Edição: 52-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria de Gestão e Inovação

PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, DE 15 DE MARÇO DE 2023

Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 11.345, de 1º de janeiro de 2023, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Portaria fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e que forem instruídos até 31 de março de 2023, com a opção expressa nos fundamentos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, inclusive os derivados do sistema de registro de preços, serão por elas regidas, desde que as respectivas publicações ocorram até 1º de abril de 2024, conforme cronograma constante no Anexo.

§ 1º A opção por licitar com fundamento na legislação a que se refere o caput deverá constar expressamente na fase preparatória da contratação e ser autorizada pela autoridade competente até o dia 31 de março de 2023.

§ 2º Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput persistirão regidos pela norma que fundamentou a respectiva contratação, ao longo de suas vigências.

Art. 3º O disposto no art. 2º se aplica às publicações de avisos ou atos de autorização e/ou ratificação de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 4º As atas de registro de preços regidas pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, durante suas vigências, poderão ser utilizadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, municipal, distrital ou estadual, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Art. 5º Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 6º Os credenciamentos realizados, nos termos do disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. A vigência dos contratos decorrentes dos procedimentos de credenciamento de que trata o caput observará o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 7º Os órgãos e as entidades não integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional que utilizam o Sistema de Compras do Governo Federal devem observar o regime de transição de que trata esta Portaria.

Art. 8º Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que poderá expedir normas complementares e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO POJO

ANEXO

CRONOGRAMA PARA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Rito	Descrição	Instrumento	Prazo para inserção no sistema	Prazo para publicação no DOU
(1) Licitação	Todas as modalidades de licitação previstas nas Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, inclusive licitações para registro de preços	Edital	Até 28 de março de 2024, às 16h	Até 1º de abril de 2024
(2) Contratação direta por valor	Abrange todas as dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores não ultrapassem os previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (vide ON AGU 34/11)	Aviso ou ato de autorização / ratificação	Até 1º de abril de 2024	Não se aplica
(3) Outras dispensas	Todas as dispensas de licitação não abrangidas no item (2)	Ato de autorização / ratificação	Até 28 de março de 2024, às 16h	Até 1º de abril de 2024
(4) Inexigibilidade	Todas as inexigibilidades não abrangidas no item (2)	Ato de autorização / ratificação	Até 28 de março de 2024, às 16h	Até 1º de abril de 2024

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Emitido em 23/03/2023

PORTARIA Nº 720/2023 - PROAD (11.01.38)
(Nº do Documento: 296)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/03/2023 16:30)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **296**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **23/03/2023** e o código de verificação: **fc29e19937**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL
AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

PARECER nº 00107/2023/GAB/PFUFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.016249/2022-84
INTERESSADOS: PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD.
ASSUNTOS: LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PARECER. ALIENAÇÃO. BENS PÚBLICOS. LEILÃO ADMINISTRATIVO [ARTIGO 17, CAPUT, INCISO II, §6º, C/C ARTIGO 22, INCISO V, §5º, TODOS DA LEI Nº 8.666/1993]. BENS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO. OCIOSOS [ARTIGO 3º, INCISO I; E ARTIGO 7º, CAPUT, AMBOS DO DECRETO Nº 9.373/2018]. BENS MÓVEIS. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO PRETENDIDO. MINUTA. APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade leilão, tipo maior lance por item, visando à alienação de bens móveis inservíveis à UFERSA, devidamente encaminhado para apreciação desta **Procuradoria Federal junto à UFERSA**, em obediência ao disposto no artigo 38 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 10 da Lei nº 10.480/2002[1].

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **24.03.2023**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequências 9 a 12
(a) constam termos de desentranhamento de arquivos;

Sequência 13
(b) consta capa do processo nº 23091.016249/2022-95; e memorando com as indicações dos membros para compor o leilão;

Sequência 14
(c) consta DESPACHO Nº 5009/2022 - PROAD (11.01.38), aprovando a emissão da portaria;

Sequência 15
(d) consta a Portaria nº 099, de14 de outubro de 2022, designando a comissão;

Sequência 16
(e) consta relatório da comissão com os bens a serem leiloados;

Sequência 17
(f) consta a minuta do EDITAL DE LEILÃO ADMINISTRATIVO nº 02/2023;

Sequência 18
(g) consta OFÍCIO Nº 521/2023 - PROAD (11.01.38), com o pedido de emissão de parecer;

Sequência 19
(h) consta Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Sequência 20
(i) consta minuta de proposta de decreto; e

Sequência 21
(j) consta a PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023.

3. É o relatório. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3]-[4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento, em termos mais claros, abstraindo-se do *mérito administrativo*, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. Primeiramente, deve-se registrar aqui que a nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021 - de 1º de abril de 2021) estabelece uma regra de transição no que diz respeito à sua aplicação. Pois bem, consoante seu artigo 191, a partir de sua publicação e pelo prazo de 02 (dois) anos a Administração poderá optar por licitar de acordo com as novas regras ou de acordo com as leis que serão revogadas decorrido o prazo de 02 (dois) anos – Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e vários dispositivos da Lei nº 12.462/2011, **sendo que a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou processo de contratação direta, sendo vedada a aplicação combinada desta Lei com as demais. Aqui, vale destacar que tal exigência não consta expressamente no Edital, aliás, sequer há despacho explicitando a escolha da Administração Pública, de maneira que ela é apenas deduzida da instrução processual dos autos.**

6. Em suma, desde a publicação oficial, a nova lei conviverá com a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011, todas em vigor, pelo prazo de 02 (dois) anos. E, nesse

período, a nova lei confere ao administrador a faculdade de decidir qual legislação aplicará a cada processo de contratação. Nos termos do artigo 191 da nova lei, a escolha será realizada em cada procedimento, o que deverá constar do edital ou do processo de contratação direta, conforme o caso, nos moldes do artigo 191 da Lei nº 14.133/2021, nestes termos:

> Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar **por licitar ou contratar diretamente** de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá **ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta**, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

7. Aqui, optou-se pela legislação "antiga". De toda forma, com a edição da Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023, os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal ainda poderão publicar editais nos formatos antigos de contratação até o dia 29 de dezembro de 2023.

8. No nosso ordenamento jurídico, a exigência de realização de procedimento licitatório, como providência preliminar à celebração de contratos, e demais atos negociais, por parte da Administração Pública, tem sólidos fundamentos constitucionais (artigo 37, inciso XXI, da CRFB[5]), seja como medida para defesa do princípio da igualdade, seja para estabelecer critérios de maior economicidade e eficiência à Administração Pública.

9. Quanto à necessidade/finalidade de(a) licitação, cumpre destacar os seguintes escólios:

> Licitação - em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.
>
> Donde, pressupõe, com regra, duas fases fundamentais (sem prejuízo de outras subdivisões): uma, a da demonstração de tais atributos, chamada habilitação, e outra concernente à aprovação da melhor proposta, que é o julgamento[6].

10. Quanto à temática em testilha, o artigo 1º da Lei nº 8.666/93 estabelece que:

> Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
>
> Parágrafo Único - Subordinam - se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estado, Distrito Federal e Municípios.

11. No que se refere especificamente ao leilão pretendido, tem-se a seguinte ordenação legal:

> **Lei nº 8.666/1993**
>
> Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
>
> [...]
>
> II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
>
> [...]
>
> § 6º. Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea "b" desta Lei, a Administração poderá permitir o leilão.
>
> [...]
>
> Art. 22. São modalidades de licitação:
>
> [...]
>
> V - leilão.
>
> [...]
>
> § 5º. Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de **bens móveis inservíveis para a administração** ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
>
> § 6º. Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
>
> **Decreto nº 9.373/2018**
>
> [...]
>
> Art. 3º Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:
>
> I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;
>
> [...]
>
> Art. 7º Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.
>
> [...]
>
> Art. 10. As classificações e avaliações de bens serão efetuadas por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por três servidores do órgão ou da entidade, no mínimo.

12. Considerando a transcrição acima, não há como levar obstáculo ao procedimento pretendido, uma vez que **(a)** os bens a serem alienados são ociosos, já que não são aproveitados pela própria UFERSA; **(b)** tem-se a devida avaliação dos bens móveis em expediente próprio, no que revela

os valores dos animais mencionados, tudo nos termos do artigo 10 do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Em todo caso, urge lembrar que o Leilão Administrativo deve apresentar preços módicos aos possíveis arrematantes, pois a Administração não almeja lucro em primeiro lugar, mas, sim, evitar dispêndios com a manutenção dos bens ociosos, o que inclui, naturalmente, a indevida ocupação das instalações da Instituição, sem contar com a alimentação desses animais; e **(c)** a Minuta de Edital do Leilão Administrativo atende aos parâmetros legais exigíveis, preconiza-se que seja corrigido o ANEXO VI, trocando "descriminados" por "discriminados". Confira-se:

> https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/descriminar-discriminar

3. CONCLUSÃO.

13. Ante o exposto, conclui-se[7] pela legalidade da Minuta de Edital de Leilão Administrativo nº 02/2023, conforme os termos acima mencionados.

14. Diante das informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. Ao Procurador-Chefe

Mossoró/RN, 31 de março de 2023.

CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA
PROCURADOR FEDERAL
SUBPROCURADOR-CHEFE NA PF/UFERSA

NOTAS

[1] Eis o dispositivo:

> Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, caput, da Lei no 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: “Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo”.

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu

> acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. Manual de Boas Práticas Consultivas. 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, MiguelSeabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] Veja-se o seguinte excerto de julgado do STF, nestes termos:

> A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso - o melhor negócio - e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. (...) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. A conversão automática de permissões municipais em permissões intermunicipais afronta a igualdade - artigo 5º -, bem assim o preceito veiculado pelo artigo 175 da Constituição do Brasil. (...) Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível. (ADI 2.716, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 29-11-07, DJE de 7-3-08)

[6] MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 509-510.

[7] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) de mérito, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) de legalidade, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) facultativos, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) obrigatórios, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) vinculantes, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões

neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091016249202284 e da chave de acesso 45a604ff

---

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1133744866 e chave de acesso 45a604ff no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-04-2023 09:23. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Emitido em 31/03/2023

PARECER Nº 107/2023 - PROAD (11.01.38)
(Nº do Documento: 155)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/04/2023 17:18)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **155**, ano: **2023**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **04/04/2023** e o código de verificação: **e2ba886cc6**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL
AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

DESPACHO n. 00057/2023/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.016249/2022-84
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO.
ASSUNTOS: LEILÃO E OUTROS.

Aprovo a manifestação jurídica vinculada a esta tarefa.

Mossoró/RN, segunda-feira, 03 de abril de 2023.

RAIMUNDO MÁRCIO RIBEIRO LIMA
PROCURADOR FEDERAL
PF/UFERSA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091016249202284 e da chave de acesso 45a604ff

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1136569599 e chave de acesso 45a604ff no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 03-04-2023 09:41. Número de Série: 642510437256236674540641372l7. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Emitido em 31/03/2023

DESPACHO Nº 57/2023 - PROAD (11.01.38)
(Nº do Documento: 1356)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/04/2023 17:18)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
ADMINISTRADOR
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###071#9

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1356**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/04/2023** e o código de verificação: **9c2fea1bbb**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO ALIENAÇÃO DE BENS Nº 1/2023 - PROAD (11.01.38)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 04 de abril de 2023.

CONSIDERANDO o inciso XIII do art 28 da regimento geral da Ufersa, que determina ao deliberar sobre as alterações do patrimônio da Ufersa, inclusive sobre alienação de bens;

CONSIDERANDO o disposto na alínea “e”, inciso II, do art 2º da Portaria UFERSA/GAB Nº 0658/2020, de 04 de novembro de 2020, que delega ao Pró-Reitor de Administração a competência de designar comissão para proceder à classicação e avaliação dos bens destinados à alienação e outras formas de desfazimento;

CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos da Comissão instituída pela Portaria UFERSA/PROAD no 099/2020, de 14 de outubro de 2020,

CONSIDERANDO o Parecer nº 0107/2023/GAB/PFUFERSA/PGF/AGU;

Encaminhamos o processo que trata sobre a alienação de bens móveis, na modalidade leilão, para apreciação e deliberação pelo Conselho Universitário.

(Assinado digitalmente em 06/04/2023 17:06)
ARLY DAYANY FERNANDES LOPES DE CARVALHO
PRO-REITOR(A)
PROAD (11.01.38)
Matrícula: ###210#6

Processo Associado: 23091.016249/2022-95

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO ALIENAÇÃO DE BENS**, data de emissão: **04/04/2023** e o código de verificação: **b22613418c**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

6º PONTO

Apreciação e deliberação sobre pedido de revisão da Resolução nº 30, de 27 de março de 2023, do Consuni da Ufersa, para que os bens constantes nos processos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-2022-47 e 23091.010939-2022-02 sejam autorizados para alienação através da modalidade leilão, conforme Memorando Eletrônico nº 56/2023 – Proad;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 56/2023 - PROAD (11.01.38)
(Código: 202409193)

Nº do Protocolo: 23091.005499/2023-21

Mossoró-RN, 10 de Abril de 2023.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Ponto de Pauta CONSUNI - Revisão da Resolução Consuni nº 30/2023

Prezados (as),

Considerando a RESOLUÇÃO Nº 30, DE 27 DE MARÇO DE 2023, que não autorizou a alienação, por doação, dos bens móveis (veículos);

Considerando o Leilão 01/2023, que trata da alienação de bens móveis (veículos);

Considerando que o Leilão 01/2023, teve os itens 04 e 05 sem lance;

Considerando que será necessário publicar um novo leilão de veículos devido aos itens 04 e 05 do Leilão 01/2023;

Solicitamos a revisão da Resolução Consuni nº 30/2023 para que os bens constantes nos processos administrativos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-2022-47 e 23091.010939-2022-02 sejam autorizados para alienação através da modalidade leilão.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique:
Resolucao-Consuni-no-30-2023.pdf
Ata Leilão 01-2023.pdf

(Autenticado em 14/04/2023 12:27)
LISSANDRO ARIELLE VALE BATISTA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROAD (11.01.38)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **56**, ano: **2023**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **10/04/2023** e o código de verificação: **058498c984**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 27 DE MARÇO DE 2023

A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Decreto n° 9.373, de 11 de maio de 2018; a Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; o inciso XIII do Art. 28 combinado com o inciso XV do Art. 16, respectivamente, do Regimento e do Estatuto da UFERSA; os Processos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-2022-47 e 23091.010939-2022-02; o Memorando Eletrônico nº 36/2023 - Proad; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 3ª Reunião Ordinária de 2023, realizada no dia 27 de março de 2023, resolve:

Art. 1º Não autorizar alienação, por doação, dos bens móveis (veículos), conforme processos nº 23091.007164-2021-80, 23091.006540-2022-47 e 23091.010939-2022-02.

Art. 2º Deve ser designada comissão para elaboração de edital para doação desses bens.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III
ATA DE LEILÃO 01/2023

Às 09:00 horas do dia **07** do mês de **março** do ano de 2023 (Dois mil e vinte e três), na Ufersa – Setor de Transportes, Mossoró/RN, a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA, através do Leiloeiro Geovani Maia Damasceno Leiloeiro/Ufersa, designado pela Portaria nº 055/2022, de 01 de julho de 2022, lavra a presente Ata de Leilão, referente ao Leilão Administrativo 01/2023, que objetiva alienação de **veículos**, observadas as especificações, o lance mínimo, os quantitativos, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no Decreto nº. 9.373, de 11/05/2018 e a Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Ao iniciar, o leiloeiro, agradeceu a presença de todos, fez a leitura dos itens, informou sobre as principais regras constantes no Edital, ainda avisou, que o pagamento deverá ser feito em até dois dias úteis após o arremate, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, e sempre referente a apenas um item; além disso, esclareceu que o prazo para retirada dos itens é de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do Leilão.

O Leilão obteve uma arrecadação total de **R$ 341.500,00** (trezentos e quarenta e um mil e quinhentos reais) com arrematação de **12** (doze) itens, participação de **28** (vinte e oito) licitantes. Para os itens **4** e **5** não foram ofertados lances. Apesar do disposto no item 6.4 do edital, o leiloeiro optou por não oferecer os itens 4 e 5 sob "Lance Condicional" considerando a discricionariedade da prerrogativa e por analisar que os preços já seriam os mínimos possíveis. Às 10h:40min o Leilão 01/2023 da Ufersa foi encerrado. Sendo assim:

Item 01

BEM: S10 CABINE DUPLA – ANO 2008/2009
PLACA: NNK5370
ARREMATANTE: **ESIVALDO LINS DE OLIVEIRA**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 25.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **30.000,00**

Item 02

BEM: S10 CABINE DUPLA – ANO 2012/2013
PLACA: OJX9790
ARREMATANTE: **MARCOS ALEXANDRE SPEZIA**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 45.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **51.500,00**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item 03

BEM: S10 CABINE DUPLA – ANO 2013/2013
PLACA: OKC2891
ARREMATANTE: **FRANKLIN ALEXANDRE GOMES**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 55.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **66.000,00**

Item 04

BEM: S10 CABINE DUPLA – ANO 2013/2013
PLACA: OJV3234
ARREMATANTE: **SEM LANCES PARA O ITEM**
CPF: NÃO SE APLICA
AVALIAÇÃO: R$ 40.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: ITEM NÃO ARREMATADO

Item 05

BEM: FORD RANGER XL – ANO 2010/2011
PLACA: NNS8231
ARREMATANTE: **SEM LANCES PARA O ITEM**
CPF: NÃO SE APLICA
AVALIAÇÃO: R$ 36.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: ITEM NÃO ARREMATADO

Item 06

BEM: FORD RANGER XL – ANO 2010/2011
PLACA: NNZ9056
ARREMATANTE: **MARCELO RODRIGUES DE MEDEIROS**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 36.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **36.500,00**

Item 07

BEM: FORD RANGER XL – ANO 2010/2011
PLACA: NNZ9066
ARREMATANTE: **FREDSON ALAN GOMES**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 36.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **36.500,00**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item 08

BEM: FIAT UNO MILLE – ANO 2003/2003
PLACA: MZD6850
ARREMATANTE: **MAX WELL DE OLIVEIRA JÚNIOR**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 5.200,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **8.200,00**

Item 09

BEM: MITSUBISHI ASX4WD – ANO 2013/2013
PLACA: OJZ7796
ARREMATANTE: **FRANKLIN ALEXANDRE GOMES**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 35.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **40.000,00**

Item 10

BEM: CAMINHONETE HYUNDAI H100 – ANO 2009/2010
PLACA: JII3824
ARREMATANTE: **FRANKLIN ALEXANDRE GOMES**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 34.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **46.000,00**

Item 11

BEM: NXR150 BROS KS – ANO 2009/2009
PLACA: NNV9280
ARREMATANTE: **MARCELO RODRIGUES DE MEDEIROS**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 4.000,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **7.200,00**

Item 12

BEM: NXR150 BROS KS – ANO 2008/2008
PLACA: MYZ4661
ARREMATANTE: **SHARLENE CARVALHO GONZAGA**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 3.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **6.400,00**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item 13

BEM: NXR150 BROS KS – ANO 2008/2008
PLACA: MYZ4701
ARREMATANTE: **MARCELO RODRIGUES DE MEDEIROS**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 3.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: **R$ 6.200,00**

Item 14

BEM: NXR150 BROS KS – ANO 2005/2006
PLACA: MXM7467
ARREMATANTE: **MANOEL SABINO DE MOURA NETO**
CPF: [redacted]
AVALIAÇÃO: R$ 3.500,00 VALOR DE ARREMATAÇÃO: R$ **7.000,00**

Nada mais havendo para tratar, a presente ata foi encerrada e vai ao fim assinada por mim, na condição de leiloeiro, e por todos os participante que desejarem assinar.

Mossoró (RN), 07 de março de 2023.

GEOVANI MAIA DAMASCENO:[redacted]
Assinado de forma digital por GEOVANI MAIA DAMASCENO:[redacted]
Dados: 2023.03.07 13:25:01 -03'00'

Geovani Maia Damasceno
Leiloeiro/Ufersa
Portaria PROAD nº 055/2022, de 01 de julho de 2022

_____

_____

_____

_____

_____

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho Universitário (CONSUNI)
4ª Reunião Odinária de 2023

7º PONTO

Outras ocorrências.